



REVISTA LUSÓFONA DE
ESTUDOS CULTURAIS

LUSOPHONE JOURNAL OF
CULTURAL STUDIES

ESTUDOS CULTURAIS, CIDADANIA E DEMOCRACIA
CULTURAL STUDIES, CITIZENSHIP AND DEMOCRACY

2017
volume IV | n. 2

Editores | *Editors*

Moisés de Lemos Martins
Urbano Sidoncha
Messias Bandeira

Diretor | *Journal Editor*

Moisés de Lemos Martins



CECS
centro de estudos
de comunicação
e sociedade
PUBLICAÇÃO

Título | Title: Estudos Culturais, cidadania e democracia | *Cultural Studies, citizenship and democracy*

Diretor | Journal Editor: Moisés de Lemos Martins

Diretora Adjunta | Associate editor: Zara Pinto-Coelho

Editores | Volume Editors vol. 4, n° 2 – dezembro 2017 | december 2017: Moisés de Lemos Martins, Urbano Sidoncha & Messias Bandeira

Conselho Editorial | Editorial Board

Albertino Gonçalves (UMinho), Alda Costa (UEM), Aldina Marques (UMinho), Alexandre Costa Luís (UBI), Ana Carolina Escosteguy (PUCRS), Ana Gabriela Macedo (UMinho), Ana Paula Coutinho (Un. do Porto), Anabela Carvalho (UMinho), Annabelle Sreberny (LMEI), Antônio Hohlfeldt (PUCRS), Armando Jorge Lopes (UEM), Barbie Zelizer (Un. da Pensilvânia), Carlos Assunção (UTAD), Catarina Moura (UBI), Cátia Miriam Costa (ISCTE –IUL), Eduardo Costa Dias (ISCTE –IUL), Elton Antunes (UFMG), Emília Araújo (UMinho), Fabio La Rocca (Sorbonne), Felisbela Lopes (UMinho), Fernanda Ribeiro (Un. Porto), Fernando Paulino (Un. Brasília), Helena Machado (UMinho), Helena Pires (UMinho), Helena Sousa (UMinho), Isabel dos Guimarães Sá (UMinho), Isabel Ferin (Un. de Coimbra), Isabel Macedo (UMinho), Janet Wasko (Un. de Oregon), Jean Martin Rabot (UMinho), João Vítor Gomide (Un. FUMEC), José Carlos Venâncio (UBI), José Manuel Pérez Tornero (UAB), José Casquilho (UNTL), José Roberto Severino (UFBA), Joseph Straubhaar (Un. do Texas), Juremir Machado da Silva (PUCRS), Luís Santos (UMinho), Lurdes Macedo (UMinho), Madalena Oliveira (UMinho), Manuel Pinto (UMinho), Maria da Luz Correia (UMinho), Maria Immacolata Vassalo de Lopes (USP), Maria Manuel Baptista (Un. de Aveiro), Mário Matos (UMinho), Messias Bandeira (UFBA), Muniz Sodré (UFRJ), Nélia del Bianco (Un. de Brasília), Neusa Bastos (PUC-SP), Norval Baitello Junior (PUC-SP), Paula Bessa (UMinho), Paulo Bernardo Vaz (UFMG), Paulo Osório (UBI), Raúl Fuentes Navarro (ITESO), Regina Pires Brito (Mackenzie SP), Rita de Cássia Aragão Matos (UFBA), Rita Ribeiro (UMinho), Rosa Cabecinhas (UMinho), Sara Pereira (UMinho), Silvana Mota Ribeiro (UMinho), Silvino Lopes Évora (Uni-CV), Sonia Livingstone (LSE), Teresa Ruão (UMinho), Urbano Sidoncha (UBI), Vincenzo Susca (Un. Montpellier III), Vítor Sousa (UMinho), Xosé López García (USC), Zara Pinto-Coelho (UMinho).

Diretor Gráfico e Edição Digital | Graphic Director and Digital Editing: Pedro Portela

Assistente Editorial | Editorial Assistant: Isabel Macedo

Assistente de Formação Gráfica | Graphic Assistant: Ricardina Magalhães

URL: <http://rlec.pt>

Edição: *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies* é editada semestralmente (2 números/ano ou 1 número duplo) pelo Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho, em formato bilingue (português e inglês). Os autores que desejem publicar artigos ou resenhas devem consultar o URL da página indicado acima.

The journal *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies* is published twice a year and is bilingual (Portuguese and English). Authors who wish to submit articles for publication should go to URL above.

Redação e Administração | Address:

CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Universidade do Minho, Campus de Gualtar
4710-057 Braga – Portugal

Telefone | Phone: (+351) 253 604695 // **Fax:** (+351) 253 604697 // **Email:** cecs@ics.uminho.pt // **Web:** www.cecs.uminho.pt

e-ISSN: 2183-0886 // **ISSN:** 2184-0458

Depósito legal | Legal deposit: 166740/01

Cofinanciado por:



Financiado pelo COMPETE: POCI-01-0145-FEDER-007560 e FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do projeto: UID/CCI/00736/2013.
Supported by COMPETE: POCI-01-0145-FEDER-007560 e FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do projeto: UID/CCI/00736/2013

SUMÁRIO | TABLE OF CONTENTS

Nota introdutória – Estudos Culturais, Cidadania e Democracia	7
Moisés de Lemos Martins, Urbano Sidoncha & Messias Bandeira	
Introductory note – Cultural Studies, Citizenship and Democracy	13
Moisés de Lemos Martins, Urbano Sidoncha & Messias Bandeira	
<hr/>	
ARTIGOS TEMÁTICOS ARTICLES	19
<hr/>	
Democracia e diversidade cultural	21
Paulo Serra & Bruno Serra	
Democracy and cultural diversity	37
Paulo Serra & Bruno Serra	
Dilemas da cultura e democracia no Brasil contemporâneo	53
Antonio Albino Canelas Rubim	
Dilemmas for culture and democracy in contemporary Brazil	69
Antonio Albino Canelas Rubim	
Pós-verdade, neoliberalismo e cinismo institucional	85
Sergio Amadeu da Silveira	
Post-truth, neoliberalism and institutional cynicism	97
Sergio Amadeu da Silveira	
Filiados e militantes partidários: perfis da filiação partidária numa perspetiva comparada	109
Paula Espírito Santo & Bruno Ferreira Costa	
Party members and activists: party membership profiles in a comparative perspective	131
Paula Espírito Santo & Bruno Ferreira Costa	
Entre o Estado e a sociedade – circulação de profissões da elite da política	151
Esser Silva & Moisés de Lemos Martins	
Between the State and society – circulation of professions within the political elite	173
Esser Silva & Moisés de Lemos Martins	
Religião e protoglobalização. A globalização contemporânea como decalque laico da universalização religiosa moderna	195
José Eduardo Franco	
Religion and proto-globalization. Contemporary globalization as a secular translation of the modern universalization of religion	213
José Eduardo Franco	
Tópicos sobre a desumanização tecnológico-mercantil	231
Fernando Pereira Marques	
Topics on technological and commercial dehumanization	237
Fernando Pereira Marques	

Sentido comum e técnica: para uma literacia da técnica José Gomes Pinto	243
Common sense and technics: towards a technical literacy José Gomes Pinto	255
Ativismo digital e novos sujeitos dos discursos: a narrativa do movimento “Ocupa Escola” no Facebook Danielle Miranda	265
Digital activism and new subjects of discourses: the narratives of “Ocupa Escola” movement in Facebook Danielle Miranda	281
Música eletrónica de dança: ambiguidades discursivas Alexandre Ferreira & Jean-Martin Rabot	297
Electronic dance music: discursive ambiguities Alexandre Ferreira & Jean-Martin Rabot	313
VARIA VARIA	327
Pensamentos no gerúndio, como docente, artista, curadora Maria do Carmo Nino	329
Thoughts in gerund, as a teacher, artist, curator Maria do Carmo Nino	343
LEITURAS BOOK REVIEWS	357
Silva, M. C.; Lima, M. L.; Sobral, J. M.; Araújo, H. & Ribeiro, F. B. (Eds.) (2017). <i>Desigualdades e Políticas de Género</i>. V.N. Famalicão: Húmus. Carla Cerqueira	359
Silva, M. C.; Lima, M. L.; Sobral, J. M.; Araújo, H. & Ribeiro, F. B. (Eds.) (2017). <i>Desigualdades e Políticas de Género</i>. V.N. Famalicão: Húmus. Carla Cerqueira	363

NOTA INTRODUTÓRIA – ESTUDOS CULTURAIS, CIDADANIA E DEMOCRACIA

Moisés de Lemos Martins, Urbano Sidoncha & Messias Bandeira

Os modelos de pertença social mudaram radicalmente nas últimas décadas, pelo impacto que a mobilização tecnológica da época tem na vida dos indivíduos e das sociedades. As tecnologias da informação, com consequências imparáveis nos fluxos globais, na interpenetração de culturas, na reivindicação de novos direitos identitários, religiosos, étnicos e de género, vieram subverter, com efeito, as lealdades tradicionais à nação, à religião, à classe, assim como às identidades de género. Entretanto, a multiplicação da informação e, a acompanhá-la, a obsidiante influência dos média na sociedade, fizeram com que as redes sociotécnicas tenham vindo ocupar um lugar de importância inalienável na afirmação de novos movimentos sociais, com impactos decisivos na cultura e nas artes.

Nestas circunstâncias, podemos dizer que as transformações de natureza tecnológica conduziram a profundas alterações das estruturas sociais, e também da organização das comunidades humanas. E é essa a razão pela qual a noção de cidadania foi sendo aprofundada, e mesmo reformulada, abrindo-se ao reconhecimento, político, social e económico, de novas formas de pertença, e dando resposta à reivindicação de novos direitos sociais, particularmente baseados na diversidade e na diferença, sexual, racial, étnica, diaspórica, ecológica, tecnológica e cosmopolita.

Este volume tem como objetivo refletir sobre o modo como os indivíduos são constituídos e emergem nos média como sujeitos falantes e atores sociais, sendo dada particular atenção às assimetrias e às desigualdades na repartição da palavra. Os movimentos sociais e políticos, o ativismo digital, a mobilização dos média e das redes culturais na luta por direitos, sociais, culturais, políticos e económicos, bem como o poder que podem exercer na sociedade, contribuindo para a sua mudança social e política, são alguns dos temas tratados e aprofundados.

A ideia de poder perpassa este número dedicado à democracia e à cidadania. Como sustenta Foucault (1975/2010, p. 12), a “verdade não existe fora do poder ou sem poder”, porque nunca agimos como queremos, mas sim como podemos, em condições concretas de espaço, tempo e interlocução. E, além disso, as sociedades constroem regimes de verdade, mobilizando discursos que fazem funcionar como verdadeiros (Martins, 2017). Com efeito, o jogo dialógico do discurso “repete ordens, quando faz supor que apenas afirma a liberdade” (Martins, 2017, p. 11).

O ponto de vista específico que os Estudos Culturais desenvolvem sobre os fenómenos de poder, que tanto assumem, como contestam, é o de problematizarem a divisão entre o hegemónico e o contra-hegemónico, que o mesmo é dizer, o de interrogarem a fronteira entre as margens e o centro, bem como as divisões estruturais, ou então, os ténues limites entre cultura, sociedade e economia (Durin, 1992/2007).

A introdução ao debate sobre as relações entre cultura e poder, que este número da *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies* tematiza, é feita por Paulo Serra e Bruno Serra. Alinhando pelo entendimento que os Estudos Culturais fazem da diversidade cultural e dos média, enquanto elementos centrais das sociedades contemporâneas, estes autores interrogam as atuais condições de realização da democracia e da cidadania. Para Paulo Serra e Bruno Serra, o investigador que trabalha em Estudos Culturais adotará, sempre, uma postura crítica e política. Explorando o conceito de democracia plural, pela convocação de Laclau e Mouffe (1985/2001), para os quais “uma política democrática e radical” procura respeitar as diferenças e a diversidade cultural, os autores enaltecem a organização democrática, que seja capaz de respeitar a pluralidade e a diferença das culturas, não apenas a nível nacional, mas também a nível global.

Os trabalhos de Albino Rubim e Sérgio Silveira analisam o complexo panorama político, sociocultural e económico do Brasil contemporâneo. O alargado debate sobre a natureza da democracia, com infundáveis lutas pela definição e delimitação da ordem democrática, tem ganho grande centralidade na cena nacional e internacional. E no entender de Albino Rubim, acontece um debate similar com a cultura, muito embora menos intenso, dado que o campo social em questão tem menor centralidade. O autor assinala a ausência de políticas de comunicação e de cultura no Brasil, que combatam a ausência de pluralismo dos média brasileiros, assim como a sua partidarização exacerbada. De modo muito particular, considera que a falta de democraticidade da imprensa e da comunicação tem constituído um sério obstáculo no processo de democratização da sociedade brasileira. O trabalho de Sérgio Silveira, por sua vez, analisa a conjuntura política brasileira e o “golpe de Estado”, que destituiu a presidente eleita Dilma Rousseff. Este entendimento estriba-se, também, no papel antidemocrático que os média jogaram neste processo. Articulado as noções foucaultianas de regime de verdade e de prática discursiva, com a noção do que designa como “política de escândalo”, o autor descreve a formação de um bloco social e político hegemónico, constituído pelos média, pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário. E classifica como prática de cinismo institucional a política de Estado assente na ideia do combate à corrupção.

Paula Espírito Santo e Bruno Ferreira Costa analisam os perfis da filiação partidária numa perspectiva comparada dos três principais partidos portugueses, com assento parlamentar. Os autores procuram identificar as razões para a diminuição e a falta de interesse pela participação partidária, mas também pela política em geral. É objetivo deste estudo perceber de que modo os diversos agentes de socialização política, e em especial a família, promovem a participação partidária. Tendo aplicado um inquérito online ao universo de filiados do PS e CDS/PP, assim como aos delegados do PSD, entre finais de dezembro de 2012 e finais de setembro de 2014, os autores procuram explorar a relação do percurso educativo, profissional e social dos cidadãos com a participação partidária. Embora os autores considerem que os novos movimentos sociais têm a potencialidade de criar alternativas à participação e ao envolvimento cívico dos cidadãos, a tendência nos resultados é para uma autodefinição dos inquiridos como razoavelmente ativos na atividade partidária.

A análise das profissões que acedem ao campo político é realizada no artigo seguinte, da autoria de Esser Silva e Moisés de Lemos Martins. Trata-se de um trabalho que mobiliza os estudos de Foucault sobre *parresía* e *elutéria*, assim como a noção weberiana de fechamento partidário, examinando o modo como os profissionais da política articulam a sua existência entre a vida civil e a vida estatal. Abordando o caso dos deputados da Assembleia da República Portuguesa, os autores constataam que na Assembleia predominam “economistas”, “advogados” e “professores”, enquanto membros ativos da *classe eleita*. A questão do poder é de novo abordada neste texto. Como referem Esser Silva e Moisés de Lemos Martins, a ação dos membros do partido político moderno parece orientar-se, sobretudo, para a conquista patrimonial, em que “dois poderes especificamente políticos (...), o poder militar e o judicial”, são exercidos “sobre aqueles que lhe estão patrimonialmente submetidos” (Weber, 2004, p. 240).

Entretanto, José Eduardo Franco reflete sobre o modo como determinados axiomas teológicos bíblicos forneceram fundamentos para o ideário universalista do cristianismo, enquanto primeira tradição religiosa com um horizonte expansionista à escala global. O autor problematiza o fenómeno da protoglobalização como tendo, na sua raiz, um móbil religioso, considerando que foi neste meio que surgiram os primeiros instrumentos e soluções globais para atender aos desafios trazidos pelo processo de conhecimento do mundo.

Recusar a sobredeterminação da política, da cultura, da educação, da informação e da comunicação pela economia e pela finança, e fomentar, ao mesmo tempo, uma nova consciência crítica, é a proposta de Fernando Pereira Marques, de confronto com a realidade atual. Para o autor, a espetacularização do poder e do Estado, por via dos aparelhos mediáticos, contribui para ocultar a desumanização tecnológico mercantil, que marca a sociedade na sua globalidade e, em particular, como já foi referido anteriormente (ver os trabalhos de Albino Rubim, Sérgio Silveira ou Esser Silva e Moisés de Lemos Martins), o ensino e a cultura.

O sentido comum é o mote de reflexão de José Gomes Pinto, que utiliza esta noção como mecanismo de resolução de problemas, embora também chame à atenção para o facto de ela poder constituir um escolho, na hora de pensar algo de novo. O autor mostra-nos como historicamente o problema se desloca e causa perturbação no entendimento dos fenómenos mediáticos, que supõem sempre uma certa literacia, precisamente aquela que está implicada no uso de qualquer técnica. Sem dúvida, a construção dos fenómenos mediáticos deve ser problematizada, como apontam, por exemplo, Fernando Pereira Marques, no seu texto, e Moisés de Lemos Martins (2015), em “Os média na contemporaneidade. Da promessa de emancipação histórica à sua ruína”.

Colocando-se numa perspetiva contra-hegemónica e crítica, o trabalho de Danielle Miranda analisa as manifestações identitárias nas narrativas dos estudantes, que se encontram nas *fan pages* de Facebook, do movimento “Ocupa Escola”, no Brasil. A autora adota o conceito de multidão (Negri, 2004), para investigar o modo como nos seus perfis do Facebook os indivíduos envolvidos no movimento “Ocupa Escola” manifestam expressões identitárias. São destacados os temas da horizontalidade, da autonomia, da

constituição de um movimento sem liderança; e também, da abertura à diversidade e da necessidade de reafirmar o cuidado público com a escola. A proposta da autora é a de que sejam repensados os velhos estatutos da identidade dos movimentos sociais. Em seu entender, esta questão deve partir do encontro de singularidades e explorar o modo como se produzem acontecimentos e se organiza uma linguagem comum, na consequência da indignação e do protesto.

A fechar a seção de artigos temáticos, Alexandre Ferreira e Jean-Martin Rabot refletem sobre as ambiguidades que atravessam os atuais discursos sobre a música eletrónica de dança, em particular o *house* e o *techno*. É seu propósito tornar visível o carácter socialmente construído de tais discursos. A tecnologia tem um papel central na transformação dos modos de produção e de compreensão da música no século XXI. Mais uma vez, o cerne da questão passa pelo atual regime discursivo, que ao conjugar o arcaísmo e o desenvolvimento tecnológico (Maffesoli, 2000, p. 35), misturando, por exemplo, músicas “populares” com músicas “eruditas”, torna possível novas perceções sobre a música, embora no currículo prevaleçam as formas musicais “eruditas” ocidentais. Acolhendo o ponto de vista dos Estudos Culturais, os autores insistem no facto de a música eletrónica de dança poder ser considerada como uma marca de resistência contra a elitização da música e contra os poderes e discursos instituídos.

Na seção *Varia*, Maria do Carmo Nino relata-nos uma vasta experiência ligada às artes plásticas, em diferentes setores, onde tem desempenhado vários papéis – produtora, curadora, analista, professora –, dando especial destaque a dois dos trabalhos que realizou como curadora: o Projeto MAMÃE e a exposição *ContidoNãoContido*, ocorrida no Museu Aloísio Magalhães (MAMAM), aberta ao público de março e setembro de 2010.

A encerrar este número da Revista *Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*, Carla Cerqueira faz a recensão do livro que Manuel Carlos Silva, Maria Luísa Lima, José Manuel Sobral, Helena Araújo e Fernando Bessa Ribeiro, organizaram sobre *Desigualdades e políticas de género*. Para a autora, o que está em causa neste livro são as muitas desigualdades de género, que permanecem enraizadas na sociedade e que se manifestam, publicamente, tanto de forma explícita, como de forma implícita. E no que concerne às políticas públicas que as possam combater existe ainda um longo caminho a percorrer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Durin, S. (1992/2007). *The Cultural Studies Reader*. Londres, Nova Iorque: Routledge.
- Foucault, M. (1975/2010). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Laclau, E. & Mouffe, C. (1985/2001). *Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics*. London: Verso.
- Maffesoli, M. (2000). *L'instant éternel. Le retour du tragique dans les sociétés postmodernes*. Paris: Denoël.

Martins, M. L. (2015). Os média na contemporaneidade. Da promessa de emancipação histórica à sua ruína. In M. Ledo & I. Lopes (Eds.), *Comunicación, Cultura e Esferas de Poder* (pp. 19-44). São Paulo: USP/USC/ Asslbercom/Agacom. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/35292>

Martins, M. L. (2017). *A Linguagem, a Verdade e o Poder. Ensaio de Semiótica Social*. Braga: CECS / Húmus.

Negri, A. (2004). Para uma definição ontológica da Multidão. *Lugar Comum*, 19-20, 15-26.

Weber, M. (2004). *Economia e Sociedade - Vol. II*. S. Paulo: Editora Universidade de Brasília.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Moisés de Lemos Martins é Professor de sociologia da cultura e da comunicação na Universidade do Minho (Braga, Portugal), sendo nesta universidade Diretor do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), que fundou em 2001. É autor de uma vasta obra académica no campo da epistemologia e sociologia da comunicação.

E-mail: moisesm@ics.uminho.pt; moiseslmartins@gmail.com

Morada: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Campus de Gualtar, Universidade do Minho, Braga 4710-057, Portugal

Urbano Sidoncha é licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e doutorado em Filosofia Contemporânea pela mesma Universidade. Professor auxiliar da Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior (UBI), foi o primeiro Diretor do Curso de Ciências da Cultura da UBI, cargo que exerceu entre 2013 e 2015, e Diretor do Curso de Filosofia de 2009 até 2016. Coordena atualmente o Mestrado em Estudos de Cultura da UBI, tendo sido também o seu primeiro Diretor. Investigador integrado do LabCom.IFP, é autor de diversos trabalhos científicos publicados em revistas nacionais e estrangeiras. Coeditou os livros *Culturas em Movimento* (Coleção ARS, Ed. LabCom.IFP, Covilhã, 2016) e *Metamorfoses da Cultura* (Ed. Vega, Lisboa, 2017).

E-mail: umestre@ubi.pt/usidoncha@gmail.com

Endereço: Universidade da Beira Interior, Rua Marquês D'Ávila e Bolama, 6201-001 Covilhã, Portugal

Messias Bandeira é Diretor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia – Brasil, e Professor do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. É Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas e foi pesquisador visitante da New York University (Department of Media, Culture, and Communication). Coordena a Digitalia – Rede de Estudos Interdisciplinares sobre a Internet e a Cultura Digital.

E-mail: messias@ufba.br

Endereço: Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos – IHAC / UFBA, Rua Barão de Jeremoabo, S/No., PAF 5 – Campus de Ondina, Salvador-BA – Brasil, CEP: 40.170-115

INTRODUCTORY NOTE – CULTURAL STUDIES, CITIZENSHIP AND DEMOCRACY

Moisés de Lemos Martins, Urbano Sidoncha & Messias Bandeira

Models of social belonging have altered radically over recent decades, due to the impact of technological mobilisation on the lives of individuals and societies in the modern era. Information technologies – that have unstoppable consequences on global flows, interpenetration of cultures, and the demand for new identity-based, religious, ethnic and gender rights – have overturned traditional loyalties to the nation, religion, class, and gender identities. However, the multiplication of information and the accompanying encircling influence of the media in modern society, have meant that socio-technical networks now occupy a core position in affirmation of new social movements, with a decisive impact on culture and the arts.

In this context, it is possible to state that technological transformations have caused profound changes to social structures and to the organisation of communities. The concept of citizenship has therefore been expanded, and even reformulated, paving the way to political, social and economic recognition of new forms of belonging, and responding to the demand for new social rights, in particular those based on diversity and difference at a sexual, racial, ethnic, diasporic, ecological, technological and cosmopolitan level.

This issue of the *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies* aims to reflect on how individuals are constituted and emerge in the media, as talking subjects and social actors, with a special focus on asymmetries and inequalities in distribution of the right to make one's voice heard. Some of the topics addressed and furthered herein include social and political movements, digital activism, and mobilisation of the media and cultural networks, in the struggle for social, cultural, political and economic rights, and the power that such networks can exert in modern society, thereby contributing to social and political change.

The idea of power runs throughout this issue, which is dedicated to questions of democracy and citizenship. As Foucault (1975, 2010, p. 12) states, “truth does not exist beyond power or without power”, because we never act as we wish, but rather as we can, in specific conditions of space, time and interaction. Moreover, societies construct regimes of truth, and mobilise discourses that make them appear to be true (Martins, 2017). Indeed, the dialectical game of discourse “repeats orders, when it seems to be simply affirming freedom” (Martins, 2017, p. 11).

The specific perspective that Cultural Studies develop in relation to phenomena of power, which they both assume and challenge, is through analysis of the division between hegemonic and counterhegemonic aspects, i.e. questioning the frontier between the peripheries and the centre, as well as structural divisions, or the tenuous boundaries that exist between culture, society and the economy (Durin, 1992/2007).

The introduction to the debate on the relations between culture and power, which is the central theme addressed in this issue, is written by Paulo Serra and Bruno Serra. Aligning with Cultural Studies' view of cultural diversity and the media as core elements of contemporary societies, the authors question current conditions for the achievement of democracy and citizenship. They consider that any researcher working in the field of Cultural Studies will always adopt a critical and political stance. Exploring the concept of plural democracy, as defined by Laclau and Mouffe (1985/2001), for whom "a radical and democratic political approach" seeks to respect cultural diversity and differences, the authors extol the democratic organisation which is capable of respecting cultural differences and plurality, not only at the national level, but also at the global level.

The texts by Albino Rubim and Sérgio Silveira analyse the complex political, socio-cultural and economic panorama in contemporary Brazil. The broad debate about the nature of democracy, with endless struggles for the definition and demarcation of the democratic order, has assumed a key place in the national and international scene. Albino Rubim believes that a similar debate occurs in relation to culture, although less intense, given that the social field in question has less central importance. He refers to the absence of communication and cultural policies in Brazil, capable of combating the absence of pluralism in the Brazilian media, as well as the existence of markedly partisan positions. In a very particular way, he considers that the absence of a democratic balance in the press and communication sector has constituted a serious obstacle to the process of democratisation of Brazilian society. Sérgio Silveira, in turn, analyses the Brazilian political situation and the "coup d'état", which ousted the elected president, Dilma Rousseff. This understanding is also based on the undemocratic role played by the media in this process. Articulating Foucault's concepts of the regime of truth and discursive practice, with the concept he calls a "policy of scandal", he describes the formation of a hegemonic social and political bloc, consisting of the media, the Ministério Público [Public Prosecutor's Office] and the Judiciary. He affirms that the state policy based on the idea of fighting corruption is actually a form of institutional cynicism.

Paula Espírito Santo and Bruno Ferreira Costa analyse the profiles of party affiliation in a comparative perspective of the three main Portuguese parties, that hold parliamentary seats. The authors seek to identify the reasons for the decrease and lack of interest in public involvement in political parties, and also in relation to politics in general. Their study aims to understand the manner in which the various agents of political socialisation, in particular the family, become involved in political parties. After conducting an online survey with members of the PS and CDS/PP parties, and of delegates of the PSD party, between late December 2012 and late September 2014, the authors seek to explore the relationship between citizens' educational, professional and social backgrounds and their involvement in political parties. Although the authors consider that new social movements have the potential to create alternatives to citizens' participation and civic engagement, the trend revealed in their results is for self-definition of respondents as being reasonably active in political parties.

The following article, written by Esser Silva and Moisés de Lemos Martins, analyses the main professions that become involved in the political sphere. Their article mobilises

Foucault's studies on *parresia* and *elutéria*, as well as Weber's concept of partisan closure, examining how professionals involved in the political sphere articulate their civil life and state life. Addressing the case of MPs elected to the Portuguese Assembly of the Republic, the authors note that "economists", "lawyers" and "teachers" are the predominant members of the *elite class*. The question of power is once again addressed in this text. As Esser Silva and Moisés de Lemos Martins state, the action of the members of a modern political party seems to be primarily orientated towards wealth accumulation, in which "two specifically political powers ... military and judicial authority" are exercised "by the master as components of his patrimonial power" (Weber, 2004, p. 240).

José Eduardo Franco reflects on how certain biblical theological axioms have provided grounds for the universalist ideology of Christianity as the first religious tradition with an expansionist horizon on a global scale. The author analyses the phenomenon of proto-globalisation as having been rooted in a religious goal, considering that this environment engendered the first global solutions and instruments to respond to the challenges brought by expansion of our knowledge of the world.

Fernando Pereira Marques proposes rejection of the dominance of the economic and financial spheres over the fields of politics, culture, education, information and communication and the need to foster a new critical awareness, in confrontation with the current situation. He believes that the use of the media to propagate the spectacle of power and of the state, helps conceal mercantile technological dehumanisation, which marks society as a whole and, in particular, the fields of education and culture, as mentioned in some of the other texts of this issue (see the articles by Albino Rubim, Sérgio Silveira or Esser Silva and Moisés de Lemos Martins).

José Gomes Pinto advocates common sense as his main guiding principle. He uses this notion as a problem-solving mechanism, while also drawing attention to the fact that it can constitute a choice, when there is a need to think about something new. The author reveals how, historically, the problem has been displaced, causing disturbance in our understanding of media-based phenomena, which always assume a certain literacy, precisely that which is involved in the use of any technique. The construction of media phenomena must undoubtedly be analysed, as suggested by Fernando Pereira Marques, in his text, and by Moisés de Lemos Martins (2015), in his article, "The media in the contemporary world. From the promise of historical emancipation to its ruin".

Assuming a counter-hegemonic and critical perspective, Danielle Miranda's article analyses the identity-based manifestations in student narratives, in the Facebook fan pages, of the "Ocupa Escola" (Occupy School) movement in Brazil. The author adopts the concept of multitude (Negri, 2004) to investigate how the people involved in the "Occupy School" movement used their Facebook profiles to manifest their expressions of identity. Themes of horizontality, autonomy, and the constitution of a movement without leadership are also highlighted; as well as openness to diversity and the need to reaffirm public concern for schools. The author's proposal is to rethink the established statutes of the identity of social movements. In her opinion, this question must be based on finding singularities and exploring how events occur and organising a common language, as a result of indignation and protest.

Closing the section of thematic articles, Alexandre Ferreira and Jean-Martin Rabot reflect on the ambiguities found within current discourses on electronic dance music, in particular *house* and *techno*. They aim to reveal the socially constructed nature of such discourses. Technology has played a central role in transforming the modes of production and understanding of music in the 21st century. Once again, the heart of the question is linked to the current discursive regime, which, by combining archaism and technological development (Maffesoli, 2000, p. 35), e.g. mixing “popular” music with “erudite” music, enables new perceptions of music, even though Western “erudite” musical forms continue to prevail in school’s music curricula. Embracing the perspective defended by Cultural Studies, the authors insist that electronic dance music can be considered a mark of resistance against the growing elitism of music and against established powers and discourses.

In the Varia section, Maria do Carmo Nino recounts her vast experience within the fine arts, in different sectors, where she has assumed several roles – producer, curator, analyst, teacher –, placing special emphasis on two of her works as a curator: the MAMÃE Project and the *ContidoNãoContido* exhibition, held in the Aloísio Magalhães Museum (MAMAM), that was open to the public between March and September 2010.

Closing this issue of the Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies, Carla Cerqueira provides a book review of the work on *Gender inequalities and policies*, organised by Manuel Carlos Silva, Maria Luísa Lima, José Manuel Sobral, Helena Araújo and Fernando Bessa Ribeiro. She considers that the main question at stake in this book is multiple gender inequalities, that remain rooted in society and manifest themselves in public, both explicitly and implicitly. She concludes that there is still a long way to go in terms of public policies that will be able to combat such inequalities.

REFERENCES

- Durin, S. (1992/2007). *The Cultural Studies Reader*. London, New York: Routledge.
- Foucault, M. (1975/2010). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Laclau, E., & Mouffe, C. (1985/2001). *Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics*. London: Verso.
- Maffesoli, M. (2000). *L'instant éternel. Le retour du tragique dans les sociétés postmodernes*. Paris: Denoël.
- Martins, M. L. (2015). Os média na contemporaneidade. Da promessa de emancipação histórica à sua ruína. In M. Ledo & I. Lopes (Eds.), *Comunicação, Cultura e Esferas de Poder* (pp. 19-44). São Paulo: USP/USC/ Asslbercom/Agacom. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/35292>
- Martins, M. L. (2017). *A Linguagem, a Verdade e o Poder. Ensaio de Semiótica Social*. Braga: CECS / Húmus.
- Negri, A. (2004). Para uma definição ontológica da Multidão. *Lugar Comum*, 19-20, 15-26.
- Weber, M. (2004). *Economia e Sociedade - Vol. II*. S. Paulo: Editora Universidade de Brasília.

BIOGRAPHIC NOTES

Moisés de Lemos Martins is Professor of Sociology of Culture and Communication at the University of Minho (Braga, Portugal). Director of the Communication and Society Research Centre (CECS), which he founded in 2001. He is the author of a vast body of academic work in the field of the epistemology and sociology of communication.

E-mail: moisesm@ics.uminho.pt; moiseslmartins@gmail.com

Address: Communication and Society Research Centre (CECS), Campus de Gualtar, University of Minho, Braga 4710-057, Portugal

Urbano Sidoncha has a degree in Philosophy from the Faculty of Humanities of the University of Lisbon and a PhD in Contemporary Philosophy from the same University. Assistant Professor at the Faculty of Arts and Humanities of the University of Beira Interior (UBI), he was the first Director of the course Sciences of Culture at UBI, a position which he held between 2013 and 2015, and Director of course of Philosophy from 2009 up to 2016. He coordinates the Master degree in Studies of Culture at UBI, a Program whose first direction he also ensured. Integrated researcher of LabCom.IFP, he is the author of several scientific papers published in national and foreign journals. He co-edited the books *Cultures in Movement* (ARS Collection, Ed. LabCom.IFP, Covilhã, 2016) and *Metamorphosis of Culture* (Ed. Vega, Lisbon, 2017).

E-mail: umestre@ubi.pt/usidoncha@gmail.com

Address: Universidade da Beira Interior, Rua Marquês D'Ávila e Bolama, 6201-001 Covilhã, Portugal

Messias Bandeira is Director of the Institute of Humanities, Arts and Sciences Prof. Milton Santos – Federal University of Bahia, and Professor of the Postgraduate Program in Culture and Society. He holds a PhD in Contemporary Communication and Culture and was visiting researcher at New York University (Department of Media, Culture, and Communication). He coordinates Digitalia – Network of Interdisciplinary Studies on the Internet and Digital Culture.

E-mail: messias@ufba.br

Address: Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos – IHAC / UFBA, Rua Barão de Jeremoabo, S/No., PAF 5 – Campus de Ondina, Salvador-BA – Brasil, CEP: 40.170-115

ARTIGOS TEMÁTICOS | ARTICLES

DEMOCRACIA E DIVERSIDADE CULTURAL

Paulo Serra & Bruno Serra

RESUMO

Com o dito latino *Hic rhodus hic saltus*, referido no prefácio da sua *Filosofia do Direito*, pretendia Hegel sublinhar que cabe à filosofia estudar o que é, o real, e não o que deveria ser. Nos anos 60 do século XX, o real era, para os estudos culturais ingleses, a revolução cultural em curso desde os finais da II Guerra Mundial, e que tornava crucial o estudo de questões como as da relação entre cultura e poder, cultura popular e cultura de massa, homogeneidade cultural e diversidade cultural. As reflexões dos autores dos estudos culturais, ingleses e outros, em relação a estas questões, continuam hoje a ser cruciais e, diríamos mesmo, mais cruciais do que nunca. Partindo do trabalho levado a cabo pelos estudos culturais no domínio da cultura, o presente artigo reflete sobre as condições de uma democracia que respeite a pluralidade e a diferença das culturas, não só a nível do estado nacional, hoje em profunda mudança, mas também a nível mundial/global. De forma algo anacrónica, deixamos Hegel e a sua ancoragem ao real para regressarmos a Kant e ao seu ideal de uma sociedade cosmopolita.

PALAVRAS-CHAVE

Estudos culturais; diversidade cultural; democracia; participação; globalização

ABSTRACT

Through the Latin saying *Hic rhodus hic saltus*, mentioned in the preface of his *Philosophy of Right*, Hegel intended to emphasise that it is Philosophy's duty to study what is real, rather than what ought to be. During the 60's of the 20th century, what was real was, as far as British Cultural Studies were concerned, the cultural revolution ongoing since the end of the II World War, which made critical the study of such issues as the relationship between culture and power, popular culture and mass culture, cultural homogeneity and cultural diversity. The considerations on these issues produced by cultural studies' authors – British and otherwise – remain crucial today, perhaps more so than ever. Setting the work carried through by cultural studies in the domain of culture, this paper aims to reflect upon the condition of a democracy that respects plurality and cultural differences, not only at national state level – presently undergoing deep changes – but also at a global level. In order to do so, we will somewhat anachronistically move beyond Hegel and his tethering to the real by returning to Kant and his ideal for a cosmopolitan society.

KEYWORDS

Cultural studies; cultural diversity; democracy; participation; globalization

INTRODUÇÃO

A reflexão presente neste texto tem como ponto de partida o trabalho dos estudos culturais inaugurados pelo Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS), da Universidade de Birmingham, fundado em 1964 por Richard Hoggart, que foi também o seu primeiro diretor, e dirigido depois, a partir de 1969, por Stuart Hall.

Estes estudos culturais contribuíram, de forma decisiva, para a viragem cultural [*cultural turn*] que teve lugar na segunda metade do século XX, e que pode ser vista como um prolongamento da viragem linguística que ocorreu nos princípios desse mesmo século (Chaney, 1994, pp. 1-2; Hall, 2007). O principal efeito e sinal de tal viragem é a “centralidade da cultura”, traduzida em aspetos como o desenvolvimento das indústrias da cultura, a importância crescente da cultura nos vários aspetos da vida social e económica, os efeitos da cultura nos diversos discursos e disciplinas, a afirmação da cultura como categoria central de análise da vida social contemporânea (Hall, 2007, p. 39).

Nesse sentido, os estudos culturais ingleses acabam por constituir, também, uma das principais fontes daquilo a que hoje se chama os “estudos de cultura”, que têm um âmbito mais vasto que os primeiros e que não envolvem, necessariamente, um comprometimento político de esquerda ou outro.

No entanto, nem sempre é fácil delimitar o que se entende propriamente por “estudos culturais”. Assim, referindo-se aos Estados Unidos, dizia Hall (1990, p. 22) que a designação *cultural studies* se tinha tornado “um chapéu para quase tudo”. De facto, aquilo a que se chama os “estudos culturais” sempre comportou uma grande multiplicidade e diversidade de objetos e disciplinas, com raízes nas humanidades e nas ciências sociais, e que impedem reduzi-los a uma escola, a de Birmingham ou outra qualquer (Hall, 1992).

Apesar da sua filiação no marxismo – ou, pelo menos, numa certa versão gramsciana do marxismo, centrada na noção de “hegemonia” – os estudos culturais distinguem-se da ortodoxia marxista pelo menos em dois aspetos fundamentais: i) não reduzem as sociedades contemporâneas à distinção entre burguesia e proletariado, considerando que elas são muito mais diversas do que isso do ponto de vista cultural, envolvendo diferenças de género, de raça, de etnia, de idade, etc.; ii) dão uma atenção central aos media, não assumindo sobre eles, no entanto, a posição apocalíptica da escola de Frankfurt (Adorno e Horkheimer), aproximando-se mais de posições como as de Walter Benjamin ou Hans Erzensberger.

Esta sua atenção à diversidade cultural e aos media como elementos centrais das sociedades contemporâneas faz com que os estudos culturais sejam um ponto de partida obrigatório para pensarmos as questões da democracia e da cidadania nestes tempos que são os nossos – no sentido de tematizarmos aquilo a que, adiante, chamamos uma democracia plural e radical e uma cidadania global.

A CRÍTICA DA CULTURA DE FRANKFURT A BIRMINGHAM

Quando se fala dos estudos culturais e da sua análise crítica das sociedades contemporâneas, é praticamente impossível – e mesmo injusto – não se referir a escola de Frankfurt.

De facto, apesar das cerca de quatro décadas que separam a criação do Institut für Sozialforschung da Universidade de Frankfurt (em 1923, por Felix Weil) e a do Centre for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham (em 1964, por Richard Hoggart), ambos partilham vários pontos em comum (Kellner, 1997): a sua filiação marxista; a sua recusa de uma versão primária do marxismo, assente na distinção entre infraestrutura e superestrutura e na suposta determinação da segunda pela primeira; o relevo dado ao tema da cultura, que ultrapassa a distinção infraestrutura/superestrutura; a sua visão crítica daquilo a que Adorno e Horkheimer (1944/2002) chamam a “indústria da cultura” [*Kulturindustrie*] e Hoggart (1957/2009) chama a “cultura de massa” [*mass culture*].

No entanto, há também importantes diferenças entre ambas as correntes, em particular as duas seguintes: a resistência à cultura de massa provém, para a escola de Frankfurt, da “alta cultura”, enquanto para os estudos culturais ela provém da cultura popular, em particular da classe trabalhadora; para a escola de Frankfurt a resistência à cultura de massa é praticamente impossível, já que a produção determina totalmente a receção, enquanto para os estudos culturais a resistência existe em muitos casos, na medida em que a receção pode ser feita quer no sentido pretendido da produção, quer em sentido diverso, quer mesmo em sentido oposto – aquilo a que Stuart Hall (1973/1980) chama a posição dominante-hegemónica, a posição negociada e a posição oposicional.

A crítica da escola de Frankfurt à indústria da cultura assenta, de facto, em dois pressupostos básicos: a distinção entre alta e baixa cultura; a identificação da cultura produzida pela indústria da cultura com a baixa cultura.

Ora, ambos os pressupostos são problemáticos.

Quanto à distinção entre alta e baixa cultura, ela esquece que uma cultura nacional ou grupal é um todo heterogéneo, que engloba elementos tanto de “alta cultura” – as artes, a filosofia, a ciência – como de “baixa cultura”, incluindo-se aqui a cultura popular, no sentido da cultura predominantemente oral, herdada das gerações anteriores por uma espécie de osmose, e a própria cultura de massa, a cultura veiculada pelos meios de comunicação de massa, em geral com carácter transnacional. Este mesmo entendimento da cultura como um todo heterogéneo é partilhado pela Unesco (2002, Preamble), para quem

a cultura deve ser considerada como o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos, que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e engloba, para além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver em conjunto, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.

Estes vários traços coexistem em cada cultura de forma mais ou menos harmoniosa, comunicando entre si quer por uma língua comum, quer por aquilo a que Luhmann chama os meios de comunicação simbolicamente generalizados, e em que se incluem o dinheiro, o poder, a influência, os compromissos de valor, a verdade, ou o amor (Luhmann, 1981). Assim, expressões como “alta cultura” ou “baixa cultura” não passam de meras abstrações, assentes em juízos de valor que, numa sociedade ou grupo social,

determinados estratos sociais emitem em relação a outros e à respetiva cultura, visando, em última análise, legitimar a sua hegemonia – mesmo quando os extratos emiten-tes são, alegadamente, “intelectuais humanistas” ou “intelectuais de esquerda”.

Quanto à identificação da cultura produzida pela indústria da cultura com a baixa cultura, ela esquece que, por um lado, muita da “alta cultura” se transforma em cultura “industrial” – por exemplo a arte de Picasso ou de Andy Warhol – e que, por outro lado, muita da cultura “industrial” é, verdadeiramente, “alta cultura” – por exemplo os filmes de Charlie Chaplin ou Orson Welles. Na realidade, a expressão “indústria da cultura” designa mais um processo de produção e de difusão da cultura – a cultura como informação na era industrial – do que propriamente o seu conteúdo.

Os estudos culturais são, precisamente, um sintoma daquilo a que, parafraseando Arthur Danto e o seu “fim da arte” (Danto, 1984), poderíamos chamar o fim da (alta) cultura como aura e distinção, e que leva a que a cultura passe a ser vista como uma realidade “ordinária” (Williams, 1958/1989). Em ambos os casos, o que está em causa é a descrença num cânone, num critério normativo que define universalmente o que é valioso e o que não o é, para passar a critérios empíricos, de base sociológica e antropológica e, portanto, particulares.

Esse fim da alta cultura como cânone leva a uma espécie de negacionismo por parte dos defensores da “alta cultura”, de que um dos exemplos mais recentes e conhecidos é o de Vargas Llosa, que vê na hodierna “cultura do espetáculo” (ou entretenimento) – exemplificada em produtos como as telenovelas brasileiras, os filmes de Hollywood ou os *shows* de Shakira – a morte da verdadeira cultura, que visava durar e eternizar-se, e não ser consumida e esquecida no momento (Vargas Llosa, 2013). Mais comedido, algumas décadas antes de Vargas Llosa, já Steiner (1971) tinha teorizado o advento de uma pós-cultura. Ora, não deixa de ser curioso este apego de muitos dos intelectuais “humanistas” do Ocidente à chamada “alta cultura” – já que se ela não criou, pelo menos não evitou as duas guerras mundiais que tiveram lugar no século XX, bem como toda a barbárie que as acompanhou, não sendo raros os casos de algozes dos campos de concentração que gostavam de enviar os presos para a morte ao som de música erudita...

Se no tempo em que reinava a (ideia de) alta cultura, os espaços privilegiados da mesma eram os museus, as bibliotecas e as universidades, hoje a cultura é vista como sendo de todos os lugares, incluindo aqueles, mas também todos os outros: a fábrica (a cultura operária), a cozinha (a cultura gastronómica), o estádio (a cultura desportiva), etc.

Tal não implica, no entanto, que no seio de uma cultura tudo seja considerado como igualmente importante. Definir o que é e o que não é importante, ou o que é mais ou menos importante aponta, desde logo, para a questão da relação entre cultura e poder.

CULTURA E PODER: DA VIRAGEM CULTURAL À VIRAGEM POPULISTA

A questão da relação entre cultura e poder está presente, logo desde o seu início, nos estudos culturais ingleses. Assim, Raymond Williams, em *The long revolution* – um dos três textos que, a par de *Uses of literacy*, de Richard Hoggart e *Making of the English*

working class, de E. P. Thompson, Stuart Hall (1980) considera seminais nesta corrente –, afirma a necessidade de pensar em conjunto, como um mesmo processo, a revolução industrial, a revolução democrática e a revolução cultural, de forma a dar-se conta da “longa revolução” em curso (Williams, 1961/1963 pp. 9-15). O texto de Stuart Hall mencionado sublinha, por seu lado, a ligação da linha de pensamento dos três autores/livros com a agenda da Nova Esquerda [*New Left*], que colocava a “política do trabalho intelectual” no centro da nova corrente (Hall, 1980, p. 58).

Também membros das gerações mais recentes dos estudos culturais sublinham esta preocupação de pensar a relação entre cultura e poder, particularmente as relações de poder que determinam quem é representado e quem o não é, quem fala e quem é silenciado, mesmo o que conta como “cultura” (Couldry, 2000, p. 2). Relativamente a tais relações de poder, os valores afirmados pelos estudos culturais “são os da democracia cultural e política e da eliminação progressiva das desigualdades de poder” (Couldry, 2000, p. 6). Quanto ao tipo de democracia que aqui está em causa, o mesmo autor cita o seguinte extrato de *The long revolution*: “se o homem é, essencialmente, um ser que aprende, cria e comunica, a única organização social adequada à sua natureza é uma democracia participativa na qual todos nós, enquanto indivíduos únicos, aprendemos, comunicamos e controlamos” (Williams citado em Couldry, 2000, p. 26).

Em texto mais recente, Couldry (2006) apontava como características dos estudos culturais não apenas a ênfase no consumo da cultura e na cultura popular, mas, sobretudo, a preocupação com as profundas desigualdades na forma como os sujeitos podem tomar a palavra, “emergir como sujeitos falantes” (p. 26). De modo análogo, ao referir-se a Raymond Williams, Storey (2017) refere que o objeto dos estudos culturais é a cultura e o poder, entendendo-se a cultura como um conjunto de significados simultaneamente partilhados e contestados; quanto ao poder, o mesmo autor sublinha a influência do conceito de hegemonia de Gramsci nos estudos culturais e na sua distanciação do marxismo clássico e da ideia da determinação da infraestrutura, considerando-se todo o resto – nomeadamente o género – como “meramente cultural” (Butler, 1997).

A partir da década de oitenta do século XX, os estudos culturais vão sofrer um duplo processo de internacionalização e de institucionalização. A primeira, que terá provocado impactos sobre os estudos culturais nem sempre positivos (Grossberg, 1993), leva a que eles passem a estar presentes nas academias de todo o mundo (Miller, 2001), incluindo Portugal (Baptista, 2009; Martins, 2010; Sampaio, 2013) e Brasil (Escosteguy, 2010). A segunda refere-se, precisamente, à entrada dos estudos culturais na academia, dando a origem a cursos de graduação e pós-graduação, a projetos de investigação, etc., em parte como resposta à crise das humanidades (Hall, 1990).

Mas este (aparente) sucesso dos estudos culturais terá sido, simultaneamente, causa e consequência de uma “viragem populista” [*populist turn*], que leva a um “populismo cultural” que acaba por considerar o capitalismo como “cool” (McGuigan, 2011).

Os estudos culturais transformam-se, assim, em meros estudos de receção, caindo na “conformidade cultural” (Miller & Philo, 2000), celebrando o “popular” e as “audiências ativas” (Miller & Philo, 2001), esquecendo os momentos – e os poderes – da

produção e da circulação da cultura e estabelecendo a “grande divisão” entre análise da cultura e economia política (Murdock, 1995; para uma visão crítica mais alargada deste processo, ver Ferguson & Golding, 1997).

O alegado poder das audiências no momento da receção faz esquecer que essa receção está, logo à partida, condicionada pelo que é dado a receber, pelo seu enquadramento, pelos canais em que é veiculado, pelo seu custo, etc. – por aquilo a que, no seu conjunto, se pode chamar as condições de produção, circulação e reprodução da cultura. Dito de outra forma: situar os estudos culturais apenas no momento da receção ou consumo implica aceitar e legitimar, de forma implícita, tudo o que está antes desse momento, isto é, o essencial da “indústria da cultura” (Adorno & Horkheimer, 1944/2002) e da “cultura de massa” (Hoggart, 1957/2009).

No entanto, talvez possamos falar, a este respeito, de uma terceira viragem, a viragem reflexiva – para dar conta de que a crítica da “viragem populista”, empreendida quer dentro, quer fora do campo dos estudos culturais criou as condições para a superação desse populismo. O trabalho de críticos como McGuigan (2011), Couldry (2000, 2006, 2010) ou Storey (2017), para nos referirmos apenas a alguns exemplos, que voltaram a colocar na agenda dos estudos culturais a relação entre cultura e poder comprova, precisamente, essa viragem reflexiva. Os estudos culturais regressam, deste modo, à inspiração fundamental dos seus “fundadores”, ainda que os objetos concretos em análise possam ser outros, como a *Web*, as redes sociais, a globalização, etc.

A DEMOCRACIA DE MASSAS E O PROBLEMA DA PARTICIPAÇÃO

A afirmação de que os Gregos inventaram a democracia é verdadeira, mas incompleta: de facto, os Gregos inventaram um certo tipo de democracia – a democracia participativa –, muito diferente daquilo que os Modernos designarão por tal nome.

Quanto à sua forma, a democracia caracteriza-se por dois princípios fundamentais: a igualdade de todos os cidadãos perante a lei e o respeito pela vontade da maioria na tomada de decisões. Mas estes princípios definem, precisamente, isso: a forma da democracia, não o seu conteúdo ou substância. Os Gregos juntaram, a ambos os princípios, o princípio da participação: participação não só nos debates públicos e nas tomadas de decisão políticas, mas também nos diversos órgãos de governo da cidade, de tal modo que cada cidadão era, ao mesmo tempo, governado e governante.

Sabemos que um tal tipo de democracia participativa coloca problemas de espaço (que não pode ser muito grande), de tempo (que não pode ser muito longo) e de número (dos cidadãos envolvidos, que não pode ser muito elevado). Ao estabelecer a identidade entre o homem e o cidadão, a democracia moderna vem tornar críticos os problemas do espaço, do tempo e do número. Para resolver esses problemas, e contra a perspectiva de filósofos como Rousseau, os Modernos fizeram assentar a sua democracia num princípio diverso do da participação: o da representação e da delegação do poder.

Deste modo, o processo de inclusão de todos os homens, que distingue a democracia moderna em relação à grega, só foi possível abdicando do princípio da participação e

colocando, no seu lugar, o princípio da representação – reduzindo-se a participação dos representados, no essencial, à escolha dos seus representantes.

Ora, na representação, cada um dos cidadãos é tratado de forma abstrata, como um ente numérico, um x igual a um outro x . A suposta “vontade geral” não resulta, assim, da coordenação dos interesses particulares e das diferenças dos cidadãos, mas antes da anulação – da colocação entre parêntesis – desses interesses e diferenças. Na democracia representativa, ser um cidadão quer dizer: anular-se como cidadão. A representação envolve, desta maneira, um verdadeiro paradoxo: só se representa alguém na condição de não o representar enquanto alguém em concreto, mas enquanto abstração.

Os únicos que escapam a esta lógica da anulação são os eleitos – e eleitos no duplo sentido do termo: as elites políticas que são, simultaneamente, as elites económicas e culturais, nalguns casos mesmo as velhas elites de sangue (aristocratas).

No entanto, e reciprocamente ao que acontece com os representados, também os representantes – os eleitos – se caracterizam por um número, o do seu peso (eleitoral), traduzido em número de votos.

Estes problemas da representação, que levam a uma transmutação da política em mera estatística (eleitoral), tornam-se ainda mais agudos com a transformação da “sociedade (ou comunidade) de públicos” em “sociedade de massas” (Mills, 1956/2000, pp. 300-301).

Esta transformação, que terá começado em meados do século XIX, tem na sua base fatores como “a industrialização, a urbanização, o crescimento da literacia e da imprensa popular e, não menos importante, a emergência do estado administrativo e intervencionista” (Dahlgren, 1991, p. 4). A estes fatores devem ser adicionados, até pela importância crescente que irão assumindo, os meios de comunicação de massa (Dahlgren, 1991, p. 1).

Teremos, assim, massas em todos os domínios das sociedade: nas cidades – massas de indivíduos reservados, habitando um espaço caracterizado pelo anonimato, a impessoalidade e a indiferença perante as coisas e as pessoas (veja-se o ensaio de Georg Simmel sobre a metrópole e a vida mental, datado de 1903); na produção – massas de trabalhadores acoplados às máquinas nas linhas de produção, facilmente substituíveis uns pelos outros (o sistema taylorista, tal como retratado em *Os tempos modernos*, de Charlie Chaplin, estreado em 1936); no consumo – massas de consumidores a que se destinam os objetos produzidos em série (o Ford T, de Henry Ford, lançado em 1908); na cultura – leitores, ouvintes ou espectadores que fruem os mesmos produtos culturais, produzidos de modo mais ou menos uniforme (o sistema de produção do cinema de Hollywood a partir do anos 20 do século XX, por exemplo); massas, enfim, na política – configurando aquilo a que se tem vindo a chamar a “democracia de massa” (Mills 1956/2000, p. 307; Stoker, 2006).

Se o advento da “sociedade de massas” é encarado, por autores como Gustave Le Bon (1895) ou Ortega y Gasset (1929) como o início da dominação da cena política pelas massas, e a consequente perda de poder das elites, não é essa, no entanto, a opinião de Wright Mills, que aqui perfilhamos.

De facto, enquanto na democracia liberal dos séculos XVIII e XIX ainda prevalece uma certa proximidade entre os representantes e os representados, que criam as suas associações voluntárias, e prevalece a ideia de que a política deve ser um debate racional e crítico sobre o comum, a democracia de massas vem aprofundar a distância entre os representantes e os representados, colocando entre eles partidos e outras organizações de massa que funcionam de forma mais ou menos autotélica e em que as elites conversam com as elites, substituindo o debate entre cidadãos pela manipulação e pela propaganda, usando para isso os *mass media*. Estes não são, assim, apenas um dos fatores da emergência da sociedade de massas, são também um dos principais meios de que as elites económicas e políticas se servem para exercer o seu poder sobre as massas (Mills, 1956/2000, p. 315).

O que falta à democracia assente no princípio da representação para ser de facto democracia é, como dissemos atrás, o princípio da participação. É ao participar nos vários círculos em que decorre a sua vida social que cada um dos cidadãos pode “representar-se” a si próprio, fazer valer os seus interesses e diferenças.

Não que o princípio da representação tenha de ser anulado – a questão é, antes, a de saber como é que, numa democracia de massas, ambos os princípios podem ser articulados – e isto a todos os níveis em que os processos de decisão política têm lugar, desde o local de trabalho até ao parlamento nacional ou mesmo supranacional.

Esta era, podemos dizer, a fundamental exigência teórica e prática – militante, política e pedagógica – dos estudos culturais ingleses nas suas origens: como tornar a democracia de massas mais democrática? Como radicalizar a democracia? Como vimos, a “longa revolução” referida por Raymond Williams pressupunha que a “revolução democrática” fosse acompanhada, para além de uma “revolução industrial”, de uma “revolução cultural”, ou seja, que a economia, a política e a cultura fossem vistas em conjunto. Este é, justamente, o tema da secção que se segue.

UMA DEMOCRACIA RADICAL E PLURAL

Uma democracia que não seja meramente formal – isto é, que não reduza a participação cidadã ao voto – implica o respeito prático e jurídico-político pelas diferenças entre indivíduos e grupos e pela diversidade cultural¹. Mas as diferenças que aqui estão em jogo são as especificamente culturais, ou seja, aquelas que os indivíduos ou grupos mobilizam discursivamente para se distinguirem de outros indivíduos ou grupos e, desse modo, definirem a sua própria identidade (Appadurai, 1996, pp. 12-13).

Como já referimos, uma das direções fundamentais dos estudos culturais ingleses foi a sua atenção às diferenças culturais – diferenças de género, de raça, de etnia, de idade, etc. –, indo neste aspeto muito para além das diferenças de classe já apontadas pelo marxismo mais ortodoxo.

¹ Apesar de os dicionários os considerarem praticamente como sinónimos, tomamos aqui os termos diferença e diversidade em sentidos distintos. Assim, enquanto a diferença é o que permite distinguir um indivíduo ou grupo de um outro indivíduo ou grupo, a diversidade refere-se ao facto de haver indivíduos e grupos diferentes. Ela será tanto maior quanto maior for o número de indivíduos ou grupos diferentes e quanto maiores forem as diferenças entre indivíduos ou grupos.

Esta posição dos estudos culturais sobre a importância da diversidade cultural, que era também já a de Lévi-Strauss (1952/1987, especialmente pp. 13-17), foi recentemente (re)afirmada pela Unesco (2002), numa declaração que considera a diversidade cultural tão importante para o género humano como a biodiversidade para a ordem dos seres vivos, e que vê como seu limite apenas os direitos do homem (esta era também, no essencial, a posição defendida por Lévi-Strauss).

Em contraste com esta posição, subsiste ainda hoje a posição daqueles que, defendendo a ideia de *uma* cultura – a que por vezes chamam “humanista” – defendem que a diversidade não é senão uma forma de valorizar aquilo que não é, de facto cultura, mas um seu sucedâneo. Esta posição, a que já atrás nos referimos, decorre também de uma postura etnocêntrica que valoriza o que é judaico-cristão, grego e europeu – e, dirão muitas filósofas, masculino – em detrimento do que o não é, e que é só a maior parte do mundo (nem culturas tão antigas e importantes como as da China e da Índia fazem parte desse mapa mental eurocêntrico dos “humanistas”).

A diversidade é uma questão política básica porque a sua afirmação ou negação equivalem a reconhecer a todos ou a recusar a alguns o direito à visibilidade e à participação na vida social. Não há diversidade se o que é diverso não aparece aos olhos de todos, no espaço público (Arendt, 1958).

Uma democracia que procura respeitar as diferenças e a diversidade cultural pressupõe uma política a que autores como Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985/2001) chamam uma “política democrática radical”.

Esta “política democrática radical” é caracterizada pelos autores como um projeto que pretende unir as velhas lutas dos trabalhadores com as novas lutas das minorias (as mulheres, os jovens, os homossexuais, os negros, etc.) e a redistribuição económica com o reconhecimento social – estendendo as exigências de democracia, de liberdade e igualdade, do domínio da economia e do trabalho aos domínios do género, da raça, da etnia, etc. Ainda de acordo com Laclau e Mouffe, esta democracia é radical porque cada uma das identidades coletivas vale por si mesma; e é plural porque considera as diferentes identidades em presença como igualmente importantes. No entanto, ela não implica renunciar à democracia deliberativa, mas antes estender o seu impulso democratizante, libertário e igualitário em direção a uma democracia que pode assumir diversas formas de participação e exercício, consoante os coletivos e os espaços de que se trata.

Neste mesmo sentido, Grossberg (2015) refere a necessidade de articulação, à esquerda, entre uma “política vertical”, e uma “política horizontal”, uma democracia deliberativa/representativa e uma democracia participativa – se bem que, tal como no caso de Laclau e Mouffe, permaneça em aberto a questão crucial de saber como estabelecer, na prática, essa articulação.

Se a democracia tem a ver com a inclusão do diferente, a cidadania tem a ver com a participação na democracia (Storey, 2017), podendo-se mesmo falar de uma “cultura” de cidadania (Couldry, 2006).

Impõe-se, portanto, uma cidadania cultural que, a par da cidadania política (“direito a residir e votar”) e da cidadania económica (“direito a crescer e prosperar”), insista “num direito à comunicação e à representação da diferença cultural” (Miller, 2011, p. 57).

Adotando uma distinção de Giroux (2000), é imprescindível uma “cultura da política” [*culture of politics*] que leve os cidadãos a participar na vida cívica e política, e que é indissociável de uma “política da cultura” [*politics of culture*], que tem de ser aprendida, fomentada e aprofundada. Daí a importância de uma pedagogia dos estudos culturais que seja não apenas política, mas também insurgente (Giroux, 2001).

Insurgente quer dizer: que não se limite a desviar os olhos ou mesmo a fazer a apologia do neoliberalismo atual – que, no fundo, não é mais do que um darwinismo social elementar.

Segundo Couldry (2010), uma política “pós-liberal”, que conteste o neoliberalismo vigente, deve assentar na ideia de que todas as vozes devem ser ouvidas, que todas elas devem ter visibilidade no espaço social. Ora, as novas tecnologias da comunicação vieram trazer novas possibilidades para fazer ouvir essas vozes, já que permitem: a audição de novas vozes; a consciência mútua destas novas vozes; novas escalas de organização dos coletivos; outros espaços (não-espaços) de intervenção; novas intensidades do ouvir (pp. 139-141). Importa perguntar, no entanto, qual o real impacto destas novas vozes no sistema democrático: serão ouvidas apenas numa lógica de protesto e de contra-democracia? É possível a sua articulação com as vozes institucionalizadas? Estas são questões decisivas, na medida em que “o déficit fundamental nas democracias é (...) não de voz, mas de valorização da voz, de envolvimento da voz nos processos de cooperação social” (Couldry, 2010, p. 144).

Uma nova política exige novos tipo de ação. Um deles, enunciado por Couldry, é o ato de saudação [*greeting*], por exemplo “deixando os trabalhadores migrantes assistir, falar e ter as suas perspetivas levadas em conta numa reunião do conselho municipal”. De um modo mais geral, acrescenta Couldry, “os atos de saudação questionam as formas de *invisibilidade* que excluem as pessoas da gama de possíveis atores políticos” (Couldry, 2010, p. 146).

Esta questão da aceitação do Outro ganha uma importância cada vez maior num mundo em que os fluxos migratórios e culturais se tornaram a verdadeira regra.

UMA CIDADANIA GLOBAL

O pensamento político clássico sobre a democracia refere-se, de forma mais ou menos explícita, a uma democracia que existe no contexto de um estado-nação; a própria ideia clássica de cidadania tem como pressuposto esse mesmo estado-nação.

Ora, nestes tempos que vivemos, uma política democrática “pós-liberal” implica estender a democracia em duas direções diferentes e complementares: para cá do nacional, para o regional e o local, incluindo aqui a autarquia local, a escola, o local de trabalho, etc.; e para lá do nacional, para o transnacional e o global.

A necessidade de estender a questão da democracia ao nível global, e de colocar a questão da possibilidade de uma “cidadania global”, decorre das próprias características da globalização, nomeadamente as que se referem ao domínio cultural.

Como sublinha a conhecida definição de Giddens (1990, p. 64), a globalização pode ser definida como “a intensificação de relações sociais mundiais que unem localidades

distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice-versa”. Tendo em conta esta definição, a globalização implica um conjunto de fluxos que ultrapassam e apagam todas as fronteiras, e que, não sendo exclusivos dos tempos mais recentes, neles ganharam toda a sua amplitude: fluxos de pessoas (migrantes, estudantes, turistas, refugiados...), de comunicações (as rádios, as tvs por cabo e por satélite, a internet...), de dinheiro e outros produtos financeiros (ações, etc.) e de mercadorias, incluindo aqui os chamados bens culturais (livros, filmes, discos...). O sistema aberto e reticular da globalização, que tem o seu símbolo maior na internet, contrasta, assim, com o sistema fechado e linear da guerra fria, cujo símbolo maior era o Muro de Berlim, derrubado em 1989 (Friedman, 1999).

No conjunto dos fluxos referidos, e no que se refere especificamente à globalização cultural, o antropólogo Arjun Appadurai destaca o efeito interligado das comunicações eletrónicas – e, em particular, das imagens que estas veiculam – e das migrações, que aponta para um espaço que, mais do que deslocalizado, integra muitos espaços simbólicos diferentes (Appadurai, 1996, pp. 2-4). E Appadurai dá os seguintes exemplos do funcionamento integrado de ambos os processos:

quando os trabalhadores Turcos na Alemanha veem filmes turcos nos seus apartamentos alemães, os Coreanos de Filadélfia veem as Olimpíadas de 1988 em Seul através de emissões satélites da Coreia, e em Chicago os taxistas paquistaneses ouvem cassetes de sermões gravados em mesquitas no Paquistão ou no Irão, vemos imagens em movimento que vão ao encontro de espectadores desterritorializados. Estes criam esferas públicas de diáspora, fenómenos que confundem as teorias que dependem do relevo continuado do Estado-nação como árbitro principal de importantes transformações sociais. (Appadurai, 1996, p. 4)

Appadurai filia esta sua perspetiva no trabalho de Benedict Anderson sobre as “comunidades imaginadas”: tal como as comunicações de massa escritas, nomeadamente os jornais e as novelas, fizeram emergir o estado-nação, também, defende Appadurai, as comunicações eletrónicas estão a fazer emergir um mundo pós-nacional, globalizado (Appadurai, 1996, p. 8).

As “esferas públicas da diáspora” mencionadas por Appadurai colocam vários desafios, a vários níveis políticos, todos de difícil solução.

Um primeiro desafio, a nível de cada um dos estados nacionais que acolhem os migrantes, é o da integração destes, conciliando a sua igualdade jurídico-política com a sua diferença cultural, o “modelo jacobino” com o “modelo multicultural” (Gignac, 1997) – não propriamente condescendendo com as diferenças culturais, mas reconhecendo essas diferenças e promovendo o envolvimento dos “diferentes” na atividade cívica e política (sobre o) comum (Taylor, 1992/1994). A atual situação em vários países da Europa e nos EUA – o auto intitulado “ocidente humanista” –, caracterizada por derivas nacionalistas, xenófobas e racistas de vários matizes mostra quão difícil é, na prática, aceitar o princípio da pluralidade e da diferença das culturas.

Um segundo desafio, a nível da relação bilateral ou multilateral entre os estados nacionais, é o da circulação dos migrantes de um estado para outro, à procura de melhores condições de vida. Como o mostraram, recentemente, a votação da maioria dos cidadãos ingleses a favor do *Brexit*, ou a abstrusa proposta do atual presidente dos EUA de construção de um muro entre os EUA e o México, a pagar por este último país, a circulação de migrantes encontra-se sempre ameaçada por novos muros, simbólicos e reais.

Um terceiro desafio, a nível global ou quase-global, é o da concretização do ideal utópico de organizações como as Nações Unidas ou a União Europeia, de construção de uma cidadania supranacional, mundial ou europeia. No entanto, para além da sua falta de poder efetivo, estas organizações carecem de maior democracia e maior igualdade entre os países que as integram – sob pena de, numa lógica estritamente neoliberal, (continuar a) imperar a lei do mais forte a nível económico, político e/ou militar.

Todos e cada um destes desafios fazem-nos, mais uma vez, tomar consciência de que, tal como escreve Grossberg (2017) em título de artigo dedicado à crise atual (estadunidense), “não há garantias na história”. Ou seja: perda para sempre a crença na redenção histórica prometida pela Fé, pela Razão ou pelo Partido, nada pode substituir a ação de cada um de nós – uma ação sempre frágil e contingente, mas que, juntamente com todas as outras ações igualmente frágeis e contingentes, é a única forma de irmos traçando rumos no tempo.

O que nos leva a regressar, na secção final deste texto, ao carácter político e crítico dos estudos culturais, para questionar o lugar dos intelectuais que hoje os investigam, ensinam e discutem um pouco por todo o mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fosse ou não para salvar as humanidades em crise, os estudos culturais fizeram a sua entrada na academia: nos centros de investigação, nos cursos de graduação e pós-graduação, nas disciplinas. Multiplicaram os seus objetos de estudo, diversificaram-se, ocuparam os interstícios dos saberes e das práticas. Em muitos casos, de críticos e contestatários, ter-se-ão tornado respeitados e respeitosos – institucionalizaram-se, deixaram de ser “políticos”.

Pode-se observar, em relação a esta situação de facto, que não compete ao intelectual ser “político” no sentido de propor uma política concreta, apesar de não haver uma distinção clara e simples entre o trabalho intelectual e o trabalho político (Grossberg, 2010, pp. 242-243).

De facto, o trabalho intelectual nunca deixa de ser político. Regressamos aqui, mais uma vez, a Marx e à sua XI tese sobre Feuerbach: “os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (Marx, 1845/2007, p. 536).

Mesmo que aceitemos que interpretar o mundo é diferente de o transformar – o que é muito discutível, dado que toda a interpretação transforma, desde logo, quer o próprio intérprete, quer a coisa interpretada –, o que é certo é que há determinadas interpretações que nos levam a ver o mundo de uma outra forma, às vezes radicalmente

diferente, e que nos incitam mesmo a transformá-lo – tal como aconteceu, precisamente, com a interpretação da história feita pelo próprio Marx; e que, pelo contrário, há outras interpretações que nos levam a aceitar o estado vigente do mundo, a deixar tudo tal como está.

Em termos concretos, parece ser forçoso reconhecer-se que o trabalho intelectual de autores como Richard Hoggart, Raymond Williams, Edward P. Thompson ou Stuart Hall, em Inglaterra, ou de Roland Barthes, Michel Foucault ou Pierre Bourdieu, em França, para darmos apenas alguns exemplos, é político desde os seus começos: nos temas que escolhem, na forma como os tratam, nas consequências que extraem do seu tratamento².

O trabalho intelectual destes autores não teve apenas efeitos teóricos, a nível de um saber que se aprende, se discute, se contesta ou se aceita – e isso já seria muito; teve, também, efeitos práticos, levando muitos jovens e menos jovens, trabalhadores ou estudantes, militantes ou nem por isso, a associar-se, a tomar posições, a desenvolver ações de rua, etc.; neste aspeto, e como dissemos, o caso de Foucault é paradigmático.

Portanto, o trabalho intelectual é sempre político – pode é ser político de diferentes maneiras: pode apoiar o *status quo*, pode contrariar esse *status quo*, ou pode pura e simplesmente abster-se de tomar posição – o que não deixa de ser uma posição como outra qualquer.

No caso concreto dos estudos culturais, eles têm na sua génese a crítica do poder em nome da cultura e da democracia. “Fazer estudos culturais” no sentido real da expressão implica, necessariamente, adotar uma tal postura crítica e política.

Se e quando tal não acontece, é porque não se trata, de facto, de estudos culturais; tratar-se-á, certamente, de uma outra coisa: a profissão, a carreira, mesmo algo tão passageiro como uma tese ou uma dissertação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adorno, T. & Horkheimer, M. (1944/2002). The culture industry: Enlightenment as mass deception. In G. S. Noerr (Ed.), *Dialectic of Enlightenment: Philosophical Fragments* (pp. 94-136). Stanford: Stanford University Press.
- Appadurai, A. (1996). *Modernity at large: Cultural dimensions of globalization*. Minneapolis, Londres: University of Minnesota Press.
- Arendt, H. (1958). *The human condition*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Baptista, M. M. (2009). Estudos culturais: o quê e o como da investigação. *Carnets, Cultures littéraires: nouvelles performances et développement*, 451-461. Retirado de <http://carnets.web.ua.pt/>
- Butler, J. (1997). Merely cultural. *Social Text*, 52/53, 15(3-4), 265-277.
- Chaney, D. (1994). *The cultural turn: Scene-setting essays on contemporary cultural history*. Londres: Routledge.

² Em relação ao caso específico – e exemplar – de Foucault, veja-se o documentário de François Caillat, *Foucault contre lui-même*, França, 2014, 52 minutos. Versão legendada em português disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=FVKw8V-CgXk>

- Couldry, N. (2000). *Inside culture: Re-imagining the method of cultural studies*. Londres, Thousand Oaks, Nova Delhi: Sage Publications.
- Couldry, N. (2006). Culture and citizenship: The missing link? *European Journal of Cultural Studies*, 9(3), 321-339.
- Couldry, N. (2010). *Why voice matters: Culture and politics after neoliberalism*. Londres, Thousand Oaks, Nova Delhi: Sage Publications.
- Dahlgren, P. (1991). Introduction. In P. Dahlgren, & C. Sparks (Eds.), *Communication and citizenship: Journalism and the public sphere in the new media age* (pp. 1-23). Londres: Routledge.
- Danto, A. C. (1984). The end of art. In B. Lang (Ed.), *The death of art* (pp. 5-35). Nova Iorque: Haven Publications.
- Escosteguy, A. C. (2010). *Cartografias dos estudos culturais: Uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Ferguson, M. & Golding, P. (Eds.) (1997). *Cultural studies in question*. Londres: Sage.
- Friedman, T. L. (1999). Duelling globalizations: a debate between Thomas L. Friedman and Ignacio Ramonet. *Foreign Policy*, 116, 110-127.
- Giddens, A. (1990). *The consequences of modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Gignac, J.-L. (1997). Sur le multiculturalisme et la politique de la différence identitaire: Taylor, Walzer, Kymlicka. *Politique et Sociétés*, 16, 31-65. doi: 10.7202/040066ar
- Giroux, H. A. (2000). Cultural studies and the culture of politics: beyond polemics and cynicism. *jac* 20(3), 505-540.
- Giroux, H. A. (2001). Cultural studies as performative politics. *Cultural Studies - Critical Methodologies*, 1(1), 5-23.
- Grossberg, L. (1993). Cultural studies and/in new worlds. *Critical Studies in Mass Communication*, 10(1), 1-22. doi: 10.1080/15295039309366846.
- Grossberg, L. (2010). On the political responsibilities of cultural studies. *Inter-Asia Cultural Studies*, 11(2), 241-247. doi: 10.1080/14649371003616375.
- Grossberg, L. (2015). *We all want to change the world*. Londres: Lawrence & Wishart. Retirado de https://www.lwbooks.co.uk/sites/default/files/free-book/we_all_want_to_change_the_world.pdf
- Grossberg, L. (2017). There are no guarantees in history: A cultural studies perspective on the current crisis. *Truthout*. Retirado de <https://tinyurl.com/zzbq2cg>
- Hall, S. (1973/1980). Encoding/decoding. In S. Hall; D. Hobson; A. Lowe & P. Willis (Eds.), *Culture, media, language* (pp. 128-38). Londres: Hutchinson.
- Hall, S. (1980). Cultural studies: Two paradigms. *Media, Culture and Society*, 2(1), 57-72.
- Hall, S. (1992). Cultural studies and its theoretical legacies. In L. Grossberg, C. Nelson, & P. A. Treichler (Eds.), *Cultural Studies* (pp. 277-294). Nova Iorque, Londres: Routledge.
- Hall, S. (2007). Richard Hoggart, *The Uses of Literacy* and the cultural turn. *International Journal of Cultural Studies*, 10(1), 39-49. doi: 10.1177/1367877907073899

- Hoggart, R (1957/2009). *The uses of literacy*. Londres: Penguin.
- Kellner, D. (1997). The Frankfurt School and British Cultural Studies: The missed articulation. In J. McGuigan (Ed.), *Cultural methodologies* (pp. 12-41). Londres, Thousand Oaks, Nova Delhi: Sage Publications.
- Laclau, E., & Mouffe, C. (1985/2001). *Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics*. Londres: Verso.
- Le Bon, G. (1895). *Psychologie des foules*. Paris: Félix Alcan.
- Lévi-Strauss, C. (1952/1987). *Race et histoire*. Paris: Denoel.
- Luhmann, N. (1981). The improbability of communication. *International Social Science Journal*, 23(1), 122-132.
- Martins, M. L. (2010). Os *Cultural Studies* no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. In M. L. Martins (Ed.), *Caminhos nas Ciências Sociais: memória, mudança social e razão - Estudos em homenagem a Manuel da Silva Costa* (pp. 271-287). Coimbra: Grácio Editor.
- Marx, K. (1845/2007). 1. Ad Feuerbach (1845). In K. Marx & F. Engels, *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)* (pp. 533-535). São Paulo: Boitempo.
- McGuigan, J. (2011). From cultural populism to cool capitalism. *Art & the Public Sphere*, 1(1), 7-18. doi: 10.1386/aps.1.1.7_1
- Miller, D., & Philo, G. (2000). Cultural compliance and critical media studies. *Media, Culture & Society*, 22, 831-839. doi: 10.1177/016344300022006007
- Miller, D., & Philo, G. (2001). The active audience and wrong turns in media studies: Rescuing media power. *Soundscapes*, 4. Retirado de http://www.icce.rug.nl/~soundscapes/VOLUME04/Active_audience.shtml
- Miller, T. (2001). Introduction. In T. Miller (Ed.), *A companion to cultural studies* (pp. 1-20). Malden, EUA / Oxford: Blackwell Publishers.
- Miller, T. (2011). Cultural citizenship. *MATRIZES*, 4(2), 57-74.
- Mills, C. W. (1956/2000). *The power elite*. Oxford: Oxford University Press.
- Murdock, G. (1995). Across the great divide: Cultural analysis and the condition of democracy. *Critical Studies in Mass Communication*, 12(1), 89-95. doi: 10.1080/15295039509366922
- Ortega y Gasset, J. (1929). *La rebelión de las masas*. Madrid: Revista de Occidente.
- Sampaio, S. (2013). Portuguese cultural studies / Cultural studies in Portugal. *Culture Unbound*, 5, 73-88. Retirado de <http://www.cultureunbound.ep.liu.se>
- Steiner, G. (1971). In a post-culture. In *In Bluebeard's Castle: Some notes towards the redefinition of culture* (pp. 59-93). New Haven: Yale University Press.
- Stoker, G. (2006). Politics in mass democracies: destined to disappoint?. *Representation*, 42(3), 181-194. doi: 10.1080/00344890600844723
- Storey, J. (2017). The politics of culture. *Middle East – Topics & Arguments*, 7, 15-21.
- Taylor, C. (1992/1994). The Politics of Recognition. In A. Gutmann (Ed.), *Multiculturalism and the politics of recognition* (pp. 25-73). Princeton: Princeton University Press.

Unesco (2002). Déclaration Universelle de l'Unesco sur la diversité culturelle. Adoptée par la 31^e Session de la Conférence Générale de l'Unesco, Paris, 2 Novembre 2001. Retirado de <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160m.pdf>

Vargas Llosa, M. (2013). *A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Williams, R. (1958/1989). *Resources of hope: Culture, democracy, socialism*. Londres, Nova Iorque: Verso.

Williams, R. (1961/1963). *The long revolution*. Londres: Penguin Books.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Paulo Serra é Professor Catedrático na Universidade da Beira Interior (UBI), onde se doutorou em Ciências da Comunicação, em 2005. Atual presidente da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom), é investigador do LabCom.IFP da UBI. É autor dos livros *A Informação como Utopia* (1998), *Informação e Sentido* (2003) e *Manual de Teoria da Comunicação* (2008). É co-autor do livro *Informação e Persuasão na Web* (2009) e coorganizador de várias obras, a última das quais *Politics and Web 2.0: The Participation Gap* (2016).

E-mail: pserra@ubi.pt

Morada: Departamento de Comunicação e Artes, Universidade da Beira Interior, Rua Marquês D'Ávila e Bolama, 6201-001 Covilhã, Portugal

Bruno Serra é investigador do Centro de Ética, Política e Sociedade (CEPS), da Universidade do Minho, é licenciado em Filosofia e mestre no Ensino da Filosofia no Ensino Secundário pela UBI. Em 2016 obteve o Doutoramento em Filosofia pela Durham University (Reino Unido), resultante de uma Bolsa FCT. Publicações recentes incluem os capítulos *Disposable Assets: Weyland-Yutani's Special Brew of Business Ethics* (2017), *Filosofia e Educação para a Cidadania* (2015) e *Citizenship and Political Action: the Dilemma between Patriotism and Cosmopolitanism* (2015).

E-mail: bdserra@gmail.com

Morada: Centro de Ética, Política e Sociedade, ILCH - Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal

* **Submetido: 15-05-2017**

* **Aceite: 15-07-2017**

DEMOCRACY AND CULTURAL DIVERSITY

Paulo Serra & Bruno Serra

ABSTRACT

Through the Latin saying *Hic rhodus hic saltus*, mentioned in the preface of his *Philosophy of Right*, Hegel intended to emphasise that it is Philosophy's duty to study what is real, rather than what ought to be. During the 60's of the 20th century, what was real was, as far as British Cultural Studies were concerned, the cultural revolution ongoing since the end of the II World War, which made critical the study of such issues as the relationship between culture and power, popular culture and mass culture, cultural homogeneity and cultural diversity. The considerations on these issues produced by cultural studies' authors – British and otherwise – remain crucial today, perhaps more so than ever. Setting the work carried through by cultural studies in the domain of culture, this paper aims to reflect upon the condition of a democracy that respects plurality and cultural differences, not only at national state level – presently undergoing deep changes – but also at a global level. In order to do so, we will somewhat anachronistically move beyond Hegel and his tethering to the real by returning to Kant and his ideal for a cosmopolitan society.

KEYWORDS

Cultural studies; cultural diversity; democracy; participation; globalization

RESUMO

Com o dito latino *Hic rhodus hic saltus*, referido no prefácio da sua *Filosofia do Direito*, pretendia Hegel sublinhar que cabe à filosofia estudar o que é, o real, e não o que deveria ser. Nos anos 60 do século XX, o real era, para os estudos culturais ingleses, a revolução cultural em curso desde os finais da II Guerra Mundial, e que tornava crucial o estudo de questões como as da relação entre cultura e poder, cultura popular e cultura de massa, homogeneidade cultural e diversidade cultural. As reflexões dos autores dos estudos culturais, ingleses e outros, em relação a estas questões, continuam hoje a ser cruciais e, diríamos mesmo, mais cruciais do que nunca. Partindo do trabalho levado a cabo pelos estudos culturais no domínio da cultura, o presente artigo reflete sobre as condições de uma democracia que respeite a pluralidade e a diferença das culturas, não só a nível do estado nacional, hoje em profunda mudança, mas também a nível mundial/global. De forma algo anacrónica, deixamos Hegel e a sua ancoragem ao real para regressarmos a Kant e ao seu ideal de uma sociedade cosmopolita.

PALAVRAS-CHAVE

Estudos culturais; diversidade cultural; democracia; participação; globalização

INTRODUCTION

The starting point for the considerations contained in this text is provided by the considerable work within the domain of cultural studies produced by the Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS) at the University of Birmingham, founded in 1964 by Richard Hoggart, who was also its first director, and later (from 1969 on) led by Stuart Hall.

These cultural studies decisively contributed for the cultural turn which took place during the second half of the 20th century, and which may be regarded as a continuation of the linguistic turn that occurred early in the same century (Chaney, 1994, pp. 1-2; Hall, 2007). The main effect and sign of such a turn lies in the “centrality of culture”, translated into aspects such as the development of culture industries, the growing importance of culture in several facets of social and economic life, the effects of culture on various discourses and disciplines, as well as the affirmation of culture as a central category in the analysis of contemporary social life (Hall, 2007, p. 39).

As such, British Cultural Studies ultimately became one of the key sources for what we nowadays term simply “studies of culture”, broader in range than the former and not necessarily entailing any affiliation with the political left or otherwise.

It is not, however, always easy to clearly determine what we might understand as “cultural studies”. Taking the case of the United States as an example of this, Hall (1992, p. 22) argued that the notion of “cultural studies” had become “an umbrella for just about anything”. What one calls “cultural studies” has, in fact, always been comprised by a great variety and diversity of objects and subjects rooted in humanities and social sciences, something that has prevented them from being legitimately reduced to a single school – be it Birmingham’s or any other (Hall, 1992).

Despite its affiliation to Marxism – or, at the very least, to a certain Gramscian version of Marxism, centred on the notion of “hegemony” – cultural studies may be distinguished from Marxist orthodoxy in two key aspects: i) they do not reduce contemporary societies to the distinction between bourgeoisie and proletariat, instead sustaining that they are much more diverse from a cultural standpoint, involving differences of gender, race, ethnicity, age, etc.; ii) they devote a substantial amount of attention to the media, without – however – assuming the quasi-apocalyptic position of the Frankfurt School on the subject (Adorno and Horkheimer), and moving closer to positions such as those of Walter Benjamin or Hans Erzensberger instead.

This consideration of cultural diversity and the media as central elements of contemporary societies renders cultural studies as an almost obligatory starting point for any serious reflection on the issues of democracy and citizenship in our times, ultimately allowing us to bring into the fold what we will later term a plural and radical democracy, and a global citizenship.

THE CRITIQUE OF CULTURE FROM FRANKFURT TO BIRMINGHAM

When referring to cultural studies and its critical analysis of contemporary societies, it would be practically impossible – and outright unjust – not to mention the Frankfurt School.

Indeed, despite the roughly four decades separating the creation of the Institut für Sozialforschung of the University of Frankfurt (in 1923, by Felix Weil) and that of the Centre for Contemporary Cultural Studies at the University of Birmingham (in 1964, by Richard Hoggart), they both share several common aspects (Kellner, 1997): their Marxist affiliation; their refusal of a primary version of Marxism, grounded upon the distinction between infrastructure and superstructure, along with the supposed determination of the latter by the former; the emphasis put on the subject of culture, which transcends the infrastructure/superstructure distinction; their critical vision of what Adorno and Horkheimer (1944/2002) dub “culture industry” [*Kulturindustrie*] and Hoggart (1957/2009) “mass culture”.

There are also, however, critical differences between the two: the resistance to mass culture originates, as far as the Frankfurt School is concerned, in “high culture”, whereas according to cultural studies it is a product of popular culture, particularly that of the working class; the Frankfurt School regards resistance to mass culture as a near impossibility, since reception is totally determined by the production, while cultural studies see the actuality of resistance in many instances, inasmuch as reception can plausibly occur in the direction intended by production, in a different direction to that intended, or even in the opposite one – what Stuart Hall (1973/1980) dubs the dominant-hegemonic position, the negotiated position, and the oppositional position.

The Frankfurt School’s critique of culture industry lies, at heart, on two basic assumptions: the distinction between high and low culture; and the identification of the culture produced by the culture industry with low culture.

Now, both assumptions are problematic.

Concerning the distinction between high and low culture, it neglects the fact that any national or group-based culture is an heterogeneous whole, encompassing elements of both “high culture” – the arts, philosophy, science – and “low culture”, which includes popular culture, in the sense of a predominantly oral culture inherited from previous generations through a sort of osmosis, as well as mass culture itself, the culture usually broadcast via mass media in a transnational manner. This very understanding of culture as an heterogeneous whole is shared by Unesco (2002, Preamble), for whom

culture must be regarded as the sum of distinctive spiritual and material, intellectual and affective traits that characterize a society or social group, and it encompasses, in addition to the arts and humanities, the ways of life, the modes of communal living, value systems, traditions and beliefs.

These several traits coexist in any culture in a more or less harmonious manner, communicating among themselves either via a common language, or via what Luhmann dubs symbolically generalized communication media, which include money, power, influence, commitments of value, truth, or love (Luhmann, 1981). As such, phrases like “high culture” and “low culture” are but mere abstractions, reliant on value judgements which, within a society or social group, certain social strata posit regarding others and their respective culture with the ultimate aim to legitimize their own hegemony – even when those former strata are allegedly “humanist” or “leftist intellectuals”.

In what pertains to the identification of culture produced by the culture industry with low culture, it is a premise that forgets, on the one hand, how much of “high culture” becomes “industrial” culture – such as the art of Picasso or Andy Warhol – and that, on the other hand, much of that so-called “industrial” culture is truly “high culture” – for instance, the films of Charlie Chaplin or Orson Welles. In truth, the phrase “culture industry” refers more accurately to a process of cultural production and diffusion – culture as information in the industrial age – than to its content.

Cultural studies are precisely a symptom of what we could, paraphrasing Arthur Danto and his “end of art” (Danto, 1984), call the end of (high) culture as aura and distinction, leading culture to be regarded as “ordinary” reality (Williams, 1958/1989). In both cases, what is at stake is the lack of belief in a canon, a normative criterion that universally defines what is valuable and what is not, instead transitioning into a paradigm of empirical, sociological and anthropologically-based – and therefore particular – criteria.

This end of high culture as canon leads to a sort of negationism by the defenders of “high culture”, of whom one of the most recent and well-known examples is Vargas Llosa, who sees in the present “entertainment culture” – exemplified by products such as the Brazilian *telenovelas*, Hollywood movies, or music shows of Shakira – the demise of true culture, which aimed for eternity instead of immediate consumption and oblivion (Vargas Llosa, 2013). More restrained in his criticism, Steiner (1971) preceded Vargas Llosa by a few decades in theorizing the coming of a post-culture. There is certainly a curious attachment to the so-called “high culture” on the part of many “humanist” intellectuals of the West, considering that if the former was not partially responsible for the two world wars that took place in the 20th century and the barbarism that accompanied them, it certainly did nothing to prevent them or it – with no shortage of instances of concentration camp executioners who delighted in sending prisoners to their death at the sound of erudite music...

If during the time when (the idea of) high culture reigned its privileged spaces were museums, libraries, and universities, culture is regarded today as belonging to all places, including those but also others: the factory (working class culture), the kitchen (gastro-nomic culture), the stadium (sport culture), and so on. That does not mean, however, that within a given culture everything is considered equally important; the question of defining what is and is not important, as well as what is more or less important, should instead lead us to consider the fundamental relationship between culture and power.

CULTURE AND POWER: FROM THE CULTURAL TURN TO THE POPULIST TURN

The issue of the relation between culture and power is immediately present in British cultural studies from their inception. Raymond Williams’ *The long revolution* – one of the three works regarded by Stuart Hall (1980) as seminal to cultural studies (along with Richard Hoggart’s *Uses of literacy* and E. P. Thompson’s *Making of the English working class*) – affirms the necessity to think as a whole, as parts of the same process, the industrial revolution, the democratic revolution, and the cultural revolution, in order to realize the ongoing “long revolution” (Williams, 1961/1963, pp. 9-15).

Stuart Hall's aforementioned text underlines, on the other hand, the connection of the line of reasoning of the three authors/books with the New Left agenda, which placed the "politics of intellectual work" in the centre of that new current of thought (Hall, 1980, p. 58).

Members of more recent generations of cultural studies thinkers share the concern to reflect upon the relationship between culture and power, particularly upon the relationships of power that determine who is represented and who is not, who speaks and who is silenced, and even what counts as "culture" (Couldry, 2000, p. 2). Regarding such relationships of power, the values affirmed by cultural studies are "those of cultural and political democracy and the progressive undermining of inequalities of power" (Couldry, 2000, p. 6). In what concerns the kind of democracy here at stake, the same author quotes the following extract from *The long revolution*: "If man is essentially a learning, creating, communicating being, the only social organization adequate to his nature is a participating democracy in which all of us, as unique individuals, learn, communicate and control" (Williams, quoted in Couldry, 2000, p. 26). On a more recent work, Couldry (2006) lists as characteristics of cultural studies not only the emphasis on the consumption of culture and popular culture but, mainly, the concern about the profound inequalities in the way that subjects are able to take the floor, "to emerge as speaking subjects" (p. 26). Similarly, when referring to Raymond Williams, Storey (2017) posits that the object of cultural studies is culture and power, the former being understood as simultaneously shared and contested meanings; regarding the latter, the same author underlines the influence of Gramsci's concept of hegemony upon cultural studies and its distancing from classical Marxism's notion of the determination of the infrastructure, by considering everything else – namely gender – as "merely cultural" (Butler, 1997).

From the 80's onward, cultural studies undergo a twofold process of internationalization and institutionalization. The first of those, which may not have always produced positive results for cultural studies (Grossberg, 1993), leads them to be present in academies all around the world (Miller, 2001), including in Portugal (Baptista, 2009; Martins, 2010; Sampaio, 2013) and in Brazil (Escosteguy, 2010). The second refers precisely to the process through which cultural studies enter academia, giving birth to graduate and post-graduate courses, research projects, etc., partly as a response to the crisis in Humanities (Hall, 1992).

But this (seeming) success of cultural studies was simultaneously cause and consequence of a populist turn, leading up to a "cultural populism" that ends up considering capitalism as "cool" (McGuigan, 2011).

Cultural studies thus become mere studies of reception, falling prey to "cultural compliance" (Miller & Philo, 2000), by celebrating the "popular" and "active audiences" (Miller & Philo, 2001), forgetting the moments for – and power of – the production and circulation of culture, as well as establishing the "great divide" between analysis of culture and political economy (Murdock, 1995; for a broader critical perspective on this process, see Ferguson & Golding, 1997).

The alleged power of audience at the moment of reception makes one fail to remember that such reception is, from inception, conditioned by what is given to be

received, its framing, the channels through which it is transmitted, its cost, etc. – by that which, as a whole, may be synthesized as the conditions for the production, circulation, and reproduction of culture. Put differently: to situate cultural studies solely on the moment of reception means to implicitly accept and legitimize everything that precedes that moment – this is, the essential constituents of the “culture industry” (Adorno & Horkheimer, 1944/2002) and of “mass culture” (Hoggart, 1957/2009).

To be sure, it may still be possible, in this regard, to account for a third turn – the reflexive turn – in order to bear witness to the fact that the critique of the “populist turn”, undertaken from both within and outside cultural studies, created the conditions for that very populism to be overcome. The endeavours of critics like McGuigan (2011), Coudry (2000, 2006, 2010) or Storey (2017), to mention only a few, contributed to return the relationship between culture and power to the agenda of cultural studies, and therefore corroborate precisely this reflexive turn. Cultural studies hence recover the fundamental inspiration of its “founders”, even if the objects under scrutiny may be different, such as the Web, social networks, globalization, and so on.

MASS DEMOCRACY AND THE ISSUE OF PARTICIPATION

The assertion that the Greeks invented democracy is true but incomplete: the Greeks did indeed invent a certain kind of democracy – participative democracy – significantly different from what we contemporarily understand by that notion.

In what pertains to its form, democracy is characterized by two fundamental principles: the equality of all citizens before the law, and the respect for the will of the majority when it comes to the making of decisions. These principles, however, define precisely that: the *form* of democracy – not its content or substance. The Greeks added to those principles a third one, the principle of participation: participation not only in public debates and political decision-making processes, but also in the various governing bodies of the Polis, so that each citizen would simultaneously become governed and governor.

We know that such a form of participative democracy entails problems of space (which cannot be too large), of time (which cannot be too long), and of number (of citizens involved, who cannot be too many). In establishing equivalence between individual and citizen, modern democracy exponentially increases the critical nature of these problems of space, time, and number. In order to solve them, and against the views of philosophers such as Rousseau, Modernity made its democracy rely on a principle different to participation: that of representation and delegation of power.

Thus, the process of inclusion of all individuals, that distinguishes modern democracy from its Greek counterpart, was made possible solely by abdicating from the principle of participation and replacing it with the principle of representation – limiting the participation of those represented essentially to the choice regarding their representatives.

Now, this representation entails that each citizen is considered abstractly, as a numerical entity, an x equal to another x . The so-called “general will” does not therefore originate here from the coordination of private interests and differences among citizens, but rather from the effacement – the suspension – of those interests and differences.

Within representative democracy, to be a citizen means to negate oneself as a citizen. Representation thus entails a true paradox: one can only be represented under the condition of not representing one as a concrete individual, but as an abstraction.

The only ones that escape this logic of negation are the chosen ones, understood here in all the ambiguity of that notion: the ones who are chosen by the people as representatives, but also often themselves representatives of the cultural, economic, and even aristocratic elites.

Nevertheless, and reciprocally to what happens with the represented, the representatives – the chosen ones – are also characterized by a number, that of their electoral influence, translated into a number of votes.

These problems of representation, which lead to a transmutation of politics into mere (electoral) statistics, become increasingly acute in light of the transition from a “society (or community) of publics” into a “society of masses” (Mills, 1956/2000, pp. 300-301).

This transformation, which likely began in the mid-19th century, is based upon factors such as “industrialization, urbanization, the growth of literacy and the popular press, and not least the rise of the administrative and interventionist state” (Dahlgren, 1991, p. 4). To these factors one must add, particularly considering the growing importance they will assume, mass media (Dahlgren, 1991, p. 1).

Hence, we will find masses in all domains of society: in the cities – masses of private individuals, inhabiting a space characterized by anonymity, impersonality, and indifference regarding people and things (consider Georg Simmel’s essay on the metropolis and mental life, dated from 1903); in the productive sector – masses of workers attached to machines on production lines, interchangeable and easily replaceable (Taylorism, such as it is portrayed in Chaplin’s *Modern Times*, which premiered in 1936); in consumption – masses of consumers for whom mass-produced objects are meant (Henry Ford’s Model T, launched in 1908); in culture – readers, listeners, or spectators who enjoy the same cultural products, produced in a more or less uniform manner (the Hollywood movie production system from the 20’s of the 20th century, for instance); masses, ultimately, in politics as well – configuring that which has been commonly called mass democracy (Mills 1956/2000, p. 307; Stoker, 2006).

Although the advent of “mass society” is regarded by authors like Gustave Le Bon (1895) or Ortega y Gasset (1929) as the beginning of the domination of the political stage by the masses and the consequent loss of power by the elites, that is not the belief of thinkers such as Wright Mills, whose view on this matter we espouse.

Indeed, while a certain proximity between representatives and represented (who create voluntary associations), as well as a belief that politics ought to equate to a rational and critical debate on the common good, still endure in the liberal democracy of the 18th and 19th centuries, mass democracy comes to deepen the divide between representatives and represented via the introduction of political parties and other self-governing mass organizations, within which the elites converse among themselves and thus replace civic debate with propaganda and manipulation through mass media. These are hence not

merely some of the new aspects emerging out of a mass society, but also some of the key instruments employed by economic and political elites to exert their power over the masses (Mills, 1956/2000, p. 315).

What is lacking from a democracy laid upon the principle of representation in order for it to genuinely become democratic is, as we mentioned earlier, the principle of participation. It is only by participating in the several circles within which one's social life unfolds that each citizen becomes able to "represent" him or herself, defending their interests and differences.

It is not the case that the principle of representation must be denied; rather, the true issue is ascertaining how both principles can be articulated within mass democracy in a manner that encompasses all the levels at which political decision-making takes place, from the workplace to the national (or even supranational) parliament.

This was, so to speak, the fundamental theoretical and practical – militant, political, and pedagogical – demand made to British cultural studies at their inception: how to make mass democracy more democratic? How to radicalize democracy? As we have seen above, the "long revolution" mentioned by Raymond Williams presupposed that the "democratic revolution" would be accompanied, besides an "industrial revolution", by a "cultural revolution" – in other words, that politics, economy, and culture would be regarded as parts of a whole. This is precisely the subject of the following section.

A RADICAL AND PLURAL DEMOCRACY

Any democracy that is not merely formal – that is, one that does not restrict civic participation to voting – entails a political and legal respect for the differences among individuals and groups, as well as for cultural diversity¹. But the differences at stake here are those which are specifically cultural – that is, those which individuals or groups discursively employ to set themselves apart from other individuals or groups, and thus define their own cultural identity (Appadurai, 1996, pp. 12-13).

As we have mentioned previously, one of the fundamental guidelines of British cultural studies was to pay close attention to cultural differences – differences in gender, race, age, ethnicity, etc. – greatly transcending in that respect the class differences formerly emphasised by orthodox Marxism.

The stance adopted by cultural studies concerning the importance of cultural diversity, which had been previously sustained also by Lévi-Strauss (1952/1987, particularly pp. 13-17), has recently been (re)affirmed by Unesco (2002), in a declaration that regards cultural diversity as crucial for humankind as biodiversity for the order of living beings, and thus as something that can only be legitimately limited by human rights issues (this too was, essentially, the view sustained by Lévi-Strauss).

¹ Although some dictionaries regard them as near synonyms, we employ the terms "difference" and "diversity" to represent distinct meanings. Thus, while *difference* is to be understood as the thing that allows us to discern among various individuals and groups, *diversity* represents the fact that different individuals and groups exist. Diversity will hence increase proportionally with the number of different individuals or groups, as well as with the vastness of the differences between individuals or groups.

A position in stark contrast to the former endures today which, by defending the notion of *one* culture – sometimes dubbed “humanist” – sustains that diversity is nothing more than a way to value what is in fact no longer culture, but its surrogate. This position, which we have referred to before, stems out from an ethnocentric view that values what is Judaeo-Christian, Greek, and European to the detriment of what is not, which is merely most of the world (not even cultures as ancient and significant as China and India feature in this Eurocentric mental map of the “humanists”).

Diversity is a political issue because its affirmation or negation entail either the acknowledgement of every individual or the denial to some the right to visibility and participation in social life. There can be no diversity if what is diverse is not visible to everyone’s eyes in the public space (Arendt, 1958).

A democracy that seeks to respect cultural differences and diversity presupposes a kind of politics which authors such as Ernesto Laclau and Chantal Mouffe (1985/2001) dub “radical democratic politics”.

This “radical democratic politics” is characterized by Laclau and Mouffe as a project aiming to join the historical struggles of the workers with the new struggles of the minorities (women, young people, homosexuals, black people, etc.) and economic redistribution with social acknowledgment – by extending demands of democracy, freedom, and equality from the economic domain to the domains of gender, race, ethnicity, etc. According to the same authors, this form of democracy is radical because each of the collective identities contained within it is valuable in itself; and it is plural because it regards each of those different identities as equally important. It does not, however, call on us to renounce deliberative democracy, but rather seek to extend its democratizing, libertarian, and equalitarian impulse towards the direction of a democracy which may harbour many forms of participation and exercise, depending on the collectives and the spaces that define its existence.

In a similar fashion, Grossberg (2015) mentions the need for articulation, to the left, between “vertical politics” and “horizontal politics”, a deliberative/representative democracy and a participative democracy – although, much like in the case of Laclau and Mouffe, the crucial question of how to accomplish such an articulation in practice remains largely open.

If democracy is about the inclusion of the different, citizenship is about participation in democracy (Storey, 2017), being possible to speak of a “culture” of citizenship (Couldry, 2006).

It is therefore imperative to realize a cultural citizenship which, alongside political citizenship (“the right to reside and to vote”) and economic citizenship (“the right to thrive and to prosper”) insists on “a right to communication and to the representation of cultural difference” (Miller, 2011, p. 57).

Adopting here a distinction made by Giroux (2000), we cannot do without a “culture of politics” that drives citizens to participate in civic and political life, and which is indissociable from a “politics of culture” that must be learned, fomented, and deepened. Hence the importance of a pedagogy of cultural studies that is not only political but also

insurgent (Giroux, 2001) – insurgent in the sense that it does not limit itself to avert the gaze or even produce an apology of present-day neoliberalism (which would amount to little else than elementary social Darwinism).

According to Couldry (2010), a “post-liberal” politics, able to challenge the prevailing neoliberalism, must lay on the idea that all voices should be heard, that they all should be afforded visibility in the social space. Now, new information technologies present novel possibilities to make those voices heard, inasmuch they allow precisely for: the hearing of new voices; the mutual awareness of these new voices; a new scale of collective organization; other spaces (non-spaces) of intervention; new intensities of listening (pp. 139-141). It is nevertheless still important to question what the real impact of these new voices on the democratic system might be: will they be heard only within a logic of protest and counter-democracy? Can they be articulated with “institutional” voices? These are decisive questions, insofar as “the fundamental deficit in neoliberal democracies is (...) not one of voice but of ways of valuing voice, of putting voice to work within processes of social cooperation” (Couldry, 2010, p. 144).

A new politics demands new kinds of action. One of them, cited by Couldry, is the act of greeting – for instance, “letting migrant workers attend, speak at, and have their views taken into account at a councillor town hall meeting”. Generally speaking, Couldry adds, “Acts of greeting address the forms of *invisibility* that exclude people from the range of possible political actors” (Couldry, 2010, p. 146).

This matter of the acceptance of the Other must be regarded as being of critical importance in a world where migratory and cultural flows have truly become the rule.

A GLOBAL CITIZENSHIP

Classic political thinking on democracy tends to more or less specifically refer to a democracy that exists within the context of a nation-state; the very classical idea of democracy lays on the assumption of that nation-state.

Now, in the times we live in, a “post-liberal” democratic politics should entail an expansion of democracy in two different and complementary directions: inwardly – beyond the national into the regional and local, i.e. the local council, the school, the workplace, etc. – and outwardly – beyond the national to the transnational and the global.

The need to extend the issue of democracy to the global level, and to pose the question of a global citizenship, ensues from the very characteristics of globalization, namely those that pertain to the cultural domain.

As Giddens well-known formulation underlines (1990, p. 64), globalization can be defined as “the intensification of worldwide social relations which link distant localities in such a way that local happenings are shaped by events occurring many miles away and vice versa”.

In light of this definition, globalization implies a number of flows that transcend and efface all borders, which despite not being exclusive of our times, find in the latter the chance to reach a much larger scope: flows of people (migrants, students, tourists,

refugees...), of communications (radio, cable and satellite TV, the internet...), of money and other financial products (stocks, investments, etc.), and of merchandise – including the so-called cultural commodities (books, movies, records...). The open and reticular system of globalization, most clearly symbolized by the internet, thus markedly contrasts with the closed and linear system of the Cold War, whose greatest symbol – the Berlin wall – was brought down in 1989 (Friedman, 1999).

In what concerns cultural globalization, and out of all the aforementioned kinds of flows, anthropologist Arjun Appadurai singles out the joint effect of electronic communications – particularly of the images they broadcast – and of migrations. It is an effect whose ultimate result lays in the creation of a space which, more than being de-localized, incorporates many different symbolic spaces (Appadurai, 1996, pp. 2-4). To illustrate of the integrated working of both processes, Appadurai provides the following examples:

as Turkish guest workers in Germany watch Turkish films in their German flats, as Koreans in Philadelphia watch the 1988 Olympics in Seoul through satellite feeds from Korea, and as Pakistani cabdrivers in Chicago listen to cassettes of sermons recorded in mosques in Pakistan or Iran, we see moving images meet deterritorialized viewers. These create diasporic public spheres, phenomena that confound theories that depend on the continued salience of the nation-state as the key arbiter of important social changes (Appadurai, 1996, p. 4)

Appadurai's perspective in the matter is grounded upon Benedict Anderson's work on "imagined communities": just as written mass communications, namely newspapers and novellas, contributed to the emergence of the nation-state, so too – Appadurai argues – are electronic communication causing a post-national globalized world to appear (Appadurai, 1996, p. 8).

The "diasporic public spheres" mentioned by Appadurai present us with several political challenges, all of which are not easily solved.

A first challenge, concerning the national states which come to harbour migrants, lays in integrating the latter by conciliating their legal and political equality with their cultural differences, the "Jacobin model" with the "multicultural model" (Gignac, 1997) – not exactly by condescending to those cultural differences but by acknowledging them, while promoting the involvement of those who are "different" in civic and political action on the common good (Taylor, 1992/1994). The current situation in several European nations and the US – the self-proclaimed "humanist West" – characterized by certain nationalistic, xenophobic, and racist trends, demonstrates how difficult it truly is, in practice, to accept the principle of plurality and cultural difference.

A second challenge, in what concerns the bilateral or multilateral relationship between national states, is that of the free circulation of migrants in search of better living conditions. As clearly exemplified the recent vote on the Brexit by a majority of the British population or by the absurd proposal of Donald Trump to build a wall between Mexico and the US and have the former pay for it, the circulation of migrants is permanently threatened by new walls – both symbolic and real.

A third challenge, found at a global or quasi-global level, consists in the realization of the utopian ideal of constructing a supranational, global, or European citizenship espoused by organizations such as the United Nations and the European Union. In addition to being hindered by their lack of real power, these organizations would require better democracy and a greater equality among their constituent countries – under penalty of, following a strictly neoliberal logical, continuing to be determined by the will of the strongest, be it at an economic, political, or military level.

Each and every one of these challenges should lead us to once again realize that, just as Grossberg (2017) writes on the title of his paper about the current crisis (in the US), “there are no guarantees in history”. In other words, once the belief in the historical redemption promised by Faith, Reason, or Party is lost forever, nothing can replace the actions of each of us – actions that are always frail and contingent but that, together with all other frail and contingent actions, provide us with the only way to progressively set courses in time.

And this leads us to return, in the final section of this paper, to the political and critical nature of cultural studies, in order to question the place of the intellectuals who research, teach, and discuss them a little all over the world.

FINAL CONSIDERATIONS

Whether or not it was intended to rescue a field of Humanities in crisis, cultural studies made their way into academia: into research centres, into graduate and post-graduate courses, into academic subjects. They multiplied the objects of their study, diversified, occupied the crevices of knowledge and practice. In many instances, critics and nonconformists have become respected and respectful – institutional, no longer “political”.

One could point out, regarding this situation, that it is not the intellectual’s duty to be “political”, in the sense of proposing concrete policy, even though there is not a clear and simple distinction between intellectual and political labour (Grossberg, 2010, pp. 242-243).

Indeed, intellectual labour is never *not* political. We recover here once more Marx and his 11th thesis on Feuerbach: “The philosophers have only *interpreted* the world, in various ways; the point is to change it” (Marx, 1845/2007, p. 536).

Even if one accepts that interpreting the world is a different thing from changing it – which is highly debatable, given that all interpretation transforms, at once, the interpreter and the interpreted – what remains is that there are certain interpretations that lead us to view the world in a different fashion, sometimes radically so, and incite us to actually change it – which was precisely the case with Marx’s own interpretation of history; and that, conversely, there are other interpretations that help us accept the prevailing status quo, to leave everything as it is.

Speaking concretely, it seems indisputable that the intellectual labour of authors like Richard Hoggart, Raymond Williams, Edward P. Thompson or Stuart Hall, in England,

or Roland Barthes, Michel Foucault or Pierre Bourdieu, in France – to cite only a few – is political from its very beginnings: in the subjects being chosen, in the manner in which they are approached, in the consequences being derived from that approach².

The intellectual labour of these authors did not produce solely theoretical effects, at the level of a knowledge to be learned, discussed, either contested or accepted – which would already be plenty; it produced also practical effects, leading many people, young and less young, workers or students, militants or not, to associate, take stands, take to the streets, etc.; in this aspect, as we have stated, Foucault's case is paradigmatic.

Hence, intellectual labour is always political, though it can be political in different ways: it can support the status quo, stand against the latter, or merely abstain from taking a position on the matter (which is a position all the same).

In the specific case of cultural studies, they find at their genesis a critique of power in the name of culture and democracy. "To conduct cultural studies", being true to the real meaning of the phrase, necessarily implies to adopt such a critical and political position.

If and when that is not the case, one cannot truly speak of cultural studies; it is certainly something else: a profession, a career, even something as fleeting as a thesis or a dissertation.

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

- Adorno, T., & Horkheimer, M. (1944/2002). The culture industry: Enlightenment as mass deception. In G. S. Noerr (Ed.), *Dialectic of Enlightenment: Philosophical Fragments* (pp. 94-136). Stanford: Stanford University Press.
- Appadurai, A. (1996). *Modernity at large: Cultural dimensions of globalization*. Minneapolis, London: University of Minnesota Press.
- Arendt, H. (1958). *The human condition*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Baptista, M. M. (2009). Estudos culturais: o quê e o como da investigação. *Carnets, Cultures littéraires: nouvelles performances et développement*, 451-461. Retrieved from <http://carnets.web.ua.pt/>
- Butler, J. (1997). Merely cultural. *Social Text*, 52/53, 15(3-4), 265-277.
- Chaney, D. (1994). *The cultural turn: Scene-setting essays on contemporary cultural history*. London: Routledge.
- Couldry, N. (2000). *Inside culture: Re-imagining the method of cultural studies*. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications.
- Couldry, N. (2006). Culture and citizenship: The missing link? *European Journal of Cultural Studies*, 9(3), 321-339.
- Couldry, N. (2010). *Why voice matters: Culture and politics after neoliberalism*. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications.

² In regards to the particular – and exemplary – case of Foucault, François Caillat's documentary, *Foucault contre lui-même*, France, 2014, is particularly illustrative of what is being argued here.

- Dahlgren, P. (1991). Introduction. In P. Dahlgren, & C. Sparks (Eds.), *Communication and citizenship: Journalism and the public sphere in the new media age* (pp. 1-23). London: Routledge.
- Danto, A. C. (1984). The end of art. In B. Lang (Ed.), *The death of art* (pp. 5-35). New York: Haven Publications.
- Escosteguy, A. C. (2010). *Cartografias dos estudos culturais: Uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Ferguson, M. & Golding, P. (Eds.) (1997). *Cultural studies in question*. London: Sage.
- Friedman, T. L. (1999). Duelling globalizations: A debate between Thomas L. Friedman and Ignacio Ramonet. *Foreign Policy*, 116, 110-127.
- Giddens, A. (1990). *The consequences of modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Gignac, J.-L. (1997). Sur le multiculturalisme et la politique de la différence identitaire: Taylor, Walzer, Kymlicka. *Politique et Sociétés*, 16, 31-65. doi: 10.7202/040066ar
- Giroux, H. A. (2000). Cultural studies and the culture of politics: Beyond polemics and cynicism. *jac* 20(3), 505-540.
- Giroux, H. A. (2001). Cultural studies as performative politics. *Cultural Studies - Critical Methodologies*, 1(1), 5-23.
- Grossberg, L. (1993). Cultural studies and/in new worlds. *Critical Studies in Mass Communication*, 10(1), 1-22. doi: 10.1080/15295039309366846.
- Grossberg, L. (2010). On the political responsibilities of cultural studies. *Inter-Asia Cultural Studies*, 11(2), 241-247. doi: 10.1080/14649371003616375
- Grossberg, L. (2015). *We all want to change the world*. London: Lawrence & Wishart. Retrieved from https://www.lwbooks.co.uk/sites/default/files/free-book/we_all_want_to_change_the_world.pdf
- Grossberg, L. (2017). There are no guarantees in history: A cultural studies perspective on the current crisis. *Truthout*. Retrieved from <https://tinyurl.com/zzbq2cg>
- Hall, S. (1973/1980). Encoding/decoding. In S. Hall; D. Hobson; A. Lowe & P. Willis (Eds.), *Culture, media, language* (pp. 128-38). London: Hutchinson.
- Hall, S. (1980). Cultural studies: Two paradigms. *Media, Culture and Society*, 2(1), 57-72.
- Hall, S. (1992). Cultural studies and its theoretical legacies. In L. Grossberg, C. Nelson, & P. A. Treichler (Eds.), *Cultural Studies* (pp. 277-294). New York, London: Routledge.
- Hall, S. (2007). Richard Hoggart, *The Uses of Literacy* and the cultural turn. *International Journal of Cultural Studies*, 10(1), 39-49. doi: 10.1177/1367877907073899
- Hoggart, R. (1957/2009). *The uses of literacy*. London: Penguin.
- Kellner, D. (1997). The Frankfurt School and British Cultural Studies: The missed articulation. In J. McGuigan (Ed.), *Cultural methodologies* (pp. 12-41). London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications.
- Laclau, E., & Mouffe, C. (1985/2001). *Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics*. London: Verso.
- Le Bon, G. (1895). *Psychologie des foules*. Paris: Félix Alcan.

- Lévi-Strauss, C. (1952/1987). *Race et histoire*. Paris: Denoel.
- Luhmann, N. (1981). The improbability of communication. *International Social Science Journal*, 23(1), 122-132.
- Martins, M. L. (2010). Os *Cultural Studies* no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. In M. L. Martins (Ed.), *Caminhos nas Ciências Sociais: memória, mudança social e razão - Estudos em homenagem a Manuel da Silva Costa* (pp. 271-287). Coimbra: Grácio Editor.
- Marx, K. (1845/2007). 1. Ad Feuerbach (1845). In K. Marx & F. Engels, *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)* (pp. 533-535). São Paulo: Boitempo.
- McGuigan, J. (2011). From cultural populism to cool capitalism. *Art & the Public Sphere*, 1(1), 7-18. doi: 10.1386/aps.1.1.7_1.
- Miller, D., & Philo, G. (2000). Cultural compliance and critical media studies. *Media, Culture & Society*, 22, 831-839. doi: 10.1177/016344300022006007
- Miller, D., & Philo, G. (2001). The active audience and wrong turns in media studies: Rescuing media power. *Soundscapes*, 4. Retrieved from http://www.icce.rug.nl/~soundscapes/VOLUME04/Active_audience.shtml
- Miller, T. (2001). Introduction. In T. Miller (Ed.), *A companion to cultural studies* (pp. 1-20). Malden, USA, Oxford, UK: Blackwell Publishers.
- Miller, T. (2011). Cultural citizenship. *MATRIZES*, 4(2), 57-74.
- Mills, C. W. (1956/2000). *The power elite*. Oxford: Oxford University Press.
- Murdock, G. (1995). Across the great divide: Cultural analysis and the condition of democracy. *Critical Studies in Mass Communication*, 12(1), 89-95. doi: 10.1080/15295039509366922
- Ortega y Gasset, J. (1929). *La rebelión de las masas*. Madrid: Revista de Occidente.
- Sampaio, S. (2013). Portuguese cultural studies / Cultural studies in Portugal. *Culture Unbound*, 5, 73-88. Retrieved from <http://www.cultureunbound.ep.liu.se>
- Steiner, G. (1971). In a post-culture. In *In Bluebeard's Castle: Some notes towards the redefinition of culture* (pp. 59-93). New Haven: Yale University Press.
- Stoker, G. (2006). Politics in mass democracies: destined to disappoint?. *Representation*, 42(3), 181-194. doi: 10.1080/00344890600844723
- Storey, J. (2017). The politics of culture. *Middle East – Topics & Arguments*, 7, 15-21.
- Taylor, C. (1992/1994). The Politics of Recognition. In A. Gutmann (Ed.), *Multiculturalism and the politics of recognition* (pp. 25-73). Princeton: Princeton University Press.
- Unesco (2002). Déclaration Universelle de l'Unesco sur la diversité culturelle. Adoptée par la 31^e Session de la Conférence Générale de l'Unesco, Paris, 2 Novembre 2001. Retrieved from <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160m.pdf>
- Vargas Llosa, M. (2013). *A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Williams, R. (1958/1989). *Resources of hope: Culture, democracy, socialism*. London, New York: Verso.

Williams, R. (1961/1963). *The long revolution*. London: Penguin Books.

BIOGRAPHIC NOTES

Paulo Serra is Full Professor at the University of Beira Interior (UBI), where he holds a PhD in Communication Sciences, since 2005. Current president of the Portuguese Association of Communication Sciences (Sopcom), he is a researcher at UBI's LabCom. IFP. He is the author of the books *Information as Utopia* (1998), *Information and Sense* (2003) and *Handbook of Communication Theory* (2008). He is co-author of the book *Information and Persuasion on the Web* (2009) and co-organizer of several works, the last of which is *Politics and Web 2.0: The Participation Gap* (2016).

Email: pserra@ubi.pt

Address: Departamento de Comunicação e Artes, Universidade da Beira Interior, Rua Marquês D'Ávila e Bolama, 6201-001 Covilhã, Portugal

Bruno Serra is researcher in the Centre for Ethics, Politics, and Society (CEPS), University of Minho. He holds a BA degree in Philosophy and an MA degree in Teaching Philosophy in Secondary Education from the UBI. In 2016 he was awarded his PhD in Philosophy from Durham University, as the result of an FCT Scholarship. Recent work includes the following chapters in international books: *Disposable Assets: Weyland-Yutani's Special Brew of Business Ethics* (2017), *Philosophy and Education for Citizenship* (2015), and *Citizenship and Political Action: the Dilemma between Patriotism and Cosmopolitanism* (2015).

E-mail: bdserra@gmail.com

Address: Centro de Ética, Política e Sociedade, ILCH – Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal

* Submitted: 15-05-2017

* Accepted: 15-07-2017

DILEMAS DA CULTURA E DEMOCRACIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Antonio Albino Canelas Rubim

RESUMO

O agendamento da cultura e democracia caracterizam o mundo e o Brasil contemporâneo. A democracia domina o cenário atual por meio de um complexo conjunto de variantes, que se debatem entre complementariedades possíveis e contradições flagrantes. Na atual circunstância mundial, a democracia tem se afirmado enquanto valor (quase) universal, ainda que em versões e visões muitas vezes visivelmente contrastantes e conflitantes. Daí as ferozes disputas que acontecem em seu nome, envolvendo sua definição e sua delimitação. Na contemporaneidade, inúmeros conflitos perpassam sua onipresença e onipotência. Em resumo, sua hegemonia como valor reivindicado por (quase) todos, funciona fundada em um conceito-ônibus, no qual tudo parece caber. Todos conclamam e proclamam a democracia, mas, como anotado, estas manifestações vêm acompanhadas por intensas lutas por sua definição e delimitação. Assim, a democracia e seus conflitos adquirem uma centralidade na cena atual internacional e nacional. Com a cultura acontece algo similar, só que em intensidade bem mais branda, pois ela surge como um campo de disputa mais leve.

PALAVRAS-CHAVE

Cultura; democracia; Brasil

ABSTRACT

The culture and democracy agenda is both a global characteristic and a feature of contemporary Brazil. Democracy dominates the current scenario through a complex set of variants that have given rise to a debate between possible complementarities and obvious contradictions. In today's world, democracy has established itself as an (almost) universal value, albeit through versions and visions that often contrast and conflict. Hence the fierce disputes that take place in its name, concerning both its definition and delimitation. In modern times, countless conflicts reflect its omnipresence and omnipotence. In short, its hegemony as an (almost) universally claimed value, is based on the concept of one-size-fits-all. Everyone demands and proclaims democracy, but, as has been noted, such manifestations are characterized by intense struggles over its definition and delimitation. Thus, democracy and its conflicts have become central to the current national and international scene. With culture, something similar takes place, though less intensely, since it comes from a less contentious arena.

KEYWORDS

Culture; democracy, Brazil

Sem pretender ser exaustivo, aparecem como temas em acirrado embate no universo da democracia inúmeras constelações, muitas delas expressas em polarizações marcantes. Para além das peculiaridades vivenciadas pela democracia nos variados ambientes societários, o contexto mundial contemporâneo coloca inúmeros e novos desafios à democracia. Impossível fazer uma enunciação mais consistente e detalhada deles. Torna-se necessário, ainda que de maneira panorâmica, enumerar alguns dos principais dilemas experimentados hoje pela democracia.

As disputas já nascem nas próprias denominações acionadas para falar das democracias. Um primeiro exemplo: a distinção entre democracia formal e substantiva, entre conceber a democracia como conjunto de procedimentos a serem acatados e respeitados por todos ou como processo que deve assegurar, viabilizar e tornar efetivos os direitos conquistados pela cidadania. Um segundo exemplo: a diferenciação entre democracia representativa e participativa, uma perpassada pelo profundo mal-estar vivido hoje, em inúmeros países, pelos dispositivos de representação; a outra configurada por recentes experimentos de participação, ainda historicamente imaturos. Tais exemplos permitem antever tentativas contrapostas de confronto e conjugação entre modalidades de democracia, desenvolvidas sempre em relações carregadas de tensões.

Além das modalizações inscritas na noção e na prática da democracia, ela visita a cena contemporânea por meio de diferentes lutas empreendidas contra autoritarismos vigentes na sociedade, visando equacionar grandes e pequenos poderes, como também atentados impetrados e reivindicados pró e contra a democracia. Intervenções realizadas em nome da democracia têm produzido resultados muito desiguais: em alguns casos verdadeiros aprofundamentos dos direitos, das liberdades e da participação cidadã, em outras circunstâncias produz uma anomia societária, bem distante de quaisquer condições e veleidades democráticas. As chamadas “primaveras árabes” surgem como exemplos emblemáticos de destinos profundamente desiguais. Todo este conjunto de episódios instalam, de modo benéfico ou perverso, insistentemente a democracia na agenda atual, fazendo dela um tema onipresente no cenário contemporâneo.

A disputa que envolve suas denominações, definições e delimitações e as intervenções efetivas desenvolvidas em seu nome no mundo contemporâneo não esgotam os dilemas vivenciados pela democracia hoje. Rearranjos societários marcam a contemporaneidade e eles impactam de modo vigoroso sobre a democracia e a cultura. Cabe visitar alguns deles, mesmo de maneira panorâmica.

Amplos são os dilemas colocados à democracia pela redefinição do lugar ocupado pelos países na atualidade com o florescimento de organismos e governanças supranacionais de diferentes tipologias, todas elas ainda com estruturas e procedimentos democráticos frágeis, quando não inexistentes. Nascida em sua versão moderna no âmbito das nações, a democracia se vê interpelada pela emergência destas novas modalidades de organismos e governanças supranacionais, que hoje detêm poderes significativos para a conformação do mundo em que vivemos. Organizações internacionais e grandes blocos regionais retiram poderes dos países e afetam as soberanias nacionais, lugares tradicionais de desenvolvimento da democracia na modernidade. Além dos organismos

supranacionais, megaempresas multinacionais emergem na cena contemporânea, produzindo gigantescas concentrações de poder em um visível descompasso com a socialização do poder, entendida como condição de base para a própria possibilidade de existência da democracia. A glocalização tensiona a democracia e também a cultura. Ela exige que ambas se adequem às novas sociedades e institucionalidades.

As mutações da sociabilidade contemporânea, ocasionadas pelas imensas transformações dos sistemas de transportes e comunicações, com a configuração de uma sociedade em rede, constituíram um novo modo de sociabilidade, distinto da modernidade. Este admirável novo mundo conjuga umbilicalmente convivência, vivência em presença, e televivência, com suas vivências à distância, e, por conseguinte, altera os padrões de funcionamento da sociabilidade, da política, da democracia e da cultura, que passam a depender para sua realização de espaços não geográficos, de formatos midiáticos, conectados por redes digitais, que envolvem e ambientam a vida em tempo real e planetariamente. A democracia, a política e a cultura forjadas em suas versões modernas em uma ambiência na qual a convivência presencial em espaços geográficos era preponderante se vêm obrigadas a significativas mutações. Assim, a democracia, a política e a cultura são desafiadas a se adequar a esta nova sociabilidade em rede, que combina de maneira umbilical o global e o local. A expressão glocal surge como feliz síntese da experiência que caracteriza e singulariza o contemporâneo. Aos antigos espaços geográficos se entrelaçam espaços virtuais, as convivências passam a ser perpassadas cotidianamente por televivências, vividas à distância, com graus de realidade similares às vivências em presença.

As nanotecnologias, com a desmaterialização de bens e serviços, possibilitam a irrupção de um cenário societário em que o conhecimento passa a ser componente vital para a acumulação capitalista, inaugurando um novo momento do capitalismo, uma espécie de capitalismo cognitivo. A globalização viabiliza, dentre outras dimensões, a conexão econômica em nível mundial, fortalecendo o capitalismo financeiro e as configurações neoliberais tecidas por ele, que impõem como modelo para a sociedade a sua regulação pelo mercado e a redução do estado, com evidentes prejuízos para espaços públicos, política, democracia, cultura, liberdade, fraternidade, justiça e igualdade sociais.

Em suma, trata-se da tensa passagem histórica da modelagem instituída pela modernidade para outra, distinta, que busca traduzir a vida na contemporaneidade, em inusitadas sociabilidades, instituições e governanças, com imensos desafios para a democracia e a cultura, conformadas historicamente na modernidade e hoje desafiadas a tecer novos formatos que as ajustem ao mundo contemporâneo. Não cabe aqui adentrar nas polêmicas que contrapõem e mobilizam posicionamentos pós-modernos, neomodernos e outros. Apenas se faz necessário afirmar que a democracia e a cultura estão jogadas no turbilhão desta avassaladora transição societária, com seus enormes avanços e retrocessos.

Em tal circunstância histórica, a cultura adquire atualíssimas modalidades de produção, circulação e consumo; conteúdos e formatos inovadores; além de assumir transversalidades, com esferas da ciência, comunicação, economia, educação, política,

tecnologia, turismo e outras áreas, por vezes inusitadas. A cultura associada a suas manifestações identitárias, às diversidades culturais e aos diálogos interculturais tensionam a democracia, em busca de inauguradores direitos culturais, que lastreiam a cidadania cultural, nova dimensão do direito a ter direitos, conforme instigante concepção de cidadania. Em suma: cultura, direitos, cidadania, política e democracia estão imersos em abertas e profundas mutações.

O panorama desenhado, genérico e rápido, serve para contextualizar os desafios e dilemas que impactam as conjunções entre cultura e democracia aqui esboçadas. Apesar das marcas e marcações locais, sua experimentação se dá em contextos que combinam de modo desigual condicionantes e fluxos globais, como os assinalados, e locais, derivados de cada circunstância econômica, política e cultural específica. Em suma, o global emerge em toda sua potência. Importa, por conseguinte, realizar um novo movimento: o enfrentamento destes impasses e interlocuções em um ambiente econômico, político e cultural determinado: o Brasil do século XXI.

Registrado o agendamento da democracia e sua interface com a cultura no cenário internacional, cabe focar o olhar e tentar desvelar as relações entre cultura e democracia no Brasil de hoje. De imediato, registre-se que a circunstância brasileira atual é sinônimo de crise política, econômica e cultural. Desde o golpe midiático/jurídico/parlamentar de 2016, o tema da democracia ganhou centralidade, bem como a discussão deste novo tipo de golpe (Jinkings, Doria & Cleto, 2016). O campo cultural se colocou de maneira majoritária em defesa da democracia e contra o golpe. Este posicionamento atingiu mesmo alguns setores culturais que discordavam em termos políticos do governo Dilma Rousseff. Este texto busca analisar as relações entre cultura e democracia no conturbado contexto brasileiro atual.

DILEMAS DA DEMOCRACIA NO BRASIL

Começa a florescer no país um interessante debate, ocasionado pela ruptura democrática de novo tipo vivenciada no Brasil, sobre os condicionantes históricos que possibilitam compreender os traços autoritários que inibem a democracia no país e viabilizam a configuração recorrente de estados de exceção. Um dos nomes centrais da discussão travada, o sociólogo Jessé Souza, tem insistido no abandono analítico do paradigma da centralidade colocada na colonização portuguesa e na sua substituição pelo passado escravista singular, vivido intensamente pelo Brasil, mas bem distante da experiência vivenciada por Portugal (Souza, 2015, 2017). Tal interpretação ocasiona viva polêmica não só pelo estilo do autor, como igualmente pela radical revisão empreendida com a superação de explicações relativamente consolidadas no Brasil, desde Gilberto Freyre (1990) e Sérgio Buarque de Holanda (2005), dentre outros.

Tomar a escravidão como eixo analítico fundamental para a conformação do Brasil e sua profunda desigualdade social, suas dificuldades democráticas e seus autoritarismos persistentes parece instigante para desvelar a realidade brasileira contemporânea. Esta atitude interpretativa não só redefine eixos analíticos sedimentados no pensamento

e mesmo no cotidiano brasileiro, como produz uma notável reinserção do tema da escravidão no contexto político nacional. Ela deixa de ser reivindicada especialmente pela população negra em suas lutas por reparação social, na construção de sua memória e sua identidade político-cultural e passa a ser uma questão abrangente para todos os brasileiros, pois define as conformações do Brasil atual e de suas dificuldades de existência democrática. Este deslocamento torna a escravidão e suas sequelas uma questão central a ser enfrentada pela política e pela cultura brasileiras, em suas modalidades, singularidades e temporalidades necessariamente distintas.

Para além desta atual revisão histórica, outros autores, em vertentes teóricas diferentes e até conflitantes, já haviam assinalado o autoritarismo estrutural que impregna a história brasileira, mesmo em tempos ditos democráticos e não ditatoriais. Florestan Fernandes (1975) fala do processo de modernização conservadora que constitui o país. Marilena Chaui (2000) anota autoritarismos persistentes no mito fundador da nação brasileira. Carlos Nelson Coutinho (2000) aponta como as transições brasileiras acontecem sempre por acordos entre os dominantes, com a constante exclusão dos setores subalternos nestes processos de mudança, impondo limitações, inclusive acerca da amplitude e profundidade das transformações. Em suma, todos eles assinalam como dado fundamental a ser levado em conta o autoritarismo estrutural que impregna a sociedade brasileira.

A dificuldade com a amplitude das mudanças societárias pode ser exemplificada por circunstâncias históricas peculiares como a independência conduzida pelo herdeiro do trono português ou a república proclamada por um militar próximo da monarquia. Os raros momentos em que aconteceram governos dissonantes, em patamares distintos, com as classes dominantes, terminaram sempre em rupturas da normalidade democrática. Em 1954, a brutal oposição das elites ao segundo governo democrático e nacionalista de Getúlio Vargas ocasionou o suicídio do presidente eleito. Em 1964, o presidente João Goulart, que buscava desenvolver reformas de base para incorporar setores populares ao capitalismo brasileiro foi derrubado através de um golpe civil-militar, com a apoio dos Estados Unidos. Em 2016, a presidenta Dilma Rousseff, reeleita pela Partidos dos Trabalhadores, foi destituída do governo por meio de um golpe midiático-jurídico-parlamentar.

Em todos estes acontecimentos históricos, governos diferenciados daqueles das elites brasileiras, que buscavam incluir setores populares no desenvolvimento nacional, foram derrubados por forças políticas representativas das classes dominantes brasileiras, por meio de procedimentos bastante similares, apesar da diferença das épocas vivenciadas: utilização intensiva de uma imprensa unanimemente partidária e posicionada como verdadeiro ator político; acionamento seletivo de acusações de corrupção; críticas ao “populismo” na gestão do governo e na relação com os setores subalternos, que viabilizava atendimento a algumas demandas de setores não dominantes; uso de um discurso de defesa de uma “democracia” supostamente ameaçada. A dificuldade de convivência com a democracia fica evidente nestes períodos históricos que fogem aos parâmetros e prescrições estritos dos governos das classes dominantes brasileiras.

No momento em que vivemos, o estado de exceção implantado impõe, com o apoio de um congresso corrompido pelo financiamento empresarial das campanhas políticas e por outras negociatas, um conjunto de “reformas” ultraliberais que retiram direitos, intensificam as desigualdades sociais, privatizam patrimônios públicos e redefinem a posição do Brasil no mundo através da negação da política externa independente e do retorno a uma política externa de subserviência aos interesses e países dominantes. No âmbito interno, o desrespeito às normas democráticas de convivência social provocado pelo golpe midiático-jurídico-parlamentar propicia a irrupção de um clima de desmandos e de atentados às liberdades, que se expressam em intervenções contra exposições artísticas, universidades e outras instituições e manifestações. A imprensa e o judiciário, não democratizados pelos governos pós-ditadura civil-militar, participam ativamente da construção deste estado de exceção contraposto à democracia no país por meio de apoios explícitos ou do silenciamento proposital acerca das agressões aos direitos e às liberdades democráticas.

DILEMAS DA CULTURA NO BRASIL

Até aos inícios do século XX, o Brasil se pretendia, na visão de suas elites, uma nação ocidental de população branca. Os povos originários, subjugados, e os negros, trazidos à força pela escravidão, eram esquecidos e silenciados, no possível. O ideal pretendido de branqueamento da população brasileira aparece como uma das principais fontes de inspiração do estímulo da imigração europeia que ocorre no final do século XIX e começo do século XX. O imaginado processo de “civilização” do Brasil, branco e ocidental, implica esquecer a profunda desigualdade social conjugada com o não reconhecimento dos negros e dos povos originários, discriminados, inviabilizados e silenciados.

Nos anos 30 do século XX, o governo brasileiro abandona esta narrativa e passa a enfatizar a tese oficial da miscigenação como singularidade nacional. Em suas vertentes mais extremadas tais formulações chegam a proclamar uma “democracia racial” no país. Desde então, tal discurso oficial perpassa a sociedade e inclusive o campo da cultura. Afirma-se a cultura brasileira como proveniente e síntese de diferentes raízes culturais: branco-ocidentais, dos povos originários e das nações negras trazidas para o Brasil. Entretanto, este discurso oficial não concretiza reconhecimento e tratamento equânime das chamadas “raízes” culturais. A supremacia da cultura branco-ocidental se impõe de modo avassalador e quase sempre em suas versões mais conservadoras, contrárias a ideais de tipo iluminista, anarquista, socialista, trabalhista, comunista, vanguardista etc.

As culturas negras e dos povos originários, apesar da boa vigência na realidade nacional, têm sido discriminadas, exploradas e até perseguidas e reprimidas. O ínfimo apoio por parte do estado nacional denuncia a situação de “esquecimento” e subalternidade a que elas estão submetidas. As pungentes culturas afro-brasileiras só obtiveram alguma institucionalidade no estado brasileiro no ano de 1988 com a criação da Fundação Cultural Palmares, em uma conjuntura marcada pela atuação do movimento negro organizado na recente luta contra a ditadura e pelos 100 anos da tardia abolição da

escravidão no Brasil, o penúltimo país a acabar juridicamente com a escravidão negra, apesar de ser um dos maiores destinos do tráfego negreiro no mundo. Estimativas indicam mais de quatro milhões de negros trazidos à força para o Brasil nos terríveis navios negreiros. Estudo em andamento tem apontado os raquíticos orçamentos destinados à Fundação Cultural Palmares em escandaloso contraste com a exuberância das culturas negras brasileiras (Guimarães, 2017). A cultura dos povos originários até hoje, quase 90 anos depois da entronização do discurso oficial das “raízes” da cultura brasileira, em situação ainda mais desfavorável, não conseguiu nenhuma institucionalidade e nem sequer políticas culturais específicas.

Em resumo, os quase noventa anos de vigência do discurso oficial das três fontes constitutivas da cultura brasileira não significaram um reconhecimento efetivo e um tratamento mais equânime das culturas negras e dos povos originários no país. Passados todos estes anos, o estado nacional e a sociedade continuam a desmerecer e mesmo discriminar tais manifestações culturais, por certo hoje em patamar menor, e privilegiar a cultura branco-ocidental, entronizada muitas vezes como a cultura admirada e apoiada pelas políticas culturais vigentes. Continua visível a distinção entre tais culturas com suas imensas repercussões culturais, políticas, sociais e econômicas.

As dificuldades das culturas brasileiras não se limitam aos descompassos entre discursos oficiais e políticas culturais efetivas. Elas sofreram concepções e constrangimentos que afetaram profundamente seu desenvolvimento e suas características no Brasil. Elas foram prejudicadas pela prevalência de uma visão ornamental da cultura (Coutinho, 2000). Elas estiveram fora do lugar como nos momentos de convivência entre escravidão e ideias liberais (Schwarz, 2005). Elas se submeteram a institucionalidades tardias, como as relativas à implantação da instituição universitária no Brasil somente no século XX. Elas tiveram seus momentos e movimentos mais brilhantes interditados por regimes autoritários como ocorreu com o Estado Novo (1937-1945) e a ditadura civil-militar (1964-1985). Enfim, as relações entre cultura, sociedade, política e democracia têm se mostrado bastante problemáticas e tensas no Brasil.

DILEMAS E IMPASSES DA CULTURA NO BRASIL ATUAL

Aos desafios contemporâneos experimentados pela democracia no mundo somam-se os problemas inscritos na história e no presente brasileiros. A trajetória histórica desenhada, em esboços bem genéricos, permite construir um contexto que pode dar sentido e iluminar o presente. Para visitar o tempo atual é necessário assinalar que uma investigação histórica acerca das políticas culturais no país resultou na conclusão de que esta história tem sido marcada por três tristes tradições: ausências, autoritarismos e instabilidades (Rubim, 2011). O livro citado analisa como estas tradições de políticas culturais foram enfrentadas ou não pelos ministros da cultura Gilberto Gil (2003-2008) e Juca Ferreira (2008-2010).

A gestão da cultura nos dois governos Lula (2003-2010) colocou o estado como agente promotor, formulador e executor de políticas culturais, tentando superar a

tradição das ausências. Para lidar com os autoritarismos, buscou desenvolver políticas culturais em tempos e termos democráticos, com a adoção de uma noção ampliada de cultura e através de políticas públicas baseadas em expressiva participação das comunidades culturais na discussão e na deliberação sobre as políticas, assegurada por meio de debates, seminários, conselhos, câmaras/colegiados e conferências nacionais de cultura. As instabilidades foram combatidas pela construção de políticas de estado, tais como o decenal Plano Nacional de Cultura (PNC), aprovado como emenda constitucional em 2005 e como lei substantiva em 2010, e o Sistema Nacional de Cultura (SNC), iniciado nos primeiros anos da gestão e tornado norma constitucional em 2012.

Alguns dispositivos de políticas culturais possibilitaram o enfrentamento em conjunto das três tristes tradições. O PNC aparece como bom exemplo. Ele busca superar ausências, autoritarismos e instabilidades com a constituição de políticas culturais democráticas de longo prazo. Estudo recentemente realizado demonstrou como o processo de elaboração do PNC viabilizou não somente a participação ampla de agentes e comunidades culturais, mas possibilitou que propostas originadas deles fossem incorporadas ao PNC (Turenko, 2017). Deste modo, o Plano Nacional de Cultura age, de maneira simultânea, contra: as ausências, porque trata-se de uma política efetiva; os autoritarismos, porque foi elaborado de modo democrático e participativo; e as instabilidades, porque prevê uma temporalidade longa e para além de governos específicos.

Por óbvio, o embate com as persistentes tradições das políticas culturais no Brasil não se fez sem contradições e problemas. O livro sobre o governo de Lula trata igualmente das várias limitações das gestões de Gilberto Gil e Juca Ferreira. Mesmo considerando tais limites, a gestão da cultura no Brasil no período 2003-2010 alcançou um admirável patamar político-cultural. Este período representou um ponto fora da história das três tristes tradições que marcam a história da gestão cultural no país. A hipótese da reinvenção do Ministério da Cultura nestes anos não parece absurda e descabida. Ela pode ajudar a explicar alguns acontecimentos recentes vividos pela cultura no Brasil, como a reação à tentativa de extinção do próprio ministério, acontecida no bojo do golpe. Estas temáticas serão retomadas adiante no texto.

No Governo Dilma Rousseff este patamar não se manteve. Ele foi rebaixado nas gestões das ministras Ana de Holanda (2011-2012) e Marta Suplicy (2012-2014). Algumas políticas relevantes foram continuadas, ainda que em ritmo brando, como o PNC, que teve definidas suas metas em 2011; o SNC, aprovado em 2012 e não regulamentado em lei até hoje, e o Programa Cultura Viva, com seus conhecidos pontos de cultura, cuja lei nacional foi deliberada em 2014. Mas o patamar de atuação político-cultural, nacional e internacional, do Ministério da Cultura diminuiu visivelmente (Calabre, 2015; Rubim, 2015). O ministério deixou de formular, agir e mobilizar as comunidades culturais e a sociedade brasileira no nível dos anos anteriores. O rebaixamento do patamar de atuação foi visível nacional e internacionalmente.

O retorno de Juca Ferreira ao ministério, em 2015, no segundo governo Dilma, pretendeu retomar uma atuação mais dinâmica. Esta intenção não foi alcançada. A convulsionada conjuntura política daqueles anos (2015-2016), engendrada pela crise econômica

e pelo golpe em curso, sob o invólucro de processo de impeachment, paralisou todo o governo, inclusive o Ministério da Cultura. Pouco foi possível fazer neste turbulento contexto. As energias de todo o governo e do próprio ministério foram dragadas pela crise política e econômica. O curto espaço de tempo da nova gestão de Juca Ferreira, menos de dois anos, também pesou na dificuldade de realização dos intentos desejados.

Apesar do rebaixamento do patamar no primeiro governo Dilma e da impossibilidade de retomada do patamar inicial no seu segundo mandato, o balanço das gestões petistas no período 2003-2016 na esfera da cultura e, em especial, das políticas culturais aponta para avanços importantes na busca de superação das tristes tradições, como os inscritos no PNC, no SNC, na participação democrática nas decisões das políticas culturais e em diversos programas, a exemplo do Cultura Viva, hoje desenvolvido em sua versão Cultura Viva Comunitária, em mais de quinze países da América Latina (Turino, 2015; Rubim, 2017). Outros programas relevantes devem também ser lembrados como marcos deste momento especial vivido pela gestão cultural nacional. Dentre muitos, podem ser citados e lembrados: Brasil Plural; Doc-TV; Revelando Brasis; Brasil de Todas as Telas; Mais Cultura na Escola e Mais Cultura nas Universidades. Sem dúvida, o Ministério da Cultura viveu um dos seus momentos mais consistentes e criativos, mesmo com certas limitações.

Apesar de alguns esforços e iniciativas, os governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) não foram capazes de confrontar e equacionar algumas questões vitais para consolidar as políticas de diversidade cultural e os diálogos interculturais desenvolvidas naqueles anos de modo inovador. As dificuldades derivaram de diferentes fatores, algumas mais estruturais, como o lugar frágil tradicionalmente ocupado pelo ministério no âmbito geral dos governos, inclusive com relação aos recursos orçamentários destinados ao órgão, e outros mais conjunturais, como dificuldades específicas de gestão. Três problemas devem ser destacados no âmbito do texto, dada sua relevância e impasses persistentes.

Primeiro, o perverso sistema de financiamento e fomento à cultura no Brasil, alicerçado em leis de incentivo não foi modificado, apesar dos debates e da iniciativa de envio ao Congresso Nacional do projeto intitulado Pró-Cultura, que institui um novo modelo de apoio à cultura, mas só encaminhado no último ano do governo Lula e sem obter a devida atenção no governo Dilma. O sistema vigente até hoje depende quase integralmente de leis de incentivo, com isenções fiscais que giram em torno de 100% do valor antecipado pelas empresas. O apoio direto do estado nacional, via Fundo Nacional de Cultura, além de insignificante, apresenta problemas em uma perspectiva de gestão democrática e republicana (Paiva Neto, 2017). Em suma: o modelo atual de financiamento e fomento ainda se baseia no dinheiro público decidido pelas empresas, que privilegiam a cultura mercantil em detrimento do complexo universo de bens e manifestações inerentes à cultura (Rubim, 2016).

A criatividade e a diversidade sofrem enormes prejuízos com este modelo unilateral de financiamento e fomento à cultura inadequado para incentivar a rica diversidade cultural brasileira (Rubim & Vasconcelos, 2017). O modelo de financiamento e fomento

à cultura hegemônico vigente, mesmo depois dos 14 anos de governos petistas, não atende as políticas de diversidade cultural implantadas nestes anos. Ele, aprisionado pela lógica das leis de incentivo fiscal, não tem capacidade de abranger as demandas complexas e plurais do campo cultural. Ele somente se volta para as manifestações culturais mais vinculadas ao mercado, que contemplem os interesses de marketing cultural das empresas, supostamente patrocinadoras, mas sempre com uso intensivo e quase exclusivo de dinheiro público. A maior parte da complexa trama cultural pura e simplesmente não obtém apoio e recursos para o seu desenvolvimento, comprometendo a promoção e a preservação da diversidade cultural brasileira.

O segundo aspecto, crucial para as políticas de cultura, deriva de sua desconexão com a educação. A ausência de enlace destas políticas marca a história brasileira desde sempre, seja na época do ministério conjunto destinado às duas áreas (1953-1985), seja após a separação acontecida de 1985 em diante. O governo Lula fez pouco nesta área. Durante a presidenta Dilma, dois dispositivos conjuntos e inaugurais dos ministérios da Educação e da Cultura buscaram estabelecer tais conexões: os programas “Mais Cultura nas Escolas” e “Mais Cultura nas Universidades”. Dada a envergadura e a gravidade da desconexão e o pouco tempo experimentado pelos programas não se tem ainda medidas consistentes para avaliar de maneira rigorosa seus impactos. Existem diversos estudos em andamento, que não permitem hoje uma avaliação substantiva e mais definitiva. Por certo, além destes programas iniciais, a superação da complexa situação exige medidas mais profundas e de mais longo prazo.

A terceira questão envolve as relações entre cultura e comunicação midiaticizada. A opção do governo brasileiro por um sistema privado de comunicação, desde quase seu início ainda nos anos 30 do século XX, criou um verdadeiro fosso entre as políticas de cultura e de comunicação no país. O descolamento se tornou mais acentuado com a deliberada política de “segurança nacional” da ditadura civil-militar de integrar o país em termos simbólicos via telecomunicações e comunicação, o que resultou nas redes de emissoras de rádio e, principalmente, de televisão até hoje existentes no país.

Neste horizonte, registre-se que a televisão aberta tem um papel avassalador no Brasil, inclusive para a formatação de uma cultura efetivamente compartilhada pelos brasileiros. As telenovelas assumem lugar de destaque nesta configuração cultural (Rubim & Rubim, 2004). Elas, para além de meros teledramas, tornaram-se bens simbólicos que habitam, alimentam e configuram o cotidiano dos brasileiros, fazendo parte de sua experiência de viver o mundo. Para além desta dimensão de construção simbólica de experiências de vida, as telenovelas conformam uma potente indústria de cultura, em âmbitos nacional e internacional. Tais produtos televisivos são hoje exportados para mais de cem países em todo mundo.

A televisão aberta no Brasil estruturou um modelo televisivo em moldes nitidamente antidemocráticos, porque altamente concentrado e centralizador. As cadeias televisivas estão nas mãos de pouquíssimas famílias, que controlam fortemente a televisão aberta. Ela funciona em rede nacional quase todo tempo, inviabilizando a produção de uma programação regional e local. Mais de 90% da programação da televisão brasileira

provém das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Some-se a ínfima produção regional e local, o descolamento radical entre a atuação das emissoras de televisão, potentes agentes culturais conforme anotado acima, e as dinâmicas culturais regionais e locais. As televisões não estão abertas para vincular a produção cultural regional e local, nem sequer para divulgar, de modo cotidiano, a existência destes bens culturais. No Brasil, elas se tornaram veículos distantes das culturas regionais e locais e, na prática, adversárias da diversidade cultural, oriunda dos territórios que compõem a nação brasileira. A ausência das poderosas culturas regionais brasileiras das telas da televisão aberta é sintoma emblemático desta postura contra a diversidade cultural que constrói a rica cultura brasileira.

Tal quadro se torna ainda mais grave se recordamos outra característica da televisão aberta brasileira: ela própria produz praticamente toda a sua programação, com exceção dos filmes enlatados norte-americanos e dos programas religiosos, que inundam a televisão e que, em geral, compram seus espaços na televisão. Esta característica mais uma vez dificulta a produção, circulação, distribuição e divulgação de bens e serviços, que constituem a diversidade cultural brasileira.

Apesar da Constituição de 1988 prever a conformação de um modelo de televisão composto por emissoras estatais, privadas e públicas, fundamental para a democratização da comunicação no Brasil, ele não conseguiu ser efetivado. O mesmo acontece com a regionalização da programação da televisão também inscrita na Constituição Federal de 1988. Forças conservadoras e a grande imprensa impediram, até hoje, a regulamentação em lei do que está definido na Constituição Federal. Ou seja, o dispositivo constitucional não tem sido aplicado desde a sua conquista e a televisão aberta brasileira continua altamente concentrada e centralizada, com todos os prejuízos que isto acarreta para a sociedade e para a cultura nacionais, bem como para a diversidade cultural brasileira.

O Ministério da Cultura, com destaque para a gestão de Gilberto Gil, tentou enfrentar tais enlaces por meio de diferentes iniciativas. Ele propôs a transformação da Agência Nacional de Cinema (Ancine) em Agência Nacional de Cinema e do Audiovisual (Ancinav), para ampliar sua área de atuação no registro da comunicação. A proposta foi intensamente combatida pela grande imprensa, por criadores culturais ligados a ela e por setores conservadores. O governo de Lula recuou e retirou o projeto de pauta. No restante da gestão Lula e no governo Dilma nenhuma medida substantiva foi retomada nesta perspectiva. Foram notáveis a ambiguidade e a falta de iniciativas mais contundentes de ambos governos em tema tão vital para a democracia e diversidade cultural (Lima, 2012).

Diferente de muitos países em todo mundo, inclusive Portugal, não existe no país uma lei geral das comunicações que ordene democraticamente esta dimensão da sociedade. O código de telecomunicações vigente data de 1962. Todas as tentativas realizadas no sentido de dotar o Brasil de uma legislação democrática neste campo têm sido hostilizadas brutalmente pela grande imprensa e pelas classes dominantes, sempre recorrendo à denúncia de supostos atentados à liberdade de imprensa e de intentos de implantação do arbítrio e do autoritarismo no trato com a comunicação. Reiteradamente

emerge uma questão cara à democracia: por que este espaço da sociedade não pode se submeter a um ordenamento democrático como o restante da sociedade em uma situação de vigência da democracia? No horizonte de parâmetros democráticos tal posição é insustentável.

A iniciativa de discussão de constituição de uma ampla televisão pública no Brasil também foi capitaneada, de início, pelo Ministério da Cultura, com forte oposição do Ministério da Comunicação do governo Lula. Finalmente criada em 2007, a Empresa Brasil de Comunicação, com sua TV Brasil, se instalou na Secretaria de Comunicação do governo e contou no seu começo com membros advindos do Ministério da Cultura, que pouco-a-pouco foram sendo descartados. O projeto perdeu em consistência e em radicalidade, já bastante atingida desde a sua criação pelas negociações no Congresso Nacional para a sua aprovação (Rocha, 2014).

Consumada a derrubada do governo Dilma e do projeto de transformação democrática no país, uma das primeiras medidas do estado de exceção dirigido por Michel Temer foi propor a extinção do Ministério da Cultura. Ela só não foi consumada pela resistência de artistas, intelectuais, agentes, grupos e comunidades culturais, que, dentre muitas ações e manifestações, ocuparam sedes do Ministério da Cultura em todos os estados brasileiros, com atividades político-culturais criativas e de grande visibilidade, o que fez o governo recuar na extinção do ministério. Dado relevante na luta: a negativa de seis mulheres expressivas do campo cultural convidadas para assumir a então secretaria, colocada em lugar do ministério. Esta primeira vitória contra o estado de exceção não assegurou a manutenção das políticas culturais que vinham sendo desenvolvidas. O programa ultraliberal do governo; as pessoas indicadas para o ministério; a instabilidade instalada no órgão, com quatro ministros em menos de dois anos e os drásticos cortes orçamentários inviabilizam a continuidade das significativas políticas culturais inauguradas na gestão de Gilberto Gil.

A situação da cultura torna-se mais grave com o clima de polarização e ódio criado no país, em especial, pela grande imprensa, totalmente partidarizada, e pelo vale tudo que tomou conta do país e da política brasileira, com a ascensão de um governo sem a legitimidade democrática do voto e marcado por graves acusações de corrupção. Os atentados, inclusive assassinatos, contra lideranças e grupos sociais subalternos ou minoritários, sejam eles rurais ou urbanos, se intensificou. A perseguição aos divergentes avançou. Fortes agressões à liberdade de expressão e criação emergiram na sociedade, em decorrência deste clima. Diversas exposições artísticas foram ameaçadas, atacadas e suspensas, por visões reacionárias e moralistas acerca do corpo e da sexualidade. Seminários acadêmicos têm sido igualmente ameaçados e até interditados. Universidades têm sido invadidas e seus dirigentes humilhados com a utilização de diversos pretextos. Enfim, o ambiente de liberdades públicas e de democracia vivido nos governos Lula e de Dilma dá lugar à violência e a falta de liberdade, inimigas da criação e dos debates culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Traçada a retrospectiva panorâmica e o quadro atual das tensas relações entre cultura e democracia no Brasil, podem ser aventadas algumas considerações sobre os impasses das conexões entre cultura e democracia nos tempos recentes no país. A conjuntura atual parece expressar e espelhar os atritos e embates que caracterizam a história do Brasil. Aqui não parece haver novidades: a cultura volta a ser assumida pelo governo como privilégio de classe, em suas vertentes mais conservadoras e elitistas, próprias de uma sociedade profundamente desigual que não reconhece a sua diversidade cultural e que não respeita as diferenças.

Os resultados e desdobramentos da atitude inovadora e diferenciada, no pensamento e na prática, em relação à cultura, inaugurada a partir da gestão Gilberto Gil, correm imensos riscos neste novo contexto. Mas devido à potência alcançada por aquelas políticas culturais pode ser que elas resistam de diversos modos ao retrocesso. A hipótese de que a vitória contra o governo golpista na luta pela manutenção do Ministério da Cultura em 2016 decorreu das mudanças ocasionadas pelas políticas culturais empreendidas não parece improvável. Ao ampliar o conceito de cultura, desenvolver políticas culturais mais abrangentes, ampliar a participação dos agentes e comunidades culturais, o ministério criou novas bases sociais para além dos artistas e pessoal de patrimônio, seus interlocutores usuais e mesmo público privilegiado dos órgãos, que antecedem a sua criação, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Fundação Nacional das Artes (Funarte). Desde 2003, o ministério passou a interagir com setores culturais, mais amplos e diversos social e territorialmente, a maioria deles sem nenhum contato político-cultural anterior com o ministério ou mesmo com o estado nacional. Esta verdadeira reinvenção do ministério permite uma aposta na luta pela manutenção de determinadas políticas vitais para a cultura cidadã brasileira. Por óbvio que as condições serão difíceis, mas é possível imaginar que em sua vitalidade elas possam resistir aos retrocessos político-culturais. Estudos futuros serão necessários para comprovar ou negar tal hipótese.

Apesar dos avanços do período Gil e Juca, o ministério não conseguiu inscrever a cultura no modelo de desenvolvimento vigente nos governos Lula e Dilma. As presenças de Gilberto Gil e de Lula, em tempo simultâneo, engrandeceram as possibilidades de enlace entre cultura e desenvolvimento, sem conseguir, entretanto, colocá-lo em outro horizonte. Cabe registrar que a conquista da inserção da cultura no modelo de desenvolvimento não é nada simples, pois quase sempre os governos e os políticos encaram a cultura como conjunto de eventos, como cereja do bolo, como falou diversas vezes Gilberto Gil. As temporalidades distintas de realização da política e da cultura também afetam a desejada conexão entre cultura e desenvolvimento. Enquanto a política busca resultados muitas vezes em tempos curtos como alimentos para a cotidiana luta política, a cultura, em dinâmica oposta, para produzir resultados requer uma temporalidade mais longa, pois as mutações culturais são aquelas de mais difícil consecução. A cultura entranhada em corpos e mentes, sedimentada em instituições e valores precisa de mais tempo para sua transformação. Os descompassos temporais entre cultura e política,

deste modo, podem criar tensões muito difíceis para o enfrentamento e equacionamento político do lugar da cultura no modelo de desenvolvimento. Este talvez seja um dos maiores desafios existentes para as políticas culturais: fazer entender a cultura como dimensão essencial que perpassa e dá significados às relações humanas em sociedade e que, por conseguinte, torna-se condição fundante de qualquer desenvolvimento.

Nos governos de Lula e Dilma, o modelo de desenvolvimento privilegiou as suas dimensões econômico-sociais, com ênfase em considerar o social como componente imprescindível do desenvolvimento. A atenção com o social como fator imanente do desenvolvimento pode ser considerada marca destes governos e das experiências acontecidas na América Latina no século XXI. Esta atitude significa um avanço notável com relação à postura que reduz o desenvolvimento ao mero crescimento econômico, como, em geral, ocorre na perspectiva neoliberal, na qual o mercado se transforma no agente privilegiado do desenvolvimento.

Os avanços alcançados ao conectar umbilicalmente as dimensões econômica e social do desenvolvimento não se repetiram com outras esferas do desenvolvimento. As atitudes dos governos de Lula e de Dilma foram ambíguas em relação à dimensão ambiental, ainda que alguns avanços tenham sido obtidos. A dimensão política do desenvolvimento foi em medida razoável menosprezada pela assimilação dos dispositivos e procedimentos do sistema político existente, o que paralisou mudanças necessárias ao desenvolvimento político, com aprofundamento da democracia, da cidadania e de direitos. A aceitação implícita do corroído sistema político vigente e seus modos de funcionamento foi, não resta dúvida, um dos estopins da crise do governo Dilma.

Outra falta tão grave quanto a não inserção da cultura no modelo de desenvolvimento, atitude que exige maturação e alto grau de inovação em termos presentes e mundiais, igualmente ocorreu. Trata-se da realização de um processo de mudanças societárias significativas, intentado por via democrática, sem uma nítida atenção e disposição para a disputa pela hegemonia político-cultural, intelectual e moral, no dizer de Antonio Gramsci, no cenário da sociedade brasileira. Esta falta de atitude e de compreensão se mostrou desastrosa no embate político-cultural em tempos neoliberais, dada a potente vigência deste ideário no mundo e no Brasil, em especial em esferas da sociedade, como a grande imprensa, parcelas dos poderes judiciário e legislativo, classes dominantes e segmentos das classes médias. A desatenção com esta disputa foi patente na ausência de políticas de comunicação e de cultura capazes de lidar com a ausência de pluralismo, a partidarização exacerbada e a influência que a grande imprensa exerce sobre a opinião pública brasileira. Nesta perspectiva, a não democratização da imprensa e da comunicação midiática criou obstáculos imensos para o processo de democratização da sociedade em curso nos governos de Lula e de Dilma, caracterizados por amplas liberdades, pela superação paulatina das desigualdades sociais e pela conquista de direitos por parcelas importantes da sociedade brasileira.

Os significativos avanços propiciados pelas políticas culturais, em especial no governo de Lula, não podem silenciar a não efetivação da consciente promessa inscrita no discurso de posse do ministro Gilberto Gil. Ele disse que: “a política cultural do governo

Lula a partir deste momento (...) passa a ser vista como parte de um projeto geral de construção de uma nova hegemonia em nosso país” (Gil, 2013, p. 231). Esta não realização da disputa pela hegemonia e novos valores interdito, pelo menos por algum tempo, “a construção de uma nação realmente democrática, plural e tolerante” (Gil, 2013, p. 232).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Calabre, L. (2015). Notas sobre os rumos das políticas culturais no Brasil nos anos 2011-2014. In A. A. C. Rubim; A. Barbalho & L. Calabre (Eds.), *Políticas culturais no governo Dilma* (pp. 33-48). Salvador: Edufba.
- Coutinho, C. N. (2000). *Cultura e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Chauí, M. (2000). *Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo.
- Freyre, G. (1990). *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: Record.
- Fernandes, F. (1975). *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Gil, G. (2013). Discurso da solenidade de transmissão do cargo – Brasília. In G. Gilberto & J. Ferreira, *Cultura pela palavra. Coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da cultura 2003-2010* (pp. 229-234). São Paulo: Versal.
- Guimarães, F. (2017). *Dissertação sobre Fundação Cultural Palmares*. Salvador, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade [work in progress].
- Holanda, S. B. de (2006). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Jinkings, I.; Doria, K. & Cleto, M. (Eds.) (2016). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Lima, V. A. de (2012). *Política de comunicações: um balanço dos governos Lula (2003-2010)*. São Paulo: Publisher Brasil.
- Paiva Neto, C. B. (2017). Modelo federal de financiamento e fomento à cultura. In A. A. C. Rubim & F. P. Vasconcelos (Eds.), *Financiamento e fomento à cultura no Brasil: estado e Distrito Federal* (pp. 15-61). Salvador: EDUFBA.
- Rocha, R. (2014). *Políticas culturais e televisão pública no Brasil. O processo de conformação da Empresa Brasil de Comunicação – Tv Brasil*. Tese de doutoramento, Universidade Federal da Bahia, Brasil.
- Rubim, A. A. C. & Rubim, L. (2004). Televisão e políticas culturais no Brasil. *Revista USP*, 61, 16-28.
- Rubim, A. A. C. (2011). *As políticas culturais e o governo Lula*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo.
- Rubim, A. A. C. (2015). Políticas culturais no primeiro governo Dilma: patamar rebaixado. In A. A. C. Rubim; A. Barbalho & L. Calabre (Eds.), *Políticas culturais no governo Dilma* (pp.11-31). Salvador: Edufba.
- Rubim, A. A. C. (2016). Teses sobre o financiamento e fomento à cultura no Brasil. In L. Valisti & G. Moller (Eds.), *Economia criativa, cultura e políticas públicas* (pp. 267-278). Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV.

Rubim, A. A. C. & Vasconcelos, F. P. (Eds.) (2017). *Financiamento e fomento à cultura no Brasil: estado e Distrito Federal*. Salvador: EDUFBA.

Rubim, A. A. C. (2017). Políticas culturais na América Latina: Cultura Viva Comunitária. Comunicação apresentada no Encontro Internacional de Gestores Culturais. Santa Cruz de la Sierra, Bolívia.

Schwarz, R. (2005). *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra.

Souza, J. (2015). *A tolice da inteligência brasileira. Ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: Leya.

Souza, J. (2017). *A elite do atraso. Da escravidão à Lava Jato*. São Paulo: Leya.

Turenko, A. S. (2017). *Política cultural e democracia participativa: a experiência da elaboração do Plano Nacional de Cultura*. Tese de doutoramento. Universidade Federal da Bahia, Salvador., Brasil

Turino, C. (2015). Cultura a unir povos. *Revista Observatório Itaú Cultural*, 18, 66-75.

NOTA BIOGRÁFICA

Pesquisador do CNPq e do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT) e professor do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ex-Secretário de Cultura do Estado da Bahia – Brasil.

E-mail: rubim@ufba.br

Endereço: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Departamento de Comunicação. R. Geremoabo, s/n Ondina, 40170240 – Salvador, BA – Brasil

* **Submetido: 28-09-2017**

* **Aceite: 22-10-2017**

DILEMMAS FOR CULTURE AND DEMOCRACY IN CONTEMPORARY BRAZIL

Antonio Albino Canelas Rubim

ABSTRACT

The culture and democracy agenda is both a global characteristic and a feature of contemporary Brazil. Democracy dominates the current scenario through a complex set of variants that have given rise to a debate between possible complementarities and obvious contradictions. In today's world, democracy has established itself as an (almost) universal value, albeit through versions and visions that often contrast and conflict. Hence the fierce disputes that take place in its name, concerning both its definition and delimitation. In modern times, countless conflicts reflect its omnipresence and omnipotence. In short, its hegemony as an (almost) universally claimed value, is based on the concept of one-size-fits-all. Everyone demands and proclaims democracy, but, as has been noted, such manifestations are characterized by intense struggles over its definition and delimitation. Thus, democracy and its conflicts have become central to the current national and international scene. With culture, something similar takes place, though less intensely, since it comes from a less contentious arena.

KEYWORDS

Culture; democracy, Brazil

RESUMO

O agendamento da cultura e democracia caracterizam o mundo e o Brasil contemporâneo. A democracia domina o cenário atual por meio de um complexo conjunto de variantes, que se debatem entre complementariedades possíveis e contradições flagrantes. Na atual circunstância mundial, a democracia tem se afirmado enquanto valor (quase) universal, ainda que em versões e visões muitas vezes visivelmente contrastantes e conflitantes. Daí as ferozes disputas que acontecem em seu nome, envolvendo sua definição e sua delimitação. Na contemporaneidade, inúmeros conflitos perpassam sua onipresença e onipotência. Em resumo, sua hegemonia como valor reivindicado por (quase) todos, funciona fundada em um conceito-ônibus, no qual tudo parece caber. Todos conclamam e proclamam a democracia, mas, como anotado, estas manifestações vêm acompanhadas por intensas lutas por sua definição e delimitação. Assim, a democracia e seus conflitos adquirem uma centralidade na cena atual internacional e nacional. Com a cultura acontece algo similar, só que em intensidade bem mais branda, pois ela surge como um campo de disputa mais leve.

PALAVRAS-CHAVE

Cultura; democracia; Brasil

Without attempting to be exhaustive, within the universe of democracy, innumerable constellations appear to be in stark opposition, many of them markedly polarized. In addition to the peculiarities associated with democracy in various societies, the contemporary world poses so many new challenges to it, so that it is impossible to make a consistent and detailed analysis of them all. It is therefore necessary, from a panoramic perspective, to list some of the main dilemmas faced by democracy today.

The seeds of the disputes have already been sewn within the current classifications used to discuss democracies. One example would be the distinction between formal and substantive democracy, between conceiving democracy as a set of procedures to be complied with and respected by all, or as a process that must ensure, make feasible and effective those rights achieved through citizenship. A second example concerns the differentiation in the representation mechanisms for representative and participatory democracy, the former exemplified by the profound unrest experienced today in countless countries, the latter the product of recent experiments in participation, still historically undeveloped. Such examples allow us to foresee counter-attempts of confrontation and conjunction between different modes of democracy, developed, as always, in relationships fraught with tension.

In addition to the modalities inherent in the idea and practice of democracy, the contemporary scene is marked by struggles against authoritarian regimes; a desire to bridge the gap between large and small powers, as well as engagement with attempted attacks and protests for and against democracy. Interventions carried out in the name of democracy have produced very unequal results: in some cases, there has been a cementing of human rights, freedoms and citizen participation, whereas others have produced lawless societies, far removed from any democratic conditions or desires. The so-called “Arab Spring” emerges as a symbol of profoundly unequal destinations. For better or worse, this series of episodes has served to impose democracy on the current agenda, making it an ever-present theme on the contemporary scene.

The dispute that surrounds its denominations, definitions and delimitations and the effective interventions developed in its name in the contemporary world are not the only dilemmas experienced by democracy today. Societal shifts are a feature of contemporary life, and have a potent impact on democracy and culture. It is worth considering some of these, by taking a birds-eye approach.

There are many dilemmas confronting democracy due to the redefinition of the place occupied by countries and with the flourishing of supranational bodies and the governance of different typologies, all of which possess fragile (or non-existent) democratic structures and procedures. Democracy, despite, in its modern guise, having been born into the system of the nation state, is challenged by the emergence of these new modalities of supranational bodies and governance, which today hold significant powers in terms of how they frame the world in which we live. International organizations and large regional blocs take powers away from countries and challenge the sovereignty of nations – the traditional places for the development of democracy. In addition to supranational bodies, the contemporary scene has seen the emergence of multinational

mega-businesses that produce enormous power bases in a clear disconnect from the socialization of power, understood as the basic condition for democracy to exist. “Glocalization” creates tension for both democracy and culture. It requires both to adapt to new societies and institutions.

The mutations in contemporary sociability, caused by a vast transformation of transport and communications systems, coupled with the configuration of a networked society, constitute a new mode of sociability, which is distinct from modernity. This commendable new world combines an umbilical coexistence, a way of living in the present, and tele-presence, with long-distance experiences. This has changed the working patterns of sociability, politics, democracy and culture, which have come to depend on non-geographic spaces, on mediated formats, connected by digital networks, which have to become acclimatized to a life lived in real time and one which operates on a global scale. Democracy, politics and culture, forged, in their modern versions, in an environment where face-to-face coexistence in geographical spaces was the norm, now need to make significant changes. In this way, democracy, politics and culture are challenged to adapt to this new networked sociability, which combines the umbilical, the global and the local way of doing things. The expression “glocal” appears as an aposite synthesis of experiences that characterize and single out the contemporary. Virtual spaces are intertwined with the old geographical spaces and coexistence ends up being permeated by teleliving, a life experienced at a distance and with degrees of reality similar to experiences in the present.

Nanotechnologies, with the dematerialization of goods and services, enable the emergence of a societal scenario in which knowledge becomes a vital component of the accumulation of capital, giving rise to a new kind of capitalism: cognitive capitalism. Globalization facilitates economic connections at a global level, strengthening capitalism and the neoliberal configurations it constructs: a system which imposes, as a model for society, market regulation, as well as the reduction of the state, with subsequent prejudicial outcomes for public spaces, politics, democracy, culture, freedom, fellowship, justice and social equality.

In summary, this can be seen as an awkward historical transition from the model instituted during modernity to another model, which seeks to translate contemporary life into unusual sociability, institutions and governance, presenting huge challenges for both democracy and culture, which were historically shaped in modernity and are today challenged to construct new formats that fit the contemporary world. It is not necessary to enter the controversy of the opposing viewpoint, via postmodern, neo-modern, and other perspectives. It is enough to affirm that democracy and culture have been thrown into the whirlwind of this overwhelming societal transition, experiencing both progress and setbacks.

In such historical circumstances, culture acquires very modern modes of production, circulation and consumption; innovative content and formats, in addition to assuming transversality in the areas of science, communication, economics, education, politics, technology, tourism and other, often unusual, areas. Culture associated with manifestations of identity, cultural diversities and intercultural dialogues pressurize

democracy, in the search for inaugural cultural rights, which supports cultural citizenship, including a new dimension of the right to have rights, according to the original conception of citizenship. In short: culture, rights, citizenship, politics and democracy are embroiled in changes that are both open and profound.

This generic and brief outline serves to contextualize the challenges and dilemmas that impact on the association between culture and democracy described here. Despite glocal brands and labels, experimentation takes place in contexts that unequivocally combine global constraints and flows, such as those indicated, with localities, which are derived from each specific economic, political and cultural circumstance. In short, the glocal emerges as all-powerful. It has, therefore, become necessary to form a new movement: confronting these impasses and discussions within a defined economic, political and cultural environment: 21st century Brazil.

Taking into account the democracy agenda and its interface with culture on the international stage, we need to focus on our attempts to reveal the relationship between culture and democracy in Brazil today. At the outset, it should be noted that the current Brazilian situation is one of political, economic and cultural crisis. Since the media/legal/parliamentary-orchestrated coup of 2016, the issue of democracy has taken centre stage, as has discussion of this new type of coup (Jinkings, Doria & Cleto, 2016). The cultural arena has positioned itself as a majority in defence of democracy and against the coup. This positioning has even affected some of the cultural sectors that disagreed politically with the Dilma Rousseff administration. This text seeks to analyse the relationship between culture and democracy in the current troubled Brazilian context.

DILEMMAS FOR DEMOCRACY IN BRAZIL

An interesting debate has begun to proliferate in Brazil, caused by experiences of a new type of democratic rupture, and by the historical factors that make it possible to understand the authoritarian traits that inhibit democracy here and enable the cyclical formation of States of Exception. One of the key people central to this discussion, the sociologist Jessé Souza, has insisted on abandoning, analytically, the paradigm of the centrality of colonization as positioned by the Portuguese, replacing this with the anomaly of its past slavery, which was an intense experience for Brazil and a long way from the experience of Portugal (Souza, 2015, 2017). This perspective has sparked controversy, not only because of the author's style, but also as it has been viewed as a radical review of explanations which, to some extent, have been accepted in Brazil since Gilberto Freyre (1990) and Sérgio Buarque de Holanda (2005), amongst others.

To take slavery as a fundamental analytical axis for the formation of Brazil and its profound social inequality, its democratic difficulties and its persistent authoritarianism seems a plausible approach toward revealing the contemporary Brazilian reality. This interpretive attitude not only redefines analytical axes deep-rooted in Brazilian thinking and even in daily life, but also produces a remarkable reintroduction of the issue of slavery within the national political context. This approach thus ceases to be uniquely claimed

by the black population in its struggle for social reparation, for the construction of its memory and its political-cultural identity, and becomes a wider issue for all Brazilians, since it both defines how present-day Brazil is constructed and explains the fragility of its democratic existence. This shift in approach makes slavery and its historical consequence a central issue to be faced by Brazilian politics and culture, in their modalities, singularities and necessarily different temporalities.

Further to this current historical review, other authors, from different and even conflicting theoretical standpoints, have already pointed out the structural authoritarianism that runs through Brazilian history, even during democratic and non-dictatorial times. Florestan Fernandes (1975) speaks of the process of conservative modernization that constitutes the country. Marilena Chaui (2000) points out persistent authoritarianism in the founding myth of the Brazilian state. Carlos Nelson Coutinho (2000) draws attention to how transitions within Brazil always occur following agreement between the dominant powers and with the constant exclusion of the subordinate sectors in the change process as they impose limitations, including limitations on the size and extent of such transformations. In summary, all these authors refer to this phenomenon as a fundamental element in explaining the structural authoritarianism that permeates Brazilian society.

The difficulty in contemplating the breadth of societal changes can be exemplified by peculiar historical circumstances, such as the independent attitude posed by the heir to the Portuguese throne or by the proclamation of the republic by a member of the military loyal to the monarchy. On the rare occasions when dissonant governments were installed, at different levels, by the ruling classes, there was always a rupture with democratic conventions. In 1954, the elite's brutal opposition to the second democratic and nationalist government of Getúlio Vargas led to the suicide of the president-elect. In 1964, President João Goulart, who sought to develop grassroots reforms to incorporate popular sectors into Brazilian capitalism, was overthrown by a civil-military coup, with the support of the United States. In 2016, President Dilma Rousseff, from the Workers Party (PT), was re-elected via the popular vote but then dismissed from the government through a media-legal-parliamentary coup.

In each of these historical events, governments that differentiated themselves from those of the Brazilian elite, and which sought to include popular elements of society within national development, were overthrown by political forces representative of the Brazilian ruling classes, and, despite the historical timescale, by similar means: extensive use of a media that is unanimously partisan and positioned as a true political agent; selective use of corruption charges; criticisms of "populism" in the management of the government and its relationship with subordinate sectors that fulfilled the demands of the non-dominant sectors of society; use of the right to free speech in defence of a supposedly threatened "democracy". The difficulty of coexistence with democracy is evident in those historical periods that fall outside the strict parameters and prescriptions of the governments of the Brazilian ruling classes.

Currently, the imposed State of Exception is instigating, with the support of a congress corrupted by the corporate financing of political campaigns and other negotiations,

a set of ultraliberal “reforms” that remove rights, exacerbate social inequalities, privatize publicly-owned assets and redefine Brazil’s position in the world by dismissing independent foreign policy and returning to a foreign policy of subservience to the interests of dominant countries. Internally, contempt for the democratic norms of social coexistence brought about by the media-legal-parliamentary coup has led to the emergence of a climate of disrespect for the rule of law, with oppressive actions on freedoms, such as interventions against artistic exhibitions, and attacks on universities and other institutions. Both the media and the judiciary, neither of which were democratized by post-dictatorship governments, have actively participated in the construction of this State of Exception, which is opposed to democracy, either through explicit support or through the silence surrounding the subjugation of democratic rights and liberties.

DILEMMAS FOR CULTURE WITHIN BRAZIL

Until the beginning of the twentieth century, in the eyes of its elite, Brazil was as a white population in line with the “western” model. The native people were subjugated, and black people, brought forcibly through slavery, had either been forgotten or kept silent. The intended ideal of whitening the Brazilian population appears as one of the driving forces behind immigration from Europe that occurred in the late nineteenth and early twentieth centuries. Implicit in the imagined process of “civilization” in Brazil, of becoming white and western, is collective amnesia towards profound social inequality coupled with non-recognition of the black and indigenous population, who remained discriminated against, unseen and unheard.

In the 1930s, the Brazilian government abandoned this narrative and purported the official line of miscegenation as a national characteristic. In extreme cases certain formulations gave rise to proclamations of a “racial democracy”. Since then, such official discourse has permeated society, even entering the cultural sphere. Brazilian culture is identified as coming from a synthesis of different cultural roots: white-western, indigenous peoples and people from black African nations brought to Brazil. However, the official discourse does not give due recognition or provide equitable treatment to these so-called cultural “roots”. The supremacy of white-western culture is overwhelming and almost always appears in its more conservative guise, contrary to the ideals of the Enlightenment, of the anarchist, socialist, worker, communist, member of the avant-garde movement, and so on.

Black cultures and indigenous peoples, despite having valid reasons to be part of the national reality, have been discriminated against, exploited and even persecuted and repressed. The infinitesimal support from the nation state simply involves lamenting the situation of “forgetfulness” and the subjugation to that which they have been subject. The troublesome Afro-Brazilian cultures only obtained a measure of institutionality in the Brazilian state in 1988 with the creation of the Palmares Cultural Foundation, a landmark event highlighted by the actions of the organized black movement in the recent struggle against the dictatorship and by the passing of a hundred years since the abolition of slavery in Brazil, the penultimate country to legally end black slavery, despite being one

of the largest recipients of slave traffic in the world. It is estimated that over four million black people were forcibly brought to Brazil on the terrible slave ships. An ongoing study has drawn attention to the meagre budgets allocated to the Palmares Cultural Foundation in absurd contrast to the proliferation of Brazilian black cultures (Guimarães, 2017). Even today, almost 90 years after the inauguration of the official discourse of the “roots” of Brazilian culture, the indigenous culture is in an even more parlous state, not having been institutionalized or even having designated cultural policies.

To summarize, in the almost 90 years since the official discourse over the three constituent sources of Brazilian culture there has been no effective recognition nor more equitable treatment of black cultures or indigenous peoples in the country. As the years have passed, state and society have continued to discredit and even discriminate against such cultural manifestations, which are these days carried out on a smaller scale and to privilege white-western culture, often revered as the culture most admired and supported by current cultural policies. The distinction between such cultures and their immense cultural, political, social and economic repercussions remains all too apparent.

Difficulties surrounding Brazilian culture are not limited to the mismatches between official discourse and effective cultural policies. They have suffered from misconceptions and constraints that have profoundly affected their development and characteristics in Brazil. They were hampered by the prevalence of an ornamental vision of culture (Coutinho, 2000). They were considered out of place in times of coexistence between slavery and liberal ideas (Schwarz, 2005). They were late to submit to institutions, such as the implementation of the university system in Brazil in the twentieth century. They had their most brilliant moments and movements prohibited by authoritarian regimes, as happened with the Estado Novo (1937-1945) and the civil-military dictatorship (1964-1985). In short, relations between culture, society, politics and democracy have been extremely problematic and strained in Brazil.

DILEMMAS AND IMPASSES IN BRAZILIAN CULTURE TODAY

The contemporary challenges experienced by democracy in the world now include the problems recorded in both past and present Brazilian history. The historical trajectory, sketched in rudimentary form, enables the construction of a context that can provide meaning and also throw light on the current situation. In analysing the present, it should be pointed out that a historical investigation of the country’s cultural policies has led to the conclusion that this history has been marked by three lamentable traditions: absence, authoritarianism and instability (Rubim, 2011). The book cited analyses how these traditions of cultural policies were, or were not, treated by the Ministers of Culture Gilberto Gil (2003-2008) and Juca Ferreira (2008-2010).

The management of culture during the two Lula governments (2003-2010) placed the state in the role of promoter, formulator and enforcer of cultural policies, in an effort to overcome the tradition of absence. In order to combat authoritarianism, it sought to develop cultural policies according to democratic norms, adopting an expanded the

notion of culture through public policies based on the express participation of cultural communities in the discussions about and deliberations of policies, seminars, councils, chambers/colleges and national conferences on culture. Instability was addressed by the construction of state policies, such as the decennial National Plan for Culture (PNC), approved as a constitutional amendment in 2005 and becoming law in 2010, and the National System of Culture (CNS), initiated in the early years of the administration and becoming a Constitutional Norm in 2012.

Certain cultural policy devices have made it possible to manage the three traditions. The PNC appears as a good example, since it seeks to overcome absence, authoritarianism and instability with the construction of long-term democratic cultural policies. A recent study showed how the drafting of the PNC enabled not only the broad participation of cultural agents and communities, but also allowed the proposals to be incorporated into the PNC (Turenko, 2017). In this way, the National Plan of Culture acts, simultaneously, against: absence, since it is an effective policy; authoritarianism, since it was elaborated in a democratic and participative way; and instability, since it makes provision for the long term, looking beyond specific governments.

Obviously, the clash within the longstanding traditions of cultural policies in Brazil did not occur without contradictions or problems. The book about the Lula administrations also deals with the various limitations of the Gilberto Gil and Juca Ferreira terms of office. Even considering these limits, cultural administration in Brazil in the period 2003-2010 attained commendable political-cultural levels. This period stands as beacon of light in the history of the three lamentable traditions that reflect the history of cultural management, to the extent that the suggestion that the Ministry of Culture was reinvented in these years seems neither absurd nor misplaced. It can also explain certain recent events that have taken place in the field of culture in Brazil, such as the reaction to the attempt to abolish the ministry itself, which occurred in the immediate aftermath of the coup. These themes will be taken up later in our text.

However, this standard was not maintained in the Dilma Rousseff government, when Culture took a back seat under the administrations of the Ministers Ana de Holanda (2011-2012) and Marta Suplicy (2012-2014). Some relevant policies continued, albeit at a slow pace, such as the PNC, which set its targets in 2011; the CNS, approved in 2012, but still not regulated by law today, and the “Cultura Viva” program, with its well-known cultural points of reference, whose national law was deliberated in 2014. However, the standard of political-cultural involvement, on a national and international scale, of the Ministry of Culture has visibly decreased (Calabre, 2015; Rubim, 2015). The ministry no longer formulates policy, acts and mobilizes cultural communities and Brazilian society to the extent of previous years. This reduction in the extent of state intervention has been visible both nationally and internationally.

The return of Juca Ferreira to the ministry in 2015, during Dilma Rousseff’s second term, was meant to herald a return to a more dynamic approach, although in practice this fell short of the desired effect. The stormy political scenario of 2015 and 2016, exacerbated by the economic crisis and the ongoing coup under the impeachment process,

paralyzed every government department, including the Ministry of Culture. Little could be achieved in such a turbulent context. The energies of the entire government and the Ministry itself were engulfed in the political and economic crisis, whilst the short period of time available to the new direction of Juca Ferreira – less than two years – added to the difficulty in achieving the desired goals.

Despite the reduction in performance levels witnessed during the first Dilma government and the improbability of being able to resume initial levels in its second term, in overall terms the Workers Party (PT) administrations from 2003 to 2016 in the sphere of culture generally and in cultural policies in particular, can point to important advances in their efforts to overcome the lamentable traditions. For example, the registration of the PNC, the CNS, democratic participation in cultural policy decisions as well as a variety of programs, such as *Cultura Viva*, a program that has since evolved into *Viva Community Culture*, operating in more than 15 countries throughout Latin America (Turin, 2015; Rubim, 2017). Other relevant programs should also be remembered as important landmarks from this special period, presided over by a management of culture at a national level. Amongst many such programs, we would like to cite the following: *Plural Brazil*; *Doc-TV*; *Revealing Brasís*; *Brazil for All Screens*; *More Culture in the School* and *More Culture in the Universities*. Undoubtedly, despite certain limitations, during this period the Ministry of Culture presided over one of its most consistent and creative periods in history.

However, despite such efforts and initiatives, the successive governments of Lula (2003-2010) and Dilma (2011-2016) were not able to deal with certain issues vital for the consolidation of policies of cultural diversity and intercultural dialogue innovatively developed during those years.

Difficulties stemmed from a number of factors, some of which are structural, such as the fragile nature of the position traditionally occupied by the Ministry of Culture within the general framework of government, including its relationship to budgetary resources allocated to the agency. Other factors were more sporadic in nature, such as specific management-related difficulties. Three problems should be highlighted, given their relevance to the persistent impasses.

First, the contrary system of financing and stimulating culture in Brazil, based on laws to provide incentives, was not modified, in spite of many debates and the initiative entitled *Pro-Culture* sent to the National Congress, which advocated a new model of support for culture. This project was only sent during the last year of the Lula government and did not receive due attention during the Dilma administration. The system, still in force today, depends almost entirely on incentive laws, with tax exemptions that revolve around 100% of the amount anticipated by companies. Direct support from the national government, via the National Fund of Culture, besides being practically insignificant, presents management problems from both a democratic and republican perspective (Paiva Neto, 2017). In short, the current model of financing and incentivization is still based on public money decided by companies, which favours commercially viable culture to the detriment of the complex universe of goods, products, artistic endeavours and manifestations integral to culture in general (Rubim, 2016).

Creativity and diversity suffer exponentially with this unilateral model of financing and incentivizing culture, which is, in itself, insufficient for encouraging the rich diversity of Brazilian culture (Rubim & Vasconcelos, 2017). The model of financing and promoting the hegemonic culture that remains in force after 14 years of PT governance does not meet the cultural diversity policies that were implemented throughout those years. Imprisoned by the logic of fiscal incentive laws, it has no ability to address the complexity and plurality of the cultural arena. The model supports cultural manifestations that are more closely linked to the market, which naturally take into account the cultural marketing interests of the company, which is theoretically a sponsor, yet operates with the almost exclusive use of public money. The majority of the complex cultural fabric in Brazil simply does not get support and resources for its development, thus directly compromising the promotion and preservation of Brazilian cultural diversity.

The second aspect, crucial for cultural policies, emanates from the disconnect with education. The absence of a link between these policies can be seen as a feature of Brazilian history, whether we look at the period of the joint Ministry for Education and Culture (1953-1985) or their subsequent separation, from 1985 onwards. The Lula government achieved little in this area. Under President Dilma, two inaugural projects from the Ministries of Education and Culture sought to establish such connections through the programs “More Culture in Schools” and “More Culture in Universities”. However, because of the scale and extent of the disconnect and the short time available to enact the programs, there has been no consistency to the measures needed to properly assess their impact. There are several ongoing studies but, as of today, these have not been able to produce a substantive and definitive evaluation. Undoubtedly, in addition to these initial programs, such a complex situation requires more profound and longer-term measures.

The third question involves the relationship between culture and communication via the media. Since the 1930s, the Brazilian government has opted for a private communication system, which has created a substantial divide between culture and communication policies. The separation was further accentuated by the deliberate “national security” policy of the civil-military dictatorship to symbolically integrate the country via telecommunications and communication, which resulted in countrywide networks for radio and, most notably, television.

From this perspective, it should be noted that free-to-air television has played a substantial role in Brazil, including the shaping of a culture effectively shared by all Brazilians. Soap operas take a prominent place in this cultural framework (Rubim & Rubim, 2004). More than simply teledramas, they became symbolic goods that inhabit, feed and shape the daily lives of Brazilians, becoming part of their experience of living the world. In addition to this dimension (of being a symbolic construction of life experience), soap operas represent a powerful culture industry, both nationally and internationally. Such television products are now exported to over 100 countries throughout the world.

Free-to-air television in Brazil structured a television model in a way that was clearly antidemocratic, since it was highly concentrated and centralized. Broadcast network companies remain in the hands of very few families, who exercise strict control over

free-to-air television. This almost always functions as a national network, making it impossible to produce regional and local programming. More than 90% of Brazilian television programming is broadcast from the cities of São Paulo and Rio de Janeiro.

Add to this the paltry regional and local production, the radical detachment between the actions of the TV broadcasters, dynamic cultural agents, as noted above, and regional and local cultural dynamics. Television is not accessible to the extent that it does not effectively connect regional and local cultural production, nor even to disseminate, on a daily basis, the existence of such cultural goods. In Brazil, it has become a vehicle that remains some distance from regional and local culture and, in practice, is opposed to the cultural diversity that originates in the territories that constitute the Brazilian nation. The absence of powerful Brazilian regional culture from television screens broadcasting free-to-air is symptomatic of the negative attitude toward cultural diversity that is the essence of Brazil's rich culture.

This picture becomes even more worrying if we take into account another feature of Brazilian free-to-air television: it produces almost all of its own programming, with the exception of homogenized north-American films and religious programs, which dominate the TV screens, and also generally purchase their own air-time. This practice is yet another barrier to the production, circulation, distribution and dissemination of goods and services that constitute Brazilian cultural diversity.

Although the 1988 Constitution foresaw a model for a television service comprised of state broadcasters, both private and public, as being fundamental for the democratization of communication in Brazil, such a model has failed to materialize. The same has occurred with the regionalization of television programming, a provision for which was also included in the 1988 Federal Constitution. Conservative forces and the mainstream press have prevented the application of laws as defined in the Federal Constitution. In other words, constitutional mechanisms have not been applied since it was established and Brazilian free-to-air television remains highly concentrated and centralized, with all the fall-out that this entails for society and culture, as well as for Brazilian cultural diversity.

The Ministry of Culture, spearheaded by the Gilberto Gil administration, addressed these problems through different initiatives. He proposed the transformation of the National Cinema Agency (Ancine) into the National Agency of Cinema and the Audio-visual (Ancinav), to expand its remit for recording communications. The proposal was vehemently opposed by the mainstream press and their affiliated cultural creators, and by conservative sectors. The Lula government backed down and withdrew the draft bill. For the rest of the Lula administration and in the successive Dilma governments no substantive measures to this end were adopted. The ambiguity and lack of substantial initiatives from both administrations on a subject so central to democracy and cultural diversity is striking (Lima, 2012).

Unlike many countries around the world, including Portugal, Brazil has no general law that democratically governs communications in society. The current telecommunications code dates back to 1962. All the attempts that have been made to provide Brazil with democratic legislation in this field have been met with a hostile response from the

mainstream press and the ruling classes, who traditionally resort to denouncing supposed attacks on freedom of the press and attempts to impose arbitration and authoritarianism in matters of communication. There is a question for democracy that refuses to go away: can this section of society not be subject to democratic order like the rest of society under democracy? From the perspective of democratic parameters such a position is unsustainable.

The initiative to discuss how a broader public television service in Brazil should be constituted was also led, at the outset, by the Ministry of Culture, although with strong opposition from the Ministry of Communications within the Lula government. Eventually created in 2007, the Empresa Brasil de Comunicação (EBC), with its subsidiary, TV Brasil, was established in the government's communication department and, at the beginning, included members from the Ministry of Culture, who were then gradually discarded. The project lost its focus, becoming less consistent and less radical, having been compromised from the outset by negotiations in the National Congress for its approval (Rocha, 2014).

Having completed the overthrow of the Dilma government and the project of democratic transformation, one of the very first measures of the State of Exception under Michel Temer was to propose the abolition of the Ministry of Culture. However, this proposal was not carried out due to the resistance of artists, intellectuals, agents, groups and cultural communities who, amidst a variety of actions and manifestations, occupied regional Ministry of Culture offices throughout Brazil, with creative and highly visible political and cultural activities, forcing the government to backtrack on the proposed abolition. Relevant to the fight was the fact that six outspoken women from the cultural sector, who had been invited to take over a department intended to take the place of the Ministry, refused to do so. However, this first victory against the State of Exception did not ensure that cultural policies under development would be maintained. The ultraliberal government program; the personnel appointed to the Ministry, the latent instability within the organization, with four ministers in less than two years, as well as drastic budget cuts have made it impossible to continue the significant cultural policies inaugurated during the Gilberto Gil administration.

The state of culture becomes even more worrying with the climate of polarization and acrimony prevalent in the country and fuelled by the mass media who are totally partisan in outlook, and in the "everything goes" attitude that has taken over the country and Brazilian politics, with the rise of a government that has no democratic legitimacy, itself blighted by serious accusations of corruption. Attacks, including killings, of subordinate and minority social leaders and groups, whether rural or urban, have intensified. Persecution of those with differing opinions has intensified. Aggressive responses to freedom of expression and creation have emerged as a result of this climate. Various artistic exhibitions have been threatened, attacked and suspended, with reactionary and moralistic views being voiced about the body and sexuality. Academic seminars have also been threatened and even banned. Universities have been invaded and their directors humiliated on flimsy pretexts. Ultimately, the environment of freedom of public

expression and democracy experienced under the Lula and Dilma governments has given way to violence and a patent lack of freedom, a situation that is the enemy of creation and cultural debate.

FINAL CONSIDERATIONS

Applying a panoramic retrospective and looking at the current picture of the tense relationship between culture and democracy in Brazil, certain considerations can be made about the impasses in the connection between culture and democracy in Brazil. The current situation seems to express and mirror the frictions and clashes that characterize Brazil's history. There does not seem to be there anything new here: culture is once again taken by the government to be a class privilege, in its most conservative and elitist aspects – an assumption characteristic of a deeply unequal society that does not recognize its cultural diversity and does not respect differences.

In this new context, the results and the innovative and diverse developments, in relation to both thought and practice in culture, that stemmed from Gilberto Gil's term of office, are under threat. However, because of the energy endemic to these cultural policies, it may be that they are able to resist these remedial forces. The hypothesis that the victory against the illegitimate government in the struggle to retain the Ministry of Culture in 2016 was due to changes brought about by cultural policies does not seem unlikely. By expanding the concept of culture, developing broader cultural policies and widening the participation of cultural agents and communities, the Ministry has created new social agents. Such agents exist in addition to artists and heritage personnel, the usual cultural interlocutors, and even the privileged public bodies, which predate its creation, such as the National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN) and the National Arts Foundation (Funarte). Since 2003, the Ministry has begun to interact with wider, and more socially and culturally diverse sectors, most of which had no prior political or cultural contact with the Ministry or even the state itself. This genuine reinvention of the Ministry enables us to be hopeful about the struggle for the maintenance of certain policies that are vital to the culture of the Brazilian citizen. Obviously, the conditions will be difficult, but one can imagine that their vitality will permit them to resist political and cultural setbacks. Future studies will be necessary to confirm or deny this hypothesis.

In spite of the advances made during the Gil and Juca periods, the Ministry was unable to incorporate culture within the development model of the Lula and Dilma governments. The simultaneous presence of Gilberto Gil and Lula enhanced the possibilities of linking culture and development, without being able to raise it to another level. It is worth mentioning that incorporating culture into this development model is far from an easy task, since governments and politicians almost always view culture as a series of events: the 'cherry on the cake', as Gilberto Gil has often said. The different timeframes involved in the realities of politics and culture also affect the desired connection between culture and development. While politics often seeks short-term results to sustain the everyday political struggle, culture requires, through an opposing dynamic, a longer timeframe to

produce results, since cultural mutations are significantly more difficult to achieve. Culture is at the heart of bodies and minds, at the core of institutions and values, and needs more time for its transformations to occur. Temporal dissonance between culture and politics can thus create tensions when making a political evaluation of the place of culture within the development model. This may be one of the greatest challenges for cultural policies: to understand culture as an essential dimension that permeates and gives meaning to human relations in society and, as a consequence, becomes the basis for development.

In the Lula and Dilma governments, the development model gave preference to socio-economic dimensions, emphasising the social as an essential component of development. Attention to the social as an inherent agent of development can be considered a feature of these governments and of experiences generally in Latin America during the 21st century. This attitude is a remarkable advance on the position that reduced development to mere economic growth as it is viewed from the neoliberal perspective, where the market becomes the privileged agent of development.

Progress made through an umbilical connection between the economic and social dimensions of development did not recur within other spheres. The attitudes of both the Lula and Dilma governments were ambiguous in relation to the environmental dimension, although some progress was made. The political dimension of development was to all intents and purposes overlooked through the assimilation of the mechanisms and procedures of the existing political system, which paralyzed the changes required for political development, such as more in-depth levels of democracy, citizenship and rights. The implicit acceptance of the existing archaic political system, as well as its modes of operation, was, undoubtedly, one of the cornerstones of the crisis in the Dilma government.

Another failing, as serious as the non-incorporation of culture into the development model, is worth mentioning as it relates to an attitude that requires a level of evolution and a high degree of innovation in current terms and on a global scale. This concerns the realization of a process of significant societal changes, attempted through democratic means, but with neither the careful attention nor the willingness required for the dispute for what Antonio Gramsci calls the “political, cultural, intellectual and moral hegemony”, within Brazilian society. Given the potent validity of this ideology throughout the world and in Brazil, especially in spheres of society such as the mass media, elements of the judiciary and the legislature, the dominant classes and sectors of the middle classes, this lack of attitude and understanding has proved disastrous for the political and cultural struggle in these neoliberal times. Inattention to this dispute was evident in the absence of communication and culture policies able to deal with the absence of pluralism, the acute partisanship and the influence that the mass media exerts on Brazilian public opinion. From this perspective, the non-democratization of the media and media-controlled communication has created huge obstacles for the process of the democratization of society that took place during the Lula and Dilma governments: a process characterized by a range of freedoms, the gradual reduction of social inequalities and the securing of rights for important sections of Brazilian society.

The significant advances made by cultural policies, especially in the Lula government, cannot make amends for the non-fulfilment of the solemn promise inscribed in Minister Gilberto Gil's inaugural address: "the cultural policy of the Lula government from this moment (...) is now seen as part of a general project of building a new hegemony in our country" (Gil, 2013, p. 231). The non-realization of this dispute for hegemony and new values has prevented, at least for a time, "the construction of a truly democratic, plural and tolerant nation" (Gil, 2013, p. 232).

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

- Calabre, L. (2015). Notas sobre os rumos das políticas culturais no Brasil nos anos 2011-2014. In A. A. C. Rubim; A. Barbalho & L. Calabre (Eds.), *Políticas culturais no governo Dilma* (pp.33-48). Salvador: Edufba.
- Coutinho, C. N. (2000). *Cultura e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Chauí, M. (2000). *Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo.
- Freyre, G. (1990). *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: Record.
- Fernandes, F. (1975). *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Gil, G. (2013). Discurso da solenidade de transmissão do cargo – Brasília. In G. Gilberto & J. Ferreira, *Cultura pela palavra. Coletânea de artigos, entrevistas e discursos dos ministros da cultura 2003-2010* (pp. 229-234). São Paulo: Versal.
- Guimarães, F. (2017). *Dissertação sobre Fundação Cultural Palmares*. Salvador, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade [work in progress].
- Holanda, S. B. de (2006). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Jinkings, I.; Doria, K. & Cleto, M. (Eds.) (2016). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Lima, V. A. de (2012). *Política de comunicações: um balanço dos governos Lula (2003-2010)*. São Paulo: Publisher Brasil.
- Paiva Neto, C. B. (2017). Modelo federal de financiamento e fomento à cultura. In A. A. C. Rubim & F. P. Vasconcelos (Eds.), *Financiamento e fomento à cultura no Brasil: estado e Distrito Federal* (pp. 15-61). Salvador: EDUFBA.
- Rocha, R. (2014). *Políticas culturais e televisão pública no Brasil. O processo de conformação da Empresa Brasil de Comunicação – Tv Brasil*. Doctoral thesis, Federal University of Bahia, Brazil.
- Rubim, A. A. C. & Rubim, L. (2004). Televisão e políticas culturais no Brasil. *Revista USP*, 61, 16-28.
- Rubim, A. A. C. (2011). *As políticas culturais e o governo Lula*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo.
- Rubim, A. A. C. (2015). Políticas culturais no primeiro governo Dilma: patamar rebaixado. In A. A. C. Rubim; A. Barbalho & L. Calabre (Eds.), *Políticas culturais no governo Dilma* (pp.11-31). Salvador: Edufba.
- Rubim, A. A. C. (2016). Teses sobre o financiamento e fomento à cultura no Brasil. In L. Valisti & G. Moller (Eds.), *Economia criativa, cultura e políticas públicas* (pp. 267-278). Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV.

Rubim, A. A. C. & Vasconcelos, F. P. (Eds.) (2017). *Financiamento e fomento à cultura no Brasil: estado e Distrito Federal*. Salvador: EDUFBA.

Rubim, A. A. C. (2017). Políticas culturais na América Latina: Cultura Viva Comunitária. Communication presented at the Encontro Internacional de Gestores Culturais, Santa Cruz de la Sierra, Bolívia.

Schwarz, R. (2005). *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra.

Souza, J. (2015). *A tolice da inteligência brasileira. Ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: Leya.

Souza, J. (2017). *A elite do atraso. Da escravidão à Lava Jato*. São Paulo: Leya.

Turenko, A. S. (2017). *Política cultural e democracia participativa: a experiência da elaboração do Plano Nacional de Cultura*. Doctoral thesis, Federal University of Bahia, Salvador, Brazil.

Turino, C. (2015). Cultura a unir povos. *Revista Observatório Itaú Cultural*, 18, 66-75.

BIOGRAPHIC NOTE

Researcher at the CNPq (National Council of Research) and the Center for Multidisciplinary Studies in Culture (CULT) and Professor on the Postgraduate Multidisciplinary Program in Culture and Society (Post-Culture) at the Federal University of Bahia (UFBA). Former Secretary of Culture of the State of Bahia – Brazil.

E-mail: rubim@ufba.br

Address: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Departamento de Comunicação. R. Geremoabo, s/n Ondina, 40170240, Salvador, Brazil

*** Submitted: 28-09-2017**

*** Accepted: 22-10-2017**

PÓS-VERDADE, NEOLIBERALISMO E CINISMO INSTITUCIONAL

Sergio Amadeu da Silveira

RESUMO

Este texto trata da conjuntura política brasileira e do processo que redundou no golpe de Estado que destituiu a presidente eleita Dilma Rousseff. Articulando as noções de regime de verdade, práticas discursivas e política de escândalo, o texto avança na descrição da formação de uma articulação das classes dominantes, corporações da mídia, Ministério Público e Poder Judiciário para destruir as possibilidades eleitorais das forças de esquerda no Brasil, abrindo caminho para a implementação do receituário neoliberal. Apropriando-se principalmente da ideia do combate à corrupção, os velhos esquemas do poder econômico organizam a construção de discursos e ações de Estado que compõem o cinismo institucional como política de Estado.

PALAVRAS-CHAVE

Cinismo institucional; pós-verdade; jogos de verdade; neoliberalismo; Brasil

ABSTRACT

This text deals with the Brazilian political situation and the process that led to the coup d'état that brought down the elected president Dilma Rousseff. Expressing the notions of regime of truth, discursive practices and politics of scandal, the text moves forward with a description of the formation of a liaison between the dominant classes, media corporations, Public Prosecutor's Office and the Judiciary to destroy the electoral possibilities of the left-wing forces in Brazil, paving the way for the implementation of the neoliberal prescription. Making use for the most part of the idea of fighting corruption, the old economic power structures organize the construction of State speeches and actions that establish institutional cynicism as State policy.

KEYWORDS

Institutional cynicism; post truth; truth games; neoliberalism; Brazil

Em 1964, os generais brasileiros foram mobilizados para tomar o poder de Estado com a finalidade de barrar reformas importantes para a sociedade brasileira. O presidente João Goulart foi deposto por um golpe de Estado que aplicou diretamente a força militar. Já na primeira década do século XXI, as forças do capital, dentre elas, o principal grupo de comunicação brasileiro, a Rede Globo, começaram a construir uma ação política com integrantes do Ministério Público e do Poder Judiciário para derrotar as forças de esquerda e desobstruir uma ampla gama de medidas visando implementar o receituário neoliberal no país. Para isso, era preciso remover do Poder Executivo as forças reformistas de centro-esquerda. A criminalização dos adversários e o uso do imaginário popular

contra a corrupção foram os ingredientes fundamentais para tentar destruir a principal força de centro-esquerda no país. Em 2016, sem tanques nas ruas, o capital e as forças neofascistas utilizaram uma campanha sistemática nas diversas mídias, o Judiciário e o Ministério Público para consolidar seu golpe contra a democracia. Neste texto, identifico o novo *modus operandi* do neoliberalismo para a construção de um regime de verdade necessário à aplicação de suas medidas econômicas e políticas.

Para compreender o golpe judicial-midiático ocorrido no Brasil é preciso analisar o processo eleitoral. Empresas e empresários dominam a política brasileira, pois são os financiadores das eleições. No Código Eleitoral brasileiro, até 2014, além das pessoas físicas, somente pessoas jurídicas com fins lucrativos podiam financiar campanhas eleitorais. Pessoas jurídicas sem fins lucrativos estavam e estão proibidas de contribuir financeiramente nas eleições. As eleições brasileiras são organizadas claramente para o *capital* se reproduzir politicamente: “em contraste com os Estados Unidos, os sindicatos estão aparentemente ausentes do financiamento de campanha no Brasil. O motivo é que contribuições diretas de sindicatos são proibidas” (Samuels, 2007, p. 19). Os partidos políticos brasileiros, principalmente o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), o DEM (Democratas) e o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), têm suas campanhas financiadas por dinheiro de empresários fornecedores e beneficiários diretos do Estado. Isso bem antes do início da Operação Lava Jato¹. Por exemplo, o então presidente FHC – Fernando Henrique Cardoso e seus aliados do então PFL – Partido da Frente Liberal (atual DEM) tinham os custos de suas campanhas eleitorais pagos com dinheiro de bancos e consórcios que ganharam benefícios e licitações em sua gestão (Bradesco foi maior financiador de FHC, 1994). São exemplos: o grupo Telemar, a Andrade Gutierrez e os bancos Itaú e o Real/ABN-Amro (hoje inexistente), segundo as doações oficiais em 1998 (Freitas, Vaz & Bramatti, 1998).

Quando o PT (Partido dos Trabalhadores) surgiu, nos anos de 1980, rejeitava o modo de financiamento de campanha tão comum entre os partidos da direita. A partir da chamada Nova República, os maiores financiadores de candidatos competitivos têm sido bancos, empresas privatizadas e corporações com grande relação com o Estado (Toledo, 2014; Agostine, Vieira & Basile, 2006). Os custos das campanhas eleitorais no Brasil eram elevados até mesmo para os padrões norte-americanos (Samuels, 2007, p. 15). Depois de derrotas em sucessivas campanhas para o Poder Executivo Federal, com o crescimento constante do número de parlamentares e com a vitória em diversas prefeituras, cada vez mais o PT foi operando de modo semelhante aos partidos de direita. Para obter recursos com a finalidade de vencer as eleições dominadas pelo poder do dinheiro, o partido passou a financiar suas campanhas da mesma forma que o PSDB, DEM e PMDB. Aí está o ingrediente fundamental para compreender o golpe desfechado no Brasil.

Lula², beneficiado por uma conjuntura externa favorável e por uma acertada política de inclusão social, conseguiu indicadores positivos, seu partido cresceu e avançou

¹ A operação Lava Jato é uma investigação de corrupção e lavagem de dinheiro no Brasil.

² Presidente da República do Brasil entre 2003 e 2010.

eleitoralmente de modo consistente, tornando-se o maior partido de esquerda do Brasil. O PT e Lula nunca foram aceites pelos segmentos de renda elevada no país, muito menos eram considerados parceiros pelos dirigentes do grande *capital*, salvo diminutas exceções. Todavia, Lula e seus dirigentes davam a impressão de que acreditavam ter sido aceites pelas classes dominantes ou pelas elites econômicas. Mas, os sinais eram outros. Uma campanha distribuída e sistemática retomou as fórmulas vitoriosas de ataque à esquerda. A bandeira do combate à corrupção cinicamente passa a ser empunhada pelos principais partidos que utilizavam os mesmos métodos de financiamento de campanhas e de enriquecimento pessoal de seus quadros políticos (Michael & Gramacho, 2000). O discurso corriqueiro no Brasil de que “todo político é ladrão” foi alterado para “nunca se viu tanta corrupção como hoje” ou “o PT sistematizou a corrupção no país”. O cenário estava sendo montado desde a primeira reeleição de Lula. Era preciso criminalizar seletivamente a arrecadação de campanha e recontar a história do Brasil. Para realizar a primeira tarefa foi fundamental a articulação de lideranças do PSDB e do DEM com o Ministério Público e com o Poder Judiciário. Para a segunda missão, a Rede Globo foi o carro-chefe junto com articulações distribuídas, nem sempre combinadas, de diversos grupos empresariais e coletivos conservadores nas redes sociais.

VERDADE, DISCURSO E PODER

Para analisar o fenômeno conjuntural brasileiro em questão será preciso apresentar um arsenal conceitual. Começo pelo papel da construção da verdade e sua relação com o poder de Estado. Foucault nos trouxe a reflexão sobre a relação entre a verdade e o poder. Não é possível estruturar o sistema estatal e sua Justiça sem a construção de um conjunto de regras para distinguirmos o que é falso e o que é verdadeiro. Não importa se o que está sendo produzido como verdade se constitui naquilo que consideramos a verdade efetiva, verdadeira. A verdade tem um papel econômico, ela é organizadora dos processos no mercado e nos aparelhos do Estado. Foucault propôs problematizar a política não apenas em termos da ideologia e da sua relação com a ciência, mas do ponto de vista da verdade em sua interação com o poder.

Em nossas sociedades, a “economia política” da verdade tem cinco características historicamente importantes: a “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escrita, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas “ideológicas”). (Foucault, 1979, p. 13)

O combate pela verdade é definidor do poder. Em sua aula inaugural no Collège de France, em 2 de dezembro de 1970, publicada como *A Ordem do Discurso*, Foucault advogou que o próprio sistema penal buscou sua justificação inicialmente na teoria do Direito, mas no século XIX tratou de buscá-la nos saberes sociológicos, médicos e psiquiátricos, ou seja, “como se a palavra da lei não pudesse mais ser autorizada em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade” (Foucault, 2014, p. 18).

Os jogos de verdade são definidores de modos de existência e dos fluxos de poder que foram alicerçados pelos saberes científicos, particularmente, pelas ciências sociais. Organizam regimes discursivos que legitimam os discursos que devem ou não ser aceites. Aqui nos interessa a construção da verdade nas instituições, em especial no Poder Judiciário. Apresentado como neutro para a sociedade, os tribunais reivindicam que suas decisões se dão com base nas ciências jurídicas. Dos três poderes do Estado, o Judiciário é o que mais se coloca como guardião da verdade, como executor de procedimentos geradores de verdade.

No Brasil, o papel da instituição judicial nos jogos de verdade e no estabelecimento de regimes discursivos que permitem, por exemplo, tornar condutas políticas aceitáveis e não-aceitáveis não era evidente. A própria cultura política dos segmentos sociais, dos grupos profissionais e dos corpos parlamentares tinham em sua constituição a incorporação do modo como o Poder Judiciário e suas instituições fundamentais e de apoio construía os modelos de respeito à lei, do aceitável e do inaceitável. O sistema político tinha assumido claramente como aceitável a participação direta dos empresários e seus negócios no processo de financiamento das eleições e de definição do gasto público. As forças de esquerda há muito denunciavam a ligação entre as classes dominantes e suas empresas com o poder. Curiosamente, doações de campanha de banqueiros que se beneficiavam das políticas econômicas dos partidos de direita nunca foram consideradas propinas. As privatizações de empresas para empresários e políticos ligados diretamente ao partido dos tucanos (PSDB) também eram aceites como legais, normais e legítimas. As denúncias contidas no livro *Brasil Privatizado*, do jornalista Aloysio Biondi, com milhares de cópias vendidas na década de 1990, não geraram nenhuma iniciativa do Ministério Público Federal. O relato minucioso de Biondi dos esquemas corrompidos da privatização fazem a Operação Lava Jato parecer pequena. Mesmo assim, o PT acreditou que os procedimentos judiciais seriam universais. Se a Odebrecht³ financiava políticos como Serra, Aécio, Alckmin e uma centena de outros, isso seria completamente aceitável para todo o espectro político.

O que a esquerda e a centro-esquerda brasileira perceberam parcialmente é que o financiamento de campanha de grande monta dava a elas competitividade eleitoral em um sistema plutocrático e formado para excluir os radicais. Esse aparente sucesso dessas forças de esquerda em aceitar o jogo da direita e vencê-lo era o caminho da sua derrota. As forças da direita conservadora perceberam que era preciso inviabilizar a possibilidade de vitória eleitoral do conglomerado de centro-esquerda. Isso conduziu a uma grande articulação que envolveu não somente parlamentares e militantes. As facções

³ O Grupo Odebrecht foi criado em 1944, na Bahia, Brasil, e hoje está presente em 24 países.

ligadas ao PSDB, aos demais partidos conservadores, como o DEM, foram acionadas para criar um processo de veridicção, um regime de verdade que permitisse a derrota do reformismo de centro-esquerda na política geral. O Judiciário que já era seletivo com os pobres, negros, índios, agora aplicaria sua experiente seletividade ao serviço da retomada do governo pela direita e pela aplicação das medidas neoliberais.

No ano de 2012, enquanto ocorriam as eleições municipais, durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff, sucessora de Lula, o Supremo Tribunal Federal, a corte constitucional brasileira, passou a transmitir diariamente o julgamento do que foi chamado de “mensalão”, o escândalo baseado na acusação da compra de adesão parlamentar por parte de lideranças do governo e do PT para projetos do governo Lula. Com novas tecnologias de comprovação da verdade, se organizou argumentos e procedimentos que visavam construir narrativas de um grande assalto do poder praticado pelas forças de esquerda. Os melhores momentos do julgamento do “mensalão” eram selecionados pelos editores da Globo para serem reproduzidos nos telejornais e por jornais e revistas que operavam e operam os interesses de corporações nacionais e estrangeiras.

A verdade estava nas telas de TV, a política assumiu o banco dos réus. O senso comum de amplas camadas das classes médias confirmava seu novo bordão de que a corrupção tinha dominado o governo, combatida pela seriedade e protuberância dos magistrados, neutros e ímpolutos. Em 2012, já estava evidente a articulação entre membros influentes e dirigentes do Ministério Público Federal, juízes, donos da mídia, em especial, a família Marinho⁴ e o comando tucano. O objetivo era claro: fulminar e destruir todas as possibilidades de reeleição da então presidenta Dilma que ocorreria em 2014. A agenda do Judiciário seguia a estratégia eleitoral.

PODER E COMUNICAÇÃO OU A CULTURA POLÍTICA DO ESCÂNDALO

Nas sociedades contemporâneas, organizadas pelo capitalismo tardio e informacional, a mobilização do senso comum tem ocorrido principalmente pela espetacularização (Debord, 1997) e, por sua vertente política mais usual que foi denominada de “política de escândalo” (Castells, 2015).

O que quero dizer com isso é que, bem antes do advento da sociedade em rede, a política de escândalos já era uma característica essencial na determinação de relações de poder e mudança institucional. Realmente, (...) a política de escândalos é uma forma de luta por poder mais enraizada e mais típica do que a condução da competição política ordenada segundo regras do Estado. (Castells, 2015, p. 297)

O fenômeno da política compreendida pelos cidadãos comuns como terreno de sucessivos escândalos é planetário e pode ter relação com o enfraquecimento da identificação partidária e com a autopromoção de figuras públicas acima dos interesses coletivos (Castells, 2015, p. 303). Contudo, esse fenômeno adquire uma força maior no Brasil,

⁴ Detentora do Grupo Globo, Brasil, com várias empresas da área da informação e do entretenimento.

com escassos períodos de democracia e com a sua herança do coronelismo político que articulava o nepotismo das elites políticas com o patrimonialismo na ocupação dos espaços públicos. Para boa parte da população, as pessoas se tornam políticos para enriquecer, ou seja, a corrupção seria o padrão da política brasileira.

Impor a corrupção como atributo da esquerda tem sido prática histórica e comum no Brasil e no mundo. Isso ocorre principalmente pela adesão da esquerda ao pragmatismo eleitoral. Durante o mensalão, tucanos e membros do DEM (todos eles acusados de corrupção) passaram a divulgar que a corrupção havia sido sistematizada nas gestões do PT. Ou seja, antes ela seria secundária, desorganizada, praticada por políticos isolados, não como um sistema de financiamento e manutenção no poder. Logo, pessoas de classe média passaram a repetir o bordão: “nunca a corrupção foi tão grande e tão sistêmica”.

Após o bombardeio midiático de 2012, com a popularização do mensalão, as forças conservadoras que articularam o espetáculo envolvendo o Judiciário e a mídia consideraram que a centro-esquerda seria derrotada nas eleições de 2014. Além de uma campanha sistemática na Rede Globo, a articulação conservadora, envolvendo Fundações e Think Tanks norte-americanos, financiaram grupos na Internet para amplificar o desgaste da esquerda e do governo Dilma. Desde 2012, uma série de organizações ligadas à direita e ao partido dos tucanos (PSDB) lançaram inúmeras páginas e perfis no Facebook com o tema do combate à corrupção. Quando o movimento autonomista do Passe Livre toma as ruas em junho de 2013, os diversos coletivos conservadores e de direita estavam melhor posicionados para atrair a indignação e revolta dos jovens brasileiros.

Cabe ressaltar que os jovens de 20 anos, em 2013, tinham apenas 12 anos quando Lula iniciou a sua primeira gestão. Não vivenciaram a ditadura militar, o governo Sarney e não tinham maturidade necessária para avaliarem a política e a economia do país nas gestões FHC. Assim, era muito fácil responsabilizar a gestão de centro-esquerda pelos problemas estruturais do Brasil. Desse modo, práticas discursivas apontariam as esquerdas como responsáveis pelas mazelas históricas da população e da juventude, principalmente nas periferias dos grandes centros urbanos. Entretanto, é preciso reconhecer que as gestões de Lula e Dilma pouco fizeram contra o legado de violência organizado nos tempos da ditadura, principalmente não atacaram a estrutura de militarização das polícias estaduais, nem atuaram efetivamente contra o extermínio da população negra nas periferias.

Apesar dos ataques ilimitados ao governo e ao principal partido de esquerda, Dilma Rousseff vence Aécio Neves em 2014. As forças conservadoras e o PSDB, inconformados, não aceitavam a derrota. Era necessário organizar um novo plano, mais contundente, mais articulado e destrutivo para o governo de centro-esquerda. Assim, as fortes ligações dos tucanos, banqueiros e ruralistas com os membros do Ministério Público e do Poder Judiciário tornaram-se estratégicas.

5 Governo de José Sarney (1985-1990), no período pós-ditadura militar no Brasil.

QUANDO MEMBROS DO JUDICIÁRIO SE ORGANIZAM COMO FORÇA POLÍTICA

O juiz mais popular no país, Sergio Moro, ganhou notoriedade nos telejornais da Globo e na campanha sistemática para sua promoção. Juiz de Primeira Instância, tornou-se o ícone da Lava Jato pela superexposição midiática. Tornou-se líder político das forças da direita brasileira por realizar prisões de membros do PT e condenar o ex-presidente Lula a partir de ilações, delações e convicções. Sua carreira começa a se desgastar, uma vez que se tornaram evidentes os indícios de seletividade e perseguição de determinadas figuras públicas. Foi acusado de cometer crimes e de ter sido perdoado, sem punição, pelos membros da cúpula do Judiciário. Antes da Lava Jato, Moro criou uma carteira de identidade e CPF falsos para atender um pedido da polícia norte-americana, o que é ilegal no Brasil. Na Lava Jato assumiu que vazava informações para a imprensa, além de ter sido acusado de grampear a presidência da República.

O maior desgaste de Moro vem de suas fotos com diversos políticos tucanos e líderes da direita que agora estão sendo investigados por outras instâncias da Lava Jato. A imagem mais famosa é a em que aparece sorridente em uma animada conversa com o Senador Aécio Neves, no final de 2016. Questionado pelo jornal Folha de São Paulo, Moro afirmou: “Foi um evento público, e o senador não está sob investigação da Justiça Federal de Curitiba. Foi uma foto infeliz, mas não há nenhum caso envolvendo ele” (Moro diz que foto com Aécio foi ‘infeliz’, mas nega parcialidade, 2016). Ocorre que o Senador Aécio, no dia em que a foto foi tirada, já estava sob investigação do Ministério Público Federal. Seu nome já havia aparecido em diversos depoimentos ao próprio Moro. Posteriormente, foi gravado pela Polícia Federal, quando ficava evidente sua participação em esquemas de corrupção. O primo de Aécio Neves, citado em gravação, é filmado como portador de uma grande soma de dinheiro em espécie.

Moro escreveu um artigo na *Revista Conselho de Justiça Federal*, em 2004, sobre a Operação Mãos Limpas ou Mani Pulite que desmontou o sistema partidário italiano, atacando os esquemas de corrupção que o sustentavam. Os objetivos de Moro estavam bem delineados nesta importante passagem em que fala sobre o seu país:

no Brasil, encontram-se presentes várias das condições institucionais necessárias para a realização de ação judicial semelhante. Assim como na Itália, a classe política não goza de grande prestígio junto à população, sendo grande a frustração pelas promessas não-cumpridas após a restauração democrática. Por outro lado, a magistratura e o Ministério Público brasileiros gozam de significativa independência formal frente ao poder político. Os juízes e os procuradores da República ingressam na carreira mediante concurso público, são vitalícios e não podem ser removidos do cargo contra a sua vontade. O destaque negativo é o acesso aos órgãos superiores, mais dependentes de fatores políticos. Destaque também negativo merece a concessão, por lei, de foro especial a determinadas autoridades públicas, como deputados e ministros, a pretexto de protegê-los durante o exercício do cargo. (Moro, 2004, p. 61)

As agências do governo norte-americanas logo identificaram Moro como um importante aliado de seus objetivos no Brasil, publicamente definidos como o combate à lavagem de dinheiro e suas implicações criminosas. Os Estados Unidos têm periodicamente realizado cursos e seminários de formação de juízes e promotores brasileiros. Isso faz parte de uma estratégia de influência jurídica e política que visa preservar os interesses das corporações e do governo norte-americano. Tais atividades são relatadas por diversos autores. Um dos principais pensadores das relações internacionais e conselheiro em várias gestões da Casa Branca, Joseph Nye Jr. escreveu o livro *O Paradoxo do poder americano*. Nele, Nye Jr. baseando-se na teoria do poder brando afirma que é fundamental a utilização da persuasão e da cooptação em vez da coação. Afirma que os Estados Unidos devem definir a agenda política e a preferência dos povos.

O juiz Moro tratou de seguir na Lava Jato os passos ou as lições que estavam presentes em seu artigo de 2004. Tais ações foram fundamentais para consolidar na população um senso de verdade incontestável, uma crença de que a corrupção seria eliminada destruindo as forças de esquerda e seus líderes corruptos. Observe a passagem que reforça a política de escândalo, apontada por Castells (2015), nos jogos de verdade, ou melhor, na construção da verdade pela instituição que se apresenta como politicamente neutra:

os responsáveis pela operação mani pulite ainda fizeram largo uso da imprensa. Com efeito: Para o desgosto dos líderes do PSI, que, por certo, nunca pararam de manipular a imprensa, a investigação da “mani pulite” vazava como uma peneira. Tão logo alguém era preso, detalhes de sua confissão eram veiculados no “L’Espresso”, no “La Republica” e outros jornais e revistas simpatizantes. Apesar de não existir nenhuma sugestão de que algum dos procuradores mais envolvidos com a investigação teria deliberadamente alimentado a imprensa com informações, os vazamentos serviram a um propósito útil. O constante fluxo de revelações manteve o interesse do público elevado e os líderes partidários na defensiva. Craxi, especialmente, não estava acostumado a ficar na posição humilhante de ter constantemente de responder a acusações e de ter a sua agenda política definida por outros. (Moro, 2005, p. 59)

Fica clara a importância da mobilização da opinião pública na estratégia de Moro. Também é evidente o papel da desmoralização dos suspeitos que deveriam ser condenados previamente pela mídia. O pensamento de Moro era completamente adequado aos interesses golpistas da direita conservadora, dirigida então pelo PSDB e pela Rede Globo.

PÓS-VERDADE, FAKE NEWS E CINISMO INSTITUCIONAL

O Brasil vive uma conjuntura que pode ser denominada de “cinismo institucional” principal característica da economia comunicacional que organiza atualmente o regime

de verdade político-judicial no país. A razão incongruente, incoerente e seletiva está presente nas práticas discursivas amplamente aceites por operadores do Ministério Público, do Poder Judiciário e das corporações da mídia. Notícias falsas ou *fake news* podem ser definidas como informações comprovadamente falsas, produzidas intencionalmente com o objetivo de influenciar a opinião pública (Allcott & Gentzkow, 2017, pp. 213-214). O “cinismo institucional” não pode ser reduzido ao debate sobre o *fake news* ou a simples caracterização de opiniões embasadas em notícias falsas. Trata-se da organização de verdades que sabidamente não possuem comprovação empírica, que visam sustentar velhos privilégios das classes mais abastadas, que se desenvolvem com a nítida intenção de obter o apoio da opinião pública mesmo quando sustentadas na aplicação seletiva da lei, na completa incoerência de atitudes.

A característica central do cinismo institucional é organizar a estratégia comunicacional ou judicial com base exclusivamente em objetivos políticos, pouco se importando com os limites da lei ou com a coerência de sua aplicação. Desse modo, as urgências neoliberais e as forças da direita parecem impor um retorno ao período do coronelismo político. Victor Nunes Leal, ao analisar a organização policial e judiciária brasileira no período imperial, descreveu a Justiça dominada pelo espírito partidário, sendo um dos instrumentos principais do poder dos coronéis, líderes políticos locais e senhores da terra. Leal advoga que mesmo com a instalação da República, as estruturas judiciais e policiais agiam conforme o lema “fazer justiça aos amigos e aplicar a lei aos adversários” (Leal, 2012, p. 137). A atual partidarização do Judiciário brasileiro parece aplicar com maestria esse lema.

O trecho a seguir, do artigo do juiz Sergio Moro, expõe claramente que o objetivo da condenação do suspeito parece estar bem acima da verdade e da presunção de inocência tão cara ao Estado de Direito:

há sempre o risco de lesão indevida à honra do investigado ou acusado. Cabe aqui, porém, o cuidado na desvelação de fatos relativos à investigação, e não a proibição abstrata de divulgação, pois a publicidade tem objetivos legítimos e que não podem ser alcançados por outros meios. As prisões, confissões e a publicidade conferida às informações obtidas geraram um círculo virtuoso, consistindo na única explicação possível para a magnitude dos resultados obtidos pela operação *mani pulite*. (Moro, 2004, p. 59)

Moro assume claramente que a publicidade e a mobilização da opinião pública são elementos fundamentais da Justiça. Parece desconhecer que a Justiça não é um tribunal de exceção e que os riscos de casos como as precipitadas acusações contra os professores da Escola Base, em São Paulo, indicam que é fundamental preservar suspeitos até que o processo tenha encerrado definitivamente. Todavia, a passagem indica que seria fundamental para a Justiça destruir a reputação do acusado como parte da estratégia de investigação. Esta, por sua vez, nada tem a ver com a busca da confirmação ou negação das hipóteses, tal como faz um cientista. A investigação reivindicada pela estratégia do cinismo institucional visa encontrar elementos que permitam dar uma impressão de verdade.

O cinismo institucional trabalha com a seletividade, proteção dos aliados e com a ação política direta do Poder Judiciário junto à opinião pública, com o constante uso de exceções para atingir os objetivos políticos pré-definidos. A disseminação do cinismo institucional nas estruturas essenciais da Justiça se deu pelo crescimento do regime de verdades do neoliberalismo que pretende redesenhar o Direito em função da aplicação de seu receituário econômico. Tudo que estiver impedindo a lógica neoliberal deve ser removido, se possível criminalizado. Assim, as forças da direita neoliberal brasileira se unem com os velhos conservadores patrimonialistas que cinicamente se dizem contrários à corrupção, como demonstra a história de Aécio Neves, Michel Temer, Eduardo Cunha, entre tantos outros líderes do golpe que destrói o Brasil. A partidarização do Ministério Público e do Judiciário é essencial para o neoliberalismo. Com o desgaste da representação política, os operadores do neoliberalismo abriram espaço para os magistrados ocuparem a linha de frente da ação política direta. O combate à corrupção foi o mote para a remoção seletiva das forças políticas de centro-esquerda e para aplicação de medidas reivindicadas pelas corporações globais e pelo capital financeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agostine, C.; Vieira, A. & Basile, J. (2006, 29 de novembro). Vale lidera lista de doadores à campanha de reeleição de Lula. *G1. Valor OnLine*. Retirado de <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/o,,AA1368133-5601,00-VALE+LIDERA+LISTA+DE+DOADORES+A+CAMPANHA+DE+REELEICAO+DE+LULA.html>
- Allcott, H. & Gentzkow, M. (2016). Social Media and Fake News in the 2016 Election. *Journal of Economic Perspectives*, 31(2), 211-236.
- Biondi, A. (2003). *O Brasil privatizado. Um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Perseu Abramo.
- Castells, M. (2015). *O poder da comunicação*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Moro diz que foto com Aécio foi 'infeliz', mas nega parcialidade (2016, 9 de dezembro). *Folha de São Paulo*. Retirado de <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/12/1840125-moro-diz-que-foto-com-aecio-foi-infeliz-mas-nega-parcialidade.shtml>
- Debord, G. (1997). *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (2014). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola.
- Freitas, S. de; Vaz, L. & Bramatti D. (1998, 26 de novembro). Bancos lideram doações para campanha de FHC. *Folha de São Paulo*. Retirado de <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc26119803.htm>
- Leal, V. N. (2012). *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Michael, A. & Gramacho, W. (2000, 19 de novembro). Comitê de FHC omitiu doações em 1994. *Folha de São Paulo*. Retirado de <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u11155.shtml>
- Moro, S. F. (2004). Considerações sobre a operação mani pulite. *Revista CEJ*, 8(26), 56-62.

Nye Jr., J. (2002). *O paradoxo do poder norte-americano*. São Paulo: UNESP.

Samuels, D. (2007). Financiamento de campanhas no Brasil e propostas de reforma. *Suffragium - Rev. do Trib. Reg. Eleit. do Ce, Fortaleza*, 3(4), 1-172.

Bradesco foi maior financiador de FHC (1994, 2 de dezembro). *Folha de São Paulo*. Retirado de <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/12/02/brasil/45.html>

Toledo, J. R. (2014, 15 de setembro). Doações de campanha somam R\$ 1 bi, das quais metade vem de 19 empresas. *O Estadão*. Retirado de <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,doacoes-de-campanha-somam-r-1-bi-das-quais-metade-vem-de-19-empresas-imp-,1560289>

NOTA BIOGRÁFICA

Sérgio Amadeu da Silveira é licenciado em Ciências Sociais (1989), mestre (2000) e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2005). É professor adjunto da Universidade Federal do ABC (UFABC).

E-mail: sergio.amadeu@ufabc.edu.br

Endereço: Sala 367, Bloco Delta, Câmpus São Bernardo do Campo, Alameda da Universidade s/nº – Bairro Anchieta – São Bernardo do Campo – SP, CEP 09606-045, Brasil

* Submetido: 29-09-2017

* Aceite: 30-10-2017

POST-TRUTH, NEOLIBERALISM AND INSTITUTIONAL CYNICISM

Sergio Amadeu da Silveira

ABSTRACT

This text deals with the Brazilian political situation and the process that led to the coup d'état that brought down the elected president Dilma Rousseff. Expressing the notions of regime of truth, discursive practices and politics of scandal, the text moves forward with a description of the formation of a liaison between the dominant classes, media corporations, Public Prosecutor's Office and the Judiciary to destroy the electoral possibilities of the left-wing forces in Brazil, paving the way for the implementation of the neoliberal prescription. Making use for the most part of the idea of fighting corruption, the old economic power structures organize the construction of State speeches and actions that establish institutional cynicism as State policy.

KEYWORDS

Institutional cynicism; post truth; truth games; neoliberalism; Brazil

RESUMO

Este texto trata da conjuntura política brasileira e do processo que redundou no golpe de Estado que destituiu a presidente eleita Dilma Rousseff. Articulando as noções de regime de verdade, práticas discursivas e política de escândalo, o texto avança na descrição da formação de uma articulação das classes dominantes, corporações da mídia, Ministério Público e Poder Judiciário para destruir as possibilidades eleitorais das forças de esquerda no Brasil, abrindo caminho para a implementação do receituário neoliberal. Apropriando-se principalmente da ideia do combate à corrupção, os velhos esquemas do poder econômico organizam a construção de discursos e ações de Estado que compõem o cinismo institucional como política de Estado.

PALAVRAS-CHAVE

Cinismo institucional; pós-verdade; jogos de verdade; neoliberalismo; Brasil

In 1964, Brazilian generals were mobilized to seize state power in order to prevent important reforms for Brazilian society. President João Goulart was deposed by a coup d'état which directly applied military force. More recently, in the first decade of the 21st century, the forces of Capital, including among others the main Brazilian communications group, Rede Globo, began to construct a political campaign together with members of the Public Prosecutor's Office and the Judiciary for the purpose of defeating the left-wing forces and clearing the way for a wide range of measures aimed at implementing the neoliberal prescription in the country. In order to do this, the center-left reformist forces had to be removed from the executive branch. The criminalization of opponents

and the use of the popular imagination against corruption were the key ingredients in the attempt to destroy the country's main center-left force. In 2016, without any tanks on the streets, Capital and neo-fascist forces used a systematic campaign in the various media, the Judiciary and the Public Prosecutor's Office to consolidate their coup against democracy. In this text, I identify neoliberalism's new *modus operandi* for the construction of a regime of truth required for the application of its economic and political measures.

In order to understand the judicial-media coup in Brazil, it is necessary to analyze the electoral process. Companies and businessmen dominate Brazilian politics, since they are the ones who finance the elections. Under the Brazilian Electoral Code, up until 2014, apart from individuals, only for-profit legal entities could finance electoral campaigns. Non-profit legal entities were and are prohibited from contributing financially to the elections. The Brazilian elections are clearly organized in such a way as to enable Capital to make headway on the political front: "in contrast to the United States, trade unions are apparently absent from campaign funding in Brazil. The reason is that direct contributions from trade unions are prohibited" (Samuels, 2007, p. 19). The Brazilian political parties, particularly the PMDB (Brazilian Democratic Movement Party), the DEM (Democrats Party) and the PSDB (Brazilian Social Democratic Party), have their campaigns funded by money from businessmen who are the suppliers and direct beneficiaries of the state. This dates back to well before the start of Operation *Lava Jato*¹. For example, the then President Fernando Henrique Cardoso and his allies in the then PFL (Liberal Front Party) – which has now become the DEM, had the costs of their election campaigns paid with money from banks and consortiums that received benefits and won public bids under their management (Bradesco foi maior financiador de FHC, 1994). Examples of this are the Telemar group, Andrade Gutierrez and the banks Itaú and Real/ABN-Amro (which no longer exists), according to the official donations in 1998 (Freitas, Vaz & Bramatti, 1998).

When the PT (Workers' Party) emerged in the 1980s, it rejected the campaign mode of funding that was so common among right-wing parties. Since the time of the so-called New Republic, the largest financiers of the competitive candidates have been banks, privatized companies and corporations that have a close relationship with the State (Toledo, 2014; Agostine, Vieira & Basile, 2006). The costs of electoral campaigns in Brazil were high even by North-American standards (Samuels, 2007, p.15). After defeats in successive campaigns for Federal Executive Power, with a constant growth in their numbers of congressmen and having won a number of municipal elections, the PT was increasingly operating in a similar way to the right parties. In order to obtain resources for the purpose of winning elections which are dominated by the power of money, the party began to fund its campaigns in the same way as the PSDB, the DEM and the PMDB parties. This is the key ingredient to understanding the coup d'état that took place in Brazil.

Lula², benefited by a favorable external scenario and a successful policy of social inclusion, achieved positive indicators, and his party consistently grew and made electoral inroads, becoming the largest left-wing party in Brazil. The PT and Lula were never

¹ The *Lava Jato* operation is an investigation of corruption and money laundering in Brazil.

² President of the Republic of Brazil between 2003 and 2010.

accepted by the high income segments in the country, and much less were regarded as partners by the leaders of Big Capital, except for minor exceptions. However, Lula and his party's leaders gave the impression that they believed they had been accepted by the ruling classes or the economic elites. But, the signs were otherwise. A widespread systematic campaign resumed the victorious formulas for attacking the left-wing parties. The flag of the fight against corruption is being brandished in a cynical way by the main parties that used the same methods for financing their political campaigns and for personal enrichment of their parties' political members (Michael & Gramacho, 2000). The everyday line in Brazil that "all politicians are thieves" has been changed to "we've never had as much corruption as we've got nowadays" or "the PT systematized corruption in the country". This framework was being assembled ever since the time of Lula's first reelection. It was necessary to selectively criminalize the campaign's funding and to retell the story of Brazil. In order to achieve the first task, it was essential for the PSDB's and DEM's leadership to coordinate with the Public Prosecutor's Office and the Judiciary. Rede Globo played a key role in carrying out the second task with a distributed coordination, not always agreed upon, of a number of business groups and conservative collectives on the social networks.

TRUTH, SPEECH AND POWER

In order to analyze such state of affairs in Brazil it is necessary to present a conceptual arsenal. I begin with the role of the construction of truth and its relationship with state power. Foucault gave us the reflection regarding the relationship between truth and power. It is not possible to structure the state system and its justice without the construction of a set of rules to distinguish between what is false and what is true. It does not matter whether what is being produced as truth represents what we consider to be true, truthful. The truth has an economic role, it is the organizer of the processes in the market and in the State's apparatus. Foucault suggested discussing politics not just in terms of ideology and its relationship with science, but from the point of view of truth in its interaction with power.

In our societies, the "political economy" of truth has five historically important characteristics: "truth" is centered on the form of scientific discourse and the institutions that produce it; is subject to constant economic and political incitement (the need for truth both for economic production as well as for political power); it is in many ways an object of immense diffusion and consumption (it circulates in the education or information apparatus, whose extension in the social body is relatively large, notwithstanding some strict limitations); it is produced and transmitted under the control, not exclusively, but predominantly, of a number of political or economic apparatuses (university, army, writing, media); and last but not least, it is the subject of political debate and social confrontation (the "ideological" struggles). (Foucault 1979, p. 13)

The battle for truth is the definer of power. In his inaugural lecture at Collège de France on December 2, 1970, published as *The Order of Discourse*, Foucault advocated that the penal system itself initially sought its justification in legal theory, but in the nineteenth century sought to find it in sociological, medical and psychiatric knowledge, in other words, “as if the word of the law could no longer be authorized in our society, other than by a discourse of truth” (Foucault, 2014, p. 18).

The games of truth that define the modes of existence and the flows of power that have been based on scientific knowledge, particularly on the social sciences. They organize discursive regimes that legitimize discourses that should or should not be accepted. What we are interested in here is the construction of truth in institutions, particularly in the Judiciary. Presented to society as being neutral, the courts claim that their decisions are based on the legal sciences. Of the three branches of government, the Judiciary is the one that most presents itself as being the guardian of the truth, as the executor of truth-generating procedures.

In Brazil, the role of the judicial institution in the games of truth and in the establishment of discursive regimes that make it possible, for example, to make political conduct acceptable or unacceptable was not evident. The very political culture of the social segments, of the professional groups and of the parliamentary bodies had in their constitution the incorporation of the way in which the Judiciary and its fundamental and support institutions constructed the models of respect for the law, of what is acceptable and unacceptable. The political system had clearly assumed that the direct participation of businessmen and their businesses in the process of financing elections and in defining public spending was acceptable. For a long time the left-wing forces had denounced the connection between the ruling classes and their corporations and the government. Somewhat curiously, campaign donations from bankers who benefited from the right-wing parties' economic policies were never considered to be bribes. The privatizations of companies to businessmen and politicians directly linked to the PSDB party were also accepted as being legal, normal and legitimate. The accusations contained in the book *Brasil Privatizado* [Privatized Brazil], by the journalist Aloysio Biondi, which sold thousands of copies in the 1990s, did not produce any initiative on the part of the Public Prosecutor's Office. Biondi's detailed account of the corrupt privatization schemes makes Operation *Lava Jato* seem small. Even so, the PT believed that judicial proceedings would be universal. If Odebrecht³ financed politicians such as Serra, Aécio, Alckmin and a hundred others, that would be completely acceptable to the entire political spectrum.

What the Brazilian left and center-left realized to a partial extent was that large-scale campaign funding gave them electoral competitiveness in a plutocratic system which was designed to exclude radicals. The apparent success of these left-wing forces to play the right-wing's game and use it to defeat them was the path that led to its own defeat. The forces of the conservative right realized that it was necessary to prevent the possibility of an electoral victory by the center-left conglomerate. This led to a major liaison involving not only Congress members and party activists. The factions linked to the

³ The Odebrecht Group was created in 1944 in Bahia, Brazil, and currently it is present in 24 countries.

PSDB and to the other conservative parties such as the DEM, were called upon to create a veridiction process, a regime of truth that would make it possible to defeat the center-left reformism in general politics. The Judiciary, which had already adopted a selective approach in relation to the poor, blacks and Indians, would now apply its experienced selectivity in the service of the resumption of government by the right-wing parties and by the application of neoliberal measures.

In 2012, while the municipal elections were taking place, during the first term of Lula's successor Dilma Rousseff, the Federal Supreme Court, the Brazilian constitutional court, began to issue daily broadcasts of the trial of the so-called *mensalão* [big monthly payment], the scandal based on the accusation of the purchase of parliamentary support by the government and PT leaders for the Lula government's projects. With new technologies for proving the truth, arguments and procedures were assembled so as to construct the narrative of a large scale theft of power committed by the forces of the left. The best moments of the *mensalão* trial were selected by Globo's editors to be broadcast on the news programs and by the newspapers and magazines that operated and still operate on behalf of the interests of national and foreign corporations.

The truth was on the TV screens; politics took its place in the dock. The general thinking of broad swathes of the middle classes confirmed its new slogan that corruption had taken over the government, fought by the seriousness and prominence of the magistrates, neutral and beyond reproach. In 2012, the liaison between influential leading members of the Public Prosecutor's Office, judges, media owners, in particular the Marinho family⁴ and those in charge of the PSDB party, was already evident. The objective was clear: to annihilate and destroy any possibilities of re-election of the then President Dilma that would take place in 2014. The Judiciary's agenda was in line with the electoral strategy.

POWER AND COMMUNICATION OR THE POLITICAL CULTURE OF SCANDAL

In modern-day societies, organized by late, informational capitalism, the mobilization of common sense has occurred mainly by means of spectacularization (Debord, 1997) and, by its more usual political side, which has been called the "scandal politics" (Castells, 2015).

What I mean by this is that, well before the advent of networked society, scandal politics was already an essential characteristic in determining relations of power and institutional change. Indeed, (...) scandal politics is a more ingrained and typical type of power struggle than the political competition conducted in accordance with the rules of the state. (Castells, 2015, p. 297)

The phenomenon of politics understood by ordinary citizens as an arena of successive scandals is worldwide and may well be related to the weakening of party identification and to the self-promotion of public figures over and above collective interests

⁴ Owner of Grupo Globo, Brazil, with several companies in the area of information and entertainment.

(Castells, 2015, p. 303). However, this phenomenon acquires greater strength in Brazil, where there have been few periods of democracy and with its inheritance of political *coronelismo* [the so-called rule of the colonels] that articulated the nepotism of the political elites with the patrimonialism in the occupation of public spaces. For a large part of the population, people go into politics in order to enrich themselves, in other words, corruption would be the norm in Brazilian politics.

Stating that corruption is an attribute of the left-wing has been a historical and common practice both in Brazil as well as in the rest of the world. This is mainly due to the adoption by the leftwing of electoral pragmatism. During the so-called *mensalão* [big monthly payment], members of the PSDB and DEM parties (all accused of corruption) began to disseminate the idea that corruption had been systematized during the PT's administrations. In other words, previously it was secondary, disorganized, practiced by individual politicians, rather than a system for financing and maintaining power. Very quickly, middle-class people began repeating the slogan: "corruption was never practiced on such a large scale or in such a systemic way".

After the media bombardment of 2012, with the popularization of the *mensalão* [big monthly payment], the conservative forces that coordinated the spectacle involving the judiciary and the media were of the opinion that the center-left would be defeated in the 2014 elections. In addition to a systematic campaign on the part of Rede Globo, the conservative effort, involving North-American Foundations and Think Tanks, funded groups on the internet to intensify the wear and tear on the left-wing parties and on the Dilma Rousseff government. Since 2012, a number of organizations linked to the right-wing parties and to the PSDB party have set up numerous pages and profiles on Facebook on the issue of fighting corruption. When the autonomous *Passe Livre* [Free Fare] movement took to the streets in June 2013, the various conservative and right-wing groups were well-positioned to attract the indignation and revolt of young Brazilians.

It should be borne in mind that those who were 20 years old in 2013 were only 12 years old when Lula began his first administration. They did not experience the military dictatorship, the Sarney's government, and did not have the necessary maturity to make an assessment of the country's politics and economy during Fernando Henrique Cardoso's administrations. Therefore, it was very easy to hold the center-left administration accountable for Brazil's structural problems. In this way, discursive practices would point to the left-wing parties as being responsible for the historical ills of population and youth, particularly in the outlying regions of the major urban centers. However, it should be recognized that Lula's and Dilma's efforts had done little to counter the legacy of organized violence during the period of the dictatorship, and in particular had not confronted the militarized structure of the state police and nor had they taken any effective action against the extermination of the black population in the outlying regions of the major urban centers.

Despite the unrestrained attacks on the government and on the main left-wing party, Dilma Rousseff defeated Aécio Neves in 2014. The conservative forces and the

³ Government of José Sarney (1985-1990), in the period after the military dictatorship in Brazil.

PSDB were dissatisfied with the result and did not accept defeat. It was necessary to come up with a new, more forceful, more coordinated and destructive plan for the center-left government. As a result the strong ties between the PSDB party, bankers and the rural caucus with members of the Public Prosecutor's Office and the Judiciary assumed strategic importance.

WHEN MEMBERS OF THE JUDICIARY ORGANIZE THEMSELVES AS A POLITICAL FORCE

The most popular judge in the country, Sergio Moro, gained notoriety in the Globo news programs and in the systematic campaign for his promotion. A lower court judge, he became the poster-boy for Lava Jato on account of the media overexposure. He became the political leader of the Brazilian right-wing forces due to the fact that he imprisoned members of the PT and condemned former President Lula on the basis of allegations, plea bargaining and convictions. His career has begun to suffer wear and tear, as evidence has come to light of indications of selectivity and persecution of certain public figures. He was accused of having committed crimes and of having been pardoned, without punishment, by members of the judiciary. Prior to Lava Jato, Moro arranged a fake identity card and individual taxpayer's registration number in order to comply with a request from the US police, which is illegal in Brazil. In Lava Jato, he admitted that he had leaked information to the press, in addition to being accused of having wiretapped the Presidency of the Republic.

The greatest damage to Moro comes from the photos of him with a number of PSDB party politicians and right-wing leaders who are now under investigation by other Operation Lava Jato courts. The most famous image is the one in which he appears smiling in a lively conversation with Senator Aécio Neves at the end of 2016. When questioned by the Folha de São Paulo newspaper, Moro said: "it was a public event, and the senator is not under investigation by Curitiba's Federal Justice department. It was an unfortunate photo, but there is no case involving him" (Moro diz que foto com Aécio foi 'infeliz', mas nega parcialidade, 2016). It so happened that on the day the photo was taken, Senator Aécio was already under investigation by the Public Prosecutor's Office. His name had already appeared in a number of testimonies to Moro himself. Later, he was recorded by the Federal Police, when it became evident that he was involved in corruption schemes. Aécio Neves's cousin, who was mentioned on the tape, is filmed as the carrier of a large sum of cash.

Moro wrote an article in the Federal Justice Council Magazine in 2004 about the Operation Clean Hands or *Mani Pulite* that had dismantled the Italian party system, attacking the corruption schemes that supported it. Moro's objectives were clearly outlined in this important passage in which he talks about his country:

in Brazil, a number of the institutional conditions required to undertake similar judicial action are present. Like in Italy, the political class does not enjoy great prestige with the population, and there is a lot of frustration due to the unfulfilled promises following the restoration of democracy. On the

other hand, the Brazilian judiciary and public prosecutors enjoy significant formal independence from the political authorities. The Republic's judges and public prosecutors start off their careers by means of public examinations, and the positions are for life and the judges and public prosecutors cannot be removed from office against their will. The negative highlight is the access to higher bodies, which are more dependent on political factors. Another negative factor that should be mentioned is that under the law certain public authorities, such as congressmen and ministers are granted special jurisdiction, on the grounds of protecting them during the exercise of their office. (Moro, 2004, p. 61)

US government agencies quickly identified Moro as an important ally for their goals in Brazil, publicly defined as combating money laundering and its criminal implications. The United States has regularly held training courses and seminars for Brazilian judges and public prosecutors. This is part of a strategy of legal and political influence aimed at preserving the interests of corporations and the US government. These activities have been reported by a number of authors. One of the leading international relations thinkers and an advisor to various White House administrations, Joseph Nye Jr. wrote the book *The Paradox of American Power*. In it, Nye Jr., basing himself on the theory of soft power, states that it is essential to use persuasion and co-optation instead of coercion. It states that the United States should define the political agenda and preference of peoples.

In the case of Operation Lava Jato judge Moro tried to follow the steps or lessons that were present in his 2004 article. These actions played a fundamental role in consolidating in the population a sense of undeniable truth, a belief that corruption would be eliminated by destroying left-wing forces and their corrupt leaders. Note the passage that reinforces the politics of scandal, as pointed out by Castells (2015), in the games of truth, or rather, in the construction of truth by the institution that presents itself as being politically neutral:

those responsible for the *mani pulite* operation also made extensive use of the press and with effect. To the dismay of the PSI party's leaders, who, for sure, never stopped manipulating the press, the "*mani pulite*" investigation leaked like a sieve. As soon as someone was arrested, details of his confession were aired in "L'Espresso", "La Repubblica" and other sympathetic newspapers and magazines. Although there is no suggestion that any of the prosecutors who were most involved in the investigation would have deliberately fed the press information, the leaks served a useful purpose. The constant flow of revelations kept the public's interest high and the party leaders on the defensive. Craxi, in particular, was not accustomed to being in the humiliating position of constantly having to answer accusations and having his political agenda set by others. (Moro, 2005, p. 59)

The importance of mobilizing public opinion in Moro's strategy is clear. Another point that is obvious is the role of the demoralization of the suspects who should be

previously condemned by the media. Moro's thinking was completely suited to the coup-like interests of the conservative right, which was headed up at the time by the PSDB party and Rede Globo.

POST TRUTH, FAKE NEWS AND INSTITUTIONAL CYNICISM

Brazil is experiencing a situation that could be called “institutional cynicism”, the main characteristic of the communicational economy that currently organizes the regime of political-judicial truth in the country. The incongruous, incoherent and selective reason can be found in the discursive practices that are widely accepted by the public prosecutors, the judiciary and the media corporations. Fake news can be defined as information that is proven to be false, which is intentionally produced for the purpose of influencing public opinion (Allcott & Gentzkow, 2017, pp. 213-214). “Institutional cynicism” cannot be reduced to the debate in relation to fake news or the simple characterization of opinions based on fake news. It is the organization of truths that are known to have no empirical evidence, which are intended to support the old privileges of the wealthier classes and which are produced with the clear intention of gaining the support of public opinion even when based on the selective application of the law and by completely inconsistent attitudes.

The central feature of institutional cynicism is to organize the communicational or judicial strategy based exclusively on political objectives, with little concern for the limits of the law or the coherence of its application. In this way, neoliberal demands and right-wing forces seem to be imposing a return to the period of political *coronelismo* [the so-called rule of the colonels]. Victor Nunes Leal, when analyzing the organization of the Brazilian police and judiciary during the imperial period, described the justice as being dominated by political party affiliation, being one of the main instruments of the power of the colonels, the local political leaders and the landowners. Leal claims that even with the establishment of the Republic, judicial and police structures acted in accordance with the motto “give justice to one's friends and apply the law to adversaries” (Leal, 2012, p. 137). The current absorption of party politics by the Brazilian Judiciary seems to be a perfect application of this motto.

The following extract from the paper by Judge Sergio Moro clearly states that the purpose of the conviction of the suspect appears to be well above the truth and the presumption of innocence that is so dear to the rule of law:

there is always the risk of undue injury to the honor of the person under investigation or who is being accused. However, care must be taken in connection with the disclosure of facts related to the investigation, rather than an abstract ban on disclosure, since the publicity has legitimate objectives which cannot be achieved by other means. Prisons, confessions and the publicity given to the information obtained generated a virtuous circle, which is the only possible explanation for the magnitude of the results achieved by the *mani pulite* operation. (Moro, 2004, p. 59)

Moro clearly makes the assumption that publicity and the mobilization of public opinion are fundamental elements of justice. He seems to be unaware that justice is not a court of exception and that the risks of cases such as the hasty accusations against the teachers of the so-called Base School in São Paulo indicate that it is essential to preserve suspects until the process has reached its conclusion. However, the passage indicates that it would be essential for the courts to destroy the reputation of the accused as part of the investigation strategy. For its part, this has nothing to do with the search for confirmation or denial of hypotheses, such as that undertaken by a scientist. The investigation called for under the strategy of institutional cynicism is aimed at finding elements that make it possible to create an impression of truth.

Institutional cynicism works with selectivity, the protection of allies and with direct political action on the part of the Judiciary together with public opinion, with the constant use of exceptions in order to achieve the pre-defined political objectives. The dissemination of institutional cynicism in the essential structures of justice came about as a result of the growth of the truth regime of neoliberalism that aims to reformulate the Law in function of the application of its economic prescription. Everything that is preventing neoliberal logic has to be removed and if possible criminalized. Therefore, the Brazilian neoliberal right joins forces with the old patrimonialist conservatives who cynically say they are against corruption, as can be seen from the stories of Aécio Neves, Michel Temer, Eduardo Cunha along with many other leaders of the coup that is destroying Brazil. The absorption of party politics by the Public Prosecutor's Office and the Judiciary is essential for neoliberalism. With the erosion of political representation, neoliberalism operators have paved the way for magistrates to be at the front of direct political action. The fight against corruption was the motto for the selective removal of the center-left political forces and for the application of measures demanded by global corporations and financial capital.

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

- Agostine, C.; Vieira, A. & Basile, J. (2006, 29 November). Vale lidera lista de doadores à campanha de reeleição de Lula. *G1. Valor OnLine*. Retrieved from <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,AA1368133-5601,00-VALE+LIDERA+LISTA+DE+DOADORES+A+CAMPANHA+DE+REELEICAO+DE+LULA.html>
- Allcott, H.; Gentzkow, M. (2016). Social Media and Fake News in the 2016 Election. *Journal of Economic Perspectives*, 31(2), 211-236.
- Biondi, A. (2003). *O Brasil privatizado. Um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Perseu Abramo.
- Castells, M. (2015). *O poder da comunicação*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Moro diz que foto com Aécio foi 'infeliz', mas nega parcialidade (2016, 9 December). *Folha de São Paulo*. Retrieved from <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/12/1840125-moro-diz-que-foto-com-aecio-foi-infeliz-mas-nega-parcialidade.shtml>
- Debord, G. (1997). *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.

- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (2014). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola.
- Freitas, S. de; Vaz, L. & Bramatti D. (1998, 26 November). Bancos lideram doações para campanha de FHC. *Folha de São Paulo*. Retrieved from <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc26119803.html>
- Leal, V. N. (2012). *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Michael, A. & Gramacho, W. (2000, 19 November). Comitê de FHC omitiu doações em 1994. *Folha de São Paulo*. Retrieved from <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u11155.shtml>
- Moro, S. F. (2004). Considerações sobre a operação mani pulite. *Revista CEJ*, 8(26), 56-62.
- Nye Jr., J. (2002). *O paradoxo do poder norte-americano*. São Paulo: UNESP.
- Samuels, D. (2007). Financiamento de campanhas no Brasil e propostas de reforma. *Suffragium - Rev. do Trib. Reg. Eleit. do Ce, Fortaleza*, 3(4), 1-172.
- Bradesco foi maior financiador de FHC (1994, 2 December). *Folha de São Paulo*. Retrieved from <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/12/02/brasil/45.html>
- Toledo, J. R. (2014, 15 September). Doações de campanha somam R\$ 1 bi, das quais metade vem de 19 empresas. *O Estadão*. Retrieved from <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,doacoes-de-campanha-somam-r-1-bi-das-quais-metade-vem-de-19-empresas-imp-,1560289>

BIOGRAPHIC NOTE

Sérgio Amadeu da Silveira has a degree in Social Sciences (1989), a master degree (2000) and a PhD in Political Science from the University of São Paulo (2005). He is adjunct professor at the Federal University of ABC (UFABC).

E-mail: sergio.amadeu@ufabc.edu.br

Address: Sala 367, Bloco Delta, Câmpus São Bernardo do Campo, Alameda da Universidade s/nº – Bairro Anchieta – São Bernardo do Campo – SP, CEP 09606-045, Brasil

* Submitted: 29-09-2017

* Accepted: 30-10-2017

FILIADOS E MILITANTES PARTIDÁRIOS: PERFIS DA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA NUMA PERSPETIVA COMPARADA

Paula Espírito Santo & Bruno Ferreira Costa

RESUMO

O ponto de partida deste estudo reside na constatação de que o declínio da mobilização partidária e socialização política é de grande importância para entender melhor a democracia e como ela pode sobreviver. A nível nacional, a atividade dos membros dos partidos tem características significativas, que estão profundamente assentes na cultura política do país. A nível individual, o ativismo partidário é uma missão específica para cada pessoa. A filiação partidária não é apenas parte de sua história de vida única, mas também serve como um elo de ligação na cadeia de sustentabilidade do partido. O estudo da mobilização partidária e a socialização política carecem de maior desenvolvimento no contexto português, particularmente o estudo da escolha da atividade dos membros do partido. O principal objetivo deste artigo é o de identificar, numa perspetiva comparada, os traços sociodemográficos básicos assim como um conjunto de atitudes político-ideológicas essenciais distintivos de membros partidários de três partidos Portugueses principais com assento parlamentar (Partido Socialista – PS, Partido Social Democrata Militantes; partidos; filiados partidários; democracia; socialização PSD e Centro Democrático e Social/Partido Popular – CDS/PP). A metodologia deste estudo baseia-se na técnica da sondagem, validada na pesquisa do projeto MAPP (Working group on Members and Activists of Political Parties). Este é um objeto escassamente analisado em Portugal (Stock et al. 1985; Lisi & Espírito Santo, 2017), sendo que os resultados esperados serão os de contribuir para identificar causalidades no que se refere à diminuição e à falta de interesse pela participação partidária, mas também política em geral, por um lado. Por outro, pretende-se contribuir para conhecer melhor, por dentro dos partidos, quem são os filiados partidários e como poderão distinguir-se dos militantes.

PALAVRAS-CHAVE

Militantes; partidos; filiados partidários; democracia; socialização

ABSTRACT

Our starting point is that the decline of party mobilisation and political socialisation is of great importance to better understand both how democracy works and how it may survive. At national level, party member activity has significant features that are deeply seated in the nation's political culture. At an individual level, party activism is a mission particular to each person. It is not only part of his or her unique life story but serves also as a link in the chain of party sustainability. Party mobilisation and political socialisation warrant further development in the Portuguese context, particularly the study of the choice of party members' activity upstream. The main objective of this article is to identify, in a comparative perspective, sociodemographic basic traits, and a set of essential political and ideological attitudes of party members of three main Portuguese parties with parliamentary representation (Socialist Party – PS, Social Democratic Party – PSD, and Centro Democrático Social / Partido Popular – CDS/PP). The methodology of this study is based on the survey technique validated in the MAPP project (Working group on Members and Activists of Political Parties). This is an object scarcely analyzed in Portugal (Stock et al., 1985; Lisi & Espírito Santo, 2017), and its expected results will be those of contributing to identify causalities regarding the decrease and lack of interest for parties' activities in politics in general, on the one hand. On the other hand, it is intended to contribute to getting to know

better, in an inside party perspective, who are the party affiliates and how they can distinguish themselves from the activists.

KEYWORDS

Activists; parties; party members; democracy; socialization

INTRODUÇÃO

Os partidos políticos e os seus filiados são duas faces inseparáveis de mobilização não só política como da própria democracia. Em Portugal, a democracia seria um marco fundamental para o recrudescimento da actividade partidária militante. No plano partidário, o pós 25 de abril de 1974, decorrente da revolução dos cravos, foi caracterizado não só pela proliferação de partidos políticos¹, mas igualmente pela arregimentação de grandes franjas de apoio junto do eleitorado, constituindo a militância partidária uma forma direta de participação política. O advento da democracia veio acompanhado, no pós-revolução, por uma forte vontade inicial de participação dos cidadãos nos destinos da sociedade e dos partidos, mas que, gradualmente viria a revelar-se um indicador com tendência a perder importância à medida que a desilusão com os partidos e a esperança na democracia se instalava. Ou seja, verifica-se, cada vez mais, que a realidade da filiação partidária se encontra numa fase descendente do seu ciclo, a qual acompanha o desinteresse e desilusão com a política, a democracia e a falta de confiança nas instituições democráticas. O entendimento das motivações dos filiados partidários poderá constituir um barómetro importante quanto ao estado da democracia, em especial no caso de uma jovem democracia como a Portuguesa.

A montante da filiação partidária encontra-se o processo de socialização política, A socialização política é entendida como “a forma através da qual os valores políticos são formados e a cultura política é transmitida de uma geração para a outra” (Almond, Powell, Strom & Dalton, 2000, p. 56). A socialização política refere-se ao conjunto de experiências que contribuem particularmente para a formação da auto-imagem do indivíduo em relação ao próprio sistema político e em relação às instituições da sociedade (Oppo, 1986), sendo que, nas suas origens, reforça-se a importância do modo como as crianças e os adolescentes assimilam as suas atitudes políticas (Berger & Luckmann, 1961). O processo de socialização política subentende o envolvimento e participação natural de cada cidadão no Estado, desde o seu nascimento até à morte, e deriva do papel dos diversos agentes de socialização política, de onde se destacam a família, a escola, os grupos de pares e vizinhança, a comunicação social, as elites políticas, a propaganda e as redes sociais à distância. Os agentes de socialização política abrem ao cidadão um caminho particular que o “capacita de instrumentos de envolvimento e actuação socio-política que lhe permitem desenvolver e desempenhar a sua capacidade de cidadania” (Espírito Santo, 2006, p. 122).

¹ Nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1975 apresentaram-se a votos 14 partidos. Retirado de: www.cne.pt.

O posicionamento dos meios de comunicação social como fonte de informação e formação da opinião pública constitui um dos elementos clássicos identificados como suporte fundamental de construção e consolidação das representações sociais e políticas (Lasswell, 1931; Berelson & Grazia, 1947; Harrop & Miller, 1987; Popper & Condry, 1993; Norris, 2002). O papel dos órgãos de comunicação social, nas democracias ocidentais, viria a ser fundamental, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX, como complemento ao papel tradicional dos primários agentes de socialização política, como a família e a escola ou os grupos de pares e vizinhança.

A partir, essencialmente, do século XXI, as redes sociais viriam a sobressair como um poderoso mecanismo e agente de socialização política, funcionando como indutor, catalizador ou reforço do posicionamento sociopolítico individual e coletivo, em face da realidade e atualidade político-partidária. As redes sociais são, na atualidade, um elemento central na caminhada para a construção da opinião pública democrática e um agente de socialização política vital e permanente na democracia.

De que modo os diversos agentes de socialização política, e em especial a família, promovem a participação partidária é a questão clássica e inicial, de fundo, neste estudo. Adicionalmente procura-se identificar a relação entre o percurso educativo, profissional e social com a participação partidária. Estas são algumas das questões que, intrinsecamente estarão na base do estudo efetuado, o qual procura fazer sobressair a importância dos mecanismos de socialização política na mobilização dos filiados partidários.

O objetivo central deste estudo visa identificar moldes sociodemográficos e atitudinais-chave que definem a atividade dos filiados partidários, e podem permitir explicar a sua capacidade para a mobilização partidária e política. No plano metodológico, este estudo, baseado na aplicação de sondagem, procura aprofundar o conhecimento sobre as bases sociodemográficas e atitudinais que conduzem a uma participação política ativa no seio dos partidos. A questão da pesquisa é: “quão próximos estão os membros partidários em relação ao partido?” e procura centrar-se nas posições ideológicas e na participação real nas atividades do partido. Os resultados esperados perspetivam o aprofundamento ao nível do conhecimento da realidade intra-partidária militante, bem como o levantamento de pistas sobre os mecanismos a adotar pelos partidos, de forma a inverter a tendência de diminuição de filiados nas últimas décadas no panorama europeu.

Incidimos a análise sobre os filiados do PS, PSD e CDS/PP, sendo a opção justificada por serem estes partidos com assento parlamentar, e também pela sua disponibilidade em colaborar na presente investigação. A nível metodológico foi aplicado um inquérito *online* ao universo de filiados do do PS e CDS/PP assim como aos delegados do PSD, entre finais de dezembro de 2012 e finais de setembro de 2014. O objetivo geral das sondagens aplicadas foi analisar as características sócio-demográficas dos filiados partidários, as suas motivações políticas e a sua visão face à linha ideológica do partido.

A capacidade de um partido de recrutar e mobilizar está diretamente relacionada com a sua estrutura e vocação. Do ponto de vista histórico, os grandes partidos de massa basearam a sua ação numa perspetiva eminentemente societária. Peter Mair (2003, p. 16) afirmou que “as partes não diminuiriam de facto como tal, mas mudaram

e encontram-se cada vez mais embutidas nas instituições”. Há um esforço menos visível das partes na busca de propaganda ou mobilização de partidários e apoiantes, com maior foco nos meios de comunicação social, nos especialistas em marketing político e nas novas plataformas *online* para atrair novos membros do partido.

Na distinção clássica entre os partidos de massas e os partidos de quadros, Duverger (1951) estabeleceu como elementos centrais dessa diferenciação as modalidades de adesão ou filiação partidária, os graus de participação partidária e a natureza da participação partidária. Otto Kirchheimer (1966) demarcou de modo pioneiro a expressão dos partidos *catch all* e identificou que estes resultam de um sistemático processo de despolitização e desideologização dos seus programas, indo ao encontro de temas mais consensuais da política e sociedade (que na primeira metade do século XX refletiam o bem estar económico vivido no pós II Guerra Mundial) e com objetivos imediatos de captura do poder político, pelo êxito eleitoral. Já sobre os designados “partidos de eleitores”, Jean Charlot (1970, p. 63) considerava que estes exprimem “um fundo comum de valores, bastante amplo para reunir ao seu redor o máximo de apoiantes”. Os estudos sobre os perfis dos filiados tendem a convergir sobre as divisões entre grandes tipologias de partidos (van Haute, 2011; van Haute & Gauja, 2015). Apesar da tendência geral para o declínio do número de membros dos partidos, e da sedimentação da designada política auto-referencial ligada à organização dos partidos de cartel (Katz & Mair, 2009; Poguntke, Scarrow & Webb, 2016) defendemos que as características tradicionais de partido *catch all* estão na origem do crescimento e ambição política dos partidos em estudo, PS, PSD e CDS/PP, e permitem chegar à sua configuração político-ideológica.

PS e PSD são dois partidos de massas que têm liderado o Parlamento e o Governo, desde 1975 (PS), 1976 (PS) e 1980 (AD – Aliança Democrática, entre PSD, CDS e PPM – Partido Popular Monárquico). O CDS/PP é um partido baseado na valorização de uma ideologia ancorada, originalmente, na sua fundação, na democracia cristã. No entanto, verificou-se, gradualmente, por parte do CDS/PP o recurso e utilização de temas/áreas específicos (exemplo: a segurança e a agricultura) como mote central da sua mensagem e estratégia política. Também se verificou uma abertura do espectro ideológico-político de centro direita, no sentido de canalizar não apenas algumas franjas de um eleitorado de direita mais ortodoxo como da direita ideologicamente moderada. O CDS/PP tem reforçado a sua base de valores-chave, a qual é visível no plano da sua ação política concreta, tanto a nível parlamentar, como a nível governamental, como membro da coligação com o Partido Social Democrata (PSD) nas eleições legislativas de 2011 e 2015².

O MILITANTISMO PARTIDÁRIO

A capacidade de recrutamento e mobilização partidária está diretamente relacionada com a própria estrutura e vocação do partido. Recorrendo a uma perspetiva histórica

² Nas eleições de 2015, a coligação durou apenas 2 semanas, devido à não aprovação do programa de governo pela maioria de Esquerda na Assembleia da República. Em 2015, a coligação (‘Portugal à Frente’ – PàF) tinha minoria no Parlamento. Como consequência, o Partido Socialista aliou-se ao Partido Comunista Português, ao Partido Ecologista “Os Verdes” e ao Bloco de Esquerda para aprovar um governo liderado por António Costa.

verifica-se que os grandes partidos de massas baseavam a sua ação numa perspetiva, iminentemente, societária. Peter Mair (2003, p. 285) defende que os “partidos enquanto tais não declinaram, mas modificaram-se e encontram-se hoje cada vez mais implantados nas instituições”. Observamos um esforço menos visível dos partidos nas tarefas propan-gandísticas e mobilizadoras dos militantes/simpatizantes, em detrimento de um maior relevo dos meios de comunicação social, dos profissionais do *marketing* político e das novas plataformas electrónicas como agentes angariadores de novos filiados partidários.

A importância dos partidos políticos é inegável, sendo que “o desenvolvimento dos partidos aparece ligado ao da democracia, quer dizer à extensão do sufrágio popular e das prerrogativas parlamentares” (Duverger, 1951, p. 24). No entanto, apesar da importância democrática dos partidos identifica-se, simultaneamente, um declínio sociológico da capacidade dos partidos enquanto organizações de membros e enquanto veículos de participação política, o que pode ser explicado por diversos processos de atualização das bases de dados de filiados por parte dos partidos políticos (Katz & Mair, 1992), mas também pelo decréscimo da importância dos partidos políticos no plano da mobilização política (Dogan, 1995; Gray & Caul, 2000), ligada ao decréscimo da confiança no Governo e nas instituições democráticas, à despolarização partidária e à volatilidade eleitoral (Norris, 1997; Mair & Keman, 2002; Espírito Santo, 2011).

Outros contributos permitem verificar que as organizações partidárias têm sofrido nas últimas décadas profundas transformações, cujo impacto no aumento da tendência abstencionista é considerável, ao mesmo tempo que se verifica uma diminuição da identificação partidária (Wattenberg & Dalton, 2000). Este processo de identificação é vital para compreender o fenómeno da participação eleitoral, que enquadrámos como uma das formas de participação política, sendo que não é possível existir eleições sem participação. Verifica-se, por isso, uma verdadeira “participação política quando os cidadãos influenciam de forma determinante o processo de decisão política” (Meirinho Martins, 2003, p. 23).

A identificação partidária pode permitir igualmente cimentar a dimensão competitiva dos partidos, sendo que o percurso de identificação e mobilização partidárias constitui-se “um elo entre muitos na cadeia de sustentabilidade humana do partido político, com múltiplos aspetos de partilha e vivência comuns em relação aos seus companheiros de luta partidária” (Espírito Santo, 2011, p. 145). Os “militantes partidários constituem-se como o elemento central da dinamização do partido político pelo papel vital que desempenham enquanto mobilizadores da ação política” (Espírito Santo, 2011, p. 146). O estudo dos padrões de comunicação interna dos partidos (comparação entre PSD, PS e CDS/PP), desenvolvido por Figueiras e Fonseca (2017) identificou uma relação entre os níveis internos de institucionalização partidária e os patamares de integração e centralização organizacionais, os quais poderão diretamente influenciar os moldes de intervenção dos filiados partidários. Neste plano, os níveis de inclusividade podem constituir um resultado diretamente afeto ao tipo de estratégia comunicacional que o partido define, no plano dos seus públicos internos, e dos seus filiados em particular.

FILIAÇÃO PARTIDÁRIA EM PORTUGAL

A afirmação dos partidos políticos no pós 25 de abril de 1974 foi acompanhada por um crescimento efetivo do número de filiados/militantes. Contudo escasseiam os estudos sobre o fenómeno da socialização política e da ação dos filiados partidários, no seio do seu partido, em Portugal. Tal facto resulta, diretamente, da dificuldade de aceder às bases de dados internas dos partidos, estruturas fechadas que procuram proteger o seu funcionamento interno dos meios de comunicação social. Decorrente dessa notória dificuldade, provavelmente, o interesse pela área do militatismo partidário foi relegado para um plano secundário na investigação sociológica e política.

A contribuição de Stock e colegas (1985), intitulada *Os Partidos em Congresso 1981*, é, muito provavelmente, a exceção, até à data, neste panorama de escassez de estudo do militantismo em Portugal, ao focar os congressistas dos principais partidos políticos Portugueses, em 1981. Tratou-se de uma abordagem sociológica, baseada em inquérito, ao perfil e às motivações dos delegados partidários em congresso do PS (Partido Socialista), PSD (Partido Social Democrata), CDS (Centro Democrático Social), MDP (Movimento Democrático Popular) – partido, entretanto, extinto e PPM (partido popular monárquico). No espectro dos delegados ao congresso destes partidos salientam-se os resultados seguintes:

em cada um dos quatro partidos estudados, cerca de um terço dos delegados desempenha profissões que se enquadram na categoria que classificá-mos como classe média. Contudo, enquanto no CDS e no PSD os delegados com profissões enquadráveis na classe média-alta constituem 40% da amostra de cada um dos partidos, no PS e no MDP este valor é de cerca de 20%. (Stock et al., 1985, p. 134)

Em termos de posicionamento ideológico, com base numa escala esquerda-direita com dez posições, verifica-se que o auto-posicionamento dos congressistas coloca o MDP “bastante à esquerda”, o PS no centro-esquerda, o PSD no centro direita e o CDS “bastante à direita” (Stock et al., 1985, p. 139), num posicionamento similar ao verificado actualmente. Ou seja, “os resultados (...) confirmaram a polarização do novo sistema de partidos portugueses, nos termos tradicionais de esquerda/direita, dado que os delegados de cada um dos partidos analisados assumem atitudes claramente identificáveis ao longo dum espectro político-ideológico, o qual, numa perspetiva comparativa transnacional, surge como particularmente amplo” e ainda que “os delegados dos partidos estudados parecem mesmo (...) ser mais motivados por preocupações de ordem política e ideológica, que objetiva e materialista, especialmente no que se refere aos partidos de esquerda” (Stock et al., 1985, p. 147). Esta contribuição demarcou não apenas a natureza e perfis das elites partidárias, mas, sobretudo, a sua importância estratégica “no lançar dos alicerces para novas orientações futuras” (Stock et al., 1985, p. 28). Estas elites partidárias seriam o germen da cultura partidária portuguesa, num momento pós-revolucionário, onde o cenário político interno exigia estabilidade e consolidação política, social e económica e Portugal aspirava a ser uma nova democracia sustentável.

Ainda que ligado, indiretamente, ao fenómeno do militantismo, é de referir ainda a contribuição de Braga da Cruz (1985) que analisa a participação política dos jovens, com base num inquérito aplicado a elementos de organizações políticas juvenis, sendo que as mesmas foram criadas pelos respetivos partidos ou à sombra deles, como forma de garantir uma ponte de contato entre os partidos e os jovens. Um dos elementos de análise do referido estudo prende-se com a constatação que alguns partidos congregam em si mais filiados jovens que as próprias juventudes partidárias, ou seja, o papel da juventude partidária ainda é subsidiário do partido, não tendo a mesma capacidade de mobilização. Braga da Cruz (1985) descreve as elites políticas juvenis de forma bastante clara, identificando um pendor, maioritariamente, masculino, estudantil, de solteiros e a residir com os pais. O estudo confirma igualmente a importância do processo de socialização, nomeadamente, o contributo da família, dos amigos e dos meios de comunicação social (acesso à informação) como fatores decisivos para um maior envolvimento político. Villaverde Cabral (1995) analisou igualmente os grupos de simpatia partidária em Portugal, tendo recorrido a uma sondagem para projetar a percentagem de filiados em Portugal, valor que, em 1991, correspondia, segundo este estudo, a 415.000 pessoas. O autor destaca o facto da maioria dos filiados pertencer a estratos mais instruídos da população, sendo que “quanto mais favorável é a avaliação da equidade do sistema de oportunidades e recompensas sócio-económicas, mais forte se revela a tendência para participar de forma associada na vida cívica e para assumir o exercício da cidadania política” (Cabral, 1995, p. 200).

Considerando o cenário atual, a definição formal do membro do partido, dentro dos critérios e condições para a adesão, é expressa nos estatutos de cada partido, e é bastante semelhante e suficientemente extensa, entre todos os partidos, como pode ser visto na tabela abaixo.

PARTIDO	CRITERIOS E CONDIÇÕES
PSD (Partido Social Democrata):	Os cidadãos portugueses podem tornar-se membros do partido gozando dos seus direitos políticos completos aderindo ao programa e à Constituição do partido. Os cidadãos estrangeiros têm igualmente o direito de se tornar membros do partido.
PS (Partido Socialista)	Um membro do Partido Socialista é alguém que, depois de concordar com a declaração de princípios, os estatutos do programa e as regras do partido, se inscreve como um membro ativo e é aceite pelos órgãos competentes.
CDS/PP (Centro Democrático Social/Partido Popular)	Os cidadãos portugueses com mais de 18 anos podem ser filiados no Partido CDS e gozar de direitos civis e políticos completos, de acordo com os regulamentos de admissão aprovados pelo Conselho Nacional. Os cidadãos estrangeiros que residem legalmente em Portugal e têm direitos políticos também podem estar afiliados ao CDS - Partido Popular.
PCP (Partido Comunista Português)	Qualquer pessoa pode tornar-se membro do partido comunista, desde que respeite o programa e os estatutos do partido, realize os deveres ativos fundamentais nas organizações do partido e pague as contribuições necessárias.
BE (Bloco de Esquerda)	Os aderentes do “bloco de esquerda” são aqueles que consideram manifestar o desejo de se juntar ao movimento e ter pleno gozo de seus direitos políticos.

Tabela 1: Critérios e condições para se ser membro partidário

Após a afiliação formal ao partido, cada membro compromete-se a pagar uma taxa mensal, geralmente de natureza simbólica, sendo um mínimo de um euro por mês, 12 euros por ano. Isto em relação aos partidos representados no Parlamento, que beneficiam de uma associação mais significativa. No entanto, esta taxa não é obrigatória e pode ser ajustada de acordo com a capacidade do membro de pagar, como é o caso dos membros do Partido Comunista Português.

Os estatutos de cada partido incluem direitos e obrigações detalhados para os respetivos membros. Todos os partidos têm alguns princípios em comum. Normalmente, os primeiros princípios dos “direitos dos membros do partido” sublinham a obrigação de participar das atividades dos partidos e o direito de eleger e ser eleito. Estes dois direitos e princípios são expressos nos estatutos do PSD, PS, CDS e BE, por exemplo. No que diz respeito ao Partido Comunista, há um foco na “defesa da unidade e da coesão do partido”, bem como nas “opiniões e decisões coletivas” e na “responsabilidade coletiva”.

Considerando as obrigações dos membros do partido, os princípios mais comuns são participar ativamente nas atividades do partido e manter confidencialmente as questões internas do partido. Em relação ao Partido Comunista, as obrigações dos membros do partido são bastante detalhadas (13 princípios) e incluem uma forte consciência e um forte compromisso de participação em todas as atividades partidárias, além de contribuir para o desenvolvimento do partido, de modo a defender uma base de “democracia interna”.

NÚMEROS DA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA EM PORTUGAL, NUMA PERSPETIVA COMPARADA

Antes de 1974, Portugal viveu o que se denomina o período do “Estado Novo”. A partir de 1933, o único partido formalmente aceite pelo Estado era a “União Nacional” – UN. Os estatutos deste partido foram inspirados em Oliveira Salazar, que era então Ministro das Finanças e, entre 1933 e 1968, foi Presidente do Conselho de Ministros. O nome deste partido único foi adotado com o objetivo de unir toda a população portuguesa em torno da figura de Oliveira Salazar e dos valores da pátria. Marcelo Caetano, mais tarde, sucederia a Salazar, até à revolução de 1974. O nome do partido mudaria em 1970 para “Acção Nacional Popular – ANP”, após um processo de reorganização. Os seus estatutos definiriam este partido como uma “associação cívica para promover a participação cidadã no estudo dos problemas da nação portuguesa e soluções práticas para ser mais consistente com os princípios fundamentais professados. Durante o período do Estado Novo, o Partido Comunista Português, fundado em 1921, sofreu um período de existência clandestina, tendo os seus membros sido monitorizados de perto e vivenciado o uso da repressão e força nas mãos da polícia política (PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado).

Através da Tabela 2 verifica-se que em 2010 existia um total de 337 mil membros partidários em Portugal, o que representava 3,2% da população residente e 3,4% do eleitorado nacional. Essa proporção diminuiu em 2012 para cerca de 2,7% da população

residente e 3% da população votante. No entanto, de acordo com os partidos, há um número considerável de membros que não pagaram as quotas. Por exemplo, considerando os dados fornecidos pelo PS, de aproximadamente 83.000 membros, apenas 49.000 pagaram as suas quotas. Os social-democratas consideraram 112 mil membros pagantes, bem como o CDS/PP registou cerca de 30 mil membros pagantes. O BE considerou que apenas cerca de metade eram membros pagantes e o Partido Comunista indicou que cerca de 43% eram “membros ativos” com quotas pagas. Estes dados reduzem significativamente a proporção real de membros do partido que podem ser considerados como membros ativos, e que participam e estão envolvidos nas atividades dos partidos. Os partidos parecem condenados a lidar, de forma permanente, com um desinteresse progressivo dos seus membros.

Quanto à evolução do número de filiados (Espírito Santo, 2011) verificam-se consideráveis flutuações, desde a data de fundação dos mesmos, fruto de processos de refiliação e “limpeza” dos cadernos de filiados. Os aumentos súbitos do número de filiados decorrem, em regra, de períodos de entusiasmo coletivo, logo após a vitória nas eleições.

Partido	Fundado em	1976	1983	1990	2001	2003	2010	2012
PSD	1974	7.943	-	29.005	86.674	120.720	131.488	112.009
PS	1973	-	-	55.358	125.313	72.710	116.000	83.500
CDS-PP	1974	-	-	-	32.571	35.972	22.435	29.655
PCP	1921	115.000	200.753	-	131.000 a)	131.000 a)	58.928	60.484
BE	1999	-	-	-	-	5.035	8.000	9.600
Total de membros partidários		-	-	-	375.558	365.437	336.857	295.248
Votantes		6.457.440	7.450.108	9.970.441	8.695.958	8.687.945	9.740.366	9.721.406
População residente		9.403.810	9.969.940	9.970.441	10.394.669	10.473.050	10.572.157	10.562.178

Tabela 2: Evolução do número de filiados partidários em Portugal

Fonte: Adaptado e atualizado de Espírito Santo (2011)

a) Dados disponíveis apenas em ano de congresso partidário, o qual ocorre a cada quatro anos

Embora se verifique uma redução do número de filiados nas democracias consolidadas da Europa (Wattenberg & Dalton, 2000; Whiteley, 2009, van Haute & Gauja, 2015), os líderes partidários têm procurado traçar caminhos de aproximação aos filiados, nomeadamente através da promoção da sua participação na escolha dos seus representantes. No caso português, o PS, o PSD e o CDS/PP garantem o direito de eleição do líder aos seus filiados, através de eleições gerais. Este fenómeno é verificado em diversos

países, onde existe igualmente uma maior participação dos filiados na definição das políticas a adotar pelo partido (Scarrow, Webb & Farrel, 2000; Pennings & Hazan, 2001; Seyd & Whiteley, 2002). No entanto, a eleição direta do líder não é um caminho isento de barreiras, uma vez que a uma maior participação dos filiados na vida partidária poderá corresponder a uma perda de influência das elites que têm comandado os destinos do partido. Sobre o impacto deste processo na atração dos filiados, em termos de participação efetiva nos destinos do partido, fica a questão acerca da sua eficácia.

Quanto à quantificação do número de filiados nos partidos políticos, no contexto europeu constata-se diferenças consideráveis quanto à capacidade de os partidos angariarem novos filiados. Neste caso concreto releva o facto de nas últimas décadas o número de filiados nos países de democratização mais recente (Portugal, Espanha e Grécia) ter vindo a crescer, em oposição às consolidadas democracias ocidentais, que registam uma quebra do número de filiados partidários. Ao analisarem a militância partidária na Europa de 1980 a 2001 (o estudo incidiu sobre 15 países), Peter Mair e Van Biezen (2001) constatarem, precisamente, uma redução do número de filiados, com a exceção da Espanha e da Grécia que registam um crescimento de 2% e 3,5% respectivamente. Portugal regista uma quebra ligeira de 0,24%, enquanto que as maiores perdas se verificam na Áustria e nos países nórdicos. Este processo é simultâneo a uma maior volatilidade eleitoral, ou seja, uma menor identificação partidária faz com que os eleitores sejam influenciados por acontecimentos políticos de curto prazo e pelas características dos líderes, desvalorizando as questões ideológicas.

A diminuição do número de filiados partidários é visível, de forma mais clara, nas consolidadas democracias do norte e centro europeu, uma vez que nos países do sul da Europa ainda se assiste a um crescimento do número de filiados, embora ténue. Convém igualmente referir que esta não é uma tendência generalizável e aplicável a todo o espectro político-partidário, uma vez que se verifica um reforço dos partidos que Oreste Massari (2004) classifica como de “esquerda libertária” e de “extrema-direita pós-industrial”, nomeadamente em virtude de centrarem a sua ação em temas específicos e que vão ao encontro das necessidades e expectativas de uma considerável parte do eleitorado.

Paul Whiteley (2009, pp. 2-4) refere as dificuldades para compreender, de forma rigorosa, o declínio do número de filiados partidários em alguns Estados europeus, avançando com duas hipóteses para explicar este fenómeno, a saber: a relação entre os partidos e o Estado acaba por minar o voluntarismo partidário, no sentido em que os filiados se transformam, progressivamente, em “funcionários do Estado não remunerados” e o seu contributo financeiro (quotas e donativos) é substituído pelas subvenções estatais. A segunda hipótese remete para o crescimento de novas formas de participação, nomeadamente ao nível dos movimentos de cidadãos e das potencialidades das novas tecnologias, numa época em que as “velhas clivagens” dão lugar a valores pós-materialistas. A este respeito Massari (2004) destaca a evolução dos “partidos verdes” e dos “partidos de extrema-direita”, realçando o significativo crescimento eleitoral destes partidos. No caso português este fenómeno não é perceptível, no primeiro caso pelo facto do Partido

Ecologista “Os Verdes” se apresentar coligado em eleições com o Partido Comunista Português, formando a Coligação Democrática Unitária e no segundo caso em virtude da reduzida expressão eleitoral do Partido Nacional Renovador (nas eleições legislativas de 2015 obteve 0,5% dos votos registados). No caso português, e no que diz respeito à luta eleitoral, verifica-se a possibilidade de candidaturas de movimentos independentes às eleições autárquicas (assembleia de freguesia, assembleia municipal e câmara municipal), sendo que se considera que existe uma compatibilidade entre os grupos de cidadãos eleitores e os partidos, numa perspetiva que reconhece que “aqueles grupos não se organizam nem se afirmam contra os partidos mas se complementam, contribuindo assim para o reforço quer da democracia representativa quer da democracia participativa” (Meirinho Martins, 2003, p. 37).

Tal como os resultados do projeto MAPP (Members and Activists of Political Parties) têm demonstrado, no plano internacional, também na maioria dos partidos Portugueses com assento parlamentar, verifica-se uma tendência genérica para o declínio da atividade partidária (Lisi & Espírito Santo, 2017, p. 271). Em termos longitudinais, entre 1974 e 2014, esse decréscimo, cifrou-se na ordem dos 30%, com valores de cerca de 2% por ano (Almeida Correia, 2017). Esse declínio pode ser visto como um sinal importante sobre a perda de importância dos partidos como vetores tradicionais e fundamentais para o desenvolvimento e a confiança da democracia.

INQUÉRITO À FILIAÇÃO PARTIDÁRIA: DADOS EMPÍRICOS PRINCIPAIS

NOTA METODOLÓGICA

A nível metodológico, o questionário foi alojado numa plataforma *online*, enviado a todos os membros dos três partidos em estudo. Na elaboração do questionário foram seguidas as seguintes linhas de orientação, de modo a permitir os objetivos traçados no início da investigação: o questionário foi dividido em três partes (características sócio-demográficas; ativismo político/partidário e ideologia; e opinião política) de modo a traçar um quadro concreto sobre o posicionamento dos filiados face à estrutura social portuguesa e ao enquadramento ideológico do partido.

A análise dos resultados teve em consideração o número total de respostas obtidas e validadas. No plano das limitações à investigação consideramos que apesar da quase totalidade dos filiados inscritos nos partidos ter fornecido conta de email ao partido, e ser a *newsletter* o modo corrente de contato com os filiados do partido, a mobilização para a resposta pode ser influenciada por aspetos como a prática de acesso e resposta por email e a motivação e envolvimento na estrutura partidária. Outra limitação centra-se na comparação entre dados de filiados partidários (caso do PS e CDS/PP) e delegados partidários (PSD). Na nossa perspetiva tomamos a amostra de delegados do PSD como tendo características idênticas às dos restantes filiados, uma vez que o processo de seleção pauta-se por alguma diversidade em termos de vários aspetos como a representatividade geográfica, demográfica e envolvimento nas atividades partidárias. Não obstante estes aspetos, há que ter em conta alguma reserva em termos de análise e

extrapolação dos resultados obtidos. Os nossos esforços no sentido da mobilização dos partidos para este tipo de investigação foram inúmeros e nem sempre fáceis. De notar a grande disponibilidade e abertura do CDS/PP para este tipo de investigação académica.

PARTIDO	% VOTOS (ELEIÇÕES 2011)	% VOTOS (ELEIÇÕES 2015)	TIPO DE FILIADOS	(N RESPOSTAS VÁLIDAS)	(N UNIVERSO)	DATA DA RECOLHA DE DADOS
PS	28,1	32,1	Filiados	1.347	83.524	2014*
PSD	38,5	36,6****	Delegados	313	1.000	2014**
CDS-PP	11,7		Filiados	1.444	29.655	2013 ***

Tabela 3: Dados do contexto eleitoral e amostras dos filiados nos inquéritos aos partidos portugueses

Notas:

* 01/2014 a 02/2014

** 01/2014 a 02/2014

XXV Congresso do PSD, Lisboa, 21-23 de fevereiro de 2014.

*** 27/12/2012 a 15/02/2013

**** PSD e CDS/PP juntos em coligação (PàF, "Portugal à Frente")

CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS DOS FILIADOS

Um dos aspetos centrais do exercício da actividade política prende-se com a procura da igualdade de género, por enquanto ainda no plano formal. Não é nosso propósito discorrer sobre as causas e as motivações para uma maior participação dos homens na política e nos partidos, nem sobre as vias existentes para atenuar esse fosso, tal como a aplicação da Lei da Paridade³ mas enunciaremos as diferenças que se verificam entre sexos no plano da filiação partidária. No estudo realizado constata-se, através da Tabela 3, um domínio muito evidente dos homens ao nível da filiação partidária. Subscrevemos, por isso, as palavras de Margarida Fernandes e Maria Estrela Duarte (1985, p. 7) quando afirmam que

o desfasamento entre o estatuto legal das mulheres e a sua ausência dos órgãos de decisão é revelador de uma discriminação, entendendo-se por discriminação o afastamento de um grupo social, neste caso as mulheres, dos órgãos e instituições, nomeadamente, a seleção no acesso a postos de decisão em função do sexo.

Portugal foi o último país da União Europeia a reconhecer o direito de voto, sem quaisquer restrições, às mulheres (após a revolução de 25 de abril de 1974). A disparidade em termos da diferença temporal da conceção deste direito nos países da União Europeia é significativa, uma vez que alguns países reconheceram a igualdade de acesso ao voto no início do século XX, cerca de 60 anos antes do nosso país. Este fator poderá ser revelante para explicar a reduzida participação das mulheres na atividade política,

³ Referimo-nos à Lei Orgânica n.º 3/2006 de 21 de agosto que estabelece que tanto os homens como as mulheres deverão representar no mínimo 33% da composição das listas às eleições legislativas nacionais, às eleições autárquicas e às eleições para o Parlamento Europeu.

nomeadamente ao nível do exercício de cargos no Governo e da função de deputado na Assembleia da República.

	PARTIDO	PS	PSD	CDS
Sexo	Masculino	75,4	82,7	74,0
	Feminino	24,6	17,3	26,0
	Total (N)	(1.347)	(313)	(1.449)
Idade	<35	16,9	25,6	26,1
	36-64	66,2	67,0	68,3
	65>	16,9	7,4	5,6
	Média	49,7	44,5	43
	Total (N)	(1.346)	(312)	(1.735)
Formação	Nenhuma/Ensino básico	9,4	0,3	6,5
	Ensino secundário	26,0	19,6	25,0
	Ensino superior	64,6	80,1	69,5
	Total (N)	(1.347)	(312)	(1.735)
Ocupação	Ativo	64,3	81,2	76,1
	(Pré) reformado	21,3	8,0	7,3
	Estudante	3,2	2,9	6,5
	Desempregado	7,4	3,2	9,3
	Outro	3,8	5,7	0,8
	Total (N)	(1.243)	(313)	(1.421)
Setor profissional	Setor publico	41,9	43,3	31,7
	Setor privado	30,7	33,4	64,9
	Setor do voluntariado	27,4	23,3	3,3
	Total (N)	(1.243)	(305)	(1.246)
Prática religiosa	Todas as semanas, ou mais	8,1	17,6	23,7
	Poucas vezes por mês	8,2	27,3	14,8
	Poucas vezes por ano	35,0	46,0	36,8
	Quase nunca, ou nunca	48,8	19,2	24,6
	Total (N)	(1.347)	(313)	(1.396)
Religiosidade	Não religioso de todo	24,4	7,3	n.d.
	Não religioso	30,7	17,9	n.d.
	Algo religioso	40,9	65,8	n.d.
	Muito religioso	4,0	8,3	n.d.
	Total (N)	(1.347)	(311)	
Membro de sindicato	Membro	25,6	22,0	13,0
	Total (N)	(1.337)	(313)	(1.735)

Tabela 4: Perfil sociodemográfico dos membros partidários (%) – Portugal

Fonte: Espírito Santo e Lisi (2014); Lisi, Espírito Santo e Costa (2017)

No plano etário dos membros partidários, os três partidos apresentam uma representação bastante proporcional das diversas faixas etárias⁴, o que permite constatar alguma capacidade de revitalização como também evidenciar grupos de filiados intergeracionais. No plano da resposta via eletrónica os grupos a partir dos 65 anos aparecem

⁴ As faixas etárias utilizadas na amostra seguem as do questionário aplicado através do MAPP.

menos representados na amostra, o que é natural, tendo em conta a menor inclusão deste grupo a nível da tecnologia via internet.

Um dos aspetos intrigantes de análise prende-se com a questão da religião e a afirmação de crenças religiosas no seio dos filiados partidários. Apesar da reduzida identificação com a fé católica, em geral por parte de todos os filiados em estudo, o grau de participação em atividades religiosas assume alguma diferenciação entre os filiados do CDS/PP, os quais tendem a ter uma prática religiosa mais frequente. Neste caso concreto partimos de uma base ideológica partidária com raízes cristãs, visíveis na própria fundação do partido, baseado nos princípios da democracia cristã.

A Tabela 4 permite verificar que a grande maioria dos filiados possui uma qualificação de nível superior, nomeadamente licenciatura, mestrado ou doutoramento. Não são notórias diferenças entre os três partidos, apesar de uma ligeira acentuação de valores no caso dos membros do PSD, considerando um mais elevado grau de habilitações. Aquela tendência poderá ser explicada pelas alterações profundas na sociedade portuguesa, a nível educacional, e pela proliferação de cursos superiores, criados, sobretudo, após a instauração do regime democrático em Portugal. Contudo, quando comparados com os dados recolhidos para este universo de filiados partidários nos anos 80 (Stock & Rosa, 1985, pp. 70-72) verifica-se uma evolução mais positiva e divergente.

Da análise laboral verifica-se que o partido com maior número de membros no setor privado é o CDS/PP, com cerca de 65% dos filiados a trabalhar no setor privado, contra cerca de 32% que afirmam trabalhar no setor público. No PS e no PSD a proporção de filiados que são funcionários públicos ronda valores acima dos 40%⁵. Esta perspetiva é contrabalançada no que diz respeito à proporção de pertença no que diz respeito ao sindicalismo. Uma minoria de filiados refere pertencer a algum sindicato. Tal como evidenciado em estudo anterior (Lisi, Espírito Santo & Costa, 2017, p. 117), do total de respostas positivas destaca-se a pertença a sindicatos associados ao ensino (professores), bem como sindicatos associados ao setor da banca (trabalhadores da banca). Na realidade empresarial portuguesa, as duas maiores centrais sindicais, CGTP – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses e UGT – União Geral de Trabalhadores são frequentemente conotadas com a linha política do PCP e do PS respetivamente, embora não exista qualquer relação formal entre as duas entidades.

RAZÕES PARA SER-SE FILIADO PARTIDÁRIO E ATIVISMO PARTIDÁRIO

Ao analisarmos o fenómeno da militância partidária, importa verificar um conjunto de variáveis que poderão influenciar esse processo. Procurou-se perceber as reais motivações de adesão ao partido. Nesta questão o enfoque é dado às motivações individuais para a filiação. Numa breve análise verifica-se que os inquiridos destacam a importância de defender os ideais do partido, bem como a vontade de ser politicamente ativo, logo seguido pelo desejo de tomar parte ativa na escolha dos candidatos a eleições. Por outro lado, destaque-se o pouco relevo dado às últimas opções, nomeadamente,

⁵ Refira-se que esta foi a questão que obteve um menor número de respostas. No total foram validadas menos respostas, o que poderá corresponder a algum receio dos inquiridos em manifestarem a sua área de trabalho.

os hipotéticos benefícios da militância, o contexto familiar e o contributo financeiro ao partido. Não se verificam, nesta questão diferenças significativas entre membros de diferentes partidos, o que demonstra que a vontade da filiação partidária tende a conter um conjunto básico de motivações comuns independentemente do partido.

TORNEI-ME MEMBRO DO PARTIDO PORQUE ...	PS	PSD	CDS
Queria conhecer pessoas politicamente activas	3.1 (1.2)	3.0 (1.2)	3.4 (1.2)
Queria ser politicamente ativo	3.9 (1.1)	3.9 (1.1)	3.7 (1.2)
Queria ajudar a concretizar os ideais do partido que eu apoiava	4.4 (0.8)	4.4 (0.8)	4.5 (0.8)
Queria influenciar a escolha dos candidatos a eleições	3.2 (1.2)	2.9 (1.2)	3.5 (1.2)
Pretendia fazer carreira política	2.1 (1.1)	2.2 (1.1)	2.3 (1.2)
Pretendia ajudar financeiramente o partido	2.0 (1.0)	1.7 (0.9)	2.1 (1.0)
Pretendia obter benefícios profissionais do exercício da actividade política	1.5 (0.8)	1.4 (0.7)	1.7 (1.0)
Tive influência do contexto familiar	2.0 (1.2)	2.1 (1.2)	2.2 (1.2)

Tabela 5: Razões para se tornar membro partidário (média) – Portugal

Fonte: Espírito Santo e Lisi (2014); Lisi e Cancela (2017)

Nota: os números são a média e em parêntesis o desvio padrão. Cada questão é baseada num item ou proposição (resposta múltipla). Para cada item, os inquiridos tiveram a oportunidade de dizer se o motivo era completamente irrelevante (1), não muito relevante (2), relevante (3), bastante relevante (4) ou muito relevante (5). Não sei e não responde foram excluídos da análise

Diferentes níveis de ativismo partidário têm sido considerados desde o estudo seminal de Duverger (1951), o qual identificou diferentes graus de participação na atividade de membros: simpatizantes, adeptos, militantes e propagandistas. Os níveis de proximidade ao partido têm vindo a ser discutidos por diversas outras contribuições posteriores (Katz & Mair 1995; Krouwel 2012; van Haute & Gauja, 2015), que têm procurado examinar a proximidade dos membros partidários à organização partidária, em várias democracias. O ativismo partidário aponta para uma questão do grau de compromisso, para os direitos que se adquirem na estrutura do partido e para a intervenção dos membros partidários no seu partido.

Este indicador permite-nos aferir da envolvência do filiado para com o partido e a sociedade que o rodeia. Cada filiado é um potencial angariador de novos membros, dependendo esse aspeto do grau de integração do filiado, bem como dos seus próprios objetivos no seio da organização. No que diz respeito ao grau de participação dos filiados na vida partidária foi desenvolvida uma série de questões de forma a aferir se os militantes têm uma participação ativa, dando sequência à separação concetual entre a perspetiva de “filiado” e de “militante”.

Pela análise da Tabela 6, abaixo, verifica-se que uma parcela dos filiados não desenvolve qualquer trabalho para o partido numa base mensal. Este indicador permite verificar a envolvência dos filiados no seio da atividade do partido, sendo que o menor grau de participação pode resultar de grande parte das atividades diárias ser realizada por um conjunto de profissionais da política, funcionários do próprio partido.

PARTIDO		PS	PSD	CDS
Tempo dedicado às atividades partidárias por mês	0-5 horas	79,4	62,2	69,0
	6-10 horas	13,3	23,1	11,9
	Mais de 10	7,3	14,7	19,1
	Total (N)	(1.220)	422	(1.069)
Participação nos eventos partidários nos últimos 12 meses	Uma vez por semana ou mais	16,8	35,5	n.a.
	Dois vezes por semana	19,2	33,3	n.a.
	Uma vez por mês	17,0	12,1	n.a.
	Mais de 6 vezes por ano	17,2	9,9	n.a.
	0-6 vezes por ano	24,1	9,2	n.a.
	Total (N)	(1.092)	452	
Perceção do envolvimento partidário	Muito ativo	19,4	41,2	11,8
	Bastante ativo	50,4	56,9	38,1
	Não muito ativo	24,0	1,6	32,9
	Nada ativo	6,2	0,3	17,2
	Total (N)	(1.346)	(313)	(1.189)

Tabela 6: Nível e tipo de ativismo (%) – Portugal

Fonte: Espírito Santo e Lisi (2014); Lisi e Cancela (2017)

Foram feitas algumas perguntas sobre a participação dos filiados na vida do partido, a fim de avaliar se estes desempenham um papel ativo, de acordo com a diferença conceitual entre “membro” e “ativista”.

O indicador composto pelo número de horas dedicadas a atividades partidárias numa perspetiva semanal e mensal permite constatar o grau de afinidade do filiado com o seu partido, embora não permita aferir a qualidade da participação e o seu fiel compromisso com os valores e as ideologias do partido. Outro aspeto relevante prende-se com o *background* familiar e com o ambiente laboral em que os cidadãos estão inseridos. Kriegel (1986) refere precisamente que parte da atividade dos filiados do partido comunista francês passa pelo local de trabalho, numa aparente interligação com o movimento sindical. Lagroye, Lorde e Mounier-Chazel (1976) num inquérito realizado em 1975 desmistificam a ideia de que o militantismo era um fenómeno dos partidos de esquerda, embora confirmem que é no seio destes partidos que se verifica uma participação política mais ativa. Numa outra contribuição, em que se analisa o militantismo partidário belga, Emily van Haute (2011) constata a pouca apetência dos filiados para dispender tempo no exercício de tarefas para o partido, sendo que traça, de forma genérica, um quadro do militante partidário: homem, de meia-idade, com elevado nível de instrução e profissionalmente ativo.

Numa perspetiva longitudinal, Whiteley e Seyd (2002) e Witheley (2009) têm analisado o fenómeno do militantismo no Reino Unido, dando ênfase à questão da classe social e da educação como variáveis explicativas de uma maior participação política.

Recorrendo aos dados recolhidos da “ISSP Citizenship Survey” em 36 países, num total de 50 mil inquéritos recolhidos, constata-se a existência de dois modelos centrais de explicação da envolvimento dos cidadãos nos partidos políticos, a saber: o modelo cívico voluntário, que defende a ideia que a participação política resulta dos recursos de cada indivíduo (Verba & Nie, 1972; Whiteley, 2009) e os modelos de relação cognitiva, que justificam a participação com a “habilidade e vontade de processar e compreender informação sobre política e sociedade” (Whiteley, 2009, p. 11).

As constantes mudanças na estrutura e no funcionamento dos partidos têm reflexos na sua capacidade de angariação, sendo que de um modo arrojado podemos atestar que a equação de “partidos sem filiados” é atualmente viável (van Haute, 2011). Neste ponto pode ser defensável a inexistência de uma participação ativa e decisiva por parte dos filiados para a afirmação do partido. Para Portugal, não se trataria de advogar a possibilidade de um partido sem filiados em termos efetivos, uma vez que a legislação prevê a obrigatoriedade da sua existência. No entanto, a competição partidária nacional poderá não perder capacidade política e social efetiva pela diminuição do efetivo partidário, uma vez que a projeção pública dos partidos depende manifestamente mais da sua capacidade de mobilização política e eleitoral através dos média do que do número do efetivo no terreno. Constatam-se ainda capacidades de recrutamento bastante diferentes entre partidos, sendo que Delwitt (2000) refere que este fenómeno é, essencialmente, visível nos partidos de massas, onde o aumento de filiados é verificável em partidos que assumem temas fraturantes ou específicos no seio da sociedade. Como exemplo referimos os partidos de extrema-direita ou os partidos ecologistas. No contexto português não é perceptível o crescimento da extrema-direita. No entanto, próximo da extrema-esquerda salienta-se o posicionamento alcançado pelo Bloco de Esquerda, um partido baseado na adoção de temas fraturantes (como a interrupção voluntária da gravidez ou o casamento entre pessoas do mesmo sexo).

Encontramos nestes dados uma tendência que poderá ser explorada e desenvolvida pelas máquinas partidárias. Em geral, é elevado o número de filiados sem qualquer participação neste tipo de eventos, pelo que existe margem para compreender a falta de motivação para a presença e o contributo neste tipo de participação. Pontualmente diferenças entre partidos podem ser decorrentes da posição de “delegado” face a “membro partidário”, como será o caso desta questão (Tabela 6). O mesmo pode ser afirmado em relação à questão seguinte, sobre o grau de participação nas atividades do partido. A tendência é para uma auto-definição como “razoavelmente ativo”, ou seja, uma posição intermédia num plano de compromisso com a atividade partidária.

NOTA FINAL

Novos movimentos sociais afirmam-se como um desafio à democracia e ao quadro político instalado, criando alternativas à participação e ao envolvimento cívico dos cidadãos na sociedade. Não equacionamos a existência de partidos sem filiados, mas o atual cenário implica uma redefinição clara do seu papel e da sua importância na

concretização dos objetivos do partido. Este novo espectro político e social tem sido equacionado pelos partidos de massas, numa tentativa de alcançar uma maior franja do eleitorado.

O papel desempenhado pelos três partidos em estudo, PS, PSD e CDS/PP como partidos de governo, e o seu enquadramento político no panorama nacional conduziu-nos a um levantamento sobre a sua estrutura filiativa, as características sóciodemográficas dos seus membros e o respetivo processo de filiação partidária, tanto ao nível das motivações, bem como o grau e tipo de participação desenvolvido.

Os filiados partidários são maioritariamente homens, num universo, em termos etários, heterogéneo, qualificado, e maioritariamente empregado. Os filiados assumem-se em termos de estratificação social como pertencendo à classe média, pouco religiosos, resultado um processo de filiação diluído ao longo do tempo, o qual nos permite afirmar que, em grande medida, existe uma base de mobilização partidária, nos partidos em estudo, e com sentido de rejuvenescimento. A caminhada de um filiado até tornar-se militante pode não chegar a ser efetiva, sendo que este estudo demonstra a distância entre um nível e outro, como sendo de interesse aprofundar, particularmente, pela baixa proporção de militantes “ativos”, e com disponibilidade política para se entregarem à militância partidária.

Importa, igualmente, lançar um olhar sobre o fenómeno dos ex-filiados, ou seja, cidadãos que em determinado momento da sua vida decidiram abandonar a militância partidária, sendo naturalmente difícil equacionar as motivações na base destas decisões, nomeadamente devido às dificuldades de acesso a esses dados. A emergência de novas formas de participação política poderá constituir um novo atrativo para os filiados partidários, que encontram nas estruturas partidárias diversos entraves à sua ascensão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida Correia, S. (2017). A Evolução da Militância em Portugal: Enquadramento Legal e Tendências Longitudinais. In M. Lisi & P. Espírito Santo (Eds.), *Militantes e ativismo nos partidos políticos – Portugal em perspetiva comparada* (pp. 29-68). Lisboa: ICS.
- Almond, G.; Powell, B.; Strom, I. & Dalton, R. (2000). *Comparative Politics Today – A World View*. EUA: Longman.
- Berger, P. & Luckman, T. (1961). *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes.
- Berelson, B. & Gazia, S. (1947). Detecting Collaboration in Propaganda. *Public Opinion Quarterly*, 11, 244-253.
- Braga da Cruz, M. B. (1985). A participação política da juventude em Portugal. *Análise Social*, 21, 1067-1088.
- Cabral, M. V. (1995). Grupos de Simpatia Partidária em Portugal: perfil sócio gráfico e atitudes sociais. *Análise Social*, 30, 175-205.
- Delwit, P. (2000). Participation electorale et scrutin européen: une légitimité minimale. In G. Grunberg; P. Perrineau & C. Ysmal (Eds.), *Le Vote des Quinze: Les Élections Européennes du 13 Juin 1999*, (pp. 295-316). Paris: Press de Science Po.

- Dogan, M. (1995). Erosion of Class Voting and of the Religious Vote in Western Europe. *International Social Science Journal*, XLVII, 525-538.
- Duverger, M. (1951). *Les Partis Politiques*. Paris: Librairie Armand Colin.
- Espírito Santo, P. (2011). *Sociologia Política e Eleitoral. Modelos e explicações de voto*. Lisboa: ISCSP. Second edition.
- Espírito Santo, P. do & M. Lisi. (2014). *Filiados e Delegados dos Partidos: Portugal em Perspetiva Comparada. Base de dados*. Lisboa: ISCSP-UL e FCSH-UN. Projeto MAPP. Retirado de: <http://www.projectmapp.eu/>
- Fernandes, M. & Duarte, M.E. (1985). *A mulher e a política*. Lisboa: Comissão da Condição Feminina.
- Figueiras, R. & Fonseca, J. (2017). Padrões de comunicação interna nos partidos políticos portugueses: o caso do PSD, PS e CDS/PP. In M. Lisi & P. Espírito Santo (Eds.), *Militantes e ativismo nos partidos políticos – Portugal em perspetiva comparada* (pp. 213-246). Lisboa: ICS.
- Gray, M. & Caul, M. (2000). Declining voter turnout in advanced industrial democracies, 1950 to 1997: the effects of declining group mobilization. *Comparative Political Studies*, 33(9), 1091-1122.
- Harrop, M. & Miller, W. (1987). *Elections and Voters – A comparative introduction*. G.B.: Macmillan.
- Katz, R. S. & Mair, P. (1992). The Membership of Political Parties in European Democracies, 1960-1990. *European Journal of Political Research*, 22, 329-45.
- Katz, R. S., & P. Mair. (1995). Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. *Party Politics*, 1, 5-28.
- Katz, R.S. & Mair, P. (2009). The Cartel Party Thesis – A Restatement. *Perspectives on Politics*, 7(4), 753-766.
- Kirchheimer, O. (1966). The Transformation of Western European Party Systems. In J. LaPalombara & M. Weiner (eds.), *Political Parties and Political Development* (pp. 177-200). New Jersey: Princeton University Press.
- Kriegel, B. (1986). *Les Chemins de l'État*. Paris: Calmann-Lévy.
- Krouwel, A. (2012). *Party Transformations in European Democracies*. Nova Iorque: SUNY press.
- Lagroye, J.; Lord, G. & Mounier-Chazel, L. (1976). *Les militants politiques dans trois parties français*. Paris: Pedone.
- Lasswell, H. (1931). The measurement of public opinion. *The American Political Science Review*, 25, 311-326.
- Lisi, M. & Espírito Santo, P. (Eds.) (2017). *Militantes e ativismo nos partidos políticos – Portugal em perspetiva comparada*. Lisboa: ICS.
- Lisi, M.; Espírito Santo, P. & Costa, B. (2017). Filiados e ativismo partidário em Portugal: enquadramento teórico e características do inquérito. In M. Lisi & P. Espírito Santo (Eds.), *Militantes e ativismo nos partidos políticos – Portugal em perspetiva comparada* (pp. 99-123). Lisboa: ICS.
- Lisi, M. & Cancela, J. (2017). Ativismo e participação nos partidos Portugueses. In M. Lisi & P. Espírito Santo (eds.). *Militantes e ativismo nos partidos políticos – Portugal em perspetiva comparada* (pp.125-144). Lisboa: ICS.
- Mair, P. (2003). Os partidos políticos e a democracia. *Análise Social*, 38, 277-293.

- Mair, P. & Keman, H. (2002). *Comparative Democratic Politics: A guide to contemporary theory and research*. London: Sage Publications.
- Mair, P. & van Biezen, I. (2001). Party Membership in Twenty European Democracies, 1980-2000. *Party Politics*, 7, 5-21.
- Massari, O. (2004). *I Partiti Politici nelle Democrazie Contemporanee*. Roma-Bari: Laterza.
- Meirinho Martins, M. (2003). *Participação Política e Grupos de Cidadãos Eleitores*. Lisboa: ISCSP.
- Norris, P. (1997). *Electoral Change since 1945*. USA: Blackwell Publishers.
- Norris, P. (2002). *Digital Divide: Civic Engagement, Information Poverty and Internet Worldwide*. Cambridge: Cambridge
- Oppo, A. (1986). Socialização Política. In N. Bobbio; N. Matteucci & G. Pasquino (Eds.), *Dicionário de Política*. Brasília: UNB.
- Pennings, P. & Hazan, R.Y. (Eds.) (2001). Democratizing Candidate Selection: Causes and Consequences. *Party Politics*, 7(3), 267-380.
- Popper, K. & Condry, J. (1993). *La television: un danger pour la démocratie*. France. Paris: Anatolia Editions.
- Poguntke, T.; Scarrow, S. E. & Webb, P. (2016). Party Rules, Party Resources and the Politics of Parliamentary Democracies: How Parties Organize in the 21st Century. *Party Politics*, 22(6), 661-678.
- Scarrow, S. (2002). *Perspectives on Political Parties: Classic Readings*. USA: Palgrave Macmillan US.
- Scarrow, S., Webb, P. & Farrell, D. (2000). From Social Integration to Electoral Contestation: The Changing Distribution of Power Within Political Parties. In R. Dalton & M. Wattenberg (Eds.), *Parties Without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*. Oxford: Oxford University Press.
- Stock, M. J.; Silva, A.; Valente Rosa, L. F.; Martins d'Oliveira, C. A.; van Schuur, T. & Antunes, L. F. C. (1985). Os Partidos em Congresso 1981 - Quem São e o que Pensam os seus Delegados - uma Abordagem Sociológica. *Economia e Sociologia*, 38/39 (separata, pp. 1-208).
- Stock, M. J. & Valente Rosa, L. F. (1985). Perfil dos Delegados aos Congressos dos Partidos Políticos em 1981. *Economia e Sociologia*, 38/39, 59-94.
- van Haute, E. (2011). *Party Membership in Europe: Exploration into the anthills of party politics*. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles.
- Verba, S. & Nie, N.H. (1972). *Participation in America*. New York: Harper and Row.
- Wattenberg, M.P. & Dalton, J. (2000). *Parties without partisans*. Oxford: Oxford University Press.
- Witheley, P. (2009). *Is the Party Over? – The Decline of Party Activism and Membership across the Democratic World*. Essex: University of Essex.

OUTRAS REFERÊNCIAS

Comissão Nacional de Eleições: www.cne.pt

Members and Activists of Political Parties (MAPP): <http://www.projectmapp.eu/>

NOTAS BIOGRÁFICAS

Paula do Espírito Santo é investigadora do CAPP – Centro de Administração e Políticas Públicas e Professora do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

E-mail: gaborone2008@gmail.com

Endereço: Rua Francisco Roque Aguiar, nº 1, ed. 2, R/C Esq. 2780-056 Oeiras

Bruno Ferreira da Costa é professor auxiliar convidado na Universidade da Beira Interior, Departamento de Comunicação e Artes.

E-mail: bdfc@ubi.pt

Endereço: Departamento de Comunicação e Artes, Universidade da Beira Interior. Convento de Sto. António, 6201-001, Covilhã, Portugal

* **Submetido: 28/05/2017**

* **Aceite: 18/07/2017**

PARTY MEMBERS AND ACTIVISTS: PARTY MEMBERSHIP PROFILES IN A COMPARATIVE PERSPECTIVE

Paula Espírito Santo & Bruno Ferreira Costa

ABSTRACT

Our starting point is that the decline of party mobilisation and political socialisation is of great importance to better understand both how democracy works and how it may survive. At national level, party member activity has significant features that are deeply seated in the nation's political culture. At an individual level, party activism is a mission particular to each person. It is not only part of his or her unique life story but serves also as a link in the chain of party sustainability. Party mobilisation and political socialisation warrant further development in the Portuguese context, particularly the study of the choice of party members' activity upstream. The main objective of this article is to identify, in a comparative perspective, sociodemographic basic traits, and a set of essential political and ideological attitudes of party members of three main Portuguese parties with parliamentary representation (Socialist Party – PS, Social Democratic Party – PSD, and Centro Democrático Social / Partido Popular – CDS/PP). The methodology of this study is based on the survey technique validated in the MAPP project (Working group on Members and Activists of Political Parties). This is an object scarcely analyzed in Portugal (Stock et al., 1985; Lisi & Espírito Santo, 2017), and its expected results will be those of contributing to identify causalities regarding the decrease and lack of interest for parties' activities in politics in general, on the one hand. On the other hand, it is intended to contribute to getting to know better, in an inside party perspective, who are the party affiliates and how they can distinguish themselves from the activists.

KEYWORDS

Activists; parties; party members; democracy; socialization

RESUMO

O ponto de partida deste estudo reside na constatação de que o declínio da mobilização partidária e socialização política é de grande importância para entender melhor a democracia e como ela pode sobreviver. A nível nacional, a atividade dos membros dos partidos tem características significativas, que estão profundamente assentes na cultura política do país. A nível individual, o ativismo partidário é uma missão específica para cada pessoa. A filiação partidária não é apenas parte de sua história de vida única, mas também serve como um elo de ligação na cadeia de sustentabilidade do partido. O estudo da mobilização partidária e a socialização política carecem de maior desenvolvimento no contexto português, particularmente o estudo da escolha da atividade dos membros do partido. O principal objetivo deste artigo é o de identificar, numa perspetiva comparada, os traços sociodemográficos básicos assim como um conjunto de atitudes político-ideológicas essenciais distintivos de membros partidários de três partidos Portugueses principais com assento parlamentar (Partido Socialista – PS, Partido Social Democrata Militantes; partidos; filiados partidários; democracia; socialização PSD e Centro Democrático e Social/Partido Popular – CDS/PP). A metodologia deste estudo baseia-se na técnica da sondagem, validada na pesquisa do projeto MAPP (Working group on Members and Activists of Political Parties). Este é um objeto escassamente analisado em Portugal (Stock et al. 1985; Lisi & Espírito Santo, 2017), sendo que os resultados esperados serão os de contribuir para identificar causalidades no que se refere à diminuição e à falta de interesse pela participação partidária, mas também política em geral, por um lado. Por outro, pretende-se contribuir para conhecer

melhor, por dentro dos partidos, quem são os filiados partidários e como poderão distinguir-se dos militantes.

PALAVRAS-CHAVE

Militantes; partidos; filiados partidários; democracia; socialização

INTRODUCTION

Political parties and their members are two inseparable sides of political mobilisation and of democracy itself. In Portugal, democracy was an essential milestone in the rebirth of party activity. After the carnation revolution of 25 April 1974, the party scene was characterised not only by a proliferation of political parties¹, but also by the regimentation of major fringes of support in the electorate. Party membership was a direct form of political participation. After the revolution, the advent of democracy was accompanied by a strong will on the part of the public to play a part in the future of society and the parties. However, it gradually began to lose importance as people became disillusioned with the parties and their hopes for democracy were dashed. In other words, party membership is declining more and more steeply, accompanied by disinterest and disillusionment with politics and democracy and a lack of confidence in democratic institutions. An understanding of party members' motivations could be an important barometer for measuring a democracy's status, especially one as young as Portugal.

Upstream of party membership is the political socialisation process. Political socialisation is the way in which political values are formed and political culture is passed down from one generation to another (Almond, Powell, Strom & Dalton, 2000, p. 56). Political socialization refers to the set of experiences that contribute particularly to the formation of the self-image of the individual in relation to the political system itself and to the institutions of society (Oppo, 1986). The importance of the way in which children and adolescents assimilate their political attitudes is reinforced in the origins of political socialisation (Berger & Luckmann, 1961). The political socialisation process entails the natural involvement and participation of each citizen in the state from the cradle to the grave and springs from the role of the different political socialisation agents, such as family, school, peer and neighbourhood groups, the media, political elites, propaganda and online social networks. Political socialisation agents provide citizens with a path that "empowers them with instruments for involvement and socio-political action so that they can exercise their power of citizenship" (Espírito Santo, 2006, p. 122).

The positioning of the media as a source of information and formation of public opinion is one of the classic elements identified as a fundamental support for the construction and consolidation of social and political representations (Lasswell, 1931; Berelson & Grazia, 1947; Harrop & Miller, 1987; Popper & Condry, 1993, Norris, 2002).

¹ 14 parties ran for election to the Constituent Assembly in 1975. Retrieved from www.cne.pt.

The role of media in Western democracies was fundamental, especially since the second half of XX century, as a complement to the traditional role of primary agents of political socialization, such as family and school or groups of peers and neighborhood.

Starting from the 21st century, social networks would stand out as a powerful mechanism and agent of political socialization, acting as an inducer, catalyst or reinforcement of individual and collective sociopolitical positioning, considering the political-partisan realities. Social networks are, currently, a central element in the journey towards the construction of democratic public opinion and a vital and permanent agent of political socialization in democracy.

The way in which political socialisation agents in general and family in particular, foster party involvement is a classic question, and is essential to this study. We also endeavour to identify the relationship between party membership and people's educational and social careers. These are some of the issues at the heart of this study, which focuses on the importance of political socialisation mechanisms in the mobilisation of party members.

The central objective of this study is to identify a set of sociodemographic and attitudinal key aspects that define the activity of party affiliates and may explain their ability to party and politics mobilization. At the methodological level, this study, based on the application of a survey, seeks to deepen knowledge about the sociodemographic attitudinal traits that lead to an active political participation within the parties. The research question is: "how close are party members to the party?" and means to focus upon ideological positions and real participation in the activities of the party. The expected results seek further knowledge on the militant intra-party reality and uncover clues as to the mechanisms that parties use to reverse the downward trend in the number of members in Europe in recent decades.

Our analysis focused on the members of the PS, PSD and CDS/PP. These parties were chosen which for two main reasons: the party's: these are parties with a parliamentary representation and also because of their willingness to collaborate in the present investigation. An online survey was sent to the party members of PS, CDS/PP and party delegates of PSD, between late December 2012 and Late September 2014. The surveys main purpose was to analyse the party members' political motivations and vision of the party's ideology.

A party's ability to recruit and mobilise is directly related to its structure and vocation. From a historical point of view, the large mass parties based their action on an eminently societal perspective. Peter Mair (2003, p. 16) upheld that "parties have not in fact declined as such, but they have changed, and they find themselves more and more embedded within institutions". There is a less visible effort by parties towards propaganda or mobilisation of party members and supporters, with more focus on the media, political marketing specialists and new online platforms to attract new party members.

In his classic distinction between mass and cadre parties, Duverger (1951) set the central differentiating features as forms of party membership and the nature and degrees of party participation. Otto Kirchheimer (1966) coined the expression "catch all parties"

and upheld that they were the result of a systematic depoliticisation and de-ideologisation of their programmes designed to comply with more consensual issues in politics and society (in the first half of the 20th century they reflected the economic wellbeing experienced after the Second World War) with the immediate goal of achieving political power by winning elections. Jean Charlot (1970, p. 63) felt that the so-called “parties of the electorate” expressed “a common value base that is broad enough to gather the maximum number of supporters around it”. The studies on who and the profiles of the affiliates tend to converge on the divisions between large typologies of parties (van Haute, 2011; van Haute & Gauja, 2015). Though the general tendency for the decline of party members and of the consolidation of the self-referential politics, linked to the cartel parties (Katz & Mair, 2009; Poguntke, Scarrow & Webb, 2016), we uphold that these traditional catch-all party characteristics are behind the growth and political ambition of PS, PSD and CDS/PP and have enabled it to achieve its political and ideological configuration.

PS and PSD are two mass parties that have been having leading the Parliament, and Government, since 1975 (PS) and 1976 (PS) and 1980 (AD – “Aliança Democrática”, between, PSD, CDS and PPM – Popular Democratic Party). CDS/PP is a party based on its adherence to the Christian democratic ideology on which it was founded. Nonetheless, CDS/PP has gradually begun to use specific issues and areas (e.g. security and agriculture) as the central theme of its political message and strategy. It has also opened a centre-right political and ideological spectrum in order to attract not only some fringes of a more orthodox right-wing electorate but also the moderate right. It has repeatedly widened its base of key values, as shown by its concrete political action in parliament and in government, as a member of the PSD² – CDS/PP coalition in 2011 and 2015 parliamentary elections³.

PARTY MEMBERSHIP: GENERAL TENDENCIES

The capacity for party recruitment and mobilization is directly related to the party's own structure and vocation. From a historical perspective, it is clear that mass parties based their action on an imminently societal perspective. Peter Mair (2003, p. 285) argued that parties as such have not declined, but have changed and are now increasingly implanted in institutions. We observe a less visible effort of the parties in the propagandistic and mobilizing tasks of the militants/sympathizers, in detriment of a greater emphasis on the media, the political marketing professionals and the new electronic platforms as agents for new party affiliates.

The importance of political parties is undeniable, since, according to Duverger, the development of parties appears linked to that of democracy, that is, the extension of popular suffrage and parliamentary prerogatives (Duverger, 1951, p. 24). However, spite

² In Portuguese, PSD: Partido Social Democrata.

³ In the 2015 elections, the coalition lasted for only 2 weeks, due to the non-approval of the government project, by the Left majority in Parliament. In 2015 the coalition called PàF (“Portugal à Frente”) had a minority in Parliament. As a consequence Socialists made a coalition with the communists together with Left Bloc party, and got a majority in Parliament. This agreement allowed António Costa to be Prime-Minister and organize a left supported government.

the democratic importance of the parties, a sociological decline in the capacity of parties as member organizations and as vehicles for political participation is identified, which can be explained by several processes of updating the databases political parties members (Katz & Mair, 1992), but also by the decrease in the importance of political parties in the area of political mobilization (Dogan, 1995; Gray & Caul, 2000), linked to a decline in confidence in government and democratic institutions and to party depolarization and electoral volatility (Norris, 1997; Mair & Keman, 2002; Espírito Santo, 2011).

Other contributions allow us to verify that party organizations have undergone profound transformations in the last decades, whose impact on increasing abstentionist tendency is considerable, while there is a decrease in party identification (Wattenberg & Dalton, 2000). This identification process is vital to understanding the phenomenon of electoral participation, which we regard as one of the forms of political participation, considering that it is not possible to have elections without participation. Therefore, there is a real “political participation when citizens decisively influence the political decision-making process” (Meirinho Martins, 2003, p. 23).

Party identification can also make increase the competitive dimension of parties. The identification and mobilization of parties is “a link between many in the chain of human sustainability of the political party, with multiple aspects of common his fellow party struggle” (Espírito Santo, 2011, p. 145). According to this “party members constitute the central element of political party dynamization considering the vital role they play as mobilizers of political action (Espírito Santo, 2011, p. 146). The study of the party communication patterns (comparison between PSD, PS and CDS / PP), developed by Figueiras and Fonseca (2017), identified a relationship between inside levels of party institutionalization and levels of organizational integration and centralization, which can directly influence the party members patterns of activity. In this plan, the levels of inclusiveness can be directly related to the type of communication strategy defined by the party, in terms of its internal publics and its party members, in particular.

PARTY MEMBERSHIP IN PORTUGAL

The instatement of the political parties after 25 April 1974 was accompanied by real growth in the number of members, in Portugal. There are, however, very few studies on the action and political socialisation of members in their parties, in Portugal. This is a direct result, on the one hand, of difficulty in accessing the parties’ databases, which are inaccessible to protect their internal operations from the media. Interest in party activism has perhaps been shelved in sociological and political research due to this difficulty.

The contribution by Stock and colleagues (1985) entitled *Os Partidos em Congresso 1981*, focussed on the congress attendees of the main Portuguese political parties in 1981. It took the form of a sociological survey of the profiles and motivations of the party congress delegates of the PS (Socialist Party), PSD (Social Democrat Party), CDS (Social Democrat Centre), MDP (People’s Democratic Movement – now extinct) and PPM (people’s monarchist party). The following results arose from the spectrum of these parties’ congress delegates.

In each of the four parties studied, around one third of the delegates had occupations in what we have classified as middle class. Nonetheless, while the delegates with upper-middle-class occupations accounted for 40% of the sample in the CDS and PSD, they accounted for around 20% in the PS and MDP". (Stock et al., 1985, p. 134)

Based on a 10-position ideological scale from left to right, the congress delegates of the MDP placed it "considerably to the left", the PS centre left, the PSD centre right and CDS "considerably to the right" (Stock et al., 1985, p. 139), very similar to the current parties. In other words, "the results (...) confirmed the polarisation of the new Portuguese party system in traditional left/right terms, as the party delegates adopted attitudes that were clearly identifiable in the political and ideological spectrum, which in a transnational comparison is particularly broad". Furthermore, "the delegates of the parties studied seemed (...) to be more motivated by political and ideological than by objective and materialistic concerns, especially in the left-wing parties" (Stock et al., 1985, p. 147). This contribution pinpointed not only the nature and profiles of the party elites but also, and especially, their strategic importance in laying the foundations for new future orientations (Stock et al., 1985, p. 28). These party elites were the seeds of Portuguese party culture, in the post-revolutionary period, in which the political scenario required stability and political, social and economic consolidation, and Portugal aspired to be a new, sustainable democracy.

Although it is indirectly linked to party activism, it is worth mentioning Braga da Cruz's (1985) contribution, which analysed young people's political participation based on a survey of members of political youth organisations. These organisations were founded by their parties or in their shadow, as a way of guaranteeing a bridge between parties and young people. One of the elements of the analysis was the fact that some parties had more young members than their actual youth organisations. In other words, the role of party youth was subsidiary to the party and it had no mobilisation capacity. Braga da Cruz (1985) described the political youth elites very clearly and identified a trend towards single male students living with their parents. His study also confirmed the importance of socialisation, such as the contribution from family, friends and the media (access to information) as decisive factors in political involvement. Villaverde Cabral (1995) also analysed groups of party members in Portugal, using a poll to project the percentage of members in Portugal. The figure in 1991 was 415,000 people, according to this study. The author highlighted the fact that the majority the members belong to strata with higher educational attainment. "The more favourable their assessment of the equity of the system of socio-economic opportunities and rewards is, the greater their tendency to participate in civic life and exercise political citizenship (Cabral, 1995, p. 200).

Considering the current scenario, the formal definition of party member, within the criteria and conditions for party membership, is expressed in the statutes of each party, and are quite similar and sufficiently extensive, among all parties, as can be seen in the table below.

PARTY	CRITERIA AND CONDITIONS
PSD (Social Democratic Party):	Portuguese citizens may become party members enjoying their full political rights adhering to the programme and the Constitution of the party. Foreign citizens are equally entitled to become members of the party.
PS (Socialist Party)	A member of the Socialist Party is someone who, after agreeing to the declaration of principles, the programme statutes and rules of the party, signs up as an active member and is accepted by the competent bodies.
CDS/PP (social Democratic Centre/Popular Party)	Portuguese citizens over the age of 18 can be affiliated to the CDS Party, and enjoy full civil and political rights, in accordance with the admission regulations approved by the National Council. Foreign citizens who are legally resident in Portugal and have political rights may also be affiliated to the CDS - Popular Party.
PCP (Communist Party)	Any person whatsoever can become a member of the communist party as long as they abide by the programme and statutes of the Party, carry out the fundamental active duties in the party's organisations and pay the necessary contributions.
BE (Left Bloc)	Adherents of the "left bloc" are those considered to manifest the desire to join the movement and be in full enjoyment of their political rights.

Table 1: Criteria and conditions for party membership

After formal affiliation to the party each member is then committed to paying a monthly fee, usually of a symbolic nature, being a minimum of one euro per month, 12 euros per year. This in relation to those parties represented in Parliament, which benefit from a more significant membership. However, this fee is not mandatory and may be adjusted depending upon the ability of the member to pay it, as is the case with the members of the Portuguese Communist Party.

The statutes of each party include detailed rights and obligations for party members. All of the parties have some principles in common. Usually, the first principles of the "rights of the party members" underline the obligation to participate in the parties' activities and the right to elect and to be elected. These two rights and principles are expressed in the statutes of the PSD, PS, CDS and BE, for instance. With regard to the Communist Party there is a focus on the "defense of unity and of party cohesion" as well as on the "collective opinions and decisions" and on "collective responsibility".

Considering the obligations of the party members, the most common principles are to take an active part in the party's activities and to maintain confidentially about the internal issues of the party. In relation to the Communist Party, the obligations of party members are quite detailed (13 principles) and include a strong awareness of a strong commitment to, and participation in, all party activities, as well as contributing to the development of the party, in order to uphold a basis of "internal democracy".

PARTY MEMBERSHIP FIGURES IN PORTUGAL, IN A COMPARATIVE PERSPECTIVE

Before 1974, Portugal had lived through what is referred to as the "Estado Novo" "New State" period, from 1933, where the only party formally accepted by the State was the National Union ("União Nacional – UN"). The statutes of this party were inspired by Oliveira Salazar, who was at that time Finance Minister and between 1933 and 1968 was President of the council of Ministers. The name of this single party during the New

State period suggested a desire for uniting the entire Portuguese population around itself. Marcelo Caetano would later succeed Salazar, until the 1974 revolution. The name of the party would change, in 1970, to Popular National Action ('Acção Nacional Popular - ANP'), after a reorganization process. Its statutes would define this party as a "civic association to promote citizen participation in the study of the problems of the Portuguese nation and practical solutions for being more consistent with the fundamental principles which it professes. During the Estado Novo period, the Portuguese Communist party, founded in 1921, suffered a clandestine and difficult period of existence. Its members were closely monitored and experienced the use of repression and strong enforced action at the hands of the political police (called PIDE) on its members.

Table 2, below, shows that there were a total of around 337,000 members in Portugal, about 3.2% of the resident population in 2010, representing about 3,4% of the electorate. This proportion decreased in 2012 to about 2,7% of the resident population and 3% of the voting population. However, according to the parties, there are a considerable number of party members who have not paid their fees. For instance, considering the data given by the PS, from approximately 83.000 members only 49.000 paid their subscription fees. The social democrats considered 112.000 as paid up members as well as the CDS/PP considered almost 30.000 members. The BE considered that only about half were paid up members and the Communist Party indicated that about 43% were "active members" with dues paid. This data reduces, significantly, the real proportion of party members who can be considered as active members and who participate and are involved in the parties' activities. Parties seem condemned to deal, permanently, with a progressive disinterest in party affairs.

As for the evolution of the number of affiliates (Espírito Santo, 2011), there have been considerable fluctuations since the foundation date, as a result of processes of refiliation and "cleaning" of the party members' books. The sudden increases in the number of affiliates are, normally, the result of times of collective enthusiasm, shortly after the victory in elections.

PARTY	FOUNDED IN	1976	1983	1990	2001	2003	2010	2012
PSD	1974	7.943	-	29.005	86.674	120.720	131.488	112.009
PS	1973	-	-	55.358	125.313	72.710	116.000	83.500
CDS-PP	1974	-	-	-	32.571	35.972	22.435	29.655
PCP	1921	115.000	200.753	-	131.000 a)	131.000 a)	58.928	60.484
BE	1999	-	-	-	-	5.035	8.000	9.600
Total of party members		-	-	-	375.558	365.437	336.857	295.248
Voters		6.457.440	7.450.108	9.970.441	8.695.958	8.687.945	9.740.366	9.721.406
Resident population		9.403.810	9.969.940	9.970.441	10.394.669	10.473.050	10.572.157	10.562.178

Table 2: Number of party members in Portugal

Source: Adapted and updated from Espírito Santo (2011)

a) data available only at the party congress year, occurring each four years

Although there has been a reduction in the numbers of members in Europe's established democracies (Wattenberg & Dalton, 2000; Whiteley, 2009, van Haute & Gauja, 2015), party leaders have sought to come closer to their members, by encouraging them to participate in the choice of their representatives. In Portugal, the PS, PSD and CDS-PP guarantee the election of the leader to their members in general elections. This is the case in a number of countries, where members also participate more in defining the party's policies (Scarrow, Webb & Farrel, 2000; Pennings & Hazan, 2001; Seyd & Whiteley, 2002). Direct election of the leader is not, however, plain sailing, as greater participation by members in party life may mean a loss of influence for the elites that have been running the party. In terms of the impact of this process in attracting members and effective participation in the party's future, its efficacy is questionable.

Where the quantification of political party members is concerned, in Europe there are considerable differences in parties' ability to attract new members. In recent decades, the number of members in the most recent democracies (Portugal, Spain and Greece) has been growing, unlike in the established western democracies, where the numbers have been falling. When Peter Mair and Van Biezen (2001) analysed party membership in Europe from 1980 to 2001 (15 countries), they found a reduction in the number of members, with the exception of Spain and Greece, where it had grown 2% and 3.5% respectively. Portugal showed a slight 0.24% fall, while the largest decreases were in Austria and the Scandinavian countries. This process was accompanied by greater electoral volatility. In other words, lower party identification meant that voters were influenced by short-term political events and leaders' characteristics, rather than ideological issues.

The reduction in numbers of party members is more clearly visible in the established democracies in the north and centre of Europe, while they are still growing, albeit slightly, in the southern European countries. It is important to note that this trend is not general and does not apply to the whole party political spectrum, as there has been an increase in the parties that Oreste Massari (2004) calls "the libertarian left" and "post-industrial far right". This is because they focus their action on specific issues that do not meet the needs or expectations of a considerable part of the electorate.

Paul Whiteley (2009, pp. 2-4) mentions the difficulty in understanding the decline in party members in part of Europe, and puts forward two hypotheses for explaining the phenomenon. The first is that the relationship between parties and state undermines party volunteering, so that members progressively become "unpaid civil servants" and their financial contributions (dues and donations) are replaced by state subsidies. The second is the growth in new forms of participation, such as citizens' movements and the potential of new technology, at a time when the "old cleavages" are giving way to post-materialist values. On the subject, Massari (2004) highlights the growth of green parties and far-right parties and their substantial rise in election results. This phenomenon is not found in Portugal, in the former case because the ecologist party joins forces with the Portuguese communist part in elections to form the united democratic coalition and in the latter case because of the low electoral success of the Partido Nacional Renovador (PNR – National Renewal Party) (it got 0,5% of the recorded votes in the last

parliamentary elections). In Portugal, citizens' and independent movements can run in local elections (parish assembly, municipal assembly and municipal council). There is considered to be compatibility between the parties and voter groups, as "these groups are not organised and do not assert themselves against the parties but rather complement them, thereby helping to reinforce representative and participative democracy" (Meirinho Martins, 2003, p. 37).

The results of the MAPP (Members and Activists of Political Parties) project have showed, in the majority of Portuguese parties, with parliamentary seats, there is a general trend towards a decline in parties' activity (Lisi & Espírito Santo, 2017, p. 271). In longitudinal terms, the decline between 1974 and 2014 was about 30%, considering about 2% per year (Almeida Correia, 2017). This decline may be seen as an important sign about the loss of importance of parties as traditional and fundamental vectors to the democracy development and trust

PARTY MEMBERSHIP SURVEY: KEY EMPIRICAL FINDINGS

METHODOLOGICAL NOTE

In methodological terms, the survey was applied via an online platform from 27, sent to all the party members of this survey. The following guidelines were used in drafting the survey in order to achieve the goals set out at the start of the research. The survey was divided into three parts (sociodemographic characteristics, ideology and political or party activism and political opinion) so that we could draw a picture of the members' position on Portugal's social structure and the party's ideological framework.

Our analysis of the results therefore always takes account of the total number of answers obtained and validated. Table 3 indicates the sampling size for each party, as well as other data that may be of interest in sampling terms, such as the data collection date and the proportion between the universe and the sampling obtained. Given the difficulties of this type of survey, we may consider that the overall response rate was quite positive and relevant, even in statistic terms.

PARTY	% VOTING (2011 ELECTIONS)	% VOTING (2015 ELECTIONS)	TYPE OF PARTY MEMBERS	(N VALID ANSWERS)	(N UNIVERSE)	DATA COLLECTION DATE
PS	28,1	32,1	Party members	1.347	83.524	2014*
PSD	38,5	36,6****	Delegates	313	1.000	2014**
CDS-PP	11,7		Party members	1.444	29.655	2013 ***

Table 3: Electoral context data and sampling of party members in the Portuguese party surveys applied

Notes:

* 01/2014 to 02/2014

** 01/2014 to 02/2014

XXV PSD Congress, Lisbon, 21-23 February 2014.

*** 27/12/2012 to 15/02/2013

**** PSD and CDS/PP were in together in a coalition (PàF, "Portugal à frente")

In terms of limitations on our research, although almost all party members provided the party with an email address and the newsletter was the current form of contact with the party members, motivation to answer may have been influenced by aspects such as how often they checked their emails and their motivation and involvement in the party structure. Another limitation is the comparison between party affiliated data (PS case and CDS / PP) and party delegates (PSD). From our perspective, we take the sample of PSD delegates as having the same characteristics as the other members, since the selection process is based on some diversity in terms of various aspects such as geographical representativeness, demographic and involvement in party activities. Notwithstanding these aspects, some reserve in terms of analysis and extrapolation of the results obtained must be taken into account. Our efforts to mobilize the parties for this type of investigation have been numerous and not always easy. Note the wide availability and openness of the CDS/PP for this type of academic research.

SOCIODEMOGRAPHIC PROFILE OF PARTY MEMBERS

One of the central aspects of political activity is gender equality, though as yet not at a formal level. We do not intend to expound on the causes of or reasons for greater participation by males in parties and politics or on the ways of narrowing this gap, such as the Parity Law⁴, but we will indicate the differences between the sexes in terms of party membership. In the study carried out, Table 4 shows a very evident dominance of men at the level of party affiliation. We therefore agree with Margarida Fernandes and Maria Estrela Duarte (1985, p. 7) when they say, “the gap between women’s legal status and their absence from decision-making bodies shows discrimination. By discrimination we mean the exclusion of a social group, women in this case, from bodies and institutions, i.e. gender-based selection in access to decision-making offices”.

Portugal was the last European Union country to recognise unrestricted votes for women (after the 25 April 1974 revolution). The time lapse between the grant of this right in EU countries is significant as some of them recognised equal voting rights in the early 20th century, some 60 before Portugal. This factor may help explain low participation by women in political activity, such as in government positions and as MP’s.

	PARTY	PS	PSD	CDS
Gender	Male	75,4	82,7	74,0
	Female	24,6	17,3	26,0
	Total (N)	(1.347)	(313)	(1.449)
Age	<35	16,9	25,6	26,1
	36-64	66,2	67,0	68,3
	65>	16,9	7,4	5,6
	Mean	49,7	44,5	43
	Total (N)	(1.346)	(312)	(1.735)

⁴ We are referring to Organic Law 3/2006 of 21 August, which sets out that both men and women must represent at least 33% of the list for parliamentary elections, local elections and European Parliament elections.

Education	None/Elementary	9,4	0,3	6,5
	High school	26,0	19,6	25,0
	Higher education	64,6	80,1	69,5
	Total (N)	(1.347)	(312)	(1.735)
Professional Status	Active	64,3	81,2	76,1
	(Early) retired	21,3	8,0	7,3
	Student	3,2	2,9	6,5
	Unemployed	7,4	3,2	9,3
	Other	3,8	5,7	0,8
	Total (N)	(1.243)	(313)	(1.421)
Professional sector	Public sector	41,9	43,3	31,7
	Private sector	30,7	33,4	64,9
	Voluntary sector	27,4	23,3	3,3
	Total (N)	(1.243)	(305)	(1.246)
Religious practice	Every week, or more	8,1	17,6	23,7
	A few times per month	8,2	27,3	14,8
	A few times per year	35,0	46,0	36,8
	Hardly ever, or ever	48,8	19,2	24,6
	Total (N)	(1.347)	(313)	(1.396)
Religiosity	Not at all religious	24,4	7,3	n.a.
	Not religious	30,7	17,9	n.a.
	Fairly religious	40,9	65,8	n.a.
	Very religious	4,0	8,3	n.a.
	Total (N)	(1.347)	(311)	
Trade Union Member	Member	25,6	22,0	13,0
	Total (N)	(1.337)	(313)	(1.735)

Table 4: Social profile of party members (%) – Portugal

Source: Espírito Santo and Lisi (2014); Lisi and Espírito Santo (2017)

In terms of the party members' age, the three parties had quite proportional representation in the different age groups⁵, which shows some revitalisation capacity but also an inter-generational groups of members. In internet answers, the over-65 age groups were less represented in the sample, which was natural, as they make less use of the internet.

One intriguing aspect of the analysis was the question of religion and assertion of religious beliefs among the party members. Spite the low identification with the Catholic faith, in general, on behalf of all the affiliates in study, the degree of participation in religious activities assumes some differentiation among the members of the CDS/PP. In this case, the party's ideology had Christian roots, as shown by its foundation on the principles of Christian democracy.

Table 4 shows that the majority of the party members have university qualifications, this is a degree, masters or PhD. There are not noticeable differences between the three parties, despite a slight accentuation of values in the case of PSD members, concerning

⁵ The age groups used in the sample are those used in the MAPP questionnaire.

a higher degree of education. This trend can be explained by the profound changes in education in Portuguese society and the proliferation of degree courses, specially, after the establishment of democracy in Portugal. However, when compared with the data gathered for this universe of party affiliates in the 1980s (Stock & Rosa, 1985, pp. 70-72) there is a more positive and divergent evolution.

An analysis of the respondents' work situation showed that the party with a higher number of members working for the private sector is CDS/PP, with around 65% in this situation, and 32% party members working for the public sector. In PS and PSD the proportion of affiliates who are civil servants is above 40%⁶. That perspective is countered by the trade union membership proportion of affiliates. A minority of the respondents said that they did belong to a trade union. As evidenced in a previous study (Lisi, Espírito Santo & Costa, 2017, p. 117), in the affirmative answers, many belonged to teachers' and bank employees' trade unions. In the Portuguese business world, the two main trade union congresses, CGTP – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses [General Confederation of Portuguese Workers] and UGT – União Geral de Trabalhadores [General Union of Workers] are often associated with the politics of the communist party and socialist party respectively, although there is no formal connection between them.

REASONS FOR JOINING AND PARTY ACTIVISM

When analysing reasons for joining the party, it is important to examine a number of variables that can influence the process. In this question the focus is given to individual motivations for membership. A brief analysis shows that the respondents highlighted the importance of providing an own political contribution, by defending the party ideals and the wish to be politically active, followed by the wish to play an active political role. Few focused on the hypothetical benefits of membership, the family context or financial contributions to the party⁷. There are no significant differences between members of different parties on this issue, which shows that the will of party membership tends to contain a basic set of common motivations regardless of party.

Different levels of party activism were considered since the seminal study of Duverger (1951) that identified different degrees of participation in membership activity: supporters, adherents, militants and propagandists. The levels of proximity to the party have been discussed by several other contributions (Katz & Mair, 1995; Krouwel, 2012; van Haute & Gauja, 2015), aiming to define how close are party members to the parties organization, across several democracies. Party activism refers to the degree of commitment, the rights that are acquired in the party structure and the party members' intervention in it.

⁶ This was the question with the smallest percentage of answers. A smaller amount of answers from total were validated, which could mean some reluctance by respondents in indicating their work area.

⁷ This result is based on the respondents' assessment of these factors. They may not be fully confirmed by *social praxis*, this is the unimportance of the family context is belied by the relationship between parents' membership and that of the respondents.

I BECAME A MEMBER ...	PS	PSD	CDS
I wanted to meet politically like-minded people	3.1 (1.2)	3.0 (1.2)	3.4 (1.2)
I wanted to become politically active	3.9 (1.1)	3.9 (1.1)	3.7 (1.2)
I wanted to help in the realization of the political aims that I supported	4.4 (0.8)	4.4 (0.8)	4.5 (0.8)
I wanted to influence the selection of candidates for political office	3.2 (1.2)	2.9 (1.2)	3.5 (1.2)
I wanted to pursue a career in politics	2.1 (1.1)	2.2 (1.1)	2.3 (1.2)
I wanted to support the party financially	2.0 (1.0)	1.7 (0.9)	2.1 (1.0)
I expected that party membership would be advantageous for my career	1.5 (0.8)	1.4 (0.7)	1.7 (1.0)
I had relatives or friends influence	2.0 (1.2)	2.1 (1.2)	2.2 (1.2)

Table 5: Reasons for being a party member (mean) – Portugal

Source: Espírito Santo and Lisi (2014); Lisi and Cancela (2017)

Note: Figures are mean and in parentheses standard deviation. Each issue is based on one item or proposition (multiple answer). For each item, the respondents had the opportunity to say whether the reason was completely irrelevant (1), not very relevant (2), relevant (3), rather relevant (4) or very relevant (5). Don't know and no answers were excluded from the analysis

This indicator enabled us to measure the respondents' involvement with the party and the society around it. Each member has the potential to attract new members. This depends on their degree of integration and their own goals within the organisation. With regard to the degree of participation of members in party life, a series of questions were developed in order to assess whether militants have an active participation, following the conceptual separation between the “party member” and the “militant” perspective.

PARTY	PS	PSD	CDS	
Time devoted to party activities per month	0-5 hours	79,4	62,2	69,0
	6-10 hours	13,3	23,1	11,9
	More than 10	7,3	14,7	19,1
	Total (N)	(1.220)	422	(1.069)
Participation in party events in the last 12 months	Once a week or more	16,8	35,5	n.a.
	Twice a week	19,2	33,3	n.a.
	Once a month	17,0	12,1	n.a.
	More than six times a year	17,2	9,9	n.a.
	0-6 times per year	24,1	9,2	n.a.
Total (N)	(1.092)	452		
Perception of party involvement	Very active	19,4	41,2	11,8
	Fairly active	50,4	56,9	38,1
	Not very active	24,0	1,6	32,9
	Not at all active	6,2	0,3	17,2
	Total (N)	(1.346)	(313)	(1.189)

Table 6: Level and type of activism (%) – Portugal

Source: Espírito Santo and Lisi (2014); Lisi and Cancela (2017)

From the analysis of Table 6, above, it is clear that a portion of the affiliates does not develop any work for the party on a monthly basis. This indicator allows to verify the involvement of the party members within the activity of the party. The lower degree of participation can result from a large part of the daily activities being carried out by a set of professionals of the politics, employees of the own party.

A number of questions were asked about the respondents' participation in party life in order to assess whether play an active part, in accordance with the conceptual difference between "member" and "activist".

This indicator – the number of hours devoted to party activities per week and per month – shows members' affinity with their party, although it does not measure quality of participation or their loyal commitment to the party's values and ideologies. Another relevant aspect is their family background and workplace. Kriegel (1986) states that part of the activity of French communist party activists occurs at the workplace, in an apparent interconnection with the trade union movement. In a survey conducted in 1975 Lagroye, Lord and Mounier-Chazel (1976) demystified the idea that activism was a left-wing party phenomenon, although they confirmed that it was in these parties that political participation was most active. In another contribution, which analysed party activism in Belgium, Emily van Haute (2011) found that members were unwilling to spend time on work for the party. Her generic profile of a party activist was a middle-aged, well-educated, professionally active male.

From a longitudinal perspective, Whiteley and Seyd (2002) and Whiteley (2009) have analysed activism in the United Kingdom, focusing on social class and education as variables explaining greater political participation. Using data from the ISSP Citizenship Survey in 36 countries, in a total of 50,000 surveys collected, they found that there were two central models for explaining people's involvement in political parties: the civic volunteer model, which defends the idea that political participation comes from each individual's resources (Verba & Nie, 1972; Whiteley, 2009) and cognitive relationship models, which explain participation with the "ability and will to process and understand information on politics and society" (Whiteley, 2009, p. 11).

The constant changes in parties' structure and operation are reflected in their ability to attract members and we dare say that the idea of "memberless parties" is currently viable (van Haute, 2011). In this case, there might be no active, decisive participation by members to support the party. Nonetheless, party competition may not lose its effective political and social capacity because of a reduction in the number of members, as parties' public projection clearly depends more on their capacity for political and electoral mobilisation in the media than the number of members in the field. There are also different recruitment capacities in different parties. Delwit (2000) states that this phenomenon is essentially found in the mass parties, where the number of members increases in those that address specific or controversial society issues. Examples are the far-right parties or ecological parties. There is no sign of growth in the far right in Portugal. What stands out in the far left, however, is the left-wing bloc (BE), a party that focuses on controversial issues (e.g. voluntary termination of pregnancy and same-sex marriages).

These data provide us with a tendency to be used and developed by the party machine. In general, there were many members who did not take part in any events and so there is room for seeking to understand why they are not motivated to attend or contribute to party activities. Some differences between parties can be derived from the position of “delegate” vis-à-vis “party member”, as it is the case of this issue (“time devoted to party activities per month”, Table 6). The same can be said about the following question about “Perception of party involvement”. The tendency is for a self-definition to be “reasonably active”, that is, an intermediate position in a commitment plan with party activity. A possible link between this set of questions and the party’s political functions may be explored in further analysis, considering local, municipal or national level’ party structures functions. Having a formal link to the party a part from being party member may influence the perception and expectations developed towards the party organization and activities. It would be interesting to explore if there is a relation between the small number of municipal employees and parliamentary deputies in the CDS/PP’s case, may be linked to a lower degree of self-involvement into the parties’ activities.

FINAL REMARK

New social movements are posing a challenge to democracy and to the existing political framework, by creating alternatives to people’s participation and civic involvement in society. We cannot imagine the existence of parties without members, in Portugal, but the present scenario requires clear redefinition of their role and importance in achieving the party’s goals. This new political and social spectrum has been considered by the mass parties in an attempt to reach a larger fringe of the electorate.

The role played by the three parties under study, PS, PSD and CDS/PP, as government parties, and their political framework in the national panorama led us to a survey about their membership structure, the socio-demographic characteristics of their members and the respective process of party affiliation, both at the level of the motivations, as well as the degree and type of participation developed.

Party affiliates are mostly men, in a universe, in terms of age, heterogeneous, qualified, and mostly employed. Affiliates assume themselves in terms of social stratification as belonging to the middle class, not religious, resulting in a process of membership diluted over time, which allows us to affirm that, to a large extent, there is a basis of party mobilization in the parties under study, and with a sense of renewal. The way from being party member to become an activist may not be effective, and this study demonstrates the distance between one level and another as being of interest to be deepened, particularly by the low proportion of active members, with political availability to party activists.

It is also necessary to look at the phenomenon of former members, i.e. people who at some point in their lives decided to leave the party. It is naturally not easy to fathom the reasons for these decisions due, for one thing, difficulty in accessing these data. The emergence of new forms of political participation may be a new attraction for party members who find that the party structures are impeding their ascension.

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

- Almeida Correia, S. (2017). A Evolução da Militância em Portugal: Enquadramento Legal e Tendências Longitudinais. In M. Lisi & P. Espírito Santo (Eds.), *Militantes e ativismo nos partidos políticos – Portugal em perspetiva comparada*, (pp. 29-68). Lisbon: ICS.
- Almond, G.; Powell, B.; Strom, I. & Dalton, R. (2000). *Comparative Politics Today – A World View*. USA: Longman.
- Berger, P. & Luckman, T. (1961). *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes.
- Berelson, B. & Grazier, S. (1947). Detecting Collaboration in Propaganda. *Public Opinion Quarterly*, 11, 244-253.
- Braga da Cruz, M. B. (1985). A participação política da juventude em Portugal. *Análise Social*, 21, 1067-1088.
- Cabral, M. V. (1995). Grupos de Simpatia Partidária em Portugal: perfil sócio gráfico e atitudes sociais. *Análise Social*, 30, 175-205.
- Delwit, P. (2000). Participation electorale et scrutin européen: une légitimité minimale. In G. Grunberg, P. Perrineau & C. Ysmal (Eds.), *Le Vote des Quinze: Les Élections Européennes du 13 Juin 1999*, (pp. 295-316). Paris: Press de Science Po.
- Dogan, M. (1995). Erosion of Class Voting and of the Religious Vote in Western Europe. *International Social Science Journal*, XLVII, 525-538.
- Duverger, M. (1951). *Les Partis Politiques*. Paris: Librairie Armand Colin.
- Espírito Santo, P. (2011). *Sociologia Política e Eleitoral. Modelos e explicações de voto*. Lisbon: ISCSP. Second edition.
- Espírito Santo, P. do & M. Lisi. (2014). *Filiados e Delegados dos Partidos: Portugal em Perspetiva Comparada. Base de dados*. Lisboa: ISCSP-UL e FCSH-UN. Projeto MAPP. Retirado de: <http://www.projectmapp.eu/>.
- Fernandes, M. & Duarte, M.E. (1985). *A mulher e a política*. Lisbon: Comissão da Condição Feminina.
- Figueiras, R. & Fonseca, J. (2017). Padrões de comunicação interna nos partidos políticos portugueses: o caso do PSD, PS e CDS/PP. In M. Lisi & P. Espírito Santo (Eds.), *Militantes e ativismo nos partidos políticos – Portugal em perspetiva comparada* (pp. 213-246). Lisbon: ICS.
- Gray, M. & Caul, M. (2000). Declining voter turnout in advanced industrial democracies, 1950 to 1997: the effects of declining group mobilization. *Comparative Political Studies*, 33(9), 1091-1122.
- Harrop, M. & Miller, W. (1987). *Elections and Voters – A comparative introduction*. G.B.: Macmillan.
- Katz, R. S. & Mair, P. (1992). The Membership of Political Parties in European Democracies, 1960-1990. *European Journal of Political Research*, 22, 329-345.
- Katz, R. S., & P. Mair. (1995). Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. *Party Politics*, 1, 5-28.
- Katz, R.S. & Mair, P. (2009). The Cartel Party Thesis – A Restatement. *Perspectives on Politics*, 7(4), 753-766.
- Kirchheimer, O. (1966). The Transformation of Western European Party Systems. In J. LaPalombara & M. Weiner (Eds.), *Political Parties and Political Development*, (pp. 177-200). New Jersey: Princeton University Press.
- Kriegel, B. (1986). *Les Chemins de l'État*. Paris: CalmannLévy.

- Krouwel, A. (2012). *Party Transformations in European Democracies*. New York: SUNY press.
- Lagroye, J.; Lord, G. & Mounier-Chazel, L. (1976). *Les militants politiques dans trois parties français*. Paris: Pedone.
- Lasswell, H. (1931). The measurement of public opinion. *The American Political Science Review*, 25, 311-326.
- Lisi, M. & Espírito Santo, P. (Eds.) (2017). *Militantes e ativismo nos partidos políticos – Portugal em perspectiva comparada*. Lisbon: ICS.
- Lisi, M.; Espírito Santo, P. & Costa, B. (2017). Filiados e ativismo partidário em Portugal: enquadramento teórico e características do inquérito. In M. Lisi & P. Espírito Santo (eds.), *Militantes e ativismo nos partidos políticos – Portugal em perspectiva comparada* (pp. 99-123). Lisbon: ICS.
- Lisi, M. & Cancela, J. (2017). Ativismo e participação nos partidos Portugueses. In M. Lisi & P. Espírito Santo (eds.), *Militantes e ativismo nos partidos políticos – Portugal em perspectiva comparada* (pp.125-144). Lisbon: ICS.
- Mair, P. (2003). Os partidos políticos e a democracia. *Análise Social*, 38, 277-293.
- Mair, P. & Keman, H. (2002). *Comparative Democratic Politics: A guide to contemporary theory and research*. London: Sage Publications.
- Mair, P. & van Biezen, I. (2001). Party Membership in Twenty European Democracies, 1980-2000. *Party Politics*, 7, 5-21.
- Massari, O. (2004). *I Partiti Politici nelle Democrazie Contemporanee*. Roma-Bari: Laterza.
- Meirinho Martins, M. (2003). *Participação Política e Grupos de Cidadãos Eleitores*. Lisbon: ISCSP.
- Norris, P. (1997). *Electoral Change since 1945*. USA: Blackwell Publishers.
- Norris, P. (2002). *Digital Divide: Civic Engagement, Information Poverty and Internet Worldwide*. Cambridge: Cambridge
- Oppo, A. (1986). Socialização Política. In N. Bobbio; N. Matteucci & G. Pasquino (Eds.), *Dicionário de Política*. Brasília: UNB.
- Pennings, P. & Hazan, R.Y. (Eds.) (2001). Democratizing Candidate Selection: Causes and Consequences. *Party Politics*, 7(3), 267-380.
- Popper, K. & Condry, J. (1993). *La television: un danger pour la démocratie. France*. Paris: Anatolia Editions.
- Poguntke, T.; Scarrow, S. E. & Webb, P. (2016). Party Rules, Party Resources and the Politics of Parliamentary Democracies: How Parties Organize in the 21st Century. *Party Politics*, 22(6), 661-678.
- Scarrow, S. (2002). *Perspectives on Political Parties: Classic Readings*. USA: Palgrave Macmillan US.
- Scarrow, S.; Webb, P. & Farrell, D. (2000). From Social Integration to Electoral Contestation: The Changing Distribution of Power Within Political Parties. In R. Dalton & M. Wattenberg (Eds.), *Parties Without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*. Oxford: Oxford University Press.
- Stock, M. J.; Silva, A.; Valente Rosa, L. F.; Martins d'Oliveira, C. A.; van Schuur, T. & Antunes, L. F. C. (1985). Os Partidos em Congresso 1981 - Quem São e o que Pensam os seus Delegados - uma Abordagem Sociológica. *Economia e Sociologia*, 38/39 (separata, pp. 1-208).

- Stock, M. J. & Valente Rosa, L. F. (1985). Perfil dos Delegados aos Congressos dos Partidos Políticos em 1981. *Economia e Sociologia*, 38/39, 59-94.
- van Haute, E. (2011). *Party Membership in Europe: Exploration into the anthills of party politics*. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles.
- Verba, S. & Nie, N.H. (1972). *Participation in America*. New York: Harper and Row.
- Wattenberg, M.P. & Dalton, J. (2000). *Parties without partisans*. Oxford: Oxford University Press.
- Witheley, P. (2009). *Is the Party Over? – The Decline of Party Activism and Membership across the Democratic World*. Essex: University of Essex.

OTHER REFERENCES

Comissão Nacional de Eleições: www.cne.pt

Members and Activists of Political Parties (MAPP): <http://www.projectmapp.eu/>

BIBLIOGRAPHIC NOTES

Paula do Espírito Santo is a researcher at CAPP – Centro de Administração e Políticas Públicas and Professor at Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas at University of Lisbon.

E-mail: gaborone2008@gmail.com

Address: Rua Francisco Roque Aguiar, nº 1, ed. 2, R/C Esq. 2780-056 Oeiras

Bruno Ferreira da Costa is Lecturer at Beira Interior University, Communication and Arts Department.

E-mail: bdfc@ubi.pt

Address: Departamento de Comunicação e Artes, Universidade da Beira Interior. Convento de Sto. António, 6201-001, Covilhã, Portugal

* Submitted: 28/05/2017

* Accepted: 18/07/2017

ENTRE O ESTADO E A SOCIEDADE – CIRCULAÇÃO DE PROFISSÕES DA ELITE DA POLÍTICA

Esser Silva & Moisés de Lemos Martins

RESUMO

Este artigo pretende, por um lado, explorar as ordenações teóricas que traçam a formação da classe eleita – ou *as elites* – transcorrendo a sua afirmação da circulação das profissões que acedem ao campo político e, por outro, entrecruzando os estudos de Foucault sobre *parresía* e *elutéria* com a noção weberiana de *fechamento* partidário, compreender o modo como os profissionais da política articulam a sua existência entre a vida civil e a vida estatal. Assim, esta análise orienta-se para a compreensão dos traços distintos dos grupos profissionais, enquanto característica objetiva para acesso e uso do poder em benefício próprio. Assente num estudo, que tem por base o caso dos deputados da Assembleia da República Portuguesa e na constatação que nela predominam “economistas”, “advogados” e “professores”, enquanto membros ativos, escrutam-se duas ordenações em coabitação nesta *classe eleita*: por um lado, entre o desapego, a ausência de medo e a capacidade de agir francamente, enunciados como qualidades interiores constituintes do político, e por outro lado, as práticas exteriorizadas com fins acobertados nas estratégias dos aparelhos partidários, formam-se duas configurações de sentido – a do *político inteiro* e a do *político fracionado*, ambos cultivados numa coexistência hegemónica, que enuncia, como modo extensivo da política, a transmutação da solidariedade ideológica para a introdução do antagonismo económico.

PALAVRAS-CHAVE

Parresía; elite; fechamento; profissionais extrapolítica; legitimação

ABSTRACT

This article aims to explore the theoretical structures that influence the formation of the elite class – or *the elites* – analysing the affirmation of these structures within the circulation of professions that have access to the political sphere, while comparing Foucault’s studies on *parrhesia* and *eluteria* with Weber’s concept of social *closure* by means of political parties, to understand how political professionals articulate their existence between civil society and public service. This analysis is orientated towards understanding the distinct traits of professional groups, as an objective characteristic for access to, and use of, power for personal benefit. Based on a study of MPs of the Portuguese Assembly of the Republic and the finding that “economists”, “lawyers” and “teachers” are the predominant professions, detailed analysis is provided of two structures of cohabitation within this *elite class*: characterised on the one hand, by nonchalance, fearlessness and the capacity to act frankly, enunciated as constituent inner qualities of any politician, and on the other hand, by externalized practices, with hidden goals in the strategies of the party apparatuses. These two structures establish two configurations – that of the *full-time politician* and that of the *fractioned politician*, both of which are cultivated in a hegemonic coexistence, which expresses, as an extensive mode of politics, a transmutation of ideological solidarity for the introduction of economic antagonism.

PALAVRAS-CHAVE

Parrhesia; elite; closure; extra-political professionals; legitimisation

INTRODUÇÃO

A elite política pode ser identificada, a partir das profissões com predisposição para o acesso aos lugares de representação política (Gaxie, 1980). As profissões dos deputados à Assembleia da República portuguesa, cuja origem é civil, constituem o indicador conveniente para prover, não só a estatística desses profissionais, como permitir a compreensão das dinâmicas e transformações ocorridas no político (Parsons, 1939). Tendo Gaxie (1980) como precursor, o estudo do fenómeno das profissões na política tem merecido a atenção em Portugal de alguns estudos, como são os casos de Braga da Cruz (1988), Freire (1998), Belchior (2011), Lisi (2011) e Jalali (2017). Os estudos assinalam, genericamente, as variações com origem na dinâmica societal em geral, que se introduzem na política (Jalali, Silva & Silva, 2012; Joly, 2005), concorrendo para um melhor conhecimento das atividades que têm maior predisposição para ocupar o espaço de mediação e influência nas relações de reciprocidade, trocadas entre a Sociedade Civil (Fernandes, 2014) e o Estado (Bourdieu, 2012; Burton & Higley, 2001).

É comumente aceite que os atributos das elites, nomeadamente no que respeita ao grau da sua coesão, consciência de si, estratégias e práticas, só podem ser conhecidos através de “investigação empírica”, devendo nesta fazer-se a distinção, “de modo consistente, entre “elites” e “não-elites” (Higley, 2010, p. 17). A natureza simplificada desta premissa deve ser acolhida de acordo com um olhar crítico, na medida em que, sem este cuidado, o exame e a interpretação das práticas correm o risco de serem distorcidas a “verdadeira estratificação política das sociedades” em análise (Higley, 2010, p. 17). A separação entre “elites” e “não-elites” exprime a oportunidade para utilizarmos, enquanto recurso técnico, a criação de um quadro de experiência analítico (Goffman, 1986), formado de acordo com uma simplificação da realidade. O tipo ideal, constructo weberiano formado a partir de algumas características do sujeito enquanto objeto, permite alcançar o conhecimento acentuando a transversalidade e o aprofundamento dos aspetos particulares de um dado fenómeno, estudando-o de forma isolada (Weber, 2005b).

Quais são, como se distribuem, que dinâmicas, coletivas e individuais, apresentam as profissões que denotam tendência para ocupar o espaço da elite da política portuguesa entre 1974 e 2015? O conhecimento assim obtido permite identificar as profissões com estratégias mais ativas no relacionamento com o campo em análise. E da mesma forma, permite promover a compreensão do fenómeno político, segundo um ponto de vista diferenciador (para além da clássica divisão em partidos políticos), capaz de explicar as vias de ligação valorizadas na Sociedade Civil, para aceder e dispor do funcionamento do aparelho de Estado, de acordo com modalidades adequadas ao benefício a retirar.

VONTADE PRÓPRIA E PASSO EM FRENTE

O principal empreendimento do indivíduo, identificado como agente político, é o de compreender as leis subjacentes ao governo de si, que possam servir ao governo de todos os outros, seus compatriotas (Foucault, 1994, 2008; Martins & Neves, 2000). À

partida, o direito à *politeia*, ou à *cidade*, estende-se a todos aqueles que são constituídos como cidadãos; no caso, exclusivamente os que têm direito de voto. A *isonomia*, “igualdade de todos perante a lei” (Foucault, 2008, p. 138), garante-o. Mas não chega pertencer à *politeia* para se ganhar o direito a ser um eleito, característica exclusiva dos escolhidos para “representar”. Para se ser um escolhido – um representante, é necessário que se possua determinadas virtudes, que destacam e colocam o cidadão na “primeira fila”.

A primeira dessas qualidades é estar guarnecido pela *eleutéria*, estado de liberdade interior exigido a todo o político, um pressuposto que se traduz na capacidade de ser independente e que assenta no princípio de que não há poder “detido de maneira despótica ou tirânica por um só chefe” (Foucault, 2008, p. 138). Trata-se, antes de tudo, de não ter medo do poder, residindo este, tanto nas mãos de outros, como em rédeas próprias. A posse de *eleutéria* fica desde logo manifestada no cidadão que avança para a “primeira-fila”, um ato que não tem precedência e que decorre exclusivamente da vontade própria (Rothe, 2011).

A outra qualidade é o direito ao verbo, como modo de existir na *cidade*. A *isegoria* alude ao princípio da igualdade da palavra, como um direito universal de todo aquele que é constituído cidadão. Mas a *isegoria*, ao estabelecer o direito de falar, não garante, só por si, o aparecimento de indivíduos dotados de idiosincrasia singular e verve peculiar. Para além do direito à palavra, em si constituído, é exigido ao indivíduo aspirante a posse de livre arbítrio como alicerce, qualidade que o habilita e norteia para um ato distinto e intrépido, identificado na “liberdade de tomar a palavra e de exercer a fala franca, na palavra” (Foucault, 2008, p. 139). Obriga-se, para tal, a socorrer-se de “manifestações de verdade, uma série de operações e de procedimentos pelos quais a verdade é dita” (Foucault, 2008, p. 139), dando corpo a uma conduta designada por *parresía*, noção que, à partida, evoca o exercício do verbo com sinceridade e sem segundas intenções.

A *parresía* funda-se no princípio da verdade oracular, que dá ao prognóstico os contornos antecipados de autenticidade e precisão (Rothe, 2011). É o ponto de ancoragem de todo o indivíduo postulado para o campo político e, do mesmo modo, constitui também a dimensão iniciática e o próprio fundamento da democracia. Trata-se do resultado antevisto da “busca” (Foucault, 2008, p. 141) de todos os que procuram deter-se na coisa pública e sentem possuir qualidades virtuosas.

Mas como toda a *práxis* política, a *parresía* configura “um direito humano, um risco humano” (Foucault, 2008, p. 141). É uma elucubração cometida ao sentido da existência humana, e que, simultaneamente, constitui o político e é pilar da democracia, inexistindo um sem o outro (Foucault, 2008, p. 142). Esta circularidade não encerra, todavia, as possibilidades de destrinça das “relações entre *parresía* e democracia” (Foucault, 2008, p. 142), especialmente nos modos como é reconhecida a *parresía* no indivíduo. Apenas o seu detentor se aproxima da frente, em direção ao “pequeno grupo de pessoas que constituem a primeira fileira de cidadãos” (Foucault, 2008, p. 142) e que, tal como no caso do soldado corajoso e virtuoso, avança, destacado, para a primeira linha de combate.

ENTRE A PARRESÍA E A DOMINAÇÃO DA CLASSE ELEITA

A obrigação autoimposta do discurso de verdade não encerra em si toda a noção de *parresía*. Na antecâmara da sua formulação conceptual está a *politeia* e o direito igual dos cidadãos usarem da palavra. A *parresía* é mais do que esse direito constituído de tomar a palavra e falar. É, também, o elemento que permite que os indivíduos “adquiram certa ascendência uns sobre os outros” (Foucault, 2008, p. 145), autorreconhecendo em si componentes de diferenciação, no caso, autorreconhecendo uma espécie de convocatória para avançar para a linha da frente, onde, ultrapassada a fronteira, se dirigem aos “outros para lhes dizer o que pensam, o que pensam ser verdade, o que pensam verdadeiramente ser verdade” (Foucault, 2008, p. 145) e, exclusivamente com a verdade, jamais iludindo ou defraudando, persuadir com bons conselhos “e assim dirigir e ocupar-se da cidade” (Foucault, 2008, p. 145), governando os outros com o melhor de si¹.

A superioridade aqui constituída não decorre de uma predominância exclusiva, mas sim, de uma superioridade partilhada “com outros sob a forma da concorrência, da rivalidade, do conflito, da liça” (Foucault, 2008, p. 145) e que introduz o princípio de emulação, tendo em vista provocar um tipo de competição tendente a exceder as melhores qualidades. Nesse sentido, a *parresía* constitui-se numa “estrutura agonística” (Foucault, 2008, p. 145), na qual emerge algo mais do que um estatuto, na medida em que se introduzem outros cambiantes, fundados nos princípios de uma “estrutura dinâmica” (Foucault, 2008, p. 145). É esta dinâmica que congrega em si o movimento capaz de colocar o político no lugar de se ocupar “da cidade na forma e pelo exercício do discurso verdadeiro” (Foucault, 2008, p. 145). É também nessa função que o político, usando as suas próprias qualidades e, principalmente, experimentando a posse do poder, se descobre apartado e separado do comum dos cidadãos, com a possibilidade do exercício de atos de dominação (Weber, 2004).

Esta condição dominadora, circunscrita à afirmação e renovação do poder, é uma realidade transversal a todo o mundo civilizado (Mills, 1956). Contrariamente à posse de *parresía*, a transmissão dessa estabilização faz-se na corrente hereditária e “num contínuo trabalho de endosmose e exosmose entre a classe alta e algumas rações das baixas” (Mosca, 1923, p. 69). O processo da classe política estável só termina, quando as qualidades em si reconhecidas perdem valor e importância e deixam de servir socialmente.

É num quadro maleável que Pareto (2004), seguindo a linha de raciocínio de Mosca (1923), concebe uma formulação, em que os indivíduos mantêm a possibilidades de ascender na escala social. À visão imaginada “da sociedade” homogénea, encarada a partir do exterior, Pareto contrapõe a sociedade heterogénea, formada nos interstícios das suas adições e contradições. Parte do princípio de que, no interior das nações civilizadas, se vive uma plasticidade dinâmica, resultante da ação e mobilidade dos seus componentes, dando-se, desta forma, “uma intensa circulação entre as várias classes” (Pareto, 2004, p.

¹ Tem cabimento, neste contexto, abrir espaço para o debate sobre a palavra usada publicamente. Ver, a este propósito, Roland Barthes, sobre *L'ancienne rhétorique* (1970), e também o número 16, da revista *Comunicação e Sociedade*, “Comunicação, argumentação e retórica” (Martins & Grácio, 2009), assim como o artigo “A epistemologia do saber quotidiano” (Martins, 1993).

449). São as qualidades dos indivíduos que tornam possível a existência de vários graus na composição da escala social. A divisão estratificada permite separar aqueles que apresentam qualidades excepcionais e que acabam localizados nos lugares “mais elevados no ramo da sua atividade” (Pareto, 2004, p. 451). Pareto nomeia essa categoria de *classe eleita*, querendo afirmar também que se trata da “elite”. Divide-a em duas frações: a “classe eleita de governo” e a “classe eleita de não governo” (Pareto, 2004, p. 451). No cômputo geral, a totalidade da *classe eleita* forma a classe superior. Abaixo desta localizam-se os estratos inferiores que, globalmente, dão expressão à *classe não eleita*.

A “classe eleita do governo” distingue-se da “classe eleita do não governo” por albergar os notáveis, nos quais as etiquetas hereditárias desapareceram. Mas, indiretamente, o poder hereditário “permanece poderoso” mantendo-se o princípio de que “quem herdou um grande património (...) faz-se eleger deputado, pagando aos eleitores, adulando-os”, criando um cenário no qual “a riqueza, o parentesco, as relações” (Pareto, 2004, p. 452) funcionam como alavancas para elevar até à classe eleita, em geral, e à classe eleita de governo, em particular, indivíduos que nuns casos têm, e noutros não, as qualidades de partida para tal.

Para Higley (2010), tanto Mosca como Pareto apresentam perspetivas demasiado assentes nas teorias críticas reprodutivas, com as elites a constituírem-se como um grupo recortado, segundo contornos de distinção e pertença, suportados por “superiores qualidades individuais, sejam de inteligência, de talento e de magnetismo pessoal” (Higley, 2010, p. 15). Esta ideia entronca na difusão muito ampliada de que o destino está traçado, à partida, segundo um sistema estabelecido de reprodução social, constituído de acordo com uma base que justifica a captação e circulação de “dotes e vantagens sociais individuais” (Higley, 2010, p. 15), entre indivíduos que se reconhecem e se fazem reconhecer entre si. Este entrançado da elite baseia-se num tipo de coesão particular, com os membros aparentemente desligados e uma vinculação silenciosa, mas vigorosamente alicerçada na posse do poder.

UNIFICAÇÃO E FECHAMENTO DA ELITE

A percepção que temos de uma elite está tão diluída em nós, que Higley admite estar à partida condenado qualquer processo tendente a erradicar dotes e vantagens sociais, que possam limitar o seu papel. Com efeito, uma elite estabelece-se de modo invisível, sem qualquer expressão organizada de coletividade e sem interesses transversais, suscetíveis de serem transformados num manifesto ou numa organização política. Ao contrário das coletividades, as elites são “ambíguas e vagas” (Higley, 2010, p. 15). Não são atravessadas por “entendimentos sociais e culturais”, a ponto de nem sequer as gratificações ansiadas pelos seus membros decorrerem da reivindicação de “estatutos e objetos de valor”, seja para o próprio, seja para os aliados (Higley, 2010, p. 15), pelo que “só em parte são compatíveis com as satisfações procuradas por outros” (Higley, 2010, p. 15).

Independentemente do país em análise e da existência ou não de estabilidade no seu sistema político, a tendência para o controlo e a “manipulação personalizada”, através de

vários tipos de forças, ocorre frequentemente por indivíduos ou grupos constituintes das elites, os quais, independentemente das suas simpatias partidárias, interpretam o poder como algo de pessoal e “diretamente dependente do apoio de forças coercivas orgânicas” (Higley, 2010, pp. 18-19). Para os indivíduos da alta sociedade, o poder não decorre da ocupação de “posições institucionais”, definidas na organização política, mas sim do “sucesso de determinado grupo específico, em obter as rédeas dos principais meios de coerção” (Higley, 2010, p. 19). Este propósito, presente em todos os grupos de elites, não apenas exprime uma congénita desconfiança relativamente ao próprio grupo, como, por outro lado, assinala uma infundável predisposição para a luta, em que são “plausíveis e até prováveis” as tentativas de tomada do poder (Higley, 2010, p. 19). Estas configurações chegam a assumir contornos de “elite desunida”, caracterizada pela instabilidade do sistema político, o qual muitas vezes se vê submetido a alterações “profundas e bruscas”, sem que as consequências das lutas sejam antecipadamente consideradas.

A elite desunida tem expressão prática no recorte das diferenças e das lutas permanentes, tomadas como atos naturais produzidas nas contendas da democracia. As relações no campo político, entendidas como voláteis e descartáveis, vivem em constante alteração “segundo as forças e os poderes que se ligam uns com os outros ou que se separam entre si para se afirmarem” (Schmitt, 2015, p. 30). Esta visão segue a perspetiva amplamente debatida, e não menos vezes refutada, segundo a qual a essência da política (Freund, 1969) assenta no princípio radical em que as partes vivem em permanente estado antagónico, o que separa as partes entre amigo e inimigo (Schmitt, 2015).

Por sua vez, a elite unificada emerge na decorrência da ausência de instabilidade e tomadas abruptas de poder. O respeito por aquilo que a sociedade designa como expressão da autoridade, inscrevendo “procedimentos institucionalizados perpetuados e estabilizados durante longos períodos” (Higley, 2010, p. 20), parece ter como explicação o comportamento dos indivíduos que formam a cúpula societal. Não se infra daqui a ideia da implantação de uma espécie de acordo tácito de não-agressão entre os grupos de elites. A dimensão primordial da estabilidade localiza-se no campo político e tem relação com o “agir com autoridade”, na justa medida em que não se deve convocar a hostilidade dos que estão ativos na disputa pelos bens de valor, nem levar os inativos a abraçar esse “sentimento hostil” (Higley, 2010, p. 20). A estabilidade política é obtida em processo dinâmico de interação entre dissemelhantes, constituindo-se num “produto artificial de decisões astutas tomadas pelos indivíduos realmente influentes” (Higley, 2010, p. 20), os quais, por sua vez, não se coíbem de utilizar subterfúgios e ardis, consubstanciados “na supressão, distorção ou manipulação de questões”, de forma direta ou indiretamente participada na tomada de decisões, e cujo desconhecimento do público em geral, assim como a manutenção do “segredo” que lhe subjaz, sob reserva de alguns, evita um “conflito desastroso” (Higley, 2010, p. 20).

A capacidade de manutenção em segredo do uso da astúcia, como prática no interior de um círculo de grupos diferenciados da alta sociedade, implica uma confiança mínima no seu meio, “no sentido de não expor os seus estratagemas” (Higley, 2010, pp. 20-21), de modo a ocultar as ações perceptíveis do quotidiano. Esta concertação, próxima de

uma “conspiração dos influentes e decisores efetivos”, consolida não só um acordo “em torno da deseabilidade de um sistema político estável”, como também revigora o compromisso entre grupos que arquitetam “uma elite unificada” (Higley, 2010, pp. 20-21).

Podemos caracterizar as elites em dois tipos distintos: as elites “ideologicamente unificadas” e as “elites consensualmente unificadas” (Higley, 2010, p. 21). O primeiro tipo caracteriza-se pela adesão a uma ideologia única, expressa, em geral, no seguimento da emergência de um líder tido como homogéneo, e também pelo facto de ser possível evitar conflitos, em público, entre os seus aspirantes. A concórdia que se exprime nas ações públicas configura, desta forma, um dispositivo de poder “capaz de forçar a totalidade ou a maior parte dos indivíduos da elite (...) a harmonizar as suas declarações públicas com a ortodoxia” (Higley, 2010, p. 21). Esta, por sua vez, dado ser imposta pelos indivíduos autorizados a definir os preceitos, os indivíduos de topo, usa a severidade e o controlo como formas de bloqueio da “expressão dos interesses divergentes” (Higley, 2010, p. 21).

No que respeita à “elite consensualmente unificada” podemos dizer que ela se constrói segundo a adesão a formas diferenciadas do campo político. E os seus membros, detentores ou perseguidores do poder, não se coíbem de assumir “posições claramente divergentes sobre as questões públicas” (Higley, 2010, p. 21). A situação conflitual implicada neste tipo de elite configura um antagonismo de forças. Este antagonismo revê-se, todavia, num “conjunto de regras”, naturalizadas como primordiais, porém não prescritas, mas tidas como indispensáveis “para eliminar os riscos pessoais graves das disputas entre elites” (Higley, 2010, p. 22). A disputa impõe, neste caso, um limite demarcado nos interesses gerais, que a atuação dos atores políticos não olvida e que configura um encerramento, ou fechamento.

A noção de fechamento compreende os contornos sociais de reivindicação de prestígio e de honraria social, que um grupo se (auto)atribui, através do apelo tácito, em permanência reativado, de um recorte honorífico (Weber, 2004). Supõe um apelo constante de separação, fazendo-se distinguir pelos traços de dignidade e posse de propriedades peculiares e exclusivas dos seus membros. Como nas sociedades medievais, o círculo gerado pelo fechamento assemelha-se a um domínio, não de possessões corpóreas, mas de configurações imateriais, as quais, regra geral, formam um monopólio.

Existe monopólio sempre que um “agrupamento impõe um fechamento, em limites variáveis, tendo em vista aumentar as oportunidades de sua atividade contra os que ficam do lado de fora” (Freund, 2003, p. 115). O monopólio constitui a superior representação prática de um sistema fechado, que promove um privilégio, e a sua forma típica, na história, é localizada na “corporação” (Freund, 2003, p. 116). Por sua vez, é da natureza de uma corporação submeter os seus futuros membros a um tirocínio, que tem como objetivo a aprendizagem do funcionamento do seu sistema organizacional, visando a manutenção do seu monopólio ao longo dos tempos (Dal Bó, Dal Bó & Snyder, 2009).

A partir deste entendimento forma-se um juízo darwinista, que conduz à autoatribuição de qualidades sanguíneas especiais, constitutivas de uma putativa classe superior de políticos. Esta falácia, repetida muitas vezes e anunciada como uma verdade,

inspira Mosca (1923) a considerar uma outra via de conservação da elite da política. Essa outra via é fundada no culto da dimensão educacional. Um tal culto determina, como fatores para justificar as qualidades destacadas dos indivíduos da aristocracia, a esmerada e “particularíssima educação”. Apesar da posse de competências escolares explicarem a superioridade no conhecimento e a graça virtuosa das “atitudes puramente intelectuais” (Mosca, 1923, p. 67), esta dimensão não esclarece “as diferenças de carácter moral, como seriam a força de vontade, a coragem, o orgulho, a energia” (Mosca, 1923, p. 67), apresentadas pelos indivíduos como uma propensão para “o passo em frente”, a que alude Foucault. Não restam dúvidas, portanto, de que as condições sociais resultantes do nascimento, especificamente a “posição social, as tradições de família, os hábitos de classe” (Mosca, 1923, p. 67), acabam por se constituir numa presença fortalecida e determinante na preparação integral do indivíduo, contribuindo, praticamente sem qualquer esforço, mas como se decorresse da intervenção de um destino predestinado, “para o maior ou menor desenvolvimento” (Mosca, 1923, p. 67) das qualidades pessoais apresentadas.

PROFISSÕES CIVIS DA ELITE POLÍTICA

De acordo com Gaxie (1980), a última profissão do indivíduo antes da sua entrada na política, além do lugar e da posição sociais ocupadas por essa mesma profissão, é que determinam a probabilidade de acesso a altos cargos e exercício do poder na hierarquia política. É essa a razão que permite a conclusão de que existe uma “correlação estreita entre a representação política de um grupo e a posição social de seus membros” (Gaxie, 1980, p. 5). Essa relação anuncia uma sobrerrepresentação das categorias profissionais, oriundas das classes superiores, e uma sub-representação – ou mesmo ausência de representação – das “frações das classes médias ou populares – com a significativa exceção dos professores primários”, verificando-se, desta forma, uma imagem “invertida da estrutura social” (Gaxie, 1980, p. 6).

Esta situação paradoxal da representação revela o monopólio do interesse na competição política pelos agentes que habitam o “topo da hierarquia social”. Uma tal situação introduz traços característicos de aristocracia, à medida que se escala “a hierarquia de poder e de prestígio dos cargos em competição” (Gaxie, 1980, p. 6). É desta forma que se verifica um aumento percentual significativo de indivíduos pertencentes às classes superiores “nas hierarquias partidárias”, ou quando se percorre a hierarquia dos lugares políticos, das câmaras municipais aos conselhos gerais, passando pelos candidatos a deputados e pelos eleitos deputados e ministros (Gaxie, 1980, p. 6). Nesse livre arbítrio concorrencial, os agentes políticos favorecidos pela sua condição social apossam-se “das posições de poder político reforçando a sua supremacia social e a autoridade política” de que passam a dispor (Gaxie, 1980, p. 6).

A regularidade destas “leis gerais do recrutamento político” (Gaxie, 1980, p. 6) processa-se em termos imutáveis e na ótica da reprodução social dos seus membros, tendo em vista a manutenção de um estatuto atribuído a grupos profissionais determinados.

Em regra, o recrutamento político funciona com mão dura e são oligárquicas as tendências que prevalecem no funcionamento das organizações políticas (Michels, 2001). Mediadoras de poder social, as organizações políticas têm, com efeito, práticas que conciliam a noção de utilidade pública, fundada na sociedade civil, com a conveniência em instrumentalizar o poder localizado no Estado.

A constatação da existência de uma “partidarização parlamentar e de uma parlamentarização partidária”, por Braga da Cruz (1988) constitui o nosso passo inicial para o conhecimento das profissões instaladas na Assembleia da República. André Freire (1998), por sua vez, deu continuidade ao trabalho de Braga da Cruz, completando-o com as legislaturas entretanto decorridas. As transformações sociais, por que passou Portugal nas últimas décadas, obrigaram-nos a introduzir algumas alterações na análise das profissões. No trabalho, ora em apreço, foram também acrescentadas novas profissões, que acederam ao Parlamento português e recompuseram a realidade da Assembleia da República.

EFEITO SUBSTITUIÇÃO E CONSEQUÊNCIAS

Há três grandes áreas profissionais com predisposição para aceder à Assembleia da República e que, ao longo dos 40 anos da democracia portuguesa, se constituíram na base das profissões dominantes junto do Parlamento. Advogados e juristas, docentes em geral e economistas e análogos são, destacadamente, os grupos profissionais mais representados na Assembleia da República, agrupando dois terços dos mandatos parlamentares entre a VIII e a XIII legislatura, como resultado das eleições legislativas entre 1999 e 2015 (Gráfico 2). Entre 1985 e 2015, o peso destes grupos profissionais na AR não foi sempre igual, embora, grosso modo, possa afirmar-se que as variações entretanto ocorridas, não lhes diminuíram o peso, enquanto forças mais representativas do poder legislativo.

A estes três grupos profissionais dominantes juntam-se o grupo dos engenheiros, nas suas várias especializações, e o grupo dos técnicos intermédios, geralmente agentes especialistas, não dirigentes, de variadas áreas. Tanto um como outro grupo mantêm uma representação constante, ao longo dos anos, embora ligeiramente reforçada na última década (Gráfico 1 e Gráfico 2).

A presença de profissionais da medicina na Assembleia da República cifra-se, em termos históricos, numa média a rondar os 3% de deputados, sendo, por isso, uma profissão estabilizada dentro do Parlamento. Em contraste, o grupo dos jornalistas e escritores, tal como o grupo dos trabalhadores agrícolas e industriais, denotam, ao longo dos anos, uma tendência regressiva, constando, num e noutro caso, com apenas 1% dos deputados em 2015. A visão ampla do gráfico apresenta um efeito progressivo de substituição e/ou, em certos casos, diminuição, de alguns grupos profissionais. Nas eleições de 2005, já não é eleito nenhum “dirigente da função pública”, categoria que em 1985, na IV legislatura, tinha alguma expressão (5%), subsistiu com uma relevância aproximada até 1995 (6%), entrando em decadência na VIII legislatura (3%), para definir completamente na IX legislatura.

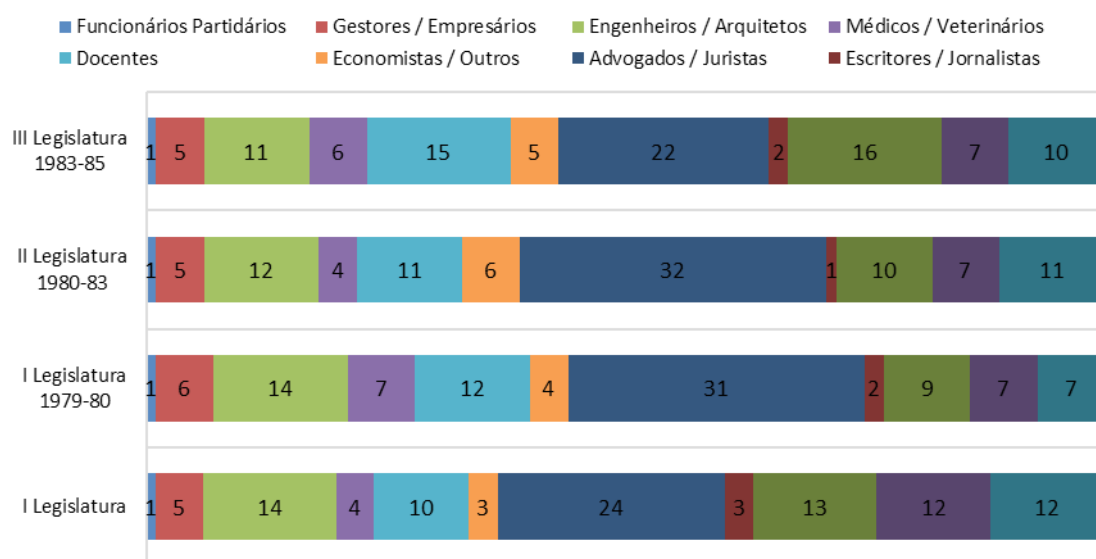


Gráfico 1: Áreas profissionais dos deputados à Assembleia da República (1974-1985)

Fonte: Braga da Cruz, 1988

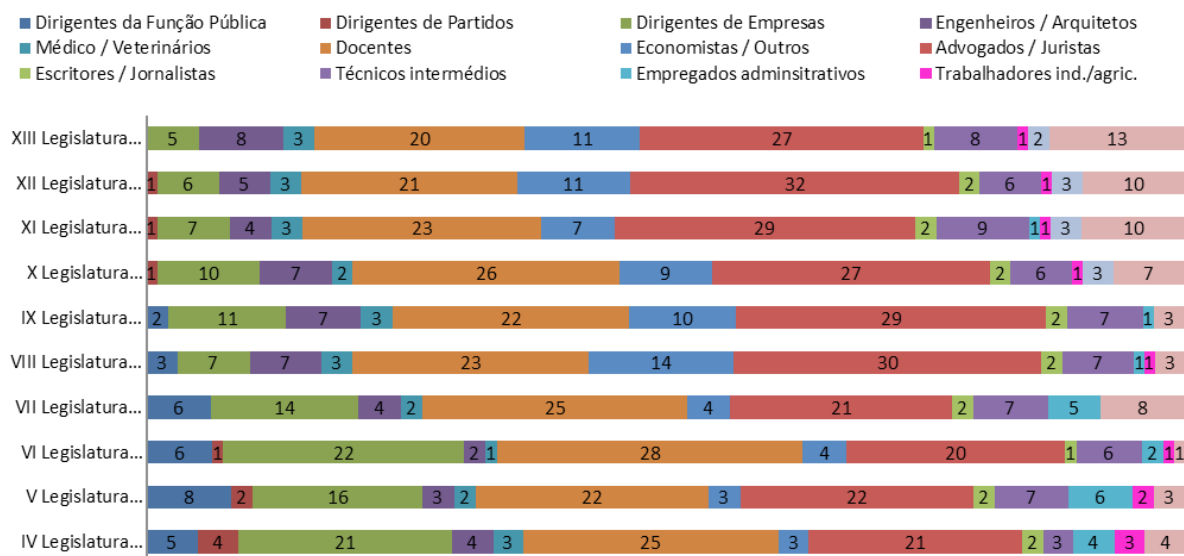


Gráfico 2: Áreas profissionais dos deputados à Assembleia da República 1985-2015 (%)

Fonte: Braga da Cruz, 1988; Freire, 1998

Este quadro de queda de um grupo profissional manifestou-se, de igual maneira, no caso dos “dirigentes de partidos”, categoria que albergou 4% dos parlamentares, em 1985, mas cedo diminuiu para 1% dos ativos, denotando uma tendência para o desaparecimento.

Os “empregados administrativos” foram também alvo do efeito de substituição. Tendo chegado a ser 6% dos deputados, em 1987, persistiram em 1995 (5%). Mas, a partir de 1999, este grupo profissional praticamente deixou de ter presença junto dos parlamentares do hemiciclo português.

A saída de cena de algumas profissões teve como consequência o reforço de algumas das profissões já existentes e a entrada de outras, em resultado da dinâmica da Sociedade Civil, que se abriu a novos campos profissionais. Com efeito, tendo ganho algum lastro social, os novos campos profissionais logo procuraram alargar a sua influência, através da sua inclusão política. A partir de 2005, aparece um novo domínio profissional, que se exprime na geometria eleitoral como deputados da área profissional de “consultores e assessores”. Este grupo imediatamente estabilizou em 3% dos deputados. Juntamente com esta nova categoria, surge o alargamento de diversas atividades profissionais, dissemelhantes entre si – e por isso não categorizáveis –, genericamente acumuladas no grupo “outros”.

“ECONOMISTAS” E “DIRIGENTES DE EMPRESAS”

Os economistas configuram um caso particular, se analisado ao longo dos anos. Nas primeiras três legislaturas, entre 1974 e 1985, este grupo profissional alcançou uma representação que atingiu, em 1980-1983, um máximo de 6% dos deputados (Gráfico 1). Nos anos seguintes, entre as IV e VII legislatura (1985 a 1999), os profissionais de economia não se revelaram muito atreitos à política, oscilando entre 3% e 4% de indivíduos. No entanto, a partir da VIII Legislatura, este domínio profissional surgiu em força, junto do poder legislativo, chegando a constituir-se como o terceiro maior grupo profissional no Parlamento, durante os anos 1999-2002, com 14% dos deputados. Apesar da quebra em 2009 para 9%, a partir de então os economistas estabilizaram nos 11% dos eleitos à Assembleia da República (Gráfico 2).

Esta ascensão histórica dos economistas contrasta com o declínio progressivo de um outro grupo profissional, originalmente definido, entre 1974 e 1985, como “Empresários e Gestores” (Gráfico 1). Na primeira década de democracia, estes profissionais oscilaram entre 5% e 6% dos deputados na Assembleia da República. O seu auge deu-se nos dez anos decorridos entre 1985 e 1995, período em que as categorias da estatística passaram a ter uma formulação mais próxima das práticas. Em 1985, a nova nomenclatura, “dirigentes de empresas”, acolhe 21% dos mandatos, mas logo encolhe para 16% dos deputados, em 1987. A aposta na política deste grupo profissional volta a manifestar-se em força, em 1991, quando chega aos 22% dos parlamentares. Em 1995, os indivíduos ligados à direção de empresas ainda atingem 14% dos mandatos legislativos, mantendo assim uma forte presença no Parlamento. Mas, começa aí a seu declínio. A partir de 1999, com relevância para o período entre 2005 e 2015, a classe profissional dos “dirigentes de empresas” vai-se afastando, gradualmente, da Assembleia da República, reduzindo o número de deputados, até chegar a 5% de parlamentares, em 2015.

“ADVOGADOS” E “DOCENTES”

O Parlamento apresenta um predomínio histórico, tanto de advogados como de docentes (Freire, 1998), constituindo os dois grupos profissionais mais estabilizados, ao longo dos 40 anos da democracia portuguesa. A regularidade destas profissões na

Assembleia da República, funcionando como alicerce estrutural do Parlamento, denota a sua consolidação.

No caso dos advogados, profissão coincidente com a formação em direito, é reconhecida uma interligação entre as necessidades produtivas da instituição e a posse de competências na produção técnica legislativa pelos profissionais da área. Para o seu domínio na Assembleia da República, não são alheias, também, as “qualidades de tribuno” (Freire, 1998, p. 126), um requisito sempre necessário num espaço, em que a afirmação do profissional também ocorre pela qualidade da oratória utilizada.

A alta expressão numérica, assim como a regularidade histórica do grupo profissional dos docentes, revela uma predisposição para o campo político, de indivíduos na posse de “posições socioprofissionais associadas a um volume intermédio de recursos – em capital económico, organizacional e escolar” (Freire, 1998, p. 129).

Enquanto categorias dominantes na Assembleia da República, advogados e docentes exprimem, por outro lado, uma regularidade assinalável. A partir de 1999, passaram a comportar mais de 50% dos mandatos parlamentares. Em 2015, com a XIII legislatura, ocorre, todavia, uma diminuição do agregado de presenças destes dois grupos profissionais em 3%, de modo que agora se cifra em 47% dos agentes parlamentares.

A diminuição de presenças do somatório destes dois grupos profissionais está associada ao efeito de substituição, que se tem operado, com o alargamento fragmentário de novas atividades profissionais, introduzidas no Parlamento. Essa tendência adquire expressão visível em 2009, tendo atingido os 13% dos lugares parlamentares em 2015².

ACUMULAÇÃO EXTRAPOLÍTICA: UM PÉ DENTRO E OUTRO FORA

Existem parlamentares que mantêm atividades civis, em concomitância com as funções políticas que exercem. Aparentemente, os deveres de lealdade e independência, que atravessam a atividade parlamentar, podem ter uma interpretação particular. Cerca de dois terços (68%) dos 230 deputados à Assembleia da República declararam dedicar-se exclusivamente à atividade política parlamentar. Mas os restantes 32% assinalaram que exercem outras ocupações, para além do trabalho político regular, no órgão legislativo da República Portuguesa³ (Gráfico 3)⁴.

² Em termos absolutos, são 31 registos. Nestes, 9 remetem para atividades profissionais (atriz, assistente, bancário, investigador), 13 indicam a área académica como profissão (o que inclui: sociólogos, psicólogos, historiadores, matemáticos, químicos, arqueólogos, geólogos), dois são estudantes, três reformados, e quatro mantêm o espaço em branco.

³ Dados de recolhidos em maio de 2016, no portal da Assembleia da República, e que deram origem ao estudo “Os Acumuladores”, do Observatório da Democracia Interna dos Partidos Políticos, do Movimento pela Democratização dos Partidos. Retirado de <https://tinyurl.com/yapxhgr8>

⁴ Os dados usados nesta secção foram colhidos e cedidos pelo Movimento pela Democratização dos Partidos Políticos, vindo posteriormente a ser testados pelo autor.

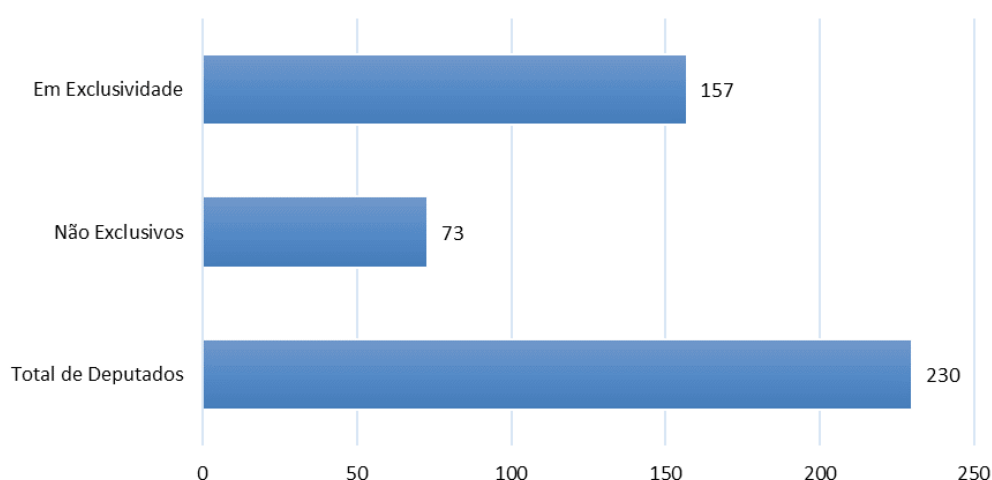


Gráfico 3: Dedicção dos deputados à Assembleia da República

São os advogados e as atividades empresariais (de administrador, gestor e sócio-gerente), as profissões mais atreitas à acumulação (69%). Esta circunstância demonstra a tendência destes misteres, não apenas para acesso e domínio da Assembleia da República, como também para identificar áreas de poder, que permitam estabelecer uma via que se reparta entre a vida pública e a vida civil.

A presença dos “consultores” em valores razoáveis de acumulação de atividades (10%) demonstra a relevância que este grupo profissional tem ganho – tal como atrás é assinalado (Gráfico 3). Neste particular, os “consultores” são seguidos, a uma considerável distância, de atividades técnicas, como as de médico (4%), e engenheiros e arquiteto (3%), que declaram não prescindir da sua profissão civil, quando se dedicam à política. A atividade universitária, entendida em termos pedagógicos, de lecionação (14%), revela também uma predisposição da docência, considerada ao nível superior, para a acumulação com a ação política (Gráfico 4).

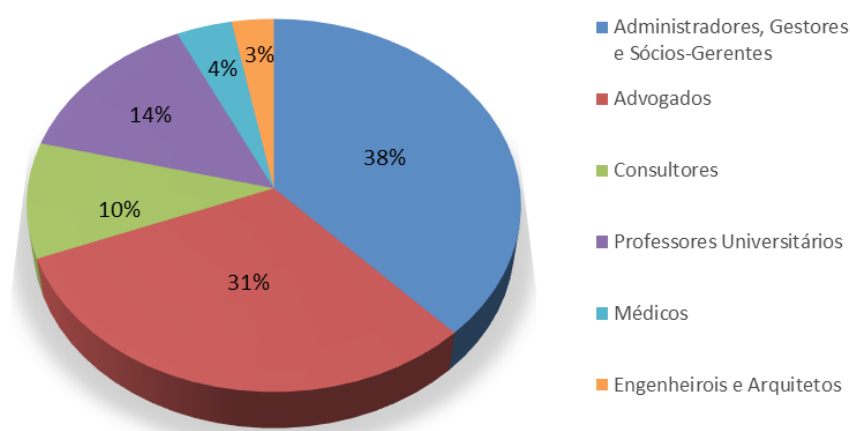


Gráfico 4: Última profissão civil dos deputados à Assembleia da República em situação de acumulação

Por regra, a maior parte dos parlamentares com acumulações apresenta uma única função extraparlítica. Em casos extraordinários, esta tendência é reforçada por indivíduos que chegam a acumular com a prática de deputado variadas funções externas⁵, mesmo em circunstâncias passíveis de a sua atividade parlamentar colidir com interesses e obrigações particulares, entretanto constituídos.

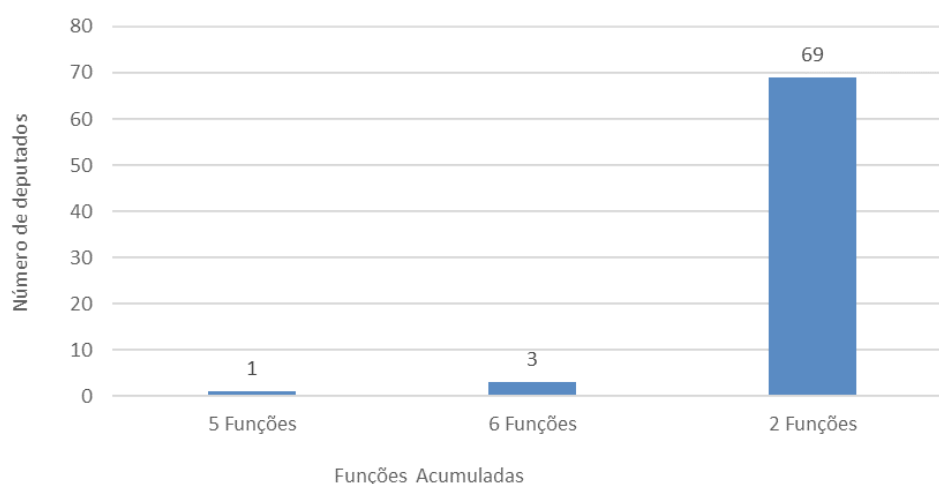


Gráfico 5: Funções extraparlíticas acumuladas por deputado acumulador

O Partido Social Democrata (PSD) apresenta o maior número relativo de deputados com atividades extraparlíticas (37 em 89), sendo imediatamente seguido pelo CDS, que apresenta uma relação quase idêntica (sete em 18). A alguma distância, mas revelando a mesma predisposição, o Partido Socialista apresenta praticamente um terço (28 em 86) dos seus deputados, com vida ativa repartida entre o estado e a profissão civil. O Partido Comunista Português completa o quadro de deputados com profissões e atividades extraparlíticas, numa relação reduzida (um em 15). Esta relação partidária dos deputados com profissões exercidas fora da política tem a particularidade de crescer no sentido da esquerda para a direita política, manifestando-se uma ausência de casos, tanto no Partido Ecológico Os verdes, como no Bloco de Esquerda (Gráfico 6).

⁵ Alguns casos detalhados de acumulações: Fernando Anástácio - eleito pelo círculo de Faro, declara ser, também, administrador da sociedade de advogados Fernando Anastácio & Associados, administrador da empresa de consultoria Lucksin SA, presidente do Conselho de Administração da Procota, Presidente do Conselho de Administração da Quinta do Escarpão (ambas do ramo de imobiliária e turismo) e Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Mundo Aquático (parques temáticos). Luís Montenegro – eleito por Aveiro, exerce advocacia na sociedade SP&M (tem quota de 50%), é Presidente da Assembleia Geral da Rádio Popular – Eletrodomésticos, SA, membro da CADA (Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos), da qual cessou atividade em março de 2017, e Presidente da Assembleia Municipal de Espinho. Nuno Magalhães – eleito por Setúbal, é professor convidado da Universidade Lusófona, deputado na Assembleia Municipal de Setúbal, além de comentador da Sport TV (desde 9.8.2016). Ver Registo de interesses da Base de Dados da Assembleia da República, disponível em <http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputadoslista.aspx>

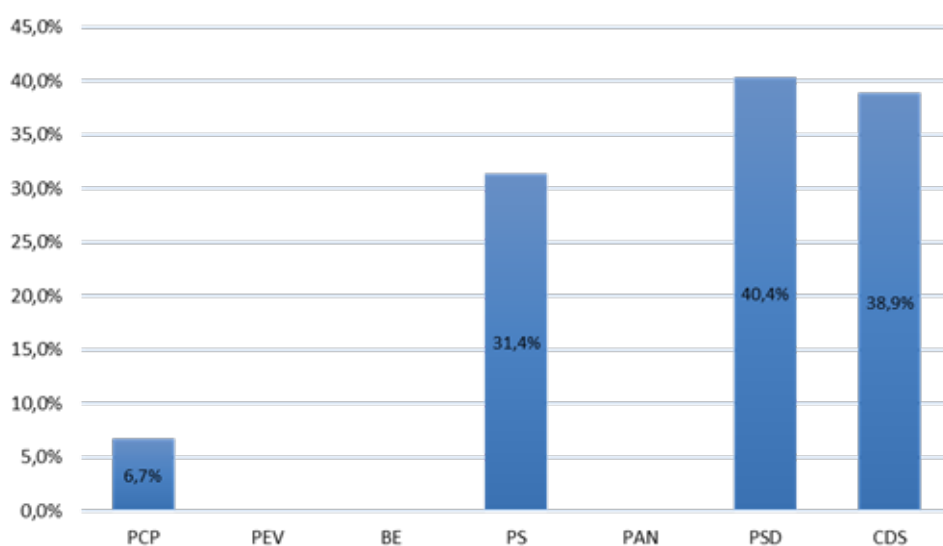


Gráfico 6: Peso no partido dos deputados com profissões extraparlamentares fora do Parlamento

Os dados expostos sobre as acumulações dos deputados à Assembleia da República Portuguesa permitem, numa leitura global, duas interpretações. Por um lado, a acumulação pode ser apresentada como uma condição da independência do político face ao lugar ocupado. Tratar-se-ia, neste caso, de garantir a subsistência fora da política, assim demonstrando que a prática política não constitui um fim profissional (Weber, 2005a). No entanto, a entrega abnegada, desprendida, assente na franqueza (Foucault, 2008), enquanto constituinte da verdadeira “essência do político” (Freund, 1969), nunca se verifica na totalidade. O “passo em frente” e o agir francamente, como instrumentos de lealdade para consigo e para com os outros (Foucault, 2008), ficam desde logo limitados, ficando, pois, diminuído o valor real do político, se nos cingirmos ao indivíduo.

Neste caso, o “passo em frente” não se concretiza, por inteiro, e, ao contrário do preconizado por Foucault (2008), dá-se o caso de o candidato a agente político usar como estratégia a popular fórmula de manter “um pé dentro e outro fora”. E, nestas circunstâncias, a tendência para atividades extraparlamentares pode constituir apenas a demonstração da predisposição do indivíduo para o uso do cargo político como um instrumento que incrementa a atividade privada. Ou seja, como instrumento que permita o acesso a proventos que, de outra forma, não existiriam. Neste caso, o político apresenta-se como uma espécie de empresário, que entrevê na atividade política uma plataforma de ampliação das suas possibilidades em favor dos seus interesses privados. Desta forma, o político não é mais do que uma pessoa de negócios, que vê a política como mais uma ferramenta para conseguir contratos, realizar transações e convênios, tendo como objetivo a acumulação física de capital (Weber, 2005a). Mantém-se aqui o entendimento de que a prática política deve ser encarada como uma atividade que se situa no mesmo patamar de uma outra qualquer. E à falta de fronteiras entre as atividades, política e privada, exercita-se a complementaridade. O que esta situação também revela é que o acesso a um cargo político se processa numa luta em que o vencedor fica, desde logo,

na posse de um poder que o autoriza a agir num campo em que os limites são por si próprios ditados.

A coexistência na Assembleia da República de deputados com acumulações profissionais extrapolíticas e de deputados dedicados exclusivamente à propositura política mostra-se, pelo menos em público, pacífica e inquestionada. Não é produzida qualquer denúncia ou crítica que permita demonstrar a existência de qualquer conflitualidade entre as duas situações. Aparentemente, todos estão a favor da possibilidade de acumulação. Pelo menos, não vislumbram qualquer aspeto negativo, nem potencialmente negativo, nesta atividade repartida, que coloca o indivíduo na política e, em simultâneo, lhe dá a possibilidade de agir, profissional e empresarialmente, no campo civil. Mas entre o deputado em regime exclusivo e o deputado em regime não exclusivo, formam-se duas figurações de sentido (Elias, 1971). No primeiro caso, temos um político inteiro, que consagra a sua ação, absoluta e integralmente, aos afazeres da política. No segundo, temos um político dividido, cuja ação se reparte por vários domínios. Esta situação coloca-o na contingência de ter que justificar os seus atos, demonstrando que os domínios privados a que se dedica não colidem com a sua atividade pública.

TEORIA POLÍTICA DOS IMPEDIMENTOS – DO IMPLÍCITO AO EXPLÍCITO

Na sua origem conceptual, ter *parresía* não é um caso de oportunidade, ou um impulso do momento. Não resulta de um cálculo com objetivo diverso dos fins em que a política se situa. É, sim, ter vontade constituída de se aproximar da frente numa convicção interna, que não inclui outra intenção. Decorre não “em função da riqueza mas em função do problema da *dýnamis*” (Foucault, 2008, p. 142), em que há que ter em conta “três categorias de cidadãos” (Foucault, 2008, p. 142):

- os “impotentes”, que não têm força para exercer o poder – o povo em geral;
- os ricos e bem-nascidos, que na qualidade de sábios não se ocupam de nada e que, ao calarem-se, não “utilizam a *parresía*” potencial provinda do conhecimento;
- “os que efetivamente se ocupam da cidade”, sendo apenas estes que encarnam e se servem da *parresía* (Foucault, 2008, p. 143), que é algo distinto da condição estatutária ou de qualquer obrigação imposta pela cidadania.

Por se tratar de uma exclusividade cometida a uma reduzida categoria de pessoas, o recurso à *parresía* acarreta grandes problemas, designadamente “riscos e perigos” aos que dela se servem para intervir na *cidade*. Neste contexto, é reconhecida, por exemplo, a exposição, que também os sujeita ao ódio dos impotentes, à troça dos sábios e, em geral, à “rivalidade e à inveja” das outras categorias, as quais, de um ou outro modo, circulam pela cidade. Assim, a *parresía* define “certa posição de certos indivíduos” (Foucault, 2008, p. 144) e consubstancia-se na diferenciação, reconhecida “por certa superioridade que também é uma ambição e um esforço para se ver numa posição tal, que possa dirigir os outros” (Foucault, 2008, p. 144). O reconhecimento da posse destes

atributos, idênticos entre elementos que se encontram destacados da restante população, direciona-os para um tipo de fusão tendencialmente associativa.

Os deputados eleitos à Assembleia da República configuram um desses encontros entre pares, possuídos por um interior orientado para a ação arrojada (Foucault, 2008). Contudo, alguns não se coíbem de participar, individual ou societariamente, em empresas com contratos com o Estado. Esses deputados fazem parte do conjunto de parlamentares com atividades extraparlíticas mas, entre si, constituem uma prática diferenciada, que coloca a atividade civil no centro da sua existência profissional. No caso, o Estado e os seus organismos são usados e colocados no lugar de clientes (ver Tabela 1). Nesta equação, o papel de deputado reveste-se de um significado tático, que o metamorfoseia num mediador entre a profissão civil e os clientes da órbita estatal.

Com as suas empresas, conquistam a atividade profissional civil, junto de entidades públicas do seu círculo eleitoral, ou de círculos eleitorais vizinhos, os quais estão submetidos aos órgãos autárquicos ou governo regional – no caso da Madeira. Os negócios são sempre dominados pelo seu partido e obtidos em regime de “ajuste direto”, facilitados pela ausência de concurso público (ver Tabela 1). A associação estabelecida entre os agentes e as formas de agir produz uma configuração tipológica em que o centro de encontro entre as partes, de gestão estratégica e de divisão do poder se localiza na elite dirigente dos partidos políticos.

Esta prática revela a predisposição para algo mais do que a estratégia de manutenção de um pé dentro da política e outro pé fora na atividade civil, como atrás foi demonstrado. Neste caso, a metáfora do movimento dos pés revela, não uma expectativa de separação dos campos, decorrente do receio de falhanço enquanto político, mas um expediente de ligação entre os dois domínios, tendo em vista as possibilidades de ação junto de outras instituições do Estado. O facto de a atividade civil poder servir de interface para a manipulação particular de entidades públicas, visando a realização de atividades económicas, reduz a atividade política à subalternidade, com o poder do deputado a submeter-se ao poder de agente partidário.

PARTIDO	NOME DO DEPUTADO	CÍRCULO ELEITORAL	PERÍODO DO NEGÓCIO	ATIVIDADE EXTRAPARTIDÁRIA	EMPRESA	PARTICIPAÇÃO	N.º CONTRATOS	VALOR
PS	José Rui Cruz	Viseu	2015	Sócio-gerente	Frutas Cruz II, Lda.	34%	20	164.000,00 € ⁶
PSD	Fernando Virgílio Macedo	Porto	2011	Sócio-gerente	Virgílio Macedo, SROC, Unip. Lda.	100%	2	83.000,00 € ⁷
					Rodrigo, Gregório & Associados	33%	7	168.000,00 €
PSD	Luís Montenegro	Aveiro	2014 - 2017	Sócio	Sousa Pinheiro & Montenegro	50%	6	188.000,00 € ⁸
PS	Ricardo Bexiga	Porto	2016	Sócio	Ricardo Bexiga, Oliveira e Silva & Associados	60%	5	200.000,00 € ⁹
PS	Luís Moreira Testa	Portalegre	2016	Sócio	CCP Associados	15,39%	1	2.400,00 € ¹⁰

PS	Renato Sampaio	Porto	2009 - 2017	Porto	Nuno Sampaio – Arquiteto Lda.	85%	15	716.000,00€ ¹¹
PSD	Paulo Rios de Oliveira	Porto		Advogado	Rios, Pinho & Cris- to, Soc. Avogados	45%	1	14.000,00 € ¹²
PSD	Guilherme Silva	Madeira	2009 - 2015	Advogado	Age individualmente	100%	25	638.000,00 € ¹³

Tabela 1: Deputados sócios de empresas com contratos públicos

Fonte: O *Jornal Económico* de 17 de março de 2017¹⁴

As estratégias surgidas nos interstícios dos aparelhos partidários formam-se em progressões dinâmicas, nas quais o processo gradativo latente orienta a *praxis* e os expedientes recursivos (Giddens, 1984). As práticas decorrentes da vivência ativa nos lugares de comando submetem os indivíduos, pelo menos “no plano dos princípios” (Michels, 2001, p. 416), a uma classe que não é a sua de origem, dando-se assim, através das rotinas, uma mutação do agente instigador de “uma contradição de interesses” (Michels, 2001, p. 416). Esta dissonância é resolvida, todavia, através do recurso a novas crenças do agir, que harmonizam o interior do agente, com o objeto exterior da sua ação (Festinger, 1962). Na disputa interior entre os diversos interesses em competição, a “decisão assenta sempre na maior força de atração, ou seja, na relação em que os interesses se encontram com as necessidades mais importantes da vida” (Michels, 2001, p. 416), o que tem, objetivamente, reflexos imediatos em fatores de ordem económica. Nesta mutação espirituosa, produzida na oposição das dinâmicas práticas constitutivas da realidade, “o antagonismo económico ultrapassa então a solidariedade ideológica e inscreve-se visivelmente na ordem do dia” (Michels, 2001, p. 416). Deste modo, o programa – original ato fundador das convenções políticas desejadas – é relegado para o lugar de um documento sem valor para as práticas dos atos políticos empreendidos.

⁶ Contratos efetuados com a Guarda Nacional Republicana e duas escolas públicas.

⁷ Empresa de que a Virgílio Macedo, SROC, possui 33,33% do capital. Dois contratos, por ajuste direto, que importaram em 58 mil euros, um com o Município de Valongo, em 2014, e o outro com o Município de Vila Nova de Gaia, em 2013.

⁸ Foi Presidente da Assembleia Municipal de Espinho (2009-2013) e vereador do município Espinho (1997-2001). Existem quatro contratos com a Câmara Municipal de Espinho (presidida por Joaquim Pinto Moreira, do PSD) e 2 com a Câmara Municipal de Vagos (presidida por Silvério Regalo, do PSD).

⁹ Contratos efetuados com o Município de Valongo, presidida por José Ribeiro, do PS.

¹⁰ Sócio da UP2Com (33,3%). Contrato efetuado com a Câmara de Portel.

¹¹ A empresa é detida em 15% pelo filho e 85% pela esposa. Os contratos foram realizados com a Administração Regional de Saúde do Norte, Município de Castelo Branco, Instituto Politécnico do Porto, etc. Em março de 2010, a Parque Escolar adjudicou a “elaboração do projeto de arquitetura” de uma escola em Castelo de Paiva, por mais de 204 mil euros, sem realizar um concurso público.

¹² Membro da Subcomissão de Ética e da Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas.

¹³ Contratos obtidos, através de “ajustes diretos” de entidades públicas (vice-Presidência do Governo Regional da Madeira, Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, Universidade da Madeira, Estradas da Madeira, etc.).

¹⁴ Dados coligidos, a partir do “registo de Interesses” dos deputados à Assembleia da República e dos contratos registados na base de dados dos contratos públicos, efetuados com o Estado. Retirado de <http://www.base.gov.pt/Base/pt/Homepage>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os partidos são organizações submetidos a uma doutrina de classe política (Albertoni, 1987), constituídos como comunidades associativas, de captura e distribuição de poder entre os seus membros. Esta circunstância faz deles aparelhos que têm como objetivo o uso da força acumulada, por um lado, para a “imposição de um programa por motivos ideais ou materiais” (Weber, 2004, p. 185), e por outro lado, para a aquisição de “prebendas”, ou seja, de favores do Estado, que de outro modo seria impossível adquirir. Enquanto o primeiro objetivo visa ao (pre)domínio da organização, o segundo tem por objetivo exclusivo o alcance de autoridade, traduzido no reconhecido social da posse de “honra para seus líderes e partidários” (Weber, 2004, p. 186). Na base de um entendimento do partido político moderno, a ação dos seus membros pouco se orienta, praticamente nada, para o reforço ideológico. Orienta-se, sobretudo, para a conquista patrimonial, prática que recupera a noção de “domínio ‘político’”, em que o poder doméstico é agregado “a outras relações de dominação”, concebidas, estrutural e sociologicamente, de acordo com “os dois poderes especificamente políticos (...), o poder militar e o judicial”. À semelhança do que sucedia na antiguidade, tais poderes são exercidos “ilimitadamente sobre aqueles que lhe estão patrimonialmente submetidos” (Weber, 2004, p. 240).

A circunstância de uma “lei de impedimentos” se opor a todas as acumulações, cuja possibilidade é negada, mas que na realidade são permitidas, dada a ausência de uma referência explícita à realidade potencialmente interdita, mas que não interessa impedir¹⁵, mostra como as leis do campo político alcançam uma *intenção*, decorrente do costume, assim estabelecendo e organizando, com a forma de leis, as coordenadas “do universo das técnicas de ação e de expressão”. Desta forma, ao promover-se a “passagem do implícito ao explícito”, na manifestação pública da obrigação legal, realiza-se “um ato de instituição”, apenas com uma força aparente de transformação, porque esse ato representa uma mera “forma de oficialização, de legitimação” (Bourdieu, 1981, p. 4) de uma realidade legal, que é obrigatoriamente aceitável, precisamente porque é legal.

No campo político, cabe aos membros, tornados especialistas, levar a cabo o empreendimento da produção das “formas de percepção e de expressão politicamente atuantes e legítimas” (Bourdieu 1981, p. 4). É desse modo que se arquiteta um limitado corpo de “unidades produtivas” (Bourdieu, 1981, p. 4), que se estabelece como monopólio de profissionais. Trata-se de um reduzido número que funciona sob constrangimento e o controlo dos mesmos profissionais que o constituem.

¹⁵ O exemplo está patente no artigo 21.º do Estatuto dos Deputados, que alude aos “impedimentos” e que veda à atividade de deputado quem esteja “no exercício de atividade de comércio ou indústria, direta ou indiretamente, com o cônjuge, não separado de pessoas e bens, por si ou entidade em que detenha participação relevante e designadamente superior a 10% do capital social, [está impedido de] celebrar contratos com o Estado e outras pessoas coletivas de direito público, participar em concursos de fornecimento de bens ou serviços, empreitadas ou concessões, abertos pelo Estado e demais pessoas coletivas de direito público, e, bem assim, por sociedades de capitais maioritária ou exclusivamente públicos ou por concessionários de serviços públicos”. Note-se a preocupação em não impedir negócios em empresas participadas e, em simultâneo, a ausência total no que diz respeito a impedimentos das profissões dominantes na Assembleia da República, com tendência para atividades extraparlamentares (Cf. Gráfico 4 e Tabela 1).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albertoni, E. A. (1987). *Doctrine de la classe politique et théorie des élites*. Paris: Librairie des Méridiens.
- Barthes, R. (1970). L'ancienne rhétorique. *Communications*, 16(1), 172-223.
- Belchior, A. M. (2011). *Democracia e Representação Partidária - A elite parlamentar e os cidadãos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Bourdieu, P. (1981). La représentation politique – Éléments pour une théorie du champ politique. *Actes de la recherche en sciences sociales.*, 36-37, 3-24. Retirado de http://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1981_num_36_1_2105
- Bourdieu, P. (2012). *Sur l'État. Cours au Collège de France 1989-1992*. Paris: Seuil.
- Braga da Cruz, M. (1988). Sobre o Parlamento português: partidarização parlamentar e parlamentarização partidária. *Análise Social*, 24(100), 97-125.
- Burton, M., & Higley, J. (2001). The Study of Political Elite Transformations. *International Review of Sociology*, 11(2), 181-199. doi: 10.1080/713674040
- Dal Bó, E., Dal Bó, P., & Snyder, J. (2009). Political dynasties. *Review of Economic Studies*, 76(1), 115-142. doi: 10.1111/j.1467-937X.2008.00519.x
- Elias, N. (1971). Sociology of Knowledge: New Perspectives: Part One. *Sociology*, 5(2), 149-168. doi: 10.1177/003803857100500201
- Fernandes, T. (2014). *Sociedade Civil*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Festinger, L. (1962). *A theory of cognitive dissonance (vol. 2)*. Stanford: Stanford University Press.
- Foucault, M. (1994). *História da sexualidade - O cuidado de si*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Foucault, M. (2008). *Le Gouvernement de soi et des autres. Cours au Collège de France. 1982-1983*. Paris: Seuil.
- Freire, A. (1998). Lógicas do recrutamento parlamentar – Os deputados portugueses, 1975-1999. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 28, 115-147.
- Freund, J. (1969). *L'Essence du Politique*. Paris: Sirey.
- Freund, J. (2003). *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Gaxie, D. (1980). Les logiques du recrutement politique. *Revue française de science politique*, 5-45. doi: 10.3406/rfsp.1980.393877
- Giddens, A. (1984). *The Constitution of Society – Outline of the Theory of Structuration*. Berkeley: University of California Press.
- Goffman, E. (1986). *Frame analysis – an essay on the organization of experience*. Boston: Northeast.
- Higley, J. (2010). *Elites e Democracia*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Jalali, C. (2017). *Partidos e Sistemas Partidários*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Jalali, C.; Silva, P. & Silva, S. (2012). Givers and takers: Parties, state resources and civil society in Portugal. *Party Politics*, 18(1), 61-80.
- Joly, H. (2005). Le elites politiques: regard croisé sur le cas français. *CIRAC, Cergy-Pontoise*, 149-167.
- Lisi, M. (2011). *Os Partidos Políticos em Portugal – Continuidade e Transformação*. Lisboa: Almedina.

- Martins, M. L. (1993). A epistemologia do saber quotidiano. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 37, 79-100.
- Martins, M. L. & Grácio, R. (Eds.) (2009). *Comunicação e Sociedade*, 16, Comunicação, Argumentação e Retórica.
- Martins, M. & Neves, J. P. (2000). As lágrimas amargas da participação: como pensar o “poder” a partir de Michel Foucault. *Cadernos do Noroeste*, 13, 51-65.
- Michels, R. (2001). *Para uma Sociologia dos Partidos Políticos*. Lisboa: Antígona.
- Mills, C. W. (1956). *The Power Elite*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Mosca, G. (1923). *Elementi di Scienza Politica*. Torino: Fratelli Bocca.
- Pareto, V. (2004). Circulação das Elites. In M. Braga da Cruz (Ed.), *Teorias Sociológicas – Os Fundadores e os Clássicos* (pp. 449-457). Lisboa: Gulbenkian.
- Parsons, T. (1939). The Professions and Social Structure. *Social Forces*, 17(4), 457-467. doi: 10.2307/2570695
- Rothe, M. (2011). Le courage de la vérité. Le gouvernement de soi et des autres II. Cours au Collège de France (1984) by Michel Foucault. *Ancient Philosophy*, 31(2), 475-478. doi: 10.5840/ancientphil201131243
- Schmitt, C. (2015). *O Conceito do Político*. Lisboa: Edições 70.
- Weber, M. (2004). *Economia e Sociedade – Vol. II*. S. Paulo: Editora Universidade de Brasília.
- Weber, M. (2005a). A Política como Vocação. In *Três Tipos de Poder e Outros Escritos*. Lisboa: Tribuna da História.
- Weber, M. (2005b). *Conceitos Sociológicos Fundamentais*. Lisboa: Edições 70.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Esser Silva é doutorando no programa doutoral da Fundação Ciência e Tecnologia “Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade” financiado pelo Projeto FCT PD/BD/52617/2014. Mestre em Sociologia com especialização em Organizações e Recursos Humanos. Dedicar-se ao estudo da cultura política e investiga as estratégias de formação dos profissionais da política.

E-mail: esser.jorge@gmail.com

Morada: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Campus de Gualtar, Universidade do Minho, Braga 4710-057, Portugal

Moisés de Lemos Martins é Professor de sociologia da cultura e da comunicação na Universidade do Minho (Braga, Portugal), sendo nesta universidade Diretor do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), que fundou em 2001. É autor de uma vasta obra académica no campo da epistemologia e sociologia da comunicação.

E-mail: moisesm@ics.uminho.pt; moiseslmartins@gmail.com

Morada: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Campus de Gualtar, Universidade do Minho, Braga 4710-057, Portugal

* **Submetido: 31-05-2017**

* **Aceite: 06-07-2017**

BETWEEN THE STATE AND SOCIETY – CIRCULATION OF PROFESSIONS WITHIN THE POLITICAL ELITE

Esser Silva & Moisés de Lemos Martins

ABSTRACT

This article aims to explore the theoretical structures that influence the formation of the elite class – or *the elites* – analysing the affirmation of these structures within the circulation of professions that have access to the political sphere, while comparing Foucault’s studies on *parrhesia* and *elutéria* with Weber’s concept of social *closure* by means of political parties, to understand how political professionals articulate their existence between civil society and public service. This analysis is orientated towards understanding the distinct traits of professional groups, as an objective characteristic for access to, and use of, power for personal benefit. Based on a study of MPs of the Portuguese Assembly of the Republic and the finding that “economists”, “lawyers” and “teachers” are the predominant professions, detailed analysis is provided of two structures of cohabitation within this *elite class*: characterised on the one hand, by nonchalance, fearlessness and the capacity to act frankly, enunciated as constituent inner qualities of any politician, and on the other hand, by externalized practices, with hidden goals in the strategies of the party apparatuses. These two structures establish two configurations – that of the *full-time politician* and that of the *fractioned politician*, both of which are cultivated in a hegemonic coexistence, which expresses, as an extensive mode of politics, a transmutation of ideological solidarity for the introduction of economic antagonism.

PALAVRAS-CHAVE

Parrhesia; elite; closure; extra-political professionals; legitimisation

RESUMO

Este artigo pretende, por um lado, explorar as ordenações teóricas que traçam a formação da classe eleita – ou *as elites* – transcorrendo a sua afirmação da circulação das profissões que acedem ao campo político e, por outro, entrecruzando os estudos de Foucault sobre *parresía* e *elutéria* com a noção weberiana de *fechamento* partidário, compreender o modo como os profissionais da política articulam a sua existência entre a vida civil e a vida estatal. Assim, esta análise orienta-se para a compreensão dos traços distintos dos grupos profissionais, enquanto característica objetiva para acesso e uso do poder em benefício próprio. Assente num estudo, que tem por base o caso dos deputados da Assembleia da República Portuguesa e na constatação que nela predominam “economistas”, “advogados” e “professores”, enquanto membros ativos, escrutam-se duas ordenações em coabitação nesta *classe eleita*: por um lado, entre o desapego, a ausência de medo e a capacidade de agir francamente, enunciados como qualidades interiores constituintes do político, e por outro lado, as práticas exteriorizadas com fins acobertados nas estratégias dos aparelhos partidários, formam-se duas configurações de sentido – a do *político inteiro* e a do *político fracionado*, ambos cultivados numa coexistência hegemónica, que enuncia, como modo extensivo da política, a transmutação da solidariedade ideológica para a introdução do antagonismo económico.

PALAVRAS-CHAVE

Parresía; elite; fechamento; profissionais extrapolítica; legitimação

INTRODUCTION

The political elite can be identified, on the basis of professions predisposed to seek places of political representation (Gaxie, 1980). The professions of MPs who belong to the Portuguese Assembly of the Republic, whose origin is civil, is an appropriate indicator to confirm, not only the statistical breakdown of these professionals, but also understand the dynamics and transformations that have occurred in recent years in the political sphere (Parsons, 1939). With Gaxie (1980) as a precursor, analysis of the professions involved in the political sphere has been the subject of several studies in Portugal, such as Braga da Cruz (1988), Freire (1998), Belchior (2011) and Lisi (2011) and Jalali (2017). The studies generally identify variations based on societal dynamics in general, which are introduced into the political sphere (Jalali, Silva, & Silva, 2012; Joly, 2005), thereby contributing to a better understanding of activities which are more predisposed to occupy places of mediation and influence, in relations of reciprocity, exchanged between civil society (Fernandes, 2014) and the state (Bourdieu, 2012; Burton & Higley, 2001).

It is commonly accepted that the attributes of elites, in particular regarding the degree of their cohesion, self-awareness, strategies and practices, can only be ascertained via “empirical research”, wherein a distinction should be consistently made “between ‘elites’ and ‘non-elites’” (Higley, 2010, p.17). The simplified nature of this premise must be viewed critically, given that, without such care, examination and interpretation of practices runs the risk of distorting the “true political stratification of societies” (Higley, 2010, p.17). The separation between “elites” and “non-elites” expresses the opportunity to use, as a technical resource, the creation of a framework of analytical experience (Goffman, 1986), constructed through simplification of reality. The ideal type – a Weberian construct formed using several characteristics of the subject as an object – allows us to attain knowledge by emphasizing transversality, and deepening the specific aspects of a given phenomenon, studying it in isolation (Weber, 2005b).

In order to analyse the principal professions of the Portuguese political elite between 1974 and 2015, we need to determine the dominant professions, their distribution, and their respective individual and collective dynamics? This knowledge will allow us to identify the professions which have more active strategies within the field under analysis. This will also enable us to foster a fuller understanding of the political phenomenon, from a differentiating perspective (beyond the classic division into various political parties), which is capable of explaining the links valued in civil society, to access, and use, the functioning of the State apparatus, in accordance with modalities that are suited to the benefits that may be withdrawn.

SELF-WILL AND THE STEP FORWARD

The main endeavour of the individual, identified as a political agent, is to understand the laws underlying his own self-government that can enable him to govern others, his countrymen (Foucault, 1994, 2008; Martins & Neves, 2000). In principle, the right to the *politeia*, or to the *city*, extends to all citizens; in this case, exclusively those who have

the right to vote. This is guaranteed by the principle of *isonomy*, this is the “equality of all before the law” (Foucault, 2008, p. 138). But it is not enough to belong to the *politeia* to gain the right to be an elected person, an exclusive characteristic of those who are chosen to “represent” others. In order to be an elected person – a representative – it is necessary to possess certain virtues, which distinguish and place the citizen in the “front row” (Foucault, 2008, p. 138).

The first of these qualities is to possess *eleuteria*, an inner state of freedom that is required of every politician, a presupposition that corresponds to the capacity to be independent, which is based on the principle that there is no power “held in a despotic or tyrannical manner by a single leader” (Foucault, 2008, p. 138). Above all, this concerns not being afraid of power, wherein power resides in the hands of others, and in one’s own hands. The possession of *eleuteria* is immediately manifested in the citizen who advances to the “first line”, an act that has no precedence and which exclusively results from self-will (Rothe, 2011).

The other quality is the right to speak, as a way of existing in the *city*. *Isegoria* alludes to the principle of the equal right to make one’s voice heard, as a universal right of everyone who is constituted as a citizen. But *isegoria*, by establishing the right to speak, does not guarantee, by itself, the emergence of individuals endowed with singular idiosyncrasy and personal verve. In addition to the right to speak, the aspiring individual must possess free-will as a foundation, which qualifies him and guides him to make a distinct and intrepid act, identified in the “freedom to speak and to speak his mind frankly, using words” (Foucault, 2008, p. 139). For this purpose, it is necessary to rely on “manifestations of truth, a series of operations and procedures whereby truth is spoken” (Foucault, 2008, p. 139), giving substance to a conduct called *parrhesia*, a notion that, evokes speaking sincerely and without ulterior motives.

Parrhesia is based on the principle of oracular truth, which endows to the prognosis the anticipated contours of authenticity and precision (Rothe, 2011). It is the anchor point of every individual who may potentially enter the political sphere and, likewise, also constitutes the initiatory dimension and the very foundation of democracy. It is the anticipated result of the “quest” (Foucault, 2008, p. 141) of all those who seek to debate public matters and who feel that they possess virtuous qualities.

But like all political praxis, *parrhesia* is “a human right, a human risk” (Foucault, 2008, p. 141). On the one hand, it is a flight of fancy, linked to the meaning of human existence, while on the other hand, it constitutes the political sphere and is a pillar of democracy, wherein one can’t exist without the other (Foucault, 2008, p. 142). This circularity, however, does not end with the possibilities of demarcating “relations between *parrhesia* and democracy” (Foucault, 2008, p. 142), especially in the ways in which *parrhesia* is recognized in the individual. Only an individual who holds this quality will move forward, towards the “small group of people who constitute the first rank of citizens” (Foucault, 2008, p. 142) and who, as in the case of the brave and virtuous soldier, prominently advances towards the first line of combat.

BETWEEN *PARRHESIA* AND THE DOMINATION OF THE ELITE CLASS

The self-imposed obligation of the discourse of truth does not incorporate the entire concept of *parrhesia*. In the antechamber of its conceptual formulation lies the *politeia* and the equal right held by all citizens to speak. *Parrhesia* goes beyond this constituted right to take the floor and to speak one's mind. It is also the element that allows certain individuals "to acquire a certain ascendancy over others" (Foucault, 2008, p. 145), recognizing within themselves aspects that differentiate them from others, in this case, self-acknowledging a kind of inner call to advance to the front line, where, after moving beyond the frontier, they shall address "others to tell them what they think, what they think is true, what they truly think is true" (Foucault, 2008, p. 145) and exclusively by telling the truth, never deceiving or defrauding, persuading others with good advice "and thereby manage and take care of the city" (Foucault, 2008, p. 145), ruling others with their finest attributes¹.

The sense of superiority constituted therein does not derive from an exclusive predominance, but rather from a shared superiority "with others in the form of competition, rivalry, conflict, litigation" (Foucault, 2008, p. 145) and this factor introduces the principle of emulation, in order to provoke a kind of competition aimed at surpassing their finest qualities. In this sense, *parrhesia* constitutes an "agonistic structure" (Foucault, 2008, p. 145), in which something more than a status emerges, insofar as other changes are introduced, based on the principles of a "dynamic structure" (Foucault, 2008, p. 145). It is this dynamic which congregates within itself the movement that can place the politician in the position of taking care of "the city in the form, and through exercise of a genuine discourse" (Foucault, 2008, p. 145). It is also in this function that the politician, using his own qualities and, primarily, experiencing the holding of power, finds himself set apart and separated from the common citizen, with the possibility of acts of domination (Weber, 2004).

This dominating condition, circumscribed to the affirmation and renewal of power, is a reality that transcends the entire civilized world (Mills, 1956). In contrast to the possession of *parrhesia*, the transmission of this stabilisation is achieved in the hereditary chain and "in an unending ferment of endosmosis and exosmosis between the ruling classes and certain portions of the lower classes" (Mosca, 1923, p. 69). The process of the stable political class only ends when the qualities recognized within themselves lose value and importance, and cease to assume any social function.

Using a malleable framework, Pareto (2004), following Mosca's line of reasoning (1923), conceives a formulation in which individuals maintain the possibilities of ascending the social ladder. To the imagined vision of homogeneous "society", viewed from the outside, Pareto contrasts heterogeneous society, formed in the interstices of its additions and contradictions. He starts from the principle that there is a dynamic

¹ It is appropriate, in this context, to open room for discussion of publicly-used discourses. See, in this regard, Roland Barthes (1970), on *L'ancienne rhétorique*, and also issue 16 of the journal *Comunicação e Sociedade*, "Comunicação, Argumentação e Retórica" [Communication, Argumentation and Rhetoric] (Martins & Grácio, 2009), as well as the article "Epistemologia do saber quotidiano" [The epistemology of everyday knowledge] (Martins, 1993).

plasticity within civilized nations, that results from the action and mobility of their components, thereby generating “intense circulation between the various classes” (Pareto, 2004, p. 449). It is the qualities of individuals that make possible the existence of various degrees in the composition of the social scale. The stratified division makes it possible to separate those who have exceptional qualities and those who end up being placed in the “highest places in the branch of their activity” (Pareto, 2004, p. 451). Pareto calls this category the *elite class*, and also intended to affirm that this is the “elite”, which is divided into two fractions: the “governing elite” and the “non-governing elite” (Pareto, 2004, p. 451). In general, the entirety of the *elite class* forms the ruling class. Below this we find the lower strata that are globally called the *non-elite*.

The ‘governing elite’ is distinguished from the “non-governing elite” by harbouring nobles, although hereditary titles have disappeared. But indirectly, hereditary power “remains powerful”, maintaining the principle that “whoever has inherited great wealth... can ensure the election of an MP, by paying voters and flattering them”, thereby creating a scenario in which “wealth, kinship, relationships” (Pareto, 2004, p. 452) function as levers that can elevate individuals, to the elite class, in general, and to the governing elite, including persons who in some cases have, and in others do not have, the necessary prerequisites for these functions.

According to Higley (2010), both Mosca and Pareto have perspectives that are excessively based on reproductive critical theories, in which the elites are constituted as a separate group, based on factors of distinction and belonging, supported by “superior individual qualities, whether intelligence, talent or personal magnetism” (Higley, 2010, p. 15). This idea is rooted in the well-known idea that destiny is traced out, in principle, according to an established system of social reproduction, constituted in accordance with a base that justifies the attraction and circulation of “individual social advantages and skills” (Higley, 2010, p. 15), between individuals who recognize each other and make themselves known to others. This strand of the elite is based on a specific type of cohesion, wherein its members are seemingly disconnected and with a silent bond, but vigorously founded on holding onto power.

UNIFICATION AND CLOSURE OF THE ELITE

Our perception of an elite is so diluted that Higley admits that any process aimed at eradicating social advantages and benefits, that may limit the role of the elite, are in principle condemned to failure. In fact, an elite establishes itself invisibly, without any organized expression of a collective group, and without any transversal interests, capable of being transformed into a political manifesto or organisation. Unlike collective groups, elites are “ambiguous and vague” (Higley, 2010, p. 15). They are not crossed by “social and cultural understandings”, to the point that not even the perks sought by their members derive from the claim of “status positions and objects of value”, whether for the individual member of the elite or for their allies, so that “they are only partially compatible with the satisfactions sought by others” (Higley, 2010, p. 15).

Independently of the country under analysis and the existence, or otherwise, of stability within its political system, the tendency towards control and “personalized manipulation” through various types of forces, often occurs by individuals or constituent groups of the elites, which, regardless of their sympathies for different political parties, interpret power as something that is personal and “directly dependent on the support of organic coercive forces” (Higley, 2010, pp. 18-19). For the members of high-society, power does not derive from occupying “institutional positions”, defined within the political organisation, but rather from the “success of a specific group, in obtaining control of the main means of coercion” (Higley, 2010, p. 19). This purpose, which is present in all groups of elites, not only expresses a congenial distrust in relation to the group itself, but, on the other hand, signals an endless predisposition towards struggle, in which attempts to seize power are “plausible and even probable” (Higley, 2010, p. 19). These configurations even assume contours of a “disunited elite”, characterized by the instability of the political system, which is often subjected to “profound and abrupt” changes, without the consequences of the struggles being considered in advance.

The disunited elite has practical expression in the marking of differences and permanent struggles, viewed as natural acts within the struggles of democracy. Relations in the political sphere, understood as being volatile and disposable, are constantly changing, “according to the forces and powers that link people together or that set them apart, in order to assert themselves” (Schmitt, 2015, p. 30). This view follows the broadly debated, and often refuted, perspective that the essence of politics (Freund, 1969) rests on the radical principle by which political parties live in a permanent antagonistic state, which separates parties between friend and foe (Schmitt, 2015).

In turn, the unified elite emerges as a result of the absence of instability and abrupt seizures of power. Respect for what society designates as an expression of authority, inscribing “institutionalized procedures that have been perpetuated and stabilized over long periods of time” (Higley, 2010, p. 20), seems to be explained by the behaviour of individuals who belong to the top of society. We cannot infer herein the idea of the implantation of a kind of tacit non-aggression pact between different groups of the elite. The primordial dimension of stability resides in the political sphere and is related to “acting with authority”, to the precise extent that one should not provoke the hostility of those who are actively involved in disputing valuable assets, nor lead inactive persons to embrace this “hostile sentiment” (Higley, 2010, p. 20). Political stability is obtained through a dynamic process of interaction between dissimilar persons, constituting an “artificial product of astute decisions taken by truly influential individuals” (Higley, 2010, p. 20), who, in turn, don’t refrain from using subterfuges and devices, achieved through “suppressing, distorting or manipulating issues”, directly, or indirectly taking part in decision-making, whereby by upholding the ignorance of the general public, as well as maintenance of its underlying “secret”, which is only disclosed to the few, “disastrous conflict” is avoided (Higley, 2010, p. 20).

The ability to keep secret the use of cunning, as a practice within a circle of differentiated groups of high society, implies a minimum degree of trust within this environment,

“in order not to expose its stratagems” (Higley, 2010, pp. 20-21), so as to hide the perceptible actions of everyday life. This concerted action, which is close to a “conspiracy of influential and effective decision-makers”, consolidates not only a tacit understanding “concerning the desirability of a stable political system”, but also reinforces the commitment between groups that structure “a unified elite” (Higley, 2010, pp. 20-21).

We can characterize the elites into two distinct types: “ideologically unified” elites and “consensually unified elites” (Higley, 2010, p. 21). The first type is characterized by adherence to a unique ideology, expressed, in general, after the emergence of a leader who is held to be homogeneous, and also by the fact that it is possible to avoid conflicts, in public, between the elite’s different aspirants. The harmony expressed in public actions thereby constitutes a device of power which is “capable of forcing the totality or the majority of members of the elite (...) to harmonize their public statements with the orthodox view” (Higley, 2010, p. 21). This, in turn, is imposed by individuals who are authorised to define the precepts, the leaders, and who perceive severity and control as means to block the “expression of divergent interests” (Higley, 2010, p. 21).

The “consensually unified elite” can be said to be built through adherence to differentiated forms of the political spectrum. And its members – the holders or aspirants of power – do not refrain from assuming “clearly divergent positions on public affairs” (Higley, 2010, p. 21). The conflictual situation implied in this type of elite constitutes an antagonism of different forces. This antagonism sees itself, however, within the context of a “set of rules”, naturalized as being primordial, not prescribed, but held as being indispensable in order “to eliminate the serious personal risks of disputes between elites” (Higley, 2010, p. 21). In this case, the dispute imposes a demarcated limit in the general interests, that will not be forgotten within the action of the political actors and that configures social closure.

The notion of social closure encompasses the contours of a claim to social prestige and honour, which a group attributes (to itself), through the tacit appeal, in reactivated permanence, of an honorific distinction (Weber, 2004). It presupposes a constant appeal of separation, and distinguishes itself by traits of dignity and possession of specific and exclusive properties for its members. As in medieval societies, the circle generated by social closure resembles a domain, not of tangible possessions, but of intangible configurations, which, as a rule, form a monopoly.

A monopoly exists whenever a “group imposes social closure, with variable limits, in order to increase the opportunities of its activity against those outside the group” (Freund, 2003, p. 115). Monopoly constitutes the supreme practical representation of a closed system, which promotes a privilege, and its typical form, in history, is located in the “corporation” (Freund, 2003, p. 116). In turn, it is the nature of a corporation to subject its potential members to a period of apprenticeship, whose aim is to learn how the organisational system functions, and is aimed at maintaining its monopoly over time (Dal Bó, Dal Bó, & Snyder, 2009).

On the basis of this understanding, a Darwinian judgment is formed, which leads to self-attribution of special blood-based qualities, constitutive of a putative ruling class

of politicians. This fallacy – oft repeated and announced as a truth – inspired Mosca (1923) to consider another way of preserving the political elite. This alternative approach is founded on the cult of the educational dimension. This determines, as factors to justify the outstanding qualities of the members of the aristocracy, a rigorous and “highly specific education”. Although possession of school skills explains superiority of knowledge and the virtuous grace of “purely intellectual attitudes” (Mosca, 1923, p. 67), this dimension does not clarify “differences of moral character, such as willpower, courage, pride, energy”, presented by individuals as a propensity to take “the step forward” mentioned by Foucault. There is no doubt, therefore, that social conditions resulting from birth, specifically “social position, family traditions, class habits” (Mosca, 1923, p. 67), end up by constituting a strengthened and decisive presence in the individual’s overall preparation, contributing, practically effortlessly, but as if derived from the intervention of pre-ordained destiny, “to the greater or lesser development” (Mosca, 1923, p. 67) of the presented personal qualities.

CIVIL PROFESSIONS OF THE POLITICAL ELITE

According to Gaxie (1980), the individual’s most recent profession before entering the world of politics, in addition to the social position and place occupied by that profession, will determine the likelihood of access to senior positions and the exercise of power within the political hierarchy. This is the reason for the conclusion that there is “close correlation between the political representation of a group and the social position of its members” (Gaxie, 1980, p. 5). This relationship paves the way to over-representation of professional categories from the ruling classes and under-representation – or even lack of representation – of “segments from the middle or working classes – with the significant exception of primary school teachers”, thus verifying an “inverted image of the social structure” (Gaxie, 1980, p. 6).

This paradoxical situation of representation reveals the monopoly of interest in political competition by agents who inhabit the “top of the social hierarchy”. This situation reveals characteristic traits of the aristocracy, to the extent that it establishes “the hierarchy of power and the prestige of positions in competition” (Gaxie, 1980, p. 6). In this manner there is a significant percentage increase of individuals pertaining to the ruling classes “in the hierarchies of political parties”, or when one goes through the hierarchy of political positions, from municipal councils to general boards, through candidates to become MPs and elected MPs and ministers (Gaxie, 1980, p. 6). In this competitive sphere of free-will, political agents favoured by their social condition assume “positions of political power, thereby reinforcing their social supremacy and political authority” which they come to hold (Gaxie, 1980, p. 6).

The regularity of these “general laws of political recruitment” (Gaxie, 1980, p. 6) is processed in immutable terms and from the perspective of the social reproduction of its members, with a view towards maintaining a status attributed to specific professional groups. As a rule, political recruitment operates with an iron fist and the tendencies that

prevail in the functioning of political organisations are of an oligarchical nature (Michels, 2001). As mediators of social power, political organisations harbour practices that reconcile the notion of public utility, based on civil society, with the convenience in instrumentalising the power localised within the State.

The statement of the existence of a “parliamentary tendency towards division into parties and party-based parliamentarisation”, by Braga da Cruz (1988) is our initial step towards ascertaining the professions present in the Assembly of the Republic. André Freire (1998), continued the work of Braga da Cruz, complementing it with the legislatures elected in the meantime. The social transformations that have taken place in Portugal over recent decades oblige us to introduce several changes in analysis of the professions. In the work analysed herein new professions have been added, which have gained access to the Portuguese Parliament and recomposed the composition of the Assembly of the Republic.

SUBSTITUTION EFFECT AND CONSEQUENCES

There are three main professions with greater predisposition to gain access to the Assembly of the Republic and which, over 40 years of Portuguese democracy, have formed the basis of the dominant professions in Parliament. Lawyers and jurists, teachers and professors in general, and economists and equivalent professions are, in particular, the professional groups that have the highest representation in the Assembly of the Republic, representing two-thirds of MPs between the VIII and XIII legislatures, as a result of the legislative elections held between 1999 and 2015 (chart 2). Between 1985 and 2015, the weight of these professional groups in the Assembly of the Republic has not always been the same. But roughly speaking, it can be said that the variations that have taken place in the meantime have not diminished their weight, as the most representative groups of the legislative branch.

These three dominant professional groups are complemented by the group of engineers, in their various specialisations, and the group of intermediate technicians, usually specialist agents, who hold non-managerial positions, from various fields. Both groups have maintained a constant representation over the years, although slightly reinforced over the last decade (Chart 1 and Chart 2).

The presence of medical professionals in the Assembly of the Republic, in historical terms, constitutes around 3% of Members, on average, and is therefore also a stabilized profession within Parliament. In contrast, the group of journalists and writers, together with the group of agricultural and industrial workers, have recorded a downward trend over the years, representing only 1% of MPs in 2015. General analysis of the chart reveals a progressive effect of substitution and/or, in certain cases, decrease, of certain professional groups. In the 2005 elections, no “senior civil servant” was elected, a category that in 1985, in the IV legislature, had some expression (5%), and remained relevant until 1995 (6%), declined in the VIII legislature (3%), and completely disappeared in the IX legislature.

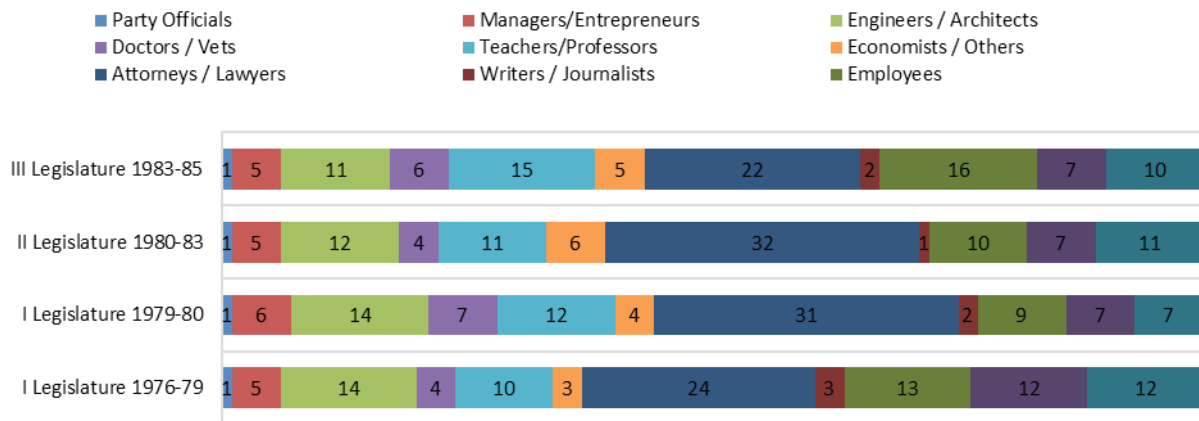


Chart 1: Professional areas of MPs of the Assembly of the Republic 1974-1985

Source: Braga da Cruz, 1988

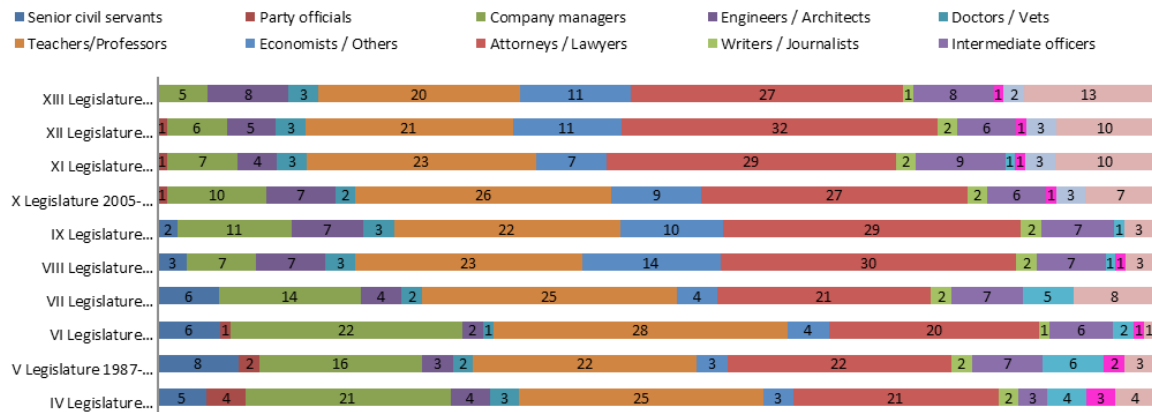


Chart 2: Professional areas of MPs of the Assembly of the Republic 1985-2015 (%)

Source: Braga da Cruz, 1988; Freire, 1998

This pattern of decline of a specific professional group was also recorded in the case of “party leaders”, which represented 4% of parliamentarians in 1985, but soon declined to 1% of the active members and is likely to disappear completely.

The number of “administrative employees” have also demonstrated an effect of substitution. They constituted 6% of MPs in 1987, persisted in 1995 (5%), but since 1999, this professional group has practically ceased to be represented amongst Portuguese MPs.

The departure of certain professions is the result of the reinforcement of other existing professions and the entry of other professions, reflecting the dynamics of Civil Society, which has spawned new professional fields. Indeed, after gaining some social support, new professional fields have sought to broaden their influence through inclusion within the political sphere. Since 2005, a new professional domain has appeared, expressed in the electoral geometry as MPs from the professional area of “consultants

and advisers”. This group immediately stabilized as 3% of all MPs. Along with this new category, there is extension of several professional activities, of miscellaneous natures – and therefore not categorisable – generically accumulated in the group ‘Other’.

“ECONOMISTS” AND “COMPANY MANAGERS”

Economists are a particular case, if analysed over the years. In the first three legislatures – between 1974 and 1985 – this professional group attained a level of representation that, in 1980-1983, reached a maximum of 6% of MPs (Graph 1). In the following years, between the IV and VII legislature (1985 to 1999), economists became less involved in the political sphere, ranging from 3% to 4% of individuals. However, from the 8th legislature onwards, this professional field emerged in strength within the legislative branch, becoming the third largest professional group in Parliament between 1999-2002, with 14% of the MPs. Despite the drop to 9% in 2009, economists then stabilized at 11% of all MPs elected to the Assembly of the Republic (Chart 2).

This historical rise of the involvement of economists in Parliament contrasts with the progressive decline of another professional group, originally defined between 1974 and 1985 as “Entrepreneurs and Managers” (Chart 1). In the first ten years after the 1974 revolution, these professionals ranged from 5% to 6% of MPs in the Assembly of the Republic. Their involvement had its highest level in the 10-year period between 1985-1995, in which the formulation of professional categories used in official statistics came closer to actual market practices. In 1985, the new nomenclature, “company managers”, represented 21% of all MPs, but then fell to 16% of MPs in 1987. This professional group’s commitment to the political sphere surged once again in 1991 when they represented 22% of all MPs. In 1995, individuals linked to management of companies still attained 14% of all legislative mandates, thereby maintaining a strong presence in Parliament. But the involvement of this group has fallen since then. From 1999 onwards, especially during the period between 2005 and 2015, the professional class of “company managers” gradually ceased to be represented in the Assembly of the Republic, with fewer MPs – falling to 5% of parliamentarians in 2015.

“LAWYERS” AND “TEACHERS/PROFESSORS”

Parliament has a historic predominance of lawyers and teachers/professors (Freire, 1998), wherein these two professional groups are the most stable source of MPs over the 40 years of Portuguese democracy. The regularity of the involvement of these professions in the Assembly of the Republic, acting as the structural foundation of the Parliament, denotes the consolidation of the institution.

In the case of lawyers, a profession that inevitably coincides with legal education, there is a recognised interconnection between parliament’s productive needs and lawyers’ skills in terms of legislative technical production. The predominant role played by lawyers in the Assembly of the Republic, is also influenced by the “qualities of tribune”

(Freire, 1998, p. 126), a requisite that is always required in a space in which the affirmation of any professional is also dependent on the quality of his or her oratorical skills.

The high numerical expression, and the historical regularity, of the professional group of teachers/professors, reveals a predisposition to take part in the political sphere amongst individuals who hold “socio-professional positions associated with an intermediate volume of resources – in terms of economic, organisational and educational capital” (Freire, 1998, p. 129).

As the dominant professional categories in the Assembly of the Republic, lawyers and teachers also demonstrate a remarkable degree of regularity. Since 1999 they have held slightly more than 50% of all parliamentary mandates. In 2015, in the XIII legislature, the aggregate presence of these two professional groups fell by 3%, and now stands at 47% of MPs.

The decrease in the combined presence of these two professional groups is associated with the substitution effect introduced with the fragmentary extension of new professional activities presented in Parliament. This trend became visible in 2009, and attained 13% of all MPs in 2015².

EXTRA-POLITICAL ACCUMULATION: ONE FOOT IN AND THE OTHER OUT

There are parliamentarians who maintain civil activities, alongside their political functions. Apparently, the duties of loyalty and independence, which spans all parliamentary activity, may be interpreted in a specific manner. About two-thirds (68%) of the 230 MPs declared that they devote themselves exclusively to parliamentary political activity. But the remaining 32% indicated that they carry out other occupations, in addition to regular political work, in the legislative body of the Portuguese Republic³ (Chart 3)⁴.

Legal and business activities (such as company director, manager and owner-manager), are the professions most prone to accumulation (69%). This circumstance demonstrates the tendency of these professions, not only in terms of access to, and domination of, the Assembly of the Republic, but also to identify areas of power, that make it possible to establish a shared path between public life and civil life.

The presence of a significant number of “consultants”, who accumulate both activities (10%), demonstrates the relevance that has been acquired by this professional group – as pointed out above (Chart 3). In this respect, “consultants” are followed, but at a considerable distance, by technical professions, such as doctors (4%), engineers and

² In absolute terms, there are 31 records – including 9 MPs who cite professional activities (actress, assistant, banker, researcher), 13 who indicate the academic field as a profession (including sociologists, psychologists, historians, mathematicians, chemists, archaeologists, geologists), two students, three pensioners, and four who left the space blank.

³ Data collected in May 2016, on the website of the Assembly of the Republic, which gave rise to the study “The Accumulators”, produced by the Observatory of Internal Democracy of Political Parties, of the Movement for Democratisation of Political Parties. Retrieved from <https://tinyurl.com/yapxhgr8>

⁴ The data used in this section was collected and provided by the Movement for the Democratisation of Political Parties, and subsequently analysed by the author.

architects (3%), who declare that they cannot forego their civil profession while working within the political sphere. University activity – understood in pedagogical terms as teaching (14%) – also reveals a predisposition towards teaching, considered in terms of higher education, for accumulation with political activity (Chart 4).

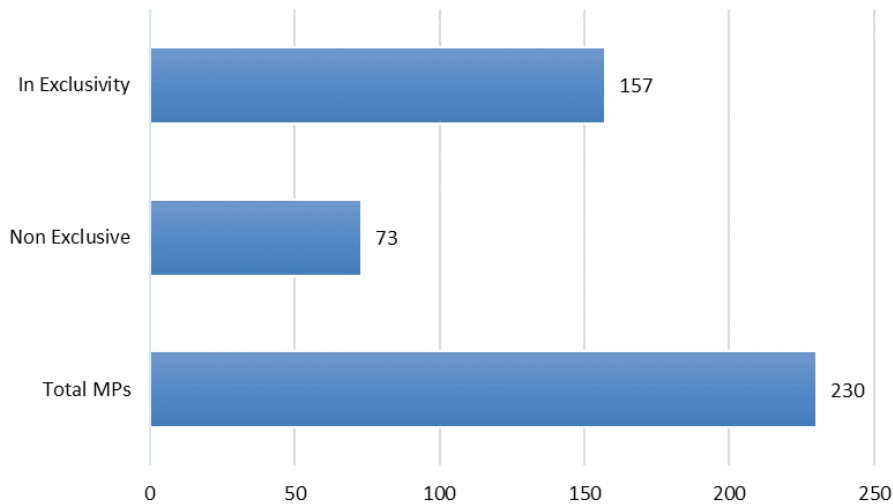


Chart 3: Dedication of MPs of the Assembly of the Republic

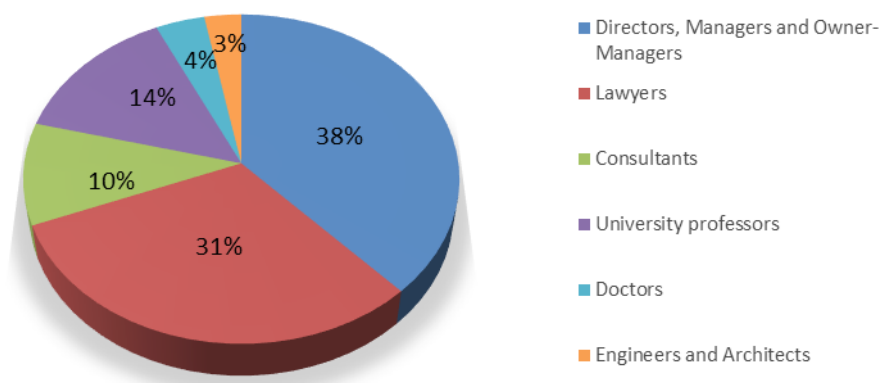


Chart 4: Last civil profession of the MPs of the Assembly of the Republic in situation of accumulation

As a rule, most parliamentarians with accumulations, assume a single role outside the political sphere. In extraordinary cases, this tendency is reinforced by individuals who accumulate several external functions with the practice of serving as an MP⁵, even

⁵ Several detailed cases of accumulation: Fernando Anastácio – elected by the constituency of Faro, also claims to be a director of the law firm, Fernando Anastácio & Associados, director of the consulting firm, Lucksin SA, chairman of the Board of Directors of Procota, chairman of the Board of Directors of Quinta do Escarpão (both of which operate in the field of real estate and tourism) and Chairman of the Board of the General Meeting of Mundo Aquático (theme parks). Luís Montenegro – elected by the constituency of Aveiro, is a lawyer with SP&M (he has a 50% shareholding), is President of the General Assembly of Rádio Popular – Eletrodomésticos, SA, member of CADA (Commission for Access to Administrative Documents), which he left in March 2017, and Chairman of the Municipal Assembly of Espinho. Nuno Magalhães – elected by the constituency of Setúbal, is a guest lecturer at the Lusófona University, a deputy of the Municipal Assembly of Setúbal, and a commentator of Sport TV (since 9.8.2016). see Register of interests of the Database of the Assembly of the Republic, at <http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputadoslista.aspx>

in circumstances in which their parliamentary activity may conflict with specific interests and obligations, that have been constituted in the meantime.

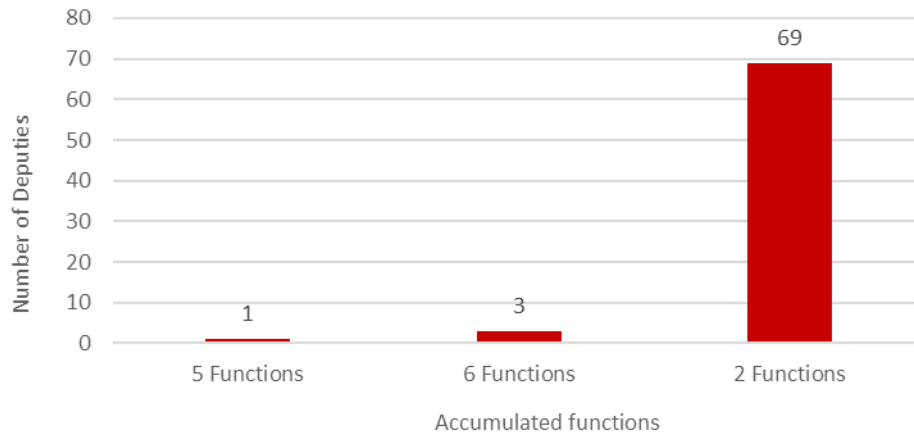


Chart 5: Extra-political functions accumulated by MPs

The Partido Social Democrata (PSD – Social Democratic Party) has the highest relative number of MPs (37 out of 89) who accumulate extra-political functions, followed by the CDS, which has an almost identical proportion (7 out of 18). At some distance, but revealing the same broad tendency, the Partido Socialista (PS - Socialist Party) presents practically one third (28 out of 86) of MPs, with an active civil life, divided between the state and civil professions. The Partido Comunista Português (PCP - Portuguese Communist Party) completes the framework of MPs who simultaneously pursue professions and extra-political activities, but in a far lower ratio (1 out of 15). This party-based relationship, in terms of MPs who pursue professions outside politics, has the peculiarity of rising from the left to the right of the political spectrum, with no MPs from the Partido Ecológico Os Verdes (PEV – Ecological Party – Green Party), or from the Bloco de Esquerda (Left Block) (Chart 6) accumulating professional activities.

The data presented on the accumulations of MPs of the Portuguese Assembly of the Republic enables us, in an overall reading, to make two interpretations. On the one hand, accumulation can be presented as a condition of the politician's independence vis-a-vis his or her political position. In this case, it would be a question of guaranteeing subsistence beyond the political sphere, thereby demonstrating that his or her political activity is not pursued as a job (Weber, 2005a). However, selfless, unconditional commitment, based on frankness (Foucault, 2008), as a constituent of the true “essence of the politician” (Freund, 1969), is never verified in full. The “step forward” and acting frankly, as instruments of loyalty to themselves and to others (Foucault, 2008), are immediately limited, and the politician's real value is therefore diminished, if we focus on the individual.

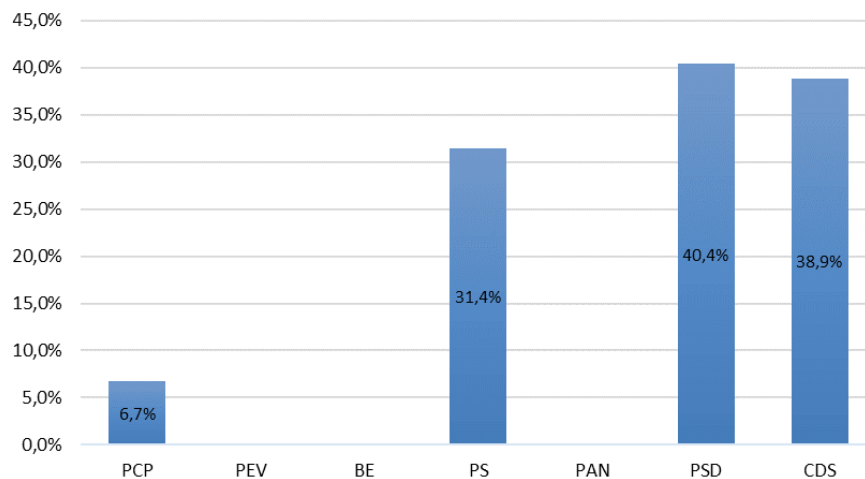


Chart 6: Weight in the party of MPs who pursue extra-political professions outside Parliament

In this case, the “step forward” is not realized in full and, unlike Foucault (2008), the candidate to become a political agent uses as a strategy the popular formula of keeping “one foot in and the other out”. And in these circumstances, the tendency for extra-political activities may only be a demonstration of the individual’s willingness to use political office as an instrument to increase his or her private professional activity – in other words, as an instrument that provides access to earnings that would otherwise be unavailable. In this case, the politician sees himself or herself as a kind of entrepreneur, who views political activity as a platform to expand the possibilities in terms of his or her private interests. In this way, the politician is simply a business person, who views politics as another tool to obtain contracts, carry out transactions and secure agreements, aiming at his or her physical accumulation of capital (Weber, 2005a). In this context, political practice is viewed as an activity that is equivalent to any other. And the absence of boundaries between political and private activities is complementary. This situation also reveals that access to political office occurs in the context of a struggle in which the winner is, first and foremost, in possession of a power that authorizes him or her to act in a field whose limits he or she dictates.

The coexistence of MPs in the Assembly of the Republic who accumulate their position with extra-political activities and MPs who dedicate themselves exclusively to political activity appears to be consensual and unquestioned, at least in public. There has been no denunciation or criticism produced to demonstrate the existence of any conflict between the two situations. Apparently everyone is in favour of the possibility of accumulation of activities. At least they don’t perceive any negative or potentially negative aspect of such shared activities, which places the individual in the political sphere and, at the same time, gives him or her the possibility to act professionally and in the civil field. But between an MP in a regime of exclusivity and an MP in a regime of non-exclusivity, two levels of meaning are formed (Elias, 1971). In the first case, we have a full-time politician, who consecrates his or her action, absolutely and fully, to the political sphere. In the second case, we have a divided politician, whose activity spans several domains. This

situation places him or her in the contingent situation of having to justify his or her actions, demonstrating that the private spheres to which he dedicates his or her activity does not collide with his or her public activity.

POLITICAL THEORY OF IMPEDIMENTS – FROM IMPLICIT TO EXPLICIT FACTORS

In its conceptual origin, to have *parrhesia* is not a case of opportunity, or a spur of the moment impulse. It doesn't result from a calculated move, for purposes other than the purposes that underpin politics. It is, rather, to have the will to step forward, as the result of an inner conviction, which does not include any other intention. It does not result "in function of wealth but in function of the problem of *dýnamis*" in which it is necessary to consider "three categories of citizens" (Foucault, 2008, p. 142):

- "impotent citizens", who don't have the strength to exercise power – i.e. the general public;
- rich and well-born individuals, who in their capacity as "wise men" don't take care of anything and who, by remaining silent, don't "use the *parrhesia*" that potentially derives from knowledge; and thirdly,
- "those who actually take care of the city", wherein it is only these people who incarnate and use *parrhesia* (Foucault, 2008, p. 143), which is something distinct from the statutory condition, or any obligation imposed by citizenship.

Because this is a faculty that is exclusivity entrusted to a small category of people, the use of *parrhesia* entails major problems, specifically "risks and dangers" to those who use it to intervene in the city. In this context, for example, there is recognition of exposure, which also subjects these individuals to the hatred of the impotent members of society, to the mockery of the wise men, and in general to "rivalry and envy" (Foucault, 2008, p. 144) of the other categories, which, in one way or another, circulate through the city. Thus, *parrhesia* defines "a certain position of certain individuals" (Foucault, 2008, p. 144) and is consubstantiated by differentiation, recognized "by a certain sense of superiority which is also an ambition, and an effort to see oneself in such a position as to be able to command others" (Foucault, 2008, p. 144). Recognition of possession of these attributes, that are identical between persons who are detached from the rest of the population, directs them towards a kind of "fusion" that tends to be associative.

The MPs elected to the Assembly of the Republic configure one of those encounters between peers, who possess an inner drive, orientated towards taking bold actions (Foucault, 2008). However, some MPs don't refrain from participating, individually or at a corporate level, in companies that sign contracts with the State. These MPs are part of the group of parliamentarians who pursue extra-political activities but who, among themselves, constitute a differentiated practice, placing civil activity at the heart of their professional existence. In this case, the State and its agencies are used and treated as clients (see Table 1). In this equation, the role of the MP has a tactical meaning, which metamorphoses him or her into a mediator between the civil profession and clients operating within the sphere of the State.

Through their companies, these politicians are able to conquer civil professional work, in relation to public entities within their constituency, or neighbouring constituencies, which are controlled by local government authorities or regional authorities – in the case of Madeira. Business is always dominated by the respective politicians' party and is obtained in a regime of "ajuste direto" (direct award), facilitated by the absence of a public tender process (see Table 1). The association established between political agents and forms of intervention, produces a typological configuration in which the centre of the encounter between the contractual parties, of strategic gestation and division of power is located in the ruling elite of the political parties.

This practice reveals the predisposition towards something more than a strategy of maintaining one foot within the political sphere and another outside, in civil society, as shown above. In this case, this foot-based metaphor doesn't indicate an expectation of separation between the two fields, due to the individual's fear of failure as a politician, but rather an intimate connection between the two fields, considering the possibilities of action with other state institutions. The fact that activity in civil society can serve as an interface for the specific manipulation of public entities, aiming at fostering economic activities, reduces political activity to a subaltern position, wherein the power of the MP is subjugated to the power of the party agent.

The strategies that arise in the interstices of the apparatuses of the different political parties are formed in dynamic progressions, in which the latent gradual process orientates the praxis and recursive expedient measures taken (Giddens, 1984). The practices resulting from active experience in positions of power, subjects individuals, at least "in terms of principles" (Michels, 2001, p. 416), to a class that differs from their class of origin, thus engendering, via routines, mutation within the instigating agent of "a contradiction of interests" (Michels, 2001, p. 416). This dissonance is however resolved through recourse to new beliefs of action, which create an inner harmony within the agent, with the external object of his action (Festinger, 1962). In the internal conflict between the various competing interests, the "decision is always based on the greatest force of attraction, this is, on the relationship in which interests correspond to the most important needs of life" (Michels, 2001, p. 416), which has, objectively, immediate repercussions on economic factors. In this spirit-based mutation, produced in opposition to the practical dynamics that constitute reality, "economic antagonism thus surpasses ideological solidarity and is visibly inscribed within the current agenda" (Michels, 2001, p. 416). In this manner, the party's programme – this is the original founding act of the desired political conventions – is relegated to the place of a mere document without value in terms of the practices of the political acts that will be taken.

PARTY	MP'S NAME	CONSTITUENCY	BUSINESS PERIOD	EXTRA-PARTY ACTIVITY	COMPANY	PARTICIPATION	No. CONTRACTS	VALUE
PS	José Rui Cruz	Viseu	2015	Owner-manager	Frutas Cruz II, Lda.	34%	20	164.000,00 € ⁶
PSD	Fernando Virgílio Macedo	Porto	2011	Owner-manager	Virgílio Macedo, SROC, Unip. Lda.	100%	2	83.000,00 € ⁷
					Rodrigo, Gregório & Associados	33%	7	168.000,00 €
PSD	Luís Montenegro	Aveiro	2014 - 2017	Shareholder	Sousa Pinheiro & Montenegro	50%	6	188.000,00 € ⁸
PS	Ricardo Bexiga	Porto	2016	Shareholder	Ricardo Bexiga, Oliveira e Silva & Associados	60%	5	200.000,00 € ⁹
PS	Luís Moreira Testa	Portalegre	2016	Shareholder	CCP Associados	15,39%	1	2.400,00 € ¹⁰
PS	Renato Sampaio	Porto	2009 - 2017	Porto	Nuno Sampaio – Arquitecto Lda.	85%	15	716.000,00€ ¹¹
PSD	Paulo Rios de Oliveira	Porto		Lawyer	Rios, Pinho & Cristo, Soc. Avogados	45%	1	14.000,00 € ¹²
PSD	Guilherme Silva	Madeira	2009 - 2015	Lawyer	work individually	100%	25	638.000,00 € ¹³

Table 1: MPs who are shareholders of companies that have public contracts

Source: *Jornal Económico*, 17 march 2017¹⁴

FINAL CONSIDERATIONS

The parties are organisations that are subject to a doctrine of a political class (Albertoni, 1987), constituted as associative communities, designed to capture and distribute power between its members. This circumstance makes them apparatuses whose goal is to use accumulated force, on the one hand, to “impose a programme for idealistic

⁶ Contracts signed with the Guarda Nacional Republicana (GNR - Republican National Guard) and two state schools.

⁷ A company in which Virgílio Macedo, SROC, owns 33,33% of the share capital. Two contracts, made as a direct award, in the amount of €58.000, one signed with the Municipality of Valongo in 2014, and the other with the Municipality of Vila Nova de Gaia in 2013.

⁸ He was Chairman of the Municipal Assembly of Espinho (2009-2013) and councilor of the Municipality of Espinho (1997-2001). There are four contracts signed with Espinho Municipal Council (whose mayor is Joaquim Pinto Moreira, of the PSD) and two contracts signed with Vagos Municipal Council (whose mayor is Silvério Regalo, of the PSD).

⁹ Contracts signed with the Municipality of Valongo, whose mayor is José Ribeiro, of the PS.

¹⁰ Shareholder of UP2Com (33,3%). Contract signed with Portel Municipal Council.

¹¹ Fifteen percent of the company is owned by his son and 85% by his wife. The contracts were signed with the Regional Health Administration of the North, the Municipality of Castelo Branco, Instituto Politécnico do Porto, etc. In March 2010, the Parque Escolar awarded the project to “draw up of the architecture project” of a school in Castelo de Paiva to the company, in the amount of more than €204.000, without conducting a public tender.

¹² Member of the Subcommittee on Ethics and of the Eventual Commission for the Enhancement of Transparency in the Exercise of Public Functions.

¹³ Contracts obtained via “direct awards” by public entities (Vice-Presidency of the Regional Government of Madeira, Legislative Assembly of the Autonomous Region of Madeira, University of Madeira, Estradas da Madeira (roads), etc.).

¹⁴ Data collected, from the “register of interests” of the MPs of the Assembly of the Republic and contracts registered in the database of public contracts, signed with the State. Retrieved from <http://www.base.gov.pt/Base/pt/Homepage>.

or material reasons” (Weber, 2004, p. 185), and on the other hand, for acquisition of “favours”, this is favours from the State, which it would otherwise be impossible to acquire. While the first objective aims to achieve the (pre)domination of the organisation, the exclusive objective of the latter is to attain authority, through recognized social possession of “honour for its leaders and supporters” (Weber, 2004, p. 186). Underpinning an understanding of the modern political party, the action of its members owes very little, indeed almost nothing, to reinforcement of ideological goals. It is primarily orientated towards conquest of wealth. This practice recovers the notion of “political domination”, in which domestic power is aggregated “to other relations of domination”, conceived, structurally and sociologically, in accordance with “the two specifically political powers (...), the military and the judicial power. “As in antiquity, such powers are exercised on a “unlimited basis over those who are patrimonially ruled by them” (Weber, 2004, p. 240).

The fact that a “law of impediments” forbids all forms of accumulation, the possibility of which is denied in theory, but which is permitted in practise, given the absence of an explicit reference to the potentially forbidden situation, but which there is no need to impede¹⁵, shows how the laws of the political sphere attain an *intention*, deriving from customs, thereby establishing and organizing, with the form of laws, the coordinates “of the universe of techniques of action and expression”. In this manner, by promoting the “passage from the implicit to the explicit”, in the public manifestation of the legal obligation, “an act of institution” is carried out, with only apparent force of transformation, because this act represents a mere “form of officialisation, of legitimisation” (Bourdieu 1981, p. 4) of a legal reality, which is necessarily acceptable, precisely because it is legal.

In the political sphere, it is the responsibility of the members, who become specialists, to undertake the production of the “politically active and legitimate forms of perception and expression” (Bourdieu 1981, p. 4). In this manner, a limited body of “productive units” (Bourdieu, 1981, p. 4) is constructed, which establishes itself as a monopoly of professionals. This is a small number of persons who operate subject to constraints and control of the same professionals who pertain to this group.

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

Albertoni, E. A. (1987). *Doctrine de la classe politique et théorie des élites*. Paris: Librairie des Méridiens.

Barthes, R. (1970). L'ancienne rhétorique. *Communications*, 16(1), 172-223.

Belchior, A. M. (2011). *Democracia e Representação Partidária - A elite parlamentar e os cidadãos*. Lisbon: Imprensa de Ciências Sociais.

¹⁵ The example is clear in article 21 of the Statute of MPs, which refers to “impediments” and which prohibits an MP who is “involved in a commercial or industrial activity, directly or indirectly, with his spouse, from whom he is not legally separated, in his own name or via an entity in which he holds a relevant shareholding and, in particular, more than 10% of the share capital, from signing contracts with the State and other legal entities governed by public law, take part in public tenders for the supply of goods or service, contract jobs or concessions, opened by the State and by other legal entities governed by public law, as well as by companies that are majority or exclusively state-owned or by concessionaires of public services”. It is important to note the concern not to impede business with companies in which MPs have shareholdings and, simultaneously, the total absence of impediments for the dominant professions of the Assembly of the Republic, who have a tendency to pursue extra-political activities (see Chart 4 and Table 1).

- Bourdieu, P. (1981). La représentation politique - Éléments pour une théorie du champ politique. *Actes de la recherche en sciences sociales.*, 36-37, 3-24. Retrieved from http://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1981_num_36_1_2105
- Bourdieu, P. (2012). *Sur l'État. Cours au Collège de France 1989-1992*. Paris: Seuil.
- Braga da Cruz, M. (1988). Sobre o Parlamento português: partidarização parlamentar e parlamentarização partidária. *Análise Social*, 24(100), 97-125.
- Burton, M., & Higley, J. (2001). The Study of Political Elite Transformations. *International Review of Sociology*, 11(2), 181-199. doi: 10.1080/713674040
- Dal Bó, E.; Dal Bó, P. & Snyder, J. (2009). Political dynasties. *Review of Economic Studies*, 76(1), 115-142. doi: 10.1111/j.1467-937X.2008.00519.x
- Elias, N. (1971). Sociology of Knowledge: New Perspectives: Part One. *Sociology*, 5(2), 149-168. doi: 10.1177/003803857100500201
- Fernandes, T. (2014). *Sociedade Civil*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Festinger, L. (1962). *A theory of cognitive dissonance (vol. 2)*. Stanford: Standford University Press.
- Foucault, M. (1994). *História da sexualidade – O cuidado de si*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Foucault, M. (2008). *Le Gouvernement de soi et des autres. Cours au Collège de France. 1982-1983*. Paris: Seuil.
- Freire, A. (1998). Lógicas do recrutamento parlamentar – Os deputados portugueses, 1975-1999. *Sociologia – Problemas e Práticas*, (28), 115-147.
- Freund, J. (1969). *L'Essence du Politique*. Paris: Sirey.
- Freund, J. (2003). *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Gaxie, D. (1980). Les logiques du recrutement politique. *Revue française de science politique*, 5-45. doi: 10.3406/rfsp.1980.393877
- Giddens, A. (1984). *The Constitution of Society – Outline of the Theory of Structuration*. Berkeley: University of California Press.
- Goffman, E. (1986). *Frame Analysis – An Essay on the Organization of Experience*. Boston: Northeast.
- Higley, J. (2010). *Elites e Democracia*. Lisbon: Livros Horizonte.
- Jalali, C. (2017). *Partidos e Sistemas Partidários*. Lisbon: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Jalali, C.; Silva, P. & Silva, S. (2012). Givers and takers: Parties, state resources and civil society in Portugal. *Party Politics*, 18(1), 61-80.
- Joly, H. (2005). Le elites politiques: regard croisé sur le cas français. *CIRAC, Cergy-Pontoise*, 149-167.
- Lisi, M. (2011). *Os Partidos Políticos em Portugal – Continuidade e Transformação*. Lisboa: Almedina.
- Martins, M. L. (1993). A epistemologia do saber quotidiano. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 37, 79-100.
- Martins, M. L. & Grácio, R. (Eds.) (2009). *Comunicação e Sociedade*, 16, Comunicação, Argumentação e Retórica.

- Martins, M. & Neves, J. P. (2000). As lágrimas amargas da participação: como pensar o “poder” a partir de Michel Foucault. *Cadernos do Noroeste*, 13, 51-65.
- Michels, R. (2001). *Para uma Sociologia dos partidos políticos*. Lisbon: Antígona.
- Mills, C. W. (1956). *The Power Elite*. New York: Oxford University Press.
- Mosca, G. (1923). *Elementi di Scienza Politica*. Torino: Fratelli Bocca.
- Pareto, V. (2004). Circulação das Elites. In M. Braga da Cruz (Ed.), *Teorias Sociológicas - Os Fundadores e os Clássicos* (pp. 449–457). Lisboa: Gulbenkian.
- Parsons, T. (1939). The Professions and Social Structure. *Social Forces*, 17(4), 457–467. Retrieved from <http://doi.org/10.2307/2570695>
- Rothe, M. (2011). Le courage de la vérité. Le gouvernement de soi et des autres II. Cours au Collège de France (1984) by Michel Foucault. *Ancient Philosophy*, 31(2), 475-478. doi: 10.5840/ancientphil201131243
- Schmitt, C. (2015). *O Conceito do Político*. Lisbon: Edições 70.
- Weber, M. (2004). *Economia e Sociedade - Vol. II*. S. Paulo: Editora Universidade de Brasília.
- Weber, M. (2005a). A Política como Vocação. In *Três Tipos de Poder e Outros Escritos*. Lisbon: Tribuna da História.
- Weber, M. (2005b). *Conceitos Sociológicos Fundamentais*. Lisboa: Edições 70.

BIOGRAPHIC NOTES

Esser Silva is a PhD student of the doctoral programme funded by the Portuguese Science and Technology Foundation (FCT) “Communication Studies: Technology, Culture and Society” via the Project FCT PD/BD/52617/2014. Master’s degree in Sociology, specialising in Organisations and Human Resources. She focuses on study of political culture and investigates the formation strategies of political professionals.

E-mail: esser.jorge@gmail.com

Address: Communication and Society Research Centre (CECS), Campus de Gualtar, University of Minho, Braga 4710-057, Portugal

Moisés de Lemos Martins is Professor of Sociology of Culture and Communication at the University of Minho (Braga, Portugal). Director of the Communication and Society Research Centre (CECS), which he founded in 2001. He is the author of a vast body of academic work in the field of the epistemology and sociology of communication.

E-mail: moisesm@ics.uminho.pt; moiseslmartins@gmail.com

Address: Communication and Society Research Centre (CECS), Campus de Gualtar, University of Minho, Braga 4710-057, Portugal

* Submitted: 31-05-2017

* Accepted: 6-07-2017

RELIGIÃO E PROTOGLOBALIZAÇÃO. A GLOBALIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA COMO DECALQUE LAICO DA UNIVERSALIZAÇÃO RELIGIOSA MODERNA

José Eduardo Franco

RESUMO

Este estudo exploratório pretende analisar como determinados axiomas teológicos bíblicos forneceram fundamentos para o ideário universalista do cristianismo como primeira religiosa com um horizonte expansionista à escala global. À luz desta perspectiva teórica situada no perímetro epistemológico da história religiosa, do imaginário e das mentalidades, podemos problematizar o fenómeno da protoglobalização que emerge na Época Moderna como tendo, na sua raiz, um móbil religioso, como religiosas são a sua legitimação e explicação. E foi ainda do meio religioso que surgiram os primeiros instrumentos e soluções globais para atender aos desafios trazidos pelo processo de conhecimento do mundo, em que os povos abriam as portas para serem conhecidos e receberem, em paz ou em guerra, as interinfluências dessa abertura. Esquecemos, em grande medida, o tempo seminal do atribulado início desta globalização que hoje vivenciamos de forma plena, mas não menos atribuladamente. Alguns desses instrumentos criados, com motivação religiosa nos séculos XVI e XVII, para responder ao mundo aberto são hoje reproduzidos, esvaziados desse referente, de modos e por meios variados, de que as multinacionais são a melhor expressão. Mas o processo moderno de secularização acabou por cortar o fio de ligação com o religioso, assumindo um cunho laico e civil.

PALAVRAS-CHAVE

Globalização; religião; Cristianismo; educação; missionação; multinacionais

ABSTRACT

This exploratory study aims to analyse how certain biblical theological axioms provided the foundations for the universalist ideas of Christianity as the first religion with a globally expansionist outlook. Based on this theoretical perspective situated within the epistemological boundaries of religious history, the imagination and mentalities, we can examine the phenomenon of protoglobalization that emerges in the modern age as having a religious motive at its heart, just as its legitimation and explanation are also religious. It was also from the religious sphere that the first global instruments and solutions emerged to deal with the challenges brought by the process of becoming acquainted with the world, where peoples opened their doors to being known and received, peacefully or otherwise, the inter-influences of that openness. We largely forget the seminal times of the turbulent beginnings of the globalization that today we experience fully but no less turbulently. Some of the instruments created with a religious motivation in the 16th and 17th centuries to respond to the open world are today reproduced, stripped of that point of reference, in different ways and by different means, of which multinationals are the best example. But the modern secularization process ended up cutting the connection with the religious, taking on an areligious, civil nature.

PALAVRAS-CHAVE

Globalization; religion; christianity; education; missionarismo; multinationals

Vivemos o início de um começo.

Edgar Morin

O mito é um arranjo do passado, seja ele real ou imaginado, em padrões que reforçam os valores e as aspirações mais profundas de uma cultura.

(...) Os mitos estão tão carregados de sentido que vivemos e morremos por eles. São os mapas que as culturas usam para navegar no tempo.

Ronald Wright

A história global nasceu da convicção de que os meios que os historiadores estavam usando para analisar o passado deixaram de ser suficientes.

A globalização lançou um desafio fundamental às ciências sociais e aos relatos dominantes sobre a mudança social.

Sebastian Conrad

HISTORIOGÉNESE BÍBLICA E A IDEIA TEOLÓGICA DE UMA GLOBALIZAÇÃO PRIMORDIAL

As religiões criacionistas, nomeadamente as de tradição abraâmica (judaísmo, cristianismo e islamismo), estabeleceram uma visão do mundo em que Deus é o senhor e o ser humano por Ele criado uma espécie de inquilino qualificado. Recorrendo a uma analogia retirada do campo semântico agrícola, o homem criado à imagem de Deus (*imago Dei*) é uma espécie de “benfeitor”, “feitor” ou colono de uma Terra que lhe foi confiada para explorar, (re)conhecer, nomear (classificar) e cuidar (Kung, 2007, p. 19).

A ideia de posse delegada da Terra é uma das características mais complexas da relação do Homem com a natureza, com implicações na perceção do papel ecológico do ser humano, como também no seu conhecimento e reconhecimento do mundo. As protologias judaico-cristãs e islâmica determinam que Deus criou global e completamente toda a realidade: o mundo e o cosmos. Ao ser humano é dada a condição de ícone, imagem, ou seja, representante de Deus na Terra, e de ser o primeiro a realizar o seu conhecimento e reconhecimento, classificando tudo o que vê, que o mesmo é dizer, dando nome às coisas criadas em movimento progressivo (Gn 1)¹.

O pecado da primeira idade da história, em perspetiva bíblica, subverte este processo em curso. A queda do primeiro casal humano quebra a harmonia inicial e como que opera o desencantamento da criação e do paraíso primigénio. Começa então verdadeiramente a história humana, com o seu cortejo de sucessos e insucessos, de alegrias e tragédias, numa trajetória descendente até à degradação completa. Segue-se o castigo do dilúvio universal, mas também a preservação, *in extremis*, dos seres vivos da fúria dos fenómenos naturais através de uma arca.

¹ O poder de nomeação das coisas novas é uma prerrogativa divina que está teologicamente ligada ao ato genesíaco da criação, mas que foi dado ao Homem como competência delegada (Vaz, 2007). Assim, o Homem recebe uma espécie de delegação divina para nomear, para dar identidade às coisas dispostas sob a sua dominação. Esta prerrogativa delegada é típica das idades primordiais (Ricoeur, 1986).

ESQUEMA HERMENÊUTICO TRIÁDICO DA HISTÓRIA: HARMONIA INICIAL/QUEDA/ REGENERAÇÃO

Esta narrativa paradigmática constitui, primeiro no quadro do percurso histórico de Israel, depois aplicada à história cristã e das nações que se modelam neste mesmo quadro, uma grelha de leitura das derivas do grande percurso da humanidade: quando as sociedades humanas atingem um estado de corrupção intolerável, Deus manda o redentor. João Medina, falando sobre este modelo de degradação/redenção, coloca em contraste as expectativas dos movimentos messiânicos e a lógica teológica de fundo da conceção doutrinal judaica do ritmo da história:

o que é sobretudo verdade no tocante aos movimentos de ativismo messiânico em que se pretende “apressar a vinda” do Messias, não obstante a advertência que, no salmo 45, 3, dava o Midrash Tehillim: “Israel disse a Deus: quando nos virás resgatar? E Deus respondeu: quando tiveres caído no mais baixo, então te virei resgatar!” Ou, como se advertia no livro de Esdras (IV, 34): “Não sejas mais apressado que o teu Criador”. (Medina, 1995, pp. 270-271)

Depois do primeiro castigo universal infligido à humanidade, operou-se também a primeira palingenesia. Então começou a segunda idade o mundo e a primeira aliança entre Deus e os homens, selada pelas esplendorosas cores do arco-íris. Por mandato divino, Noé, capitão da arca salvadora, e seus descendentes fizeram o repovoamento dos quatro cantos do mundo, recontando-se a história dos povos e das nações a partir de então e com base nessa visão global da refundação do mundo estabelecida pelo relato do *Génesis*. Assim sendo, a matriz genealógico-sociogénica da humanidade é miticamente estabelecida com esta definição da tábua das nações e o povoamento pós-diluviano da Terra. Neste caso, como noutros, explica L. Filipe Barreto (1996, p. 40) que, nestes livros bíblicos, “através do princípio da analogia, figuras como as de Adão, da Arca de Noé, do Dilúvio, do Apóstolo S. Tomé, das tribos perdidas de Israel, servem para caracterizar, localmente, uma cultura ou para integrar toda e qualquer unidade sociocultural no quadro universal do mundo”.

PROTO-HISTÓRIA HUMANA E CRISTÃ E A CONSTRUÇÃO DO MITO DAS ORIGENS DAS NAÇÕES

À luz desta tábua global da génese das nações pós-diluvianas, as histórias mitificantes das nações europeias são recontadas por historiadores medievais e protomodernos – em Portugal, Fernando Oliveira e Bernardo de Brito, em Espanha, Floriano Ocampo e Estabán Garibay e Zamaloa –, na pretensão de conferirem aos seus reinos uma primigénia antiguidade bíblica. E é também à luz dessa tábua mítica universal, uma espécie de código da historiogénese e da sociogénese das nações estabelecida no primeiro livro da Bíblia, que o mundo é percecionado como global, tendo a presença do Homem de ser também global, para garantir o seu domínio². Foi com base nesta matriz dos povos

² Claude-Gilbert Dubois (1972, p. 18), escrevendo sobre a problemática dos mitos das origens das nações europeias estabelecidos nos dealbar da Modernidade considera que “a génese do mito não pode ser dissociada do terreno histórico sobre

que se passou, em viagens de descoberta, a fazer o reconhecimento dessa primigénia dispersão universal da humanidade e da origem das nações (cf. Franco, 2000).

Nas narrativas mitológicas bíblicas, estruturadas por um ideário etiológico que visa a explicação genesíaca abrangente das realidades tangíveis e intangíveis, emerge uma leitura religiosa do mundo consabido como global. A dispersão universal de gentes e de línguas nos tempos primordiais narrados pela Bíblia assenta num querer divino. Esta grelha hermenêutica judaico-cristã tem a sua linha fundante na visão teológica da história elaborada na patrística dos primeiros séculos do cristianismo, tendo como proto-obra a *História Eclesiástica* de Eusébio de Cesareia, considerado o pai da história eclesiástica, também cognominado o “Heródoto cristão”. Tal como a sua *Histórica Eclesiástica*, também a sua *Crónica* tenta produzir uma narrativa universal à luz da nova mundividência e da historiovidência cristã (Eusébio de Cesareia, 2015), como mais tarde fará, de forma mais completa e filosoficamente mais profunda, o genial S.^{to} Agostinho. Com efeito, a teologia e a filosofia da história do bispo de Hipona, consignadas na sua monumental *Cidade de Deus* (Santo Agostinho, 1991-1995), estão na génese do pensamento historiográfico desenvolvido na Idade Média, para o qual Deus é indubitavelmente o dispensador das vitórias e dos fracassos dos homens, numa demonstração do poder divino sobre a história. Como explica J. Veríssimo Serrão (1969, p. 97):

para os autores que interpretam os sucessos como uma causa eficiente, Deus surge, através do seu poder sobrenatural, a conduzir os destinos humanos e a marcar o rumo da História. Nesta conceção, o homem surge como simples intérprete da vontade divina, como o ator de um pensamento que, segundo Leibniz, dirige o Mundo por meio de uma harmonia *praestabilita*.

Assim sendo, essa mitificada globalização primeva, que podemos designar como genesíaca, descrita no primeiro livro do Antigo Testamento, torna-se prefiguração de uma globalização religiosa no dealbar da nossa era, ou seja, no projeto de universalização do cristianismo, cujas sementes estavam espreiadas em profetas como o segundo Isaías. De facto, a ideia embrionária de uma religião universal corresponde a uma evolução ali patente e marcada de uma determinada noção de Deus; passa-se progressivamente de um Deus territorial para um Deus global, razão pela qual o seu culto e o acolhimento humano da sua mensagem também devem estar destinados a toda a humanidade (Wright, 2011).

Deparamos aqui com o tema fulcral das representações, que marca o progresso do conhecimento e da ideia de mundo criado. A noção de divindade e a fé exclusiva na centralidade monoteísta de um só Deus favoreceu o ideal de expansão e globalização religiosa que se tornou motor de outras globalizações; e as representações do mundo são igualmente significativas do movimento globalizador. Na modernidade, como lembra

o qual ele se apoia. Estas crenças assumem o aspeto de alegorias, cujo sentido é determinado pela conjuntura histórica; é uma maneira de exprimir reivindicações que pertencem a um tempo preciso e a aspirações em relação direta com a atualidade histórica”.

Ramada Curto (2016, p. 286), “os mapas-mundo são um dos casos mais evidentes de representações globais”. Estes mapas globais expressam já o desejo e o resultado de um mundo em processo de conhecimento e reconhecimento; ao contrário do que acontecia até à modernidade, em que essas representações cartográficas tinham uma componente imaginária muito forte, para poderem cobrir o saber (ou a ignorância) sobre a parte do planeta que não se conhecia ou se conhecia por notícias pouco rigorosas e muitas vezes efabuladas.

PROFECIA E UTOPIA DE UMA RELIGIÃO UNIVERSAL: MOTOR DA GLOBALIZAÇÃO

Realmente, o cristianismo potencia a globalização de um Deus único, tornando-se a primeira religião com vocação radicalmente universalista. O mandato atribuído a Cristo e proclamado imediatamente antes do episódio da ascensão ao Céu – “Ide pelo mundo inteiro e proclamai o evangelho a toda a criatura” (Mc 16,15) – projeta o cristianismo como religião de toda a humanidade. A meta da sua expansão passa a ser o mundo todo, o mundo global. Nunca até então, na história das religiões, um projeto religioso tinha afirmado tão claramente a ambição de atingir o orbe no seu conjunto e de substituir liminarmente todas as outras experiências religiosas, classificadas à partida como pagãs. E este ideário tornar-se-á um poderoso motor científico, ou seja, o móbil para o conhecimento e reconhecimento do mundo.

S. Paulo fala, nas suas epístolas canónicas, da aspiração do anúncio universal da boa nova como nova criação: a palavra do Verbo iria fazer novas todas coisas. Foi de facto o apóstolo das gentes que contribuiu para desnacionalizar o embrião fundador das primeiras comunidades cristãs, vencendo o debate sobre este tema que foi crítico no primeiro Concílio de Jerusalém, contra a posição de Pedro, que encabeçava a perspetiva judaizante e fechada da mensagem de Cristo. É a teologia paulina que abre as portas do cristianismo aos não judeus, fundamentando o seu projeto universalizante. Esta teologia profética assume uma conceção do mundo como regresso da humanidade ao seu *telos* mítico e ideal, conceção que, em Portugal, um intérprete paradigmático como António Vieira aplica como grelha de leitura para explicar o sentido da primeira globalização moderna, tecida através do desbravamento dos caminhos dos mares por portugueses e espanhóis: “tal é a história, portugueses, que vos presento, e por isso na língua vossa. Se se há de restituir o mundo à sua primitiva inteireza e natural formosura, não se poderá concertar um corpo tão grande sem dor e sentimento dos membros que estão fora de seu lugar. Alguns gemidos se hão de ouvir entre os vossos aplausos, mas esses também fazem harmonia” (Padre António Vieira, citado em Franco & Calafate, 2013a, p. 74). Encontramos aqui claramente a inspiração subjacente da teologia paulina nos gemidos semelhantes aos do parto materno que antecederiam a nova criação³.

³ Cf. a *Epístola aos Romanos*, de S. Paulo: “penso, com efeito, que os sofrimentos do tempo presente não têm proporção com a glória que deverá revelar-se em nós. De facto, a criação foi submetida à vaidade – não por seu querer, mas por vontade daquele que a submeteu – na esperança de ela também ser libertada da escravidão da corrupção para entrar na liberdade da glória dos filhos de Deus. Pois sabemos que a criação inteira geme e sofre as dores de parto até ao presente. E não somente ela. Mas também nós, que temos as primícias do Espírito, gememos interiormente, suspirando pela redenção do nosso corpo” (Rm 8, 18-23).

Portanto, a primeira globalização moderna é interpretada à luz de um paradigma religioso que a entende como uma nova criação, ou melhor, uma plenificação da criação divina feita através do processo de (re)conhecimento humano do conjunto das realidades criadas no horizonte de toda a Terra.

À luz deste programa globalista, os primeiros textos cristãos tinham também estabelecido o mito de que o evangelho teria sido pregado inicialmente em todo o mundo pelos apóstolos, enviados a evangelizá-lo. O mito da protopregação universal consolidou-se progressivamente: durante a Idade Média e ainda nos alvares da modernidade, acreditava-se que os apóstolos tinham repartido entre si as partes do mundo, a fim de as evangelizarem a todas.

Um tópico religioso que despertou grande interesse nos missionários jesuítas foi a crença, registada em algumas tribos ameríndias, numa figura superior, um ídolo denominado Pai-Sumé ou Zomé. Os Jesuítas associaram este nome ao do apóstolo S. Tomé, acerca do qual narrava uma lenda que teria empreendido a evangelização primitiva das Índias orientais e ocidentais; o nome e os elementos recolhidos e adaptados pelos missionários de S.^{to} Inácio foram, pois, tomados como eco recôndito dessa primitiva evangelização. Note-se que esta interpretação não é feita *ex nihilo*; é realizada com base numa outra tradição antiga, que afirmava que teria sido Jesus a distribuir os apóstolos pelos quatro cantos da Terra⁴, tendo deste modo sido lançadas as sementes do evangelho em todo o orbe terrestre numa primeira evangelização, da qual teriam ficado vestígios residuais, que os missionários modernos deveriam saber recuperar e fazer frutificar⁵.

Segundo a documentação de que dispomos hoje, terá sido o P.e Manuel da Nóbrega o primeiro a divulgar aquela insólita notícia, numa carta escrita de Salvador a Martín de Azpicuelta, conhecido por Doutor Navarro, a 10 de agosto de 1549: “têm [os índios tupi-guaranis] notícia de São Tomé e de um seu companheiro; e nesta Baía estão umas pegadas numa rocha que se têm por suas, e outras em São Vicente, que é no cabo desta costa” (Nóbrega, 1955, pp. 49-50). E completa esta informação com uma explicação mais desenvolvida na “Informação das terras do Brasil aos padres e irmãos de Coimbra”, desse mesmo ano:

dizem eles que Santo Tomé, a que chamam Zomé, passou por aqui. Isto lhes ficou por dito dos seus antepassados. E que as suas pisadas estão sinaladas junto de um rio, as quais eu fui ver por mais certeza, e vi com os próprios olhos quatro pisadas muito sinaladas com os seus dedos, as quais algumas vezes cobre o rio quando enche. Dizem também que quando deixou estas pisadas ia fugindo dos índios que o queriam frechar, e chegando ali se lhe abria o rio e passara por meio dele, sem se molhar à outra parte. E dali foi para a Índia. Assim mesmo contam que quando o queriam frechar os índios, as frechas se tornavam para eles e os matos lhe faziam caminho por onde passasse. Dizem também que lhes prometeu que havia de tornar

⁴ Desta narrativa mítica já tinha feito eco a pena de Duarte Pacheco Pereira (1988).

⁵ Sobre este assunto, ver o estudo aprofundado de Luís Filipe Thomaz (1991).

outra vez a vê-los. Ele os veja do céu, e seja seu intercessor por eles a Deus, para que venham a seu conhecimento e recebam a Santa Fé como o espera. (Nóbrega, 1955, pp. 66-67)⁶

Esta lenda estava tão arreigada nas mentes dos missionários dos séculos XVI e XVII que também encontra eco noutros autores, como é o caso do grande pregador António Vieira, que não deixa de lhe fazer referência, registando-a assim num dos seus mais belos e acutilantes sermões:

repreendeu Cristo aos Discípulos da incredulidade, e dureza de coração, com que não tinham dado crédito aos que O viram ressuscitado; e sobre esta repreensão os mandou que fossem pregar por todo o mundo. A São Pedro coubelhe Roma, e Itália; a São João, a Ásia Menor; a Santiago, Espanha; a São Mateus, Etiópia; a São Simão, Mesopotâmia; a São Judas Tadeu, o Egito; aos outros, outras Províncias; e finalmente a Santo Tomé, esta parte da América, em que estamos, a que vulgar, e indignamente chamaram Brasil. Agora pergunto eu: e porque nesta repartição coube o Brasil a Santo Tomé, e não a outro Apóstolo? Ouvi a razão. Notam alguns Autores modernos que notificou Cristo aos Apóstolos a pregação da Fé pelo mundo, depois de os repreender da culpa da incredulidade, para que os trabalhos, que haviam de padecer na pregação da Fé, fossem também em satisfação, e como em penitência da mesma incredulidade, e dureza de coração, que tiveram em não quererem crer: *Exprobavit incredulitatem eorum, et duritiam cordis, et dixit illis: Euntes in mundum universum*. E como Santo Tomé entre todos os Apóstolos foi o mais culpado na incredulidade, por isso a Santo Tomé lhe coube na repartição do mundo a missão do Brasil. (Padre António Vieira, citado em Franco & Cafalate, 2013b, pp. 249-250)⁷

Os teólogos e missionários modernos tinham estabelecido uma explicação mais ou menos consensual para a rarefação das marcas globais dessa mitificada primeira evangelização global, atribuindo-a a vicissitudes históricas e ao acentuar de uma certa compartimentação do mundo; a memória dessa primeira evangelização global ter-se-ia, pois, perdido ou chegado aos tempos coevos de forma residual. A atividade evangelizadora de S. Tomé na América e a existência do reino do Prestes João, buscado com afã pelos exploradores e missionários europeus no interior da África ou da Ásia, são exemplos que se enquadram nesse imaginário mítico do primeiro anúncio global da boa nova.

Mas o mundo que se pensava que tinha sido conhecido e percorrido globalmente como que se tornara ocluso para si próprio, fechando-se em vasos não comunicantes.

⁶ O próprio P.e Fernão Cardim (1540-1625), outro missionário de grande nomeada, chegou a referir que os índios brasileiros arranjavam o cabelo à moda de S. Tomé, “de que tiveram alguma notícia ainda que confusa” (Cardim, 1978, p. 106).

⁷ O célebre pregador serviu-se desta tradição lendária para incomodar as consciências dos seus ouvintes num dos seus mais exuberantes sermões. Recordar-lhes que, se S. Tomé teve a dita sorte de evangelizar as terras de Vera Cruz, tal se deveu a um castigo decretado por Cristo, pelo facto de este seu apóstolo ter duvidado da ressurreição do Salvador; o castigo consistiu em enviá-lo a pregar a boa nova àquela mais remota gente do orbe terrestre, que tinha o coração mais duro do que o faraó do Egito.

O mundo encantou-se, que o mesmo é dizer que ficou inacessível ou inapreensível no seu todo (Gauchet, 2004). O dealbar da modernidade, com as suas viagens marítimas apelidadas de descobrimento, teria sido, de acordo com este esquema hermenêutico da história, o instrumento para realizar o desencantamento do mundo.

RAZÃO RELIGIOSA E PROTOGLOBALIZAÇÃO MODERNA

Os séculos XV e XVI – ou seja, 1500 anos depois – veem, portanto, ressurgir em força a possibilidade de refazer esse sonho primeiro de globalização religiosa, de universalização do cristianismo, que fora como que interrompido e adiado na sua realidade começada.

As viagens marítimas promovidas a partir das monarquias ibéricas de Portugal e Espanha são, pois, legitimadas ao mais alto nível pelas lideranças políticas e religiosas à luz desse ideário religioso primigénio. Com efeito, tanto na parentética dos oradores sacros do movimento expansionista ibérico, como nas determinações legislativas régias que estabelecem as razões deste investimento, a razão religiosa surge à cabeça, como a mais importante para justificar o risco das viagens de conhecimento e expansão (Baptista, Franco & Cieszyńska, 2014, p. 103). Portugal conquista Ceuta e, a partir daí, todo o Norte de África sob domínio mouro para recuperar velhos territórios cristãos para a Igreja, e explica as viagens marítimas com o intento de descobrir novas gentes e novos povos a que levar a luz do evangelho, ou para reencontrar, no interior de África ou da Ásia, comunidades cristãs perdidas, sobreviventes da primeira evangelização, com as quais se teria perdido o contacto.

À luz deste móbil, o cristianismo projeta-se por todos os continentes e torna-se um fator decisivo para a promoção da primeira globalização efetiva. Os agentes do mundo compartimentado em povos, nações, culturas e religiões, até então isolados, conectam-se entre si e passam a interagir, a relacionar-se e a sofrer processos de intercâmbio e transferências culturais, de aculturações, interfecundações, etc..

Tiveram papel relevante neste processo as ordens religiosas com vocação missionária. Recorde-se que as ordens religiosas foram uma criação protomedieval, sofrendo, ao longo de cerca de mil anos, adaptações e metamorfoses, com especial enfoque na reforma mendicante do século XII e na criação dos Jesuítas, no século XVI. Sendo uma criação medieval, o carácter multinacional que o seu modelo de organização veio a adquirir fez delas as estruturas mais bem preparadas para se adaptarem ao mundo que haveria de emergir na modernidade: um mundo marcado pela mobilidade planetária (Franco, 2011). Com efeito, Dominicanos, Franciscanos e Jesuítas, só para referir alguns, vão projetar missionários em todos os continentes através da rede imperial portuguesa e espanhola, e usando as condições e os privilégios concedidos pelo papa aos monarcas destes reinos ibéricos, que assim fundam os chamados padroado português e espanhol, estabelecidos para patrocinar o projeto de globalização do cristianismo (Franco & Abreu, 2014).

Estas ordens, posicionando-se para o grande objetivo universal por via da atualização da utopia medieval do estabelecimento de um reino cristão global com a chegada do imperador dos últimos dias, vão criar uma série de instrumentos de alcance geral

para servir este ideário religioso, nomeadamente adaptando a sua estrutura organizativa para este efeito, e criando um sistema de comunicação global, para o qual exploram as vantagens da descoberta da imprensa e o nascimento da cultura de massas, através do poder multiplicador da escrita mimeografada pelo prelo gutenberguiano (Almeida, 2017; De Koninck, 2003; Martins, 2011). Os Jesuítas, ao lado das outras ordens missionárias, tiveram um papel relevante neste processo a partir da península Ibérica, usando os instrumentos dos já referidos padroados português e espanhol para projetar instituições a nível intercontinental (Alden, 1996).

PRIMEIRAS REDES E INSTITUIÇÕES GLOBAIS

As missões das ordens religiosas missionárias que ganham presença intercontinental tornam-se polos de difusão da língua portuguesa, que é a primeira língua europeia, seguida da espanhola, a adquirir dimensão global. Através de uma correspondência intensiva, de relatórios e de tratados religiosos, culturais e científicos, constitui-se nesta época uma primeira base de dados universal, operando-se, através do conhecimento, o domínio de toda a realidade criada, acentuando a ideia primigénia dos seres humanos como cuidadores, organizadores ou feitores de um senhorio que pertencia ao Deus global.

As missões cristãs financiadas pelas potências europeias constroem um cristianismo global, tornando-se instrumentos de civilização, mas também de trocas culturais, linguísticas, etc. Os missionários, que eram dos agentes intelectualmente mais qualificados deste período, contribuem para reunir informação sobre o mundo que se estava a descobrir globalmente. Através da rede de missões, e ao lado das instituições coloniais que se vão criando nos impérios europeus – quais observatórios do mundo que se dava a conhecer ao mesmo mundo –, constituíram o primeiro repositório do saber global; com efeito, Jesuítas, Franciscanos, Dominicanos, Agostinhos e Carmelitas, entre outros, movidos pelo ideário de anúncio do evangelho, iam registando e estudando o que observavam, aprendiam, gramaticalizavam e dicionarizavam muitas línguas até então desconhecidas, elaboravam histórias de povos e de países que não tinham a sua história feita ao modo ocidental, etc. Deste modo, a motivação religiosa que levou milhares e milhares de missionários a todos os cantos da Terra favoreceu a primeira grande operação global de conhecimento do mundo.

Do mesmo modo, cumpre destacar, no caso emblemático das iniciativas globais da Companhia de Jesus (Lowney, 2006), a criação da primeira rede global de ensino, um sistema de colégios regidos pelo mesmo regimento em todos os continentes onde se implantaram e reimplantaram (até hoje), a famosa *ratio studiorum* aprovada em 1599, que vigorou desde o Japão até ao Peru. Para atender a este desafio global de educação, foram criados, também neste contexto e para servir esta rede – sendo Portugal uma plataforma importante para o efeito –, os primeiros manuais globais de ensino, com destaque para a *Gramática Latina* do Jesuíta Manuel Álvares, reitor do Colégio das Artes de Coimbra, e os famosos manuais de filosofia, produzidos também em Coimbra, que

formavam o chamado *Cursus Conimbricencis*, e que serviram de base ao ensino médio e pré-universitário em toda a Europa e noutros continentes, até à China (Banchoff & Casanova, 2016). Por este curso se formaram grandes luminares proto-iluministas e iluministas europeus, como Descartes, Leibniz e Voltaire.

As novas e emergentes instituições, acompanhadas da construção de edifícios globais mimetizados com adaptações, tiveram influência na arquitetura e na arte religiosa, uma influência que favoreceu interconexões e interfecundações que deixaram marcas até hoje. No âmbito deste esforço de cristianização global, em que o nome de Cristo foi, pouco a pouco, pregado em todos os continentes, temos, entre outros, um caso paradigmático de interfecundação no plano linguístico verificado na Ásia: o atual Vietnã passou a usar o alfabeto latino na escrita da sua língua anamita devido à influência dos missionários jesuítas que ali trabalhavam, idos pela via do padroado português do Oriente, que funcionava como rampa de projeção destes padres e de outras ordens que começaram a espalhar novos campos de missão até ao Extremo Oriente.

Deste modo, Portugal foi, ao lado da vizinha Espanha e seguido depois pelas emergentes potências europeias, através dos seus agentes religiosos e também políticos, pioneiro e protagonista de uma atitude moderna de criação no campo das experiências e dos saberes, enriquecidos pelos referidos contactos, confrontos e intercâmbios. Boaventura de Sousa Santos dá em parte conta de tal dinamismo de continuidade no seu livro sobre Portugal:

o momento inicial da expansão foi um momento extremamente criativo. Constitui um campo de possibilidades caóticas, tão vulneráveis às fulgurações quanto ao aventureirismo próprio e alheio, tão excitantes quanto medíocres, tão justificativas de “Os Lusíadas” como de “O Soldado Prático”. Essa criatividade permitiu a Portugal ter sido um dos protagonistas da primeira modernidade europeia, a modernidade ibérica (...). É a modernidade de Pedro Fonseca, o Aristóteles português, e de Suarez, a modernidade dos Conimbricenses, como foram ao tempo conhecidos. A obra de Pedro da Fonseca teve 36 edições e foi lida por Descartes e Leibniz. Ou seja, o que veio a ser designado por modernidade europeia, de Descartes a Kant, foi de facto uma segunda modernidade, a da Europa Central, que se alimentou da modernidade ibérica, uma modernidade que, por ter sido protagonizada por países que entraram rapidamente em decadência, não foi reconhecida como tal nos séculos seguintes. Esta modernidade que Portugal, de algum modo, perdeu foi um longo período de inserção dependente que gerou o que designei acima por problema do passado. (Santos, 2011, p. 78)

O PENSAMENTO UTÓPICO COMO RESPOSTA ÀS CRISES DA GLOBALIZAÇÃO

Neste período, gerou-se entre a velha cristandade europeia o sentimento eufórico de que a história do cristianismo e da Igreja cristã, até então circunscrita a uma pequena

porção do planeta, poderia ser globalizada, cumprindo o projeto de universalização do cristianismo, mas também lembrando as profecias premonitórias de que a realização desta meta preludiará o fim do mundo, ou então o dealbar, não sem acontecimentos tormentosos, de uma idade beatífica de paz e santidade, a última idade da história, o Grande Sábado⁸.

No entanto, rapidamente se percebeu que esta expectativa de mudança do curso e da natureza da história humana não se realizava; pelo contrário, prosseguiu e acentuou-se a generalização dos conflitos tradicionais, somados às novas fraturas que despole-taram na história da cristandade europeia⁹. A Europa conheceu divisões religiosas, confessionalizando o cristianismo, e as guerras fratricidas que a ensanguentam tornaram-se também, conseqüentemente, globais (Eire, 2016).

À desilusão resultante da expectativa gorada da aceleração da história em direção a uma palingenesia final respondeu o pensamento utópico. Através da análise da evolução do processo e dos modelos de construção das utopias na modernidade, podemos compreender o progresso da percepção do mundo que passava a ser visto como global, e as respostas dadas às preocupações que daí advêm, também de alcance global¹⁰. Recuperamos aqui a importante nota de José Mattoso sobre a afirmação da consciência da possibilidade de perfeitibilidade humana na modernidade:

começo por fazer notar que a crença no futuro e a noção de que a Humanidade caminha para um mundo melhor exprimem uma das ideias típicas da civilização ocidental na época moderna. Não se pensava assim antes do tempo dos Descobrimentos, nem nos outros continentes. Simplificando muito, pode dizer-se que quando os europeus começaram a conhecer as outras civilizações e se deram conta da sua superioridade técnica no

⁸ Recorde-se que, na perspectiva cristã, a etapa final da história consistiria na evangelização e conversão de todos os povos; foi por isso que, na modernidade, emergiu a convicção de que se tinha inaugurado uma etapa decisiva nessa progressão. O P.e António Vieira é em Portugal, à semelhança de outros autores europeus, um excelente intérprete desta consciência emergente. Convencido de que a evangelização global em curso, que as viagens de descobrimento tinham facilitado, corresponderia a uma determinação especial de Deus e a uma vocação especial dos descobridores, não hesita em comparar os descobrimentos portugueses a uma nova epifania: “a primeira vocação da Gentilidade foi ‘nos dias de Herodes’: *In diebus Herodis Regis*; a segunda quase em nossos dias. A primeira foi ‘quando Cristo nasceu’: *cum natus esse Jesus*, a segunda quando já se contavam Mil e quinhentos anos do nascimento de Cristo. A primeira foi ‘por meio dos Reis do Oriente’: *Ecce Magi ab Oriente venerunt*; a segunda por meio dos Reis do Ocidente, e dos mais Ocidentais de todos, que são os de Portugal” (Padre António Vieira, citado em Franco & Cafalate, 2013c, p. 354). Esta ideia foi desenvolvida no “Sermão da epifania”, pregado na Capela Real no ano de 1662. Esta teologia cristã da história segue claramente uma determinação filosófica da história, onde a constituição do Império português cristão constitui um avanço decisivo, que, como é evidente, difere qualitativamente da história anterior. Assim, a história da salvação adquire, no século de Quinhentos, uma amplitude universal: de uma universalidade em potência passa para uma universalidade quase completa (Valente, 1980).

⁹ Atente-se que, em termos gerais, “no momento em que se afirmaram as nações europeias, reforçou-se a unidade da civilização ocidental; dois fenómenos aparentemente contraditórios e, no entanto, solidários, cuja dialética é uma das maiores características do período que estamos a estudar. A descoberta e exploração dos mundos exóticos viria, ao mesmo tempo, avivar as tensões entre os europeus e precisar ainda mais a comunidade dos seus destinos” (Delumeau, 1994, p. 48; Nisbert, 1980).

¹⁰ A utopia milenarista, muito desenvolvida e difundida, sob diversas formas e manifestações, na Idade Média, a partir, principalmente, da matriz patente no cap. 20 do *Apocalipse* de João, conhece uma concretização muito especial, destacando-se por uma arquitetura teológica bastante trabalhada e por uma visão global da história que pretende ser, além do seu carácter prospetivo, uma leitura crítica das instituições da Igreja do presente (Delumeau, 1997).

domínio militar, pensaram poder dominar todo o universo, e caminhar assim para uma sociedade que abrangesse a Humanidade inteira. Esta ideia durou séculos a germinar e a transformar-se em princípio de ação. Em certas correntes revestiu formas racionais e morais, noutras predominaram aspetos económicos e técnicos, noutras ainda manifestou-se como crença num progresso social e político. (Mattoso, 2012, pp. 63-64)¹¹

É neste contexto que se desenham importantes correntes de pensamento utópico, para dar resposta aos desafios que as sociedades humanas enfrentavam no quadro da nova mundividência global e dos dramas e expectativas dela decorrentes.

Distinguem-se duas correntes claras de solução utópica para o destino da humanidade neste processo moderno de conhecimento, reconhecimento e preocupação com a deriva da humanidade num mundo que se globalizava: uma corrente exclusivista e outra inclusivista.

A exclusivista é antiglobalista e parte de uma perceção muito pessimista do estado geral da humanidade e da possibilidade de ela ser regenerada no seu todo. Produções utópicas paradigmáticas desta corrente são a ilha da *Utopia* de Tomás Moro e a *Cidade do Sol* de Tommasio de Campanella. A possibilidade da construção de uma sociedade feliz implica, nesta perspetiva, uma nova oclusão, ou seja, passa por criar um espaço isolado, projetado num lugar restrito, onde uma porção pequena da humanidade possa viver com regras e valores bem definidos, e distintos dos da grande massa humana. Estas utopias, elitistas e antiglobais, nasceram no dealbar da modernidade, no seio de sociedades ou países como Inglaterra, que se definia a si própria como país-ilha, isolada do continente europeu, e Itália, dividida num quebra-cabeças de cidades-Estado¹².

As utopias inclusivistas, por seu lado, começam a elaborar-se mais intensamente na viragem para o século XVII, numa altura em que o conhecimento do planeta se encontra mais consolidado e em que a presença imperial das potências europeias está projetada intercontinentalmente. Esta corrente de pensamento é paradigmática do ideário de afirmação da esperança num futuro melhor para a humanidade no seu todo (Dias, 1960).

Uma delas, e bem emblemática, é a utopia do Quinto Império idealizada em Portugal, tendo como um dos seus mais geniais representantes António Vieira. Registaram-se elaborações homólogas em Espanha, e a ideologia quinto-imperialista encontrará uma genealogia metamórfica em vários países e tempos até ao séc. xx. O pensamento utópico quinto-imperialista, especialmente no caso de Vieira e das suas obras mais representativas (*História do Futuro* e *Clavis Prophetarum*), toma o mundo inteiro como palco sem fronteiras da possibilidade de a humanidade viver feliz no quadro de uma unidade cristã essencial, mas admitindo diversidade de expressões culturais e de tradições cívicas. A

¹¹ De facto, o recurso à especulação utópica constitui, segundo o P.e Manuel Antunes, “o fruto sazonado” principalmente das épocas de crise e dos tempos de crítica. “A utopia coaduna-se com a emergência da transformação individual e coletiva que o homem experimenta, com a exigência de esperar inscrita na sua natureza, com a capacidade de extrapolar a realidade e de recriar mundos novos pela ação conjunta da imaginação e da razão, no impulso de se projetar-se na dimensão do possível. Deste modo, a utopia tem a ver com a ideologia, com a escatologia, com a mitologia, com a profecia e com a prospetiva” (Padre Manuel Antunes, citado em Franco, 2007, p. 403).

¹² Sobre o tema da utopia ver Ricoeur (1991).

utopia de Vieira e as soluções por ele apresentadas para um mundo fraturado por guerras entre potências europeias, decorrentes, como se referiu, de ambições territoriais e da confessionalização do cristianismo em Igrejas separadas, são de inspiração religiosa, mas visam um progresso da humanidade em ordem a uma vida de paz, fraternidade e bem-estar generalizado (Franco & Mourão, 2005). De facto, como bem analisou o estudioso francês Raimund Cantel (1963), tais propostas foram precursoras de projetos laicos para a paz no mundo concebidos nos sécs. XIX e XX, entre os quais o ideário que esteve por trás da construção de uma autoridade mundial para regular o relacionamento entre os povos e estabelecer a concórdia entre as nações.

O pensamento utópico moderno, de fundo religioso cristão, é um bom indicador da percepção de um mundo que se globalizava e da consciência emergente das virtualidades, mas também dos graves problemas que estavam a advir do movimento globalizador. Este movimento, que se tornou imparável até hoje, tanto abriu as portas ao relacionamento entre os povos, que passaram a olhar-se de frente, fazendo desabar mitos e visões estereotipadas do mundo, quanto – não tenhamos ilusões – acicatou velhos e novos estereótipos antagonizadores.

De qualquer modo, este tempo matricial da globalização revolucionou não só as velhas mundividências, mas a própria ideia de ciência e as possibilidades do conhecimento para o progresso humano. Hoje é claro que os “descobrimientos” contribuíram para a produção de uma ciência e uma cultura novas, que mudaram a visão do mundo planetário e o próprio mundo europeu, quer nas paisagens das relações exteriores, quer nas paisagens interiores do pensamento humano. Como bem demonstra em volumosa obra recente David Wootton (2017, pp. 75, 79-80),

a ideia de descobrimento é contemporânea dos planos de Colombo (...) porque é o mesmo descobrimento que transformou o nosso mundo. (...) Antes do descobrimento supunha-se que a história se repetia e que a tradição proporcionava um guia razoável para o futuro; e acreditava-se que as maiores conquistas da civilização não se observavam no presente, mas no passado, na antiga Grécia e na Roma clássica. É fácil dizer que o nosso mundo atual foi feito pela ciência e pela tecnologia, mas o progresso científico e tecnológico depende de um pressuposto prévio, o pressuposto de que há descobrimientos a fazer. (...) Foi esta suposição de que há novos descobrimientos a realizar que operou a transformação do mundo, porque tornou possível a ciência e as tecnologias modernas.

Opera-se então uma transformação da visão do mundo que se reflete na transformação linguística da ideia de ciência e da possibilidade de a história se tornar de facto um movimento de progresso com horizonte de perfeitibilidade crescente.

Outra das consequências mais importantes deste processo, na sequência do qual a Europa se torna um continente imperial com domínios globais, foi a afirmação de uma civilização, a dita ocidental, que engrandeceu o seu sistema de valores, querendo validá-los como universais e passando a querer impô-los a toda a humanidade. Ainda hoje

não ultrapassámos, com efeito, o paradigma ético que continua a gerar debate sobre a existência de valores universais, sendo esses os que são identificados com a civilização ocidental. Contudo, deixou de ser possível impor valores universais a partir de uma matriz civilizacional de referência, sendo necessário reconhecer, no quadro da comunidade internacional, a existência de um conjunto mínimo de valores comuns a todas as civilizações, culturas, povos e religiões, que permitem a assunção do *homo fraternus, inter pares*, um ideal de homem capaz de viver em fraterna concórdia com os seus iguais, mas também fraterno para com a natureza, de modo a assegurar, na sua qualidade de cuidador, a maior harmonia ecológica possível.

CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

Quando tentamos compreender dinamismos que suscitaram interconexões e interações globais, não podemos deixar de ter bem presente que, neste domínio, o trabalho do historiador não é, como escreve Sebastian Conrad (2017, p. 16), “escrever uma história total do nosso planeta”, mesmo explorando um determinado movimento da história, seja ele religioso, cultural ou político; apenas podemos almejar ter “em mente as conexões globais e as condições estruturais”, para podemos tentar compreender algumas dominantes de longuíssima duração e as suas mudanças em momentos charneira, que desabrocham depois de uma grande maturação. De facto, como lembra o estudioso citado, a “história global, portanto, não é sinónimo de ‘macro-história’. Muitas vezes na história global os problemas mais interessantes surgem no ponto de interseção entre os processos globais e as suas manifestações locais”.

Considerando esta esteira teórica, e tendo em conta que nos situamos no domínio da história religiosa, do imaginário e das mentalidades, podemos problematizar o fenómeno da protoglobalização despoletada na época moderna como tendo na sua raiz um móbil religioso, como religiosas são a sua legitimação e explicação. E foi ainda do meio religioso que vieram os primeiros instrumentos e soluções globais para atender aos desafios trazidos pelo processo de conhecimento do mundo, em que os povos abriam as portas para serem vistos e conhecidos e receberem, em paz ou em guerra, as interinfluências dessa escancarada abertura.

Hoje, em pleno séc. xxi, esquecemos, em grande medida, o tempo seminal do atribulado início desta globalização que habitamos de forma plena, mas não menos atribuladamente. Muitos dos instrumentos criados, com inspiração e motivação religiosa, nos séculos XVI e XVII, para responder a um mundo global que então se abria à Europa, são hoje reproduzidos de modos e por meios variados, de que as multinacionais económicas e financeiras são a melhor expressão, embora sem esse referente religioso. De facto, o processo moderno de secularização acabou por cortar o fio de ligação com o religioso, assumindo um cunho laico e civil.

Todavia, não podemos esquecer que esse tempo da protoglobalização foi um tempo por excelência para rever e refazer os velhos mitos e gizar novas soluções, em vista da construção de futuros mais perfeitos para a humanidade, que então se apresentava

de corpo inteiro pelo conhecimento escrito e pelos contactos dos viajantes globais. O religioso teve, neste momento auroral da modernidade globalizada, um papel decisivo e modelador no processo humano nunca acabado de construir e desconstruir narrativas e utopias, que são os mapas de sentido da humanidade; e são esses mapas que hoje continuamos a fazer e a refazer incansavelmente. Vale a pena avocar esta passagem bem lúcida de Ronald Wright (2004, p. 19):

a nossa civilização, que inclui a maior parte das suas predecessoras, é um grande navio a todo o vapor em direção ao futuro. Viaja mais depressa, mais longe e com mais carga do que qualquer uma das anteriores. Podemos não conseguir prever todos os perigos e escolhos, mas lendo o ângulo e a direção da bússola, compreendendo o seu desígnio, o seu historial de segurança e os conhecimentos da tripulação, podemos, penso eu, traçar uma rota racional entre os estreitos e os icebergs que nos surgem pela frente. (...) Temos tendência a considerar a nossa época como excepcional e realmente é sob muitos aspetos. Mas a falta de uma visão global vivida no presente, o modo como os nossos olhos seguem a bola e não o jogo, é muito perigosa.

A mesma inquietude em relação ao futuro da humanidade permanece e perturba o coração dos homens. Hoje – diferentemente do que eram as expectativas dominantes de há 500 anos, situadas mais num horizonte espiritual e explicadas teologicamente – coloca-se o problema da sobrevivência da própria humanidade, devido ao desgaste que ela tem produzido na natureza que tinha a vocação de cuidar. Mais do que nunca se pede, se exige e se pensa a urgência de uma reforma da própria humanidade e da sua consciência na relação com o mundo criado, ou gerado, ou formado (consoante as óticas religiosas e científicas em que nos situamos). A proposta de uma ética global defendida por Hans Kung (2007), procurando pontos de entendimento e valores comuns a partir dos diferentes patrimónios éticos gerados pelas diversas religiões do mundo, tem cada vez mais pertinência no contexto atual. Por seu lado, essa necessária reforma global passará, em grande medida, pelo trabalho de fundo advogado por Edgar Morin (2015, pp. 98-99):

o único presente que nos pode preparar para o futuro será a realização de uma reforma do conhecimento e do pensamento, a que chamo complexo, que não nos dará a infalibilidade, mas que nos permitirá fazer menos erros e ter menos ilusões e menos cegueiras: um pensamento global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alden, D. (1996). *The Making of An Enterprise. The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond (1540-1750)*. Stanford: Stanford University.
- Almeida, O. T. de (2017). *A Obsessão da portugalidade*. Lisboa: Quetzal.

- Banchoff, T. & Casanova, J. (Eds.) (2016). *The Jesuits and Globalization: Historical Legacies and Contemporary Challenges*. Washington, DC: Georgetown University Press.
- Baptista, M. M.; Franco, J. E. & Cieszyńska, B. (Eds.) (2014). *Europa das Nacionalidades: Imaginários, Identidades e Metamorfoses Políticas*. Coimbra: Grácio Editor.
- Barreto, L. F. (1996). *A Ciência e os Descobrimentos*. Lisboa: JNICT.
- Cantel, R. (1963). *Prophétisme et Messianisme dans l'Oeuvre de Antonio Vieira*. Paris: Ed. Hispano-Americanas.
- Cardim, F. (1978). *Tratado da Terra e Gente do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Conrad, S. (2017). *Historia Global: Una Nueva Visión para al Mundo Actual*. Barcelona: Crítica.
- De Koninck, T. (2003). *A Nova Ignorância e o Problema da Cultura*. Lisboa: Edições 70.
- Delumeau, J. (1994). *A Civilização do Renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Delumeau, J. (1997). *Mil Anos de Felicidade: Uma História do Paraíso*. Lisboa: Terramar.
- Dias, J. S. S. (1960). *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal (Sécs. XVI a XVIII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Dubois, C.-G. (1972). *Celts et Gaulois au XVI^e Siècle. Le Développement Littéraire d'Un Mythe Nationaliste, avec l'Édition Critique d'Un Traité Inédit de Guillaume Postel de ce Qui Est Premier pour Reformar le Monde*. Paris: Vrin.
- Eire, C. M. N. (2016). *Reformations. The Early Modern World (1450-1650)*. Londres: Yale University Press.
- Epístola aos Romanos*, S. Paulo, (Rm 8, 18-23).
- Eusébio de Cesareia (2017). *História Eclesiástica*. São Paulo: Paulus.
- Franco, J. E. (Ed.) (2007). *Obra Completa Padre Manuel Antunes*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Franco, J. E. & Abreu, L. M. (Eds.) (2014). *Para a História das Ordens e Congregações Religiosas em Portugal, na Europa e no Mundo*. Lisboa: Paulinas.
- Franco, J. E. & Calafate, P. (Eds.) (2013a). *História do Futuro. Padre António Vieira Obra Completa, Tomo 3, Vol. 1*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Franco, J. E. & Calafate, P. (Eds.) (2013b). *Sermões da Páscoa e do Pentecostes. Padre António Vieira Obra Completa, Tomo 2, Vol. 5*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Franco, J. E. & Calafate, P. (Eds.) (2013c). *Sermões do Advento, do Natal e da Epifania. Padre António Vieira Obra Completa, Tomo 2, Vol. 1*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Franco, J. E. & Mourão, J. A. (2005). *Influência de Joaquim de Flora em Portugal e na Europa. Escritos de Natália Correia sobre a Utopia da Idade Feminina do Espírito Santo*. Lisboa: Roma Editora.
- Franco, J. E. (2000). *O Mito de Portugal. A Primeira História de Portugal e a Sua Função Política*. Lisboa: Fundação Maria Manuela e Vasco Albuquerque d'Orey/Roma Editora.
- Franco, J. E. (Ed.) (2011). *O Esplendor da Austeridade: 1000 Anos de Empreendedorismo das Ordens e Congregações em Portugal – Arte, Cultura e Solidariedade*. Lisboa: INCM.
- Gauchet, M. (2004). *Un Monde Désenchanté*. Paris: Éditions de l'Atlier/Éditions Ouvrières.

- Kung, H. (2007). *Projeto para Uma Ética Mundial*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Kung, H. (2007). *Religiões do Mundo: Em busca de Pontos em comum*. Lisboa, Multinova.
- Lowney, C. (2006). *Liderança Heroica: As Melhores Práticas de Uma Companhia com 450 Anos Que Mudou o Mundo*. Lisboa: Verbo.
- Martins, M. L. (2011). *Crise no Castelo da Cultura: das Estrelas para o Ecrãs*. Coimbra: Grácio Editor.
- Mattoso, J. (2012). *Levantar o Céu: Os Labirintos da Sabedoria*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- Medina, J. (1995). O sebastianismo. Exame crítico dum mito português. In J. Medina (Ed.), *História de Portugal* (pp. 270-271). Amadora, Clube Internacional do Livro.
- Morin, E. (2015). *Penser Global*. Paris: Éditions Robert Lafont/Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Nisbert, R. (1980). *History of the Idea of Progress*. London: Heinemann Education Books.
- Nóbrega, M. da (1955). *Cartas do Brasil e mais Escritos*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis.
- Pereira, D. P. (1988). *Esmeraldo de Situ Orbis*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- Ramada Curto, D. (2016). *Estudos sobre a Globalização*. Lisboa: Edições 70.
- Ricoeur, P. (1986). *Du Texte à l'Action. Essais d'Hermeneutique*. Paris: Seuil.
- Ricoeur, P. (1991). *Ideologia e Utopia*. Lisboa: Edições 70.
- Santo Agostinho (1991-1995). *A Cidade de Deus*, 3 Vols.. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Santos, B. S. (2011). *Portugal: Ensaio contra a Autoflagelação*. Lisboa: Almedina.
- Serrão, J. V. (1969). *História e Conhecimento Histórico*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Thomaz, L. F. (1991). A lenda de São Tomé apóstolo e a expansão portuguesa. *Lusitania Sacra*, III, 350-418.
- Valente, V. P. (1980). *Estudos sobre a Crise Nacional*. Lisboa: INCM.
- Vaz, A. (2007). No princípio da Bíblia está o mito: A espiritualidade dos mitos da criação. *Didaskalia*, 37, 45-73.
- Wootton, D. (2017). *La Invención de la Ciencia: Una Nueva Historia de la Revolución Científica*. Barcelona: Editorial Planteta.
- Wright, R. (2004). *Breve História do Progresso*. Lisboa: Dom Quixote.
- Wright, R. (2011). *A Evolução de Deus*. Lisboa: Guerra e Paz.

NOTA BIOGRÁFICA

José Eduardo Franco é professor Catedrático da Universidade Aberta e titular da CIDH – Cátedra FCT/Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização (Universidade Aberta/CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de

Lisboa). É membro correspondente da Academia Portuguesa da História e Vice-Presidente da Sociedade Internacional de Estudos Jesuítas (SIEJ) com sede em Paris.

E-mail: eduardofranco.cidh@gmail.com; eduardo.franco@uab.pt

Endereço: CIDH - Cátedra Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização

Universidade Aberta/CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa | PALÁCIO CEIA, Rua da Escola Politécnica, 147, 1269-001 Lisboa

Submetido: 02/09/2017

Aceite: 25/10/2017

RELIGION AND PROTO-GLOBALIZATION. CONTEMPORARY GLOBALIZATION AS A SECULAR TRANSLATION OF THE MODERN UNIVERSALIZATION OF RELIGION

José Eduardo Franco

ABSTRACT

This exploratory study aims to analyse how certain biblical theological axioms provided the foundations for the universalist ideas of Christianity as the first religion with a globally expansionist outlook. Based on this theoretical perspective situated within the epistemological boundaries of religious history, the imagination and mentalities, we can examine the phenomenon of proto-globalization that emerges in the modern age as having a religious motive at its heart, just as its legitimation and explanation are also religious. It was also from the religious sphere that the first global instruments and solutions emerged to deal with the challenges brought by the process of becoming acquainted with the world, where peoples opened their doors to being known and received, peacefully or otherwise, the inter-influences of that openness. We largely forget the seminal times of the turbulent beginnings of the globalization that today we experience fully but no less turbulently. Some of the instruments created with a religious motivation in the 16th and 17th centuries to respond to the open world are today reproduced, stripped of that point of reference, in different ways and by different means, of which multinationals are the best example. But the modern secularization process ended up cutting the connection with the religious, taking on an areligious, civil nature.

PALAVRAS-CHAVE

Globalization; religion; christianity; education; missionarismo; multinationals

RESUMO

Este estudo exploratório pretende analisar como determinados axiomas teológicos bíblicos forneceram fundamentos para o ideário universalista do cristianismo como primeira religiosa com um horizonte expansionista à escala global. À luz desta perspetiva teórica situada no perímetro epistemológico da história religiosa, do imaginário e das mentalidades, podemos problematizar o fenómeno da protoglobalização que emerge na Época Moderna como tendo, na sua raiz, um móbil religioso, como religiosas são a sua legitimação e explicação. E foi ainda do meio religioso que surgiram os primeiros instrumentos e soluções globais para atender aos desafios trazidos pelo processo de conhecimento do mundo, em que os povos abriam as portas para serem conhecidos e receberem, em paz ou em guerra, as interinfluências dessa abertura. Esquecemos, em grande medida, o tempo seminal do atribulado início desta globalização que hoje vivenciamos de forma plena, mas não menos atribuladamente. Alguns desses instrumentos criados, com motivação religiosa nos séculos XVI e XVII, para responder ao mundo aberto são hoje reproduzidos, esvaziados desse referente, de modos e por meios variados, de que as multinacionais são a melhor expressão. Mas o processo moderno de secularização acabou por cortar o fio de ligação com o religioso, assumindo um cunho laico e civil.

PALAVRAS-CHAVE

Globalização; religião; Cristianismo; educação; missionação; multinacionais

We are living through the start of a beginning.

Edgar Morin

Myth is an arrangement of the past, whether real or imagined, in patterns that reinforce a culture's deepest values and aspirations. (...) Myths are so fraught with meaning that we live and die by them. They are the maps by which cultures navigate through time.

Ronald Wright

Global history was born out of a conviction that the tools historians had been using to analyze the past were no longer sufficient. Globalization has posed a fundamental challenge to the social sciences and to the dominant narratives of social change.

Sebastian Conrad

BIBLICAL HISTORIOGENESIS AND THE THEOLOGICAL IDEA OF A FIRST GLOBALIZATION

The creationist religions, i.e. those of the Abrahamic tradition (Judaism, Christianity and Islam), established a vision of the world in which God is the landlord and the human being created by Him a kind of designated tenant. To use a farming analogy, the man created in God's image (*imago Dei*) is a kind of "benefactor", "custodian" or settler of an Earth that was entrusted to him to explore, become acquainted with, recognize, name (classify) and care for (Kung, 2007, p. 19).

The idea of a delegated possession of the Earth is one of the most complex characteristics of man's relationship with nature, with implications in the understanding of human beings' ecological role, as well as in their acquaintance with and recognition of the world. Judaeo-Christian and Islamic protologies establish that God globally and completely created all of reality: the world and the cosmos. Human beings are given the condition of icon, image, i.e. representative of God on Earth, and are the first to become acquainted with it and recognize it, classifying all they see. In other words, they gradually give names to the created things (Gen 1)¹.

The sin of the first era of history, from a biblical perspective, subverts this ongoing process. The fall of the first human couple breaks the initial harmony and triggers the disenchantment of creation and primordial paradise. Human history then truly begins, with its procession of successes and failures, joys and tragedies, in a path downwards before reaching complete degradation. This is followed by the punishment of the great flood, but also the preservation, *in extremis*, of living beings from the fury of natural phenomena, thanks to the ark.

¹ The power of naming new things is a divine prerogative that is theologically connected to the genestic act of creation, but it was given to man as a delegated power (Vaz, 2007). Man therefore receives a kind of divine delegation to name and give identity to the things made available under his dominion. This delegated prerogative is typical of primordial eras (Ricoeur, 1986).

THE THREEFOLD HERMENEUTIC SCHEME OF HISTORY: INITIAL HARMONY / FALL / REGENERATION

This paradigmatic narrative is – first in the framework of the history of Israel and later applied to Christian history and the history of the nations shaped within this framework – a guideline for the drifting in the great journey of humanity: when human societies reach a state of intolerable corruption, God sends the redeemer. João Medina, when discussing this model of degradation/redemption, contrasts the expectations of messianic movements and the theological logic at the heart of the Jewish doctrinal concept of the pace of history:

which is true above all as regards messianic activism movements that aim to “hasten the coming” of the Messiah, despite the warning that Midrash Tehillim gave in psalm 45, 3: ‘Israel said unto God: O Lord, when wilt Thou redeem us? And God replied: When you have fallen to your lowest depth.’ Or, as warned in the book of Ezra (IV, 34): “Do not thou hasten above the most Highest”. (Medina, 1995, pp. 270-271)

After the first universal punishment inflicted on humanity came the first palingenesis. That was when the second age of the world and the first covenant between God and men, sealed by the magnificent colours of the rainbow. By divine mandate, Noah, captain of the ark of salvation, and his descendants repopulated the four corners of the world, recounting the history of peoples and nations from then on, based on this global view of the refounding of the world established by the reports of *Genesis*. The genealogical and sociogenic basis of humanity was therefore established with the definition of the table of nations and the post-flood settlement of the Earth. In this case, as in others, L. Filipe Barreto (1996, p. 40) explains that, in these biblical books, “through the principles of analogy, figures like Adam, Noah’s Ark, the Flood, Thomas the Apostle, the lost tribes of Israel, serve to locally characterize a culture or integrate each and every sociocultural unit into the universal framework of the world”.

HUMAN AND CHRISTIAN PROTO-HISTORY AND THE BUILDING OF THE MYTH OF THE ORIGINS OF NATIONS

In the light of this global table of the genesis of post-flood nations, the myth-building histories of European nations are recounted by mediaeval and proto-modern historians – in Portugal, Fernando Oliveira and Bernardo de Brito; in Spain, Floriano Ocampo and Esteban de Garibay y Zamalloa – with the aim of giving their kingdoms a biblical, primordial and ancient quality. It is also in the light of that mythical, universal table, a kind of code of the historiogenesis and sociogenesis of nations established in the first book of the Bible that the world is perceived as global, with the presence of man also being global, to guarantee control over the world². It was based on this foundation of peoples

² Claude-Gilbert Dubois (1972, p. 18), writing about the problem of origin myths of European nations established at the dawn of modernity, believes that “the genesis of the myth cannot be decoupled from the historical grounds on which it is based. These beliefs have the appearance of allegories, the meaning of which is determined by the historical context; it is

that, on the journeys of the discoveries, the primordial, universal dispersion of humanity and the origin of the nations began to be recognized (Franco, 2000).

In biblical mythological narratives, structured by an aetiological idea that aims to provide a broad genestic explanation of tangible and intangible realities, a religious interpretation of the world emerges that is jointly understood as being global. The universal dispersion of peoples and languages in primordial times narrated by the Bible is based on a divine will. This Judaeo-Christian hermeneutic framework finds its founding guideline in the theological view of history drawn up in the patristics of the first centuries of Christianity, having as its proto-work *Ecclesiastical History* by Eusebius of Caesarea, believed to be the father of ecclesiastical history and also known as the “Christian Herodotus”. Like *Ecclesiastical History*, his work *Chronicle* attempts to produce a universal narrative in the light of the new world view and Christian view of history (Eusébio de Cesareia, 2015), as St. Augustine would later do in a more complete and philosophically deeper way. In fact, the Bishop of Hippo’s theology and philosophy of history, enshrined in his monumental work *The City of God* (Santo Agostinho, 1991-1995), is at the origins of the historiographical thought developed in the Middle Ages, for which God was undoubtedly the dispenser of men’s victories and failures, in a demonstration of divine power over history. As J. Veríssimo Serrão (1969, p. 97) explains:

for authors who interpret successes as an efficient cause, God, through his supernatural power, emerges to lead human destinies and guide the course of history. In this outlook, man emerges as a simple performer of divine will, as the actor of a thought that, according to Leibniz, steers the world by way of a *harmonia praestabilita*, pre-established harmony.

So, that primeval, mythologized globalization, which we could say is genestic, described in the first book of the Old Testament, becomes the foreshadowing of a religious globalization at the beginnings of our age, i.e. in the plan to universalize Christianity, the seeds of which were spread in prophets such as the Second Isaiah. In fact, the embryonic idea of a universal religion corresponds to an evolution of a certain notion of God that is clear and underlined there; there is a gradual shift from a territorial God to a global God. For that reason, the worshipping of God and the acceptance of his message by humans should also be aimed at all of humanity (Wright, 2011).

Here we find the central topic of representation, which guides the progress of knowledge and the idea of a created world. The notion of divinity and exclusive faith at the monotheistic heart of a single God favoured the ideal of expansion and religious globalization that became the driving force for other globalizations; representations of the world are similarly important of the globalizing movement. In modernity, as Ramada Curto (2016, p. 286) recalls, “maps of the world are one of the clearest cases of global representations”. These global maps already express the desire and the result of a world in the process of being explored and recognized; unlike what had happened before the

a way of expressing the demands that belong to a precise period of time and to aspirations in a direct relationship with a historical present”.

modern age, when cartographic representations included a very marked imagined part to be able to cover the knowledge (or ignorance) about parts of the planet that were unknown or known only through news that was of limited accuracy and often fabricated.

PROPHECY AND UTOPIA OF A UNIVERSAL RELIGION: THE DRIVING FORCE OF GLOBALIZATION

Christianity really boosted the globalization of a single God, becoming the first religion with a radically universalist calling. The mandate given to Christ and proclaimed immediately before the episode of the ascension to Heaven – “Go ye into all the world, and preach the gospel to every creature” (Mark 16, 15) – projects Christianity as the religion of all of humanity. The goal of its expansion came to be the entire world, the global world. Never in all the history of religions had a religious project so clearly asserted its ambition to reach the entire world and replace, outright, all other religious experiences, which were classified as pagan from the outset. And this idea would become a powerful scientific driving force, i.e. the motive for becoming acquainted with and recognizing the world.

In his canonical epistles, St. Paul talks about the aspiration of a universal announcement of the Good News in terms of new creation: the Word would make all things new. It was in fact the apostle who contributed to denationalizing the founding core of the first Christian communities, winning the debate on this matter, which was critical at the first Council of Jerusalem, against the position held by Peter, who led the Jewish perspective, closed off from Christ’s message. It is Pauline theology that opened the doors of Christianity to non-Jews, underpinning its universalizing project. This prophetic theology takes a concept of the world as humanity’s return to its mythical, ideal *telos*, a concept which, in Portugal, the great, paradigm-setting interpreter António Vieira applied as an interpretation guideline to explain the direction of the first modern globalization, woven by the opening of paths through the seas by the Portuguese and the Spanish. “Such is the story, oh Portuguese people, that I present to you, and, for that reason, in your language. If we are to restore the world to its primitive entirety and natural beauty, a body that is so large cannot be repaired without great pain and feeling among the members who are out of place. Some moans will have to be heard amongst your applause, but they too create harmony” (Padre António Vieira, quoted in Franco & Calafate, 2013a, p. 74). We can clearly see the inspiration underlying Pauline theology in the moans similar to those of childbirth that would have to come before the new creation³.

Thus, the first modern globalization is interpreted in the light of a religious paradigm that understands it as new creation, or rather as the fulfilling of divine creation through a process of human acquaintance with and recognition of all the realities created across the landscape of the entire Earth.

³ See *The Letter of Paul to the Romans*: “for I reckon that the sufferings of this present time are not worthy to be compared with the glory which shall be revealed in us. For the earnest expectation of the creature waiteth for the manifestation of the sons of God. For the creature was made subject to vanity, not willingly, but by reason of him who hath subjected the same in hope, because the creature itself also shall be delivered from the bondage of corruption into the glorious liberty of the children of God. For we know that the whole creation groaneth and travaileth in pain together until now. And not only they, but ourselves also, which have the firstfruits of the Spirit, even we ourselves groan within ourselves, waiting for the adoption, to wit, the redemption of our body” (Rom 8, 18-23).

Following this globalist programme, the first Christian texts had also established the myth that the gospel would have been preached initially throughout the world by the apostles, sent to evangelize it. The myth of universal initial preaching gradually became stronger: during the Middle Ages and even at the start of modernity, it was believed that the apostles had divided up the parts of the world among themselves in order to evangelize them all.

A religious topic that sparked great interest in Jesuit missionaries was the belief in a superior being recorded in some Amerindian tribes, an idol called Pai-Sumé or Zomé. The Jesuits linked this name to Thomas the Apostle (São Tomé in Portuguese), about whom there was a legend that had embarked upon the first conversion of the East and West Indies. The name and the elements collected and adapted by the missionaries of St. Ignatius were therefore taken as a hidden echo of that first conversion. This interpretation is not plucked from thin air; it is based on another ancient tradition that claimed it would have been Jesus who distributed the apostles throughout the four corners of the Earth⁴, thereby scattering the seeds of the gospel throughout the globe in a first evangelization. Some residual traces would have remained, and modern missionaries should be able to recover it and put it to use⁵.

In accordance with the documentation we have available today, Fr. Manuel da Nóbrega would have been the first to disseminate that unusual piece of news in a letter from Salvador to Martín de Azpicuelta, known as Doutor Navarro, on 10 August 1549: “they [the Tupi-Guaranis] have news of St. Thomas and a companion of his; and in this bay there are footprints on a rock that are understood to be his, and others at São Vicente, which is at the cape of this coast” (Nóbrega, 1955, pp. 49-50). He completes this information with a more detailed explanation in “Informação das terras do Brasil aos padres e irmãos de Coimbra” [Information from the lands of Brazil to the fathers and brothers of Coimbra], dating from the same year:

they say that St. Thomas, who they call Zomé, passed through here. This was told to them by their ancestors. And that his footsteps can be found next to a river, and I went to see them to be surer, and I saw with my own eyes four very clear footprints with toes, some of which are covered by the river when it rises. They also say that when he left those footprints he was escaping from Indians who wanted to shoot him with arrows, when he got there the river had opened up and passed around him without him getting wet. And from there he went to India. They also recounted that when the Indians wanted to shoot him, the arrows turned back towards them and the bush opened up a path for him to take. They also say that he promised them that he would see them again. Let him watch them from heaven, and let him be the intermediate between them and God, so that they come to know him and receive the Holy Faith as he hopes. (Nóbrega, 1955, pp. 66-67)⁶

⁴ Duarte Pacheco Pereira's (1988) regret had already echoed this mythical narrative.

⁵ See Luís Filipe Thomaz's (1991) in-depth study of this topic.

⁶ Fernão Cardim (1540-1625) himself, another very renowned missionary, actually mentioned that the Brazilian Indians

This legend was so rooted in the minds of 16th-century and 17th-century missionaries that echoes of it can be found in the works of other authors, such as the great preacher António Vieira, who did not fail to mention it in one of his most beautiful and incisive sermons:

Christ reproached the Disciples for the incredulity and hardness of heart with which they had not believed those who saw Him resurrected; and with this reproach he sent them to preach throughout the world. Rome and Italy fell to St. Peter; Asia Minor to St. John; Spain to St. James; Ethiopia to St. Matthew; Mesopotamia to St. Simon; Egypt to St. Jude; other provinces to the others; and finally, this part of America, where we are standing, commonly and unworthily they called Brazil, to St. Thomas. Now I ask: and why, in this allocation, did Brazil fall to St. Thomas and not another Apostle? I have heard the reason. Some modern authors note that Christ informed the Apostles of the preaching of the Faith throughout the world, after reproaching them for the blame of incredulity, so that the work that they would have to endure in preaching the Faith would also satisfy, as if in penitence, that incredulity and hardness of heart that they had had in not wanting to believe: *Exprobavit incredulitatem eorum, et duritiam cordis, et dixit illis: Euntes in mundum universum*. And as St. Thomas, among all the Apostles, was the most guilty in his incredulity, for this reason the mission of Brazil fell to him in the division of the world. (Padre António Vieira, citado em Franco & Cafalate, 2013, pp. 249-250)⁷

Modern theologians and missionaries had established a more or less consensual explanation for the rarefaction of the global marks of that mythologized first global evangelization, assigning it to historical events and a certain compartmentalization of the world that was becoming increasingly intense. The memory of that first global evangelization would thus have been lost or mere traces of it would have survived to contemporary times. The evangelizing actions of St. Thomas in America and the existence of the kingdom of Prester John, eagerly sought by European explorers and missionaries in inland Africa and Asia, are examples within that mythical imagination of the first global announcement of the Good News.

But it was as if the world that was thought to have been discovered and travelled globally had become closed in on itself, sealed into non-communicating vessels. The world became enchanted, which is the same as saying that it became inaccessible or incomprehensible as a whole (Gauchet, 2004). The beginnings of modernity, with its sea

arranged their hair like St. Thomas, “of whom they had heard some things, although with some confusion” (Cardim, 1978, p. 106).

⁷ The famous preacher used this legendary tradition to unsettle the consciences of his listeners in one of his most exuberant sermons. He reminds them that, if St. Thomas had the luck of evangelizing the lands of Vera Cruz, that was due to a punishment ordered by Christ, because his apostle had doubted the resurrection of the Saviour. The punishment consisted of sending him to preach the Good News to the remotest people on the planet, who had hearts harder than the Pharaoh of Egypt.

voyages dubbed the discoveries, would have been an instrument for disenchanting the world, in accordance with this hermeneutic scheme of history.

RELIGIOUS REASON AND MODERN PROTO-GLOBALIZATION

The 15th and 16th centuries – in other words, 1500 years later – saw a marked resurgence in the possibility of remaking that first dream of religious globalization, the universalization of Christianity, which had been interrupted and delayed after it began to become a reality.

The sea voyages encouraged by the Iberian monarchies of Portugal and Spain were, therefore, legitimated to the highest degree by political and religious leaders based on that primordial religious idea. In fact, as much in the preaching of religious speakers in the Iberian expansionist movement as in the royal legislation that established the reasons for this investment, religious reasons come to mind as the most important for justifying the risks of discovery and expansion voyages (Baptista, Franco & Cieszyńska, 2014, p. 103). Portugal conquered Ceuta and, from there, all of North Africa under Moorish rule to recover the old Christian territories for the Church. It explained its sea voyages with the aim of discovering new peoples to whom to bring the light of the gospel or to rediscover, within Africa or Asia, lost Christian communities surviving from the first evangelization, with whom contact had been lost.

In the light of this motive, Christianity was projected through all the continents and became a decisive factor in encouraging the first actual globalization. The agents in a world compartmentalized into peoples, nations, cultures and religions, which had been isolated until that point, were connected together and began to interact, engaging with each other and undergoing cultural exchange and transfer processes, acculturation, interpollination, etc.

Religious orders with a missionary calling played a significant role in this process. Religious orders were a proto-mediaeval creation and underwent adaptations and metamorphoses over around a thousand years, particularly the mendicant reform of the 12th century and the foundation of the Jesuits in the 16th century. As mediaeval creations, the multinational character that its organizational model eventually acquired made them into structures that were much better prepared to adapt to the world that would emerge in modernity: a world marked by worldwide mobility (Franco, 2011). In effect, Dominicans, Franciscans and Jesuits, to name just a few, would send missionaries to all the continents via the Portuguese and Spanish imperial networks and using conditions and privileges granted by the Pope to the monarchs of these Iberian kingdoms. The missionaries thereby founded the Portuguese and Spanish *padroado*, or patronage, established to support Christianity's globalization project (Franco & Abreu, 2014).

These orders, which positioned themselves for the great universal goal by updating the mediaeval utopia of establishing a global Christian kingdom with the arrival of the emperor of the last days, created a series of instruments for general application to serve this religious ideal. These included adapting the structure of their organization

and creating a global communication system, for which they explored the advantages of the invention of the press and the birth of mass culture through the multiplying power of writing, mimeographed by the Gutenberg's press (Almeida, 2017; De Koninck, 2003; Martins, 2011). The Jesuits, alongside other missionary orders, played a significant role in this process, starting from the Iberian Peninsula, using the aforementioned instruments of the Portuguese and Spanish *padroados* to project institutions to other continents (Alden, 1996).

FIRST GLOBAL NETWORKS AND INSTITUTIONS

The missionary religious orders' missions that achieved an intercontinental presence became a hub for spreading the Portuguese language, which was the first European language, followed by Spanish, to acquire a global dimension. Through intensive correspondence of reports and religious, cultural and scientific treatises, the era saw the first universal database, which operated by becoming acquainted with and mastering all of created reality, accentuating the original idea of human beings as carers, organizers or custodians of a land that belonged to the global God.

The Christian missions financed by the European powers built a global Christianity, becoming instruments for civilization but also for cultural exchange, linguistic exchange, etc. The missions, who were the most intellectually qualified agents of this time, helped bring together information about the world that was being globally discovered. The network of missions, and alongside the colonial institutions that were being created in the European empires – the observatories of the world that allowed people to become acquainted with that same world – formed the first global knowledge repository. In fact, Jesuits, Franciscans, Dominicans, Augustinians and Carmelites, among others, driven by the ideas of announcing the gospel, recorded and studied what they saw and learned, they recorded the grammar and vocabulary of many languages that had been unknown until that time, they drew up histories of peoples and countries that had not had their history done in the Western manner, etc. Therefore, the religious motivation that led thousands and thousands of missionaries to every corner of the Earth favoured the first great global operation of becoming acquainted with the world.

Similarly, we must not forget the emblematic case of the global initiatives by the Society of Jesus (Lowney, 2006), which set up the first global education network, a system of schools governed by the same rules on every continent where the famous *ratio studiorum*, approved in 1599, was implemented and re-implemented (until the present day) from Japan to Peru. To meet this global education challenge, the first global education handbooks were drawn up in this context and to serve this network, and Portugal was an important platform for this. The books included *Gramática Latina*, by the Jesuit Manuel Álvares, rector of the Coimbra School of Arts, and the famous philosophy manuals that were also produced in Coimbra and formed the *Cursus Conimbricensis*, which would serve as the basis for secondary and pre-university education throughout Europe and other continents, reaching as far as China (Banchoff & Casanova, 2016). This course

trained great proto-enlightenment and enlightenment Europeans, including Descartes, Leibniz and Voltaire.

The new and emerging institutions, accompanied by the construction of global buildings mimicked but with adaptations, had an influence on architecture and religious art, an influence that favoured interconnections and interpollinations that have left marks until the present day. As part of this effort to achieve global Christianization, in which the name of Christ was preached, little by little, on all the continents, there is one particularly representative example of interpollination of language that took place in Asia. What is now Vietnam began to use the Latin alphabet to write its Annamite language due to the influence of the Jesuit missionaries who worked there, who arrived under the Portuguese *padroado* of the East, which worked to propel these priests and those of other orders who started to spread new mission camps into the Far East.

So, through its religious and political actors, Portugal was, along with neighbouring Spain and later followed by the emerging European powers, a pioneer and leading figure in the modern stance of setting up a field of experiences and knowledge, enriched by the different contacts, confrontations and exchanges mentioned. Boaventura de Sousa Santos discusses some of that continued momentum in his book on Portugal:

the first moment of expansion was an extremely creative time. It forms an area of chaotic possibilities that are as vulnerable to fulgurations as to adventurism of its own or by others, as exciting as they are mediocre, as justifying of *The Lusiads* as of *The Practical Soldier*⁸. That creativity allowed Portugal to be one of the leading parties in the first European modernity, Iberian modernity (...). It is the modernity of Pedro Fonseca, the Portuguese Aristotle, and of Suarez, the modernity of the *Conimbricenses*, as they were known at the time. Pedro da Fonseca's work had 36 editions and was read by Descartes and Leibniz. In other words, what came to be known as European modernity, from Descartes to Kant, was in fact a second modernity, the modernity of Central Europe, which was fed by Iberian modernity. The latter was a modernity that, having been led by countries that quickly descended into decadence, was not recognized as such in the following centuries. This modernity that Portugal in some way lost was a long period of dependent insertion that generated what I previously called the problem of the past. (Santos, 2011, p. 78)

UTOPIAN THOUGHT AS A RESPONSE TO THE CRISES OF GLOBALIZATION

During this time, a euphoric feeling was generated in old European Christendom that the history of Christianity and the Christian Church, until then limited to a small

⁸ *Os Lusíadas* [The Lusiads], by Luís de Camões, is an epic poem about the Portuguese discoveries, widely considered to be Portugal's national epic. *O Soldado Prático* [The Practical Soldier], by Diogo do Couto, criticizes the administration, military and political system used in Portuguese India.

portion of the planet, could be globalized, achieving the plan of universalizing Christianity, but also remembering the prescient prophecies that achieving this goal would herald the end of the world or the beginning, not without tumultuous events, of a virtuous age of peace and holiness, the last age of history, the Great Sabbath⁹.

Nonetheless, it was rapidly understood that this expectation of change in the course and nature of human history was not materializing. On the contrary, the spread of traditional conflicts continued and worsened, and they were joined by new divides that were sparked in the history of European Christendom¹⁰. Europe underwent religious divisions, confessionalizing Christianity, and the fratricidal wars that bloodied it also became global as a result (Eire, 2016).

The disappointment arising from the failed expectation of an acceleration of history towards a final palingenesis was answered by utopian thought. By analysing the evolution of the process and models for building utopias in modernity, we can understand the progress in the perception of a world that was beginning to be seen as global and the answers given to the concerns that stemmed from that, which were also global¹¹. At this point, we go back to José Mattoso's important note about the assertion of awareness of the possibility for human perfectibility in modernity:

I begin by noting that belief in the future and the notion that humanity is moving towards a better world express one of the typical ideas of Western civilization in the modern age. This was not how people thought before the time of the discoveries, even in other continents. To greatly simplify things, it could be said that when the Europeans began to get to know other civilizations and realized that they had superior military technology, they thought they would be able to dominate the universe and therefore move towards a society that covered all of humanity. This idea took centuries to grow and

⁹ It should be remembered that from a Christian perspective the final stage of history would involve the evangelization and conversion of all peoples; that is why, in modernity, a conviction emerged that a decisive stage of that progression had begun. Fr. António Vieira was, in Portugal, like other European authors, an excellent interpreter of this emerging awareness. Convinced that the ongoing global evangelization, which the voyages of the discoveries had enabled, would be a special determination from God and a special calling for the discoverers, he did not hesitate to compare the Portuguese discoveries to a new epiphany: "the first calling of the Gentiles was 'in the days of Herod': *In diebus Herodis Regis*; the second practically in our days. The first was 'when Christ was born': *cum natus esse Jesus*, the second when one thousand, five-hundred years have passed since the birth of Christ. The first was 'by way of the Kings of the East': *Ecce Magi ab Oriente venerunt*; the second by way of the Kings of the West, and the most western of all, who are the ones from Portugal" (Padre António Vieira, quoted in Franco & Cafalate, 2013c, p. 354). This idea was developed in "Sermão da epifania" [Sermon on the epiphany], preached at the Royal Chapel in 1662. This Christian theology of history clearly follows a philosophical determination of history in which the formation of the Portuguese Christian empire is a decisive step forward, which evidently differs in terms of quality from preceding history. So, in the 16th century, the history of salvation acquired a universal breadth: from a universality in power it shifted to an almost complete universality (Valente, 1980).

¹⁰ Note that, in general terms, "the moment European nations asserted themselves, the unity of Western civilization became stronger; two apparently contradictory but actually complementary phenomena, the dialectic of which is one of the greatest characteristics of the period we are studying. The discovery and exploration of exotic world would, at the same time, fan the tensions among Europeans and further pinpoint the community of their destinies (Delumeau, 1994, p. 48; Nisbert, 1980).

¹¹ The millenarian utopia, very developed and widespread, under various forms and manifestations, in the Middle Age, starting, especially, from the matrix mentioned in chap. 20 of the *Apocalypse* of John, knows a very special accomplishment, standing out for a well-worked theological architecture and for a global vision of the history that intends to be, besides its prospective character, a critical reading of the institutions of the Church of the present (Delumeau, 1997).

transform into a principle of action. In certain currents it took on rational and moral forms, in others economic and technical aspects prevailed, and in yet others it manifested itself as a belief in social and political progress. (Mattoso, 2012, pp. 63-64)¹²

It is in this context that important currents of utopian thought were designed, in order to respond to the challenges that human societies were facing in the new global world-view and the dramas and expectations arising from it.

Two clear currents of the utopian solution for humanity's destiny can be distinguished in this modern process of acquaintance, recognition and concern with humanity's drift through a world that was becoming global: one exclusivist and the other inclusivist.

The exclusivist current is antiglobalist and is based on a very pessimistic perception of the general state of humanity and the possibility of its being regenerated as a whole. Representative utopian works from this current include Thomas More's *Utopia* and *The City of the Sun* by Tommaso Campanella. The possibility of building a happy society included, in this perspective, a new closure, i.e. it involves creating an isolated space, projected onto a limited area, where a small portion of humanity may live with clearly defined rules and values that are different from those of most of humanity. These elitist and antiglobalist utopias were born at the beginning of modernity within societies or countries like England, which defined itself as an island-country, isolated from the European continent, and Italy, split into a jigsaw of city-states¹³.

Inclusivist utopias, however, began to be developed more intensely at the turn of the 17th century, at a time when knowledge of the planet was more mature and the imperial presence of European powers stretched across continents. This current of thought is paradigmatic for the idea of asserting hope in a better future for humankind as a whole (Dias, 1960).

One highly emblematic utopia is the utopia of the Fifth Empire envisioned in Portugal, which had António Vieira as one of its most brilliant representatives. Similar creations were produced in Spain, and the Fifth Empire ideology would find metamorphic genealogy in several countries and at several times up to the 20th century. Fifth Empire utopian thought, especially in Vieira's case and in his most representative works (*História do Futuro* and *Clavis Prophetarum*), takes the entire world as a borderless stage for the possibility of humanity living happily in a context of essential Christian unity, but allowing diversity of cultural expressions and civic traditions. Vieira's utopia and the solutions he presents for a world fractured by wars among European powers arising, as already mentioned, from territorial ambitions and the confessionalization of Christianity in separate

¹² In fact, the use of utopian speculation is, according to Fr. Manuel Antunes, "the ripe fruit" primarily of times of crisis and times of criticism. "The utopia conforms to the emergence of individual and collective transformation that mankind experiences with the demand for hope ingrained in its nature, with the capacity to extrapolate reality and recreate new worlds through the combined action of imagination and reason, in the drive to project itself within the realm of the possible. Thus, utopia has to do with ideology, with eschatology, with mythology, with prophecy and with foresight" (Padre Manuel Antunes, quoted in Franco, 2007, p. 403).

¹³ On the subject of utopia, see Ricoeur (1991).

churches, are inspired by religion but aim for the progress of humanity in terms of a life of peace, fraternity and widespread well-being (cf. Franco & Mourão, 2005). In fact, as the French scholar Raimund Cantel (1963) properly analysed, such proposals were the forerunners of the secular projects for peace in the world devised in the 19th and 20th centuries, among with the idea that was behind the construction of a world authority for regulating relations between peoples and establishing harmony among nations.

Modern utopian thought, which has Christian foundations, is a good indicator of perception of a world that was becoming global and the growing awareness of potential, but also of the serious problems that were stemming from the globalizing movement. This movement, which became unstoppable and remains so to the present day, both opened the doors to relations among peoples, which began to see each other head on, dispelling myths and stereotyped views of the world, and – let us be under no illusions – fuelled old and new antagonizing stereotypes.

In any case, this founding time of globalization revolutionized not only old world-views but also the very idea of science and the possibilities of knowledge for human progress. Today it is clear that the “discoveries” helped produce a new science and a new culture that changed the view of the world as a planet and the European world, in both the field of external relations and in the inner areas of human thought. As David Wootton (2017, pp. 75, 79-80) well demonstrates in his recent substantial work,

the idea of discovery is contemporaneous with Columbus’s plans (...) for it is discovery itself which has transformed our world. (...) Before discovery history was assumed to repeat itself and tradition to provide a reasonable guide to the future; and the greatest achievements of civilization were believed not to lie not in the present or the future but in the past, in ancient Greece and classical Rome. It is easy to say that our world has been made by science or by technology, but scientific and technological progress depend on pre-existing assumption, the assumption that there are discoveries to be made. (...) It is this assumption that there are new discoveries to be made which has transformed the world, for it has made modern science and technology possible.

There was therefore a transformation in the view of the world that is reflected in the linguistic shift that the idea of science and the possibility of history actually becoming a movement of progress with an outlook of growing perfectibility.

Another of the most important consequences of this process, following which Europe became an imperial continent with global dominions, was the establishment of a civilization, so-called Western civilization, that aggrandized its value system, wishing to validate its values as universal and starting to want to impose them on all of humankind. Even today we have not actually overcome the ethical paradigm that continues to generate debate about the existence of universal values, and those values are identified with Western civilization. Nevertheless, it is no longer possible to impose universal values using a single civilization framework as a reference. It is necessary to recognize, within the

framework of the international community, the existence of a basic range of values common to all civilizations, cultures, peoples and religions that make it possible to assume a *homo fraternus, inter pares*, an ideal person able to live in brotherly harmony with nature in order to guarantee, in his role as caretaker, the best ecological harmony possible.

PROVISIONAL CONCLUSIONS

When we try to understand the movements that created global interactions and interconnections, we cannot fail to remember that the historian's work in this field is not, as Sebastian Conrad (2017, p. 16) writes, "writing a complete history of our planet", even exploring a certain movement of history, be it religious, cultural or political. Instead, we can only aim to bear "in mind global connections and structural conditions" so we can try to understand some very long-lasting dominant features and their changes at key moments that later unfold into a great maturation. In fact, as Conrad reminds us, "global history, then, is not a synonym for macro-history. The most interesting questions often arise at the intersection of global processes and their local manifestations".

Considering this conveyor belt of theory, and taking into consideration that we are situated in the domain of religious history, of imagination and mentalities, we can discuss the phenomenon of proto-globalization triggered in the modern age as having its roots in a religious motive, just as its legitimation and explanation are also religious. And the religious world also produced the first global instruments and solutions for meeting the challenges caused by the process of becoming acquainted with the world, in which peoples opened the doors to being seen and discovered and to receiving, in peace or in war, the interinfluences of that broad opening up.

Today, in the 21st century, we largely forget the seminal time of the troubled start of this globalization that we fully inhabit, although with no less trouble. Many of the instruments that were created in the 16th and 17th centuries, inspired and motivated by religion, to respond to the global world that was opening up to Europe at the time are today reproduced in varying ways and by various means, of which economic and financial multinationals are the best example (although without the religious allusion). In fact, the modern process of secularization ended up cutting the tie with the religious, taking on a non-religious, civil slant.

Nonetheless, we cannot forget that the era of proto-globalization was an excellent time for reviewing and reforging old myths and devising new solutions with a view to building more perfect futures for a humanity that displayed all of itself at the time through written knowledge and the contacts of global voyagers. The religious had, at this dawning moment of globalized modernity, a decisive and guiding role in the never-ending human process of constructing and deconstructing narratives and utopias, which are maps of the meaning of humanity; and it is those maps that we keep making and remaking, untiringly, today. It is worth remembering this highly insightful passage by Ronald Wright (2004, p. 19):

our civilization, which includes most of its predecessors, is a great ship steaming towards the future. It goes faster, further and carries a greater load than any of those that came before it. We cannot foresee all the dangers and pitfalls, but by reading the angle and the direction of the compass, understanding its design, its safety history and the knowledge of its crew, we can, I believe, trace a rational route between the rapids and the icebergs that appear in front of us. (...) We have a tendency to consider our age to be exceptional and in many ways it really is. But the lack of a global vision experienced in the present, the way our eyes follow the ball and not the game, is very dangerous.

The same unease in relation to the future of humankind remains and disturbs unsettles people's hearts. Today – unlike the prevailing expectations 500 years ago, which were located on a more spiritual plane and explained by theology – the problem of the very survival of humanity arises, due to the deterioration that it has produced in the nature its calling was to care for. More than ever, the urgency of a reform for humanity itself and its awareness in relation to the created, or generated, or formed world (depending on our religious and scientific stance) is required, demanded and considered. The proposal for a global ethics defended by Hans Kung (2007), seeking points of understanding and common values based on the different ethical heritages generated by the different religions in the world, is more and more relevant in the current context. For its part, that necessary global reform will largely involve the groundwork argued for by Edgar Morin (2015, pp. 98-99):

the only present that can prepare us for the future will be achieving a reform of knowledge and thought, which I call complex thought, which will not grant us infallibility but will allow us to make fewer mistakes and have fewer illusions and blindnesses: a global thought.

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

- Alden, D. (1996). *The Making of An Enterprise. The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond (1540-1750)*. Stanford: Stanford University.
- Almeida, O. T. de (2017). *A Obsessão da portugalidade*. Lisbon: Quetzal.
- Banchoff, T. & Casanova, J. (Eds.) (2016). *The Jesuits and Globalization: Historical Legacies and Contemporary Challenges*. Washington, DC: Georgetown University Press.
- Baptista, M. M., Franco, J. E. & Cieszyńska, B. (Eds.) (2014). *Europa das Nacionalidades: Imaginários, Identidades e Metamorfoses Políticas*. Coimbra: Grácio Editor.
- Barreto, L. F. (1996). *A Ciência e os Descobrimentos*. Lisbon: JNICT.
- Cantel, R. (1963). *Prophétisme et Messianisme dans l'Oeuvre de Antonio Vieira*. Paris: Ed. Hispano-Americanas.
- Cardim, F. (1978). *Tratado da Terra e Gente do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo.

- Conrad, S. (2017). *Historia Global: Una Nueva Visión para al Mundo Actual*. Barcelona: Crítica.
- De Koninck, T. (2003). *A Nova Ignorância e o Problema da Cultura*. Lisbon: Edições 70.
- Delumeau, J. (1994). *A Civilização do Renascimento*. Lisbon: Editorial Estampa.
- Delumeau, J. (1997). *Mil Anos de Felicidade: Uma História do Paraíso*. Lisbon: Terramar.
- Dias, J. S. S. (1960). *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal (Sécs. XVI a XVIII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Dubois, C.-G. (1972). *Celtes et Gaulois au XVI^e Siècle. Le Développement Littéraire d'Un Mythe Nationaliste, avec l'Édition Critique d'Un Traité Inédit de Guillaume Postel de ce Qui Est Premier pour Reformar le Monde*. Paris: Vrin.
- Eire, C. M. N. (2016). *Reformations. The Early Modern World (1450-1650)*. London: Yale University Press.
- Epístola aos Romanos*, S. Paulo, (Rm 8, 18-23).
- Eusébio de Cesareia (2017). *História Eclesiástica*. São Paulo: Paulus.
- Franco, J. E. (Ed.) (2007). *Obra Completa Padre Manuel Antunes*. Lisbon: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Franco, J. E. & Abreu, L. M. (Eds.) (2014). *Para a História das Ordens e Congregações Religiosas em Portugal, na Europa e no Mundo*. Lisbon: Paulinas.
- Franco, J. E. & Calafate, P. (Eds.) (2013a). *História do Futuro. Padre António Vieira Obra Completa, Tomo 3, Vol. 1*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Franco, J. E. & Calafate, P. (Eds.) (2013b). *Sermões da Páscoa e do Pentecostes. Padre António Vieira Obra Completa, Tomo 2, Vol. 5*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Franco, J. E. & Calafate, P. (Eds.) (2013c). *Sermões do Advento, do Natal e da Epifania. Padre António Vieira Obra Completa, Tomo 2, Vol. 1*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Franco, J. E. & Mourão, J. A. (2005). *Influência de Joaquim de Flora em Portugal e na Europa. Escritos de Natália Correia sobre a Utopia da Idade Feminina do Espírito Santo*. Lisbon: Roma Editora.
- Franco, J. E. (2000). *O Mito de Portugal. A Primeira História de Portugal e a Sua Função Política*. Lisbon: Fundação Maria Manuela e Vasco Albuquerque d'Orey/Roma Editora.
- Franco, J. E. (Ed.) (2011). *O Esplendor da Austeridade: 1000 Anos de Empreendedorismo das Ordens e Congregações em Portugal – Arte, Cultura e Solidariedade*. Lisbon: INCM.
- Gauchet, M. (2004). *Un Monde Désenchanté*. Paris: Éditions de l'Atelier/Éditions Ouvrières.
- Kung, H. (2007). *Projeto para Uma Ética Mundial*. Lisbon: Instituto Piaget.
- Kung, H. (2007). *Religiões do Mundo: Em busca de Pontos em comum*. Lisbon: Multinova.
- Lowney, C. (2006). *Liderança Heroica: As Melhores Práticas de Uma Companhia com 450 Anos Que Mudou o Mundo*. Lisboa: Verbo.
- Martins, M. L. (2011). *Crise no Castelo da Cultura: das Estrelas para o Ecrãs*. Coimbra: Grácio Editor.
- Mattoso, J. (2012). *Levantar o Céu: Os Labirintos da Sabedoria*. Lisbon: Temas e Debates/Círculo de Leitores.

- Medina, J. (1995). O sebastianismo. Exame crítico dum mito português. In J. Medina (Ed.), *História de Portugal* (pp. 270-271). Amadora: Clube Internacional do Livro.
- Morin, E. (2015). *Penser Global*. Paris: Éditions Robert Lafont/Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Nisbert, R. (1980). *History of the Idea of Progress*. London: Heinemann Education Books.
- Nóbrega, M. da (1955). *Cartas do Brasil e mais Escritos*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis.
- Pereira, D. P. (1988). *Esmeraldo de Situ Orbis*. Lisbon: Academia Portuguesa da História.
- Ramada Curto, D. (2016). *Estudos sobre a Globalização*. Lisbon: Edições 70.
- Ricoeur, P. (1986). *Du Texte à l'Action. Essais d'Hermeneutique*. Paris: Seuil.
- Ricoeur, P. (1991). *Ideologia e Utopia*. Lisbon: Edições 70.
- Santo Agostinho (1991-1995). *A Cidade de Deus*, 3 Vols. Lisbon: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Santos, B. S. (2011). *Portugal: Ensaio contra a Autoflagelação*. Lisbon: Almedina.
- Serrão, J. V. (1969). *História e Conhecimento Histórico*. Lisbon: Editorial Verbo.
- Thomaz, L. F. (1991). A lenda de São Tomé apóstolo e a expansão portuguesa. *Lusitania Sacra*, 111, 350-418.
- Valente, V. P. (1980). *Estudos sobre a Crise Nacional*. Lisboa: INCM.
- Vaz, A. (2007). No princípio da Bíblia está o mito: A espiritualidade dos mitos da criação, *Didaskalia*, 37, 45-73.
- Wootton, D. (2017). *La Invención de la Ciencia: Una Nueva Historia de la Revolución Científica*. Barcelona: Editorial Planteta.
- Wright, R. (2004). *Breve História do Progresso*. Lisbon: Dom Quixote.
- Wright, R. (2011). *A Evolução de Deus*. Lisbon: Guerra e Paz.

BIOGRAPHIC NOTE

José Eduardo Franco is a professor at the Portuguese Open University and holds the CIDH (FCT/Infante Dom Henrique) chair for Atlantic Insular and Globalisation Studies (Open University/CLEPUL – University of Lisbon Faculty of Letters). He is a corresponding member of the Portuguese Academy of History and Vice-President of the International Society of Jesuit Studies (SIEJ) based in Paris.

E-mail: eduardofranco.cidh@gmail.com; eduardo.franco@uab.pt

Address: CIDH – Cátedra Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização. Universidade Aberta/CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa|PALÁCIO CEIA, Rua da Escola Politécnica, 147, 1269-001 Lisboa

* Submitted: 02/09/2017

* Accepted: 25/10/2017

TÓPICOS SOBRE A DESUMANIZAÇÃO TECNOLÓGICO-MERCANTIL

Fernando Pereira Marques

RESUMO

A espectacularização do poder e do Estado por via dos aparelhos mediáticos, contribui para ocultar a desumanização tecnológico mercantil alimentada pelo sistema económico-financeiro, na atual fase de desenvolvimento do capitalismo. Estes fenómenos marcam a sociedade na sua globalidade e, nomeadamente, o ensino e a cultura que perdem as referências humanísticas para se tornarem instrumentos de reprodução do *statu-quo*. Mesmo as novas tecnologias da informação e da comunicação que inicialmente se definiam como visando contribuir para a realização dos indivíduos se tornam instrumentos de alienação e de submissão construindo uma meta-realidade. Importa recusar a sobredeterminação da política, da cultura, da educação, da informação e da comunicação pela economia e pela finança fomentando uma nova consciência crítica.

PALAVRAS-CHAVE

Capitalismo; cultura; educação; mercantilização; poder; média

ABSTRACT

The spectacularization of power and the state using the media machine helps hide the technological and commercial dehumanization fed by the economic and financial system during capitalism's current stage of development. These phenomena mark society as a whole and education and culture in particular, which are losing humanistic references to become instruments for reproducing the status quo. Even new information and communication technologies, which were initially defined as aiming to contribute to individuals' fulfilment, become instruments of alienation and submission by building a meta-reality. It is important to reject the overdetermination of politics, culture, education, information and communication by the economy and finance by encouraging a new critical awareness.

PALAVRAS-CHAVE

Capitalism; culture; education; commercialization; power; media

Ameaça-nos um novo crepúsculo da racionalidade. A espectacularização do poder e da política, como já acontecia nos diversos totalitarismos, alimenta-se da manipulação das emoções e dos instintos, em prejuízo da cidadania. Os poderes tornam-se invisíveis, são descentrados e dispersos pelos novos senhores da finança, da economia e dos média que dominam a nível planetário, moldando mentalidades e influenciando comportamentos, em especial no que se refere ao consumo. O Estado fica cada vez mais reduzido à sua encenação mediática e à auto-reprodução de um pessoal político burocratizado

que, ao contrário do que acontecia noutras fases da democracia representativa, na sua maioria não age em função de projetos ideológicos e estratégias de futuro. Limita-se a veicular para dentro do sistema os interesses das oligarquias dominantes geridos no dia a dia pela tecnoestrutura, interesses que determinam hierarquias, referências culturais, valores, normas e *habitus*. A mundialização é este estado de coisas no seu apogeu, penetrando todos os interstícios da sociedade e influenciando a vida até aos mais remotos cantos do mundo.

As luzes das lojas luxuosas alimentam a fetichização das marcas nas grandes cidades, mas não conseguem ocultar a agressão à dignidade humana que constitui o contraste entre os objetos que iluminam e a miséria dos que procuram o calor que dessas luzes emana para passar mais uma noite ao ar livre. Estes já não se reduzem aos vagabundos de outrora, são também universitários triturados pelas irracionalidades do ensino e a desresponsabilização do Estado, operários ou mesmo quadros superiores que a brutalidade do *reengineering* e da deslocalização mundializada expulsa das empresas, por vezes já numa idade em que se torna difícil recomeçar a vida. É toda uma diversidade de dramas individuais e familiares que a retórica da má consciência assistencialista designa por pudicas siglas: os SDF (sem domicílio fixo) ou os SA (sem abrigo). Aliás, como se vê no nosso país e noutros mais atingidos pela economia política “austeritária”, enquanto os mercados e as bolsas se “reanimam” e os dividendos da banca e dos grandes grupos aumentam, está-se a regressar à caridade praticada por instituições religiosas e corações sensíveis, às “sopa dos pobres”, aos “bancos da fome” e a outras formas de tentar colmatar as consequências mais escandalosas do desmantelamento dos instrumentos de proteção e da irracionalidade do estágio atual de desenvolvimento do capitalismo.

Os verdadeiros responsáveis pelo descontrolo das dívidas e dos défices, pela recessão, pelo desemprego e por todos os demais fenómenos característicos da conjuntura atual, pretendem, através dos seus agentes políticos, reinstaurar modelos de organização económica, de sociedade e do Estado que permitam concorrer com o capitalismo selvagem dos países emergentes ou, ainda, adotar, adaptando, as formas de exploração desses países e de outras regiões do globo. Estes factos significam uma regressão, em muitos aspetos, ao século XIX ou à primeira metade do século XX, como demonstra a redução, observada nos últimos decénios, da parte do rendimento nacional atribuído ao trabalho¹. Regressão justificada com argumentos pseudo-benignos de tipo desenvolvimentista ou orçamentais, nos contextos onde se torna necessário utilizar instrumentos formalmente democráticos de legitimação do poder através da manipulação comunicacional do voto e da opinião pública.

A desumanização tecnológico-mercantil passa também pela destruição da dimensão humanista da cultura e da escola. A cultura esmagada pela imagem, pelo efémero

¹ Thomas Piketty na sua obra fundamental escreve: “no início dos anos 1970, o valor total dos patrimónios – deduzidas as dívidas – situava-se entre dois e três anos e meio de rendimento nacional em todos os países ricos e em todos os continentes. Quarenta anos mais tarde, no início dos anos 2010, os patrimónios privados representam entre quatro e sete anos de rendimento nacional, nos países estudados. A evolução geral não suscita dúvidas: com bolhas ou sem elas, assiste-se efectivamente a um grande regresso do capital privado nos países ricos desde os anos 1970, ou se se quiser à emergência de um novo capitalismo patrimonial”. Isto é, observou-se: “um movimento de privatização e de transferência gradual da riqueza pública para riqueza privada desde os anos 1970-1980” (Piketty, 2013, p. 273).

e pelo dinheiro, massifica-se e torna-se, sobretudo, objetos transacionáveis e de consumo. As políticas culturais democratizadoras falharam no plano estrutural porque, secundarizando a educação e o ensino, não conseguiram superar os desvios gerados pelo sistema; limitaram-se a operações de cosmética quanto às desigualdades de acesso das pessoas ao enriquecimento espiritual e ao usufruto do belo e do único. Várias formas de criação niveladas por um “tudo é cultura” tornam-se simples entretenimento, espetáculo, ornamento dos poderes e ilustram a degradação das sociedades contemporâneas neste domínio. Como no passado, e no fundamental, só minorias, social ou educacionalmente privilegiadas, acabam por ter acesso ao conhecimento que liberta e à decifração de linguagens estéticas elaboradas e enriquecidas que o Estado – *lato sensu* – ou a iniciativa de alguns criadores e instituições privadas promovem, para que se mantenha uma conveniente pátina civilizacional (Pereira, 2016).

Os poderosos têm a possibilidade de em leilões poderem, com maior ou menor discrição, exhibir as fabulosas fortunas arrematando obras consagradas para as suas coleções pessoais ou de se dedicarem a outros tipos de ostentação e exibição do *status*. O Estado, salvaguardada a referida pátina civilizacional, condicionado orçamentalmente por prioridades próprias à fase de financeirização ultraliberal da economia (em termos simples isto significa que, por exemplo, a sustentabilidade da banca prevalece por sobre as outras funções e sectores), passou a gerir o património histórico e artístico segundo critérios mercantis de rendibilidade: monumentos alugam-se como cenários para “animação”, a língua contabiliza-se em termos de deve e haver, os museus tornam-se lojas e atrações comerciais. Evidentemente que há uma dimensão económica na produção e nas práticas culturais, mas ela deve ser potenciada através da integração dessa produção e dessas práticas no exercício da cidadania e na procura da realização integral do indivíduo.

Propicia-se aos jovens – e não só – subprodutos esteticamente primários ou espetaculares (*talk shows, reality shows, festivais, etc.*) com que podem embriagar-se ou entregar-se a comportamentos coletivos exorcizantes das suas angústias e canalizadores das energias que, de outra forma, se poderiam virar contra os poderes instituídos. Ou seja, às massas, à multidão, vende-se entretenimento, vedetas pagas a peso de ouro, jogadores de futebol milionários, mitos construídos pelo *marketing*, ruído, imagens, numa palavra, espetáculo. Por isto se entendendo a criação de uma meta-realidade que oculta o mundo e a vida.

Do básico ao superior o ensino passou a ser organizado, igualmente, em função da lógica mercantil e das necessidades do sistema económico. Não se procura que cada cidadão contribua com as suas diferentes capacidades e saberes adquiridos para o bem comum, mas que se integre no funcionamento dos mercados e nas dinâmicas de circulação do capital ao serviço de quem de facto decide porque de facto possui. O conceito de rendibilidade é assim estendido ao próprio processo educativo e, por isso, com a introdução de certas reformas, como entre nós a de Bolonha, pretende-se que as crianças e os jovens se limitem a obter competências aplicáveis à reprodução do capitalismo tal qual existe.

As Humanidades desaparecem, paulatinamente, ou reduzem-se à ínfima expressão nos *curricula* dos vários graus de ensino; a História, a Filosofia, a Antropologia, a Sociologia, a Geografia, as ciências sociais em geral, são secundarizadas ou direcionadas para a sua aplicação imediata no processo económico; as línguas – “mortas” ou “vivas” – desaparecem sob a língua – o inglês – que, além de ser a da potência ainda liderante, melhor corresponde às necessidades dos diversos discursos técnicos, tecnológicos, mercantis.

Nas universidades – *lato sensu* – institui-se um controlo burocrático da atividade docente a partir de critérios quantitativos de produção intelectual. Confundindo-se o que é específico à investigação nas áreas das ciências exatas e da Natureza, com o que são as metodologias das ciências sociais e humanas, privilegia-se o número de *papers* – como se diz – apresentados em conferências e colóquios. Pelo que, sob a pressão das necessidades de financiamento e das avaliações burocráticas, os *papers* atropelam-se, repetem-se, produzem-se artificialmente; do mesmo modo que se contabiliza, administrativamente, o número de artigos publicados em revistas “científicas”. Por consequência, e sempre no que diz respeito às ciências sociais e humanas onde as incidências de tais orientações são porventura mais evidentes, secundariza-se a importância do trabalho em profundidade de que surgem ensaios e livros, assim como o papel, que deveria ser central, da atividade letiva, com a inerente e insubstituível interatividade, relação viva e vivida entre professores e alunos.

Aliás, nas “horas de contacto” – como hoje se chama às aulas – recomenda-se a redução da bibliografia ao mínimo indispensável, privilegiando-se o fracionamento das obras através de fotocópias e a exposição das matérias (“conteúdos”, é o termo preferido) recorrendo a *powerpoints*. Se na universidade do passado, tradicional e conservadora, se cultivava, em grande medida, a passividade dos alunos face à docência *ex cathedra*, hoje fomenta-se igual passividade perante a esquematização projetada num ecrã e um minimalismo pretensamente didático subvertedor da complexidade.

O objetivo de educar as crianças e os jovens para se realizarem enquanto pessoas capazes de autodeterminação e cidadãos úteis à humanização da *polis*, é substituído pela sua transformação em unidades destinadas a produzir e a consumir numa sociedade onde se fomenta, como se fossem qualidades, a competição, o egoísmo predador e a injustiça.

O *homo* consumidor das sociedades desenvolvidas é mantido numa realidade virtual, o que designamos por meta-realidade, devido à ação alienante e conjugada da ideologia e do mercado. Os governos, ao não quererem, ao não ousarem ou ao não poderem contrariar os interesses privados nacionais e transnacionais que os condicionam, obtêm a legitimação de que necessitam em democracia e gerem o *statu quo* ocultando o que realmente se joga, iludindo o que verdadeiramente interessa ao dia a dia dos cidadãos e ao funcionamento das instituições. A arrogância ideológica do capitalismo triunfante é tão insuportável como a dos que atribuíam à História um sentido que, esmagando o indivíduo, conduziria a uma sociedade terminal perfeita, pois reproduz esse esmagamento sob outras formas de conformismo, de mistificação e de atentados à dignidade humana.

Não por acaso tendo como principal foco de desenvolvimento e projeção planetária Silicon Valley, na região da San Francisco do *Flower Power* dos anos 1960, as tecnologias numéricas, a “inteligência artificial”, originalmente surgidas como uma “contra-cultura” de afirmação e libertação individual, foram absorvidas inevitavelmente pela lógica mercantil do sistema e vieram sustentar o modelo de capitalismo tecno-liberal a que nos referimos. Modelo que se expande com incrível eficácia influenciando toda a vida em sociedade, os modos de produzir, de consumir, de informar, de comunicar, de conviver, de viver, de participar e de decidir (Sadin, 2016).

Visando a rendibilidade e a produtividade sujeita-se o trabalho (portanto os trabalhadores) a sistemas algorítmicos de controlo impessoal (i.e. deixou de haver um interlocutor direto com o qual estabelecer uma dialética argumentativa e reivindicativa); a pretexto do conforto e do bem estar a autonomia pessoal submete-se à racionalidade numérica veiculada por redes e sistemas; em nome de uma ideia mítica de modernidade, a própria criatividade é crescentemente condicionada pela tecnologia. Delega-se o *Sapere aude!* kantiano numa instância que, sendo produto da inteligência humana, ganha um poder intrínseco que convém aos novos mecanismos de submissão dos indivíduos.

Como superar este estado de coisas? Toda a mudança social é consequência de dinâmicas direta ou indiretamente provocadas pela ação dos atores e esta ação é fruto da tomada de consciência desses mesmos atores inseridos num determinado contexto. Onde, não sendo solução comportamentos como o dos operários que pretendiam impedir o crescimento da indústria mecânica destruindo as máquinas, resta não só recusar a sobredeterminação da política, da cultura e da educação pela economia e pela finança, mas também pelas tecnologias, pois, como sempre, serão os indivíduos os responsáveis pelo seu próprio destino, por aquilo a que se poderá chamar História. Quando falamos de um capitalismo triunfante referimo-nos ao facto dessa sobredeterminação ser aceite como inevitável. E enquanto assim for, não há política em geral nem políticas em especial, culturais e educativas, que não sejam alimentadoras do *statu quo*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Marques, F. M. P. (2016). *Cultura e Política(s)*. Lisboa: Âncora Editora.

Piketty, T. (2013). *Le capital au XXIe. siècle*. Paris: Seuil.

Sadin, É. (2016). *La silicolonisation du monde*. Paris: Éditions l’Échappée.

NOTA BIOGRÁFICA

Fernando Pereira Marques (Coruche, 1948), é diplomado pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) de Paris e Doutor de Estado em Sociologia pela Universidade de Amiens (França), professor catedrático convidado na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (aposentado), onde dirigiu o 2º Ciclo de Ciência Política, e investigador integrado no Instituto de História Contemporânea da

Universidade Nova de Lisboa. Entre outros cargos, foi Deputado à Assembleia da República, presidente da Subcomissão Parlamentar de Cultura e membro da delegação portuguesa na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa tendo integrado, entre outras, a Comissão de Cultura e Educação. É autor de várias obras nas áreas do ensaísmo e da investigação e Diretor-Adjunto da revista *Finisterra* (Diretor Eduardo Lourenço).

E-mail: pereira.marques@sapo.pt

Endereço: Instituto de Historia Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (IHC) – Av. de Berna,26 – 1050-099 Lisboa

* **Submetido: 08/08/2017**

* **Aceite: 29/09/2017**

TOPICS ON TECHNOLOGICAL AND COMMERCIAL DEHUMANIZATION

Fernando Pereira Marques

ABSTRACT

The spectacularization of power and the state using the media machine helps hide the technological and commercial dehumanization fed by the economic and financial system during capitalism's current stage of development. These phenomena mark society as a whole and education and culture in particular, which are losing humanistic references to become instruments for reproducing the status quo. Even new information and communication technologies, which were initially defined as aiming to contribute to individuals' fulfilment, become instruments of alienation and submission by building a meta-reality. It is important to reject the overdetermination of politics, culture, education, information and communication by the economy and finance by encouraging a new critical awareness.

PALAVRAS-CHAVE

Capitalism; culture; education; commercialization; power; media

RESUMO

A espectacularização do poder e do Estado por via dos aparelhos mediáticos, contribui para ocultar a desumanização tecnológico mercantil alimentada pelo sistema económico-financeiro, na actual fase de desenvolvimento do capitalismo. Estes fenómenos marcam a sociedade na sua globalidade e, nomeadamente, o ensino e a cultura que perdem as referências humanísticas para se tornarem instrumentos de reprodução do *statu-quo*. Mesmo as novas tecnologias da informação e da comunicação que inicialmente se definiam como visando contribuir para a realização dos indivíduos se tornam instrumentos de alienação e de submissão construindo uma meta-realidade. Importa recusar a sobredeterminação da política, da cultura, da educação, da informação e da comunicação pela economia e pela finança fomentando uma nova consciência crítica.

PALAVRAS-CHAVE

Capitalismo; cultura; educação; mercantilização; poder; média

We are threatened by a new twilight of rationality. The spectacularization of power and politics, as already happened in the different totalitarianisms, is fed by a manipulation of emotions and instincts in detriment to citizenship. Powers become invisible, they are taken away from the centre and dispersed among the new lords of finance, the economy and the media that dominate at global level, shaping mentalities and influencing behaviours, especially consumer behaviour. The state is increasingly reduced to media

staging and self-reproduction by bureaucratic political staff that, in contrast to what happened at other stages of representative democracy, mostly do not act in accordance with ideological projects and future strategies. It is limited to bringing the interests of the dominant oligarchies, managed by the technostructure in day-to-day life, into the system. These interests determine hierarchies, cultural references, values, rules and *habitus*. Globalization is the peak of this state of things, penetrating every nook and cranny of society and influencing life in even the remotest corners of the world.

The lights of luxury shops feed the fetishization of brands in big cities but are unable to hide the attack on human dignity embodied in the contrast between the objects they illuminate and the misery of those who seek the warmth that those lights emit to spend another night outdoors. These are not only the vagabonds of yore, but they are university students ground down by the irrationalities of education and unaccountability of the state, workers or even management staff who the brutality of reengineering or globalized displacement expels from companies, sometimes at an age when it is difficult to start a new life. It is a whole range of individual and family dramas that the rhetoric of guilty consciences wishing to provide assistance lumps into the term “homeless”. In fact, as we can see in Portugal and many other countries hit by “austerity” economic policies while markets and stock exchanges “revive” and dividends in banking and large companies increase, we are returning to charity dispensed by religious institutions and sensitive souls, to food distribution and food banks and other ways of trying to overcome the most scandalous consequences of dismantling protection instruments and the irrationality of capitalism’s current stage of development.

Those truly responsible for out-of-control debts and deficits, for the recession, for unemployment and for all the other phenomena characteristic of the current situation aim to, through their political agents, reinstate organization models for the economy, society and state that allow them to compete with the wild capitalism of emerging countries or even adopt, with adaptations, forms of exploitation from those countries and other regions in the world. These mean a step back, in many ways, to the 19th century or the first half of the 20th century, as demonstrated by the reduction seen in recent decades of the portion of national income attributed to work¹. This step backwards is justified by pseudo-benign arguments related to development or budgets in contexts where it becomes necessary to use formally democratic instruments of legitimation of power through media manipulation of votes and public opinion.

Technological and commercial dehumanization also involves the destruction of the humanist dimension of culture and schooling. Culture crushed by the image, by the fleeting and by money is becoming widespread and, above all, it is turning into marketable,

¹ Thomas Piketty, in his fundamental work, writes: “at the beginning of the 1970s, the total amount of assets – deducting the debts – was between two and three-and-a-half years of national income in all rich countries and on all continents. Forty years later, at the beginning of the 2010s, private assets represented between four and seven years of national income in the countries studied. The overall evolution leaves no doubt: with bubbles or without them, there has actually been a great step back to private capital in rich countries since the 1970s, or, if we prefer, the emergence of a new asset-based capitalism.” In other words, there has been: “a movement of privatization and the gradual transfer of public wealth to private wealth since the 1970s-1980s” (Piketty, 2013, p. 273).

consumer objects. Democratizing cultural policies have structurally failed because, by subordinating education and teaching, they have not been able to overcome the great differences generated by the system, and have been limited to cosmetic operations regarding the inequalities of people's access to spiritual enrichment and the enjoyment of what is beautiful and unique. Several forms of creation placed on the same level by an "everything is culture" outlook have made simple entertainment, the spectacle, an adornment of power and illustrate the degradation of contemporary societies in this area. As in the past, fundamentally, only socially or educationally privileged minorities are able to have access to the knowledge that frees and to the deciphering of the created and enriched aesthetic languages that the state – in a broad sense – or the initiative of some creators and private institutions encourage so that a suitable sheen of civilization can be kept up (Pereira, 2016).

The powerful have the chance to show off their fabulous fortunes (with varying degrees of discretion) at auctions, buying consecrated pieces for their personal collections or dedicating them to other types of ostentation and displaying their status. The state, once the sheen of civilization has been safeguarded, has its budget conditioned by priorities belonging to the stage of ultraliberal financialization of the economy (in simple terms, this means that, for example, the sustainability of the banking sector takes prevalence over other functions and sectors). The state has begun managing historical and artistic assets according to market criteria of profitability: monuments are rented for entertainment, language is counted in terms of owing and having, and museums become shops and commercial attractions. There clearly is an economic dimension in cultural production and practices, but it should be enhanced by integrating those practices and production into the exercise of citizenship and the search for the individual's complete fulfilment.

Aesthetically basic or spectacle-based sub-products (talk shows, reality shows, festivals, etc.) are provided for young people – and others – so they can get drunk or indulge in group behaviour that exorcizes their anxieties and channels energies that could otherwise turn against the powers-that-be. In other words, entertainment is sold to the masses, to the multitude: stars paid their weight in gold, millionaire football players, myths built by marketing, noise, images. In a word: spectacle. This is a creation of a meta-reality that hides the world and life.

Education, from primary to higher, has similarly become organized according to a commercial rationale and the needs of the economic system. The aim is not for every citizen to contribute to the common good with his or her different skills and acquired knowledge, but for all citizens to become integrated into the operations of markets and the dynamics of capital movement at the service of those who *de facto* decide because they *de facto* have. The concept of profitability therefore extends to the very education process and, for that reason, with the introduction of certain reforms, such as the Bologna process in Portugal, the aim is for children and young people to stick to gaining skills applicable to reproducing capitalism just as it exists.

The humanities suddenly disappear or are reduced to a minor point on syllabuses at different levels of education. History, philosophy, anthropology, sociology, geographic,

social sciences in general are pushed aside or directed towards immediate application in the economic process. “Living” or “dead” languages disappear in favour of the language – English – which, as well as corresponding to the still leading power, best meets the needs of the different technical, technological, commercial discourses.

At universities, in a broad sense, teachers’ actions have become bureaucratically supervised based on the quantitative criteria of intellectual production. Confusing what is specific to research in the areas of the exact sciences and nature with the methods of social and human sciences, the number of papers presented at conferences and seminars takes priority. So, under pressure for funding needs and bureaucratic evaluations, papers stumble over one another, repeat each other, are produced artificially; in the same way that the number of articles published in “scientific” journals are counted administratively. As a result, and always as regards the social and human sciences where the incidences of such guidelines are perhaps clearest, the importance of in-depth work, whence essays and books emerge, is of secondary importance; the same can be said of the role (which should be central) of teaching actions, as the living and experienced relationship between teachers and students.

In fact, in the “contact hours”, as classes are called today, recommendations suggest reducing bibliography to the essential minimum, favouring instead the slicing of works through photocopies and the presentation of subjects (“content” is the preferred term) using powerpoint presentations. While the traditional, conservative university of the past cultivated, to a great extent, students’ passiveness towards *ex cathedra* teachers, today the same passiveness is encouraged through outlines projected on a screen and a purportedly didactic minimalism that subverts complexity.

The objective of educating children and young people so they can be fulfilled as people capable of self-determination and citizens useful to the humanization of the *polis* is replaced by their transformation into units designed to produce and consume in a society where competition, predatory selfishness and injustice are encouraged as if they were qualities.

The *homo* consumer of developed societies is kept in a virtual reality, which we call meta-reality, caused by the alienating and joint action of ideology and the market. Governments, by not wanting, not daring or not being able to go against the national and transnational interests that condition them, gain the legitimation they need in democracy and manage the status quo, hiding what is really at play, bypassing what really matters to citizens’ day-to-day lives and the functioning of the institutions. The ideological arrogance of triumphal capitalism is as unbearable as that of those who assigned to history a sense that, by crushing the individual, would lead to a perfect terminal society, since it reproduces that crushing in other forms of conformism, mystification and attacks on human dignity.

It is not by coincidence that digital technologies have Silicon Valley – located in the region of the San Francisco of the 1960s’ Flower Power – as their prime focal point of development and projection around the planet. These technologies, “artificial intelligence”, which originally emerged as a “counter-culture” or individual assertion and liberation, have inevitably been absorbed by the commercial rationale of the system and

have come to support the techno-liberal capitalist model already mentioned. This model expands with incredible effectiveness, influencing all of life in society, ways of producing, consuming, informing, communicating, socializing, living, participating and deciding (Sadin, 2016).

With a view to achieving profitability and productivity, work (and therefore workers) is subjected to algorithmic systems of impersonal control (i.e. there is no longer a direct point of contact with whom to establish a dialectic for argumentation and claims). On a pretext of comfort and well-being, personal autonomy is submitted to digital rationality conveyed by networks and systems. In the name of a mythical idea of modernity, creativity itself is increasingly conditioned by technology. Kant's *Sapere aude!* is delegated in a place that, as a product of human intelligence, takes on an intrinsic power that suits the new mechanisms for the submission of individuals.

How can we overcome this state of things? All social change is a consequence of direct or indirect dynamics caused by the action of actors and this action is the result of those actors gaining awareness in a specific context. So, as the behaviour of workers who tried to stop development of the mechanic's industry by destroying the machines was not a solution, it remains not only to refuse the overdetermination of politics, culture and education by the economy and finance, but also by technologies, since, as ever, individuals will always be responsible for their own destiny, by that which could be called history. When we talk about a triumphal capitalism, we mean that overdetermination being accepted as inevitable. While this remains the case, there can be no general or specific cultural and educational policies that do not feed the status quo.

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

Marques, F. M. P. (2016). *Cultura e Política(s)*. Lisbon: Âncora Editora.

Piketty, T. (2013). *Le capital au XXIe. siècle*. Paris: Seuil.

Sadin, É. (2016). *La silicolonisation du monde*. Paris: Éditions l'Échappée.

BIOGRAPHIC NOTE

Fernando Pereira Marques (Coruche, 1948) has a degree from the Paris Higher School of Social Sciences (EHESS) and a doctorat d'État in Sociology from the University of Amiens (France). He was an invited professor at the Lusófona University of Humanities and Technologies (retired), where he ran the second cycle course in Political Science, and a researcher at the New University of Lisbon's Contemporary History Institute. Among other roles, he has been a Member of Parliament and chaired the Parliamentary Subcommittee for Culture, as well as being a member of the Portuguese delegation to the Parliamentary Assembly of the Council of Europe, where he was a member of the Culture and Education Committee, among others. He has written several research and essay works and is the Deputy Director of the journal *Finisterra* (Director Eduardo Lourenço).

E-mail: pereira.marques@sapo.pt

Address: Instituto de Historia Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa
(IHC) – Av. de Berna, 26 – 1050-099 Lisboa

* Submitted: 08/08/2017

* Accepted: 29/09/2017

SENTIDO COMUM E TÉCNICA: PARA UMA LITERACIA DA TÉCNICA

José Gomes Pinto

RESUMO

A determinação do que possa significar o sentido comum foi uma tarefa que o pensamento ocidental procurou determinar desde a sua origem na Grécia. Porém, o tratamento específico e sistemático surge com força no século XVII e consolida-se no século XVIII. Da pluralidade das significações que podemos encontrar para este termo, podemos determinar uma que se mantém em todas as tentativas que a história apresentou. E este aparece, como aqui o designamos, como um resolutor de problemas, mas também um escolho na hora de poder pensar algo de novo. É a partir das relações que os média realizam que podemos encontrar hoje uma hipostasiação do sentido comum, ainda que este nunca assim seja tematizado. Procuramos mostrar como historicamente o problema se desloca para outras nomenclaturas, e causa perturbação no entendimento dos fenómenos que os média criam, mas que tem por detrás um problema base: uma certa literacia que constitui uso de qualquer técnica.

PALAVRAS-CHAVE

Sentido-comum; técnica; cultura; literacia; história

ABSTRACT

The determination of what might mean common sense was a task that Western Thought set for it since its inception in Ancient Greece. However, the specific and systematic treatment emerged strongly in the 17th century and was consolidated in the 18th century. From the plurality of meanings that we can find for this term, we can determine one that holds in all the attempts that history has presented to itself. Common sense emerges as problem solver, but also as an obstacle that needs to be superseded in order to think something anew. It is from the relations media realize that we can find today a hypostatization of the common sense, although there is no precise thematization in this particular problem. In this essay, we try to show how historically the problem moves to other nomenclatures, and causes disturbance in the understanding of the phenomena that media creates, but that has behind it a common ground: a certain literacy that constitutes use of any technique.

PALAVRAS-CHAVE

Common sense; technics; culture; literacy; history

O bom senso é a coisa melhor partilhada, pois cada um pensa andar provido dele até que os mais difíceis de contentar em todas as outras coisas, não têm qualquer costume em desejarem mais do que o que têm. Não é verosímil que nisto todos se enganem; testemunha-se, antes, que a faculdade de julgar e distinguir o verdadeiro do falso, propriamente o que se chama bom senso ou razão, é naturalmente igual em todos os homens; igualmente se

testemunha que a diversidade das nossas opiniões não vem de uns serem mais razoáveis que outros, más só de consumirmos os nossos pensamentos por diferentes caminhos e de não considerarmos as mesmas coisas. Não basta, de facto, ter o espírito bom: o principal é aplicá-lo bem. As maiores almas são capazes dos maiores vícios, como das maiores virtudes. E os que andam só muito devagar podem avançar muito mais, se andarem sempre o caminho certo, do que aqueles que correm e se afastam desse mesmo caminho. (Descartes, 2006, p. 5)

SENTIDO COMUM: APROXIMAÇÃO

O sentido comum é de grande importância e não pode ser acedido de uma forma simplista. Qualquer aproximação surge como uma tarefa que requer sempre um esforço duplo: primeiro, um esforço por parte daquele que está a levar a cabo a inquirição para encontrar a melhor forma de iniciar a tarefa; em segundo, um esforço para desvelar a própria matéria em questão, porque esta pressupõe sempre um conhecimento prévio, conhecimento que necessita ser clarificado de modo a aceder ao primeiro ponto. O sentido comum necessita em si-mesmo de ser, simultaneamente, *comum* e universal, pois só assim se tem acesso ao seu próprio sentido, ao que ele mesmo é. Quando tomado no seu sentido literal, o sentido comum é uma forma, uma forma clássica, de literacia, pois constitui sentido que não está nele de forma visível ou explícita. Tomando a literacia na sua literalidade, como consequência de uma tecnologia, um epifenómeno, pode afirmar-se que o sentido comum está inscrito pela literacia que se tornou, assim, a condição de possibilidade de acesso geral ao sentido comum.

Relembremos a célebre afirmação de Immanuel Kant, quando procurava determinar o problema de “como é possível uma Metafísica ser científica”, no final do seu *Prolegómenos a toda a Metafísica Futura*: “no caso de o desafio ser aceite, há duas coisas que não devo aceitar: o jogo da verosimilhança e da conjectura, que calha tão mal à metafísica como à geometria; em segundo lugar, a diferenciação mediante a varinha de condão do assim chamado saudável sentido comum, que não toca a toda a gente, mas se orienta segundo propriedades pessoais” (Kant, 1987, p. A196).

Esta afirmação contradiz o famoso *dictum* sobre o Sentido Comum, aquele que foi previamente feito por René Descartes logo no princípio do seu *Discurso do Método*. Diz Descartes (2006, p. 5): “O bom senso é a coisa melhor compartilhada, pois cada um pensa andar provido dele até que os mais difíceis de contentar em todas as outras coisas, não têm qualquer costume nem desejam mais do que o que têm”. Entre 1653 e 1783 algo de muito importante aconteceu e que escondemos aqui, propositadamente, na afirmação kantiana acima citada. Teve lugar nos *Prolegómenos...*, publicados em Riga – à época pertencente ao império russo –, tendo sido um acontecimento revelado e apresentado à *République des Lettres* como um fenómeno que nunca mais desapareceria das academias e que ficou gravado no frontispício do *Pensamento Crítico*, constituindo-se, também, como uma das mais importantes viragens do pensamento humano. Immanuel

Kant (1987, p. A8) foi muito claro a este respeito quando escreveu: “Só que o destino, desde sempre desfavorável à metafísica, quis que *Hume* não fosse compreendido por ninguém”.

Até esse momento, o filósofo escocês David Hume teria tido o mesmo destino (*Schicksal*, para mencionar o termo usado por Kant) que a própria *Metafísica*. Expresso na sua forma mais crua, esta comparação assemelha-se a uma analogia improvável, já que Kant era um pensador de grande subtileza quando se tratava de apresentar definições e de realizar distinções. Sabemos também que Kant não era muito dado a comparações entusiásticas ou a analogias de largo espectro. Kant foi ainda mais longe ao afirmar que David Hume seria um *destruidor!* David Hume? O homem que teve uma disputa com o irascível Jean-Jacques Rousseau e ainda assim preservou os modos; *le bon David* como era conhecido nos círculos intelectuais franceses; o jovem intelectual que tinha estudado em *La Flèche* (por vezes a história parece ir em círculo no sentido em que aquilo que dá azo ao levantamento de um movimento acaba também por hospedar a sua mais violenta oposição: Descartes e Hume); o autor de *Um tratado da natureza humana*, publicado em 1739, mas escrito por volta de 1737, quando Hume era apenas um rapaz de 26 anos de idade e a viver em França. Estas são as palavras de Immanuel Kant (1987, p. A10) “*Hume* designou essa filosofia destrutiva de metafísica e atribuiu-lhe grande valor”. O mais conhecido da *dicta* de Kant (1987, p. A13) sobre Hume é o seguinte: “confesso francamente: foi a advertência de David Hume que, há muitos anos, interrompeu o meu sono dogmático e deu às minhas investigações no campo da filosofia especulativa uma orientação inteiramente diversa”. Queremos ainda recordar e sublinhar uma vez mais Kant (1987, p. A6) quando afirmava naquele precioso, mas breve volume, que: “nunca é demasiado para se tornar racional e sábio; mas, é sempre mais difícil de usar o discernimento, quando ele chega tarde”. Este discernimento é o grande *apport* de Hume para o apuramento do sentido comum e para a compreensão do seu funcionamento, mas esta compreensão pode ser entendida tanto num sentido positivo como num sentido negativo.

Neste ponto, possui-se já o material suficiente para procurar determinar o sentido comum e trazer para diante aquilo que Hume ainda tem para dizer na atualidade acerca do tema, algo que pensamos ser de grande importância se o olharmos de um ponto de vista do não-senso comum. Foi Immanuel Kant quem abriu a porta para que este filósofo *herético* pudesse entrar na História e no próprio processo do ‘filosofar’. Hume, como se disse, tem a mesma *alma mater* que Descartes, mas desferiu sobre o pensamento deste um ataque sem precedentes, bem como a todo o pensamento dito racionalista, tendo sido resgatado do esquecimento por um dos gigantes da História da Filosofia: pelo homem que tentou destruir a *destruição* e levou a cabo uma *delimitação* das faculdades humanas, havendo para tal aplicado a noção de *finitude*, de um *differendum* temporal para todo o conhecimento humano, Immanuel Kant. É também conhecido o facto de que Hume vendeu poucas cópias do seu *Tratado* (Harris, 2015), dizendo sobre este, já perto da sua morte em 1776, que o livro “nasceu morto da imprensa, sem chegar a despertar qualquer distinção ou inclusive a levantar alguma excitação entre os zelotes”

(Hume, 1964a, p. 2). Podemos, no entanto, sustentar que Hume estava certo no seu discernimento, na sua intuição, na sua *Einsicht*, que também iluminou Kant no que toca ao sentido comum, afirmando, contra Descartes, que nem todo o ser humano possui um *bom sentido* (o *Bona Mens* latino), ou seja, que esta habilidade ou faculdade não é assim tão natural e generalizada e que, se floresce tarde na vida, será difícil pô-la a funcionar na sua plenitude.

Tudo o que até agora se registou é matéria de facto, factos históricos. Mas quando historicamente tomados, estes contradizem o sentido prevalecente do sentido comum, justamente porque o *sentido comum* é matéria de uma construção histórica e social, mas também porque funciona como um território estabelecido, delimitado, através do qual a-criticamente se fazem juízos acerca da realidade e sobre nós enquanto elementos históricos. O encontro de Kant com Hume deu-se através do seu *Ensaio sobre o Entendimento Humano* (1902/1970), por volta do ano de 1760, ainda que este já estivesse traduzido para alemão em 1755, havendo sido originalmente publicado em 1748. Quando pensamos nos homens e na sua condição histórica, temos de recordar uma preciosa afirmação de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1995, p. 5) porque descreve de forma justa e clarifica as ações humanas: “o curso da história não nos mostra o vir-a-ser de coisas estranhas a nós, mas o vir-a-ser de nós mesmos e pelo nosso próprio conhecimento”. O encontro destes quatro grandes nomes – Descartes, Hume, Kant, Hegel –, mostram a importância que o debate sobre o sentido comum teve na história do pensamento ocidental. As análises posteriores de Hegel são suficientemente claras sobre o problema: para este o sentido comum é o contrário do pensamento¹, afirmando mesmo: “o assim chamado ‘saudável sentido comum’, que se toma a si mesmo como sendo a consciência real *sólida e genuína*, não é, no acto de perceber mais que o jogo destas abstrações e é sempre o mais pobre, ali onde aparenta ser mais rico” (Hegel, 1997, p. 77). Por abstrações Hegel quer dizer representações que surgem como singulares, embora *não contenham nelas qualquer momento negativo*, o que as transforma em meros momentos de positividade que não conseguem elevar-se a uma figura integral do que é a realidade. Assim, o sentido comum careceria do momento de autoconsciência, pois precisaria do momento negativo para assim o ser, e apresenta-se-nos como um simples momento repetitivo, sem qualquer elemento negativo que possibilite a reunião do diferente de si mesmo. Se para Hegel “somos o que somos em realidade porque o somos através da história” (Hegel, 1995, p. 2), se a história do pensamento é ela mesma uma introdução ao próprio pensamento (Hegel, 1995), a história do desenvolvimento de uma ideia do sentido comum pode ser tomada como um momento de introdução ao próprio pensar e até pensar-se como o seu primeiro momento. Com isto, podemos ver a história do pensamento como uma teia que une uma grelha de conceitos que necessitam ser superados de modo a obtermos uma figura, uma imagem total do mundo.

Nesta *concepção*, o sentido comum é uma forma de interligação de linhas de *preconceitos* que possibilitam o primeiro acesso à própria realidade. Por isso, o sentido comum pode ser tomado como uma forma de literacia já que permite um modo específico de

¹ Para uma perspetiva geral acerca da complexa relação entre sentido comum e filosofia ver Armstrong (1962).

acesso ao sentido do que ele próprio constrói, o que constituiu, *de facto*, uma forma de mediação, ainda que não uma forma de mediatização (Macho, 2013). Se partirmos deste postulado, o sentido comum, tal como foi olhado ao longo da história do pensamento, pode ser tomado como uma *técnica cultural*, tal como esta é usada pela chamada *teoria dos média alemã*. É deste modo que Bernhard Siegert (2015, p. 13) as expõe:

necessitamos focar-nos em como as cadeias operativas recursivas provocam uma mudança desde as técnicas de primeira-ordem para as de segunda-ordem (e de volta), em como o sem-sentido gera sentido, como o simbólico é filtrado do real ou, como, ao contrário, o simbólico é incorporado no real e como as coisas/significantes podem existir por causa do intercâmbio de materiais/informações ao longo das sempre-emergentes fronteiras pelas quais se diferenciam elas-mesmas do *medium*/canal circundante.

SENTIDO COMUM: DETERMINAÇÃO

O sentido comum pode ser pensado de duas formas: a) como um acesso imediato ao que as coisas são e para o que as coisas são em qualquer processo de cognição e de mediação, ou seja, fora do processo de raciocínio, do processo lógico, aparecendo assim como uma forma de orientação em direção à vida quotidiana, o dispor-nos para qualquer ação. Quando tomado neste sentido, podemos entendê-lo como um verdadeiro modo de literacia. O sentido comum, assim compreendido, é algo performativo, algo que induz ou impele à ação. Conduz-nos, assim, cega e acriticamente a representar ou a agir segundo princípios ou formas de representação. Constitui-se, assim, como um padrão de reconhecimento cognitivo e como um padrão de reconhecimento do que os *outros* são. Deve, no entanto, reconhecer-se que, neste uso ou modo, o sentido comum se constitui de grande utilidade, pois permite-nos agir sem pensar, permite-nos agir e pensar sem a autoconsciência de mediadores. O sentido comum assume uma segunda aceção b), podendo se constituir como um obstáculo, como mostrou Hegel, para todo o pensamento crítico, ou seja, para toda a investigação que procure uma inspeção pessoal atenta e que não admita qualquer ambiguidade conceptual ou relacional. A saber, para toda a atividade que requer um esforço constante em suspender as *assunções imediatas* no sentido de mostrar o que está por detrás destas, o que pode ser identificado como causa e o que emana destas causas ou princípio de existência. Trata-se da determinação do sentido dos seus efeitos e meios (*instrumenta*) na construção da representação do real.

Immanuel Kant estava certo ao apontar que o papel decisivo que Hume joga no pensamento ocidental filosófico foi o de *ver* (o termo que Kant usa é o *acto de ver*) que todos os fundamentos da *Metafísica* estavam fundados na relação ou conexão entre *causa* e *efeito* (Kant, 1987, p. A7). Ou seja, na manifestação clara ou uma explícita conexão entre dois factos, duas representações e um *sentimento* imediato das suas relações ou conexões e que o reconhecimento destas é temporalmente *in-distinto*. O grande erro da *Metafísica* e do sentido comum, para o pensador escocês, foi justamente o de tomar

como imanente a causalidade, enquanto acontecimento mental e natural, assumindo a forma espontânea de uma ligação entre mente e natureza, ou seja, no pensar e na vida quotidiana. Gavin Ardley (1976, p. 107) é muito claro acerca deste ponto quando afirma que “a metafísica é (...) uma quimera que assombra a vaidade humana instigada pelo poder da superstição”.

A *Metafísica* e o correlato natural, o sentido comum, vão mais além de toda a questão do conhecimento, das suas causas, regras e estruturas, funcionando o sentido comum tanto como um impulso para um questionamento ou, e simultaneamente, como um obstáculo para toda a aproximação teórica, aproximação que é conduzida como um impulso natural de questionamento sobre si mesmo. Ambos, metafísica e sentido comum, estão dependentes da determinação que realizámos no princípio: uma grelha de conceitos que são tomados implicitamente. Nesse sentido, desempenham a mesma função, ou seja, surgem como formas tácitas de *in-diferenciação* temporal que estão já determinados por processos de mediação, ou, como mostra a teoria dos média alemã, são técnicas culturais, uma interligação de sentidos que possibilitam o acesso à realidade, ou seja, funcionam como formas de literacia: formas e saberes relativos ao modo como algo funciona sem, no entanto, apresentarem as razões do modo de funcionamento (Siegert, 2015).

Quando tomamos o sentido comum nas suas diferentes modalidades e nos vários domínios em que este se aplica (a moral, a estética e, na atualidade, em sociologia, economia e nos estudos de comunicação), encontramos-nos com o mesmo obstáculo; ou seja, quando tomamos o sentido comum como uma técnica cultural, somos levados para além de qualquer descrição epistemológica, moral, ontológica, metafísica, estética ou qualquer outra estrutura que sejamos capazes de imaginar. O sentido comum é, em si mesmo, um acesso prévio ainda que não racionalmente aceite ou mesmo um sujeito de crença; ele constitui-se como uma base comum que pode ser partilhada por todos. Para usar de novo a palavra “histórico”, tal como o fizemos anteriormente, podemos dizer que este sentido significa a aquiescência de algo que nunca teve um sentido estabelecido, qualquer significação que é aceite e transmitida, tanto no tempo como no espaço. Numa outra expressão, o sentido comum é uma forma de conhecimento, um conjunto de solucionadores de problemas que tem um enquadramento temporal e espacial, mas que não podemos identificar como tais justamente porque estes se constituem como resolutores de problemas e não como *colocadores* de problemas. São formas tácitas de representar e agir, ainda que construídas, ou seja, artificiais. Em *O Céptico*, David Hume (1964b, p. 223) é evidente sobre este problema: “como com tudo o resto, confiamos no sentido comum, e em geral nas máximas do mundo, para a nossa instrução”; claro que este assume o testemunho e mostra-o como conhecimento passado e criado, literalizado; ainda que seja tomado como natural, este é, de facto, uma construção artificial, uma narrativa puramente humana. A questão a ser resolvida é: o que é que faz o sentido comum? Ele naturaliza uma construção artificial, naturaliza todas as construções (representações?) humanas. O sentido comum requer, como sugerido por Hume no *Tratado na Natureza Humana*: “que seja avaliado como uma causa, e ser inspecionado como uma instância de necessidade, que eu terei de estabelecer” (Hume, 1975, p. 410).

SENTIDO COMUM E MEDIAÇÃO

Voltando de novo ao tema da História, encontramos o escolho da artificialização do tempo histórico, e encontramos o problema da *diferenciação* que já foi colocado anteriormente. Pensemos, por exemplo, na noção de época, já que esta é um modo de expressão artificial dos humanos, construções temporalmente centradas, definições feitas por intermédio de conexões artificiais, ainda que muitas vezes tomadas como um fenómeno natural. *Zeitalter*, a palavra que usa o alemão para identificar uma época é ainda mais clara, porque ela traduz literalmente a palavra grega *epoche*, *epechein* (parar e tomar posição), significando literalmente, no idioma alemão, o vir-a-ser passado ou haver já passado, ou seja, uma delimitação do tempo que se torna numa forma de determinação histórica.

Nesse sentido, aponta-se para um exercício de abstração que é levado a cabo para enquadrar e naturalizar o tempo, transformado assim em tempo histórico. Por isso, o sentido comum, enquanto técnica cultural, não pode ser acedido de forma imediata, falta-lhe a possibilidade de identificar as formas de mediação que lhe subjazem. O sentido comum constitui uma forma já mediada, mas necessita de mediadores que o possam pôr a claro. É construído a partir de estruturas complexas, sendo estas sociais, processos cognitivos, e não formas inatas de reconhecimento inerentes a todos os seres humanos, como vimos na afirmação de Descartes. Assemelha-se, então, à noção aristotélica de *koine aesthesis*, mas não deve ser tomado como uma habilidade natural que permita aceder à mente dos outros e ao real, mas antes conceber-se como algo artificial, tácito, uma construção humana realizada a partir de formas narrativas. A verdadeira visão de David Hume – já em meados do século XVIII – foi a de tomar posição e reconhecer que o sentido comum não passa de um conceito artificial que expressa uma disposição artificial de coisas; ele aparece como um mediador e para o qual não há acesso em si mesmo a não ser o próprio. Isto significa que só pode ser acedido por intermédio da desconstrução. David Hume percebeu que o sentido comum – naturalmente a partir do seu olhar céptico – era uma técnica cultural. A noção hegeliana de que nós apenas somos humanos quando conseguimos chegar à consciência dos *outros* e construir uma base comum, algo que repetiu até à exaustão no seu “Prefácio” às *Lições sobre História da Filosofia*, fica destruído, ou pelo menos relativizado, pela asserção humana de que o sentido comum será como que uma narrativa histórica, uma construção artificial.

Para David Hume, contrariamente à “Filosofia do Sentido Comum”, o tempo não é perceptível pelos sentidos, mas uma ideia abstrata produzida pela mente e delimitada por esta, uma forma humana de construção ou mediação. Para este pensador, os seres humanos só podem chegar aos princípios gerais, ou regras, pela *inquirição sobre o tempo e a associação de ideias*. Diz Hume a este respeito: “a ideia de tempo é derivada de qualquer impressão misturada com outras, e escassamente diferenciada dela; ela aparece da forma na qual as impressões surgem na mente, sem que perfaçam uma em número” (Hume, 1975, p. 36). O problema da identidade tem aqui os seus fundamentos, porque o tempo não é percebido na ideia de uma impressão (sentidos); não há qualquer unidade preceptiva, nenhum traço, de uma permanência identitária do que quer que seja. O

absoluto está absolutamente cancelado para Hume. Ele transforma-se numa ilusão de conhecimento: uma mera ficção, uma mera construção. Mas, pela mesma razão, para este, toda a metafísica está longe de toda a persecução da verdade. Nenhuma evidência sobre estas conexões podem ser aduzidas, já que toda a metafísica é, em si mesma, uma mera construção de narrativas históricas. Para Hume apenas podemos ter acesso às relações experienciadas em si mesmas e em nós mesmos: elas são processos puros de mediação.

É por esta razão que Hume está associado historicamente com o ceticismo, agnosticismo e empirismo, mas também por ser um marco da crítica severa sobre o sentido comum. Para o pensador escocês, o pensamento era de grande importância; ele não era somente um *destruidor*; ele foi, talvez, o primeiro filósofo nietzschiano, o primeiro niilista, alguém que sabia que qualquer aproximação teórica era uma tarefa destinada apenas à imaginação. O *bon David* não estava apenas preocupado em chegar a alguma noção de verdade, mas com a noção de autenticidade. Para este, o sentido comum seria uma complexa rede de resolutores de problemas criados pelos seres humanos e funcionaria como gatilho para afastar qualquer ato de pensamento crítico, possibilitando que a vida se encontre consigo mesma no ato de não pensar. Paragem e continuidade, estes seriam os efeitos do pensamento de Hume: inquirir, parar, *re-inquirir*, parar, assim sempre, num ato de autenticidade, num ato de não querer sobrepor o que não se pode comparar. Para Hume o pensamento é um ato que possibilita o autoconhecimento, mas este precisa de um remédio para o parar, pois o pensamento crítico encontra-se sempre como uma tarefa perigosa. A especulação é não só um exercício de espelhamento, de dobragem, de duplicação, mas um exercício ao qual inere o perigo da naturalização dos seus efeitos. O seu correlato natural será, precisamente, o sentido comum, uma técnica cultural clara nesta matéria:

felizmente ocorre que, sendo a razão incapaz de dissipar essas nebulosas, a própria natureza o faz, e me cura dessa melancolia e delírio filosóficos, tornando mais branda essa inclinação da mente, ou então fornecendo-me alguma distração e alguma impressão sensível mais vívida, que apagam todas essas quimeras. Janto, jogo uma partida de gamão, converso e divirto-me com meus amigos; após três ou quatro horas de diversão, quando quero retomar essas especulações, elas parecem-me tão frias, forçadas e ridículas, que não me sinto mais disposto a levá-las mais além. (Hume, 1975, p. 269)

Tecnologia e ciência, os média e a remediação de processos de conhecimento e informação nas redes em que se constituem as sociedades contemporâneas, estão a assumir o mesmo papel que Hume atribuiu ao sentido comum: eles produzem um modo de crença imediata, mesmo fé, que possibilita aos seres humanos ter uma identidade estável, ainda que meramente artificial. Para Hume não havia uma correlação evidente entre autenticidade e identidade, já que autenticidade é um processo de procura ininterrupta, de um exercício inconcluso de procurar a evidência e de não aceitar nada como

evidente, como estabelecido, o que significa para Hume um impulso de crença. Kant procurou resolver este problema apontando para tal para a noção de *transcendental*. No momento histórico em vivemos e onde as sociedades e relações entre os indivíduos estão totalmente mediadas, a pergunta que deve ser formulada é: o que é agora o transcendental? E a resposta pode ser: o facto evidente de existirem essas mediações, desses processos de mediação estarem incrustados no tecido das relações entre indivíduos e entre sociedades. E o facto de existirem técnicas culturais e sermos conscientes de que elas existem. Mark B. N. Hansen (2006, p. 298) é claro sobre este ponto:

por esta mesma razão, a teoria dos média marca a oportunidade de nos podermos mover para diante no nosso pensamento, de deslocar, definitivamente (ou pelo menos em certo sentido) a separação empírico-transcendental que estruturou a reflexão sobre o pensamento, inclusivamente o pensamento da técnica.

Para Hume, evidência significa um modo de se estar disponível para a crença sem qualquer prejuízo. O sentido comum é útil justamente por esta razão: é a única forma de parar o processo de pensamento. Reformulando: pensar é um estado de exceção que só pode ser parado pela existência de técnicas culturais, isto é, pelo sentido comum. Por isso, tanto o pensamento crítico como o sentido comum podem ser tomados, também, como técnicas, técnicas que se interpenetram e complementam. Não há, como Hume indicou, qualquer princípio metafísico que possa resolver este problema de um modo absoluto. O seu pensamento foi uma consequência de ter sofrido de um carácter forte, lúcido e nunca esperar ser enganado ao tomar em mãos qualquer problema. É essa atitude que deve ser posta em obra no momento histórico presente: a literacia técnica e dos média necessita ser pensada nestas duas vertentes: usando a tecnologia e inquirindo, ao mesmo tempo, a estrutura material de todo o *medium*, no singular, porque não pode haver uma imagem total, absoluta, sobre o que é a técnica em geral e os média em geral, não podendo assim haver uma regra ou norma que nos permita dizer o que é, ou deveria ser, a literacia dos média e da técnica. Estamos sempre, ao pensar a técnica e os média, a literacia e representação, no meio do problema. Não existe uma receita única para o que seja a literacia dos média, pois ela é um epifenómeno dos próprios média. A literacia dos média está sujeita ao *medium* por excelência, de onde lhe vem a analogia, ao primeiro *medium* universal: o alfabeto fonético-vocálico dos gregos. Desde que a invenção grega configurou a cultura ocidental, veio também com ela a História, a narração como pano de fundo de uma possível literacia. Se tomarmos a sério a pergunta de Hannah Arendt (1978), “onde estamos quando pensamos?”, a resposta não será um “em lado nenhum”, mas sim um “aqui” e um “agora”, no meio já da História, no meio das intrincadas grelhas de narrativas da história, no meio de uma complexa rede de fios que unem os meios e que constituem os média.

Friedrich Kittler (1999, p. xxxix) apontou que “os média determinam a nossa situação, daí ou por causa disso, é-lhes devida uma descrição”. Esta afirmação é hoje um *tropos*, um lugar comum e uma estrutura comum de sentido. Todavia, a definição mais

precisa da literacia dos média, veio de um dos seus mais proeminentes discípulos, Bernhard Siegert (2015, pp. 2-3), quando afirma que:

em contraposição à análise de conteúdo ou à semântica da representação, a teoria alemã dos média muda o foco da representação do sentido para as condições de representação, da semântica, ela-mesma, para o exterior e para as condições materiais daquilo que pode constituir a semântica. Daí para diante, os média não são só um quadro alternado para a filosofia e a literatura, mas também uma tentativa de superar a fixação da Teoria Francesa no discurso, por meio de uma mudança do discurso desde a seu encabeçamento filosófico e arqueológico, para o seu sopé histórico e tecnológico.

Estas cadeias recursivas e operativas constituem precisamente o que Hume tinha denominado *sentido comum*, e este só pode ser acedido, como os média, ao inquirir cada *medium* em particular, cada *medium* que configurou a nossa história. Este foi o grande contributo de Marshall McLuhan, que pela primeira vez pensou a tarefa de *compreender* os média. O acontecimento histórico é de 1964, o que não significa que não se tenha inspecionado anteriormente os média. Significa que mais uma ligação foi feita. Pondo tudo isto numa fórmula: os média são *a priori* dos nossos sentidos, *daí ou por causa disso*, é devida uma descrição do sentido comum².

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ardley, G. (1976). Hume's Common Sense Critics. *Revue Internationale de Philosophie*, 30(115/116), 104-125.
- Arendt, H. (1978). *The Life of Mind*. San Diego: A Harvest Book/Harcourt.
- Armstrong, M. C. (1962). Philosophy and Common Sense. *Philosophy and Phenomenological Research*, 22(3), 354-359.
- Descartes, R. (2006). *Discourse on the Method*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gertz, C. (1975). Common Sense as Cultural System. *The Antioch Review*, 33(1), 2-26.
- Hansen, M. B. N. (2006). Media Theory. *Theory, Culture & Society*, 23, 297-306.
- Harris, J. A. (2015). *David Hume: An Intellectual Biography*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hegel, G. F. W. (1997). *Phenomenology of Spirit*. Oxford: Oxford University Press.
- Hegel, G.F.W. (1995). *Lectures on the History of Philosophy*. Lincoln/Londres: University of Nebraska Press.
- Hume, D. (1964a). My on Life. In T. H. Green & T. H. Grose (Eds.), *The Philosophical Works* (pp. 1-8). Darmstadt: Scientia Verlag Aalen.

² Em boa verdade, isto já tinha sido apontado pelo antropólogo americano Clifford Geertz (1975), mas tal fica apenas como apontamento para uma glosa futura sobre a arqueologia da teoria alemã dos média.

Hume, D. (1964b). The Sceptic. In T. H. Green & T. H. Grose (Eds.), *The Philosophical Works* (pp. 213-231). Darmstadt: Scientia Verlag Aalen

Hume, D. (1902/1970). *Enquiries Concerning Human Understanding and Concerning the Principals of Morals*. Oxford: Oxford at Clarendon Press.

Hume, D. (1975). *A Treatise of Human Nature: Being an Attempt to Introduce the Experimental Method of Reasoning into Moral Subjects*. Oxford: Clarendon Press.

Kant, I. (1987). *Prolegómenos a toda a metafísica futura*. Lisboa: Edições 70.

Kittler, F. A. (1999). *Gramophone, Film, Typewriter*. Stanford: Stanford University Press.

Macho, T. (2013). Second-Order Animals: Cultural Techniques of Identity and Identification. *Theory, Culture & Society*, 30(6), 30-47.

McLhuan, M. (2001). *Understanding Media*. Londres/Nova Iorque: Routledge.

Siegert, B. (2015). *Cultural Techniques. Grids, Filters, Doors, and Other. Articulations of the Real*. Nova Iorque: Fordham University Press.

NOTA BIOGRÁFICA

José Gomes Pinto é doutorado (2002) em Filosofia (Estética e Teoria das Artes). É Professor Catedrático (2007) na Escola de Comunicação, Arquitectura, Artes e Tecnologias da Informação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. É atualmente professor convidado da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa. Lecionou como professor convidado nas universidades de Salamanca e Évora. É diretor de um curso de doutoramento em Arte dos Média. É investigador integrado no Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias (CICANT). Em 2006/7 foi bolseiro de pós-doutoramento na Humboldt Universität, Philosophische Fakultät III, Ästhetik Seminar sobre a supervisão do Prof. Dr. Friedrich Kittler.

E-mail: jgomespinto@gmail.com

Endereço: ULHT, ECATI, Campo Grande, 376, 1749-024, Lisboa – Portugal

* **Submetido: 08/05/2017**

* **Aceite: 28/07/2017**

COMMON SENSE AND TECHNICS: TOWARDS A TECHNICAL LITERACY

José Gomes Pinto

ABSTRACT

The determination of what might mean common sense was a task that Western Thought set for it since its inception in Ancient Greece. However, the specific and systematic treatment emerged strongly in the 17th century and was consolidated in the 18th century. From the plurality of meanings that we can find for this term, we can determine one that holds in all the attempts that history has presented to itself. Common sense emerges as problem solver, but also as an obstacle that needs to be superseded in order to think something anew. It is from the relations media realize that we can find today a hypostatization of the common sense, although there is no precise thematization in this particular problem. In this essay, we try to show how historically the problem moves to other nomenclatures, and causes disturbance in the understanding of the phenomena that media creates, but that has behind it a common ground: a certain literacy that constitutes use of any technique.

PALAVRAS-CHAVE

Common sense; technics; culture; literacy; history

RESUMO

A determinação do que possa significar o sentido comum foi uma tarefa que o pensamento ocidental procurou determinar desde a sua origem na Grécia. Porém, o tratamento específico e sistemático surge com força no século XVII e consolida-se no século XVIII. Da pluralidade das significações que podemos encontrar para este termo, podemos determinar uma que se mantém em todas as tentativas que a história apresentou. E este aparece, como aqui o designamos, como um resolutor de problemas, mas também um escolho na hora de poder pensar algo de novo. É a partir das relações que os média realizam que podemos encontrar hoje uma hipostasiação do sentido comum, ainda que este nunca assim seja tematizado. Procuramos mostrar como historicamente o problema se desloca para outras nomenclaturas, e causa perturbação no entendimento dos fenómenos que os média criam, mas que tem por detrás um problema base: uma certa literacia que constitui uso de qualquer técnica.

PALAVRAS-CHAVE

Sentido-comum; técnica; cultura; literacia; história

Good sense is the most evenly distributed thing in the world; for everyone believes himself to be so well provided with it that even those who are the hardest to please in every other way do not usually want more of it than they already have. Nor is it likely that everyone is wrong about this; rather, what this shows is that the power of judging correctly and of distinguishing the true from the false (which is what is properly called good sense or reason)

is naturally equal in all men, and that consequently the diversity of our opinions arises not from the fact that some of us are more reasonable than others, but solely that we have different ways of directing our thoughts, and do not take into account the same things. For it is not enough to possess a good mind; the most important thing is to apply it correctly. The greatest minds are capable of the greatest vices as well as the greatest virtues; those who go forward but very slowly can get further, if they always follow the right road, than those who are in too much of a hurry and stray off it. (Descartes, 2006, p. 5)

COMMON SENSE: APPROACHING

Common sense is of great importance and cannot be accessed in a simplistic form. An approach to it appears to be a task that always requires a twofold endeavor: Firstly, an effort on the part of who is conducting the enquiry to find the right way to start; secondly, an effort to unveil the subject matter itself, which always presupposes previous knowledge that needs to be clarified in order to get to the first point. Common sense need itself to be common and universal in giving access to what is allowed by itself. Common sense is a form, the classical form, of literacy when taken in its general assumption. Taken literacy literally, as a consequence of a technology, an epiphenomenon of it, Common Sense is inscribed by literacy and last the condition of possibility of the first.

Let us here remember Immanuel Kant assertion –when delving into the problem: “how is Metaphysics as science possible?” – at the end of the *Prolegomena to any Future Metaphysics*: “only two things I cannot accept: first, the plaything of probability and conjecture, which suits metaphysics just as poorly as it does geometry; second, differentiation by means of the divining rod of the so-called sound common sense, which does not bend for everyone, but is guided by personal qualities” (Kant, 1987, p. A196).

This assertion contradicts the other famous *dictum* on common sense, the one who was previously made by René Descartes in the very opening of the *Discourse on Method*. As Descartes (2006, p. 5) states: “good sense is the most evenly distributed thing in the world; for everyone believes himself to be so well provided with it that even those who are the hardest to please in every other way do not usually want more of it than they already have”. Between 1637 and 1783 something very important had happened which we had purposely concealed it in the Kantian book quoted above. It took place in *Prolegomena*, published in Riga – Russian Empire at that moment – and it was an event that revealed and presented to the *Republic of Letters* a phenomenon which will never disappear from universities and that was craved ever since on the frontispiece of *Critical Thinking*, being also one of the most crucial turns in Human Thought. Immanuel Kant (1987, p. A8) was very clear about it: “but fate, ever ill-disposed toward metaphysics, would have it that *Hume* was understood by no one”.

Up to that moment, the Scottish philosopher David Hume had the same destiny (*Schicksal*, to mention the word used by Kant) as *Metaphysics*. Expressed in its crudeness, this sounds as an improbable comparison for Kant, since Kant was a man of great

subtlety when it came to give definitions and in making distinctions; we know also that he was not too much prone towards enthusiastic comparisons or wide spectrum analogies. Kant went even further, saying that David Hume was a *destroyer*! David Hume? The man who had a *disputatio* with the irascible Jean-Jacques Rousseau and preserved his good manners, *le bon David*, as he was also known, the young boy who studied in *La Flèche* (sometimes History is a round circle, in the sense that the same conditions that give rise to a movement can also be the host of its most violent opposition, Descartes and Hume) –, the author of *A Treatise of Human Nature*, published in 1739 and written towards 1737, when Hume was only 26 years old and was living in France. Here are Kant's (1987, p. A10) precise words: "*Hume* named this destructive philosophy itself metaphysics and placed great value on it". The most well-known of Kant's (1987, p. A13) *dicta* on Hume is as follows: "I freely admit that the remembrance of David Hume was the very thing that many years ago first interrupted my dogmatic slumber and gave a completely different direction to my researches in the field of speculative philosophy". We would like even to underline and remember once more Kant's (1987, p. A6) sentence, which was made in that precious but little volume, the passage where he states that "it is never too late to grow reasonable and wise; but if the insight comes late, it is always harder to bring it into play". This in-sight is Hume's great *apport* to common sense and to the understanding of its function; but this contribution can be seen both in a positive and in a negative way.

But at this point we already have enough material to start focusing *common sense* and start bringing the forth what Hume still has to say today on the subject, which we think still is of great importance if we read it from a non-*commonsensical* point of view. In fact, it was Kant that opened the door for introducing the *heretic* philosopher in History and into "philosophizing" itself. Hume's was educated at René Descartes' *alma mater* and had conducted a whole battle against Descartes' philosophy and against all rationalism, which was saved or rescued by one of the giants in the History of Philosophy, the man who tried to destroy *destruction* and carried out a *delimitation* of all human faculties, by applying the notion of *finitude*, of a temporal *differendum*, to all human knowledge, i.e., Immanuel Kant. It's also a known fact that David Hume sold a few copies of his *Treatise* (Harris, 2015) during his lifetime, saying short before his death in 1776 that the book "fell dead-born from the press; without reaching such distinction as even to excite a murmur from the zealots" (Hume, 1964a, p. 2). But we can surely maintain that Hume was right in his *Einsicht*, in his insight that enlightened Kant, about common sense and in stating, against Descartes' that not every human being possesses good sense (the *Bona Mens*), that ability or faculty was not that natural and widespread and if it blossoms late in life it will be hard to put it into play.

These are all matters of facts, historical facts; but as such, they contracted the prevalent meaning of common sense, just because *common sense* is a matter of historical and social construction, but also because it functions as an established *territorium* from which we a-critically make judgments about reality and about ourselves. Kant's *rendez-vous* with Hume's first *enquiry*, the *Enquiry Concerning Human Understanding* (1902/1970), around 1760, though it has been translated into German since 1755 and originally published in

English in 1748. Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1995, p. 5) as a precise statement to describe such historical situations as human's events that clarify human actions: "the course of history does not show us the Becoming of things foreign to us, but the Becoming of ourselves and for our own knowledge". The meeting under the same problem of these four major names – Descartes, Hume, Kant, Hegel – brings forth the importance of the debate that the nature and the function of Common Sense had in western thought. The final analyses of Hegel are sufficiently clear about the problem, since for Hegel common sense is in the opposite side of thinking¹, stating "'sound common sense' which takes itself to be a solid, realistic consciousness is, in the perceptual process, only the play of these abstractions; generally, it is always at its poorest where it fancies itself to be the richest" (Hegel, 1997, p. 77). By abstractions Hegel means representations that appears to be singular but doesn't contain in themselves the negative moment, which make them mere positives momentous that could not achieve an entire figure of what is reality. *Common sense* lacks self-consciousness and is a simple repetitive moment without its counter-part. But since for Hegel "in reality we are what we are through history (Hegel, 1995, p. 2), since the history of thinking is an introduction to thinking itself (Hegel, 1995), the history of the development of the idea of *common sense* is an introduction to *thinking* itself and its primary moment. With this we can see in the history of thinking the weaving of a grid of fundamental concepts that need to be superseded in order to get a figure, an absolute image of the world. *Common sense* is in this way the interlaced strings of prejudices that allow the first access to reality itself. By this means, it can be taken as a form of literacy in the sense that allows a form, a specific mode, of access to the meaning itself build, which is in fact a process of mediation, though not a process of mediatization (Macho, 2013). In fact, *common sense* can be taken as a *cultural technique*, as it is used by the so-called *German media theory*. This is how Bernhard Siegert (2015, p. 13) exposes them:

we need to focus on how recursive operative chains bring about a switch from first – order to second – order techniques (and back), on how non-sense generates sense, how the symbolic is filtered out of the real, or how, conversely, the symbolic is incorporated into the real, and how things/signifiers can exist because of the interchange of materials/information across the ever-emergent boundaries by which they differentiate themselves from the surrounding medium/channel.

COMMON SENSE: DETERMINATION

Common sense can be conceived at least in two ways: a) as an immediate access to what things are and to what things are outside any process of cognition and mediation, so to say, outside any process of reasoning, being thus a form of orienting oneself towards practical life or action, a real form of literacy. Common sense, from this point

¹ For a wide perspective about on the complex relation between common sense and philosophy see Armstrong (1962).

of view, is performative, it leads oneself blindly or a-critically to act or represent in some specific way or to acknowledge things under the same behavioral and cognitive patterns as *the others* do. Yet, we should have to recognize that it is of great use for acting without thinking – without self-consciousness of mediators. This is something that we have to do in our daily lives and, in fact, the unique way we can manage to live our everyday lives. And b) common sense can be an obstacle, as shown by Hegel, for critical thinking, that is, for an enquiry that rests upon attentive personal reflection and which does not admit any conceptual or relational ambiguity and requires a constant effort to suspend *immediate* assumptions in order to unveil what is behind them and what can be identified as a cause and what is following forth from this cause or principle of existence – that is, the meaning of its effects and means (*instrumenta*) in the construction of a representation of the real.

Immanuel Kant was right in pointing out that David Hume's decisive discovery for Philosophy was that he "saw" (the precise term is the action of seeing: in-sight, *Ein-sicht*) that the building block of *Metaphysics* were the relation or connection between *cause* and *effect* (Kant, 1987, p. A7) – that is, the clear manifestation or explicit connection between two *facta*, two *percepta*, and an immediate *feeling* of their relation or connection, which acknowledges that they are temporally un-differentiate. Taking causality as an immanent event of mind and nature, assuming the spontaneous form of linking nature and mind, these are for Hume the sources of every error both in *Metaphysics* and in common sense, in thinking and in living. Gavin Ardley (1976, p. 107) is very clear about this when saying that "metaphysics (...) is a chimera that haunts the human vanity abetted by the craft of superstitions".

Metaphysics, and its correlate, *common sense*, supersedes all questions about knowledge, its causes, rules and structures, and works as a drive to inquiry or, simultaneously, as an obstacle to any theoretical approach – which is by nature conducted through drive or natural impulse and self-inspection. Both actions are dependent on the pre-notions we started from: a grid of notions that are taken implicitly; but they still have the same function, i.e., they are forms of unnoticed temporal un-differentiation, they are already established process of mediation of, as German Media Theory name it: *Cultural Techniques*, historical interwoven forms of meaning that allows an access to reality and that means, literacy: knowing how something function without knowing why it function that way (Siegert, 2015).

We can then consider *common sense* in very different ways and in very different fields, such as in morals, aesthetics, and in present times, in sociology, economics, communication studies, but we still have the same stumbling block; when we focus on common sense as a cultural technique, we realized that goes beyond any description in epistemology, morals, ontology, metaphysics, aesthetics or whatever form we can think of. Common sense is, in itself, a previous, not rationally accepted or even subject of belief, a ground that can be shared with *the others*. Using again the word "historical", as we have made before, means in this context the acquiescence of something that have established meaning, something that is accepted and transmitted both in space and in time. To other

form to express the same, *common sense* is a form of knowledge, a set of little problem-solvers that are time-framed and that we cannot recognize as so, because precisely it solves problems and do not create them. In *The Sceptic*, David Hume (1964b, p. 223) is clear about this: “as to the rest, we trust to common sense, and the general maxims of the world for our instruction”; and this means that past knowledge, which is accounted as a sort of Nature, is in fact an artificial construction, a pure human narrative. The question here should be clear and the answer even more: What does common sense do? It naturalizes all artificiality, all human construction. Common sense, as was suggested in *A Treatise of Human Nature*, “requires it shou’d be esteem’d a cause, and be look’d upon as an instance of that necessity, which I wou’d establish” (Hume, 1975, p. 410).

COMMON SENSE AND MEDIATION

Going again with History we reach the problem of artificialization of historical time, the *differentiation* problem we quoted above. Lets think, for instance, on the notion of epochs for they are artificial modes that express a human, time-centered historical construction, a definition made by means of artificial connections, though we can take them as a natural phenomenon. *Zeitalter*, the German word for epoch is even more clear in this subject, because it literally translates the Greek word *epoche*, *epékhein* (to pause and take position), meaning in its roots the becoming old or passing away, a delimitation of time.

In that way, we are pointing to an exercise of abstraction that is carried out to frame and naturalize time. Therefore, *common sense*, as a cultural technique, cannot be immediately approachable, it lacks the identification of the form of mediation that lies underneath itself. It always needs some sort of mediation. *Common sense* is made out of complex structures, being them social, cognitive processes and not innate forms of recognition that belong to all humankind, as Descartes stated. It resembles Aristotle’s definition of *koine aesthesis*, but should not be taken as a natural ability to reach the mind of *the others*, but as an artificial, tacitly, human construction built in a narrative way. The superb in-sight of David Hume – only towards the middle of the 18th century – is that he already realizes that *common sense* was an artificial concept which expresses an artificial disposition of things; it is a mediator to which there is no access but through itself, in the sense that it can only be access through deconstruction. David Hume saw common sense, with the help of his skeptical eyes, as a cultural technique. The Hegelian notion that we are only really humans when we can reach *others* consciousness and build a common ground, something repeated to exhaustion the “Preface” to his *Lectures on the History of Philosophy*, was now destroyed, at least relativized, by the Human assertion that common sense is a narrative historical and artificial construction.

For David Hume, contrary to “common sense philosophy” and to *philosophy of common sense*, time is not perceptible by the senses, but an *abstract idea* produced by the mind and formed by it, a pure human construction or mediation. For him, human beings can only achieve the general principles or rules that shape human beings in themselves

by inquiring time and the association of ideas: “the idea of time is not deriv’d from a particular impression mix’d up with others, and plainly distinguishable from them; but arises altogether from the manner, in which impressions appear to the mind, without making one of the number” (Hume, 1975, p. 36). The identity problem has its roots here, since if time is not perceived in the idea of an impression (sense), there is no perceptual unity, nor any trace of the unitary permanence of something. The absolute is *absolutely* canceled. It becomes an illusion of knowledge: a mere fiction, a mere construction. But, for the very same reason, for the author, *Metaphysics* is very distant from any perusal of truth. No evidence of connections can be obtained, since *Metaphysics* is itself a historical narrative construction. For Hume, we can only have access to the relations themselves as experienced by ourselves in themselves: they are pure mediation process.

This is why Hume is associated with skepticism, agnosticism and empiricism and historical landmark of the severe critic of *common sense*. For Hume, thinking processes are of great importance; he is not merely a *destroyer*, he was perhaps the first Nietzschean Philosopher, at least the first nihilist, someone who knows that any theoretical approach is a step taken in the direction of wondering. *Le bon David* was not concerned with achieving any notion of truth, but with the notion of authenticity. For him common sense is a complex network of problem-solvers created by humankind and which is used as a trigger to jump out away from the act of thinking, allowing acritical life to come in within life itself. Stop and start, this are the effects of Hume’s thinking: re-enquiring and go back and forth, etc. For Hume thinking is a method of achieving self-knowledge, but it needs a remedy without which it can be a dangerous endeavor for everybody who try speculative achieving’s. That counter-part is precisely common sense: a cultural technique clear on this matter:

most fortunately it happens, that since reason is incapable of dispelling these clouds, nature herself suffices to that purpose, and cures me of this philosophical melancholy and delirium, either by relaxing this bent of mind, or by some avocation, and lively impression of my senses, which obliterate all these chimeras. I dine, I play a game of back-gammon, I converse, and am merry with my friends; and when after three or four hours amusement, I wou’d return to these speculations, they appear so cold, and strain’d, and ridiculous, that I cannot find in my heart to enter into them any farther.
(Hume, 1975, p. 269)

Technology and science, media and remediation processes of knowledge and information in social networks, in the context of modern societies, are assuming the same social role that Hume attributed to common sense: they produce immediate belief, even faith which allows humans to have stable, but technical, identity. For Hume identity doesn’t mean authenticity, for authenticity is a process of uninterrupted exercise of seeking evidence and not accepting anything else then what is evident, which for Hume means an impulse to belief. Kant tried to solve the problem by pointing to a new concept: the transcendental. But in times of a total mediated society we should ask: what

is now transcendental? And the answer may be: the obvious fact that these mediations exist, that these processes of mediation are embedded in the construction of relations between individuals and societies. And the fact that there are cultural techniques and we are aware that they exist. Mark B.N. Hansen (2006, p. 298) is clear at this point:

for this very reason, media theory marks a chance for us to move forward in our thinking, to displace definitively (at least in some sense) the empirical-transcendental divide that has structured western meditation on thinking, including the thinking of technics.

For David Hume evidence means a mode of being able to believe without any obstacle. Common sense is very useful for that reason: it is a unique way of stopping the process of thinking. Thinking is a state of exception that can only be supported by common sense. Both techniques need each other. Hume's drive towards evidence is a symptom of his search for authenticity. He knows that there is no metaphysical principle that could solve such problem. His philosophy is a consequence of suffering of a strong, lucid character and never wanting to be deceived in handling whatever subject matter. Technical and media literacy need to be approach in these two directional ways: using technology and inquiring the material structure of each medium. There is no single answering or absolute picture on what is technical or media literacy can be made. We are always, when thinking about media and literacy, about technology and its effect, in the middle of the subject matter itself. Literacy is a by-product of media, not only an epiphenomenon, since it is rooted on the first universal media: phonetic and vocalic Greek alphabet. Since the Greek inventions have shaped Western culture, it has brought forth History as the background of all possible literacy. If we take seriously Hannah Arendt (1978) crucial question, "where are we when we think?" the answer is not *nowhere*, but a *now* and *here*, in the *middle* of History, in the middle of the intricate grid of historical narratives and the middle of the complex interwoven strings of media.

Friedrich Kittler (1999, p. xxxix) used a now commonsensical presentation of media when stating that "media determine our situation, for it or because of it, it deserves a description". But the most precise definition on media literacy was made by one of his most prominent disciples, Bernhard Siegert (2015, pp. 2-3):

in contrast to the content analysis or the semantics of representation, German media theory shifts the focus from the representation of meaning to the conditions of representation, from the semantics, itself, to the outside and to the material conditions of what it may constitute the semantics. From then on, the media are not only an alternating picture for philosophy and literature, but also an attempt to overcome the fixation of French Theory in discourse, through a change of discourse from its philosophical and archaeological to its historical and technological footsteps.

These recursive operative chains are precisely *common sense* that can only be inspected by the use of thinking on the *medium* that shapes our own History. And was the

great *in-sight* of Marshall McLuhan when he named this task, in 1964, *Understanding Media*. Put it in a formula: media are the *a priori* of the senses, *for it or because of it*, common sense deserves a description².

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

- Ardley, G. (1976). Hume's Common Sense Critics. *Revue Internationale de Philosophie*, 30(115/116), 104-125.
- Arendt, H. (1978). *The Life of Mind*. San Diego: A Harvest Book/Harcourt.
- Armstrong, M. C. (1962). Philosophy and Common Sense. *Philosophy and Phenomenological Research*, 22(3), 354-359.
- Descartes, R. (2006). *Discourse on the Method*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gertz, C. (1975). Common Sense as Cultural System. *The Antioch Review*, 33(1), 2-26.
- Hansen, M. B. N. (2006). Media Theory. *Theory, Culture & Society*, 23, 297-306.
- Harris, J. A. (2015). *David Hume: An Intellectual Biography*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hegel, G. F. W. (1997). *Phenomenology of Spirit*. Oxford: Oxford University Press.
- Hegel, G.F.W. (1995). *Lectures on the History of Philosophy*. Lincoln/London: University of Nebraska Press.
- Hume, D. (1964a). My on Life. In T. H. Green & T. H. Grose (Eds.), *The Philosophical Works* (pp. 1-8). Darmstadt: Scientia Verlag Aalen.
- Hume, D. (1964b). The Sceptic. In T. H. Green & T. H. Grose (Eds.), *The Philosophical Works* (pp. 213-231). Darmstadt: Scientia Verlag Aalen
- Hume, D. (1902/1970). *Enquiries Concerning Human Understanding and Concerning the Principals of Morals*. Oxford: Oxford at Clarendon Press.
- Hume, D. (1975). *A Treatise of Human Nature: Being an Attempt to Introduce the Experimental Method of Reasoning into Moral Subjects*. L.A. Oxford: Clarendon Press.
- Kant, I. (1987). *Prolegómenos a toda a metafísica futura*. Lisbon: Edições 70.
- Kittler, F. A. (1999). *Gramophone, Film, Typewriter*. Stanford: Stanford University Press.
- Macho, T. (2013). Second-Order Animals: Cultural Techniques of Identity and Identification. *Theory, Culture & Society*, 30(6), 30-47.
- McLhuan, M. (2001). *Understanding Media*. London/New York: Routledge.
- Siegert, B. (2015). *Cultural Techniques. Grids, Filters, Doors, and Other. Articulations of the Real*. New York: Fordham University Press.

² As a matter of fact, this was already point out by the American anthropologist Clifford Geertz (1975). But these analyses should be made separately for a determination of the archeology of German Media Theory.

BIOGRAPHIC NOTE

José Gomes Pinto holds a PhD in Philosophy (Aesthetics and Theory of Arts). He is Full Professor at the School of Communication, Architecture, Arts and Information Technologies at Lusófona University in Lisbon, Portugal. He is currently an Invited Professor at the Fine Arts Faculty of Lisbon University. He has also taught as a Guest Professor at Salamanca University, Spain and Évora University, Portugal. He is the Head of the PhD Program in Media Arts. He is affiliated to CICANT (Centre for Research in Applied Communication, Culture and New Technologies). In 2006/7 he was a visiting post-doctoral fellow at Humboldt Universität, Philosophische Fakultät III, Ästhetik Seminar under the supervision of Prof. Dr. Friedrich Kittler.

E-mail: jgomespinto@gmail.com

Address: ULHT, ECATI, Campo Grande, 376, 1749-024, Lisboa – Portugal

* **Submitted: 08/05/2017**

* **Accepted: 28/07/2017**

ATIVISMO DIGITAL E NOVOS SUJEITOS DOS DISCURSOS: A NARRATIVA DO MOVIMENTO “OCUPA ESCOLA” NO FACEBOOK

Danielle Miranda

RESUMO

A partir do movimento *occupy* de estudantes secundaristas brasileiros (2015-2017), buscamos observar como o discurso enunciado da perspectiva dos manifestantes na rede acumulam, transmitem e movimentam sentidos, em uma configuração complexa que subverte a lógica de enunciados veiculados sobre movimentos sociais na mídia tradicional do Brasil. Adotamos o conceito de multidão (Negri, 2002, 2003, 2004, 2014; Hardt & Negri, 2005) para investigar de que modos estão sendo manifestadas as expressões identitárias do movimento “Ocupa Escola” nos seus perfis do Facebook pelos próprios sujeitos desse movimento. Em uma análise qualitativa de *fan pages* do Facebook, tomando como critério a escolha dos perfis mais seguidos e mais partilhados pelos estudantes manifestantes, entre as regularidades percebidas na análise, destacamos com mais intensidades os temas da horizontalidade, autonomia e de um movimento sem liderança; a abertura à diversidade e a insistente necessidade em reafirmar o cuidado público com a escola. Nessa composição, não há categorias isoladas. As temáticas se articulam e os procedimentos estratégicos de expressão identitária do movimento operam em conexão. Discutimos ainda alguns desses procedimentos que a análise permitiu identificar.

PALAVRAS-CHAVE

“Ocupa Escola”; ocupações secundaristas; *occupy*; ativismo digital; Facebook; manifestações identitárias

ABSTRACT

Based on the Brazilian secondary student’s movement, known as *occupy* (2015-2017), we intend to observe how the discourse enunciated from the perspective of students on social media accumulate and transmit movements, in a complex configuration that subverts the logic of statements transmitted on social movements in Brazil’s traditional media. We have adopted the concept of the multitude (Negri, 2002, 2003, 2004, 2014; Hardt & Negri, 2015) to investigate, in which ways, students of the movement “Ocupa Escola” manifest identity expressions on their Facebook profiles. In a qualitative analysis of Facebook *fan pages* that use the selection of the most followed and shared Facebook profiles as a criterion, we highlight the themes of horizontality, autonomy and of a movement without leadership; the openness to diversity and the insistent need to reaffirm governmental care with public schools. In this composition, there are no isolated categories. The themes are articulated and the strategical procedures of identity expressions of the movement operate in connection. Finally, we discuss some of the aforementioned procedures that our analysis allowed us to identify.

PALAVRAS-CHAVE

“Ocupa Escola”; secondary occupations; *occupy*; digital activism; Facebook; identity demonstrations

INTRODUÇÃO: O MOVIMENTO “OCUPA ESCOLA” ENQUANTO OBJETO PENSADO À LUZ DO SENTIDO POLÍTICO DAS MULTIDÕES

O movimento das ocupações de estudantes secundaristas e universitários brasileiros, chamado de movimento “Ocupa Escola”; “Ocupações Secundaristas” ou “Primavera Secundarista” – cujo contexto de surgimento será melhor abordado na seção seguinte, pode e deve ser compreendido no contexto de emergência de novos modos de produção e distribuição de narrativas que se dá em nossa contemporaneidade. Enquanto potencialidade política de transformação cultural, social, partimos da percepção da riqueza informacional contida nos enunciados expressos pelas ocupações secundaristas no Brasil e a forma como fomos constatando o quanto suas manifestações nas redes digitais acumulam, transmitem e movimentam sentidos, em uma configuração complexa que se associa a diferentes campos ativistas, políticos, educacionais, culturais e sociais. Além disso, apresentam novas possibilidades comunicacionais, à medida que a narrativa do movimento “Ocupa Escola” foi sendo construída majoritariamente da perspectiva de seus manifestantes, subvertendo alguns dos enunciados veiculados sobre ele na mídia tradicional do Brasil.

Ao olhar para as comunicações produzidas na rede pelos próprios secundaristas, chamou nossa atenção a diversidade e a multiplicidade dos “eus” comunicados, assim como as potencialidades decorrentes disso. Conforme sintetiza Malini (2016)¹, as ocupações dos estudantes são compostas por diferentes identidades coletivas: “são, ao mesmo tempo, movimentos sociais (feminismo, estudantil, ambiental, de luta pelo direito à cidade, etc.) e movimentos culturais (o *hip hop*, o *funk*, *slow food*, etc.)”, o que reconfigura uma “mentalidade política até então não vivenciada nos fechados currículos escolares” (Malini, 2016, s.p.). Tais características fizeram com que nos aproximássemos do conceito de multidão, a partir de Negri (2003, 2004, 2014), Hardt e Negri (2005), Silva, Nonino e Macedo (2016), para buscar perceber como os fluxos entre processos de singularização e de constituição identitária estão sendo expressos pelos canais comunicativos desse movimento. São os sentidos políticos do conceito de multidão que mostram-se mais produtivos para os fins desse artigo, já que a sua perspectiva abre espaço para pensarmos em singularidades não representáveis, em singularidades que mantêm sua força própria, mas dentro de uma dinâmica relacional que permite construir ao mesmo tempo a si e ao todo (Negri & Hardt, 2005). Com isso, nosso objetivo é investigar de que modos estão sendo manifestadas as expressões identitárias do movimento “Ocupa Escola” nos seus perfis do Facebook.

A multidão, em Negri (2004), é caracterizada a partir de três condições principais: ela é uma imanência, no sentido em que se mostra como potência, como conjunto de singularidades, de multiplicidades de subjetividades em que cada indivíduo ou conjunto de indivíduos é singular e, ao mesmo tempo, o uno transforma-se em múltiplo (Negri, 2004, p. 15); é um conceito de classe, de uma classe não operária, mas que constitui “a cooperação social para a produção” (Negri, 2004, p. 15); e também um conceito de potência, o mais importante para nós, enquanto conjunto que supera a massa, capaz de

¹ Retirado de <https://medium.com/@fabiomalini/o-ecossistema-sócio-midiático-do-ocupatudo-cf589a0781af#.bf0vo16i7>

desenvolvimento autônomo e independente e de romper com a ideia de uma “categoria passiva frente ao poder constituinte” (Negri, 2003, p. 139). A multidão, é, portanto, “uma multiplicidade que age” (Negri, 2004, p. 18). Dessa conceituação, surgem as articulações sobre as singularidades e identidades possíveis de serem encontradas na multidão.

Nossa intenção é olhar para o movimento das ocupações estudantis pela lente da multidão desde o princípio reconhecendo que a multidão não será uniforme e não se constituirá em uma unidade identitária. Queremos perceber justamente o *entre*², o lugar onde as diferenças se encontram e se articulam. Buscamos, assim, perceber em que grau uma multiplicidade identitária aparece, e como se relaciona com o caráter de potência da multidão. Concordamos com Silva e colegas (2016) quando estes afirmam que um pensamento sobre a multidão não implica “a exterioridade das singularidades em relação às identidades. A identidade como um existente atualizado é apenas uma ocorrência específica da singularidade, entendida aqui como potencialidade” (Silva et al., 2016, p. 182)³. A definição de singularidade passa pelos processos de singularização como um “devir diferencial” (Guattari & Rolnik, 2011, p. 56), são elementos nômades, não-hierarquizados e sempre da ordem da multiplicidade (Guattari & Rolnik, 2011). Desse modo, tomamos a multidão como uma perspectiva que impõe pensar a oposição entre a diversidade e uma uniformidade desejada, implica vislumbrar a diversidade na sua riqueza, pois é “na riqueza de suas infinitas expressões (que a multidão) revela sua força criadora” (Negri, 2002, p. 455). Trata-se, para Negri, de um modelo que rompe com a uniformidade a abraça a diversidade em sua própria consistência ontológica.

“OCUPA ESCOLA”: BREVE CONTEXTO DAS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS NO BRASIL (2015 – EM CURSO)

Seguindo a cartilha de ocupação elaborada por estudantes argentinos e chilenos, e motivados pelo agravamento brusco da precariedade de condições das escolas públicas brasileiras, os secundaristas começaram o movimento de ocupação das escolas em São Paulo em novembro de 2015 e, por diferentes motivos, tais ocupações repetiram-se pelo Brasil até dezembro de 2016. As ocupações tomaram forma não apenas no sentido local e pontual de um país cuja educação se precariza, mas também no cenário global, que tem se transformado diacronicamente de forma mais evidente desde movimentos sociais com vínculos à era digital, como a “Primavera Árabe”, o *Occupy Wall Street*, as revoluções na Tunísia e no Egito, o movimento espanhol “15M/Indignados”.

Segundo Perissé (2011)⁴, autor do livro *Palavras e origens*, a palavra “ocupar” origina-se do latim *occupare*, formado pelo prefixo ob- e o verbo capere, que remetem a significados tais como: “pegar”, “apanhar”, “capturar”, “apoderar-se”, “conquistar” (Perissé,

² Pensamos o sentido de “entre” a partir de Deleuze e Guattari, “*entre* as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 37, grifo nosso).

³ Retirado de <http://seer.ufg.br/index.php/intexto/article/view/66964/39613>

⁴ Retirado de <http://palavraseorigens.blogspot.pt/2011/11/quem-ocupa-se-preocupa.html>

2011, s.p.). A utilização do verbo ocupar e do termo “ocupações” no Brasil, país de língua portuguesa, decorre das transformações recentes de significado associado ao termo “occupy” (#occupy) no idioma inglês. *Occupy* chegou a ser escolhida a Palavra do Ano em 2011, pela American Dialect Society⁵. No ano seguinte, Samy Alim, diretor do Centro de Estudos de Raça, Etnia e Linguagens da Universidade de Stanford (2012a, 2012b)⁶, teve textos publicados sugerindo o movimento *Occupy Wall Street* como principal origem dos novos significados da palavra “occupy/ocupação”. Até há pouco tempo, para o pesquisador, “ocupar” significava operação militar. Hoje, ocupar é sinônimo de luta política progressista. Para Salim (2012a, 2012b), na linguagem corrente, países, exércitos, polícias, “ocupavam” territórios, praticamente sempre pela força. Para ele, colonizadores ocuparam e não “descobriram” países. Mas, hoje, “ocupar” é um termo que está associado a “denunciar injustiças, desigualdades, abusos de poder. E não se trata de apenas impor-se num espaço: hoje, ocupar significa também transformar os espaços” (Alim, 2012a).

As ocupações de escolas no Brasil surgiram quando os estudantes das escolas públicas do estado de São Paulo entenderam que a “reorganização escolar” imposta pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB), que fecharia mais de 90 colégios e remanejaria mais de 300.000 alunos, era um abuso. Ocuparam então as escolas no final de 2015. Em 2016, o movimento seguiu-se, reivindicando melhores condições na educação e denunciando os Projetos de Lei 44 (privatização do ensino)⁷ e 190 (Escola Sem Partido)⁸ e, mais recentemente, contra a PEC 241, que congela gastos públicos por 20 anos na educação e saúde, afetando os mais pobres do país. Contra a PEC 241, o movimento cresceu e também as universidades públicas brasileiras aderiram ao movimento de ocupações⁹. Uma onda que se espalha por mimetização e contágio (Bentes, 2016)¹⁰ e que em 2016 contou com mais de 1.110 escolas, institutos e universidades ocupadas.

No caso do Brasil e do movimento realizado por estudantes, não se pode, ainda, perder de vista que o termo “ocupar” tem o sentido também de preencher. O ocupante,

⁵ Retirado de <http://www.americandialect.org/occupy-is-the-2011-word-of-the-year>

⁶ Retirado de <http://www.revistaforum.com.br/2012/01/01/a-palavra-do-ano-e-occupy/> e http://opinionator.blogs.nytimes.com/2011/12/21/what-if-we-occupied-language/?_r=0

⁷ O PL 44 – projeto de lei 044/15 – prevê que entidades privadas sem fins lucrativos possam firmar parcerias com o poder público para exercer atividades em áreas como o ensino, a saúde, a cultura e a preservação ao meio ambiente. Para isso, essas entidades poderiam receber recursos públicos e até mesmo estruturas físicas pertencentes ao Estado. A lei possui implicações diretas na privatização do ensino público. Retirado de <http://www.al.rs.gov.br/>

⁸ O projeto de lei 190/15 pretende a instituição do Programa “Escola sem Partido”, cujo mote principal é “educação sem doutrinação”. Um dos pontos mais controversos destes projetos reside na ideia de que os educadores e educadoras não devem discutir, nos espaços escolares, temas e conteúdos que possam contradizer as convicções morais dos pais e mães dos estudantes. Retirado de <http://marcelvanhattem.com.br/wp/wp-content/uploads/2016/06/PL-190-2015-escola.pdf>

⁹ A PEC 241 – Proposta de Emenda à Constituição 241/16 – propõe criar um teto de congelamento de gastos públicos pelos próximos 20 anos, medida defendida pelo governo de Michel Temer, presidente interino que assumiu após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016. Nas redes sociais, essa PEC é chamada pelos seus críticos de #PECdofimdo-mundo, #PECdamaldade, #PECdamorte, entre outras críticas. Retirado de http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=279D613E05929958381B2D3EEC573B4E.proposicoesWebExterno2?codteor=1468431&file name=PEC+241/2016

¹⁰ Retirado de <https://revistacult.uol.com.br/home/a-ultima-maca-do-paraiso/>

no entanto, não é necessariamente o proprietário ou o controlador, mas é aquele que está na “posse de”. Os estudantes brasileiros ocuparam territorialmente suas instituições de ensino, mas também, de outras formas, as redes digitais e pautaram, ainda que em volume desproporcionalmente pequeno em relação ao tamanho da sua organização, os média tradicionais. Nessa perspectiva, os perfis do Facebook do “Ocupa Escola” se constituíram para romper com os códigos vigentes e assim se fazer voz audível. Juntamente com seus objetivos políticos-educacionais, encontramos aqui objetivos operacionais de ordem comunicativa-estético-política que foram, sem dúvida, provocadores de ruptura e disrupção (Rosário, Silva & Silva, 2016)¹¹. Passamos às próximas seções, nas quais apresentamos nosso modo de olhar para o objeto, assim como os principais resultados da análise.

OBSERVAÇÕES METODOLÓGICAS

Neste trabalho, optamos por buscar perceber as conexões, regularidades e irregularidades que aparecem nas manifestações produzidas pelos próprios estudantes secundaristas a respeito de si e do movimento do qual fazem parte. Uma das características que o movimento tomou no Brasil é que, mesmo que possuam presença bastante relevante no Twitter, é no Facebook que os estudantes secundaristas encontraram o seu canal para criar páginas oficiais para cada ocupação. Em 2016, foi possível perceber um número volumoso de páginas surgindo, à medida que o movimento crescia e cada nova escola participante produzia sua *fan page*.

O nosso objeto de análise serão os perfis do Facebook de ocupações brasileiras. Na “era do perfil”, o perfil do Facebook é um canal que “reproduz a lógica de rede, deixa claro quem se compartilha, quem se segue (...)”. É um rompimento com a ideia do portal, do cliente/consumidor, da relação emissão/recepção”. Consideramos, assim, o perfil das redes sociais como uma “expressão pública, um lugar público que produz experiências coletivas novas”¹² e que tal expressão produz dinâmicas discursivas que nos auxiliam a compreender questões identitárias envolvidas no fenômeno.

Para compor nosso *corpus* de forma representativa, observamos quatro *fan pages* do movimento. Dois grandes perfis nacionais, um perfil estadual (do Rio de Janeiro) e um perfil específico de uma escola ocupada (Escola Padre Réus, Porto Alegre). Para a seleção, acessamos os dados públicos do Labic – Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura¹³ da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil, sobre o ecossistema midiático das ocupações estudantis para selecionar nossas *fan pages* a partir de critérios de impacto – páginas com maior número de seguidores ocupantes e páginas mais compartilhadas pelos secundaristas¹⁴. As páginas “Não fechem minha escola” (216.000 fãs),

¹¹ Retirado de <http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/67924/39623>

¹² Declarações dadas em entrevista por Fábio Malini, publicadas no vídeo de Toturra, 2016

¹³ O *site* do Labic está disponível em <http://www.labic.net/labic/>

¹⁴ Os dados aqui expostos são disponibilizados publicamente pelo Labic e obtidos através de metadados fornecidos pelo Facebook, utilização do software Adilio, produzido pelo próprio laboratório, e análise de seus pesquisadores. Retirado de <http://www.labic.net/labic/>

“O mal educado” (83.000 fãs), “Escolas do RJ em luta” (38.000 fãs), “Jornalistas Livres” (674.000 fãs) e “Mídia Ninja” (1,2 milhões de fãs) são as *fanpages* mais seguidas pelos ocupas¹⁵. Complementarmente, as páginas mais compartilhadas pelos canais do movimento no Facebook são “O mal educado”, “Não fechem a minha escola”¹⁶, “Escolas do Rio em Luta”, “Greve Educação Estadual RJ”, “Jornalistas Livres” e “Mídia Ninja”¹⁷. Assim, há uma repetição das mesmas páginas, à exceção da “Greve Educação Estadual RJ”, que se destaca apenas no segundo critério (perfis mais compartilhados).

Para esse trabalho, excluimos os perfis “Jornalistas Livres” e “Mídia Ninja” da análise, por serem veículos da mídia não tradicional brasileira, uma mídia ativista, mas que ainda assim não representa páginas “criadas por ocupações”. O próprio fato das três páginas mais seguidas e compartilhadas serem a “Não fechem minha escola”, “O mal educado” e “Escolas do RJ em Luta” já nos mostra que os secundaristas optaram por controlar sua narrativa e a produção de saberes sobre o movimento a partir do ponto de vista daqueles que o realizam. Acrescentamos a essas três *fan pages* a página da ocupação “Ocupa Padre Réus”, para acrescentarmos manifestações identitárias em seu caráter mais específico de expressão de uma escola única e não apenas de páginas que funcionam como centrais de informações para diversas outras ocupações (o caso das três primeiras).

Em nossa análise levamos em conta “a perspectiva de metodologia como o acompanhamento refletido daquilo que se está fazendo”, onde se encontra “no seu próprio desenvolvimento as pistas para seu controle metodológico” (Braga, 2011, p. 9)¹⁸. Buscamos inspiração na cartografia, enquanto pensamento deleuziano e guattariano que surge como um dos princípios do rizoma¹⁹ (Deleuze & Guattari, 1995). Deleuze e Guattari sinalizam que a cartografia não é, para eles, uma doutrina científica e nem a tomamos aqui como tal. Seguimos a inspiração cartográfica como lente de leitura para dedicarmos ao nosso objeto. Para operacionalizar o tratamento dos enunciados encontrados, nos valem também de Kastrup (2009) que, ao compreender a cartografia a partir de Deleuze e Guattari, a entende “como um método (...) que visa a acompanhar um processo e não representar um objeto” (Kastrup, 2009, p. 32), definindo pistas do trabalho cartográfico. São elas: a observação panorâmica, a observação concentrada, o pouso e o *zoom* sobre o objeto, a necessidade de recortes e, por fim, a composição de mapas através do reconhecimento atento, do tratamento do discurso enquanto acontecimento e da conexão de regularidades (Kastrup, 2009). Nosso objetivo é observar as expressões identitárias que estão sendo postas em circulação pelos ocupantes secundaristas pela perspectiva da possibilidade de criação de paisagens, de conexão de múltiplos fragmentos justamente em seu caráter de multiplicidade e de conexão.

¹⁵ Retirado de <http://www.labic.net/labic/>

¹⁶ Esta página pode ser consultada em <https://www.facebook.com/naofecheminhaescola/>

¹⁷ Retirado de <http://www.labic.net/labic/>

¹⁸ Retirado de <http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/665/503>

¹⁹ “O rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 33). O rizoma, em Deleuze e Guattari, não possui sistemas centrados, comunicação hierárquica ou ligações preestabelecidas: é movimento a-centrado, sem núcleo organizador, sem início, nem conclusão.

OS PERFIS DO “OCUPA ESCOLA”

Nas suas páginas, os alunos escrevem seus manifestos, mostram através de texto, fotografia e vídeos como estão ocupando as escolas, suas manutenções nos prédios, quadras, salas de aula; a organização de oficinas, palestras, rodas de conversas e *workshops* para os estudantes, pedem doações de alimentos, roupas de cama, itens de limpeza para os ocupantes, publicam convites a eventos e manifestações nas ruas. Além disso, é comum que todas essas páginas também se posicionem sobre diversos assuntos compartilhando notícias sobre o próprio movimento “Ocupa Escola”, mas também sobre a situação política do país, sobre pautas relacionadas à defesa da diversidade e sobre repressão policial enfrentada por escolas ocupadas, por exemplo. Analisamos apenas *posts* do ano de 2016 em cada uma das quatro *fan pages* observadas, entendendo que o movimento possui desdobramentos diferentes em 2016 em relação a 2015. Ao lermos os *posts* e separarmos aqueles que nos pareciam mais elucidativos, regularidades temáticas foram se apresentando, ao mesmo tempo em que víamos temas conectarem-se, cruzarem-se nas expressões identitárias dessas *fan pages*.

Ver de que forma esses estudantes estão se apresentando, realizando uma escrita de si e do seu movimento através do Facebook, nos auxilia a compreender a multiplicidade do movimento, sem que as múltiplas faces identitárias encontradas representem necessariamente uma redução do seu caráter de potência. Lembramos com Silva e colegas (2016) que “há uma singularidade em todas as qualidades antes de elas serem atualizadas em um estado de coisas e, por consequência, individuadas” e que “não se pode isolar a singularidade e a identidade de seu efeito na cadeia sógnica” (Silva et al., 2016, p. 186). Como, então, as singularidades presentes em uma multidão política, ativista, se individualizam nas referências ao objeto do “Ocupa Escola”? Em nossa análise, de caráter qualitativo, identificamos grupos, constelações de temáticas mais recorrentes, que se avizinham, se conectam, jamais estão isoladas. Por questões de limitação de espaço, iremos abordar neste artigo as três constelações que nos pareceram mais significativas das expressões identitárias do movimento na sua relação com o conceito de potência da multidão.

HORIZONTALIDADE, AUTONOMIA E MOVIMENTO SEM LIDERANÇA

O conceito de horizontalidade corresponde, para Milton Santos (1996) ao acontecer homólogo e complementar nas relações cotidianas, enquanto a verticalidade se refere ao acontecer hierárquico. Para Santos (1996), uma constituição horizontal fortifica traços de união e compartilhamento entre a sociedade. A horizontalidade se liga aos processos que ocorrem no espaço cotidiano e inclui relações de solidariedade e resistência, cuja natureza pode ser econômica, social, cultural ou geográfica. Em um ambiente de horizontalidade “a sobrevivência do conjunto, não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desse exercício da solidariedade, indispensável ao trabalho e que gera a visibilidade do interesse comum” (Santos, 2000, p. 53)²⁰.

²⁰ Tal reflexão sobre o conceito de horizontalidade foi realizada anteriormente em uma análise, do ponto de vista da semiótica da cultura, dos códigos de horizontalidade nas ocupações do Rio Grande do Sul, Brasil, e pode ser encontrada em Rosário et al., 2016.

Nas *fan pages* analisadas, o tema da horizontalidade aparece em *posts*, em falas dos ocupas em entrevistas fornecidas a veículos de mídia e compartilhadas, em vídeos que viralizaram no Brasil, em manifestações diversas.

A ocupação é um movimento em que nos sentimos parte da escola, é um *espaço democrático em que todos têm voz*, diferente do que costuma ser a própria escola. A ocupação nos garante um espaço sem opressão e que seja emancipador. Por isso, quando ocupamos, ocupamos com nossas pautas de reivindicações mas *também ocupamos para mudar a maneira vertical como se decidem as coisas. Ninguém nunca nos pergunta nada sobre a escola. Não somos importantes? Não temos direitos? A ocupação nos mostrou que temos*²¹. (grifos nossos)

Ao referirem-se a um espaço democrático onde todos têm voz, as ocupações nos transferem mais uma vez para a multidão, para um corpo não unificado, mas um conjunto de singularidades que age, um "ator social ativo", dispositivo de "democracia absoluta" em que a autonomia imanente vai dando conta da vontade geral (Negri, 2003; Silva et al., 2016). Mas, ao mesmo tempo em que desejam superar a "maneira vertical como se decidem as coisas", as ocupações também reconhecem em seus perfis que necessitam de apoio, contanto que esses não se sobreponham aos desejos dos ocupas. É que a "multidão precisa de um projeto político para passar a existir" (Negri, 2004, p. 40).

Que os secundaristas ocupados ganhem sua *própria autonomia, não se deixando aparelhar* pelos estudantes universitários (principalmente). Sem autonomia, o risco é tudo virar um "odara" pós-moderno. É importante a solidariedade dos movimentos sociais para engrossar a luta dos ocupados. *Contudo, o mais importante é que as deliberações coletivas pertençam às dinâmicas próprias desses atores* que lutam contra a reforma do ensino médio e a PEC 241. Caso contrário, a ocupação vai virar fetiche tautológico²². (grifos nossos)

Os secundaristas se afirmam autônomos e auto-governados. Seu procedimento é organizacional e político: deliberam por assembleias, buscam praticar redes horizontais na internet e nos espaços ocupados e desafiam a ordem vertical. Vemos os secundaristas incorporando em suas expressões no Facebook os códigos de uma nova concepção de movimento social, ao mesmo passo em que rechaçam e esforçam-se em seu discurso em distanciar-se dos movimentos partidários tradicionais marcados mais fortemente por uma verticalidade em sua organização:

sem aparelhamento partidário, o desafio de construir uma frente forte era preocupante, porém, o estudante secundarista mostrou sua força, seu empenho e vontade de vencer essa luta: construímos um ato que reuniu

²¹ Retirado de <https://www.facebook.com/EscolasR|emLuta/?fref=ts>

²² Retirado de <https://www.facebook.com/mal.educado.sp/?fref=ts>

milhares de estudantes e simpatizantes da causa, *levando as Entidades ao desespero ao ver a sua hierarquia em relação aos estudantes desaparecendo*²³.
(grifos nossos)

Mais um exemplo: “quando limpamos as salas, foi triste vê-las hierarquicamente organizadas novamente. Lamentável”²⁴. Aqui, vemos como estratégias identitárias de desidentificação, de uma desincorporação de lideranças e de associação à instituições vai aparecendo. Assim como não há unificação nas pautas e reivindicações, também não há nas lideranças e há um esforço em reforçar discursivamente isso.

*“O movimento é de todos. Se não estivermos todos juntos, não conseguiremos nada”, esclareceu Ana Júlia, 16 anos, reforçando o tempo todo que o movimento das ocupações é feito por todos os alunos – por isso pediu para que a foto desta reportagem fosse feita com os colegas, e não sozinha*²⁵.

Enquanto se desidentifica em relação a instituições, entidades estudantis, partidos políticos e formas convencionais de liderança, as manifestações das ocupações também vão aproximando o movimento da ideia de multidão enquanto potência de expressão e cooperação (Negri, 2004), sem que essa desincorporação dos líderes represente um problema para o seu projeto político. É o caso da fala da estudante Ana Júlia Ribeiro, em vídeo que viralizou entre os estudantes das ocupações: “nossa única bandeira é a educação. Nós somos um movimento apartidário. Somos um movimento de estudantes pelos estudantes. Somos um movimento que se preocupa com o futuro” (Ribeiro, 2016).

Acreditamos que, ao negarem a verticalidade e lideranças, mesmo internas aos ocupas, o “Ocupa Escola” opta por uma estratégia identitária de resistência, uma vez que subverte a lógica vigente, exercita a autonomia e auto-organização onde antes havia disciplina e obediência e insiste na lógica da partilha do comum, acolhendo a ausência de unidade. Enquanto “os que acusam conceito de multidão enxergam-no como uma nova identidade que busca dominar as outras” (Negri, 2004, p. 42), as ocupações com suas múltiplas vozes em ação, múltiplas reivindicações e faces, e celebração da união, deliberação e colaboração coletiva entre estudantes rompe a alternativa numérica entre singular e plural. É multidão e “não multidões”, porque “multidão” não enfatiza para nós alguma unidade, e sim a capacidade social e política comum da multidão” (Negri, 2004, p. 42).

ABERTURA À DIVERSIDADE

Uma das críticas que o pensamento da multidão faz é que, na modernidade, abstraiu-se a identidade das singularidades unificando a identidade em conceitos como povo, nação, raça, indivíduo (Negri, 2004; Silva et al., 2016) A multidão, ao contrário

²³ Retirado de [https://www.facebook.com/EscolasR\]emLuta/?fref=ts](https://www.facebook.com/EscolasR]emLuta/?fref=ts)

²⁴ Retirado de <https://www.facebook.com/ocupa.padresco/>

²⁵ Ana Júlia Ribeiro, secundarista em entrevista a Rossi, *El País Brasil*, 2016. Retirado de http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/28/politica/1477657388_783213.html

do povo, que é uno, é múltipla e assume as inúmeras diferenças internas que não serão jamais reduzidas a uma unidade ou identidade única. Deste modo, “diferentes culturas, raças, etnias, gêneros e orientações sexuais; diferentes formas de trabalho; diferentes maneiras de viver; diferentes visões de mundo; e diferentes desejos. A multidão é uma multiplicidade de todas essas diferenças singulares” (Hardt & Negri, 2005, p.12).

E não nos basta que a educação seja pública e gratuita (...) Queremos que as escolas não só ensinem o necessário para o vestibular, mas que a escola forme pessoas que transformarão o mundo. Queremos que nossos professores tenham liberdade para nos ensinar política, gênero e sexualidade. (...) Queremos que a educação cumpra seu papel libertador e promova mudanças na estrutura de cada um de nós e da sociedade. Por isso ocupamos. Porque queremos mudanças²⁶.

Ao lermos as publicações dos estudantes e irmos conectando as constelações temáticas que surgem nesse artigo, uma profunda ligação com a pauta de abertura e respeito à diversidade e, mais que isso, de exigência de que esse pensamento passe a fazer parte do cotidiano escolar se apresentou como uma das linhas de força mais presente nesse panorama das expressões identitárias do “Ocupa Escola”. O primeiro enunciado que chamou a atenção foi a grande quantidade de oficinas, rodas de conversa e *workshops* realizados nas escolas ocupadas com temáticas como feminismo, respeito à comunidade transsexual, racismos, violência contra a mulher e como essas se repetiam em diferentes localidades. Além disso, a própria forma de expressão dos secundaristas, de incluir comunidades não cisgêneros em seus textos, de muitas vezes adotar a eliminação dos artigos que indicam gênero sexual ligado ao feminino ou masculino (usando, por exemplo, “todEx”, tod@s”), assim como o tipo de matérias compartilhadas ia nos dando indicações de como se constitui nessa grande pauta temática da diversidade um movimento de identificações estratégicas.

É claro que podemos lembrar que o movimento “Ocupa Escola” é realizado e enunciado em seus perfis principalmente por estudantes do Ensino Médio, ainda jovens em idade e em experiência acadêmica – nem todas as perspectivas sobre a diversidade são abordadas, em sua complexidade teórica, filosófica, social. Ainda assim, soa impactante ver como os seus perfis não se opõem somente às más condições da educação no país, ao governo, partidos políticos, à verticalidade de instituições políticas tradicionais, mas também ao que Preciado (2011, p. 18)²⁷ chama de “epistemologias sexopolíticas *straight*” e outras formas de manutenção de privilégio dominante. No discurso de Ana Júlia, vídeo já mencionado, pode-se vê-la dizer, por exemplo: “escola sem partido é uma afronta. É uma escola sem senso crítico. É uma escola racista. É uma escola homofóbica. (...) Em pleno ano de 2016, vocês querem nos colocar um projeto desses?” (Ribeiro, 2016). Ao aproximar-se de diferentes identidades coletivas – estrategicamente escolhidas –, os

²⁶ Retirado de <https://www.facebook.com/ocupa.padreco/>

²⁷ Retirado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000100002/18390>

secundaristas expressam-se enquanto grupo intrinsecamente conectado à aceitação e produção de diferença, condição essencial para pensarmos em singularidades da multidão individuando-se ainda dentro da lógica da multiplicidade.

Diferentes formas de aulas. Debate de *gênero* e *sexualidade*? Teve sim! Pois somos a *geração da inclusão*! Debate sobre *feminismo*? Teve sim! Pois a organização das excelentes alunas é lindo! Mulheres de luta! Debate sobre *racismo*? Teve sim! Pois *racistas opressores não passarão!*²⁸ (grifo dos autores)

Assim, compreendemos que há singularidades do movimento que estão, a partir das transformações, movimentos, semioses que o “Ocupa Escola” vivencia, flutuando em relação a expressões identitárias difusas e múltiplas, ao mesmo tempo que permitem perceber uma certa *desidentificação* necessária à existência das multidões, como nos aponta Preciado (2011).

Do mesmo modo, quando vemos a legitimidade, atualidade e relevância das causas identitárias pelas quais o “Ocupa Escola” optou reivindicar, além de uma estratégia de aderência popular, já que seus *posts* com essas temáticas geram compartilhamentos, comentários positivos, talvez seja possível vislumbrar vetores de singularidade e da multiplicidade que contornam o movimento, da potência do múltiplo que permanece imanente. O espírito do comum mais uma vez está presente, um comum que se realiza pelo respeito à diferença, diferenças que compartilham um terreno comum de ação e se aproximam do radical anti-individualismo político que faz parte da multidão (Hardt & Negri, 2005). Trazendo debates como os das questões de gênero, do machismo, da cultura do estupro, propondo as próprias oficinas e discussões, realizando vídeos e paródias com músicas populares no Brasil que falam a respeito dos seus temas de interesse, os secundaristas mostram uma luta que se expressa também de forma criativa. Os secundaristas não são o movimento estudantil, não são um movimento negro, não são um movimento feminista, um movimento trans, um movimento de trabalhadores operários: são fluxos que se atravessam e encostam suas superfícies em todos esses territórios identitários, sem unificar-se em um deles.

“OCUPA ESCOLA” NÃO É BAGUNÇA: NARRATIVAS DA OCUPAÇÃO X INVASÃO

“Ocupa não é bagunça”²⁹

Os enunciados que mais despertaram a nossa atenção foram aqueles sobre o exercício do cuidado público dos secundaristas em relação a suas escolas ocupadas. Muitos *posts* voltados ao registro do cuidado com o patrimônio público, com a realização de melhorias em salas de aula, áreas externas, ginásios, convites à comunidade para se juntarem e participarem, “multirões”. Fotos, vídeos das melhorias realizadas. Essa temática do cuidado público nos pareceu evidenciar algumas estratégias enunciativas em busca

²⁸ Retirado de <https://www.facebook.com/ocupa.padreco/>

²⁹ Retirado de <https://www.facebook.com/ocupa.padreco/>

de legitimação e de transformação de identificações negativas (relacionadas à bagunça, baderna, desejo de não ter aulas, por exemplo) em possíveis e desejáveis lugares de potência.

Ocupamos porque lutamos por uma educação pública e de qualidade, mesmo que muitos insistam em dizer que é porque somos vagabundos, massa de manobra, etc. Aliás, por que, até mesmo quando a juventude decide tomar a política em suas mãos, ainda insistem em nos taxar de fúteis e desocupados?³⁰

As ocupações são verdadeiras *aulas públicas de construção coletiva*. Na ocupação temos que organizar nossa alimentação, segurança, comunicação e cuidar de toda nossa escola. (...) Organizamos oficinas com temáticas que geralmente não temos no nosso cotidiano escolar, mas que existiriam se a escola tivesse a nossa cara³¹. (grifo nosso)

Em publicações como essas, e em outras como “nós não estamos lá pra fazer baderna. Nós não estamos brincando. Nós, estudantes que estamos na escola, não somos vagabundos” (Ribeiro, 2016), vemos o esforço dos secundaristas em subverter a ideia de ocupação ligada à invasão, de manifestantes enquanto “desocupados”, “vagabundos”, “bagunceiros”, “fúteis”. Quando pensamos com Bentes (2016) que as ocupações (de diferentes tipos) podem ser entendidas como dispositivo político que emerge de disputas simbólicas nos campos do espaço público, do imaginário e da linguagem, nessa constelação do cuidado público e da reafirmação de que “ocupa não é bagunça” estamos vendo uma luta simbólica no sentido da desterritorialização dos sentidos negativos associados ao movimento.

Na busca por reverberar aquilo que compõe a experiência das ocupações, esforçam-se também em construir mais uma vez adesão pública e, especialmente nessas publicações, em desterritorializar velhos conceitos ligados a manifestantes ou ao movimento estudantil, ou simplesmente ao fato de serem adolescentes compartilhando o ambiente da escola; tentam, assim, ganhar apoio da comunidade em geral, e despojar suas vinculações identitárias a estigmas e representações equivocadas.

No Brasil, tal estratégia narrativa mostrou-se bem sucedida enquanto fórmula para chamar a atenção para as ocupações, despertar solidariedade de voluntários e de atrair personalidades públicas brasileiras que passaram a participar de eventos e ações nas escolas, em sinal de apoio a essa tática do cuidado público. Artistas fizeram *shows*, *chefs* famosos participantes de *reality shows* culinários foram às escolas para cozinhar merenda, e cada ação desse tipo representava muitas vezes viralização, inúmeros compartilhamentos e mais foco para o “Ocupa Escola”. Percebe-se, assim, os perfis do “Ocupa Escola” produzindo expressões que tentam movimentar lógicas

³⁰ Retirado de <https://www.facebook.com/EscolasR|emLuta/?fref=ts>

³¹ Retirado de <https://www.facebook.com/EscolasR|emLuta/?fref=ts>

antigas, comunicar novos territórios e reelaborar as identificações e a legitimação desse movimento social.

CONSIDERAÇÕES

O movimento *Occupy* das escolas brasileiras participa de uma nova forma de distribuição no espaço já adotada por outros movimentos com forte ligação com a lógica da sociedade em rede: uma mistura de espaços físicos e territoriais com espaços de fluxos, na internet. Do ponto de vista comunicacional, este fluxo não apenas traz grande valor informativo e criativo, como também aponta para uma nova onda mais complexa e aberta ao dissenso: em um rastreio pelas inúmeras páginas de Facebook que foram criadas pelas escolas ocupadas, encontramos formas muito distintas de comunicar, assim como objectivos que diferem de uma escola para outra, sem homogeneidade de intenções desde o princípio desse movimento. Ao mesmo tempo, caracterizam-se por elementos com os quais Bentes (2015) descreve a mídia-multidão: a da produção de comunicação por afectação e das próprias irregularidades e desafios que se apresentam para produzir narrativas plurais, uma vez que até certo ponto, o activismo não admite essa alternância de perspectivas quando fica prisioneiro de um discurso de verdade.

Nesse ponto, vimos em nossa incursão pelas páginas do Facebook do movimento um amplo espaço de multiplicidade, sem horizontes de unidade ou de totalização. Uma constelação de enunciados identitários menos próximos de uma identidade robusta, totalizante, e mais associados à ideia do encontro tão caro à multiplicidade, a uma lógica em que as imanências ali presentes criam a potência necessária para aumentar coletivamente a potência conjunta. Entre as regularidades percebidas na análise, se apresentaram com mais intensidades pautas como a *educação de qualidade com senso crítico*; *as críticas a repressão policial em relação ao movimento*; *a resistência contra um governo ilegítimo* e, com mais luminosidade e, por isso, objeto de atenção específica neste artigo, *os temas da horizontalidade, autonomia e de um movimento sem liderança*; *a abertura à diversidade e a insistente necessidade em reafirmar o cuidado público com a escola*. Nessa composição, não há categorias isoladas. As temáticas se articulam, se conectam e os procedimentos estratégicos de expressão identitária do movimento não operam nunca isolados. A análise nos permitiu destacar alguns desses procedimentos, tais como a busca por adesão popular; o apoio a identificações estratégicas com o perfil, desejos e posicionamento ético-político do movimento; a aproximação com diferentes identidades coletivas; o uso dos perfis no Facebook para manifestar identidades de resistência; e os esforços em torno de transformar identidades negativas e estereotipadas – da ocupação enquanto invasão, do movimento estudantil, dos estudantes adolescentes – em lugares de transformação e potência.

Nas manifestações do "Ocupa Escola", vimos traços de reivindicação, desterritorialização de sentidos sobre a escola e a postura dos alunos, ativismo e potência. Seguimos acreditando na produtividade de analisar movimentos como esse da perspectiva das ações políticas, sociais, culturais das multidões. Os enunciados dos perfis do

Facebook do “Ocupa Escola” analisados neste trabalho indicam pistas de como velhos estatutos da identidade de movimentos sociais podem ser repensados e de como do encontro de singularidades desejantes se produzem acontecimentos, se organiza uma linguagem comum, “uma linguagem que nasce da indignação e do protesto, do cansaço de sempre se encontrar em situações que não têm saída” (Negri, 2014, s.p.)³². Ainda que diferentes agenciamentos identitários possam ser identificados entre os secundaristas, talvez o retorno a essa conexão entre identidades e singularidades seja uma problematização necessária para as exigências do nosso tempo: “a multidão se organiza à base de paixões que caminham junto com a resistência; quando a multidão se move, nunca é simplesmente massa, é uma riqueza plural de elementos de vida” (Negri, 2014, s.p.).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alim, S. (2012a). A palavra do ano é “Occupy”. *Revista Fórum*. Retirado de <http://www.revistaforum.com.br/2012/01/01/a-palavra-do-ano-e-occupy/>
- Alim, S. (2012b). What if we occupied language? *The New York Times*. Retirado de http://opinionator.blogs.nytimes.com/2011/12/21/what-if-we-occupied-language/?_r=0
- Braga, J. L. (2011). A prática da pesquisa em Comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões. *Revista E-compós*, 14(1), 1-33. Retirado de <http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/665/503>
- Bentes, I. (2015). *Mídia-Multidão: estéticas da comunicação e biopolíticas*. Rio de Janeiro: Mauad X.
- Bentes, I. (2016). A última maçã no paraíso. *Revista Cult*. Retirado de <http://revistacult.uol.com.br/home/2016/10/a-ultima-maca-do-paraiso/>
- Guatarri, F. & Rolnik, S. (2011). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Hardt, M. & Negri, A. (2005). *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record.
- Kastrup, V. (2009). O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In E. Passos, V. Kastrup, E. & L. Escóssia, *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 32-51). Porto Alegre: Sulina.
- Negri, A. (2003). *Cinco lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Negri, A. (2002). *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Negri, A. (2004). Para uma definição ontológica da Multidão. *Lugar Comum*, 19-20, 15-26.
- Perissé, G. (2011). Quem ocupa se preocupa? *Blogue Palavras e Origens*. Retirado de <http://palavraseorigens.blogspot.pt/2011/11/quem-ocupa-se-preocupa.html>
- Preciado, B. (2011). Multidões queer: para uma política dos “anormais”. *Revista Estudos Feministas*, 19(1), 11-20. Retirado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000100002/18390>.

³² Retirado de <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2014/06/antonio-negri-e-a-multidao-que-comanda-a-historia-4520222.html>

Ribeiro, A. J. (2016). Discurso na Assembléia Legislativa do Paraná. Retirado de https://www.youtube.com/watch?v=pUQLs9y_fx4

Rosário, N. M., Silva, C. & Miranda, D. (2016). Ocupações dos secundaristas do RS: tensões culturais e reconfigurações comunicativas. *Revista Intexto*, 37, 193-214. Retirado de <http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/67924/39623>

Silva, A.; Nonino, G. & Macedo, L. (2016). Uma leitura semiótica das multidões. *Revista Intexto*, 37, 176-192. Retirado de <http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/66964/39613>

OUTRAS REFERÊNCIAS

American Dialect Society (2012). "Occupy" is the 2011 Word of the Year. Retirado de <http://www.americandialect.org/occupy-is-the-2011-word-of-the-year>

Escolas do RJ em luta [perfil do Facebook]. Retirado de <https://www.facebook.com/EscolasRJemLuta/?fref=ts>

Mal educado [perfil do Facebook]. Retirado de <https://www.facebook.com/mal.educado.sp/?fref=ts>

Malini, F. (2016). A multiplicidade do Eu no #OcupaEscola: como o compartilhamento de posts das páginas do movimento #OcupaEscola indica o arco de aliança que os secundaristas estão a construir. Retirado de <https://medium.com/@fabiomalini/o-ecossistema-sócio-midiático-do-ocupatado-cf589a0781af#.bf0vo16i7>

Negri, A. (2014). É a multidão que comanda a história. Retirado de <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2014/06/antonio-negri-e-a-multidao-que-comanda-a-historia-4520222.html>

Ocupa Padre Réus [perfil do Facebook]. Retirado de <https://www.facebook.com/ocupa.padresco/>

Ribeiro, A. J. (2016). Discurso na Assembléia Legislativa do Paraná. Retirado de https://www.youtube.com/watch?v=pUQLs9y_fx4

Rossi, M. (2016). Ana Júlia Ribeiro, a estudante que discursou na Assembleia: "PEC 241 é uma afronta". Retirado de http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/28/politica/1477657388_783213.html

Torturra, B. (2016). Entmagazine com Fábio Malini. *Córtex – mapas de rede, trends de rua e a política na era do perfil: um passeio com Fábio Malini* [vídeo]. Produtora Fluxo: São Paulo (71min). Retirado de <http://www.labic.net/cartografia/cortex-mapas-de-rede-trends-de-rua-e-a-politica-na-era-do-perfil-um-passeio-com-fabio-malini/>

NOTA BIOGRÁFICA

Danielle Miranda é mestre em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, e atualmente estuda Cultura Contemporânea e Novas Tecnologias no mestrado em Ciências da Comunicação da Universidade Nova de Lisboa.

E-mail: danimiranda.andrigo@gmail.com

Morada: Travessa Gaspar Trigo, 22, R/C, 1150-169, Lisboa, Portugal

* Submetido: 30-05-2017

* Aceite: 17-07-2017

DIGITAL ACTIVISM AND NEW SUBJECTS OF DISCOURSES: THE NARRATIVES OF “OCUPA ESCOLA” MOVEMENT IN FACEBOOK

Danielle Miranda

ABSTRACT

Based on the Brazilian secondary student's movement, known as *occupy* (2015-2017), we intend to observe how the discourse enunciated from the perspective of students on social media accumulate and transmit movements, in a complex configuration that subverts the logic of statements transmitted on social movements in Brazil's traditional media. We have adopted the concept of the multitude (Negri, 2002, 2003, 2004, 2014; Hardt & Negri, 2015) to investigate, in which ways, students of the movement “Ocupa Escola” manifest identity expressions on their Facebook profiles. In a qualitative analysis of Facebook *fan pages* that use the selection of the most followed and shared Facebook profiles as a criterion, we highlight the themes of horizontality, autonomy and of a movement without leadership; the openness to diversity and the insistent need to reaffirm governmental care with public schools. In this composition, there are no isolated categories. The themes are articulated and the strategical procedures of identity expressions of the movement operate in connection. Finally, we discuss some of the aforementioned procedures that our analysis allowed us to identify.

PALAVRAS-CHAVE

“Ocupa Escola”; secondary occupations; *occupy*; digital activism; Facebook; identity demonstrations

RESUMO

A partir do movimento *occupy* de estudantes secundaristas brasileiros (2015-2017), buscamos observar como o discurso enunciado da perspectiva dos manifestantes na rede acumulam, transmitem e movimentam sentidos, em uma configuração complexa que subverte a lógica de enunciados veiculados sobre movimentos sociais na mídia tradicional do Brasil. Adotamos o conceito de multidão (Negri, 2002, 2003, 2004, 2014; Hardt & Negri, 2005) para investigar de que modos estão sendo manifestadas as expressões identitárias do movimento “Ocupa Escola” nos seus perfis do Facebook pelos próprios sujeitos desse movimento. Em uma análise qualitativa de *fan pages* do Facebook, tomando como critério a escolha dos perfis mais seguidos e mais partilhados pelos estudantes manifestantes, entre as regularidades percebidas na análise, destacamos com mais intensidades os temas da horizontalidade, autonomia e de um movimento sem liderança; a abertura à diversidade e a insistente necessidade em reafirmar o cuidado público com a escola. Nessa composição, não há categorias isoladas. As temáticas se articulam e os procedimentos estratégicos de expressão identitária do movimento operam em conexão. Discutimos ainda alguns desses procedimentos que a análise permitiu identificar.

PALAVRAS-CHAVE

“Ocupa Escola”; ocupações secundaristas; *occupy*; ativismo digital; Facebook; manifestações identitárias

INTRODUCTION: "OCUPA ESCOLA" MOVEMENT AS AN OBJECT THOUGHT IN THE LIGHT OF THE POLITICAL SENSE OF MULTITUDES

The occupation movement by Brazilian secondary and university students, known as "Ocupa Escola", "Ocupações Secundaristas" or "Primavera Secundaristas" – whose context of it rising will be better explained in the next section, can and should be understood in the context of emergency of new ways of production and distribution of narratives that occurs in our contemporaneity. As a political potential for social and cultural transformation, we start from the perception of informational richness which can be found in the statements expressed by secondary occupations in Brazil, and how we observed how these manifestations accumulate, transmit and move senses in digital social media, in a complex configuration that is associated with different activist, political, educational, cultural and social fields. Additionally, the manifestations present new possibilities for communication, as the narrative of "Ocupa Escola" movement was mostly constructed from the perspective of its demonstrators. Thus, subverting some of the statements about the movement disseminated on Brazil's traditional media.

When looking at pieces of communication that secondary students produced on social media themselves, our attention was drawn to the diversity and multiplicity of "selves" present in them, as well as the potentialities resulted from it. According to Malini (2016)¹, the occupations are composed by different collective identities: "they are, simultaneously, social movements (feminism, student movement, environmental, movement for the right to the city etc.) and cultural movements (hip hop, funk music, slow food, etc.)", which configures a "political mentality, never experienced before in school curricula" (Malini, 2016a, s.p). These characteristics guided us to the concept of the multitude (Negri, 2003, 2004, 2014); Hardt and Negri (2005); Silva, Nonino and Macedo (2016), in an attempt to understand how flows between processes of singularization and identity have been expressed by the communication channels of this movement. Therefore, the political senses of the concept of the multitude were used for the purposes of this paper, since their perspective opens a space for us to think about unrepresentative singularities and singularities that keep their own strength inside a relational dynamic that simultaneously builds itself and the whole (Negri & Hardt, 2005). Having that in mind, our objective is to investigate how the identity expressions of "Ocupa Escola" movement in Brazil are manifested in the demonstrators' Facebook profiles.

According to Negri (2004), a multitude is characterized by three main conditions: first, it is an immanence, in the sense of being a power itself as a set of singularities and multiplicity of subjectivities in which each individual or a group of individuals is singular. The one becomes the multiple (Negri, 2004, p. 15); second, it is a concept of class, of a non-working class, but that constitutes the "social cooperation for production" (Negri, 2004, p. 15); and finally, it is a concept of power (the most important of the three for us) as it surpasses the mass. Yet, it is capable of autonomous and independent development, and of breaking with the idea of a "passive category in front of the constituent

¹ Retrieved from <https://medium.com/@fabiomalini/o-ecossistema-socio-midiático-do-ocupatudo-cf589a0781af#.bf0voi6i7>

power" (Negri, 2003, p. 139). The multitude is, therefore, a "multiplicity that acts" (Negri, 2004, p. 18). From this conceptualization, discussions on singularities and identities, possibly found in multitudes arise.

We aim at looking at student occupations movement through the lens of the multitude. We understand, however, that the multitude will neither be uniform nor be an identity unit. What we want is to precisely perceive the *between*², that is, the place where differences are articulated and negotiated. Thus, our objective is to understand, to what extent, an identity multiplicity arises, and how it relates to the power of the multitude. We agree with Silva and colleagues (2016) when they point out that a thought about the multitude does not imply "the exteriority of singularities in relation to identities. Identity, as an up-to-date existent, is only a specific occurrence of singularity, which we understand as potentiality" (Silva et al. 2016, p. 182)³. The definition of singularity goes through the processes of singularization as a "differential *devenir*" (Guattari & Rolnik, 2011, p. 56). They are nomadic, non-hierarchical elements, with characteristics of multiplicity (Guattari & Rolnik, 2011). Consequently, we look at multitude as a perspective that requires thinking to the opposition between diversity and a desired uniformity. It implies detecting diversity in its richness, in other words, "it is in the richness of its infinite expressions that the multitude reveals its creative potential" (Negri, 2002, p. 455). For Neri, it is a model which breaks with uniformity and embraces diversity in its own ontological consistency.

"OCUPA ESCOLA": A BRIEF CONTEXTUALIZATION OF STUDENT OCCUPATIONS IN BRAZIL (2015 – ONGOING)

Following the occupation booklet elaborated by Argentinean and Chilean students, and motivated by abrupt deterioration of the precarious conditions of Brazilian public schools, secondary students started the occupation movement in São Paulo, in November 2015. Those occupations that started in São Paulo spread all over Brazil until December 2016. They not only took shape in a local and punctual sense of a country with a precarious education, as they also took shape in a global scenario that has diachronically been transformed since the social movements linked to the digital era, such as the "Arab Spring", the "Occupy Wall Street", the revolutions in Tunisia and Egypt and the Spanish movement known as the "15-M".

According to Perissé (2011)⁴, who wrote the book *Words and Origins*, the word "occupy" comes from Latin *occupare*. It is formed by the prefix *ob* and the verb *capere*, which refer to meanings such as: "to catch", "to capture", "to conquer" (Perissé, 2011, s.p.). The use of the verb *occupy* and the term "occupations" in Brazil, a Portuguese speaking country, come from recent transformations of the meaning of *occupying* (#occupy) in

² According to Deleuze and Guattari (1995), "between things is not a localizable correlation that goes from one to another and vice versa. Instead, it goes in a perpendicular direction, in a transverse movement that carries one to another" (Deleuze and Guattari, 1995, p. 37, our highlight).

³ Retrieved from <http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/66964/39613>

⁴ Retrieved from <http://palavraseorigens.blogspot.pt/2011/11/quem-ocupa-se-preocupa.html>

the English language. *Occupy* was nominated Word of the Year in 2011 by the American Dialect Society⁵. In the following year, Samy Alim, director of the Center for Race, Ethnicity and Language studies at Stanford University (2012a, 2012b)⁶, had some of his texts published suggesting the movement *Occupy Wall Street* as the main origin of new meanings for the word "occupy/occupation". Not long ago, occupy meant military operation for Samy Alim. However, the term today is a synonym for a progressive political fight. For Salim (2012a, 2012b), countries, armies, and polices have always occupied territories by the use of force. Yet, for him, colonizers occupied countries rather than "discovering" them. Nevertheless, the term today is associated with "denouncing injustices, inequalities, and abuse of power. It is not only about imposing oneself in a space: occupying also means transforming spaces" (Alim, 2012a).

The school occupations in Brazil arose when students of public schools in the state of São Paulo understood that the "school reorganization" imposed by the governor of the state, Geraldo Alckmin (PSDB⁷), was an abuse. His decision would close more than 90 schools and relocate more than 300.000 students to other schools. In response to it, the students, then, occupied the schools at the end of 2015 and continued with it in 2016. At that time, they claimed for better conditions in education, and protested against the passing of some bills such as the 44 (privatization of education)⁸ and the 190 (school without party)⁹. More recently, students protested against PEC – 241, which freezes public expenditure in education and health for the next 20 years, which directly affects the poorest people in the country. Against PEC – 241, the "Ocupa Escola" movement grew bigger and public universities all over the country joined it¹⁰. A wave that spreads through mimicry and contagion (Bentes, 2016)¹¹. More than 1.110 schools, institutes, and universities were occupied in 2016.

In the case of Brazil and the occupation movement carried out by students, one cannot forget that the term "occupy" also means to fill out. The occupier, however, is

⁵ Retrieved from <http://www.americandialect.org/occupy-is-the-2011-word-of-the-year>

⁶ Retrieved from <http://www.revistaforum.com.br/2012/01/01/a-palavra-do-ano-e-occupy/> and http://opinionator.blogs.nytimes.com/2011/12/21/what-if-we-occupied-language/?_r=0

⁷ Brazilian Social Democracy Party.

⁸ Known as PL 44 – bill 044/15 – understands that private non-profit organizations can enter into partnerships with the government in order to carry out activities in areas such as education, health, culture and preservation of the environment. As a consequence, those private organizations would receive governmental resources and even physical structure that belongs to the State Government. This bill has direct implications on the privatization of public education. Retrieved from <http://www.al.rs.gov.br/>

⁹ Known as bill 190/15 – It is in favor of the program called "School Without Party", whose main motto is "education without indoctrination". One of the main controversial points of this project lies in the idea that educators should not discuss, in school spaces, themes, and content that may contradict the moral convictions of students' parents. Retrieved from <http://marcelvanhattem.com.br/wp/wp-content/uploads/2016/06/PL-190-2015-escola.pdf>

¹⁰ PEC 241 – Proposed Amendment to Brazilian Constitution 241/16 – it proposes a limit for public expenditure for the next 20 years. It is advocated by the administration of Michel Temer, interim president who took office after the impeachment of former president Dilma Rousseff in 2016. In social networks, this PEC is called by its critics #PECdofimdomundo, #PECdamaldade, #PECdamorte. Retrieved from http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=279D613E05929958381B2D3EEC573B4E.proposicoesWebExterno2?codteor=1468431&filename=PEC+241/2016

¹¹ Retrieved from <https://revistacult.uol.com.br/home/a-ultima-maca-do-paraiso/>

not necessarily the owner nor the controller of the place, but that one who has the “possession of”. Brazilian students have territorially occupied their educational institutes. They have, however, in other ways, occupied digital networks. Consequently, they have been present in traditional media, even though in a disproportionately small volume in relation to the size of their organization. In this perspective, the “Ocupa Escola” Facebook profiles were formed to break with current codes and, thus, raise an audible voice. Together with its political-educational objectives, we also find operational objectives of communicative-aesthetical-political order in the movement that, undoubtedly, provoked rupture and disruption (Rosário, Silva & Silva, 2016)¹². We will move on to next section, where we will present our way of looking at the object. Finally, we will discuss the main results of the analysis.

METHODOLOGICAL OBSERVATIONS

For the purposes of this study, we aimed at perceiving the connections, regularities, and irregularities that secondary students produced about themselves and about the movement of which they are part. One of the main features of the movement had in Brazil was that, despite being relevantly manifested on Twitter, it was on Facebook that the secondary students had their official channel for creating official pages for the occupation. In 2016, we noticed a great volume of Facebook pages coming up as the movement was growing up. Consequently, each school that joined the movement created its own Facebook fan page.

Our object of analysis is the Facebook profiles of “Ocupa Escola” movement. In the so-called “profile era”, the Facebook profile is a channel that “reproduces the network logic, makes it clear who shares and who follows content (...). It is a break with the idea of the portal, the client/consumer and the emission/reception relation”. Therefore, we consider the profile of social networks as being a “public expression, a public space that produces new collective experiences”¹³. This expression can produce discursive dynamics that help us understand identity issues within the phenomenon.

In order to representatively compose our *corpus*, we have analyzed four *fan pages* of the movement. Two important national profiles, one profile from one specific state (Rio de Janeiro) and finally, one specific profile of one occupied school (Padre Reus School, Porto Alegre). For the selection, we have accessed the public data of Labic – Laboratory of Image and Cyberculture studies¹⁴ of the Federal University of Espírito Santo – Brazil. The data we have accessed were about the media ecosystem of student occupation. We used those data so that we could select our fan pages by using the criteria of impact – pages with a greater number of occupant followers and the most shared pages by secondary students¹⁵. According to Labic, the fan pages with the greatest amount of

¹² Retrieved from <http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/67924/39623>

¹³ Statements given in an interview by Fábio Malini, published in the video of Toturra, 2016

¹⁴ The website page of the laboratory is available at <http://www.labic.net/labic/>

¹⁵ All data we expose here are made available by Labic. They were obtained through metadata provided by Facebook and the

followers were: "Não fechem minha escola" (216.000 fans), "O mal educado" (83.000 fans), "Escolas do RJ em luta" (38.000 fans), "Jornalistas Livres" (674.000 fans) and "Mídia Ninja" (1.2 million fans)¹⁶. Complementarily, the most shared fan pages by the channels of the movement on Facebook were: "O mal educado", "Não fechem a minha escola"¹⁷, "Escolas do Rio em Luta", "Greve Educação Estadual RJ", "Jornalistas Livres" e "Mídia Ninja"¹⁸. Therefore, there is a repetition of the same pages, except "Greve Educação Estadual RJ", which follows the criterion of most shared profiles.

For the purposes of this work, we excluded from the analysis the following profiles: "Jornalistas Livres" and "Mídia Ninja". Despite being vehicles of non-traditional Brazilian media, or activist media, the aforementioned profiles are still not representative pages created "by the occupations". The very fact that the three most followed and shared pages are "Não fechem minha escola", "O mal educado" e "Escolas do RJ em Luta" shows us that secondary students chose to control their narrative and knowledge production about the movement from the perspective of those who carried it out. We added the fan page "Ocupa Padre Reus" to the previous three fan pages to analyze identity manifestations in their more specific expression of a single school and not only pages that function as information centers for several other occupations (the case of the three first ones).

In our analysis, we take into account the "perspective of the method as a reflected follow-up of what is being done". Where, the method itself finds "the clues for its methodological control in its own development" (Braga, 2011, p. 9)¹⁹. We sought inspiration in cartography, as Deleuze and Guattari thought emerges as one of the rhizome's principles²⁰ (Deleuze & Guattari, 1995). These authors understand that cartography is not a specific doctrine, nor do we take it here as such. We follow the cartographic inspiration to analyze our object. Furthermore, we ground our method on Kastrup (2009), who understands Deleuze and Guattari's cartography as being a "method (...) that aims at following a process, rather than represent an object" (Kastrup, 2009, p. 32). Additionally, Kastrup (2009) defines features for the cartographic work. They are panoramic observation, concentrated observation, landing and zooming on the object, the need for cuts and finally, the composition of maps through attentive recognition and the discourse as an event and connection of regularities (Kastrup, 2009). Our main goal is to look at the identity expressions that the secondary students put into circulation. We look at them through the perspective of the possibility of creating landscapes, connecting multiple fragments in their nature of multiplicity and connection.

use of the software Adilio, which was produced by Labic itself. Retrieved from <http://www.labic.net/labic/>

¹⁶ Retrieved from <http://www.labic.net/labic/>

¹⁷ This page can be consulted at <https://www.facebook.com/naofecheminhaescola/>

¹⁸ Retrieved from <http://www.labic.net/labic/>

¹⁹ Retrieved from <http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/665/503>

²⁰ "The rhizome refers to a map that must be produced, constructed, detachable, connectable, reversible, modifiable. With entrances and exits and with lines of escape" (Deleuze & Guattari, 1995, p. 33). According to them, the rhizome has no centered systems, hierarchical communication or pre-established connections. It is a non-centered movement, with no organizing nucleus, with no beginning or conclusion.

"OCUPA ESCOLA" PROFILES

In their Facebook pages, students write their manifestations. They write texts, show pictures and videos of their occupations. Moreover, they show how they keep the buildings clean and organized their classrooms; they show how they organize workshops, lectures and round table discussions for students; they ask for donations of items such as food, bedding, and hygiene products. Furthermore, students use Facebook profiles to publish invitations to events and street demonstrations. Finally, yet, importantly, it is common that students use these pages in order to position themselves on many topics. Not only do the students share news about "Ocupa Escola" itself, but they also share news about the current political situation of our country and agendas that defend diversity. Also, the students share news about all police repression that students have to face in the occupied schools. We only analyzed content posted in 2016 in each of the four fan pages as we explained in the previous section. We understand, however, that the movement had different results in 2016, compared to 2015. As we read the posts and separated those ones that seemed to be more elucidative, thematic regularities emerged in the process. Similarly, we saw connections between themes and identity expressions on the fan pages.

To see how students present themselves on Facebook helps us understand the multiplicity of the movement, without the multiple identity faces presenting a reduction in its characteristic of power. We remember that according to Silva and colleagues (2016) "there is a singularity in all qualities before they are updated into a state of things, and, consequently, individuated". Yet, "one cannot isolate the singularity and identity of its effect on the signal chain" (Silva et al., 2016, p. 186). So, how do the singularities found in a political, activist multitude individuate in the references of "Ocupa Escola"? In our qualitative analysis, we identify groups and recurrent themes that get close to each other, they are never isolated from each other. Because of size limitations, we will address three themes that seemed to be the movement's most significant identity expressions, which relate to the concept of multitude power.

HORIZONTALITY, AUTONOMY AND MOVEMENT WITHOUT LEADERSHIP

Milton Santos (1996) points out that the concept of horizontality is a homologous and complementary event in everyday relationships, whereas the concept of verticality refers to hierarchical events. According to Santos (1996), a horizontal constitution strengthens traits of union and sharing in a society. Horizontality is linked to the processes which occur in everyday life and it includes relationships of solidarity and resistance – social, cultural or geographic. In a space of horizontality, "the survival of the group, regardless of its members having different interests, depends on solidarity, which is indispensable and generates a visibility of a common interest" (Santos, 2000, p. 53)²¹.

In the analyzed *fan pages*, the theme of horizontality is present in posts and occupant students' interviews given to media and shared in videos that went viral in Brazil.

²¹ A reflection on the concept of horizontality applied to horizontal codes in the occupations of Rio Grande do Sul was previously made in an analysis that can be found in Rosário et al., 2016.

The occupation is a movement that makes us feel part of the school, it is a *democratic space where everyone has a voice*, differently from what the school usually is. The occupation guarantees us to be in a space without oppression and emancipatory. For this reason, when we occupy the school, we occupy it with our agenda of claims. We occupy the school *in order to change the vertical way that decisions are made. Nobody ever asks us anything about the school. Are not we important? Do not we have rights? The occupation showed us we do*²². (our emphasis)

When referring to the school as being a democratic space where everyone has a voice, the occupations, once again, brings us to the multitude, not to a unified body, but to set of singularities that is an "active social actor", a vehicle of "absolute democracy", in which the immanent autonomy accounts for the general will (Negri, 2003; Silva et al., 2016). As they want to challenge the "vertical way decisions are made", the occupants understand, in their profiles, that they need support, as long as they supporters' desire do not overlap with the occupants'. "A multitude needs a political project to come into existence" (Negri, 2004, p. 40).

May the secondary students gain their own autonomy, *without being ruled by university students* (principally). Without autonomy, there is a risk of everything becoming a post-modern "odara". *The solidarity of social movements is important* to strengthen the occupants' fight. *However, what is more important is that collective deliberations belong to the dynamics of these actors* who fight against high school reform and PEC 241. Otherwise, the occupation movement will become a tautological fetish²³. (our emphasis)

The secondary students claim to be autonomous and self-governed. They follow an organizational and political procedure: they deliberate through assemblies, they seek to practice horizontal networks on the internet and challenge the vertical order in occupied spaces. We see secondary students incorporating codes of a new conception of a social movement to their expressions on Facebook. At the same time, they reject traditional party movements which are strongly marked by a verticality in their organization:

Without belonging to any political party, the challenge of building a strong resistance was troubling. Secondary students showed how strong they are, their commitment and willingness to win this fight: we have started an act that brought together thousands of students and sympathizers. *This brought despair to the occupied institution's administration as they saw they hierarchy disappearing before the students*²⁴. (our emphasis)

²² Retrieved from <https://www.facebook.com/EscolasRJemLuta/?fref=ts>

²³ Retrieved from <https://www.facebook.com/mal.educado.sp/?fref=ts>

²⁴ Retrieved from <https://www.facebook.com/EscolasRJemLuta/?fref=ts>

Another example: "after we cleaned the classrooms, it was sad to see them hierarchically organized again. What a pity!"²⁵. We see here identity strategies of de-identification and disembodiment of leaderships, as associations to institutions come into existence. Therefore, there is not a unification in the agenda of vindications. Yet, there are no leaderships and there is an effort to reinforce this discourse:

*"This movement belongs to all of us. If we are not all together, we will not accomplish anything", said Ana Julia, a 16-year-old occupant student, who reinforces that the occupations are carried out by all students – She asked that the photo for this interview had all her colleagues, not only herself*²⁶.

As the occupations go through a process of de-identification with institutions, schools, political parties and traditional forms of leadership, they get closer to the idea of the multitude as a power of cooperation and expression (Negri, 2004). However, this phenomenon is not a problem for the occupations political project. This is the case of Ana Julia Ribeiro's interview on a video that went viral among the occupant students: "our only fight is for education. We belong to a non-political party movement. We are a student movement for students. We are a movement that is worried about the future" (Ribeiro, 2016).

We believe that, by denying verticality and leaderships, the movement chooses an identity strategy of resistance, since it subverts the *status quo* of how institutions are organized and exert autonomy and self-organization where there were discipline and obedience before. Also, students insist in the logic of sharing by embracing the absence of unity. However, those who understand "the concept of multitude sees it as a new identity that aims at dominating others" (Negri, 2004, p. 42). The occupations with their multiple voices in action, multiple vindications, and faces, together with their union, deliberation and collective collaboration breaks with the numerical alternative between singular and plural. It is the multitude and "not multitudes" because "multitude" does not emphasize, for us, any unity. Instead, it emphasizes the common political and social capacity of a multitude" (Negri, 2004, p. 42).

OPENNESS TO DIVERSITY

One of the criticisms that multitude makes is that, in modern societies, the identity of singularities was unified by unifying identity into concepts such as people, nation, race, individual (Negri, 2004; Silva et al., 2016). A multitude, in opposition to a people, therefore one, is multiple and has innumerable internal differences that will never be reduced to a single unit or identity. "Different cultures, races, ethnicities, gender and sexual orientation; different ways of work; different ways of living; different worldviews, and different desires. The multitude is a multiplicity of all these singular differences" (Hardt, 2005, p. 12).

²⁵ Retrieved from <https://www.facebook.com/ocupa.padreco/>

²⁶ Ana Júlia Ribeiro, secondary student on an interview for Rossi, *El País Brasil*, 2016. Retrieved from http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/28/politica/1477657388_783213.html

It is not enough for us that education is free (...) We do not want schools to teach us only the necessary content for *vestibular*²⁷. We want a school that forms people capable of transforming the world. We want our teachers to be free to teach us about politics, gender, and sexuality. (...) We want education to fulfill its liberating role and to promote changes in each one of us and in society. That's why we occupy schools. Because we want changes²⁸.

As we read the students' publications and connect the themes that emerge in this article, a deep connection with the agenda of openness and respect for diversity and, more importantly, the requirement that this thought is part of everyday school life presented itself as one of the most present lines in this panorama of "Ocupa Escola" identity expressions. The first statement that drew our attention was a large number of workshops and round table discussions about themes such as feminism, respect for the transsexual community, racism and violence against women. Additionally, the way the secondary students expressed themselves included non-cisgender communities in their texts. The students often adopted the elimination of definite articles in Portuguese that indicate gender linked to either feminine or masculine gender (the students used, for example, "todEx", tod@s"). Similarly, the type of shared material was giving us indications of how a movement of strategic identifications is constituted within this great theme of diversity.

Of course, we can remember that the "Ocupa Escola" movement is carried out and enunciated in its profiles, mainly by secondary students, who are still young in age and in academic experience – not all perspectives on diversity are addressed in their theoretical, philosophical and social complexity. Yet, it is shocking to see how their profiles do not only oppose to the bad conditions of education in the country, to the government, to political parties, and to the verticality of traditional political institutions, but also to what Preciado (2011, p. 18)²⁹ calls "straight sex-political epistemologies" and other forms of maintenance of dominant privilege. In Ana Julia's interview, already mentioned in this paper, one can see her saying, for example: "*escola sem partido* is an affront. It is a school with no critical sense. A racist school. It's a homophobic school. (...) We are in 2016, and do you want to impose a project like this on us?" (Ribeiro, 2016). By approaching different strategically chosen collective identities, the secondary students express themselves as a group that is intrinsically connected to the acceptance and production of difference. This is an essential condition to think of singularities of a multitude being individuated within the logic of multiplicity.

Different classes. *Gender and sexuality* Debate? *We made it! Because we are the generation of inclusion!* Debate on *feminism*? *We made it! Because the excellent student's organization is beautiful!* *Women who fight for their rights!!*

²⁷ *Vestibular* is a test in Brazil that secondary students take after their high school senior year. It is a mandatory test in Brazil for those willing to study at any university, public or private.

²⁸ Retrieved from <https://www.facebook.com/ocupa.padrecos/>

²⁹ Retrieved from <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000100002/18390>

Debate on *racism*? *We made it! Because racist oppressors will not pass!*³⁰ (upper case by authors)

Therefore, we understand that there are singularities of the movement that are, from the perspectives of transformations and movements, semiosis that "Ocupa Escola" experiences. They float in relation to diffuse and multiple identity expressions. Yet, they allow us to perceive a certain de-identification that is necessary the existence of the multitudes, as pointed out by Preciado (2011).

Likewise, when we see legitimacy and relevance of the identity causes that the "Ocupa Escola" students have chosen to vindicate, together with a strategy of popular support, since their posts with these themes generated *shares* and positive comments, we might identify vectors of singularity and multiplicity that are present in the movement, that is, the power of the multiple that remains immanent. The spirit of the common is present once again. A common interest that exists due to the respect for differences. Differences that share a common ground of action and oppose to a radical anti-individualistic political view that is part of a multitude (Hardt & Negri, 2005). By having debates about gender, sexism, rape culture, by proposing their own workshops and discussions and by recording videos and parodies of popular songs in Brazil that are about their topics of interest, the secondary students manifested both their fight and their creative way to express themselves. Our secondary students are not a student movement, they are not a black movement, they are not a feminist movement, a trans movement, workers' movement: they are flows that cross and touch their surfaces in all these identity territories, without belonging solely to any of them.

"OCUPA ESCOLA" IS NOT A CHAOS: NARRATIVES ON OCCUPATION X INVASION

"Ocupa Escola is not a chaos"³¹

One of the statements that most drew our attention was the constant statements about the exercise of the public care of the secondary school students in relation to their occupied schools. Many posts aimed at registering the care with the public patrimony. Additionally, many posts registered improvements in classrooms, outdoor areas, and gyms. Some other posts aimed at inviting the community to join the movement and participate, "multirões". Photos, videos of the improved areas. The theme of public care seems to show some declarative strategies in search of legitimization and transformation of negative attributions to the movement (related to the chaos, disorganization, desire for not having class, for example) in possible and desirable places of power.

We occupy because we fight for a public and quality education. Even if many insist on saying that it is because we are vagabonds, a mass of maneuver,

³⁰ Retrieved from <https://www.facebook.com/ocupa.padreco/>

³¹ Retrieved from <https://www.facebook.com/ocupa.padreco/>

etc. By the way, why do people insist on calling us futile and idle even when we decide to take politics into our hands?³²

The occupations are true *public lessons of collective construction*. In the occupation, we have to organize our food, security, communication and take care of our entire school. (...) We organize workshops with topics that we do not usually have in our school. We would have them, however, if the school was made for us³³. (our emphasis)

In publications like these, and in others such as: "we're not there to make noise. We're not joking. We, the students who are in school, are not vagabonds" (Ribeiro, 2016), we see the efforts of the secondary students to subvert the idea that occupation is related to invasion, to demonstrators as "unoccupied", "vagabonds", mess makers and futile. When we follow Bentes (2016) we understand that occupations (of different types) can be understood as a political device that emerges from symbolic disputes in the fields of the public space, the imaginary and language. For this theme of public care and the reinforcement that "'Ocupa Escola' movement is not a chaos". What we are seeing is a symbolic fight towards the deterritorialization of the negative meanings associated with the movement.

In their quest for reverberation of what constitutes the experience of occupations, the secondary students strive to have public acceptance and, especially in those publications, to deterritorialize old concepts linked to demonstrators or to the student movement, or simply to the fact that they are adolescents sharing the school environment; therefore, they seek to gain support from the wider community and strip their identity bonds to stigma and misrepresentations.

In Brazil, such a narrative strategy is successful as a formula to call attention to the occupations, to arouse the solidarity of volunteers and to attract Brazilian public figures who began to participate in events and actions in schools, showing their support for this tactic of the public care. Artists gave concerts, famous chefs who participated in cooking reality shows went to schools to prepare students' food. Yet, every action of this kind often went viral, innumerable shares and more focus for "Ocupa Escola" movement. In conclusion, we can see the profiles of "Ocupa Escola" producing expressions that attempt to: challenge old logics, communicate new territories and re-elaborate the identifications and the legitimation of this social movement.

CONSIDERATIONS

The movement of Brazilian schools known as *Occupy* participates in a new form of distribution in the space already adopted by other movements with a strong connection with the logic of networked society: a mixture of physical and territorial spaces with

³² Retrieved from <https://www.facebook.com/EscolasRjemLuta/?fref=ts>

³³ Retrieved from <https://www.facebook.com/EscolasRjemLuta/?fref=ts>

spaces of flows, on the internet. From a communicational point of view, this flow does not only bring great informative and creative value, but it also points to a new, more complex and open wave to dissent: in a search on the many Facebook pages that were created by occupant schools, we found very different forms to communicate. Moreover, we found objectives/goals that differ from one school to another, without homogeneity of intentions since the beginning of the movement. Additionally, they are characterized by elements which Bentes (2015) describes as the multitude-media: that of the production of communication by affectation and of the own irregularities and challenges that emerge in order to produce plural narratives, since to some extent, activism does not admit this alternation of perspectives when it is imprisoned by a discourse of truth.

At this point, we saw on Facebook pages of the movement a wide space of multiplicity, without horizons of unity or totalization. Furthermore, we saw identity statements less close to a robust and totalizing identity, and more associated with the idea of multiplicity, a logic in which the immanence there creates a necessary power to collectively increase the power of a group. Among the regularities we perceived in the analysis, we can highlight: guidelines such as *quality education with critical sense*; criticisms of *police repression towards the movement*; *the resistance against an illegitimate government* and, finally and, therefore, object of specific attention in this paper, *the subjects of horizontality, autonomy and of a movement without leadership*; *the openness to diversity and the insistent need to reinforce public care with the school*. In this composition, there are no isolated categories. The themes are articulated, and connected; the strategic procedures of identity expression of the movement do not operate in isolation. The analysis allowed us to highlight some of these procedures, such as the search for popular support; the support to strategic identifications with the profile, desires and the movement ethical-political positioning; the exploration of different collective identities; the use of profiles on Facebook to manifest identities of resistance; and efforts to transform negative and stereotyped identities of occupation understood as invasion, student movement, and adolescent students into places for transformation and power.

In the manifestations of "Ocupa Escola", we saw traces of vindication, deterritorialization of meanings on the school and on student posture, activism, and power. We continue to believe in the productivity of analyzing movements like this from the perspective of political, social, and cultural actions of multitudes. The statements on the Facebook profiles of "Ocupa Escola" analyzed here point to clues of how old statutes of social movements identity can be rethought. Additionally, the analysis show how a common language is organized from the encounter of desiring singularities that produce events, "a language that is born from indignation and protest, from the fatigue of always being in situations that have no way out" (Negri, 2014, s.p.)³⁴. Although different identities can be identified amongst the secondary students, perhaps the return to this connection between identities and singularities is a necessary problematization for the demands of our time: "the multitude organizes itself to the base of passions that walk

³⁴ Retrieved from <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2014/06/antonio-negri-e-a-multidao-que-comanda-a-historia-4520222.html>

along with resistance; when the multitude moves, it is never a simple mass, it is a plural richness of life elements" (Negri, 2014, s.p.).

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

- Alim, S. (2012a). A palavra do ano é "Occupy". *Revista Fórum*. Retrieved from <http://www.revistaforum.com.br/2012/01/01/a-palavra-do-ano-e-occupy/>
- Alim, S. (2012b). What if we occupied language? *The New York Times*. Retrieved from http://opinionator.blogs.nytimes.com/2011/12/21/what-if-we-occupied-language/?_r=0
- Braga, J. L. (2011). A prática da pesquisa em Comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões. *Revista E-compós*, 14(1), 1-33. Retrieved from <http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/665/503>
- Bentes, I. (2015). *Mídia-Multidão: estéticas da comunicação e biopolíticas*. Rio de Janeiro: Mauad X.
- Bentes, I. (2016). A última maçã no paraíso. *Revista Cult*. Retrieved from <https://revistacult.uol.com.br/home/a-ultima-maca-do-paraiso/>.
- Guatarri, F. & Rolnik, S. (2011). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Hardt, M. & Negri, A. (2005). *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record.
- Kastrup, V. (2009). O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In E. Passos, V. Kastrup, E. & L. Escóssia, *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 32-51). Porto Alegre: Sulina.
- Negri, A. (2003). *Cinco lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Negri, A. (2002). *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Negri, A. (2004). Para uma definição ontológica da Multidão. *Lugar Comum*, 19-20, 15-26.
- Perissé, G. (2011). Quem ocupa se preocupa? *Blog Palavras e Origens*. Retrieved from <http://palavraseorigens.blogspot.pt/2011/11/quem-ocupa-se-preocupa.html>.
- Preciado, B. (2011). Multidões queer: para uma política dos "anormais". *Revista Estudos Feministas*, 19(1), 11-20. Retrieved from <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000100002/18390>.
- Rosário, N. M., Silva, C. & Miranda, D. (2016). Ocupações dos secundaristas do RS: tensões culturais e reconfigurações comunicativas. *Revista Intexto*, 37, 193-214. Retrieved from <http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/67924/39623>.
- Silva, A.; Nonino, G. & Macedo, L. (2016). Uma leitura semiótica das multidões. *Revista Intexto*, 37, 176-192. Retrieved from <http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/66964/39613>

OTHER REFERENCES

- American Dialect Society (2012). "Occupy" is the 2011 Word of the Year. Retrieved from <http://www.americandialect.org/occupy-is-the-2011-word-of-the-year>

Escolas do R] em luta [Facebook profile]. Retrieved from [https://www.facebook.com/EscolasR\]emLuta/?fref=ts](https://www.facebook.com/EscolasR]emLuta/?fref=ts)

Mal educado [Facebook profile]. Retrieved from <https://www.facebook.com/mal.educado.sp/?fref=ts>

Malini, F. (2016). A multiplicidade do Eu no #OcupaEscola: como o compartilhamento de posts das páginas do movimento #OcupaEscola indica o arco de aliança que os secundaristas estão a construir. Retrieved from <https://medium.com/@fabiomalini/o-ecossistema-socio-midiatico-do-ocupatudo-cf589a0781af#.bfvoio6i7>

Malini, F. (2016b). Entmagazine com Fábio Malini. *Córtex – mapas de rede, trends de rua e a política na era do perfil: um passeio com Fábio Malini*. Vídeo produzido por Bruno Torturra. Produtora Fluxo: São Paulo. (71min). Retrieved from <http://www.labic.net/cartografia/cortex-mapas-de-rede-trends-de-rua-e-a-politica-na-era-do-perfil-um-passeio-com-fabio-malini/>

Negri, A. (2014). É a multidão que comanda a história. Retrieved from <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2014/06/antonio-negri-e-a-multidao-que-comanda-a-historia-4520222.html>

Ocupa Padre Réus [perfil do Facebook]. Retrieved from <https://www.facebook.com/ocupa.padreco/>

Ribeiro, A. J. (2016). Discurso na Assembléia Legislativa do Paraná. Retrieved from https://www.youtube.com/watch?v=pUQLs9y_fx4

Rossi, M. (2016). Ana Júlia Ribeiro, a estudante que discursou na Assembleia: “PEC 241 é uma afronta”. Retrieved from http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/28/politica/1477657388_783213.html

BIOGRAPHIC NOTE

Danielle Miranda has a master's degree in Communication and Information by Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil, and currently, study Contemporary Culture and New Technologies in the Master's Degree in Communication Sciences at Universidade Nova de Lisboa.

E-mail: danimiranda.andrigo@gmail.com

Address: Travessa Gaspar Trigo, 22, R / C, 1150-169, Lisbon, Portugal

* Submitted: 30-05-2017

* Accepted: 17-07-2017

MÚSICA ELETRÓNICA DE DANÇA: AMBIGUIDADES DISCURSIVAS

Alexandre Ferreira & Jean-Martin Rabot

RESUMO

Este artigo reflete sobre as ambiguidades que constituem os discursos em torno da música eletrónica de dança, pondo em evidência o carácter socialmente construído dos mesmos. Sob o ponto de vista dos Estudos Culturais, incidiremos particularmente no *house* e no *techno*. A sua estreita ligação com a tecnologia constituiu uma mudança paradigmática na forma como se faz e entende música no século XXI. Pretendemos posicionar o nosso olhar para a importância que este género pode representar na formação dos estudantes de música em Portugal, designadamente no ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE

Música eletrónica de dança; novas tecnologias; ensino de música; Estudos Culturais

ABSTRACT

This article reflects on the ambiguities that constitute the discourses around the electronic dance music, highlighting the socially constructed character of the same ones. From the point of view of Cultural Studies, we will focus on *house* and *techno*. Its close connection with technology has constituted a paradigm shift in the way music is done and understood in the 21st century. We intend to position our view to the importance that this genre can represent in the training of music students in Portugal, namely in higher education.

PALAVRAS-CHAVE

Electronic dance music; new technologies; music teaching; Cultural Studies

INTRODUÇÃO

Num artigo publicado por Varèse e Wen-chung (1966), já se falava em formas eletrónicas de produzir novos sons, nunca antes ouvidos. Eles iriam desafiar a música que era feita até então, conseguindo, por exemplo, alcançar frequências que não eram possíveis. A própria notação musical adivinhava-se imprópria para este novo mundo da tecnologia musical. Varèse e Wen-chung enfrentou, obviamente, duras críticas sobre querer acabar com os instrumentos tradicionais e com as grandes obras do passado, no entanto, ele queria apenas “produzir uma nova flor”. Não interessava se à primeira vista se parecia mais com um cato do que com uma rosa” (Varèse & Wen-chung, 1966, p. 15). Como Varèse e Wen-chung diziam, a eletrónica era um aditivo para a música e não um factor destrutivo da arte. Para os autores, a electrónica permitiu aos compositores a libertação do sistema tonal, cheio de regras, e a exploração de novos tímbrs, com uma panóplia

interminável de novos sons. Porém, Varèse e Wen-chung acreditavam que não demoraria muito tempo até que alguém se lembrasse de regrar todo este novo mundo.

Em todo o caso, parece-nos que a música electrónica foi bem recebida pelos ouvintes, tendo em conta a imensidão de músicos e compositores que proliferaram no mundo da música neste género, pelo menos na esfera “popular”. Além disso, a facilidade de qualquer pessoa compor uma obra musical, com recurso aos novos *softwares* de criação musical (que não têm como requisito de utilização conhecimentos de composição aprofundados), torna a figura do compositor mais “popular” e menos elitizada. Contudo, ainda não sabemos se estes compositores mais “populares” são reconhecidos no ensino superior de música.

Foi com o surgimento da fita magnética, que trouxe a possibilidade de gravar sons de qualquer fonte sonora, que o mundo musical se começou a revolucionar (Chadabe & Torres Lima, 2014).

Várias correntes musicais foram surgindo, como a música concreta, em Paris, de Pierre Schaeffer e Pierre Henry, que consistia em gravar sons existentes do meio natural para posteriormente serem transformados eletronicamente (Chadabe & Torres Lima, 2014). Já nos Estados Unidos da América, John Cage, nas suas obras, utilizava sons não-tradicionais, como rádios e latas, e em Colónia, Karlheinz Stockhausen, que havia estudado em Paris com Schaeffer, introduziu a composição com sons puramente eletrónicos. Este encontro da tecnologia com a música foi só o início do que estaria para vir em relação à música eletrónica.

Foi um momento marcante na história da música em que, para muitos compositores, parecia que tudo era possível. Em todo o mundo eles compartilhavam o objetivo comum de criar um novo tipo de música baseada na disponibilidade de todos os sons. (Chadabe & Torres Lima, 2014, p. 19)

Foi em 1957 que se pôde ouvir, nos laboratórios *Bell Telephone*, o primeiro som gerado por um programa para o efeito – Music I – com auxílio de um computador (Chadabe & Torres Lima, 2014). O próprio conceito de música estava em mutação, pelo menos na cultura ocidental.

John Cage foi também o autor de uma obra que causou imensa controvérsia – 4'33. Trata-se de quatro minutos e trinta e três segundos de silêncio, com o intuito de romper com o conceito de música vigente, e argumentar que o silêncio é parte integrante e essencial da música. Para Cage, a música era o som, fossem ruídos ou sons “dignos” de pertencerem à partitura. Na sua obra *Silence: Lectures and Writings* (1961), (re)conceptualiza o que é considerado música explorando os desenvolvimentos tecnológicos, como a possibilidade de gravação áudio, bem como a condição obsoleta da partitura face à notação dos novos sons. Na verdade, não era difícil perceber que a panóplia de sons existentes na natureza iam além da notação musical convencional, mas a força dos cânones e de uma tradição de séculos sonegou insistentemente essa realidade.

“Nova música: nova escuta” (Cage, 1961, p. 10). Cage tinha obviamente uma conceção da música muito à frente do seu tempo, e é curioso o facto de ser um músico tido como “erudito”, uma vez que é estudado nos livros de história da música ocidental, no

entanto, não se pode negar que o seu pensamento chocou com os valores musicais sacralizados.

Direcionaremos a nossa atenção, neste artigo, para a música eletrónica de dança (MED), no entanto, não será possível abordar todos os estilos que lhe pertencem. A própria denominação é bastante genérica (Fraser, 2012). Incidiremos, particularmente, sobre o *house* e o *techno*, apesar de reconhecermos que esta esfera da música comporta uma profusão de géneros como nenhuma outra. À primeira vista, para um *outsider*, pode aparentar que os nomes associados a cada estilo são idênticos (*acid house*, *acid techno*, *hardcore techno*, *aquatic-house*) mas para um *insider*, representam diferenças significativas (McLeod, 2001). A influência deste tipo de música tem crescido exponencialmente e desenvolveu uma estreita relação com a tecnologia:

essas variedades musicais são feitas maioritariamente pela combinação de *hardware* como *samplers*, sintetizadores, caixas de ritmos, com *software* de produção musical sofisticado operado por computadores. Tais tecnologias tornam possível para um artista ou produtor fazer Música Eletrónica de Dança sem saber como tocar um instrumento musical – uma ideia estranha na geo-história da música. (Fraser, 2012, p. 500)

Para além desta sinergia, existe uma associação ao mundo das drogas, especialmente ao MDMA (também conhecido como *ecstasy*), que impulsionou, em certa medida, a criação de *beats* cada vez mais eufóricos (Fraser, 2012). Fraser argumenta que, a MED é, pela sua relação com o consumo de certas substâncias, associada ao hedonismo e a locais de consumo específicos, como os clubes noturnos. Reconhecendo que tem um carácter subversivo e político, não é lógico que essas características soneguem o seu valor musical. Aliás, o reconhecimento académico da cultura da música eletrónica de dança tem aumentado. A urgência na investigação prende-se, segundo Graham (2009, p. iii), com as fugazes mutações que a caracterizam: “mesmo o género, subgénero ou microgénero que pensávamos conhecer ontem está a passar por um trânsito que já mal conseguimos identificar”.

A música eletrónica de dança, particularmente os géneros *house* e *techno*, tem grande expressão na contemporaneidade e é um estilo de dança dominante em Portugal (Silva, 2005). É um dos expoentes máximos da fusão entre a tecnologia e a criação musical que, no entanto, dependendo do contexto que a recebe, gera animosidades e entusiasmos, que tanto pode representar a elite ou a massa, ser “erudita” ou “popular”, *mainstream* ou subalterna. Estas ambiguidades poderão ser o resultado das relações culturais que permeiam a esfera da música, pondo em confronto uma série de questões como a autenticidade, o valor cultural, a definição de música e músico, e a constante luta entre o bloco de poder e o “povo”.

Pretendemos refletir sobre a MED através da perspetiva teórica dos Estudos Culturais, nomeadamente a noção de popular que Hall (2003) prefere adotar. O “popular” é definido consoante as relações de poder entre a cultura dominante e a dominada. Depende sempre do seu contexto histórico e social. Torna-se, assim, difícil dizer que determinada obra musical é popular, e a outra não, pois está dependente dos jogos de

poder entre culturas, e estes jogos vão mudando as suas regras. Este pensamento é bem retratado na obra de Hall (2003), que considera que os objetos culturais não têm um valor intrínseco, este é determinado pelo contexto cultural. Qual é então a relevância académica na desconstrução dos discursos em torno da MED? Uma vez que, hoje em dia, quase toda a música é eletrónica (Reynolds, 2007), no sentido em que está de alguma maneira dependente das tecnologias de criação e produção sonora, torna-se relevante perspetivar a MED pelos significados culturais que alicerça, pelas identidades que transporta e pela música que produz. Apesar de algumas destas questões já serem amplamente abordadas em várias disciplinas académicas, no ensino da música, sobretudo no ensino superior, poderá haver resistência em legitimar este género. Os currículos nos conservatórios têm veiculado a ideia de uma música autêntica, baseada nos valores da música erudita ocidental, conforme as reflexões de alguns estudos a este respeito (Arroyo, 2001; McCarthy-Brown, 2014; Mota, 2015; Nompula, 2011; VanWeelden, 2012). Torna-se legítimo pensar que o mesmo se transporta para o ensino universitário. A persistência de tais ideais poderá contribuir para a formação de músicos que não considerem a MED como uma forma musical válida, perpetuando, assim, a luta entre cultura “popular” e “erudita”.

O objetivo deste texto é contribuir para a desconstrução dos discursos que envolvem a MED, esperando também colaborar para a democratização do currículo no ensino superior de música, face aos seus conteúdos e objetivos, pensado no diálogo entre estudantes, instituições de ensino e sociedade.

ENTRE O “POPULAR” E O “ERUDITO”

A primeira ambiguidade que pretendemos abordar está relacionada com a incerteza da inclusão da MED no domínio do “popular” ou do “erudito”. Por mais que nos posicionemos com a perspetiva de Hall (2003), concordando que estas classificações são voláteis e se transfiguram, não podemos negar a sua existência na sociedade. O autor afirma que estas classificações pouco têm que ver com o produto cultural em si.

Na sua visão, o termo popular pode ser entendido de maneiras distintas, sendo uma delas a sua ligação com o tradicional, o retrógrado e o conservador. Essas conotações derivam do período em que o capitalismo industrial necessitava de se aproximar das classes trabalhadoras e do povo, com vista a uma nova ordem social em torno do capital, e estas classes eram sempre as que apresentavam maior resistência (Hall, 2003). Ainda nos diz que, no senso comum algo é popular se é consumido pelas massas e estas, por sua vez, escutam, leem, compram e consomem os produtos insistentemente, servindo esta definição para efeitos mercadológicos. Portanto, o popular, neste sentido, está associado à manipulação das massas, facto que Stuart Hall não nega, mas também não concorda totalmente. Categoricamente, afirma que “não existe uma ‘cultura popular’ íntegra, autêntica e autónoma, situada fora do campo de força das relações de poder e de dominação culturais” (Hall, 2003, p. 254). Segundo o autor, o povo não é um “tolo cultural” (Hall, 2003, p. 253) e apercebe-se da manipulação feita pelas indústrias

culturais capitalistas e por isso, por vezes, apresentam resistência, transformando o aspeto cultural num campo de batalha social. Ora, se os produtos culturais não são na sua totalidade manipuladores é porque existe uma identificação com os mesmos (Hall, 2003). A indústria cultural da música não funcionará de maneira distinta, certamente. Do nosso ponto de vista, uma das batalhas culturais que a MED terá de travar prende-se com a sua inclusão nas instituições de ensino superior de música, nomeadamente aquelas que centram a sua atividade na formação de performers com os instrumentos musicais considerados mais tradicionais (violino, piano, canto, etc.).

A afirmação da música eletrónica, em geral, tem gerado controvérsia e resistência entre os cientistas musicais, compositores e músicos em geral. Para citar um exemplo, no livro *História da Música Ocidental* de Grout e Palisca (1998, p. 746) pode ler-se que “a música eletrónica e sintetizada não destronou, nem é possível que venha a destronar, a música executada ao vivo”. A música eletrónica a que os autores se referem não é a MED, essa, apesar de ter surgido já nos anos 1970 (Reynolds, 2007), não é citada na obra. Falamos, portanto, de outras correntes da música eletrónica, como a música concreta ou a música eletrónica com recurso à banda magnética. No entanto, estes últimos géneros eletrónicos são geralmente discutidos e abordados nos currículos dos músicos de formação “erudita” por estarem associados à academia e à sua pertença a uma tradição artística, ao passo que, a MED se refere à produção musical de origem “popular” (Martin, 2012). Será legítimo inferir que, existe uma “alta” música eletrónica e outra que pertence às camadas “populares”, concordando que a segunda não despoleta grande interesse académico. O que pretendemos afirmar é que, na verdade, não existem razões coerentes para esta diferenciação, a não ser o facto de a MED apelar à dança, ao prazer e à fruição musical. Pedro Ferreira (2008) reitera que a música eletrónica de dança não pode ser pensada sem essa dimensão – a dança. De acordo com o seu ponto de vista, não podemos pensar e assumir que este género dá continuidade à música concreta ou música eletroacústica, considera, aliás, essa lógica um erro crasso. Revela ainda que, alguns compositores “eruditos”, como Stockhausen, revelam incompreensão e até uma certa repulsa face à MED.

A MED é um género musical com conceitos e estéticas próprias e teve a sua origem nos Estados Unidos – o *house* em Chicago e o *techno* em Detroit. Surge inicialmente associada às minorias sociais como os negros, os homossexuais, entre outros comportamentos sociais que poderão fugir às normas convencionadas (Reynolds, 2007). Mas, se no início poderia ser considerado um género *underground*, é certo que na sociedade contemporânea está bem presente e difundida, contando com festivais de música dedicados ao género, como o Tomorrowland ou o Ultra Music Festival. Por vezes definida como música-máquina, tende a perspetivar e produzir música de forma distinta das formas clássicas, onde o processo de criação é mais relevante que a própria performance. Mais, Reynolds (citado por Boia, Ferro & Guerra, 2010), afirma que o género eletrónico desafia o corpo humano pela sua variabilidade rítmica e pelas texturas que a música encerra. Já para Wiltsher (2016), a estética da música eletrónica de dança valoriza aspetos como a funcionalidade, os sons eletrónicos e a repetição. O autor reitera que o apelo à dança é nuclear, e quanto mais servir essa função, mais bela ela se torna. Os sons

produzidos por sintetizadores, *samplers*, entre outros, representam outras das valorizações estéticas. Por fim, a repetição, como Wiltsher sugere, com a sobreposição de *loops*¹, melodias ou harmonias, que se vão alternando ao longo da faixa, dão uma sensação de progresso. Os compositores deste género estão cientes desta forma nas faixas, o que as aproxima, em termos de composição, à música “erudita” (Wiltsher, 2016). Segundo o autor, os compositores trabalham com regras rígidas para poderem trocar as suas obras e permitir a remixagem mais facilmente.

A semelhança entre o formalismo valorizado na música “erudita” e na MED são óbvias e evidentes, mas a simplicidade harmónica e melódica do segundo género pode pesar para a sua “popularidade”. Isto, porque os músicos de formação clássica são treinados para ouvir progressões harmónicas ou melodias, representando isso o foco principal da música, no entanto, na MED, as harmonias e melodias são muitas vezes rudimentares (Reynolds, 2007). Se fossem muito complexas iriam distrair o ouvinte para o seu foco principal: o som e os contrastes tímbricos. Reynolds adverte ainda sobre a fisicalidade da eletrónica, no sentido em que, todo o corpo se envolve nas vibrações pujantes dos sistemas de som dos clubes, tornando-a sobretudo numa experiência física, com óbvios reflexos na mente. Apesar disto, a “alta” música eletrónica também não usa os métodos de composição tradicionais, mas o seu espírito vanguardista pode valer-lhe a etiqueta de “erudito”. Se pretendermos falar de vanguarda na MED, ela encontra-se nos próprios sons, onde os criadores estão constantemente a procurar novas formas de sintetizar, transformar e misturar: “gostam de descrever o que fazem como investigação científica, imaginando o estúdio como um laboratório de som” (Reynolds, 2007, p. 313). Podemos dizer que a MED tanto pode ser “erudita” como “popular” visto que, em diferentes contextos, ela opera de diferentes formas. É “erudita” quando é percebida através do seu processo criativo e composicional, que tem semelhanças com as obras musicais “eruditas”. Poderá não ser tão complexa a nível harmónico e melódico mas é nos seus sons, ritmos, e no efeito que produz junto da plateia dançante que ela adquire o seu grau de complexidade.

A MED é também “popular” quando vista sob o plano de consumo musical das massas onde se verifica que “a música *house* domina quase por completo as discotecas e clubes do país (Portugal)” (Silva, 2005, p. 67). Inferimos, portanto, que a ambigüidade aqui apresentada poderá estar conectada com a esfera do poder, seja institucional, cultural ou mesmo político. A MED poderá estar a ser negligenciada ao nível da formação académica apenas por ter uma conotação “popular”, que nada tem que ver com a música em si, mas apenas com o contexto em que se produz.

Tomando como exemplo o estudo de MacCutcheon, Greasley e Elliott (2016) podemos observar que os participantes consideraram, unanimemente, que a prática do DJ² desenvolve competências musicais, sobretudo a nível rítmico. Não menos importante foi a referência a conhecimentos estruturais da música, como o reconhecimento de frases musicais e compassos, bem como conhecimentos tecnológicos e performativos inerentes à prática do DJ.

¹ *Loop*: trata-se de um *sample* (amostra sonora) que está em constante repetição.

² DJ (Disc jockey) artista que reproduz as faixas criadas eletronicamente e as remixa em tempo real.

À questão se o DJ tinha tanta relevância cultural como o músico de tradição clássica, surpreendentemente, os músicos de formação clássica responderam que tinha a mesma ou relevância superior. Já alguns elementos do grupo dos não-músicos e DJ's responderam que tinha menos relevância cultural. Os autores esperavam que cada grupo defendesse os seus interesses, mas tal não aconteceu.

Poderão estar as universidades resistentes a uma mudança de paradigma da música e dos músicos no século XXI?

OS CONTRIBUTOS DA MED PARA A (RE)DEFINIÇÃO DE INSTRUMENTO MUSICAL E MÚSICO

No século XX, Varèse e Wen-chung (1966) antevia uma nova estética e estava certíssimo quando se deu conta que, a música dos novos instrumentos eletrónicos iria trazer possibilidades de conjugar ritmos, melodias e harmonias que iam além das capacidades do ser humano.

Os primeiros instrumentos musicais eletrónicos como o Telarmónio, o Theremin, o Trautónio, o Ondes Martenot, o órgão eletrónico, a cítara eletrónica e o sintetizador RCA, trouxeram com eles novos sons destinados a interpretar a música na mesma linha do que os instrumentos tradicionais já faziam (Chadabe & Torres Lima, 2014).

Quando pensamos sobre o conceito de instrumento musical associamos tradicionalmente a um objeto construído de madeira ou metal que possua capacidades de ressonância (Tanaka, 2006). De acordo com Tanaka, são objetos manipulados pelos seres humanos que exploram as capacidades vibratórias dos mesmos, de forma a produzir melodias e harmonias através das suas qualidades tímbricas específicas. No caso dos instrumentos musicais que abraçaram as tecnologias, a premissa de manipulação física pelos humanos foi mantida. No universo da música *pop*, os instrumentos mais utilizados para a criação musical são os computadores, *tablets* ou *smartphones*, substitutos da usual guitarra clássica (Neill, 2002). Serão estes dispositivos os novos instrumentos do século XXI?

Eu afirmo que as tecnologias digitais possuem uma voz da mesma forma que um instrumento musical tradicional possui. Considerando que no caso dos instrumentos digitais, que são processados por computadores de uso geral, cada sistema interativo traz consigo uma personalidade própria. (Tanaka, 2006, p. 270)

A organologia, conforme consta no dicionário de música (Borba & Lopes-Graça, 1958, p. 320) é a “ciência que trata dos instrumentos em geral, sua classificação, especificação de timbres, recursos, etc.”. Ter conhecimentos aprofundados nesta área é importante para qualquer músico, mas essencial para os compositores porque estes, a princípio, irão compor melhor para determinado instrumento se conhecerem as suas possibilidades e limitações.

Tanaka (2006) expõe-nos à família dos *sensor instruments*. Instrumentos que, tal como na família das cordas ou sopros (exposto de forma simplista e tendo consciência

de que estas famílias podem ser subdivididas, por exemplo cordas friccionadas ou dedilhadas, e até renomeadas por outros autores como von Hornbostel & Sachs, 1961), possuem um elemento em comum, neste caso movimentos gestuais com as mãos, articulados com um recetor de movimentos e sintetizadores digitais (no computador). A autora argumenta que, no entanto, cada um dos instrumentos tem a sua própria identidade musical, na medida em que possuem características distintivas entre si, tal como o violino e o violoncelo na família das cordas. Portanto, estes instrumentos poderão ser melhor compreendidos se se tiver em conta as suas particularidades (escrita idiomática³), e desta forma familiarizar os ouvintes com estes sons, para que estas formas e instrumentos musicais sejam compreendidos (Tanaka, 2006). O facto mais interessante, aqui, é precisamente este exemplo constituir mais uma prova de que a música e a forma como fazemos música está em constante mutação e redefinição. Defendemos que a formação académica deve abrir os horizontes para estas matérias de modo a que a inovação e a criatividade não se esgotem, e claro, com isto, estimular um discurso académico sobre música mais recetivo às inovações que proliferam diariamente. No entanto, não podemos sonegar que as universidades estão abertas aos avanços tecnológicos, até porque, a título de exemplo, a ESMAE (Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo) e a ESML (Escola Superior de Música de Lisboa) possuem licenciaturas voltadas para a produção e tecnologias da música⁴.

É um facto que na música eletrónica o computador é o instrumento musical de eleição (Reynolds, 2007). As suas possibilidades na área do som e da música permitiram trazer novas realidades aos *performers*. Quem o diz é Garnett (2001), num artigo sobre a estética da música interativa, que nos fala sobre a capacidade de o computador se tornar numa extensão do *performer*, na medida em que consegue processar o som e dar-lhe novas texturas em tempo real, entre outras coisas. É precisamente neste ponto de vista em que o autor se quer focar, a integração da máquina na vida do ser humano como impulsionador não só da técnica mas também da expressão humana. Para Garnett, a dicotomia máquina/homem ou música-máquina/música-humana já não são tão relevantes e, na sua visão, devemos caminhar, como já acontece com as gerações mais jovens, para a aceitação da tecnologia como parte integrante da nossa vida em todos os aspetos.

No caso da música eletrónica de dança, um dos instrumentos frequentemente utilizado é o *sampler* – *software* ou *hardware* que armazena amostras sonoras (*samples*). De acordo com Rodgers (2003), o *sampling* (manipulação e mistura dos *samples* para criar novos padrões rítmicos e melódicos) é o processo criativo onde os compositores de MED despendem mais tempo (cerca de 50%) até terem a música terminada. Esse dispositivo tecnológico (*sampler*), como refere a autora, veio desestabilizar as fronteiras

³ “Na música, o que identifica o idiomatismo em uma obra é a utilização das condições particulares do meio de expressão para o qual ela é escrita (instrumento/s, voz/es, multimídia ou conjuntos mistos). As condições oferecidas por um veículo incluem aspetos como: timbre, registo, articulação, afinação e expressões. Quanto mais uma obra explora aspetos que são peculiares de um determinado meio de expressão, utilizando recursos que o identificam e o diferenciam de outros meios, mais idiomática ela se torna” (Tullio, 2005, p. 299).

⁴ A nossa pesquisa futura, no âmbito de um programa doutoral em Estudos Culturais, revelará em que medida a MED se inclui nestes cursos.

do que é considerado um instrumento musical. Argumenta que os instrumentos tradicionais (violino, trompete, etc.) estão condicionados a nível sonoro pelas suas propriedades físicas. Um violino soará sempre a um violino, ao passo que, o *sampler* pode reproduzir uma infinidade de sons e está dependente de fatores como a capacidade da memória, a dependência da corrente elétrica, entre outros. Rodgers refere que, tal como há violinistas que preferem tocar um *Guanierius* em vez de um *Stradivarius*, aqui os compositores também optam por diferentes *samplers*, de acordo com o que consideram ser o melhor para as suas criações.

Portanto, outra das ambiguidades que circunda a MED tem que ver com os próprios instrumentos musicais utilizados. Torna-se árduo perspetivar os mesmos com os conceitos e definições que podem já estar desatualizados. Questões como a própria conceptualização de instrumento musical, que como vimos no caso da MED pode ter contornos bem distintos, são essenciais no discurso académico sobre música, caso contrário, instrumentos como o *sampler* ou até instrumentos musicais que só existem no mundo virtual serão considerados apenas como ferramentas (Tanaka, 2006). Ferramentas, porque é pensado como algo que melhora as nossas capacidades e possibilidades em determinadas atividades, ao passo que o instrumento musical vai sendo melhorado, não por razões práticas, mas por razões expressivas (produzir som com mais qualidade, por exemplo). Para Tanaka, a questão centra-se em entender se os *softwares* foram criados para a otimização de um mundo musical existente ou se essa digitalização musical contém, por si só, potencial artístico. De uma coisa tem a certeza, as possibilidades tecnológicas têm vindo a democratizar o processo criativo, o que implicará uma redefinição da figura do próprio músico. Outro aspeto que nos parece relevante é o de que a não-aceitação de novos instrumentos musicais impedirá, pelo menos em contexto académico e de formação dos alunos de música, o cruzamento entre os instrumentos tradicionais e os “não-tradicionais”. Poderia resultar em novo conhecimento, em novas correntes artísticas ou em novas possibilidades performativas.

Também na figura do músico a MED tem contribuído para uma nova definição. De acordo com Boia, Ferro e Guerra (2010), a figura do DJ assume um papel relevante na proliferação de novas sonoridades. A produção musical está entregue a uma “equipa” que trabalha em conjunto por diversas circunstâncias (ligação da indústria musical com os criadores/produtores musicais, por exemplo), sendo uma junção essencial que, no nosso entender, caracteriza o processo de criação e composição de música eletrônica. Contudo, os métodos tradicionais de aprendizagem musical não estão necessariamente em sintonia com os novos contextos educativos, sobretudo no que respeita à inclusão das novas práticas e instrumentos musicais advindos dos avanços tecnológicos (MacCutcheon et al., 2016). A investigação das práticas dos DJ’s na academia permanece pouco explorada, indicando que há muito para fazer neste campo (MacCutcheon et al., 2016).

O estudo realizado por MacCutcheon e colegas (2016) mostra-nos que os intervenientes inquiridos (sete instrumentistas de cordas, sete não músicos e sete DJ’s profissionais) admitem que os DJ’s podem ser considerados músicos. Um interveniente revelou, inclusivamente, que o domínio do DJ sobre a tecnologia pode ser equiparado

ao domínio de um pianista sobre o piano. Outro dos intervenientes comparou a prática de um compositor, que utiliza os timbres dos instrumentos tradicionais para compor as suas obras, à prática do DJ na recolha de *samples* para criar algo novo.

À questão se as aulas de DJ deveriam ser incluídas no currículo formal, 62% responderam que sim, 14% responderam que deveria ser opcional, 14% responderam que não sabiam e 10% responderam que não deveria ser parte integrante do currículo.

A opinião dos professores sobre os *workshops* de DJ que foram ministrados por dois DJ profissionais em escolas de ensino secundário demonstrou que, inicialmente todos estavam muito focados nas desvantagens destas práticas e matérias, mas, no final, percebeu-se que mudaram radicalmente a sua posição. Encontraram bastantes pontos positivos como a criatividade e o desenvolvimento de competências musicais.

A prática do DJ é muitas vezes vista como uma arte menor, apesar de o estudo de Huq (2007) apontar noutra direção. A autora expõe o caso de uma violoncelista de formação clássica que foi desafiada a fazer uma performance como DJ, com uma preparação de quatro semanas. Concluiu que, “a implicação por trás da aquisição das competências necessárias para mixar gravações no tempo e simultaneamente satisfazer a multidão presente não era ‘tão fácil como parecia’” (Huq, 2007, p. 97).

Para Martin (2012), mesmo a prática docente de música eletrónica “erudita”, pelo menos na realidade do autor (um conservatório na China), tem incidido sobre características como duração ou afinação, que fazem sentido em certas obras, mas revela que esta abordagem negligencia um entendimento que vá além das fronteiras impostas pela tradição musical ocidental. O autor defende que, só será possível inverter esta situação quando os professores dominarem em profundidade as técnicas e os processos de composição da música eletrónica.

Sem um entendimento prático e conceptual suficiente sobre os procedimentos, estruturas, significados e propósitos únicos às práticas da música eletrónica, o ensino estaria dependente das premissas derivadas da experiência com os modelos de afinação-duração (adquiridos através da performance e audição). (Martin, 2012, p. 128)

Para Martin, uma das razões para a falta de formação dos professores nesta área tem que ver, precisamente, com a escassa abordagem à música eletrónica na formação universitária. De ressaltar que, o autor encara o conceito de tradição, não como uma entidade histórica fixa, mas antes aberta à confluência e à transformação.

Se há muito para ser discutido em relação às práticas docentes da música eletrónica que já se encontra nos currículos, há ainda muito mais para ser investigado no panorama da Música Eletrónica de Dança. Pensamos que essa responsabilidade passa, impreterivelmente, pelas instituições de ensino que são responsáveis pela formação dos nossos músicos em Portugal. Farrugia (2012), por exemplo, tem investigado sobre a relação de género com tecnologia, na cultura musical popular, concluindo que a representatividade masculina no setor é assumidamente maior que a feminina. Refere-se, por exemplo, ao facto de a maioria dos DJ's serem homens, assim como estrelas do

rock, produtores, entre outros. Estas evidências estão relacionadas com os discursos socialmente construídos em torno do género e tecnologia, uma vez que a competência tecnológica sempre esteve associada à masculinidade (Farrugia, 2012). Pese embora, no campo da música *pop*, grande parte dos artistas são mulheres, isto porque, como Farrugia (2012) refere citando Lucy Green, o canto é considerado uma atividade mais feminina e, por isso, as mulheres costumam estar conectadas ao mundo da música ou pela dança, ou pela voz. A relação das mulheres com tecnologia é vista pela sociedade como passiva, ou seja, são apenas utilizadoras da mesma (Farrugia, 2012). A inclusão da MED no ensino superior poderá alicerçar mudanças nos discursos sociais sobre vários assuntos como: música, género, poder, cultura, entre outros.

Numa forma conclusiva, podemos dizer que as tecnologias e os meios eletrónicos estão a tornar-se as novas vozes da cultura popular. A expansão da música eletrónica e da estética que lhe é associada tem como tradução profundas mudanças na forma como ouvimos e apreciamos a música (Boia, et al., 2010, p. 54).

Consideramos que os músicos, estudantes de música, investigadores em música e restantes intervenientes na formação académica, particularmente no ensino superior, devem estar abertos para estas mudanças na história da música, repensar o valor musical das práticas “populares” e o seu contributo para a literacia musical.

ENTRE O *MAINSTREAM* E A SUBALTERNIDADE

A última ambiguidade que iremos apresentar prende-se com a polaridade entre o *mainstream* e a subalternidade. Pretendemos afirmar que a MED, neste artigo com especial ênfase para os subgéneros *house* e *techno*, poderá ser adjetivada e associada aos dois. O quadro da subalternidade remete-nos, em primeiro lugar, para a sua génese nos Estados Unidos da América.

O *house* surge em Chicago, na década de 1970, caracterizando-se inicialmente como um género *underground*; o seu nome deriva de um dos clubes onde se ouvia esta música – *warehouse* (Reynolds, 1998). O clube era inicialmente frequentado por *gays*, negros e latinos, e o *house* misturava o *soul*, R&B, *funk*, *salsa* e *rock*, com mensagens de amor e sexualidade, impulsionado por ritmos frenéticos e repetitivos (Boia et al., 2010). Reynolds (1998) argumenta que, o *house* veio ressuscitar a música de dança, mudando a sua forma, causando mau estar através da intensificação de características como a repetição extrema, sons cada vez mais artificiais, e a sua estreita ligação com o hedonismo e as drogas. O *house* afirmava-se não como um género distinto mas como uma aproximação à cultura de dança, que estava em decadência, morta, e ressuscitou-a através de colagens, remixagens, enfim, uma nova abordagem (Reynolds, 1998). No *house*, o compositor tem o nome de produtor e o protagonismo recai muito sobre ele, embora se rejeite o culto da imagem (ao contrário do *pop*). É um género que transporta consigo valores de união, resiliência, orgulho, como de alienação social, comportamentos

desviantes e consumo de drogas. Deve-se, sobretudo, à participação da comunidade gay, que abraçou o género, e de certa forma, transformou-se na banda sonora das suas causas políticas e de afirmação na sociedade (Reynolds, 1998). Segundo Reynolds, o *House* oferecia uma sensação de comunhão e comunidade para todos aqueles que eram alienados pelos seus comportamentos sexuais transgressores. Funcionava quase como uma religião, e o *warehouse*, em Chicago, era a sua igreja. As pequenas frases proferidas nas faixas *house*, pelo menos na sua fase inicial (década de 1970), transmitiam mensagens em prol dos direitos civis (Reynolds, 1998).

Em Portugal, hoje, a música *house* tem um público mais heterogéneo, de vários estratos da sociedade, mas é consumida maioritariamente por um público jovem e pelas classes média/alta (Silva, 2005). De acordo Silva, os valores que estão associados ao *House*, conforme os resultados do seu estudo realizado no norte de Portugal, são a sexualidade, a moda e a sensualidade. Os intervenientes revelaram, geralmente, uma preocupação com a moda e o gosto em estar num ambiente requintado. Um outro facto apontado por Silva tem que ver com a sua ampla utilização em desfiles de moda, o que enfatiza a sua ligação com uma classe social bem diferente do *techno*. Vemos, portanto, que na sua fase inicial o *house* era considerado uma música marginal e subalterna e que, mais tarde, foi apropriada pela cultura dominante, passando a ser imagem dessa mesma cultura. Ao passar para o lado do bloco do poder, ajudou, certamente, a que os direitos e a afirmação das comunidades subalternas que lhes estavam associadas pudessem ter maior expressão social. Hoje em dia, o *house* não é considerado um género subalterno quando falamos dos produtos da cultura de massa ou “popular”. No entanto, se o transportarmos para o universo do ensino superior de música, talvez a sua proeminência não esteja tão à vista. Neste contexto, o *house* pode ser considerado ainda subalterno, julgando pela insistência nos padrões musicais ocidentais “eruditos”, como referenciamos na introdução, e julgando também pelos resultados da avaliação do ensino não-superior artístico em Portugal. Alguns dos currículos não são atualizados desde a década 30 do século passado (Fernandes, Ferreira, Marto, Paz & Travassos, 2007).

Relativamente ao *techno*, é outro género da MED que tem a sua génese em Detroit, nos EUA, possibilitado pelo desenvolvimento de sintetizadores que são, digamos, o instrumento de eleição (Boia et al., 2010). O *techno* surge, primeiramente, na comunidade afro-americana e, ao contrário do *house*, valorizava mais músicos individuais do que os próprios clubes, não tendo a mesma expressão no público homossexual. Apesar destas diferenças, os músicos de ambos os estilos interagiram desde os primórdios.

Foi direcionado para as pistas de dança visto como “reflexo de uma angústia pós-industrial, motivada por condições de existência menos favoráveis” (Boia et al., 2010, p. 51). Podemos caracterizar a música *techno* pela utilização de sons artificiais, recursos à repetição, gradação tonal, estrutura ambígua e som mecânico (Boia et al., 2010). Geralmente o *techno* é ainda mais ritmado, minimalista e maquínico e não possui uma atmosfera de felicidade como o *house*.

Segundo Silva (2005), o *techno*, em Portugal, está associado ainda às classes sociais mais desfavorecidas, como também às drogas e à violência. Esta música, à semelhança

do *house*, torna-se numa experiência física poderosa onde as pessoas “dançam de olhos fechados, com movimentos mecanizados, quase agressivos, abanando a cabeça ao ritmo imparável debitado pelo DJ de serviço” (Silva, 2005, p. 65). De acordo com as entrevistas que foram realizadas no âmbito da investigação de Silva, percebeu-se que o que chama as pessoas para ir a uma festa *techno* é a pujança da música, ideal para dançar e libertar a raiva e frustração muitas vezes sentidas pela sua condição social. No caso do *techno*, vemos que a sua associação à marginalidade e à subalternidade não foi muito alterada, e por isso não esperamos que tenha relevância musical no nível superior. Mas podemos verificar que, as associações tanto ao *mainstream* como ao subalterno são provenientes de tensões sociais e relações culturais que não têm que ver com a música em si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na nota introdutória expusemos a prevalência das formas musicais “eruditas” ocidentais no currículo, que podem ainda estar presentes na contemporaneidade. Corroboramos ainda que, os termos “erudito” e “popular” derivam de construções discursivas sociais que podem, ou não, estar relacionadas com aspetos formais da própria música. Como vimos no caso da MED, que se apresenta como um estilo musical autónomo e com estéticas e conceitos bem delimitados, a escassa abordagem no ensino superior de música, em Portugal, poderá prender-se com as relações de poder entre a cultura dominante e a dominada. Os contributos deste género para o (re)pensar da música propriamente dita e o seu papel na sociedade, são inegáveis, marcando uma mudança paradigmática na área.

A MED circunda-se de profundas ambiguidades conceptuais, fruto dos diversos contextos que ela abrange, mas também, sob o ponto de vista dos Estudos Culturais, pode ser considerada uma marca de resistência contra a elitização da música e contra o bloco de poder. Apresenta-se, assim, como um instrumento de discurso político e social que reivindica a legitimação e reconhecimento das suas práticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arroyo, M. (2001). Música popular em um conservatório de música. *Revista da Abem*, 6, 59-67.
- Boia, P. d. S.; Ferro, L. & Guerra, P. (2010). Dance Music, sons, reflexos e trânsitos: Traços de uma cena no Norte de Portugal. In J. T. Lopes; P. S. Boia; L. Ferro & P. Guerra (Eds.), *Género e Música de Dança. Experiências, percursos e “relatos” de mulheres clubbers* (pp. 39-62). Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Borba, T. & Lopes-Graça, F. (1958). *Dicionário de Música*. Porto/Lisboa: Mário Figueirinhas Editor.
- Cage, J. (1961). *Silence: Lectures and writings*. Hanover: University Press of New England.
- Chadabe, J. & Torres Lima, G. H. (2014). The Electronic Century. *Musica Hodie*, 14(1), 8-32.
- Farrugia, R. (2012). *Beyond the dance floor: Female DJs, technoloy and electronic dance music culture*. Chicago: Intellect, Ltd.

- Fernandes, D.; do Ó, J. R.; Ferreira, M. B.; Marto, A.; Paz, A. & Travassos, A. (2007). *Estudo de Avaliação do Ensino Artístico*. Lisboa: Direcção Geral de Formação Vocacional do Ministério da Educação e Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- Ferreira, P. P. (2008). Transe Maquínico: quando o som e movimento se encontram na música eletrónica de pista. *Horizontes Antropológicos*, 29, 189-215.
- Fraser, A. (2012). The Spaces, Politics, and Cultural Economies of Electronic Dance Music. *Geography Compass*, 6(8), 500-511. doi: 10.1111/j.1749-8198.2012.00505.x
- Garnett, G. E. (2001). The aesthetics of interactive computer music. *Computer Music Journal*, 25(1), 21-33.
- Graham, S. J. (2009). Editor's introduction. *Dancecult: Journal of Electronic Dance Music Culture*, 1(1), iii-vi. doi: 10.12801/1947-5403.2009.01.01.00
- Grout, D. J. & Palisca, C. V. (1988). *O século XX. História da Música Ocidental*. Lisboa: Gradiva.
- Hall, S. (2003). Notas sobre a desconstrução do "popular". In L. Sovik (Ed.), *Da diáspora identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG.
- Huq, R. (2007). *Beyond subculture: Pop, youth and identity in a postcolonial world*. Londres: Routledge.
- MacCutcheon, D.; Greasley, A. E. & Elliott, M. T. (2016). Investigating the Value of DJ Performance for Contemporary Music Education and Sensorimotor Synchronisation (SMS) Abilities. *Dancecult: Journal of Electronic Dance Music Culture*, 8(1), 46-72. doi: 10.12801/1947-5403.2016.08.01.03
- Martin, J. (2012). Toward authentic electronic music in the curriculum: Connecting teaching to current compositional practices. *International Journal of Music Education*, 30(2), 120-132. doi: 10.1177/0255761412439924
- McCarthy-Brown, N. (2014). Decolonizing Dance Curriculum in Higher Education: once credit at a time. *Journal of Dance Education*, 14, 125-129. doi: 10.1080/15290824.2014.887204
- McLeod, K. (2001). Genres, Subgenres, Sub-Subgenres and More: Musical and Social Differentiation Within Electronic/Dance Music Communities. *Journal of Popular Music Studies*, 13(1), 59-75. doi: 10.1111/j.1533-1598.2001.tb00013.x
- Mota, G. (2015). A educação musical em Portugal – uma história plena de contradições. *DEBATES-Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Música*, 13.
- Neill, B. (2002). Pleasure Beats: Rhythm and the aesthetics of current electronic music. *Leonardo Music Journal*, 12, 3-6. Retirado de <http://www.jstor.org/stable/1513341>
- Nompula, Y. (2011). Valorizing the voice of the marginalised: exploring the value of African music in education. *South African Journal of Education*, 31(EASA), 369-380.
- Reynolds, S. (1998). *Energy flash: a journey through rave music and dance culture*. Berkeley CA: Group West.
- Reynolds, S. (2007). *Bring the Noise*. Londres: Mackays of Chatham.
- Rodgers, T. (2003). On the process and aesthetics on sampling in electronic music production. *Organised Sound*, 8(3), 313-320. doi: 10.1017/S1355771803000293
- Silva, V. A. A. (2005). Techno, House e Trance. Uma incursão pelas culturas da "Dance Music". *Toxic dependências*, 11(3), 63-73.

- Tanaka, A. (2006). Interaction, experience and the future of music. In K. O. Hara & B. Brown (Eds.), *Consuming Music Together: Social and Collaborative Aspects of Music Consumption Technologies* (pp. 267-288). Netherlands: Springer.
- Tullio, E. F. (2005). O idiomatismo nas composições para percussão de Luiz D'Anunciação, Ney Rosauro e Fernando Iazzetta: Análise, Edição e Performance de obras selecionadas. Comunicação apresentada no XV CONGRESSO DA ANPPOM, Rio de Janeiro.
- VanWeelden, K. (2012). Classical Music as Popular Music: Adolescents' Recognition of Western Art Music. *National Association for Music Education*, 31, 14-24. doi: 10.1177/8755123312457883
- Varèse, E., & Wen-chung, C. (1966). The Liberation of Sound. *Perspectives of new music*, 5(1), 11-19.
- von Hornbostel, E. M. & Sachs, C. (1961). Classification of Musical Instruments. *The Galpin Society Journal*, 14, 3-29. doi: 10.2307/842168
- Wiltsher, N. (2016). The Aesthetics of Electronic Dance Music, Part II: Dancers, DJs, Ontology and Aesthetics. *Philosophy Compass*, 11(8), 426-436.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Alexandre Ferreira é doutorando em Estudos Culturais, investigador do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), do Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

E-mail: al.barbosa.ferreira@gmail.com

Morada: Rua nova de Celeirós, n 83, 4795-425 Braga, Portugal

Jean-Martin Rabot é Professor Auxiliar. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

E-mail: jmrabot@ics.uminho.pt

Morada: Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal

* **Submetido: 29-05-2017**

* **Aceite: 17-07-2017**

ELECTRONIC DANCE MUSIC: DISCURSIVE AMBIGUITIES

Alexandre Ferreira & Jean-Martin Rabot

ABSTRACT

This article reflects on the ambiguities that constitute the discourses around the electronic dance music, highlighting the socially constructed character of the same ones. From the point of view of Cultural Studies, we will focus on *house* and *techno*. Its close connection with technology has constituted a paradigm shift in the way music is done and understood in the 21st century. We intend to position our view to the importance that this genre can represent in the training of music students in Portugal, namely in higher education.

PALAVRAS-CHAVE

Electronic dance music; new technologies; music teaching; Cultural Studies

RESUMO

Este artigo reflete sobre as ambiguidades que constituem os discursos em torno da música eletrónica de dança, pondo em evidência o carácter socialmente construído dos mesmos. Sob o ponto de vista dos Estudos Culturais, incidiremos particularmente no *house* e no *techno*. A sua estreita ligação com a tecnologia constituiu uma mudança paradigmática na forma como se faz e entende música no século XXI. Pretendemos posicionar o nosso olhar para a importância que este género pode representar na formação dos estudantes de música em Portugal, designadamente no ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE

Música eletrónica de dança; novas tecnologias; ensino de música; Estudos Culturais

INTRODUCTION

In an article published by Varèse and Wen-chung (1966), mention was made of electronic means of producing new, unprecedented sounds. Sounds that would challenge the music made until then, for example by creating new frequencies that had hitherto been unthinkable. Musical notation itself was regarded as being inadequate for this new world of musical technology. Of course, Varèse and Wen-chung faced severe criticism for wanting to do away with traditional instruments and the major musical works from the past, but all he wanted to achieve was to “produce a new flower. It didn’t matter if at first sight it looked more like a cactus than a rose” (Varèse & Wen-chung 1966, p. 15). As Varèse and Wen-chung noted, electronics was an addition to music and not a destructive factor. For composers, electronics permitted freedom from the tonal system, and all its rules, and the chance to explore new tones with an endless panoply of new sounds.

But Varèse and Wen-chung believed that it wouldn't take long before someone would try to establish rules for this new world.

Electronic music appears to have been received well by listeners, bearing in mind the huge number of musicians and composers that have proliferated in this musical genre, at least within the "pop" world. In addition, the ease with which anybody can compose a piece of music by using the new software (which doesn't require in-depth knowledge of musical composition), has made the figure of the music composer more "popular" and less elitist. We still don't know, however, whether these more "popular" composers are recognised in the higher echelons of musical education.

Following the invention of magnetic tape it became possible to record sounds from any source, thus unleashing a revolution in the world of music (Chadabe & Torres Lima, 2014).

Various musical forms began to appear, such as *musique concrète* ("concrete music") in Paris by Pierre Schaeffer and Pierre Henry, that consisted of recording sounds from the natural environment which were later transformed electronically (Chadabe & Torres Lima, 2014). In the US, John Cage used non-traditional sounds in his work, such as radios and tin cans, and in Cologne Karlheinz Stockhausen, who had studied in Paris with Schaeffer, introduced purely electronic composition. This fusion of technology and music was just the beginning of what was to come in terms of electronic music.

It was a remarkable moment in the history of music, when, for many composers, it seemed that anything was possible. All around the world, they shared the common aim of creating a new type of music based on the availability of all the sounds. (Chadabe & Torres Lima, 2014, p. 19)

The first sound generated by a specially designed computer-assisted programme – Music I – was heard in 1957 at the Bell Telephone laboratories (Chadabe & Torres Lima, 2014). The very concept of music was changing, at least in western culture.

John Cage also wrote a piece of music – 4'33 – that was hugely controversial. It consisted of four minutes and 33 seconds of silence, and aimed to break with the prevailing concept of music and advocated silence as an essential part of it. For Cage, music was the sounds, whether noises or sounds, that are "worthy" of belonging to a musical score. In *Silence: Lectures and Writings* (1961), he (re)conceptualised what is considered music by exploring technological developments such as the possibility of audio recording and the obsolescence of the score for notating new sounds. In fact, it wasn't hard to understand that the panoply of nature's sounds went beyond conventional musical notation, but the strength of the music establishment and centuries of tradition persistently concealed this reality.

"New music: new listening" (Cage, 1961, p. 10). Cage obviously had a notion of music that made him far ahead of his time, and it is interesting that he is considered to be an "erudite" musician and his ideas are studied in books on the history of western music. However, it is undeniable that his thoughts clashed with the established musical tenets of his era.

In this article we will look at electronic dance music (EDM), although it won't be possible to address all of its associated styles. The name EDM is highly generic (Fraser, 2012). We will look in particular at *house* and *techno*, while recognising that this area of music comprises an incomparable profusion of genres. For an outsider, at first sight it may seem that the names associated to each style are identical (acid house, acid techno, hardcore techno, aquatic-house), but for an insider, they represent very significant differences (McLeod, 2001). The influence of this type of music has grown exponentially and developed a close relationship with technology:

these musical varieties are mostly made by combining hardware, such as samplers, synthesisers and rhythm boxes, with sophisticated computer-operated sound production software. These technologies make it possible for an artist or producer to make electronic dance music without knowing how to play a musical instrument – a strange idea in the geo-history of music. (Fraser, 2012, p. 500)

Besides this synergy, there is an association with the world of drugs, especially MDMA (also known as Ecstasy) that to a certain extent catalysed the creation of ever more euphoric beats (Fraser, 2012). Fraser argues that EDM, through its relationship with the consumption of certain substances, is associated with hedonism and places of specific consumption, such as nightclubs. Recognising that it has a subversive and political character, these characteristics should not be allowed to conceal its musical value. In fact, academic recognition of the culture of EDM has increased. According to Graham (2009, p. iii), the urgent need for research is linked to the rapid changes that characterise it: “Even the genre, subgenre or micro-genre we thought we knew yesterday is being transformed into something we can hardly identify”.

EDM, in particular the genres of *house* and *techno*, has now become a popular musical form and the predominant dance style in Portugal (Silva, 2005). It is one of the highest exponents of the fusion of technology with musical creation. However, depending on the context in which it is received, it generates animosity or enthusiasm, representing the elite as much as the masses, seen as being “erudite” or “popular”, and mainstream or underground. These ambiguities may derive from the cultural relations that permeate the world of music, raising a series of issues such as authenticity, cultural value, the definition of music and the musician, and the constant struggle between the powers-that-be and the “people”.

We aim to analyse EDM from the theoretical perspective of Cultural Studies, in particular the definition of the word “popular” advocated by Hall (2003). “Popular” is defined according to the power relations between the dominant culture and the dominated. It always depends on its historical and social context. It thus becomes hard to say which particular piece of music is popular and which isn't, since this depends on the power games between cultures, whose rules are constantly changing. This idea is highlighted in Hall's work (2003) which notes that cultural objects don't have intrinsic value, their value is determined by the cultural context. What is the academic relevance of deconstructing discourses on EDM? Since almost all music is now electronic (Reynolds,

2007), to the extent that it is at least partly dependent on sound creation and production technologies, it is relevant to place EDM into perspective, by looking at its underlying cultural meanings, the identities it conveys and the music that it produces. While some of these issues are already comprehensively addressed by various academic disciplines, there may be some resistance towards legitimising this genre in the sphere of musical education, especially in higher education. Several studies have shown that the curricula of music conservatories have legitimised the idea of authentic music, based on the values of western erudite music (Arroyo, 2001; McCarthy-Brown, 2014; Mota, 2015; Nompula, 2011; VanWeelden, 2012). It has become legitimate to think that the same outlook is taught in universities. The persistence of these ideas may contribute to the training of musicians who do not consider EDM to be a valid musical genre, thus perpetuating the battle between “popular” and “erudite” culture.

This article aims to help deconstruct discourses involving EDM, in the hope that this will help democratise the contents and objectives of the musical curriculum in higher education, in the dialogue between students, educational institutions and society.

BETWEEN “POPULAR” AND “ERUDITE”

The first ambiguity we aim to address is related to the uncertainty of the inclusion of EDM in the “popular” or “erudite” sphere. No matter how much we agree with Hall’s perspective (2003) that these classifications are volatile and transfiguring, we can’t deny their existence in society. The author asserts that these classifications have little to do with the cultural product itself.

In Hall’s view, the term “popular” can be understood in different ways, including its connection to the traditional, retrograde and conservative. These connotations derive from the period when industrial capitalism needed to establish ties to the working classes and the people, with a view to creating a new social order based on capital, and these classes were always those which posed the greatest resistance (Hall, 2003). He also notes that common sense tells us that something is “popular” if it is consumed by the masses who, in turn, listen, read, buy and consume products persistently. This definition serves for marketing purposes. The word “popular” in this sense is associated with manipulation of the masses. Hall doesn’t deny this idea, but also doesn’t totally agree with it. He categorically affirms that, “no such thing as an integral, authentic and autonomous ‘popular culture’ exists outside the force field of cultural power relations and domination” (Hall, 2003, p. 254). According to the author, the people are not “cultural fools” (Hall, 2003, p. 253) and realise they are being manipulated by capitalist cultural industries and so sometimes resist, turning culture into a social battlefield. Now, if cultural products are not entirely manipulative it is because an affinity exists with them (Hall, 2003). The cultural industry of music certainly doesn’t operate differently. In our view, one of the cultural battles EDM has to wage relates to its inclusion in music conservatories, namely those which focus on training performers to play instruments that are considered to be more traditional (violin, piano, voice, etc.).

Affirmation of electronic music has generally caused controversy and resistance amongst musical scientists, composers and musicians in general. For example, Grout and Palisca in their book *History of Western Music* (1998, p. 746) write that, “electronic and synthesised music has not dethroned, nor is it likely to dethrone, live music”. The electronic music the authors refer to is not EDM, which, though it first appeared in the 1970s (Reynolds, 2007), is not mentioned. They were referring to other currents of electronic music, such as *musique concrète* or electronic music using magnetic tape. But these electronic genres are generally discussed and examined in the curricula studied by “erudite” music students, since they are associated with academic study and belong to an artistic tradition, while EDM is a form of “popular” music (Martin, 2012). Is it fair to suggest that an “erudite” electronic music exists, in contrast to “popular” electronic music, concluding that the latter doesn’t merit major academic interest. What we aim to assert is that there is no cogent reason for such a differentiation, except for the fact that EDM fosters dance, pleasure and musical enjoyment. Pedro Ferreira (2008) reiterates that EDM can’t be discussed without considering the importance of dance. He states that we can’t assume that this genre is a continuation of *musique concrète* or electro-acoustic music, which he views as a crass error. He also says that some “erudite” composers, such as Stockhausen, are struck by incomprehension and even a certain repulsion when faced with EDM.

EDM is a musical genre with its own specific concepts and aesthetic. It originated in the USA – *house* in Chicago and *techno* in Detroit. It was initially associated with social minorities, such as blacks, homosexuals and “deviant” social behaviour (Reynolds, 2007). But while it could be considered to be an underground genre in its early days, it has now become an evident and widely disseminated element of contemporary society, including dedicated music festivals, such as Tomorrowland and Ultra Music Festival. At times described as machine music, it tends to envision and produce music that differs from classical forms, where the creative process is more relevant than the actual performance. Moreover, Reynolds (quoted in Boia, Ferro & Guerra, 2010) asserts that the electronic genre challenges the human body, due to its rhythmic variations and textures. For Wiltsher (2016), the aesthetic of EDM highlights aspects such as functionality, electronic sounds and repetition. He reiterates that dance is a core aspect, and the more it serves this purpose, the more beautiful it becomes. The sounds produced by synthesisers, samplers, etc., represent alternative aesthetic values. Finally, repetition, as Wiltsher suggests – with the overlapping of loops¹, melodies and harmonies that alternate throughout the track – endows a feeling of progress. The genre’s composers are aware of this on the tracks, which brings them compositionally closer to “erudite” music (Wiltsher, 2016). According to Wiltsher, the composers work within strict rules so they can exchange their tracks and allow them to be more easily remixed.

The similarity between the formalism valued in “erudite” music and EDM are obvious, but the harmonic and melodic simplicity of the latter may explain its “popularity”. This is because classical musicians are trained to hear harmonic and melodic

¹ A “loop” is a sample that is constantly repeated.

progressions and this represents the main focus of their music, while the harmonies and melodies in EDM are often very basic (Reynolds, 2007). If they were very complex, they would distract the listener from its main focus: the sound and its contrasts in tone. Reynolds also notes the physicality of electronica, in the sense that the entire body is involved in the powerful vibrations of the sound systems, in the nightclubs, making it essentially a physical experience, with obvious reflections on the mind. Despite this fact, “erudite” electronic music also doesn’t use traditional compositional methods but its avant-garde spirit may be the reason why it is classified as being “erudite”. If one wants to talk about the avant-garde in EDM, this can be found in the sounds themselves, which the musicians are constantly trying to synthesise, transform and mix: “they like to describe what they do as scientific research, imagining the studio as a sound laboratory” (Reynolds, 2007, p. 313). EDM can be said to be both “erudite” and “popular” since it operates in different ways in different contexts. It is “erudite” when perceived from the perspective of its creative and compositional process, which has similarities to “erudite” music. It may not be as harmonically and melodically complex but it is in the sounds, rhythms and the effect that it has on the dancing audience, that it acquires its degree of complexity.

EDM is also “popular” from the perspective of mass musical consumption, whereby “House music almost completely dominates the country’s (Portugal’s) discos and clubs” (Silva, 2005, p. 67). The ambiguity here is therefore, we suggest, linked to the sphere of power, whether institutional, cultural or even political. EDM may be neglected at the academic level merely due to its “popular” connotations, which have nothing to do with the music itself, only the context in which it is produced.

Taking MacCutcheon, Greasley and Elliot study (2016) as an example, we can see that the participants unanimously considered that DJ-ing² develops musical skills, above all at a rhythmic level. No less important was the reference to structural knowledge of music, such as the recognition of musical phrases and timing, as well as the technological and performance-based knowledge inherent to being a DJ.

As to whether DJs were as culturally relevant as classical musicians, the latter surprisingly replied in the study that they are equally relevant, or may even be more relevant. Some people in the group of non-musicians and DJs replied that they were less culturally relevant. The study’s authors expected each group to defend their interests but that didn’t happen.

Could universities be resistant to a paradigm shift towards music and musicians in the 21st century?

EDM’S CONTRIBUTION TO (RE)DEFINING THE MUSICAL INSTRUMENT AND THE MUSICIAN

In the 20th century, Varèse and Wen-chung (1966) foresaw a new aesthetic and accurately identified that the music of new instruments would provide opportunities to combine rhythms, melodies and harmonies that went beyond human capabilities.

² A DJ (disc jockey) is someone who plays the electronic tracks and remixes them in real time.

The first electronic musical instruments – such as the telharmonium, theremin, trautonium, ondes Martenot, electronic organ, electronic sitar and the RCA synthesiser – introduced new sounds used to play music along the same lines as traditional instruments (Chadabe & Torres Lima, 2014).

When we think about the concept of the musical instrument, we traditionally associate it with an object made of wood or metal that vibrates (Tanaka, 2006). According to Tanaka, they are manipulated by people who explore their vibratory capacities to produce melodies and harmonies via their specific tonal qualities. In the case of musical instruments which have embraced technology, the premise of human physical manipulation has been maintained. In the world of pop music, the instruments primarily used to create music are computers, tablets and smartphones, substitutes for the classical guitar (Neill, 2002). Could these be the new instruments of the 21st century?

I can affirm that digital technologies have a voice in the same way as traditional musical instruments do. Considering that in the case of digital instruments, which are processed by general purpose computers, each interactive system has its own personality. (Tanaka, 2006, p. 270)

Organology, according to the dictionary of music (Borba & Lopes-Graça, 1958, p. 320), is the “science of musical instruments and their classification, tonal specification, resources, etc.”. It is important for any musician to have in-depth knowledge of this area, but it is essential for composers, because in principle they can compose better for a certain instrument if they know its possibilities and limitations.

Tanaka (2006) introduces us to the family of sensor instruments, which, like the family of stringed or wind instruments (described simply and aware that these families may be subdivided, for example into plucked and rubbed instruments, and even renamed by other authors like von Hornbostel and Sachs, 1961), have a common element, in this case hand gestures which feed into a movement sensor and digital synthesisers (on the computer). The author argues, however, that each of the instruments has its own musical identity, with distinctive characteristics, like the violin and cello in the family of stringed instruments. So these instruments can be better understood if their particularities (idiomatic writing³) are taken into account, and thus familiarising listeners to these sounds so that the musical forms and instruments are understood (Tanaka, 2006). The most interesting fact here is precisely that this example provides further evidence that music and music-making is constantly changing and being redefined. We support the idea that academic training should open students’ horizons with regard to this, in order to spur innovation and creativity and of course, along with this, encourage an academic discourse on music that is more receptive to the innovations which proliferate daily. However, it can’t be said that universities are not open to technological advances. For

³ “In music, what identifies an idiomatic approach in a work is the use of particular conditions of the means of expression for which it is written (instrument/s, voice/s, multimedia or mixed). The conditions provided by a vehicle include aspects such as tone, register, articulation, tuning and expressions. The more a work explores aspects peculiar to a certain means of expression, using resources that identify it and differentiate it from others, the more idiomatic it becomes” (Tullio, 2005, p. 299).

example, ESMAE (Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo) and ESML (Escola Superior de Música de Lisboa) offer undergraduate degree courses on music production and technologies⁴.

It is a fact in electronic music that the computer is the instrument of choice (Reynolds, 2007). Its possibilities in the area of sound and music has brought new possibilities for performers. This is the opinion of Garnett (2001), in an article on the aesthetics of interactive music, which talks about the computer's capacity to become an extension of the performer, insofar as it can process the sound and give it new textures in real time, amongst other things. The author highlights this point – the integration of the machine in human existence, as a driver not only of technique but also of human expression. For Garnett, the machine/man or machine music/human music dichotomy is no longer very relevant and, in his view, we should accept technology as an integral part of our lives in every way, as younger generations do.

In the case of EDM, one of the instruments commonly used is the sampler – a software or hardware device that stores samples. According to Rodgers (2003), sampling (the manipulation and mixing of samples to create new rhythmic or melodic patterns) is the creative process on which EDM composers spend most time (around 50%) until they have finished each work. This device (the sampler), as the author notes, has blurred the barriers between what is, and isn't, considered to be a musical instrument. He argues that traditional instruments (violin, trumpet, etc.) are audibly limited due to their physical properties. A violin will always sound like a violin, while a sampler can reproduce an infinite range of sounds and is primarily limited by factors such as storage capacity, electrical current, and so on. Rodgers notes that, like violinists who prefer to play a Guanierius rather than a Stradivarius, there are composers who opt for different samplers, depending on what they consider to be best for their music.

So another of the ambiguities that surround EDM relates to the instruments used. It can be difficult to give a perspective on this issue, since the respective concepts and definitions quickly become outdated. Issues such as the conceptualisation of the instrument, which as we see in the case of EDM can be very distinctive, are essential in the academic discourse on music, otherwise instruments such as the sampler or even musical instruments that only exist in the virtual world, would simply be considered to be tools (Tanaka, 2006). This is because they are thought of as something which improves our abilities and possibilities in certain activities, while the musical instrument is improved not for practical reasons but for expressive reasons (to produce sound with more quality, for example). For Tanaka, the question is about understanding whether the software was created to optimise an existing musical world or if this musical digitalisation alone has artistic potential. One thing he is sure of: the technological possibilities have democratised the creative process, implying redefinition of the musician. Another aspect that seems relevant to us is that the non-acceptance of new instruments will hinder, at least in an academic context and the training of musical students, the crossover between traditional and “non-traditional” instruments. This could result in fresh knowledge, new artistic currents or new performance possibilities.

⁴ Our future research, as part of a PhD in Cultural Studies, will examine how far EDM is included in these courses.

In terms of the musician, EDM has also contributed to a new definition. For Boia, Ferro and Guerra (2010), the DJ has a relevant role in proliferating new sounds. Musical production is handed over to a “team” who work together for various reasons (music industry links to the music composers/producers, for example), creating a key union which in our opinion characterises the creative and compositional process of electronic music. However, the traditional methods of musical learning are not necessarily in tune with new educational contexts, especially in terms of the inclusion of new musical practices and instruments spawned by technological progress (MacCutcheon et al., 2016). Research on the practices of DJs at academies has been little studied, suggesting there is still much to be done in this field (MacCutcheon et al., 2016).

MacCutcheon and colleagues (2016) in their study show that the participants (7 string musicians, 7 non-musicians and 7 professional DJs) admit that DJs can be considered musicians. One also stated that the DJ’s mastery of technology could be compared to that of a pianist’s mastery of the piano. Another compared the work of a composer, who uses the tones of traditional instruments, to that of a DJ gathering samples to create something new.

To the question of whether lessons on DJ-ing should be included in the formal curriculum, 62% said yes, 14% said it should be optional, 14% said they didn’t know and 10% said no.

The opinion of the teachers on the workshops given by two professional DJs at secondary schools showed that initially they were all highly focused on the disadvantages of the practices and materials, but that, by the end, they had undergone a radical change. They found lots of positive points – such as creativity and the development of skills.

DJ-ing is often viewed as being a lesser art, notwithstanding Huq’s study (2007) that showed otherwise. The author gives the example of a classically trained cellist who was challenged to perform as a DJ, and given four weeks to prepare. She concluded that, “the implication behind the acquisition of the skills necessary to mix recordings in time and simultaneously satisfy the audience was not ‘as easy as it seemed’” (Huq, 2007, p. 97).

For Martin (2012), even the teaching of “erudite” electronic music, at least in the author’s case (a music conservatory in China), has focused on characteristics such as duration and tuning, which makes sense in certain works, but neglects an understanding that goes beyond the boundaries imposed by the western musical tradition. The author argues that this situation will only be reversed when teachers have fully mastered the techniques and processes of electronic music composition.

Without sufficient practical and conceptual understanding of the procedures, structures, meanings and purposes unique to electronic music, teaching will be dependent on premises derived from experience with tuning-duration models (acquired from performance and listening). (Martin, 2012, p. 128)

For Martin, one of the reasons for teachers’ lack of training in this area is precisely related to the poor approach to electronic music in universities. It should be noted that

the author regards the concept of tradition not as a historically fixed entity but rather as open to confluence and transformation.

If there is much to be discussed on the issue of how electronic music is taught in curricula, there is even more to examine with regard to EDM. We think that this responsibility lies, indisputably, with the educational institutions responsible for training our musicians in Portugal. Farrugia (2012), for example, has researched the relationship between gender and technology in popular musical culture and concludes that men are much more highly represented than women. He notes, for example, that most DJs are men, as are rock stars, music producers, etc. This relates to socially constructed discourses on gender and technology, since technological skills have always been associated with masculinity (Farrugia, 2012). However, in pop music, many artists are women because, as Farrugia (2012) notes, quoting Lucy Green, singing is deemed to be a more feminine activity and so women are usually connected to the world of music, dance and singing. Women's relationship with technology is viewed as being passive by society, i.e. they are only seen as users (Farrugia, 2012). The inclusion of EDM in higher education could introduce changes into the social discourses on various subjects such as music, gender, power, culture, etc.

We can say, conclusively, that electronic technologies and resources are becoming the new voices of popular culture. The expansion of electronic music and the aesthetic associated with it expresses itself in radical changes in the way we hear and enjoy music. (Boia, et al., 2010 p. 54)

We feel that musicians, music students, music researchers and others in academic training, in particular in higher education, should be open to these changes in the history of music and should rethink the musical value of "popular" practices and their contribution to musical literacy.

BETWEEN MAINSTREAM AND UNDERGROUND

The final ambiguity we will discuss is linked to the polarity between mainstream and underground. We suggest that EDM, with particular emphasis in this article on the subgenres of *house* and *techno*, can be associated with both. The framework of its underground status takes us to its origins in the USA.

House music first emerged in Chicago in the 70s as an underground genre. Its name came from one of the clubs where it was played – The Warehouse (Reynolds, 1998). The club was initially frequented by gays, blacks and Latinos, and house music mixed together soul, R&B, funk, salsa and rock music with messages of love and sexuality driven by frantic and repetitive rhythms (Boia et al., 2010). Reynolds (1998) argues that house resuscitated dance music, changing its form, causing a sense of discontent via its intensified characteristics, such as extreme repetition, increasingly artificial sounds, and its close links to hedonism and drugs. House didn't establish itself as a separate genre but as an attempt to approach dance culture, which was dying, and which it resuscitated

by reusing and remixing it, to create a new approach (Reynolds, 1998). In house music, the composer has a producer who is responsible for much of the work, though the cult of image is rejected (unlike pop music). As a genre, it upholds values such as unity, resilience, pride as well as social alienation, deviant behaviour and drug use. Its development was primarily due to the involvement of the gay community which embraced it and to a certain extent turned it into the soundtrack for its political causes and social affirmation (Reynolds, 1998). According to Reynolds, house music provided a sense of communion and community for all those who were alienated due to their “sexually deviant” behaviour. It acted almost like a religion and The Warehouse, in Chicago, was its church. The short phrases included on house tracks, at least in its early days (1970s), conveyed civil rights messages (Reynolds, 1998).

In Portugal today, house music has a more heterogeneous audience, spanning several social strata but it is chiefly enjoyed by a young middle/upper class audience (Silva, 2005). According to Silva, the values associated with house music, revealed by the results of his study in the north of Portugal, are sexuality, fashion and sensuality. Participants were generally concerned about fashion and their enjoyment in being in a sophisticated environment. Another fact mentioned by Silva has to do with its widespread use in fashion catwalks, which underlines its links to a very different social class from techno. We therefore see that initially house music was considered to be a marginal and underground genre and was later appropriated by the dominant culture and became the image of that culture. By falling under the sway of the powers-that-be, it certainly helped the rights and affirmation of the marginalised communities associated with it, to gain greater social expression. Today, house music is not considered to be an underground genre when we talk of mass about “popular” cultural products. However, if we look at the world of musical higher education its pre-eminence is perhaps not so visible. In this context, house music can still be viewed as underground, judged by the insistence on “erudite” western musical patterns, as we mentioned in the introduction, and also by the results of assessing non-higher art education in Portugal. Some curricula have not been updated since the 1930s (Fernandes, Ferreira, Marto, Paz & Travassos, 2007).

Techno was another EDM genre which originated in Detroit, USA, made possible by the development of synthesisers, adopted as the instrument of choice (Boia et al., 2010). Techno first emerged in the Afro-American community and, unlike house music, focused more on individual musicians than clubs and wasn't so popular in the gay scene. Despite these differences, musicians of both genres have interacted from the outset.

It was directed at the dance floor, seen as a “reflection of post-industrial anguish motivated by harsher living conditions” (Boia et al., 2010, p. 51). Techno can be characterised by the use of artificial sounds, repetition, tonal gradation, an ambiguous structure and a mechanical sound (Boia et al., 2010). Generally, techno is even more rhythmic, minimalist and mechanical and doesn't have the joyful atmosphere of house.

According to Silva (2005), techno in Portugal is still associated with more disadvantaged social classes, as well as drugs and violence. This genre, like house, is a powerful physical experience in which people “dance with their eyes closed in mechanical, almost

aggressive movements, shaking their heads to the unceasing rhythm played by the DJ” (Silva, 2005, p. 65). According to the interviews conducted during Silva’s research, it was discovered that what draws people to a techno rave is the power of the music, which is ideal for dancing and freeing the anger and frustration often felt as a result of their social condition. In techno’s case, we see that its association with marginalisation and the underground has changed little and for that reason we don’t expect it to achieve musical relevance at a higher level. But it can be seen that its associations as much with the mainstream as the underground stem from the social tensions and cultural relations that have nothing to do with the music itself.

FINAL CONSIDERATIONS

In the introduction, we discussed the prevalence of “erudite” western musical forms on the curriculum that may still be present today. We also corroborated that the terms “erudite” and “popular” derive from social discursive constructions that may or may not be related to formal aspects of the music itself. As we have seen in the case of EDM, which is an autonomous musical style with well-delineated aesthetics and concepts, the scarce attention it is given in higher musical education in Portugal may relate to relations of power between the dominant culture and the dominated. The contributions of this genre to (re)thinking music per se and its role in society are unparalleled, marking a paradigm shift in this area.

EDM is surrounded by deep conceptual ambiguities resulting from the diverse contexts it covers and also, from the point of view of Cultural Studies, it may be considered a milestone in the resistance against the elitism of music and the powers that be. It is, therefore, an instrument of political and social discourse whose practices deserve the attribution of legitimacy and recognition.

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

- Arroyo, M. (2001). Música popular em um conservatório de música. *Revista da Abem*, 6, 59-67.
- Boia, P. d. S.; Ferro, L., & Guerra, P. (2010). Dance Music, sons, reflexos e trânsitos: Traços de uma cena no Norte de Portugal. In J. T. Lopes; P. S. Boia; L. Ferro & P. Guerra (Eds.), *Género e Música de Dança. Experiências, percursos e “relatos” de mulheres clubbers* (pp. 39-62). Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Borba, T. & Lopes-Graça, F. (1958). *Dicionário de Música*. Porto/Lisboa: Mário Figueirinhas Editor.
- Cage, J. (1961). *Silence: Lectures and writings*. Hanover: University Press of New England.
- Chadabe, J. & Torres Lima, G. H. (2014). The Electronic Century. *Musica Hodie*, 14(1), 8-32.
- Farrugia, R. (2012). *Beyond the dance floor: Female DJs, technology and electronic dance music culture*. Chicago: Intellect, Ltd.

- Fernandes, D.; do Ó, J. R.; Ferreira, M. B.; Marto, A.; Paz, A. & Travassos, A. (2007). *Estudo de Avaliação do Ensino Artístico*. Lisboa: Direcção Geral de Formação Vocacional do Ministério da Educação e Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- Ferreira, P. P. (2008). Transe Maquínico: quando o som e movimento se encontram na música eletrónica de pista. *Horizontes Antropológicos*, 29, 189-215.
- Fraser, A. (2012). The Spaces, Politics, and Cultural Economies of Electronic Dance Music. *Geography Compass*, 6(8), 500-511. doi: 10.1111/j.1749-8198.2012.00505.x
- Garnett, G. E. (2001). The aesthetics of interactive computer music. *Computer Music Journal*, 25(1), 21-33.
- Graham, S. J. (2009). Editor's introduction. *Dancecult: Journal of Electronic Dance Music Culture*, 1(1), iii-vi. doi: 10.12801/1947-5403.2009.01.01.00
- Grout, D. J. & Palisca, C. V. (1988). *O século XX. História da Música Ocidental*. Lisboa: Gradiva.
- Hall, S. (2003). Notas sobre a desconstrução do "popular". In L. Sovik (Ed.), *Da diáspora identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG.
- Huq, R. (2007). *Beyond subculture: Pop, youth and identity in a postcolonial world*. Londres: Routledge.
- MacCutcheon, D.; Greasley, A. E. & Elliott, M. T. (2016). Investigating the Value of DJ Performance for Contemporary Music Education and Sensorimotor Synchronisation (SMS) Abilities. *Dancecult: Journal of Electronic Dance Music Culture*, 8(1), 46-72. doi:10.12801/1947-5403.2016.08.01.03
- Martin, J. (2012). Toward authentic electronic music in the curriculum: Connecting teaching to current compositional practices. *International Journal of Music Education*, 30(2), 120-132. doi: 10.1177/0255761412439924
- McCarthy-Brown, N. (2014). Decolonizing Dance Curriculum in Higher Education: once credit at a time. *Journal of Dance Education*, 14 (National Dance Education Organization), 125-129. doi:10.1080/15290824.2014.887204
- McLeod, K. (2001). Genres, Subgenres, Sub-Subgenres and More: Musical and Social Differentiation Within Electronic/Dance Music Communities. *Journal of Popular Music Studies*, 13(1), 59-75. doi:10.1111/j.1533-1598.2001.tb00013.x
- Mota, G. (2015). A educação musical em Portugal – uma história plena de contradições. *DEBATES-Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Música*, 13.
- Neill, B. (2002). Pleasure Beats: Rhythm and the aesthetics of current electronic music. *Leonardo Music Journal*, 12, 3-6. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/1513341>
- Nompula, Y. (2011). Valorizing the voice of the marginalised: exploring the value of African music in education. *South African Journal of Education*, 31 (EASA), 369-380.
- Reynolds, S. (1998). *Energy flash: a journey through rave music and dance culture*. Berkeley CA: Group West.
- Reynolds, S. (2007). *Bring the Noise*. London: Mackays of Chatham.
- Rodgers, T. (2003). On the process and aesthetics on sampling in electronic music production. *Organised Sound*, 8(3), 313-320. doi: 10.1017/S1355771803000293
- Silva, V. A. A. (2005). Techno, House e Trance. Uma incursão pelas culturas da "Dance Music" *Toxic dependências*, 11(3), 63-73.

- Tanaka, A. (2006). Interaction, experience and the future of music. In K. O. Hara & B. Brown (Eds.), *Consuming Music Together: Social and Collaborative Aspects of Music Consumption Technologies* (pp. 267-288). Netherlands: Springer.
- Tullio, E. F. (2005). O idiomatismo nas composições para percussão de Luiz D'Anunciação, Ney Rosauro e Fernando Iazzetta: Análise, Edição e Performance de obras selecionadas. Paper presented at XV CONGRESSO DA ANPPOM, Rio de Janeiro.
- VanWeelden, K. (2012). Classical Music as Popular Music: Adolescents' Recognition of Western Art Music. *National Association for Music Education*, 31, 14-24. doi: 10.1177/8755123312457883
- Varèse, E., & Wen-chung, C. (1966). The Liberation of Sound. *Perspectives of new music*, 5(1), 11-19.
- von Hornbostel, E. M., & Sachs, C. (1961). Classification of Musical Instruments. *The Galpin Society Journal*, 14, 3-29. doi: 10.2307/842168
- Wiltsher, N. (2016). The Aesthetics of Electronic Dance Music, Part II: Dancers, DJs, Ontology and Aesthetics. *Philosophy Compass*, 11(8), 426-436.

BIOGRAPHICAL NOTES

Alexandre Ferreira is PhD Student in Cultural Studies, researcher in Communication and Society Research Centre (CECS), Institute of Social Sciences, University of Minho.

E-mail: al.barbosa.ferreira@gmail.com

Address: Rua nova de Celeirós, n 83, 4795-425 Braga, Portugal

Jean-Martin Rabot is Assistant Professor at University of Minho and researcher of Communication and Society Research Centre (CECS), Institute of Social Sciences, University of Minho.

E-mail: jmrabot@ics.uminho.pt

Address: University of Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal

* **Submitted: 29-05-2017**

* **Accepted: 17-07-2017**

VARIA | VARIA

PENSAMENTOS NO GERÚNDIO, COMO DOCENTE, ARTISTA, CURADORA

Maria do Carmo Nino

RESUMO

Apresento um relato da minha experiência enquanto produtora de trabalho artístico, curadora de exposições, analista cultural e artística. Neste artigo será dada particular relevância a duas experiências artísticas – Projeto MAMÃE, com reflexão em torno da obra *Olho Mágico*, e a Exposição *ContidoNãoContido*. A obra *Olho Mágico* surge como comentário autorreferencial, paródico. A transformação de uma parede cega em uma espécie de janela, como que intermedia os possíveis diálogos entre o que se percebe como espaço interior e exterior. Na exposição *ContidoNãoContido* procuramos suscitar no visitante a necessidade de desconstruir criticamente a “reverência de tom forçado” frequentemente associada ao museu.

PALAVRAS-CHAVE

Arte; museu; desconstrução; diálogo

ABSTRACT

This article presents my experience as a producer of artistic works, exhibition curator and cultural and artistic analyst. I will place special relevance on two artistic experiences – the MAMÃE Project, that revolves around the work, *Olho Mágico* [Magic Eye], and the Exhibition *ContidoNãoContido*. The work *Olho Mágico* appears as a self-referential comment, a parody. A blind wall is transformed into a kind of window, as if mediating the possible dialogues between what is perceived as interior and exterior space. In the exhibition *ContidoNãoContido* we aimed to encourage visitors to feel the need to critically deconstruct the sense of “obliged reverence” often associated to museums.

PALAVRAS-CHAVE

Art; museum; deconstruction; dialogue

Só o imaginário pode desenvolver o germe.
(Deleuze, 1985, p. 120)

UM POUCO DA MINHA HISTÓRIA

Graduei-me no bacharelado em arquitetura em 1980, pois na época era o curso existente em minha cidade que mais se aproximava de uma ideia de criação contendo características de visualidade em formas, cores, volume, espaço. Depois tive a oportunidade

de fazer meus estudos de pós-graduação em Paris 1- Sorbonne, na área de Artes Visuais (processos artísticos). Minha produção plástica começa efetivamente a partir desta estadia parisiense (ocorrida entre 1988 e 1995), anos que foram extremamente ricos e importantes para que me descobrisse como indivíduo e como artista.

No retorno ao Brasil, me tornei professora de Artes Visuais na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde me encontro até hoje. Na função de transmissora de conhecimento específico sobre questões de cunho artístico, o contato também com outros professores, artistas e gestores tem sido constante.

Conseqüentemente, este foi um papel que se viu consideravelmente ampliado para uma participação mais efetiva em vários setores ligados às artes plásticas: enquanto produtora do trabalho artístico, curadora de exposições, analista cultural e artística da produção estética.

Nas minhas atividades desde então encontram-se perfeitamente amalgamadas a experiência da curadoria de exposições e da escrita de textos sobre artistas, assim como do ensino na graduação em Artes Visuais e também e na pós-graduação do programa de Literatura (no seu diálogo intersemiótico com as artes visuais). A efetivação da minha própria prática artística se vê então constantemente influenciada por estas atividades entre a produção verbal e não-verbal, de modo que não consigo estabelecer hierarquias entre as mesmas para a constituição da minha trajetória no geral.

Em meu trabalho pessoal, embora de maneira não exclusiva, continuo fiel à imagem, uma paixão que permanece viva desde o início, e que transita entre as práticas da pintura, do desenho e da fotografia, com uma ênfase particular por esta última como catalisadora inicial do processo, o que me aproximou de experiências com a imagem digital. Identifico-me com séries, sequencialidades, narrativas, modulações, pela dimensão processual que se estabelece com a ideia de *devenir*, de intrínseco inacabamento, um conceito que me é muito caro e com o qual tenho trabalhado sempre.

Como gosto de experimentações, com o tempo e experiência com a interface digital, comecei a introduzir também na fotografia, o desenho e a própria pintura, a partir da manipulação diretamente no computador ou mesmo sobre a própria imagem impressa. Enfim todas elas são palimpsestos, hibridizações nas quais creio se inserir a própria ideia de transformação e de temporalidades. Me estimula bastante pensar o quanto podemos utilizar as ferramentas digitais para trabalhar as linguagens básicas do desenho e da pintura (ponto, linha, cor, mancha), em suas diversas nuances, tirando partido exatamente do leque vastíssimo de opções oferecidas por estes meios (duplicar, redimensionar, inverter, mesclar, distorcer, graduar a intensidade, etc.), valores que não podem ser obtidos por outro modo com a mesma precisão ou controle. Eis alguns exemplos:



Figura 1: Autoretrato Assombrada, Maria do Carmo Nino

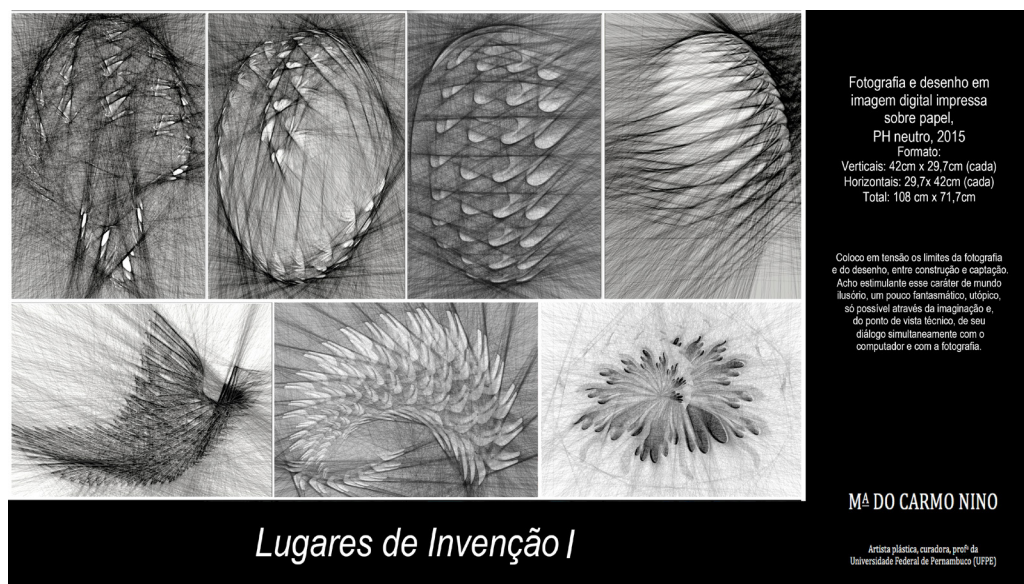


Figura 2: Lugares de Invenção I, Maria do Carmo Nino

RELATOS DE DUAS EXPERIÊNCIAS

Admiro uma grande quantidade de artistas, e a atividade docente me estimula à renovação de referências, mas se tivesse que destacar alguns, seriam aqueles que souberam conjugar sua própria prática com a teoria e em alguns casos a docência, e talvez por todas estas razões o caráter metalinguístico me atraia, pois propicia a explicitação autoconsciente como princípio crítico e criador.

EXPERIÊNCIA PRIMEIRA¹

Em certa ocasião um grupo recifense denominado *Quarta Parede*² fez uma proposta artística que consistiu em convite endereçado a todos que assim o desejassem, para participação da ação de ocupação coletiva do prédio vizinho ao Museu de Arte Moderna Aluizio Magalhães (MAMAM), programado durante o SPA – Semana de Artes Visuais de Recife, entre três e oito de novembro de 2003. O projeto teve o sugestivo nome de “Projeto MAMÃE” e se propôs a abrigar, sem restrições de ordem temática, discriminações ou vetos de nenhuma espécie³, as propostas de vários artistas (ou aspirantes), mais ou menos experientes segundo cada caso, com variações de grau no reconhecimento de seu trabalho por parte do sistema institucional das artes, em um intencional, claro e transgressor contraponto à situação estabelecida de liderança de um espaço importante para a cidade do Recife como o MAMAM, que abriga exposições de artistas que se destacam em um cenário nacional e internacional, onde os critérios de escolha são complexos e nem sempre ao alcance do conhecimento ou compreensão de todos e contra os quais a classe artística às vezes se insurge.

Nesta curadoria às avessas realizada pelo grupo, as obras não seriam escolhidas por suas qualidades artísticas (ou ausência delas) e o público teria a oportunidade de ver reunidas no mesmo espaço propostas estéticas que democraticamente o habitavam, com níveis de maturação e sofisticação muito diferentes entre si, e teria a possibilidade de julgar por ele mesmo as suas próprias predileções nesta “família” heteróclita além de, ao mesmo tempo, experimentar uma certa sensação de não-familiaridade, para não dizer de espanto, devido às condições materiais do local e de como as obras estavam expostas, sem necessariamente estabelecerem diálogos de significação – temática ou outra – entre si, como normalmente se espera que ocorra.

O imóvel se encontrava em processo de reforma no andar térreo, sendo que foi facultado a todos os eventuais integrantes, apenas o uso do andar superior. Os diversos tipos de ocupação por parte dos artistas participantes do projeto demonstraram posteriormente como cada um entendeu aquele lugar: para muitos significou claramente um espaço de liberdade, acolhedor, como se espera que uma mãe seja, lugar portador de uma história que lhe era própria, não somente concebido inicialmente para abrigar exposições de arte, mas em situação de quase abandono. As condições de precariedade física do ambiente, impregnado de texturas de toda a ordem, caótico como um espaço em ruínas, sem dúvida agiram também como um certo aspecto limitador até mesmo por medida de segurança, mas foram, no entanto, incorporadas em muitas das propostas presentes, tendo sido em alguns casos, inclusive, reforçadas com moderação. De uma maneira geral, a palavra “ruína” indexa uma situação de deterioração de um dado imóvel ou bem móvel, devido simplesmente ao desgaste natural do tempo ou outro, sem que tenha havido suficiente empenho para se deter as alterações em relação ao seu estado

¹ Este relato foi em parte extraído de um texto da minha autoria (Nino, 2011).

² O grupo, na época era composto pelos artistas plásticos Daviana Barros, Izidório Cavalcanti e Mozart Santos, todos atuantes na cidade do Recife.

³ Bastando apenas o desejo de mostrar o seu trabalho e o pagamento de uma taxa para complementar o aluguer do imóvel.

original. Por outro lado, as ruínas são portadoras de um apelo estético inegável, principalmente quando apontam para recordações do passado, celebrações de utopias enraizadas não no futuro, mas exatamente na história pregressa, imaginária ou não, como tantas vezes a pintura, a literatura e o cinema souberam celebrar. Pode-se dizer sem muito receio de uma generalização excessiva, que os artistas em sua vasta maioria não se detiveram neste aspecto da história do local, eles se viram divididos, grosso modo, entre a situação de levar uma obra preexistente e adequá-la ao dito espaço, e aquela de pensar em algo que pudesse de modo mais íntimo e visceral existir a partir da confrontação do seu estado atual. Eis reproduções de algumas das intervenções no espaço:



Figura 3: Gil Vicente, S/ Título, Spa 2003



Figura 4: Braz Marinho, S/ Título, Spa 2003

Figura 5: Felipe Lyra, S/ Título, Spa 2003



Figuras 6 e 7: Bruno Vilela, S/ Título, Spa 2003

Em meu caso específico, ao visitar o espaço e me dar conta do seu real estado físico, onde as condições das instalações em tudo o opunham ao seu vizinho, percebi o quão seria interessante corroborar na minha proposta o espírito que deu origem ao projeto, inaugurado pelo grupo, afinal de contas foi esta inicialmente para mim a principal motivação de inclusão no mesmo. Apesar de não ser uma premissa de participação pré-determinada, era por demais tentador fazer um uso deste espaço que levasse em conta a sua especificidade de localização (vizinho ao principal museu da cidade), e a possibilidade de desenvolver um comentário estético que fosse nesta direção me veio à mente.

Observando mais atentamente *in loco* a planta do imóvel, percebi um nicho na parede, com os tijolos aparentes, em forma de porta e ao questionar onde daria, fui então informada que se tratava de uma antiga comunicação entre os edifícios, ambos então da propriedade da Prefeitura de Recife. A passagem que dá acesso ao que é hoje a circulação do museu, deve ter sido fechada na ocasião da venda do imóvel a um proprietário particular.

O fato é que ao perceber a pré-existência da comunicação, surgiu em mim a vontade imediata de restaurá-la em uma proposta estética, que no entanto se faria dentro dos moldes de um comentário crítico, embora impregnado de certo humor e ironia. Decisão tomada eu parti, então, para as negociações com os administradores do espaço do museu sem o qual obviamente não teria conseguido meu intento.

A obra *Olho Mágico* toma emprestado seu nome dos dispositivos para fins de segurança que se encontram nas portas das entradas principais de casas ou de apartamentos residenciais e que nos permite, a partir do interior do espaço dividido pela mesma, que vejamos sem sermos vistos. Na realidade, ela lhes empresta não apenas o nome, mas a aparência que se enquadra com uma apresentação reverberando os significados acionados pelos seus usos em nosso contexto social cotidiano, pelo menos ao primeiro ou incauto olhar: trata-se realmente de uma porta de dois metros e dez centímetros por um metro de largura em madeira natural, não pintada, incrustada em um nicho na parede, onde se verifica facilmente o citado elemento colocado a uma altura apenas um pouco acima do encontro entre as duas linhas diagonais formadas a partir dos cantos superiores da porta, exatamente sobre a linha de demarcação resultante da junção das

duas metades de madeira que a formam, o que significa cerca de 120 cm do limite inferior; altura não muito usual, é verdade, já que o observador médio adulto deve prioritariamente curvar-se para tentar perceber *o que* ou mesmo *se* algo ou alguém se descortina no outro lado, como todo o conjunto deixa naturalmente presumir.



Figura 8: Maria do Carmo Nino, *Olho Mágico*, Spa 2003

O estranhamento vislumbra-se progressivamente ao nos darmos conta de que a função da porta como elemento de passagem entre dois espaços lhe é negada, uma vez que não é possível abri-la pois não existem fechaduras, maçanetas ou trincos; verifica-se também a base de tijolos no solo e, à devida distância, observa-se que ela apoia-se na realidade sobre uma parede maciça: literalmente um muro hermético e intransponível.

Acha-se assim confirmada para o público a intenção apriorística e irônica de apontar para uma impossibilidade de acesso efetivo ao espaço contíguo. A porta, neste contexto, nos faz lembrar o que poderia (mas não consegue) ser: abertura sobre um mistério, possuidora de um valor dinâmico de cunho inclusive psicológico, já que não somente ela indica a passagem entre dois limites bem definidos espacialmente, mas convida a ultrapassá-los.

Privados que somos da escolha entre a alternativa rítmica do fechar e do abrir, a esperança da iminência do acesso à revelação do espaço exterior aquele onde nos encontramos se concentra no pequeno orifício de vidro, que como se sabe, permite por sua vez um ângulo de visão ampliado e distanciado (como em uma objetiva grande angular). O acesso para nós agora se reduz à possibilidade de observar através do instrumento, que funciona então como contiguidade e extensão do olho humano.

Olhos mágicos ratificam a função das portas como obstáculos, estabelecendo uma linha divisória entre os espaços que através dela se comunicam e, neste caso,

impossibilitada de ser aberta, a porta adere como uma pele ao muro que a sustenta, duplicando—o tanto em sua forma quanto em sua função. A existência aqui do orifício nos coloca na posição do *voyeurs*, de invasores de um espaço que em princípio nos é negado.

Impossível então não notar a inversão que se opera com a função geralmente atribuída ao uso socialmente banalizado do olho mágico: colocadas nas nossas residências, eles evitam na realidade que sejamos invadidos, pois permitem nosso controle sobre o *outro*, sobre aquele que segundo nossa decisão entrará ou não em nosso espaço; no entanto a situação que se verifica neste contexto nos coloca sob a perspectiva de agir-mos desta feita como invasores, pois nos é possibilitado o fato de perscrutarmos à sua revelia, sem sermos por ele observados ou mesmo convidados a fazê-lo. Embora a ideia de “outro” (espaço ou indivíduo) seja um ponto nodal do trabalho, em princípio não temos como saber sobre sua consciência sobre o mesmo ou ainda se há pertinência em a considerarmos neste caso.

A efetivação do papel de invasor só se complementa através do olhar daquele que aceita o convite implícito pelo sistema montado ao visitar a exposição. Na realidade, o caráter artístico da obra só se revela de maneira intermitente, ou seja: desde que haja um observador que se dê o trabalho de curvar-se para olhar através da porta, ou, como sabemos, resumiria Duchamp: é aquele que olha que faz o quadro. Tal conjuntura está aqui potencializada em uma situação quase limite, sempre a ponto de não ocorrer. Isto acontece porque a arte tem tanto a ver com ações quanto com objetos, como diria também Goodman (1999) e se a obra necessita de ser posta em marcha é que sua imediaticidade não é jamais integral. Como *médium* (lugar, meio) que é da reflexão, ela traz inevitavelmente implícita a noção de variações anacrônicas, ou seja, da necessidade de tempos distintos para que o processo de sua compreensão se efetive plenamente.

Em *Olho Mágico*, a transformação de uma parede cega em uma espécie de janela, na medida em que se oferece ao olhar, intermediando os possíveis diálogos entre o que agora se percebe como espaço interior e exterior, está longe de ser neutra. Na realidade historicamente a inserção da ideia de janela determina uma nova maneira de se relacionar com o espaço. Instaura uma relação de vigília, mas também de permanentes mantedores deste estado. O desejo que aqui se estabelece, ou simplesmente a *musa* e neste caso incorporado pelo próprio espaço do MAMAM, que é contíguo, mas acessível apenas unilateralmente através do olhar, atesta o seu estado permanente de frustração inexorável. Apenas o olhar é mágico e ultrapassa as fronteiras.

Tudo se passou, então, como se meu próprio ponto de vista crítico sobre o Projeto Mamãe se materializasse visualmente nesta peça: como obra específica só fazendo sentido no lugar exato que constituiu aquele de sua apresentação ao público, ela efetivou-se espacialmente incrustada na proposta expositiva do Quarta Parede, como um comentário autorreferencial, paródico, uma interface à proposta do grupo, que tendo-a sintetizado, enfatizou-a, de modo redobrado, para o espectador, como em uma espécie de *mise em abîme*, sem deixar no entanto de apontar para o fato de que o objeto de desejo permanece inalcançável.

EXPERIÊNCIA SEGUNDA⁴

A segunda experiência a ser relatada diz respeito à curadoria da exposição *Contido-NãoContido* ocorrida no Museu Aloísio Magalhães – MAMAM, no período entre março e setembro de 2010. Esta empreitada curatorial adveio de um convite por parte da direção do museu para ser feita em parceria com a curadora Clarissa Diniz para que organizássemos a exposição que marcaria a reabertura do espaço após um período de fechamento que se estendeu por dois anos, devido a reformas no seu prédio. As incontornáveis premissas iniciais com as quais lidaríamos, seria a de que a mostra se restringiria necessariamente às obras que fazem parte do acervo do museu e que os trabalhos escolhidos deveriam ficar expostos por uma duração mais prolongada, de aproximadamente seis meses.

Estas demandas restritivas nos colocaram de imediato diante do impasse desafiador de trabalhar a partir de um acervo que sabíamos de antemão ser bastante incompleto no que tange o fato de reconhecidamente insatisfatório como representativo da arte produzida a partir do século XX em Pernambuco, no amplo período compreendido desde 1900 até aquela data. A coleção compõe-se de obras de cerca de 250 artistas de diferentes origens, do Estado ou não, variadas pesquisas e trajetórias de importância em níveis distintos, com peças executadas em numerosas técnicas e linguagens, porém em quantidade flagrantemente insuficiente para uma completa historiografia sobre a arte feita em Pernambuco do período em questão.

A análise destes fatos nos conduziu à decisão de seguir um modelo curatorial de cunho adaptável e experimental, uma exposição – processo extensivo a um ciclo de três etapas/recortes distintos que foram inaugurados a cada dois meses. Outra decisão de importância crucial foi a de que propusemos ampliar a parceria da responsabilidade da curadoria com a inclusão da equipe do EducAtivo Mamam. Ficou decidido, a partir da longa gestação de todo o processo, que cada uma das duas primeiras abordariam as várias décadas envolvidas na arte praticada em Pernambuco, porém trariam escolhas de artistas, obras e eixos de abordagem diferenciados a cada vez. O terceiro recorte, talvez o mais polêmico, representaria um encerramento provocativo do ciclo, ao propor a ocupação do espaço expositivo baseando-se no confronto dos dois artistas com o maior número de obras presentes no acervo Mamam, mas com níveis bem diferenciados de legitimação no cenário local, regional e nacional das artes plásticas.

É forçoso reconhecer que abarcar um espectro amplo de problematizações estruturais acerca de cruciais papéis institucionais que regem o sistema de artes a partir de seu próprio exemplo, exigiu um certo desprendimento por parte da direção do museu e ênfase a acolhida positiva que a proposta teve na figura de sua diretora e do EducAtivo, desde o seu início. A direção tomada, como consequência prevista, deu visibilidade às fragilidades do próprio acervo, sistematizou um modo de operação do trabalho em equipe envolvendo o EducAtivo em novos formatos de atuação e responsabilidades, intensificou sobremaneira o período de pré-produção para a equipe com a pesquisa e a confecção das inúmeras pastas, além de que desafiou o público com novos modos de apresentação e a demanda de níveis de disponibilidades de recepção específicas.

⁴ Este relato foi em parte extraído de um texto da minha autoria (Nino, 2015).

Todo o ocorrido revestiu-se de uma dimensão metalinguística, de uma autorreferencialidade que faz com que a experiência se retorne para si própria, porém, sem que no entanto o conhecimento adquirido deixe de ser útil para além de seu caso específico, podendo servir de reflexão aplicável a outros exemplos nacionais ou locais. *ContidoNão-Contido* incorporou, de fato, uma atitude onde a oportunidade de se perguntar sobre as vulnerabilidades das nossas políticas públicas e apontar as dificuldades da constituição e preservação do nosso patrimônio cultural, além de detectar as consequências da ausência de política de aquisição de obras no início da constituição do acervo, uma vez que ela foi implantada tardiamente, pareciam importantes demais para serem deixadas de lado. Sua pregnância se situa dentro de uma perspectiva onde esta série de experiências se conectariam, apontando para um dever, transformando o espaço institucional representado pelo museu em um laboratório. Faz uma apologia da necessidade da *crise*, ao demandar um apelo à reflexão sobre os seus respectivos papéis sociais como agente legitimador, e também evidentemente aquele do curador como detentor de um discurso oficial e determinante. O que se questiona é o indiscutível papel social da arte em relação a aspectos da vida.

O setor do educativo, neste caso, ao invés de lidar com a reprodução – ainda que reconhecidamente com potencialidade criativa – de um discurso a partir de uma escolha concluída e de constituição alheia a ele, foi incluído nas etapas da seleção dos autores, das obras, e de sua montagem. Isto sem dúvidas trouxe o benefício de um maior conhecimento interpretativo das obras por parte dos membros do EducAtivo, o que favoreceu o próprio processo de mediação, além de implicá-los mais diretamente no trato com os visitantes que chegavam ao espaço com expectativas de implemento de legitimação institucional, o que confirma o que o pertencimento a uma coleção pública parece, ainda hoje, encarnar junto aos próprios artistas, educadores e às pessoas em geral.

Esta percepção dialógica entre as tarefas desempenhadas amplia o papel do educativo inserindo-o diretamente em várias atividades dentro da instituição museal, ao invés de, como observa-se na maioria dos casos, ser percebido como um setor à parte. O reconhecimento da importância do setor educativo sofreu modificações positivas ao longo de sua história no sistema das artes e hoje nos parece inquestionável, embora reconheçamos que este, infelizmente, não seja um posicionamento que possamos afirmar ser unânime no Brasil. Podemos enfim afirmar tratar-se de um apelo para que os estereótipos e os preconceitos possam ser, senão dissipados, pelo menos amenizados, recontextualizados ou simplesmente repensados criticamente, dando espaço para o cumprimento de um dos papéis importantes ligados a uma curadoria e a uma instituição como o museu em geral, que é o de ser um dos agentes em um processo de educação não formal.

A forma de comunicação visual pensada para a divulgação na época é representada pelo modelo da fita de Möbius, seguido do título redigido sem espaços, estabelecendo um potencial horizonte de continuidade entre os termos que, em primeira instância, são vistos como opostos e resumem muito bem este estado de coisas. Afinal a ambiguidade da característica espacialidade moebiana erigida como logomarca, se mostrou

ideal para dar o tom: ela engendra a ilusão de uma linha fronteira entre dois espaços, quando na realidade temos apenas um. O que aparenta ser descontínuo revela-se como continuidade, instaura a temporalidade na espacialidade, como em um gerúndio, um presente contínuo.

Dentro, fora, exclusão, inclusão, contido, não contido... o que significa em termos de inserção ter sua obra em um acervo e a mesma nunca ter sido mostrada em público? O que faz que a obra de um artista seja recebida positivamente por um determinado grupo de profissionais do *establishment* e outro não? Marcel Duchamp já alertava para o fato de que dentro dos museus não estão necessariamente preservados o que de melhor se produziu em arte, embora esta seja exatamente a crença mais partilhada no senso comum. Conseqüentemente, este símbolo topológico fascinante e paradoxal traduziu claramente o nosso conceito-guia, ao dar visibilidade à questões fundamentais que atingem toda a proposta: onde pairam os convenientes limites que nos asseguram com a sua falsa impressão de estabilidade? Em que medida configurar-lhes uma clara existência ainda é operatório na maneira como funcionamos socialmente hoje? Ou mais, ainda, como um determinado sistema pode se autocompreender?

Em *ContidoNãoContido*, em cada um dos três momentos que marcaram junto ao público a apresentação dos recortes distintos, ao adentrar na cena expositiva, o visitante percebia que se encontrava diante de um modelo que não correspondia à dinâmica que normalmente se verifica em mostras expositivas de artes visuais. Isto provavelmente lhes provocou um sentimento de deslocamento, pois, além das obras expostas, havia um mobiliário específico, pouco usual em exposições, determinando dois grupos compostos de pastas de arquivos, dossiês individuais com informações conseguidas após intensas pesquisas realizadas pela equipe no período de pré-produção, sobre os artistas da década correspondente, onde se lia “contidos” e “não contidos”, referindo-se ao fato de terem ou não obras que os representassem no acervo, naquele momento específico.

O primeiro recorte contou com um conjunto de obras organizadas em cinco grandes períodos (1900-1930, 1940-1950, 1960-1970, 1980-1990, 2000-2010) e que ocuparam ambientes diversos do museu, indo da recepção às paredes, passando pelo teto e pelo chão, em modos de apresentação condizentes com a liberdade que acompanhou as experiências artísticas ao longo do século. A premissa cronológica foi a opção escolhida para deixar mais claramente perceptível as desigualdades do acervo, por exemplo, a escassez de obras referentes às décadas de 1940 e 1950 em confronto com aquelas mais numerosas do final do século. O segundo recorte organizou as obras de modo a trazer à tona o embate travado entre os paradigmas acadêmicos, modernistas e regionalistas que percorreram a história da arte de Pernambuco. No terceiro recorte houve o confronto entre os dois artistas: foi um estudo de caso da aquisição das coleções “Luiz Carlos Guilherme” e “João Câmara”, que, ao lado de Samico e Vicente do Rego Monteiro, são os maiores representantes do acervo do museu. Contou também com um vídeo sobre depoimentos de quem participou da aquisição das obras, seguido de documentos da época no espaço expositivo. Esta exposição, polêmica, obriga o público a (re)considerar as suas posturas individuais frente a modelos institucionais pré-estabelecidos referentes à legitimação dos vários setores compreendidos pelo sistema das artes.



Figuras 9 e 10: Exposição *ContidoNãoContido*

Uma longa mesa com *puffs* e cadeiras no centro do espaço dispunha de vários catálogos e livros em estantes da biblioteca do museu para serem consultados, havia também uma impressora multifuncional, papéis e um computador conectado à internet que poderia ser acessado pelo visitante, caso ele se sentisse estimulado a fazer pesquisas sobre um determinado artista, presente ou não na coleção, sobre o período do seu interesse específico ou mesmo sobre outros aspectos ligados à arte. Isto colocava certos

desafios imediatos junto ao público em seus hábitos, pois o tempo de visitação, como numa sala de leitura, se veria inegavelmente dilatado pela demanda de interação com as diversas pastas, além de que o conteúdo das mesmas não apenas poderia ser consultado, mas ampliado a gosto com informa es, catálogos, artigos de jornal, imagens de obras mais atualizadas, enfim, qualquer dado sobre um determinado artista consultado, afim de complementar as pastas já existentes ou criar novos arquivos, sendo que para isso   guisa de estímulo, foram colocadas estrategicamente pastas vazias, como um indicador de que se esperava que elas fossem preenchidas para a constitui o de novos dossiês.

Este convite ao estudo, acolhedor e lúdico ao mesmo tempo, propôs a sociabiliza o da informa o em grupos, ao relacionamento interpretativo de poéticas, dando a perceber o elo com a nossa história através de artistas variados. Segundo o depoimento dos mediadores, porém, a rea o dos visitantes era tímida, não interagem com a intensidade almejada e nem nos diversos níveis como esperava a equipe. Pode-se estimar que a falta de iniciativas deste tipo de demanda no âmbito das exposi es, ao criar um certo estranhamento, tenha contribuído para que o resultado ficasse aquém do ansiado e mesmo a pouca inclusão de novas pastas verificada ao longo dos seis meses do ciclo de exposi es, indica sem dúvida que alguns novos hábitos não recebem naturalmente uma adesão imediata, podendo no entanto, esperemos, serem assimilados gradualmente. Anseio isto porque acho que a insistência em pensar este modelo onde o processo contínuo de amplia o com o estímulo   complementa o por parte do visitante, tem um importante papel a cumprir na forma o e amplia o de público interessado em artes plásticas e também na ênfase   consciência sobre a importância da arte, para a compreensão da nossa história e em certos modos de funcionamento da sociedade.

A potencial alimenta o de um acervo de novas informa es além de colaborar no adensamento dos registros e documentos acerca da história da arte local, poderia eventualmente auxiliar nas próximas aquisi es a serem feitas para a institui o. A explicita o deste fato no texto de apresenta o na parede, junto ao fato sem precedentes do estímulo para que a popula o pernambucana falasse de sua própria arte diretamente   institui o, sem mencionar o tema da exposi o que apontava diretamente para a ideia de passagem fluída ente dois pólos indicadores de (ex)inclusão, por certo fomentou uma expectativa junto ao artistas que por razões de natureza diversa não se veem devidamente ou mesmo de modo algum, representados na cole o.

A ideia de reconhecimento institucional, sobretudo em artistas mais jovens, exerce um fascínio inegável e nos faz lembrar como funciona ainda hoje – em tempos da existência de espaços bem mais democráticos como internet, *blogs* e YouTube – a motiva o no mercado de trocas por onde circula o artista para construir sua trajetória. Seja a cole o de ordem privada ou institucional, os salões oficiais, ou mesmo apenas a sua satisfa o pessoal, o fato   que indiferentemente do nicho aonde o artista escolhe se inserir e se acomodar às consequências, trata-se de um mercado que não deixa nunca de carregar consigo características de peso econ mico, político e simbólico, que refletem diretamente na sua legitima o como artista junto aos pares,   família e amigos ou   sociedade em geral, embora seja em escalas de valora o distintas.

O desejo de exercer até onde for possível, um certo controle sobre a própria vida, de autogovernar-se, o que compreende a nossa capacidade de basearmos a nossa imagem social e pessoal tendo como horizonte as próprias escolhas de valores, não deixando-se seduzir por uma moral reguladora de cunho dominante, subentende um constante exercício de revisão, para dar lugar inclusive à necessária renovação. No que foi possível para a equipe responsável, procuramos com *ContidoNãoContido* enfatizar para o visitante da exposição a necessidade de desconstruir crítica e positivamente a “reverência de tom forçado” com a qual o museu é frequentemente visto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Goodman, N. (1999). Artifices d'exposition. *Cahiers du MNAM*, 41, 13.
- Nino, M. C. (2011). Pontuações de um Percurso. In S. Pedrosa (Ed.), *O Artista Contemporâneo e o Ensino da Arte* (pp. 214-223). Recife: MXM Gráfica Ed. Ltda. & Ed. Universitária da UFPE.
- Nino, M. C. (2015). Continuidades e Alternâncias, onde estão os limites? In C. Diniz de Moura (Ed.), *Contidonacontido*. Recife: ed. Ideário.

NOTA BIOGRÁFICA

Maria do Carmo Nino possui doutoramento em Arts Plastiques et Sciences de l'Art pela Universidade de Paris (Panthéon-Sorbonne). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de Pernambuco. Tem experiência na área da arte contemporânea, fotografia, história da arte e crítica de arte, cinema e literatura.

E-mail: carmonino@gmail.com

Endereço: Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Departamento de Teoria da Arte e Expressão Artística. Av Prof. Moraes Rego, 1235 Cidade Universitária, 50670901 – Recife, PE – Brasil

* Submetido: 11/05/2017

* Aceite: 12/06/2017

THOUGHTS IN GERUND, AS A TEACHER, ARTIST, CURATOR

Maria do Carmo Nino

ABSTRACT

This article presents my experience as a producer of artistic works, exhibition curator and cultural and artistic analyst. I will place special relevance on two artistic experiences – the MAMÃE Project, that revolves around the work, *Olho Mágico* [Magic Eye], and the Exhibition *ContidoNãoContido*. The work *Olho Mágico* appears as a self-referential comment, a parody. A blind wall is transformed into a kind of window, as if mediating the possible dialogues between what is perceived as interior and exterior space. In the exhibition *ContidoNãoContido* we aimed to encourage visitors to feel the need to critically deconstruct the sense of “obliged reverence” often associated to museums.

PALAVRAS-CHAVE

Art; museum; deconstruction; dialogue

RESUMO

Apresento um relato da minha experiência enquanto produtora de trabalho artístico, curadora de exposições, analista cultural e artística. Neste artigo será dada particular relevância a duas experiências artísticas – Projeto MAMÃE, com reflexão em torno da obra *Olho Mágico*, e a Exposição *ContidoNãoContido*. A obra *Olho Mágico* surge como comentário autorreferencial, paródico. A transformação de uma parede cega em uma espécie de janela, como que intermedeia os possíveis diálogos entre o que se percebe como espaço interior e exterior. Na exposição *ContidoNãoContido* procuramos suscitar no visitante a necessidade de desconstruir criticamente a “reverência de tom forçado” frequentemente associada ao museu.

PALAVRAS-CHAVE

Arte; museu; desconstrução; diálogo

“Only the imaginary can develop the germ”

(Deleuze, 1985, p. 120)

SOME NOTES FROM MY PERSONAL HISTORY

I graduated with a B.A. Hons. degree in Architecture in 1980. This was the course available in my town that lay closest to an idea of artistic creation based on visual characteristics, in terms of shapes, colours, volume, and space. I then had the opportunity to

pursue post-graduate studies in Visual Arts (artistic processes) at Paris 1- Sorbonne. My true artistic production commenced during my time in Paris (between 1988 and 1995), which was a period of extreme importance and richness that enabled me to discover myself as an individual and an artist.

Upon my return to Brazil, I started working as a professor of Visual Arts at the Federal University of Pernambuco (UFPE). Since then I have been involved in the transfer of specific knowledge about artistic issues, in constant contact with other professors, artists and managers.

This role was considerably amplified through more effective participation in various activities related to the fine arts: as a producer of artistic work, curator of exhibitions, cultural analyst and artistic analyst of aesthetic production.

Since then my activities have combined the experience of curating exhibitions and writing texts about artists, as well as teaching in the Visual Arts degree course and in the postgraduate programme in Literature (related to inter-semiotic dialogue with the visual arts). Pursuit of my own artistic practice has been constantly influenced by these activities, between verbal and nonverbal production, and I therefore can't establish distinct hierarchies between them, in order to identify my overall career trajectory.

In my personal work, I continue to work with the image, although not exclusively, and this passion has been a constant feature of my career from the outset, ranging between painting, drawing and photography, with special emphasis on the latter as an initial catalyst of the creative process. This has brought me closer to experiences with the digital image. I identify myself with series, sequences, narratives, modulations, and the procedural dimension that is established with the idea of *becoming*, and intrinsic incompleteness, a concept that is very dear to me and with which I've always worked.

Being fond of experimentation, and more experienced with digital interfaces, I began to introduce such experimentation in photography, drawing and painting, through direct manipulation via the computer, or even on the printed image itself. Ultimately they are all palimpsests, i.e. hybrid forms which I believe incorporate the idea of transformation and temporalities. It stimulates me to think about how much we can use digital tools to develop the basic languages of drawing and painting (dot, line, colour, stain) in their several nuances, taking advantage of the vast range of options offered by these media (resize, invert, merge, distort, scale intensity variations, etc.). Such values cannot be otherwise obtained with the same precision or control. Here are several examples:



Figure 1: Autoretrato Assombrada [Haunted Selfportrait], Maria do Carmo Nino

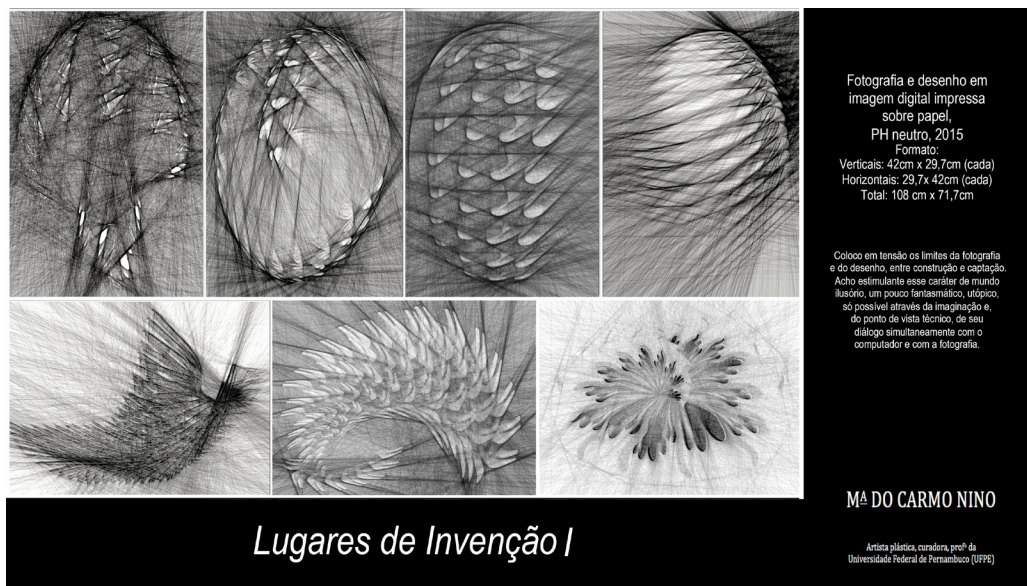


Figure 2: Lugares de Invenção I [Places of Invention I], Maria do Carmo Nino

REPORTS OF TWO EXPERIMENTS

I admire many artists, and my teaching activity encourages me to renew my artistic references. However, if I had to highlight certain artists, they'd be the ones who knew how to combine their own artistic practice with theory and teaching in some cases, and perhaps that is why a metalinguistic approach appeals to me, because it fosters self-conscious explanation, as a critical and creative principle.

FIRST EXPERIENCE¹

During the SPA – Visual Arts Week of Recife, between 3 and 8 November, 2003, a group from Recife, called *Quarta Parede* (Fourth Wall)² made an artistic proposal that consisted of an invitation addressed to all artists who wished to be involved or become part of a collective occupation of the building next to the Aluizio Magalhães Museum of Modern Art (MAMAM). The proposal had the suggestive name of “Projeto MAMÃE” [Mom Project] and intended to shelter, without any thematic restrictions, discriminations or vetoes of any kind³, artistic proposals from various artists (or even aspiring artists), with different levels of experience, and with distinct degrees of legitimation from the institutional arts system. This was an intentional, clear and transgressive counterpoint to the established situation of leadership of a space important for Recife, such as MAMAM, which shows exhibitions of work by renowned artists at the national and international level, where the selection criteria are complex and not always known or understood by everyone, and which is sometimes severely criticised by artists in general.

In this reverse curatorial work carried out by the group, the works weren’t chosen in function of their artistic qualities (or lack thereof). Visitors would therefore have the opportunity to see aesthetic proposals that were democratically exhibited in the same site, with very different levels of maturation and sophistication. Visitors would be able to judge their own affinities in this heteroclitic “family” and, at the same time, experience a certain sense of unfamiliarity, not to mention astonishment, due to the material conditions of the exhibition site and how the works were displayed, without necessarily establishing any significant dialogues – thematic or otherwise – with each other, as is normally expected to occur.

The museum building was being remodelled on the ground floor, and everyone potentially involved in the exhibition could only use the first floor. The various kinds of occupation by the artists involved in the project subsequently demonstrated how each person viewed the space. For many it clearly meant a welcoming space of freedom – everything that a mother is supposed to be; a place with its own history, not initially designed to host art exhibitions, but in a situation of quasi abandonment. The environment’s physical precariousness, impregnated with textures of all kinds, chaotic, resembling a ruined space, undoubtedly served as a constraint, inclusively in terms of guaranteeing safety, but these conditions were nonetheless incorporated into many of the works on display and in some cases were even moderately reinforced. In general, the word “ruin” relates to a situation of deterioration of a specific building or movable property, simply due to the natural wear and tear caused over time or other factors, without there being a sufficient attempt made to halt the alterations in relation to their original state. On the other hand, ruins have an undeniable aesthetic appeal, especially when they reveal memories of the past, celebrations of utopias that aren’t rooted in the future, but in prior real or

¹ This account was partly extracted from my text Nino (2011).

² The group then was composed of the visual artists Daviana Barros, Izidório Cavalcanti and Mozart Santos, all of them working in Recife.

³ Just wanting to exhibit your work and paying a fee to supplement the rental of the property.

imagined history, as painting, literature and cinema have always been able to celebrate. It can be said without fear of making an excessive generalisation, that most of the artists weren't held back by the building's history. Instead, they were broadly divided between those who brought a pre-existing work and tailored it to the aforementioned space, and others who conceived something new that could exist in a more intimate and visceral manner, based on confrontation with the space's current state. Here are reproductions of some of the interventions in the space:

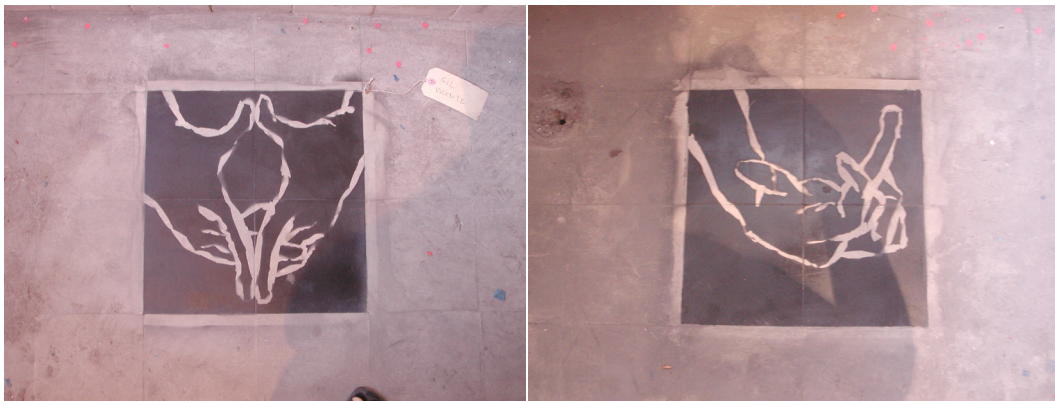


Figure 3: Gil Vicente, Untitled, Spa 2003



Figure 4: Braz Marinho, Untitled, Spa 2003

Figure 5: Felipe Lyra, Untitled, Spa 2003



Figures 6 and 7: Bruno Vilela, Untitled, Spa 2003

When I visited the exhibition space and realised its actual material state, wherein the conditions of the facilities were directly opposed to the conditions of the neighbouring building, I immediately realised how interesting it would be to bring to my proposal the spirit that initially gave birth to the project, as inaugurated by the group. Ultimately this was my main motivation to be included in the project. Although it was not a pre-determined premise of participation, it was tempting to use this space while taking into account its specific situation (located next to the city's main museum). I thought about the possibility of developing an aesthetic commentary on this relationship.

Looking more closely at the floor plan of the building, I noticed a niche in the wall, where I could see the bricks in the shape of a door. When I asked where the door led to, I was told that it was used as an old connecting passage between the buildings, owned by Recife City Council. The passage, which currently leads to the museum's circulation area, must have been sealed up when the building was sold to a private buyer.

But when I realised that there was a pre-existing communication passage, I immediately wanted to restore it, in the context of an aesthetic proposal, but this should be achieved within the framework of a critical commentary, although impregnated with a certain sense of humour and irony. Having taken this decision, I started negotiations with the administrators of the museum space, whose agreement was obviously necessary in order to proceed.

The work *Olho Mágico* [Magic Eye] is named after the peepholes inserted in the doors of the main entrances of houses or residential apartments, which allow us to look out, from the interior of the departed space, without being seen. In fact, it's not only the name that is used for this work, its appearance suits a presentation that reverberates with meanings, triggered by uses of such peepholes in our everyday social context, at least at the first or unsuspecting gaze. The work is a door that measures 2.1 x 1 metres, in unpainted wood, inserted into a niche in the wall, where the aforementioned peephole is inserted at a height just above the meeting point between the two diagonal lines formed from the door's upper corners, exactly above the demarcation line formed by the junction of the door's two wooden halves, i.e. around 120 cm above the door's lower limit. This is an unusual height, since the average adult observer must bow down in order to

perceive *what* or even *if* something or someone exists on the other side, as the entire work naturally presumes.



Figure 8: Maria do Carmo Nino, *Olho Mágico*, Spa 2003

The sense of strangeness becomes progressively noticeable when we realise that the door's function as a point of passage between the two spaces is denied, since it is not possible to open it, because there are no locks, door handles or latches. The spectator also sees the base of bricks on the ground and, from a distance, can see that it is actually supported by a massive wall: literally a hermetically-sealed and insurmountable wall.

The work thereby confirms to the public the *a priori* and ironic intention of suggesting an impossibility of effective access to the contiguous space. In this case, the door reminds us of what it could be (but is unable to be): i.e. an opening onto a mystery, possessing a dynamic value, inclusively a psychological value, since it not only indicates the passage between two spatially defined limits, but invites us to overcome them.

Deprived of the choice between the rhythmic alternative of closing and opening the door, the hope of imminent access to revelation of the space beyond the place where we find ourselves, is concentrated in the small glass orifice, which, as we all know, allows an expanded and distanced angle of vision (as with a wide-angle lens). Our possibility of access to the outside world is now reduced to the possibility of observation through this device, which thereby functions as a form of contiguity and extension of the human eye. Magic eyes confirm the function of the doors as obstacles, establishing a dividing line between the spaces that they connect, and in this case, which cannot be opened. The door is therefore attached to its supporting wall as if it were a skin, duplicating it in terms of both its shape and function. The existence of the peephole places us in the position of voyeurs, or invaders of a space that in principle we cannot cross.

It is therefore impossible not to notice the inversion of the function that is generally attributed to the socially trivialized use of the magic eye. When placed in our homes, this peephole allows us to avoid being invaded, because it allows us to control the *other*, i.e. the person, who in function of our decision, will or won't be allowed to enter our space. However, in the aforementioned situation we are placed in the perspective of acting as intruders, because we can see the person outside, without being observed by him or her, or even being invited to do so. Although the idea of the "other" (as a space or individual) is one of the core aspects of the work, in principle we are unable to know the other person's awareness of the peephole or even whether it is pertinent to consider this question.

The completion of the role of the intruder is only achieved through the gaze of the person who accepts the implicit invitation made by the assembled system when visiting the exhibition. In reality, the work's artistic nature is only revealed intermittently, i.e. as long as there is an observer who bends down to look through the door, or, as Duchamp would undoubtedly summarise the situation: it's the beholder that makes the picture. This situation is enhanced in this case, in an almost limit situation, always at the point of non-occurrence. This is because art is as much related to actions as it is to objects, as Goodman (1999, p. 13) would also say and if the work needs to be put into motion, its immediacy is never complete. As a *medium* (place, medium) of reflection, a work of art inevitably brings with it the notion of anachronistic variations, i.e. the need for distinct moments in time in order for there to be full understanding of the work.

In *Magic Eye*, the transformation of a blind wall into a kind of window, insofar as it offers itself to the spectator's gaze, mediating possible dialogues between what is now perceived as inner and outer space, is far from neutral. In fact, the insertion of the idea of the window historically determines a new way of relating to the space. It creates a relationship of surveillance, but also of permanent mechanisms to maintain this state. The desire established in this case, or simply the *muse* which in this case is incorporated by MAMAM's own space, which is contiguous, but is only unilaterally accessible via the gaze, attests to its permanent state of inexorable frustration. Only the gaze is magical and can cross borders.

Everything happened, then, as if my own critical perspective of the *Projeto Mamãe* (Mom Project) had been visually materialized in this work: as a site-specific work which only made sense in the exact place where it was presented to the public. It became spatially embedded in the exhibition's proposal suggested by the *Quarta Parede* (Fourth Wall) as a self-referential, parodic commentary, an interface with the group's proposal, which, having summarised this proposal, emphasized it in a redoubled manner for the spectator, as a kind of *mise en abîme*, without pointing to the fact that the object of desire remains unattainable.

SECOND EXPERIENCE⁴

The second experience to be reported in this article concerns the *ContidoNãoContido* (InsertedNotInserted) exhibition held at the Aloísio Magalhães Museum (MAMAM) between March and September 2010. This curatorial undertaking arose from an invitation from the museum's management board, to work, in partnership with the curator Clarissa Diniz, in assembling an exhibition to mark the reopening of the space after two years of inactivity due to building works. Our non-negotiable initial premises were that the exhibition had to be restricted to works held in the Museum's collection and that the chosen works should be on display for an unusually long period, of around six months.

These restrictions immediately posed the challenge of working with a collection that we knew in advance was relatively incomplete in terms of the inclusion of art produced in the state of Pernambuco in the 20th century. The collection includes works by around 250 artists from different places, from the state of Pernambuco and from other places, with various interests and career trajectories, using a variety of media and techniques, although in an obviously insufficient quantity to do justice to the full history of the art of Pernambuco during the period in question.

In view of this situation, we decided to adopt a flexible and experimental model, an ongoing exhibition process involving a cycle encompassing three distinct stages, each lasting two months. Another key decision was to extend the curatorial team to include EducAtivo Mamam—the Museum's art education department. After the project's long gestation period, it was decided that each of the two first stages would cover the various decades involved in the art produced in Pernambuco, which would lead to different kinds of artist, works and approaches. The third stage, perhaps the most controversial, that would bring the cycle to a close, would fill the entire exhibition space with the work of two artists whose work features most prominently in the Mamam's collection, but who have very different reputations locally, regionally and nationally in the art world.

It is necessary to acknowledge that embracing a wide range of structural issues regarding the crucial roles that institutions play in the art world meant that it was necessary for the Museum's management to delegate a certain degree of control. However, from the very outset, the proposal was well-received by the museum's director and by the EducAtivo team. A foreseen consequence of the approach taken was to highlight the weaknesses of the collection itself. A way of working as a team was developed that involved EducAtivo in new responsibilities, with a significantly reinforced period of pre-production for the team responsible for the research and production of various files. The exhibition challenged the general public with new modes of presentation and required that it be received in a variety of specific ways.

The entire experience was metalinguistic and self-referential in nature, which meant that it turned inwards on itself. Nonetheless, the knowledge acquired did not cease to have a use beyond each specific case, and could serve as a reflection that could be applied to other national or local examples. *Contidonãocontido* incorporated an attitude

⁴ This account was partly extracted from a previous work (Nino, 2015).

wherein it became necessary to pose questions about the weaknesses of our public policies and highlight the difficulties we experience in establishing and preserving our cultural heritage. It also became necessary to identify the consequences of the absence of an acquisitions policy during the early days of the collection, that was only implemented at a later stage.

The significance of this lies in the fact that this series of experiences appears to be connected, pointing to a process of becoming, by transforming the museum's institutional space into a laboratory. This would appear to be an argument in favour of the need for a crisis, which incites reflection about the museum's various social roles as a legitimising agent, and also, evidently, that of the curator as someone who assumes a decisive official discourse. This raises the question of the unquestionably social role of art in relation to other aspects of life.

EducAtivo, in this case, rather than being merely responsible for reproducing a discourse based on a choice of works drawn up by external persons – although this may have creative potential – was included in the process of selecting the artists, works and the way in which they were displayed. This undoubtedly helped members of the EducAtivo team to interpret the works, both for themselves and for members of the public who visited the museum expecting some institutional justification, confirming the fact that nowadays the content of a public collection depends on the artists themselves, the educators and the general public.

This perception of a dialogue between the various tasks involved extended the role of the members of the EducAtivo team, directly in various museum activities, rather than, as is usually the case, operating as a separate sector. Awareness of the importance of the education department has grown over time in the art world and is now indisputable, although unfortunately this perspective is not unanimous in Brazil. It can thus be claimed that this requires existing stereotypes and prejudices to be, if not entirely dispelled, at least softened, or seen in a different light or simply thought about in a critical manner, thereby allowing curators and museums to fulfil one of their most important roles – as purveyors of informal education.

The form of visual communication intended for dissemination of the event at the time was based on the model of the Möbius strip. This was observed in the title where the words were joined together without spaces, thereby uniting terms that, at first sight, seem to be diametrically opposed, thus epitomising this state of affairs. After all, the ambiguity of the characteristic spatiality of a Möbius strip in the exhibition's logo was the ideal means of setting the tone: providing the illusion of a boundary between two spaces, when in fact there is only one space. That which appears to be discontinuous is in fact a continuum; temporality is introduced into the spatial dimension, like a gerund or a present continuous.

Inside, outside, exclusion, inclusion, contained, not contained... in terms of inclusion, what does it mean to have a work in a collection that has never been shown to the public? What does it take for an artist to be received positively by a certain group of professionals, whether or not they form part of the 'establishment'? Marcel Duchamp

drew attention to the fact that museums don't necessarily contain the best art, although this is exactly the most common received wisdom. Hence, the fascinating and paradoxical topological symbol of the Möbius Strip clearly expressed our guiding concept, by bringing to light the fundamental questions underlying the whole proposal: where are the convenient boundaries that assure us with a false impression of stability? To what extent is a clear configuration of their existence still at work in the way we socially function nowadays? Moreover, how can a certain system understand itself?

In *ContidoNãoContido*, in each of the three public stages, the spectator entered the exhibition space and was confronted by a model that does not correspond to the dynamics normally found in art exhibitions. This probably gave the spectator a feeling of displacement, since, apart from the work on display, there was a specific kind of furniture, uncommon in exhibitions, with two groups composed of files, individual dossiers with information culled from intensive research carried out by the team during the preproduction stage into the artists of the respective decade. In these one could read the words "inserted" and "not inserted", referring to whether or not there were works representing them in the collection at that specific point in time.

The first section contained a group of works organized into five long periods (1900–1930, 1940–1950, 1960–1970, 1980–1990, 2000–2010) filling various parts of the Museum, from the reception area to the walls, from the ceiling to the floor, presented in ways that reflected the extent of freedom for artistic experiences over the past century. The chronological ordering was chosen to clearly highlight the unevenness of the collection – for example, the lack of works from the 1940s and 1950s contrasted with the greater quantity of work from the late twentieth century. The second stage arranged the works in such a way as to emphasise the clashes between academic, modernist and regionalist paradigms that have pervaded the history of art in Pernambuco. In the third stage, two artists were juxtaposed, in a case study of the acquisition of the collections of Luiz Carlos Guilherme and João Câmara, who, along with Samico and Vicente do Rego Monteiro, are the artists who feature most prominently in the museum collection. This stage also included a video containing testimonials from the people who participated in the acquisition of the works, followed by documents from the epoch in the exhibition space. This controversial exhibition obliged the public to (re)consider their individual beliefs regarding pre-established institutional models in relation to the legitimisation of the various sectors that make up the art world.

Arranged on a long table with pouffes and chairs in the centre of the space, there were various catalogues and books from the Museum's library shelves for consultation. There was also a multifunctional printer, paper and a computer connected to the Internet that could be used by visitors, if they felt the urge to research a specific artist, whether or not covered by the collection, or a period of specific interest, or any other aspect of the art world. This immediately challenged some of the habits of the museum-goers, since, in a reading room, they clearly found themselves distracted by the urge to interact with the various dossiers, as well as the fact that the information contained within them could not only be consulted but also complemented by information found in catalogues,

newspaper articles, more up-to-date images of the works, or any other detail concerning a specific consulted artist, in order to expand the existing files or create new ones, for which purpose empty dossiers were made available, suggesting that visitors were expected to fill them.



Figures 9 and 10: Exhibition *ContidoNãoContido*

This friendly and playful invitation aimed to socialise information in groups and promote creative interpretations, showing the link with the history of the state of Pernambuco via the work of various artists. According to the museum guides, however, visitors were reluctant to take up this opportunity. They did not interact as much as had been wished, and did not engage in the various forms of research. It may be that the lack of other examples of this kind of exhibition made it seem alien and for this reason the result fell short of expectations. The small number of new dossiers created over the exhibition's six-month period clearly indicates that new habits are not easily acquired, although they can be gradually assimilated. I would like to stress this point, because I think that our insistence on a model involving continuous expansion of the material by visitors played an important role in providing and expanding the knowledge of members of the general public interested in the visual arts and also awareness of the importance of art for understanding our history and the way that society works.

The potential to restock an archive with new information, besides helping to expand the records regarding the history of local art, may also help with future acquisitions made by the institution. The fact that this was made explicit in a wall text and the unprecedented invitation to the population of Pernambuco to send comments on their own art directly to the institution, not to mention the theme of the exhibition that pointed directly to the idea of a free flow between inclusion and exclusion, certainly fuelled expectations on the part of artists, who for various reasons, do not find themselves represented or do not feel themselves sufficiently well represented in the museum collection.

The idea of institutional recognition is undeniably a fascinating one, especially for younger artists and reminds us that still today – in an age of the more democratic forums of the Internet, blogs and YouTube – the market still functions as a prime motivator for artists when building their careers. Whether it is a private or institutional collection, official salons, or even merely for one's own personal satisfaction, the fact is that, regardless of the niche artists have found for themselves and the consequences of this, there is a market that will never cease to have economic, political and symbolic characteristics that directly reflect the degree of legitimacy an artist has in the eyes of his or her peers, family, friends, and society at large.

The desire to exercise a certain degree of control, so far as this is possible, over one's own life, to be independent, which includes our capacity to ground our social and self-image within the horizon of our chosen values, not allowing ourselves to be led astray by a dominant regulatory model, involves constant revision and renewal. In so far as it was possible the *ContidoNãoContido* exhibition's team strove to make museum-goers aware of the need for critical but positive deconstruction of the "reverence of a forced nature" with which museums are frequently regarded.

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

Goodman, N. (1999). Artifices d'exposition. *Cahiers du MNAM*, 41, 13.

Nino, M. C. (2011). Pontuações de um Percurso. In S. Pedrosa (Ed.), *O Artista Contemporâneo e o Ensino da Arte* (pp. 214-223). Recife: MXM Gráfica Ed. Ltda. & Ed. Universitária da UFPE.

Nino, M. C. (2015). Continuidades e Alternâncias, onde estão os limites? In C. Diniz de Moura (Ed.), *Contidonaocontido*. Recife: ed. Ideário.

BIOGRAPHIC NOTE

Maria do Carmo Nino holds a PhD in Arts Plastiques et Sciences de l'Art from the University of Paris (Panthéon-Sorbonne). She is currently an adjunct professor at the Federal University of Pernambuco. She has experience in contemporary art, photography, art history and art criticism, film and literature.

E-mail: carmonino@gmail.com

Address: Pernambuco Federal University, Arts and Communication Centre, Department of Art Theory and Artistic Expression. Av Prof. Moraes Rego, 1235 Cidade Universitária, 50670901 – Recife, PE – Brasil.

* **Submitted: 11/05/2017**

* **Accepted: 12/06/2017**

LEITURAS | *BOOK REVIEWS*

SILVA, M. C.; LIMA, M. L.; SOBRAL, J. M.; ARAÚJO, H. & RIBEIRO, F. B. (EDS.) (2017). *DESIGUALDADES E POLÍTICAS DE GÉNERO*. V.N. FAMALICÃO: HÚMUS.

Carla Cerqueira

Desigualdades e políticas de género é um livro organizado por Manuel Carlos Silva, Maria Luísa Lima, José Manuel Sobral, Helena Araújo e Fernando Bessa Ribeiro, investigadoras/es portuguesas/es de renome nas Ciências Sociais, os quais provêm de disciplinas distintas – Sociologia, Psicologia, Antropologia e Ciências da Educação. A obra de cerca de 300 páginas apresenta, assim, uma pluralidade de olhares e estudos focados em realidades concretas sobre as desigualdades de género que persistem. Trata-se, portanto, de um volume centrado nos estudos de género, atualmente encarados como “um campo de grande vitalidade: nunca como hoje foi tão forte o sistema de reenvios interdisciplinares dentro da comunidade académica” (Silva & Tavares, 2001, p. 133).

A base do livro é um projeto sobre (des)igualdades de género no trabalho e na vida familiar, desenvolvido por várias/os destas/es investigadoras/es, o qual culminou com um colóquio internacional, realizado em 2011, que teve a designação que deu origem ao título *Desigualdades e Políticas de Género*.

Em termos de estrutura, o livro está dividido em duas grandes partes e onze capítulos. A primeira parte congrega os contributos de oradoras/es convidadas/os do colóquio e a segunda de membros da equipa, tal como se refere no capítulo introdutório. “A desigualdade de género é antiga” (p. 9) é a frase que dá o mote para que as/os organizadoras/es do livro façam uma breve reflexão histórica para explicar a base dessa desigualdade que persiste na atualidade. Passam pelos contributos dos movimentos feministas, nas suas diversas correntes, e as conquistas alcançadas, mas não deixam de sublinhar que,

apesar da situação presente das mulheres estar longe daquela que elas viveram há algumas décadas atrás, o quadro continua a ser bem difícil. Mesmo nos países mais desenvolvidos, as mulheres têm mais dificuldades em chegar a cargos e profissões melhor remunerados; a maioria dos lares pobres é encabeçada por mulheres e, as políticas neoliberais de destruição do Estado social provocam especiais efeitos nos direitos e nas condições sociais das mulheres. Por outro lado, as forças políticas e sociais conservadoras persistem, ora em negar, ora em reverter direitos fundamentais como o da interrupção voluntária da gravidez (p. 15).

Ainda na introdução as/os organizadoras/es ressaltam que é necessária uma análise que articule classe e género e as diversas formas de desigualdade que lhe são

inerentes. Aliás, menciona-se que “a luta pelos direitos das mulheres é inseparável da luta, na qual elas também são parte interessada e ativa, por uma sociedade mais justa, livre e emancipada” (p. 13). Percebe-se, por isso, que a obra incorpora uma abordagem do feminismo marxista, a qual muitas vezes tem estado secundarizada ou mesmo omitida no âmbito dos estudos de género.

É também de sublinhar que a tensão entre leis e práticas está presente ao longo dos diversos capítulos, pois muitas vezes a justificação que existem garantias jurídicas e que a igualdade de género está consagrada tenta apagar outras lutas e silenciar as situações de desigualdade que persistem e inevitavelmente marcam o nosso quotidiano, tal como as investigações empíricas presentes na obra comprovam.

Diversas são as abordagens e temas que são discutidas. O livro inicia com um texto de Sara Falcão Casaca que apresenta uma análise teórica das relações de género. A autora percorre diversos paradigmas, relevando a articulação do construcionismo com alguns aspetos estruturais. Discute o papel do Estado nas relações de género, nomeadamente no campo laboral, e termina frisando que “as perspetivas têm presente o carácter histórico, dinâmico e contingencial das relações de género” (p. 42).

De seguida as investigadoras espanholas Capitolina Diaz e Sandra Moreno dão a conhecer as várias dimensões que perpassam as desigualdades de género, numa ótica intergeracional, existentes nos lares espanhóis. O estudo apresentado visa realçar algumas das mudanças que estão a ocorrer e que não são equacionadas nas estatísticas nacionais nem europeias, as quais não contemplam a diversidade de famílias existentes, aspetos relacionados com o cuidado doméstico e com as transações bancárias, entre outros (pp. 54-55).

Joanna Schouten analisa a organização do tempo no espaço doméstico, o qual continua a ser mais ocupado pelas mulheres nas tarefas de cuidado e gestão do lar (p. 74). No que concerne à introdução das tecnologias nesse domínio, e na linha de outros estudos (por exemplo, Perista, 2010; Wajcman, 2000), a investigadora sublinha que “não é a tecnologia por si que traduz mudança” (p. 73), pois o uso que se faz dela é bastante inspirado pelas normas de género.

De seguida, Aleksandra Queiroz, Manuel Carlos Silva, Ana Reis Jorge e Maria Canelhas, apresentam uma análise sobre emprego e desemprego na União Europeia e em Portugal, em que se ressalta que a diferença entre trabalho remunerado e trabalho doméstico não remunerado demonstra uma assimetria de género em prejuízo das mulheres (p. 103). O hiato entre a legislação e as práticas nas organizações é realçado, por isso neste capítulo sugere-se um reforço com vista à consagração das medidas existentes (p. 104).

A encerrar a primeira parte do livro, Ana Paula Marques apresenta um estudo sobre o potencial do empreendedorismo para as mulheres jovens, ressaltando que as soluções “para o crescimento económico e o combate ao desemprego não se esgotam no empreendedorismo tout court” (p. 127). Menciona igualmente que as mulheres diplomadas estão em situação de maior vulnerabilidade quando comparadas com os seus colegas homens e que as desigualdades de género continuam a ser visíveis nas escolhas realizadas na trajetória educativa e no mercado de trabalho.

Na segunda parte são apresentados os principais resultados do projeto *Desigualdades e Políticas de Género*, desenvolvido em Portugal Continental. A iniciar, um capítulo da autoria de Manuel Carlos Silva e Helena Araújo que tem como propósito fazer a caracterização sócio-demográfica das pessoas inquiridas, na qual se destaca que um elevado número possui casa própria e encontra-se nos escalões baixos e intermédios de escolaridade, ou seja, com pouca qualificação, o que contraria a ideia da “massificação do ensino superior” (p. 157).

Segue-se um estudo empírico, apresentado por Maria Luísa Lima e José Manuel Sobral, sobre a forma como os estereótipos de género continuam a ser marcantes para estruturar as desigualdades. Neste refere-se que o sexismo benevolente é extremamente perigoso e insidioso porque desvaloriza de modo paternalista as mulheres e garante a supremacia masculina, sendo muitas vezes aceite por elas. Os autores recorrem a exemplos da atualidade em diversos contextos que demonstram precisamente que esta é “uma ideologia eficiente na manutenção dos papéis tradicionais de género” (p. 186) e que por isso “o sexismo na nossa sociedade está para durar” (p. 185).

A forma como os valores de ordem religiosa, nomeadamente católica, estão relacionados com a política e influenciam os comportamentos, estando estes associados a uma dimensão de género e de classe, é discutida por Manuel Carlos Silva e Fernando Bessa Ribeiro. Os autores concluem que as mulheres inquiridas no estudo estão mais vinculadas à crença e à prática religiosa. Além disso, há cada vez uma maior confiança em entidades não partidárias do que nos partidos políticos, aspeto este que, segundo os investigadores, “é fatal para a construção de uma agenda política progressista e emancipatória, também no campo das políticas de género” (p. 209).

Os últimos dois capítulos abordam as desigualdades no âmbito dos casamentos e divórcios. Em primeiro lugar, Ana Reis Jorge e Manuel Carlos Silva analisam os processos judiciais de divórcio e concluem que as mulheres são as mais penalizadas. Quando são elas a pedir o divórcio as motivações relacionam-se com situações de violência, de não divisão das tarefas domésticas ou de falta de contribuição monetária dos homens. Já no caso deles é a necessidade de regularização de uma situação de separação (pp. 262-263). As responsabilidades parentais e as vivências associadas às mesmas, segundo uma perspetiva de género, também são trazidas para a discussão por Ana Reis Jorge, no capítulo que encerra a obra. Ressalta-se que as normatividades tradicionais de género vivenciadas antes das ruturas parecem continuar a ser reproduzidas após o divórcio, com as mulheres muito mais associadas aos domínios do cuidado e da educação (p. 292).

Este livro permite, assim, iluminar várias desigualdades de género que, apesar de todas as mudanças verificadas, ainda permanecem bem enraizadas e que se manifestam de forma explícita ou subtil. As análises aqui apresentadas são cruciais, até porque diariamente circulam discursos que sublinham que a igualdade já existe e que há tantas políticas públicas nesse sentido que muitas lutas e reivindicações não são mais necessárias. É aquilo que Banyard (2010) apelida de “ilusão de igualdade”, tão perigosa e difícil de desconstruir, sobretudo porque muitos dos sexismos são benevolentes, subtis, encapotados, como explicam no livro Maria Luísa Lima e José Manuel Sobral. Por outro lado, os sexismos estão para durar porque se verifica uma instrumentalização das questões

de género, que entraram no *mainstream* e que são mais uma das apropriações da academia neoliberal. Este panorama leva a questionar: E que mudanças temos nas relações de poder, em termos estruturais e nos discursos? Muito poucas, como se demonstra nesta obra.

Já no que concerne às políticas de género, e nomeadamente às políticas públicas neste campo, esta coletânea de estudos também nos levanta muitas discussões, sobre várias áreas e com diferentes abordagens, umas mais descritivas, outras mais analíticas, mas que trazem sempre consigo uma dimensão política, de questionamento e necessidade de mudança social.

Articulando teoria e prática, as áreas abarcadas são de extrema importância. Obviamente que seria importante que a obra incorporasse uma linguagem neutra ou inclusiva de género em todos os textos e a utilização de um grafismo que possa ultrapassar os binarismos de género. O debate científico abre pistas para novas pesquisas que ficam por responder com os dados e reflexões apresentados, por isso considero que este livro é mais um contributo para a reflexão que merece (re)conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Banyard, K. (2010). *The Equality Illusion: The Truth about Women and Men Today*. Londres: Faber & Faber.
- Perista, H. (2010). Mulheres, homens e usos do tempo: Quinze anos após a Plataforma de Acção de Pequim, onde estamos, em Portugal?. *Revista de Estudos Demográficos*, 47, 47-64.
- Silva, A. & Tavares, T. (2001). Estudos Culturais, Estudos sobre as Mulheres e Estudos Culturais sobre as Mulheres. *Ex aequo, A construção dos estudos sobre as mulheres em Portugal I*, 5, 123-148.
- Wajcman, J. (2000). Reflections on gender and technology studies: In what state is the art?. *Social Studies of Science*, 30 (3), 447-64.

NOTA BIOGRÁFICA

Carla Cerqueira é doutorada em Ciências da Comunicação - especialidade de Psicologia da Comunicação pela Universidade do Minho. Atualmente é bolsista de pós-doutoramento em Ciências da Comunicação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/86198/2012), com um projeto que cruza a cobertura jornalística dos temas de género com as estratégias de comunicação das ONG da área da cidadania e igualdade de género. É investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) e Professora Auxiliar na Universidade Lusófona do Porto.

E-mail: carlaprec3@gmail.com

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal

* Submetido: 26-05-2017

* Aceite: 19-06-2017

SILVA, M. C.; LIMA, M. L.; SOBRAL, J. M.; ARAÚJO, H. & RIBEIRO, F. B. (EDS.) (2017). *DESIGUALDADES E POLÍTICAS DE GÉNERO*. V.N. FAMALICÃO: HÚMUS.

Carla Cerqueira

Desigualdades e políticas de género (Inequalities and gender policies) is a book edited by Manuel Carlos Silva, Maria Luísa Lima, José Manuel Sobral, Helena Araújo and Fernando Bessa Ribeiro – who are renowned Portuguese Social Sciences researchers, from different disciplines: Sociology, Psychology, Anthropology and Education Sciences. The book, around 300 pages long, presents a plurality of perspectives and studies, focused on concrete situations of persisting gender inequalities. The work therefore focuses on gender studies, which is currently regarded as “a field of great vitality: there has never been such a strong interdisciplinary referral system within the academic community” (Silva & Tavares, 2001, p. 133).

The work is based on a project on gender (in)equality in the work place and the home, developed by several of these researchers, which culminated in an international colloquium in 2011, whose name subsequently served as the book’s title: *Desigualdades e Políticas de Género*.

The book is divided into two main sections, spanning eleven chapters. Section One includes contributions by the guest speakers in the colloquium. Section Two includes texts by the team’s members, as explained in the introductory chapter.

“Gender inequality dates back many years” (p.9) is the phrase that inspired the book’s editors to provide a brief historical overview to explain the basis of the gender inequality that persists today. They analyse the contributions made by the feminist movements, in their various currents, and their achievements. They nonetheless underline the fact that,

although women’s current situation is far from that which prevailed a few decades ago, the outlook is still very difficult. Even in more developed countries, women find it more difficult to rise to higher-paying professions and positions; the majority of poor households are headed by women, and neo-liberal policies of destruction of the Welfare State have had particularly dire effects on women’s rights and social conditions. On the other hand, conservative political and social forces persist, sometimes denying, sometimes reversing fundamental women’s rights, such as abortion (p. 15).

In the introduction, the editors also emphasise that further analysis is required -articulating questions of class and gender and the various forms of inequality inherent to

them. They also mention that “the struggle for the rights of women is inseparable from the struggle, in which women are also an interested and active part, to achieve a more just, free and emancipated society” (p. 13). It is therefore clear that the book incorporates a Marxist feminist approach, which has often been marginalised or even omitted in the framework of gender studies.

It is also worth stressing that the tension between laws and practices is evident across the various chapters, since the justification that there are legal guarantees and that gender equality has been consecrated is often used to erase other struggles and silence situations of inequality which persist and which inevitably mark our daily lives, as confirmed by the book’s empirical research.

Several approaches and themes are discussed. The first chapter is a text by Sara Falcão Casaca that presents a theoretical analysis of gender relations. The author uses several paradigms, highlighting the articulation between constructionism and several structural aspects. She discusses the role of the State in gender relations, especially in the labour market, and ends by stressing that “different perspectives are aware of the historical, dynamic and contingent nature of gender relations” (p. 42).

The Spanish researchers Capitolina Diaz and Sandra Moreno then discuss the various dimensions of gender inequalities in Spanish homes, from an intergenerational perspective. Their study highlights some of the changes currently underway, which are not normally considered in Spanish or European statistics, since they do not consider the diversity of existing families, or aspects related to domestic care and banking transactions, amongst other issues (pp. 54-55).

Joanna Schouten analyses time management in the home, where women continue to occupy more household management tasks and domestic work (p.74). In terms of the introduction of new technologies in this field, in line with other studies (e.g. Perista, 2010; Wajcman, 2000), Schouten stresses that “it is not the technology itself that leads to change” (p. 73) since the use of technology is to a large extent inspired by gender norms.

Aleksandra Queiroz, Manuel Carlos Silva, Ana Reis Jorge and Maria Canelhas then present an analysis on employment and unemployment in the European Union, and in Portugal in particular, which emphasises that the difference between paid work and unpaid domestic work reveals a gender asymmetry, that is detrimental to women’s interests (p.103). They highlight the gap between current legislation and actual practices in organisations and suggest that existing measures should be reinforced (p.104).

The final chapter in Section One is by Ana Paula Marques, who presents a study on the potential of entrepreneurship for young women, and stresses that solutions “for economic growth and the fight against unemployment are not limited to entrepreneurship *tout court*” (p. 127). She also mentions that female graduates are more vulnerable when compared to their male counterparts and that gender inequalities are still visible in the choices made in educational trajectories and in the labour market.

Section Two presents the main results of the project, *Gender Inequalities and Policies*, developed in mainland Portugal. The opening chapter is by Manuel Carlos Silva and Helena Araújo who try to provide a socio-demographic classification of the persons

interviewed, which highlights the fact that many own their own home and have low to intermediate levels of schooling, i.e. with few qualifications, which runs counter to the idea of “massification of higher education” (p. 157).

This is followed by an empirical study presented by Maria Luísa Lima and José Manuel Sobral on how gender stereotypes continue to play a decisive role in structuring inequalities. In this they state that benevolent sexism is extremely insidious and dangerous, because it paternalistically demeans women and ensures male supremacy, and is often accepted by women. The authors use current-day examples in various contexts which demonstrate that this is “an efficient ideology in maintenance of traditional gender roles” (p. 186) and therefore “sexism in contemporary society is here to stay” (p. 185).

The manner in which religious values, in particular Catholic values, are related to politics and influence behaviour, and are associated to issues of gender and class, is discussed by Manuel Carlos Silva and Fernando Bessa Ribeiro. The authors conclude that the women surveyed in the study have stronger ties to religious beliefs and practice. In addition, there is greater trust in non-partisan institutions than in political parties, which the researchers say “is fatal to building a progressive and emancipatory political agenda, also in the field of gender policies” (p. 209).

The final two chapters address inequalities in marriages and divorces. Ana Reis Jorge and Manuel Carlos Silva analyse judicial divorce proceedings and conclude that women tend to be more penalised than men. When women file for divorce, the motivations are typically related to situations of violence, lack of sharing of household tasks or absence of monetary contribution from men. When men file for divorce it tends to be due to the need to regularise a *de facto* situation of separation (pp. 262-263). Parental responsibilities and the related experiences, from a gender perspective, are also discussed by Ana Reis Jorge, in the final chapter. It should be stressed that traditional gender norms experienced prior to divorce seem to persist afterwards, with women assuming a much greater role in terms of care and education (p. 292).

This book sheds light on various gender inequalities that, notwithstanding the changes that have occurred in society, continue to be well rooted and manifest themselves either explicitly or subtly. The analyses presented in the book are crucial, inclusively because we constantly hear people say that gender equality has already been achieved and that since there are so many public policies dedicated to this goal many struggles and demands no longer make sense. This is what Banyard (2010) calls an “illusion of equality” - which is extremely dangerous and difficult to break down, especially given that many forms of sexism are benevolent, subtle, and concealed, as explained by Maria Luisa Lima and José Manuel Sobral. On the other hand, sexism is here to stay because gender issues have been instrumentalised. They have entered the mainstream and are yet another appropriation of the neoliberal academic universe. This panorama leads to the question: What changes have occurred in power relations, in structural terms, and in terms of discourses? This work demonstrates that very few changes have actually occurred.

In relation to gender policies, and especially public policies in this field, this collection of studies also raises many discussions, on various areas and with different

approaches, some of which are more descriptive, others more analytical, but which always harbour a political dimension, raising questions and posing the need for social change.

The areas covered are of the utmost importance since they articulate theory and practice. Obviously, the work should ideally incorporate gender-neutral or inclusive language in all its texts and use graphics that can overcome the gender binary. The scientific debate opens up new paths for research issues that remain unanswered with the data and reflections presented. I therefore consider that this book provides an additional contribution to reflections that should be recognised and understood.

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

- Banyard, K. (2010). *The Equality Illusion: The Truth about Women and Men Today*. Londres: Faber & Faber.
- Perista, H. (2010). Mulheres, homens e usos do tempo: Quinze anos após a Plataforma de Acção de Pequim, onde estamos, em Portugal?. *Revista de Estudos Demográficos*, 47, 47-64.
- Silva, A. & Tavares, T. (2001). Estudos Culturais, Estudos sobre as Mulheres e Estudos Culturais sobre as Mulheres. *Ex aequo, A construção dos estudos sobre as mulheres em Portugal I*, 5, 123-148.
- Wajcman, J. (2000). Reflections on gender and technology studies: In what state is the art?. *Social Studies of Science*, 30(3), 447-64.

BIOGRAPHICAL NOTE

Carla Cerqueira has a PhD in Communication Sciences – with a specialisation in Psychology of Communication, from the University of Minho. She currently has a post-doctoral scholarship in Communication Sciences from the Portuguese Foundation for Science and Technology (FCT) (SFRH / BPD / 86198/2012), with a project that compares journalistic coverage of gender issues with the communication strategies of NGOs working in the field of citizenship and gender equality. She is a researcher at the Communication and Society Research Centre (CECS) and Assistant Professor at the Universidade Lusófona, Porto.

E-mail: carlaprec3@gmail.com

Communication and Society Research Centre, Institute of Social Sciences, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal

* Submitted: 26-05-2017

* Accepted: 19-06-2017

AGRADECIMENTO AOS REVISORES

Os artigos publicados na *Revista Lusófona de Estudos Culturais* estão sujeitos a um processo de *blind peer review*.

Agradecemos aos investigadores que colaboraram connosco como revisores dos artigos que foram submetidos para publicação nesta edição da revista. A todos eles endereçamos o nosso reconhecimento pelo seu valioso contributo.

ACKNOWLEDGMENTS

The articles published in this issue of *Lusophone Journal of Cultural Studies* have been blind peer-reviewed.

We hereby thank researchers who have accepted our request to review articles and acknowledge their invaluable contributions.